

Sociedade e Estado

Volume 35 – Número 3

Copyright © 2020
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Carla Teixeira Costa

Chefe do Departamento de Sociologia: Fabrício Monteiro Neves
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Haydée Glória Cruz Caruso

Editora responsável: Tânia Mara Campos de Almeida (UnB)
Editores-adjuntos: Stefan Fornos Klein (UnB) e Débora Messenberg (UnB)

Preparação dos originais e apoio administrativo:
Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:
Edição, revisão, produção de arte e diagramação: F. Soudant

Endereço para correspondência
Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais
novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade.e.Estado)

FONTES DE INDEXAÇÃO

A revista é indexada nas seguintes Bases:

Cababstracts; Clase – citas latino-americanas de sociologia y economia;
Crossref; Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras;
Dataíndice – Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-luperj; Doaj – Directory of Open Access Journals;
Ebsco Publishing EuroPub Database; Google Acadêmico;
Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; OJS/PKP – Open Journal System / Public Knowledge Project; ProQuest; Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal; Researching Brazil – Indiana University;
Road – Directory of Open Access Scholarly Resources;
SciELO- Scientific Electronic Library Online; Scopus (Elsevier); The Keepers.
Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.
ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)
1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 35 – Número 3

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Lourdes Maria Bandeira (UnB), Sergio Barreira de Faria Tavelaro (UnB), Fabrício Monteiro Neves (UnB), Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (EHESS/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Christiane Girard Nunes (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),
Gabriel Cohn (USP),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (UNICAMP),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

Alexandre Arbex Valadares, Emerson Rocha, Felipe Borba, George Gomes Coutinho, Heloisa Helena Baldy dos Reis, João Ricardo Freire de Melo, Lourdes Maria Bandeira, Luciano Gatti, Marcia Cristina Lazzari, Maria Tarcisa Silva Bega, Mariza Veloso Motta Santos, Martha D'Angelo, Raquel Brum Fernandes, Ricardo Festi, Sergio Barreira de Faria Tavelaro, Simone Silva, Sônia Maria Karam Guimarães, Vladimyr Lombardo Jorge.

Apoio:

Sumário

Editorial	I
Dossiê: Multiplicidade de interpretações do capitalismo contemporâneo	
Apresentação	
Como pensar o capitalismo contemporâneo?	673
Considerações preliminares <i>Fabício Maciel & Patrícia Mattos</i>	
Capitalismo de risco. <i>Landnahme</i> , crise bifurcada, pandemia: chance para uma revolução sustentável? <i>Klaus Dörre</i>	VII
<i>Capitalism and inequality</i> <i>Boike Rehbein</i>	695
Do tempo escolhido aos fins do sono: tempo de trabalho e renda básica no capitalismo tardio <i>Josué Pereira da Silva</i>	723
Trabalho decente no capitalismo contemporâneo: dignidade e reconhecimento no microtrabalho por plataformas <i>Cinara Rosenfield & Thays Wolfarth Mossi</i>	741
A globalização periférica e a ressignificação dos lugares <i>Jacob Carlos Lima</i>	765

<i>New Normalcy? Consumption and identity between reproduction of social inequalities and social transformation in Brazil Thomas Kühn, Daniela Gomes Alcoforado & Miriam Leite Farias</i>	787
Artigos:	
Hannah Arendt e Walter Benjamin: Eros da amizade e afinidades eletivas em tempos sombrios <i>Maria Francisca Pinheiro Coelho</i>	817
Por um modelo nacional de prevenção do trabalho escravo? Desafios e conflitos na nacionalização do projeto Ação Integrada <i>Patricia Trindade Maranhão Costa</i>	837
Legislando sobre o esporte: as comissões permanentes da Câmara dos Deputados em foco <i>Mariana Zuaneti Martins & Vitor Vasquez</i>	861
Expectativas desencaixadas: o problema da construção da autolegitimidade entre policiais militares <i>Bruna Gisi & Giane Silvestre</i>	885
<i>El storytelling de la campaña presidencial portuguesa de 2016. Rebello de Sousa vs. Sampaio da Nóvoa Jaime López Díez & Jorge Verissimo</i>	909
<i>Rastreando ensamblajes y controversias en un ecosistema Nicolás Aguilar-Forero & Gary Cifuentes</i>	935
Graciliano Ramos e a roda de Maceió <i>Wellington Pascoal de Mendonça</i>	957

Resenha:	
Desafios para uma sociologia pós-colonial	983
GO, Julian. <i>Postcolonial thought and social theory</i> . New York: Oxford University Press, 2016. <i>Lucas Amaral de Oliveira</i>	
<i>Process tracing</i> como método de pesquisa para as ciências sociais	991
CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem Emmanuely Leitão. <i>Process Tracing nas ciências sociais: fundamentos e aplicabilidade</i> . Brasília: Enap, 2018. <i>José Roberto Abreu de Carvalho Junior & Magnus Luiz Emmendoerfer</i>	
A onda conservadora, uma ameaça à democracia	997
ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). <i>Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais</i> . Campinas (SP): Editora Unicamp, 2018. <i>Paulo César Batista</i>	
Resumos	1007
Normas	1017

Editorial

Stefan Klein*
& Tânia Mara Campos de Almeida

* Docentes do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e integrantes da equipe editorial da *Revista Sociedade e Estado*.

N um ano de todo atípico, marcado – entre outras peculiaridades e eventos históricos – pela pandemia do coronavírus, *Sociedade e Estado* publica seu terceiro número do volume 35 com ampla gama de temáticas caras às ciências sociais, incluindo uma contribuição ao debate em torno dos efeitos da pandemia. As perspectivas editoriais para os próximos anos são um tanto quanto incertas, haja vista as pressões e expectativas em torno de uma maior internacionalização – que, como é corrente na dinâmica da globalização excludente, implica fundamentalmente a publicação mais frequente em língua inglesa, sem atentar à diversidade idiomática que poderia ser contemplada – e, igualmente, da adoção de padrões e possibilidades relacionadas à ciência aberta, que enxergamos como bem-vindas. Diversos dos elementos ainda serão, decerto, objeto de debate e controvérsia, e o andar das edições deverá mostrar que caminho tomaram como consequência de possíveis concepções divergentes.

Não obstante a miríade de recortes e propostas trazidas nesta edição, há uma ênfase sobre as questões ligadas ao trabalho, expressas sob prismas teóricos e com objetos empíricos variados. O número abre com o dossiê “Multiplicidade de interpretações do capitalismo contemporâneo”, cuja organização ficou sob a responsabilidade de Fabrício Maciel e Patrícia Mattos. Logo após a apresentação dos organizadores, tem-se a tradução de um importante trabalho de Klaus Dörre, “Capitalismo de risco. *Landnahme*, crise bifurcada, pandemia: chance para uma revolução sustentável?” Este trabalho encontra-se na versão da *Sociedade e Estado* disponível no SEER da UnB – <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/index>>, onde também estarão, exclusivamente, as demais traduções publicadas a partir de 2020. Por isso, a paginação dessa tradução e do presente editorial receberam algarismos romanos, destoando do restante do volume 35 número 3.

O primeiro artigo do referido dossiê, intitulado “Capitalism and inequality”, de Boike Rehbein, busca tratar de algumas dimensões da desigualdade sob a égide do capitalismo. O autor, referência nesse debate, apresenta, assim, uma reflexão teórica bem embasada acerca dessa tão relevante temática. Ao enfatizar a centralidade dos temas da classe e da desigualdade, ele atualiza o diagnóstico acerca de como se dá a produção de desigualdade no capitalismo contemporâneo.

A seguir, Josué Pereira da Silva, em “Do tempo escolhido aos fins do sono: tempo de trabalho e renda básica no capitalismo tardio”, discute os ditames de como o capitalismo pressiona os usos do tempo e interfere, assim, sobre o cotidiano e a vida das pessoas. Acaba, desse modo, apresentando um balanço da literatura desde os anos 1970 e, em particular, olha para os efeitos das recorrentes medidas de desregulamentação das relações de trabalho, notadamente no contexto recente do Brasil. A análise proposta se vincula, igualmente, a fundamentar a relevância de se pensar programas de renda básica diante desse cenário.

No artigo “Trabalho decente no capitalismo contemporâneo: dignidade e reconhecimento no microtrabalho por plataformas”, Cinara Rosenfield e Thays Wolfarth Mossi debatem o atualíssimo tema do capitalismo de plataformas, delineando uma instigante reflexão ao confrontarem as ideias de relatório do Bureau Internacional do Trabalho visando tornar o microtrabalho mais justo com a concepção de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho. Enfatizam assim, em particular, a dimensão do reconhecimento como vital para que se consiga, efetivamente, garantir alguma decência para o trabalho nesse novo contexto.

Jacob Carlos Lima, em “A globalização periférica e a ressignificação dos lugares”, parte de uma análise empírica voltada ao Brasil, em particular ao Nordeste, para pensar aspectos envolvendo maneiras por meio das quais as diferentes reconfigurações industriais detêm uma dinâmica de desterritorialização, e estabelecer os elos com a interpretação teórica. O foco do autor são três setores da industrialização no Brasil, representando as áreas arraigadas bem como desdobramentos do século XX e da passagem ao XXI, a saber, as indústrias têxtil, de software e automotiva. É central em seu argumento atentar às formas de integração aos fluxos globais de acumulação permitindo, assim, problematizar os termos em que se dá a pluralidade das globalizações.

A reflexão trazida por Thomas Kühn, Daniela Gomes Alcoforado e Miriam Leite Farias em “New Normalcy? Consumption and identity between reproduction of social inequalities and social transformation in Brazil”, busca apresentar, dialogando com a teoria crítica psicanalítica, alguns resultados quanto aos efeitos que o contexto pandêmico produziu sobre as formas de consumo e identidade no Brasil. Ao recorrerem a entrevistas realizadas de maneira remota, buscam apontar, em particular, as maneiras por meio das quais ocorrem impactos sobre a reprodução de desigualdades e as possibilidades – mesmo que tímidas – de promover alguma transformação social, notando o reforço da polarização no conflito entre a conscientização sobre as formas de consumo e as imposições do contexto de isolamento.

Maria Francisca Pinheiro Coelho, em “Hannah Arendt e Walter Benjamin: Eros da amizade e afinidades eletivas em tempos sombrios”, aborda a relação de entrelaçamento de Arendt e Benjamin a partir, de um lado, da proximidade pessoal entre ambos e do papel que a concepção de amizade detinha em sua relação e, de outro, tomando por base as interpretações que nos legaram acerca da história e da modernidade. Mobiliza, para tanto, o conceito de afinidades eletivas, e encerra o texto reproduzindo uma breve entrevista com o professor Erdmut Wizisla.

Como indicado pelo título “Por um modelo nacional de prevenção do trabalho escravo? Desafios e conflitos na nacionalização do projeto Ação Integrada”, Patricia Trindade Maranhão Costa pensa a relação entre uma análise sociológica e as possibilidades político-práticas de enfrentamento ao trabalho escravo ou análogo à escravidão. O recorte empírico proposto é voltado ao projeto Ação Integrada, criado no Mato Grosso, em 2008, sendo que a autora dirige o seu olhar especificamente à nacionalização dele entre 2014 e 2018, observando os desafios e potenciais que acompanham os seus objetivos.

No texto “Legislando sobre o esporte: as comissões permanentes da Câmara dos Deputados em foco”, Mariana Zuaneti Martins e Vitor Vasquez se dedicam a um tema que, quando considerado o imaginário da identidade e cultura nacionais, paradoxalmente recebe relativamente pouca atenção nas ciências sociais brasileiras, a saber, a formulação de política públicas envolvendo o esporte. Em particular buscam suprir uma lacuna, na medida em que os estudos nessa área tendem a privilegiar o executivo, e voltam sua análise à atuação do legislativo, em particular visando as transformações que ocorreram no âmbito da realização dos megaeventos esportivos no Brasil a partir de 2014.

No artigo “Expectativas desencaixadas: o problema da construção da autolegitimidade entre policiais militares”, Bruna Gisi e Giane Silvestre focam a temática da violência, que é sempre marcante na revista, voltando-se a olhar o lado das forças policiais. Por meio de uma pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas em profundidade, investigaram as dificuldades e contradições postas a praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo no que diz respeito ao processo dialógico, no contato cotidiano junto à comunidade em que atuam, em particular no que diz respeito ao lugar e respeito à autoridade que fundamenta esse trabalho.

O trabalho “El *storytelling* de la campaña presidencial portuguesa de 2016. Rebelo de Sousa vs. Sampaio da Nóvoa”, escrito por Jaime López Díez e Jorge Verissimo, mobiliza a perspectiva do *storytelling* – isto é, da narrativa – a fim de construir

como se deram os embates da campanha presidencial na eleição de 2016 em Portugal, tendo como principais candidatos Marcelo Rebelo de Sousa – que se tornou o presidente eleito em primeiro turno, com mais de metade dos votos – e António Sampaio da Nóvoa. Fundamentalmente os achados apontam a importância da figura do herói na narrativa de Rebelo de Sousa contra o lugar central do vilão na de Sampaio da Nóvoa.

Nicolás Aguilar-Forero e Gary Cifuentes, em seu texto “Rastreando ensamblajes y controversias en un ecosistema”, delineiam uma análise crítica do ecossistema de inovação educacional posto na cidade de Bogotá, Colômbia, focando sobre as montagens (*ensamblajes*) que lhe estão subjacentes. Ao recorrerem às teorias da tradução e do ator-rede, identificam obstáculos e certa fragilidade nessa noção de ecossistema, notadamente no que concerne ao papel fundamental exercido por atores-chave nesse processo e que acaba sendo negligenciado em seu desenho. Contribuem, assim, para questionar uma noção universalizante que deixa de considerar adequadamente as especificidades de contextos locais e sua constituição das relações educacionais.

No último artigo deste número, “Graciliano Ramos e a roda de Maceió”, Wellington Pascoal de Mendonça recorre aos desenhos teóricos propostos por Antônio Candido e Pierre Bourdieu a fim de analisar o campo literário brasileiro nos anos 1930 e 1940, com o foco sobre o lugar da figura de Graciliano Ramos e, em particular, de suas relações com a roda de Maceió. O vasto material empírico perscrutado pelo autor, incluindo documentos de arquivo de difícil acesso, permitiu investigar a variedade de laços constitutivos tanto de elementos biográficos quanto, assim, da produção literária de Graciliano, estabelecendo formas de estímulo mútuo entre as personagens e as práticas daquele contexto.

Este número traz, ainda, três resenhas: uma da obra *Postcolonial thought and social theory* (2016), de Julian Go, escrita por Lucas Amaral de Oliveira, que se encontra também na plataforma SciELO – <<https://www.scielo.br/pdf/se/v35n3/0102-6992-se-35-03-983.pdf>>. As demais resenhas, por apresentarem perfil menos abrangente em termos da inserção das obras referenciadas em seu campo de debates, estão apenas neste site da UnB. Trata-se da resenha a respeito da obra *Process Tracing nas ciências sociais: fundamentos e aplicabilidade* (2018), de Eleonora Schettini Martins Cunha e Carmem Emmanuely Leitão Araújo, sendo José Roberto Abreu de Carvalho Junior e Magnus Luiz Emmendoerfer seus autores. A terceira resenha, escrita por Paulo César Batista, é sobre a coletânea *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais* (2018), organizada por Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol.

Por fim, nas últimas páginas, o/a leitor/a encontrará os resumos de dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB, os quais permitem vislumbrar um apanhado da recente produção acadêmica dos/as estudantes do PPGSOL/UnB e seus/suas orientadores/as.

Ficamos na torcida, junto a todas as leitoras e todos os leitores, que 2021 nos traga ventos mais favoráveis, tanto em termos de saúde quanto intelectual e politicamente, e desejamos boa leitura.



Dossiê:
Multiplicidade de interpretações
do capitalismo contemporâneo

Como pensar o capitalismo contemporâneo?

Considerações preliminares

Recebido: 04.08.20
Aprovado: 10.10.20

Fabrício Maciel*
& Patrícia Mattos**

* Fabrício Maciel é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos dos Goytacazes) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Pesquisador do CNPq, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: 0000-0003-4553-6223. <macielfabricio@gmail.com>.

** Patrícia Mattos é professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), Minas Gerais, Brasil. Orcid: 0000-0001-9013-1116. <pamattos@uol.com.br>.

O capitalismo na ordem do dia

Desde a crise financeira de 2008, o capitalismo volta a ter centralidade nos debates da teoria social. Não só são feitas análises sobre o futuro do capitalismo, como também sobre as inter-relações entre as múltiplas crises – econômica, política, ecológica e da reprodução social – que assolam diversos países capitalistas ricos. Nesse sentido, é bastante pertinente a colocação de Boaventura de Sousa Santos (2020) sobre o desvirtuamento do sentido etimológico da palavra crise, que presume ser algo excepcional e transitório, e passa a ser, com o advento do neoliberalismo, institucionalizada e normalizada.

A crise sanitária causada pelo coronavírus exacerba e atualiza as críticas feitas por vários intelectuais ao capitalismo contemporâneo. A atual pandemia evidencia a importância do Estado, de políticas públicas sérias e a gravidade da pobreza e das abissais desigualdades sociais do neoliberalismo global, ao mesmo tempo em que abre brechas para se pensar em possibilidades de novos pactos sociais. Intelectuais críticos¹ têm-se dedicado a discutir alternativas de sociedade para além do experimento neoliberal. Sem dúvida, são relevantes esses esforços para criticar os modos dominantes de viver e vislumbrar outras formas de vida possíveis, contudo, não é objetivo do dossiê que aqui apresentamos fazer análises de conjuntura. Ainda que alguns autores tenham feito referência à pandemia em seus artigos, esse não foi o mote das reflexões, com exceção de Klaus Dörre, que dedica à pandemia uma parte de seu artigo² e de Thomas Kühn, Daniela Gomes Alcoforado e Miriam Leite Farias, que desenvolvem como base de sua análise um estudo empírico realizado no Brasil durante a pandemia. Nossa intenção neste dossiê é propor um debate, a partir de um enfoque histórico-teórico e empírico, sobre as mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo e suas múltiplas interpretações. Interessou-nos não só tratar das macro transformações do capitalismo, mais especificamente, daquelas ligadas à lógica do neoliberalismo, da financeirização e da globalização, como também analisar suas especificidades aqui no Brasil.

1. Ver “Dossiê Boitempo: coronavírus e sociedade”.

2. A versão do dossiê publicada no site da revista <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/index>> inclui uma tradução de um artigo do

sociólogo alemão contemporâneo Klaus Dörre, intitulado “Capitalismo de risco. Landnahme, crise bifurcada, pandemia: chance para uma revolução sustentável?”.

3. Vale ressaltar que priorizar o debate com as teorias do Atlântico Norte não significa, de modo algum, desconsiderar a importância da produção latino-americana sobre a nova dinâmica do capitalismo global. No entanto, é inegável que o retorno do capitalismo ao centro das discussões na teoria social tem sido feito, especialmente, por autoras e autores da Europa e dos Estados Unidos.

4. Todas as citações em língua estrangeira são traduções livres dos autores.

Quando elaboramos a proposta deste dossiê, em 2018, percebíamos que as discussões sobre a economia política e o conceito de capitalismo estavam em segundo plano nas reflexões das ciências sociais no Brasil. Um breve olhar sobre os títulos das mesas e Grupos de Trabalho das últimas edições dos congressos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) permitia constatar isso. Enquanto o capitalismo voltava ao centro das preocupações da teoria social no Atlântico Norte³, entre nós, isso não acontecia. Foi a partir dessa constatação que nasceu a proposta deste dossiê.

O diagnóstico de crise do capitalismo é feito por renomados economistas como Larry Summers (2014), secretário do Tesouro do governo Bill Clinton e formulador da desregulamentação financeira dos anos de 1990, Joseph Stiglitz (2019) e Paul Krugman, os dois últimos ganhadores do Prêmio Nobel de economia. Os baixos índices de crescimento econômico, a alta concentração de renda nas mãos de 1% da população mundial, o endividamento geral de governos, famílias, empresas e bancos, as extremas pobreza e desigualdade social constituem fortes indícios da falência do neoliberalismo, da financeirização e da globalização. Thomas Piketty (2014) é outro economista que, com seu livro *O capital no século XXI*, trouxe para o grande público em vários países, inclusive no Brasil, a discussão sobre os problemas ocasionados quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa as taxas de crescimento da produção e da renda, gerando desigualdades sociais insustentáveis que podem colocar em xeque a democracia.

Na teoria social, a crise e o futuro do capitalismo moderno têm sido objeto de ricos debates (Wallerstein *et alii*, 2013). Como constata Wolfgang Streeck (2016), “o capitalismo sempre foi uma formação social improvável, cheia de conflitos e contradições” (Streeck, 2016: 1)⁴, marcada por uma sucessão de crises, nas quais, para garantir sua sobrevivência, foi forçado a pactuar com transformações profundas em suas instituições sociais e econômicas. Nancy Fraser (2015b; 2018) sintetizou, de forma acurada, essa tendência com sua análise das mudanças nos regimes de acumulação – capitalismo liberal, capitalismo estatalmente organizado, capitalismo neoliberal –, e sua correlação com a desestabilização dos domínios da política e da reprodução social. Ela afirma que um regime encontra dificuldades e limites criando crises que o outro se propõe a resolver ou superar, ao mesmo tempo que tende a gerar contradições que produzirão novas crises, abrindo espaço para o surgimento de outro regime (Fraser, 2018). Se, até o momento, o capitalismo foi capaz de se reinventar, isso não significa que o fará para sempre. E é essa a premissa que inspira as discussões feitas por vários teóricos e teóricas críticos na atualidade. Aliás, essa é a ideia que norteou as teorias da crise do capitalismo

não só para Marx e Engels, mas também para autores como Ricardo, Mill, Sombart, Keynes, Hilferding, Polanyi e Schumpeter, todos os quais esperaram, de uma forma ou de outra, ver o fim do capitalismo ainda vivos (Streeck, 2016: 3).

Se há certo consenso entre autores e autoras sobre a crise do capitalismo, o mesmo não pode ser dito a respeito de suas causas e de seu desfecho. Encontramos desde abordagens mais estruturalistas, que diagnosticam uma estagnação cada vez mais intensa do sistema capitalista, abrindo espaço para as lutas anticapitalistas, cujo resultado está em aberto, ou ainda as que se aproximam de um marxismo estruturalista, detectando a fraqueza estrutural do capitalismo e sua tendência de superação por algum tipo de socialismo; passando por aquelas que, mesmo identificando as contradições internas que ameaçam o capitalismo, acreditam que a ordem capitalista pode se reinventar a partir de novas formas de governança entre Estados, empresas e sociedade civil (cf. Wallerstein *et alii*, 2013); até aquelas nada otimistas, como a de Streeck (2016), que vê o capitalismo democrático em risco, sendo substituído por um “interregno duradouro”, caracterizado pela desordem social, incerteza e indeterminação.

A tese de Streeck é que, mesmo se admitindo que a relação entre capitalismo e democracia tenha sido sempre permeada por tensões e conflitos distributivos, estes não encontram mais condições de solução adequadas sob a égide das destruições institucionais causadas pelo neoliberalismo (Streeck, 2016; 2018). Desde o final da Segunda Guerra até a década de 1970, período conhecido como “era de ouro”, havia espaço para discussões que atrelavam o capitalismo ao progresso social, ao pleno emprego, à seguridade social e ao fim da pobreza material, ideias que não mais são vistas como necessárias e incontestáveis. Em outras palavras, durante um bom tempo, houve acordo em torno da percepção de que uma economia capitalista saudável precisava de crescimento constante, moeda estável e garantia de certos benefícios sociais para os desprovidos de capital. Isso mudou substantivamente com o neoliberalismo global; o ativismo político do Estado intervencionista, que mediava os conflitos distributivos, foi substituído pela dinâmica do Estado em prol do mercado. Ademais, estabeleceu-se uma “crise financeira permanente”, que serve para legitimar cortes de salários e gastos sociais, não tendo como objetivo o seu desenlace (Santos, 2020).

Segundo Streeck, o conflito de classes, nos dias de hoje, é estabelecido entre as classes que são “dependentes do trabalho” e as que são “dependentes de lucro” (Streeck, 2018), ainda que frações da classe média possam fazer parte dessas duas classes, mesmo se não ditam as regras do jogo. As condições de assimetria de poder são gritantes devido à concentração de renda nas mãos de 1% da população

mundial, num capitalismo financeirizado, que não estimula o investimento dos capitalistas em atividades produtivas, caracterizado por baixo crescimento econômico, endividamento de Estados, empresas, famílias e bancos, além de altos índices de desigualdade social. Esses aspectos criam um círculo vicioso que aponta para a crise do sistema capitalista. Cresce, entre os especialistas, a percepção de que o aumento das desigualdades sociais está relacionado ao baixo crescimento econômico, já que a desigualdade cria obstáculos para melhorias na produtividade, além de afetar diretamente o consumo. Ao mesmo tempo, o baixo crescimento retroalimenta as desigualdades sociais, uma vez que radicaliza a luta por recursos escassos, sendo cada vez mais custoso para as elites do capitalismo global negociar benefícios para aqueles sem capital. Por fim, o endividamento geral aumenta as desigualdades sociais a partir das políticas de austeridade que reduzem salários e gastos sociais, diminuindo a capacidade de compra de famílias e indivíduos, colocando-os como reféns da lógica nefasta da financeirização⁵.

5. Para uma síntese desse círculo vicioso, ver texto de Streeck “Como vai acabar o capitalismo. O epílogo de um sistema em desmantelo crônico”, disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-vai-acabar-o-capitalismo/>>. Acesso em: 01 Ago. 2020.

O interregno duradouro do qual fala Streeck (2016) ocorre pelo colapso da integração sistêmica.

O capitalismo contemporâneo pareceria então ser uma sociedade cuja integração sistêmica está crítica e irremediavelmente enfraquecida, de modo que a continuação da acumulação do capital – por um período de duração incerta – se torna unicamente dependente do oportunismo de indivíduos individualizados coletivamente incapacitados, que lutam para proteger a si mesmos de acidentes iminentes e pressões estruturais em seu *status* social e econômico. Subgovernado e subadministrado, o mundo social do interregno pós-capitalista, nos rastros da eliminação dos Estados, governos, fronteiras, sindicatos e outras forças moderadoras efetuada pelo capitalismo neoliberal pode a qualquer momento ser atingido por desastre; por exemplo, bolhas implodindo ou violência penetrando a partir de uma periferia colapsando em direção ao centro. Com indivíduos privados de defesas coletivas e deixados à sua própria sorte, o que resta da ordem social depende da motivação de indivíduos para cooperarem com indivíduos numa base *ad hoc*, dirigidos por medo, ganância e interesses básicos na sobrevivência individual. Visto que a sociedade perdeu a habilidade de dar aos seus membros proteção efetiva e modelos provocados para ação social e existência social, indivíduos só podem confiar em si mesmos enquanto a ordem social depende no modo mais fraco possível da integração social, *Zweckrationalität*. (Streeck, 2016: 14).

Streeck não é, de modo algum, o único teórico social que vê a crise da democracia como resultado do advento do capitalismo neoliberal. Colin Crouch (2011), Wendy

Brown (2006), Stephen Gill (1998) e Nancy Fraser (2018) também endossam essa tese. Cada um desses autores e autoras, a seu modo, destaca alguns aspectos que configuram a crise da democracia. Em resumo, podemos caracterizá-la como:

- i. descrença da população na política partidária e o clamor por uma política antissistema;
- ii. incapacidade dos Estados resolverem os conflitos sociais e sua tendência a operarem de acordo com os ditames do mercado;
- iii. apreensão do poder político por empresas oligopolistas;
- iv. obstrução democrática típica do “novo constitucionalismo”, que difunde a política macroeconômica neoliberal transnacionalmente, através de tratados internacionais e instituições como Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI), os bancos centrais e as agências de classificação, que passam a definir as políticas macroeconômicas para os Estados;
- v. crescimento da extrema direita radical, com sua intolerância à diversidade cultural e tradicionalismo, xenofobia, discurso anti-imigração, dentre outros; e
- vi. enfraquecimento dos partidos de esquerda.

Ao buscar ir além de Streeck, Crouch (2011), Brown (2006) e Gill (1998), Fraser (2015a, 2015b, 2018) desenvolve sua teoria sobre as crises do capitalismo demonstrando que o capitalismo não só é o principal vetor da crise política, como também das crises da reprodução social e ambiental. Inspirada em Polanyi, Fraser afirma que a tendência à crise do capitalismo não é só interna ao sistema econômico, mas está, sobretudo, relacionada à sua propensão para desestabilizar a sociedade e a natureza com a crescente mercantilização não regulamentada dos domínios não econômicos. Como já foi dito, não existe concordância entre autores e autoras sobre o futuro do capitalismo. Fraser, ao contrário de Streeck, vê potencialidades de lutas contra-hegemônicas, tendo mesmo publicado, junto com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, *Feminismo para 99%: Um manifesto* (2019), conclamando por uma luta feminista anticapitalista, ecosocialista, antirracista e internacionalista. No *Manifesto*, as autoras afirmam a necessidade de virada do movimento feminista, do feminismo liberal, cuja pauta está centrada no reconhecimento de mulheres de classe média e alta que alcançam postos de prestígio no mercado de trabalho e legitimam toda a ideologia meritocrática, para uma ampla luta que envolva não só uma grande diversidade de mulheres, mas também os movimentos progressistas que combatem as diferentes formas de opressão e violência na sociedade capitalista.

Se, até aqui, procuramos apresentar o contexto de ressurgimento das teorias da crise do capitalismo, a seguir, faremos uma exposição sobre as suas mudanças estruturais desde a década de 1970, recuperando aspectos centrais da economia política, da moralidade e da cultura do experimento neoliberal.

A mudança estrutural do capitalismo contemporâneo e a atualidade da condição periférica

Nesta seção procuraremos reconstruir algumas das principais transformações estruturais do capitalismo contemporâneo. Como “contemporâneo”, gostaríamos de definir o capitalismo que se estrutura em escala global a partir da década de 1970. Para alguns dos principais autores e autoras aos quais recorreremos com este objetivo, é neste período que podemos identificar o início de algumas das principais mudanças estruturais que procuraremos tematizar aqui e que vão permitir um diálogo com a multiplicidade de interpretações atuais do capitalismo que apresentaremos na parte final.

Para toda uma geração de intelectuais, dentre os quais se incluem Claus Offe, Ulrich Beck, André Gorz, Robert Castel, Nancy Fraser, Axel Honneth, Boltanski e Chiapello, bem como Richard Sennett, dentre outros, é na década de 1970 que podemos identificar uma ruptura de algumas estruturas do capitalismo global que pareciam oferecer caminhos para a construção de um capitalismo social, capaz de produzir o que deveria ser seu principal objetivo, ou seja, a construção de um padrão de justiça social que protegesse todas as classes da vulnerabilidade social⁶.

Nesta direção, a constatação do fracasso do *Welfare State* nos Estados Unidos e em países centrais da Europa como Inglaterra, França e Alemanha se coloca como o principal fato histórico divisor de águas para uma nova interpretação estrutural do capitalismo global contemporâneo. Portanto, gostaríamos de tomar este fato como principal mote de nossa análise a partir de agora. Diante da leitura de autores como Robert Castel (1998), pensando o caso francês, e Ulrich Beck (2007), a partir do caso alemão, nosso argumento é que o fim do *Welfare State* em países do coração do capitalismo é a principal prova de que a promoção da justiça social no contexto do neoliberalismo vai se tornando, cada vez mais, de difícil realização ou até mesmo utópica. Ou seja, a construção de um capitalismo social, como tematizou, por exemplo, Richard Sennett (2015), é uma utopia quase irrealizável, se prestarmos detida atenção à história recente deste sistema em suas dimensões políticas econômicas e sociais.

O desafio de pensar o capitalismo desta forma, ou seja, enquanto sistema explicitamente fracassado há 50 anos na tentativa de promover justiça social, nos coloca

6. Na América Latina e no Brasil, a percepção dos limites do capitalismo em promover a justiça social se encontra no cerne de inúmeros estudos teóricos e empíricos da teoria da dependência em autores como Celso Furtado, Raul Prebisch, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Teotônio dos Santos, dentre outros. Para toda essa tradição de estudos entre nós, a condição periférica estrutural diante do Atlântico Norte deveria ser o primeiro aspecto teórico e político a ser enfrentado para a busca de um capitalismo menos injusto.

outro desafio central para o enfrentamento de nosso objetivo aqui. Partimos do pressuposto de que o fracasso do capitalismo social nos países centrais é o principal dado empírico para uma reinterpretação radical do sistema por considerar que nos países periféricos, ou semiperiféricos como o Brasil, o capitalismo nunca promoveu a justiça social. Ou seja, não é a história do fracasso do capitalismo na periferia que nos mostrará as verdadeiras razões de sua incapacidade intrínseca na promoção da justiça, mas sim a história de sua *totalidade global enquanto sistema socialmente injusto*.

Sustentamos este argumento por considerar que, até o período dos “Trinta anos gloriosos”, ou seja, o *Welfare State* desenvolvido a partir do final da Segunda Guerra Mundial e que dura até a década de 1970, ainda havia alguma esperança de que o capitalismo poderia promover a justiça social e generalizá-la para todo o mundo (Castel, 1998; Streeck, 2016; 2018). Na precisa definição de Robert Castel (1998), o *Welfare State* significava quase pleno emprego no plano econômico, além de segurança e segurança na vida social. Ou seja, para todos os autores analisados aqui a ruptura deste pacto significa o fracasso do capitalismo e provoca de imediato a análise do fim ou das profundas modificações da sociedade do trabalho no sentido mais marxista do termo⁷.

Não avançamos com esta análise se não problematizarmos de imediato a relação assimétrica entre centro e periferia, ou seja, como os países centrais, ao longo do século XX, generalizaram para fora todos os problemas sociais, ambientais, políticos e econômicos produzidos pelo sistema em sua totalidade, enquanto de alguma forma buscaram proteger seus territórios e sua sociedade desses riscos. Para tanto, precisamos romper com o que Ulrich Beck (2008) muito apropriadamente definiu como “nacionalismo metodológico”. Com este conceito, o autor procurou tematizar o paradigma que dominou as análises da desigualdade social ao longo do século XX restringindo-as aos marcos cognitivos e políticos das sociedades nacionais. Ou seja, o que o autor está dizendo é que se montou e se reproduziu sistematicamente uma forma de compreender os rumos do capitalismo e seus efeitos negativos dentro do esquadro das histórias nacionais e da atuação do Estado nacional, ignorando-se ou colocando-se em segundo plano as estruturas globais de reprodução do sistema⁸.

Recentemente, Stephan Lessenich (2018) problematizou um aspecto essencial desta questão de maneira muito apropriada, definindo como “externalização” todo o processo no qual países centrais, como a Alemanha, na história recente do capitalismo, conseguiram projetar para fora de seus territórios *todos os riscos* produzidos em escala global. Como exemplo, o autor destaca o crime ambiental, social e político cometido na “tragédia” de Mariana e que se repetiu em Brumadinho e

7. Vale ressaltar aqui que nenhum dos autores analisados, como Robert Castel ou Ulrich Beck, está defendendo que o *Welfare State* foi um sistema social perfeito. É de amplo conhecimento no debate europeu a inclusão relativa de minorias em seus contextos nacionais, como o caso dos turcos na Alemanha e dos argelinos na França. A questão dos imigrantes sempre foi o calcanhar de Aquiles no Atlântico Norte, mesmo durante os “anos dourados”. Sem falar que, nos Estados Unidos, além de ser problemática a inclusão dos imigrantes, sob a égide do *Welfare State*, foram excluídos “[...] trabalhadores domésticos e agrícolas, privando, assim, de fato, muitos negros estadunidenses de direitos sociais” (Fraser, 2015b: 124).

8. É importante lembrar que a reestruturação global do capitalismo, desde os anos de 1970, indica uma decadência relativa de nações centrais e a ascensão de potências como a China, bem como o fortalecimento econômico de nações do chamado Cone Sul do mundo, no qual presenciamos em contexto recente a articulação dos Brics, agora afetada pela atual conjuntura, e o

potencial produtivo de vários países asiáticos.

9. No final da carreira, Ulrich Beck (2018) vai tematizar a “sociedade global de risco”, não se restringindo apenas às suas conhecidas análises sobre a Europa.

em inúmeros outros lugares do território periférico global. Nestes crimes, tratados pela mídia eufemisticamente como “tragédias” ou “desastres”, vemos com clareza a ação de grandes empresas globais, sediadas em sua grande maioria no Atlântico Norte, sendo poupadas e isentas de responsabilidade pela ausência de uma estrutura jurídica transnacional que possa tematizar de fato o que ocorreu.

Retomemos Ulrich Beck. Cabe ressaltar que ele é um dos principais autores europeus que, de alguma forma, ainda que ambigualmente, tematizou a “periferia” do capitalismo em suas análises⁹. Quando revisamos a obra de autores dentre os mais críticos como, por exemplo, Robert Castel, podemos perceber que mesmo estes, em alguma medida, reproduzem um certo “europeísmo metodológico” em suas investigações, ainda que possamos aprender bastante com elas. Conhecido desde a década de 1980 por seu clássico *Sociedade de risco* (Beck, 1986), Ulrich Beck na verdade vai adentrar no tema do capitalismo global em um de seus livros posteriores, intitulado *Schöne neue Arbeitswelt* (2007) (uma tradução aproximada poderia ser “Admirável novo mundo do trabalho”). É neste trabalho que ele vai desenvolver a conhecida e controversa tese da “brasilização do Ocidente”, sobre a qual vamos agora nos debruçar brevemente.

Ao visitar o Brasil, nos anos de 1990, o intelectual alemão ficou impressionado com a especificidade de nossa modernização, tendo como aspecto principal a dimensão estrutural do trabalho precário. Isso levou Ulrich Beck a afirmar de imediato que o futuro de países como a Alemanha poderia ser visto especialmente no Brasil. Esta perspectiva do autor, que vai fundamentar a tese da brasilização do Ocidente, precisa ser contextualizada em um cenário europeu que agora lamenta profundamente a perda da principal realização do capitalismo em sua história, ou seja, a construção de um *Welfare State* que agora não existe mais como antes. Mesmo ao considerar que as condições de vida – incluindo infraestrutura, serviços, segurança, dentre outros aspectos –, em um país como a Alemanha ainda sejam hoje infinitamente melhores do que as do Brasil, o ponto em questão é a percepção de um mundo globalizado em mudança. O que autores como Ulrich Beck e Robert Castel estão percebendo, neste exato momento, é que o capitalismo, que já é um sistema-mundo há cerca de 500 anos, como muito bem definiu Immanuel Wallerstein (1976), agora não consegue mais preservar seus países centrais de suas realizações negativas, até então relegadas aos países periféricos. A partir da leitura destes autores podemos afirmar que esta é a principal mudança estrutural do capitalismo desde a Segunda Guerra Mundial, tanto na dimensão da economia política como nos planos da moralidade e da cultura.

Não por acaso, a tese da brasilização do Ocidente, ancorada especialmente no fato empírico da chegada do trabalho precário e informal aos países centrais da Europa,

sendo este um dos pilares centrais do ocaso do *Welfare State*, situa-se na teorização mais ampla de Ulrich Beck sobre a sociedade de risco. O que o autor está percebendo é que os riscos da sociedade global, produzidos pelo capitalismo, são agora compartilhados também pelos países centrais que, durante os anos dourados do Estado de bem-estar social, apenas usufruíram das realizações positivas que o sistema nunca conseguiu generalizar para a periferia.

Entretanto, apesar desta mudança estrutural profunda, que não se restringe aos aspectos da atual conjuntura autoritária, nem aos erros da esquerda ou de algum partido político, as diferenças empíricas entre países centrais e periféricos ainda são evidentes a qualquer observador atento. O aprofundamento da indignidade das condições objetivas e das relações de trabalho e do abandono das classes pauperizadas no Brasil atual, tendo a reforma trabalhista como seu principal marco simbólico, não se explica simplesmente por erros políticos da conjuntura anterior¹⁰. Para uma compreensão minimamente razoável do momento atual, que não se restrinja às ilusões e à pobreza do apressado debate em torno da conjuntura, precisamos fazer uma reconstrução histórica sobre as mudanças estruturais do capitalismo. Continuaremos este exercício no próximo tópico, tematizando a questão da vulnerabilidade social e sua relação com uma nova dominação tecnológica que parece se estabelecer no mundo atual.

A economia política do capitalismo contemporâneo: vulnerabilidade social e dominação tecnológica

Neste tópico, procuraremos levantar dois aspectos essenciais da economia política do capitalismo atual e para tanto recorreremos especialmente às obras de dois autores conhecidos no debate brasileiro: Robert Castel e André Gorz. A primeira questão que se coloca e que enfrentaremos especialmente a partir da obra de Castel é o problema da vulnerabilidade social. Richard Sennett (2015) também vai enfrentar esta questão central do capitalismo contemporâneo com o conceito de “descartabilidade”. Entretanto, a obra de Castel parece ser aquela que enfrenta teoricamente, de maneira mais precisa e profunda, o problema. Em seu clássico livro *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (1998), o autor faz uma reconstrução do que ele define como o fim da sociedade salarial. Com isso, ele está se referindo ao fim do *Welfare State* e procurando compreender seu período posterior, assim como Ulrich Beck.

Nesta direção, a principal constatação de Castel vai ser sobre a produção inédita, no contexto europeu, pensando especialmente a partir do caso francês, do que ele vai chamar de “sobrantes”, ou seja, pessoas totalmente vulneráveis e descartáveis diante

10. A reforma trabalhista, aprovada no governo Temer, o que é amplamente de conhecimento público, levou a cabo a desconstrução de uma série de direitos históricos do trabalho no Brasil, o que tem sido ampliado pelo governo atual, com uma série de medidas, como a “minirreforma” de 2019 (a MP da liberdade econômica), o que apenas dificulta o caminho para a construção de um novo pacto social.

do mercado de trabalho, agora cada vez mais informal e precarizado. Para Castel, os “sobrantes” são produto de uma lógica de mercado que expulsa um número cada vez crescente de trabalhadores sem criar possibilidades de reinserção para essas pessoas. A estes soma-se uma juventude que não terá chances de inserção ou cujas chances são cada vez mais de uma inserção precária e indigna. Castel com isso vai cunhar o conceito de “desfiliação social”, em oposição ao conceito elástico e impreciso de “exclusão”, para tematizar especialmente este fenômeno no qual um número cada vez maior de europeus, a partir dos anos de 1970, vai compor o que ele define como “zona de vulnerabilidade” tanto do mercado como da vida social (Castel, 1998).

Esta nova realidade, presente desde sempre na periferia do capitalismo, vai criar agora uma espécie de “ralé global”¹¹, composta tanto por europeus pauperizados como pela presença crescente e incômoda de imigrantes. Este dado empírico se apresenta como central e vai definir o incômodo de intelectuais como Robert Castel, Ulrich Beck, Claus Offe e André Gorz, dentre outros, no sentido de procurar agora tematizar esta nova fase “pós-*Welfare State*” e todos os seus dilemas. Nas precisas palavras de Ulrich Beck (2007), a Europa presencia agora uma fratura no elo entre democracia, economia e vida social, ou seja, o pilar do *Welfare State* do qual a esfera pública europeia tanto se orgulhava. Para Claus Offe (1994), em sua precisa definição de um “capitalismo desorganizado”, a chegada do trabalho informal e ilegal na Europa nos permitiria questionar se o trabalho ainda seria uma categoria central para se compreender as sociedades atuais, debate este conhecido no Brasil através da obra de Ricardo Antunes (2000).

Este novo momento do capitalismo e das sociedades europeias vai ser tematizado também por outros autores mais recentes como, por exemplo, na interessante definição de Oliver Nachtwey (2016), que vai chamar o momento atual de “modernidade regressiva”, em comparação com a “modernidade social” dos 30 anos gloriosos. Em todas estas perspectivas podemos perceber um certo pessimismo e saudosismo diante de um período áureo que parece não poder mais existir. Para Castel, a ruptura do pacto salarial, ou seja, o elo social mais estável e seguro das sociedades do *Welfare*, é o principal dado empírico que vai explicar o fim das sociedades salariais (o que não significa o fim das sociedades do trabalho, como para Claus Offe, por exemplo). Um salário fixo, regular e garantido, neste sentido, foi a base econômica fundamental para a estabilidade das sociedades europeias durante os 30 anos gloriosos como um todo. Não por acaso, uma das características mais marcantes do capitalismo atual, até mesmo nas nações centrais, é a ausência de um salário fixo e garantido para grande parte da população. Este é um aspecto decisivo de toda a desconstrução que vem sendo levada a cabo em escala global nos últimos 50 anos, e que vai ser obviamente mais profunda nos países periféricos.

11. Aqui adaptamos a provocativa definição de Jessé Souza (2003) de uma ralé estrutural como elemento central para a compreensão da desigualdade em contextos periféricos como o brasileiro. O ponto em questão é que a ralé agora também está presente no centro e com isso exige uma reinterpretção do capitalismo em sua totalidade.

A esta altura já podemos entrar no segundo problema que gostaríamos de levantar neste tópico: o surgimento e o estabelecimento de uma dominação tecnológica inédita na história do capitalismo. Uma característica central do novo contexto marcado pela ausência de salários fixos e pelo aprofundamento da precariedade e da indignidade do trabalho em escala global é exatamente o papel que a tecnologia exerce em nossas vidas e, para sermos mais precisos, as possibilidades de dominação e de reprodução da desigualdade que as tecnologias oferecem às grandes empresas.

Um dado recente mostrou que a Uber, o 99, o Rappi e o I-Food juntos já são quem mais emprega no Brasil, totalizando quase 4 milhões de trabalhadores com empregos precários¹². Este dado é bastante sintomático do processo que já tem sido definido como a “uberização” do capitalismo global¹³. Também é emblemático e grave o fato de que empresas – como a Uber – não se caracterizam como empregadores e estão protegidas por um formato jurídico que dificulta a caracterização como tal. Ou seja, um aplicativo que emprega precariamente milhões de pessoas no mundo inteiro se apresenta como “parceiro” e “facilitador” de relações sociais, quando, na verdade, é um empregador invisível, impessoal, distante e intocável. Não há na história do capitalismo alguma forma de dominação social mais eficaz e cruel do que essa. Todo o custo, a responsabilidade e o sofrimento ficam a cargo do próprio trabalhador, chamado eufemisticamente e de forma irônica de “colaborador”, “parceiro” e “autônomo”. Estamos lidando aqui com um processo de radicalização profunda do que Robert Castel vai chamar de “individualismo negativo”, em um contexto no qual as pessoas mais vulneráveis são abandonadas à sua própria sorte, rendendo milhões em lucro para os invisíveis gigantes da tecnologia. Neste exato momento, em plena pandemia, no qual escrevemos este texto, a questão dos entregadores se coloca talvez como o principal exemplo empírico desta trágica realidade¹⁴.

Para pensar as razões pelas quais a tecnologia, a criação de um mecanismo de poder tão importante no mundo atual, a obra de André Gorz apresenta algumas reflexões de grande importância. Não vamos adentrar aqui no já conhecido debate de como as tecnologias têm influenciado resultados de eleições e manipulado a opinião pública no Brasil e no mundo. A obra de Gorz nos mostra uma mudança estrutural decisiva na economia política do capitalismo contemporâneo através de sua análise de como o conhecimento tecnológico se torna a principal força produtiva atual. Gorz ficou conhecido nos anos de 1980 com seu clássico *Abschied vom Proletariat* (1980), no qual levanta a polêmica tese, incômoda ao marxismo, sobre as razões do fracasso do socialismo e como o capitalismo teria vencido enquanto sistema social.

12. Ver: <<https://exame.com/economia/apps-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 26 Ago. 2020.

13. Ver, por exemplo, o livro de Tom Slee (2019), *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*.

14. O último filme de Ken Loach (2019) “Você não estava aqui”, é belíssimo ao ilustrar esta triste realidade.

Ao avançar, especialmente com seus livros posteriores *Misérias do presente, riqueza do possível* (2004) e *O imaterial* (2005), Gorz desenvolve a tese que mais nos interessa aqui, ou seja, a de que o conhecimento se torna uma força produtiva sem precedentes, e especialmente o conhecimento tecnológico. Não por acaso, o autor vai definir o período atual de “pós-fordismo” como uma “sociedade do conhecimento” ou “sociedade do imaterial” (Gorz, 2004; 2005). A análise do autor é de fundamental importância pois permite compreender funcionalmente como o mundo empresarial vai se reorganizar através da tecnologia. Toda a reestruturação produtiva que ocorre no capitalismo global desde a década de 1970 pode assim ser compreendida antes de tudo como “reestruturação tecnológica”. Sem o domínio de tecnologias específicas seria impossível, por exemplo, o processo de terceirização e informalização do capitalismo, protegendo algumas “empresas mães”, nos termos de Gorz, enquanto a maioria das atividades vai ser precarizada em uma lógica de “terceirização em cascata” (Gorz, 2004).

O ponto nodal aqui é que os grupos empresariais centrais só conseguem manter o seu poder e controle sobre os “parceiros” através da posse de tecnologias específicas que não são democratizadas. Além disso, atualizando a análise de Gorz, os gigantes da tecnologia como Amazon, Google e Facebook são os que mais lucram especialmente na atual crise de pandemia do Covid-19, em um contexto que já tem sido definido como “capitalismo digital”. Com isso, os trabalhadores “digitais” na base do sistema não possuem nenhum direito, garantia ou proteção. Neste contexto, em países como o Brasil ter um salário razoável fixo e garantido já se tornou privilégio da classe média alta. Este cenário de generalização da condição de descartabilidade, com isso, é o contrário de qualquer ideia de *Welfare State* e pacto social. Mais recentemente, Randall Collins (2013) diagnosticou que a ascensão da inteligência artificial fará com a classe média o que a mecanização fez com a classe trabalhadora manufatureira, gerando um amplo quadro de desemprego para uma classe que fez todas as suas apostas na educação como forma de escapar do destino “redundante” dos trabalhadores. Esse desemprego colocará em risco o estilo de vida dessa classe que ratifica toda a ideologia do capitalismo com sua crença no trabalho duro, diversão intensa e consumismo. Só que, longe de ver esse processo de forma desesperançada, Collins vislumbra o declínio do capitalismo e as potencialidades do socialismo.

Na próxima seção procuraremos mostrar como as dimensões da moralidade, da ideologia e da cultura surgem no debate recente, em complemento à dimensão da economia política, formando assim um breve panorama geral das interpretações contemporâneas sobre o capitalismo.

Moralidade, ideologia e cultura do capitalismo contemporâneo

No cenário da teoria crítica recente, destaca-se a obra magna de Axel Honneth (2015), seu livro *O direito da liberdade*, no qual o autor vai dedicar uma parte inteira à reconstrução da relação entre moralidade e mercado. Para o autor, a moralidade pode ser definida como um conjunto de interações éticas que precedem as relações de troca instrumentais no mercado (Honneth, 2015). Com isso, o autor chama a atenção para o significado que perpassa qualquer relação social no plano da economia política. Na perspectiva de seu funcionalismo normativo, Honneth procura com isso fazer uma atualização normativa das relações de mercado a partir da lógica da moralidade.

Ao concordar com outros autores de sua geração e recorrendo em vários momentos, por exemplo, à obra de Robert Castel, Honneth vai ratificar com o diagnóstico de que, a partir dos anos de 1970, com a ruptura do *Welfare State*, presenciamos um novo momento na história do capitalismo contemporâneo, que ele vai definir como marcado patologicamente por um contexto de anomia. Neste cenário, a plena realização da liberdade social¹⁵, o que seria o objetivo maior das sociedades ocidentais, seria impedida nas esferas do mercado, da política e das relações pessoais. Ao pensar especialmente na esfera do mercado e recorrendo a toda uma tradição de autores como Hegel, Durkheim, Parsons e Polanyi, Honneth vai mostrar que o mercado poderia ser uma esfera de produção da liberdade social, se historicamente não tivesse se transformado em um reino de relações patológicas e anômicas, definidas pela não liberdade de todas as partes envolvidas nas trocas da economia de mercado¹⁶.

Com isso, a obra de Honneth nos permite compreender como ocorre a atualização da “moralidade do capitalismo”, ou seja, como as interações éticas e os julgamentos de valor das sociedades atuais se transformam a partir da década de 1970, caminhando no sentido da consolidação de uma moralidade que parece cada vez mais profundamente meritocrática. Neste sentido, é muito interessante a análise feita por Sighard Neckel, tomando emprestado um conceito de Habermas, sobre o atual processo de “refeudalização” do capitalismo (Neckel, 2016). Por fim, também na esfera do consumo, Honneth vai identificar uma carência de precondições institucionais que poderiam transformá-la em uma instituição que proporcionasse a liberdade social. Por fim, o autor vai apostar em uma “recivilização moral” da economia de mercado, o que dependeria do fortalecimento de comunidades internacionais com poder de veto e com o apoio da opinião pública, para impor impedimentos objetivos aos mecanismos de desregulação do mercado.

15. Para reavivar a práxis ética, Honneth se propõe a identificar as anomias e patologias sociais que comprometem a liberdade social, o que significa fazer dos interesses e das necessidades do outro condição para a própria liberdade.

16. Sua análise nos permite pensar, por exemplo, em como o atual contexto autoritário e de intolerância se conforma em um conjunto de interações éticas que radicalizam e justificam a lógica predatória das relações do capitalismo no plano da economia política.

Outro livro que é um marco nesta discussão é *O novo espírito do capitalismo*, de Boltanski e Chiapello (2009). Apesar de conhecida no Brasil, a obra de Boltanski tem sido muito mais discutida no plano mais abstrato da teoria social, considerando sua discussão sobre o que é crítica social, do que propriamente na dimensão de um debate sobre capitalismo, o que é de fato o problema central do livro. Embasados em ampla pesquisa empírica, a comparar as mentalidades dos executivos nos anos de 1960 e 1990, os autores desenvolveram a importante noção de “terceiro espírito do capitalismo”. Para tanto, revisitando as obras de alguns clássicos e fazendo uma ampla descrição analítica das transformações da sociedade de classes na França no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, os autores vão definir três momentos e três consequentes “espíritos” do capitalismo, recorrendo assim à clássica noção de Max Weber.

O primeiro espírito seria aquele descrito por Werner Sombart, ou seja, situado no final do século XIX, que coloca no epicentro a figura do burguês empreendedor e a descrição dos valores burgueses. Assim, a figura do empreendedor, do capitão de indústria e do conquistador concentram elementos heroicos da descrição, pondo ênfase no jogo, na especulação, no risco e na inovação (Boltanski & Chiapello, 2009).

O segundo espírito é aquele que se consolida entre as décadas de 1930 e 1960, colocando a ênfase muito mais na organização em si do que no empresário individual. Este tem como figura heroica o executivo que, mais do que os acionistas, leva a cabo os interesses gerais da empresa e sua consolidação. O segundo espírito também encarna o ideal cívico das empresas, em seu papel na promoção da justiça social ao lado do Estado.

O terceiro espírito, em contrapartida, que se esboça a partir dos anos de 1970 e se mostra em toda nitidez nos anos de 1990, é aquele que vai valorizar o trabalho em equipe e as iniciativas coletivas nas cidades por projetos, apagando a figura da dominação, da autoridade e da hierarquia social, encarnada com todo vigor no grande executivo do segundo espírito. O terceiro espírito com isso apresenta forte teor ideológico, escondendo um capitalismo altamente hierarquizado que radicaliza sua dominação e a consequente desigualdade entre as classes. Não por acaso, o conceito de ideologia utilizado remete-se a Louis Dumont, para quem a ideologia constitui um conjunto de crenças compartilhadas, inscritas nas instituições, comprometidas em ações e, exatamente por isso, ancoradas no real. Ou seja, esta noção de ideologia envolve a tematização da busca por legitimação e engajamento que o capitalismo precisa realizar para ter seu ancoramento em indivíduos de carne e osso.

Além disso, Boltanski e Chiapello apresentam uma definição de capitalismo bastante pertinente, compreendendo este sistema como baseado na exigência de acumu-

lação ilimitada de capital mediante meios formalmente pacíficos¹⁷. Esta definição é interessante para pensarmos como o capitalismo hoje é um sistema que administra o caos e um conjunto de crises, especialmente agora, no contexto da pandemia. Por fim, na precisa definição dos autores, o espírito do capitalismo seria a ideologia que justifica o compromisso com o sistema. Ou seja, este espírito seria um conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar tal ordem e manter, legitimamente, os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Ao pensarmos o cenário atual, podemos dizer que, com isso, o terceiro espírito ao mesmo tempo incentiva a iniciativa individual no mercado e corrobora a intervenção autoritária do Estado, de modo a legitimar uma ordem desigual ainda mais profunda do que em períodos anteriores.

Por fim, Richard Sennett vai se debruçar sobre o tema, procurando compreender este período que ele define como “novo capitalismo”, o que coincide com nossa definição de “capitalismo contemporâneo”. O principal aspecto de sua obra se concentra exatamente nos danos pessoais causados por esta nova ordem, que ele vai apropriadamente definir como “corrosão do caráter” (Sennett, 2006). Para o cientista social norte-americano, o principal aspecto da nova cultura capitalista é a ideologia do trabalho em equipe, que, na verdade, esconde as verdadeiras estruturas rígidas do sistema. Neste sentido, o ideal da flexibilidade sugere uma disposição individual, elogiada como uma “habilidade”, e que, com efeito, coloca os indivíduos totalmente à disposição dos interesses empresariais.

No contexto da obra de Sennett, podemos compreender a cultura em sentido prático, ou seja, no sentido da cultura cotidiana que é desenvolvida no interior do mundo empresarial, especialmente pelas grandes corporações. Para o autor, esta cultura corrói o caráter individual no sentido de destruir as capacidades individuais para construir laços duradouros. Em termos simples, o indivíduo que muda de empresa constantemente não estabelece vínculos sólidos em nenhum lugar, o que mina a resistência e a organização de classe. O caráter aqui não deve ser compreendido no sentido da boa-fé de uma pessoa, mas sim como um conjunto de habilidades para a solidariedade e a ação coletiva. Esta compreensão se afina com a noção de individualismo negativo de Robert Castel, com a qual vão concordar também Ulrich Beck e Axel Honneth, ao mostrar que, no fundo, os indivíduos são atomizados e abandonados à própria sorte.

Como consequência, Sennett (2015) vai perceber que uma das características centrais deste novo capitalismo é a ampliação do “fantasma da inutilidade”, até mesmo para as classes médias, mais uma vez afinado com Castel, que vai definir o mesmo contexto com a noção de “zona de vulnerabilidade”. Ambos estão percebendo

17. Boltanski avança com sua análise sobre capitalismo, ao lado de Arnaud Esquerre, com a ideia de uma “economia do enriquecimento” (Boltanski & Esquerre, 2020). Entretanto, sua obra clássica, que aqui analisamos, apresenta uma validade analítica que não se restringe a aspectos específicos da conjuntura pós-crise de 2008.

do sistematicamente a construção de um cenário de naturalização da condição de descartabilidade em países centrais do capitalismo, o que nunca foi novidade na periferia.

No geral, estamos tratando aqui de autores do Atlântico Norte que, a partir de suas realidades nacionais, levantaram questões universais sobre as transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, que podem ser aplicadas ao caso brasileiro. É preciso, entretanto, que esta tarefa seja levada a cabo. Foi neste sentido que idealizamos o presente dossiê que agora trazemos ao público. No tópico seguinte, apresentaremos os artigos presentes no dossiê, assinados por alguns pesquisadores estrangeiros, mas também por alguns dos principais pesquisadores e pesquisadoras brasileiros que têm feito o esforço sistemático de sintetizar teoria e pesquisa empírica, pensando especialmente a partir do contexto brasileiro.

Multiplicidade de interpretações contemporâneas do capitalismo

No artigo de abertura do dossiê, intitulado “Capitalismo de risco. *Landnahme*, crise bifurcada, pandemia: chance para uma revolução sustentável?”, Klaus Dörre faz uma análise dos riscos do capitalismo global a partir de sua teoria da *Landnahme* capitalista. Com este conceito, o autor procura definir a lógica do capitalismo a partir de sua necessidade constante de expansão e de apropriação de um outro não capitalista. Ele define a crise atual como bifurcada, no sentido de que tanto a questão socioeconômica como a questão ecológica, radicalizadas no contexto atual, colocam especialmente os países ricos diante de um dilema inevitável, a saber, a necessidade de uma revolução sustentável. Por fim, o autor utiliza este raciocínio para pensar a pandemia e defender uma sociologia pública que nos forneça instrumentos analíticos para evitar o desfecho do capitalismo de risco¹⁸.

Boike Rehbein, por sua vez, no artigo “Capitalism and inequality”, vai fazer uma reconstrução teórica e histórica dos conceitos de capitalismo e desigualdade. Para o autor, o capitalismo em seu formato desenvolvido na Europa ocidental tem muito mais a ver com o crime organizado do que com um sistema de leis naturais. Esta realidade pode ser vista, por exemplo, na privatização das finanças e na brutalidade e ilegalidade do colonialismo, tema ao qual Rehbein vai dedicar uma importante parte de seu texto e argumentação. A ideia mais provocativa do autor é que o objetivo central do capitalismo não é a acumulação de riquezas em si, mas sim um objetivo político, ou seja, atualizar e perpetuar a dominação social. Para tanto, ele vai mostrar, com embasamento histórico, que a dominação no capitalismo difere das formas de dominação anteriores exatamente por que ela é construída através da

18. Por ser uma tradução do original publicado em alemão, este artigo está presente apenas na versão do dossiê publicada online pela *Sociedade e Estado* <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/index>>, não estando presente na versão do dossiê reproduzida pela SciELO, que não publica traduções.

acumulação de riquezas, o que não se mostra como tal. Esta realidade do capitalismo global pode ser vista, por exemplo, na relação assimétrica entre as nações que se monta com o colonialismo e se perpetua até os dias atuais. Ademais, Rehbein vai fazer uma importante distinção analítica entre classes econômicas e classes sociais, aspecto este central de toda a sua análise, na intenção de compreender como a desigualdade realmente se reproduz no capitalismo moderno.

Com o título provocativo “Do tempo escolhido aos fins do sono: tempo de trabalho e renda básica no capitalismo”, Josué Pereira da Silva faz uma reconstrução histórico-teórica dos debates sobre a redução do tempo de trabalho e da renda básica, chamando atenção para a passagem da utopia do 3 x 8 – oito horas de sono, oito horas de trabalho e oito horas de lazer –, que inspirou as lutas pelas oito horas de trabalho, para a distopia do 24/7, na qual os indivíduos estão conectados o tempo todo, todos os dias, tornando imperceptível a separação entre o tempo de trabalho e os demais tempos da vida. Sem falar que o 24/7 coloca em xeque o sono, último refúgio de resistência à lógica da mercantilização. Ao tomar como base as teorias de Karl Marx e André Gorz para discutir os temas do tempo de trabalho e da renda básica, Silva analisa como o neoliberalismo, com a máxima do Estado mínimo “que só precisa ser mínimo quando se refere à proteção dos mais vulneráveis”, levou ao aumento da pobreza e das desigualdades sociais. A crise do capitalismo de 2008 deixou evidente a quem o Estado mínimo serve, uma vez que o Estado foi convocado a salvar a globalização capitalista e, tão logo o mercado se recuperou, prontamente, voltou a defender a máxima da autorregulação e das políticas de austeridade. Mesmo não pretendendo fazer uma análise de conjuntura, o autor afirma que a pandemia do coronavírus não só escancara as desigualdades sociais e assimetrias de classe, como também evidencia os problemas do desmantelamento das redes de proteção social. E aí não só somos chamados a reconhecer a importância do Sistema Único de Saúde (SUS), como também da garantia de uma renda básica para boa parte da população. Apesar de reconhecer que o discurso hegemônico das elites é de reafirmação da ode do livre mercado e do Estado mínimo, Josué vê uma brecha para que a ideia de uma renda básica se coloque no espectro político para além de uma ajuda emergencial.

Na sequência, Cinara Rosenfield e Thays Wolfarth Mossi discutem as novas configurações do mercado de trabalho em tempos de “uberização”. No artigo “Trabalho decente no capitalismo contemporâneo: dignidade e reconhecimento no microtrabalho por plataformas”, as autoras analisam o relatório feito pelo Bureau International do Trabalho (BIT) sobre a novidade, os problemas e os desafios do trabalho por plataformas digitais geridas por algoritmos. Uma das características do trabalho por plataformas é o estabelecimento de relações de trabalho triangu-

lares entre trabalhador, plataforma e clientes, nas quais se radicalizam as noções de alienação e exploração do trabalho típicas do taylorismo, ao mesmo tempo em que se criam novas formas de organização produtiva que tornam ainda mais difícil a mensuração e o reconhecimento do valor do trabalho. O microtrabalho se caracteriza pela realização de tarefas solicitadas pelos clientes às plataformas, que contratam os trabalhadores para a execução dessas atividades, sem proteção social e vínculo trabalhista ou com um projeto maior. A ideia é que as plataformas façam a intermediação entre o cliente e o trabalhador, que é contratado por tarefa ao minuto. A precarização do trabalho fica evidente pela ausência de proteção social, de vínculo trabalhista, e pelas relações assimétricas entre clientes e trabalhadores. Os clientes podem se recusar a pagar por um determinado trabalho por achar que o produto entregue não está à altura de suas pretensões, sem precisar justificar as razões de sua recusa. Os trabalhadores, por sua vez, arcam sozinhos com o ônus do trabalho – a incerteza quanto aos rendimentos, o investimento no instrumento de trabalho, acesso à internet e ausência de qualquer forma de proteção coletiva (proteção social, regulação do tempo e das condições de trabalho, negociação coletiva, dentre outras). O argumento desenvolvido pelas autoras é que o relatório do BIT, ao elencar os componentes da precarização do microtrabalho e apresentar remédios a serem adotados para constituir uma agenda de reivindicações que possa garantir um trabalho decente nas plataformas digitais, desconsidera a dimensão moral do trabalho, que é anterior às reivindicações representativas e redistributivas apontadas pelo relatório. Para isso, as autoras propõem uma ampliação da noção de justiça social, articulando *insights* do pensamento de Alain Supiot, Nancy Fraser e Axel Honneth.

Ao levar adiante a discussão sobre o mercado de trabalho na atualidade, Jacob Carlos Lima, em seu artigo “Globalização periférica e a resignificação dos lugares”, examina as novas configurações do trabalho decorrentes de reestruturação industrial, ocorrida desde os anos de 1990, investigando os efeitos da inserção de regiões periféricas do Nordeste à lógica da produção capitalista global. O autor discute as mudanças geradas em territórios sem tradição industrial e trabalho organizado, com economia estagnada, ou cujo motor da economia são as atividades agrícolas tradicionais com sua integração a um quadro de expansão de mercados globais. Ao constatar que o local se integra ao global de diferentes formas, complementares e heterogêneas, o autor reflete sobre esse processo, examinando três setores produtivos instalados em sub-regiões do Nordeste – setor de confecção, de produção de software e da indústria automobilística. A reconfiguração social e cultural do local é avaliada a partir da terceirização da produção têxtil na região do Seridó, no Rio Grande do Norte; da produção de software em João Pessoa, na Paraíba; e do deslocamento da indústria fordista para o interior, mais especificamen-

te, para Goiana, em Pernambuco. Lima demonstra como a globalização é múltipla, num mesmo território coexistem diversas formas de emprego – formais, informais e precários –, sendo as práticas sociais transformadas por processos sociais mais amplos, sem perder suas especificidades.

Por fim, Thomas Kühn, Daniela Gomes Alcoforado e Miriam Leite Farias, no artigo intitulado “*New normalcy? Consumption and identity between reproduction of social inequalities and social transformation in Brazil*”, realizam uma análise sobre o “novo normal”, termo em evidência atualmente, e sua relação com o consumo e as mudanças de narrativas na identidade pessoal. Para tanto, recorrem a perspectivas teóricas de autores como Erich Fromm e Thomas Kühn. O estudo analisou as narrativas de mudanças de consumo apresentadas por brasileiros entrevistados no atual período de distanciamento social. Como conclusão, o artigo argumenta que a pandemia estimula as pessoas a refletirem com responsabilidade sobre seu consumo, mas também destaca como o consumo contribui para a reprodução da desigualdade social, levando a polarizações dentro da sociedade.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para 99%: Um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo. Novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

_____. *Die Neuvermessung der Ungleichheit unter den Menschen*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 2008.

_____. *Schöne neue Arbeitswelt*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 2007.

_____. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1986.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc; ESQUERRE Arnaud. *Enrichment. A critique of commodities*. Cambridge (UK): Polity press, 2020.

BROWN, Wendy. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. *Political Theory*, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

COLLINS, Randall. The end of middle-class work: No more escapes. In: WALLERSTEIN, Immanuel; COLLINS, Randall; MANN, Michael; DRERLUGUIAN, Georgi; CALHOUN, Craig. *Does capitalism have a future?* Oxford (UK): Oxford University Press, 2013.

CROUCH, Colin. *The strange non-death of neoliberalism*. Cambridge (UK): Polity, 2011.

FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as condições políticas do capitalismo financeirizado. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 23, n. 2, p. 153-188, Jul./Dez. 2018.

_____. Por trás do laboratório secreto de Marx. Por uma concepção expandida do capitalismo. *Direito & Práxis*, v. 6, n. 10, p. 704-728, 2015a.

_____. Las contradicciones del capital y los cuidados. *New Left*, v. 100, p. 111-132, Sep./Oct. 2015b.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo: Una conversación desde la Teoría Crítica*. Madrid: Morata, 2019.

GILL, Stephen. New constitutionalism, democratisation and global political economy. *Pacífica Review*, v. 10, n. 1, p. 23-38, 1998.

GORZ, André. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

_____. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Abschied vom Proletariat. Jenseits des Sozialismus*. Frankfurt am Main (DE): Europäische Verlagsanstalt, 1980.

HONNETH, Axel. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

LESSENICH, Stephan. *Neben uns die Sintflut. Wie wir auf Kosten anderer Leben*. München (DE): Piper, 2018.

NACHTWEY, Oliver. *Die Abstiegs-gesellschaft. Über das Aufbegehren in der regressiven Moderne*. Frankfurt (DE): Suhrkamp, 2016.

NECKEL, Sighard. Die Refeudalisierung des modernen Kapitalismus. In: BUDE, Heinz; STAAB, Philipp. *Kapitalismus und Ungleichheit. Die neuen Verwerfungen*. Frankfurt (DE); New York: Campus, 2016.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Coronavírus: Tudo o que é sólido desmancha no ar*. “Dossiê Boitempo Covid 19”. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/02/coronavirus-tudo-o-que-e-solido-desmancha-no-ar/>>. Acesso em: 01 Ago. 2020.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2015.

_____. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SLEE, Tom. *Uberização. A nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Iuperj; Editora UFMG, 2003.

STIGLITZ, Joseph. After neo-liberalism, progressive capitalism. *Project Syndicate*, 2019. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/after-neoliberalism-progressive-capitalism-by-joseph-e-stiglitz-2019-05>>. Acesso em: 01 Ago. 2020.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: A crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *How will capitalism end?* Londres; New York: Verso, 2016.

SUMMERS, Lawrence. US economic prospect: secular stagnation, hysteresis, and the zero lower bound. *Business Economics*, v. 49, n. 2, p. 65-73, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system*. New York: Academic Press, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel; COLLINS, Randall; MANN, Michael; DRERLUGUIAN, Georgi; CALHOUN, Craig. *Does capitalism have a future?* Oxford (UK): Oxford University Press, 2013.

Sites consultados

<<https://exame.com/economia/apps-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 26 Ago. 2020.

<<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-vai-acabar-o-capitalismo/>>. Acesso em: 01 Ago. 2020.

<<https://blogdaboitempo.com.br/dossies-tematicos/dossie-coronavirus/>>. Acesso em: 01 Ago. 2020.

Filme

LOACH, Ken. “Você não estava aqui”. Grã-Bretanha, 2019, independente, 101 min.



Capitalismo de risco.

Recebido: 20.07.20
Aprovado: 17.08.20

*Landnahme**, crise bifurcada**, pandemia: chance para uma revolução sustentável?***

Klaus Dörre****

Resumo: A pandemia de coronavírus é uma catástrofe médica que se conecta a uma crise econômica e ecológica bifurcada. Esta constelação constrange as sociedades ricas do Norte Global, mas igualmente países em desenvolvimento, a uma grande transformação, isto é, à revolução sustentável. Esta é a principal tese desta contribuição: a Covid-19, a desigualdade social crescente e os perigos ecológicos em grande escala são entendidos como repulsões de uma cadeia de *Landnahmen* que coloca em xeque os pressupostos do entrelaçamento global. A *Landnahme* é o conceito que demonstra a expansão das sociedades capitalistas. O capitalismo precisa se expandir para se reproduzir. A incorporação de um outro não capitalista consistentemente causa crises de reprodução social. A atual crise do Corona não pode ser compreendida sem o *crash* financeiro de 2007-2009, sem o interregno político dos anos pós-crise e a tendência a democracias bonapartistas. Espontaneamente, nem a pandemia de Coronavírus, nem a desigualdade, tampouco a destruição ambiental conduzem a um “*Build Back Better*” (reconstruir melhor). O Estado de exceção não se encontra nestas condições. Em contraste, lutas por distribuição e a erosão da solidariedade são perigos adicionais para a transição à sustentabilidade. Se a revolução sustentável atrasada permanecer bloqueada, o capitalismo se tornará um risco incalculável. Esta contribuição demanda uma sociologia pública que se oriente pelas Metas de Desenvolvimento Sustentável (MDS) e cria um enquadramento que permite questionar a pressão por crescimento, o constrangimento em direção à expansão do mercado e a acumulação expansiva de propriedade.

Palavras-chave: *Landnahme*. Pandemia. Bonapartismo. Sociologia pública. Sustentabilidade.

*Venture capitalism. Landnahme, bifurcated crisis, pandemic:
chance for a sustainable revolution?*

Abstract: The Coronavirus pandemic is a medical catastrophe, which links itself to an economic and ecological pincer crisis. This constellation constrains the rich societies of the global North, but also the large developing countries, to a great transformation, that is, to a sustainable revolution. This is the main argument of this contribution: Covid-19, the increasing inequality and large scaled ecological dangers are understood as repulsions of a chain of Landnahmen, which undermine the pré conditions of global linkage. Landnahme is a concept that demonstrates the expansion of capitalist societies. Capitalism must expand in order to reproduce itself. The incorporation of a non capitalistic other consistently causes crises of social reproduction. Without the financial crash of 2007-09, the political interregnum of the post crisis years and the tendency towards bonapartist democracies the present Corona crisis cannot be understood. Spontaneously, neither the Corona pandemic nor inequality nor the environmental destruction conducts to a “Build Back Better”. The national State of emergency is at this position. Instead hard struggles for distribution and the erosion of solidarity additionally jeopardizes the transition to sustainability. If

* Klaus Dörre vem desenvolvendo há bastante tempo sua teoria da *Landnahme* capitalista. Não há uma tradução exata para o termo em português, por isso resolvemos manter no original. Traduzido literalmente, este conceito significa apropriação ou aquisição de terras (*land grabbing*, em inglês). Entretanto, no arcabouço teórico do autor, o conceito é utilizado para definir a expansão capitalista em amplo sentido. Ou seja, *Landnahme* significa a expansão e a conquista capitalista constante de um outro não capitalista. Este outro pode ser um território, grupos populacionais, classes sociais, modos de produção, formas de vida e padrões de conhecimento ou dados, que ainda não tenham sido subsumidos totalmente aos valores de troca da lógica de lucro dominante no capitalismo.

** O autor usa o conceito de *Zangenkrise*. A palavra *Zange* significa pinça, o que nos remete à ideia de encruzilhada ou bifurcação.

*** Tradução:
Ricardo Visser,
pós-doutorando
em direito na
Universidade
Estadual do Rio de
Janeiro (UERJ).
<ricardovis@gmail.
com>.
Revisão técnica:
Fabrício Maciel,
professor do
Departamento de
Ciências Sociais da
Universidade Federal
Fluminense (UFF-
Campos) e do PPG
Sociologia Política
da Universidade
Estadual do Norte
Fluminense Darcy
Ribeiro (UNF).
<maciefabricio@
gmail.com>.
Patrícia Mattos,
professora do
Departamento de
Ciências Sociais e
da Pós-Graduação
em História da
Universidade Federal
de São João del-Rei
(UFSJ).
<pamattos@uol.com.
br>.

Publicado
originalmente
sob o título Risiko
Kapitalismus.
Landnahme,
Zangenkrise,
Nachhaltigkeits-
revolution. In: Dörre,
Klaus; Rosa, Hartmut;
Becker, Karina; Bose,
Sophie; Seyd,
Benjamin
(Orgs.), Große
Transformation? Zur
Zukunft moderner
Gesellschaften.
Edição especial
da *Berliner Journal
für Soziologie*.
Wiesbaden: Springer
Editora, p. 3-34,
2019. Tradução
devidamente
autorizada pelo
autor, que detém os
direitos autorais.

the overdue sustainable revolution remains blocked, capitalism itself becomes an incalculable risk. The contribution pleads for a public sociology of sustainability, which orients itself on Sustainable Development Goals (SDGs) and creates a framework which enables to challenge the pressure for growth, the constrain towards market expansion and expansive accumulation of property.

Key Words: Landnahme. Globalization. Pandemic. Bonapartism. Public sociology. Sustainability.

1. Introdução

As sociedades capitalistas industrialmente desenvolvidas encontram-se em meio a uma decisiva crise econômica e ecológica. Uma vez que o meio mais importante para a superação de crises econômicas – a geração de crescimento econômico – confirma-se como crescentemente destrutivo, além de socialmente corrosivo, os antigos centros capitalistas estão diante de uma inflexão decisiva: ou bem conseguem moldar o crescimento econômico, de maneira ecológica e socialmente sustentável, ou precisarão encontrar caminhos para garantir estabilidade sem crescimento acelerado (Jackson, 2009: 128). Assim era a descrição de uma situação decisiva de uma época há uma década. Confrontados com os efeitos da crise bifurcada (*Zangenkrise*) e da pandemia, faz-se necessário um apontamento: os países capitalistas do Norte Global encontram-se diante de uma revolução sustentável, a qual será bloqueada por conta da crise do coronavírus e seus desenlaces. Contudo, caso as relações de dominação sedimentadas impeçam a transição para a sustentabilidade social e ecológica, o capitalismo transforma-se, ele próprio, em risco incalculável.

Para justificar esta concepção, recomenda-se compreender o elo entre acumulação, crescimento e sustentabilidade de maneira mais precisa. Portanto, o entendimento desta aliança ocorre na discussão com a teoria da modernização reflexiva, pois esta corrente foi um dos poucos diagnósticos sociológicos que dedicou a devida atenção aos grandes riscos ecológicos (Beck, 1996). Dado que resultados de anos de pesquisa não se deixam resumir em um único artigo, é preciso, neste caso, permanecer no fundamento da argumentação. Eu desenvolverei o argumento em seis etapas. Primeiramente, apresentarei um esclarecimento teórico preliminar. O paradoxo da expansão da dinâmica capitalista será posto à luz sob a perspectiva do teorema da *Landnahme* (seção 2). Na próxima etapa apreenderemos, em sua autonomia relativa, a coerção para acumular, o impulso político-ideológico de expansão e o imperativo do crescimento (3). Assim sendo, conhecimentos conquistados podem ser utilizados na análise do diagnóstico do presente e seus efeitos (4, 5). Segue-se uma digressão sobre os efeitos da pandemia do coronavírus (6). Por fim, empreendo uma discussão sobre possíveis saídas da crise (7).

2. Fundamentos: o que significa a *Landnahme* capitalista?

Ulrich Beck concebeu a modernização reflexiva em ruptura com a teoria clássica do capitalismo. À sociologia ele prescreve um familiar “consenso de modernização entre Marx, Weber, Adorno e Luhmann” (Beck, 1996: 36), no qual prima uma problemática premissa de linearidade. Segundo esta corrente, há continuamente coerções supraindividuais que constroem o sentido subjetivo da ação. Com isso, transformações sociais qualitativas só podem ser pensadas enquanto revoluções. Colocar a si próprio sob ameaça através de perigos ecológicos explode este esquema: “a modernização em curso progressivo coloca os próprios fundamentos da modernização das sociedades industriais às claras” (Beck, 1996: 36). Nos centros de poder da primeira modernidade, nos vemos confrontados com fenômenos, os quais se subtraíram aos roteiros decisórios e aos antes preservados cálculos de racionalidade. A “gaiola da servidão” de Weber explode e a humanidade se veria entregue às coerções formativas de outra modernidade.

No que concerne ao efeito socialmente transformador dos conflitos ecológicos da sociedade, Beck tinha razão em pontos importantes. Contudo, seu distanciamento da teoria clássica do capitalismo se provou, após certo tempo, incorreta. Muitos dos mecanismos de expansão, que trazem à tona conflitos ecológicos, não se deixam compreender por completo sem o instrumentário da clássica análise do capitalismo. A ambição do teorema da *Landnahme* é fundamentar esta concepção. Em sua utilização sociológica (Lutz, 1984; Dörre, 2009) o conceito de *Landnahme* reflete um paradoxo de expansão¹, que não é compatível com a representação linear da modernização. *Landnahme* significa: o capitalismo deve se expandir para existir. Ele está orientado, em todas as suas dimensões, à contínua ocupação de “nova terra”. Neste contexto, terra não significa estritamente território, mas povos, modos de produção, formas de vida e, recentemente, também dados e reservas de conhecimento, os quais ainda não estão completamente subsumidos à troca de mercadorias motivada pelo lucro. Em função de sua bem sucedida expansão, o modo de produção capitalista paulatinamente destrói aquilo que necessita para sua reprodução extensiva. Quanto mais eficientemente a máquina de acumulação e mercantilização funciona, mais ela enterra efetivamente a capacidade de autorreprodução de recursos sociais e naturais, sem os quais as sociedades capitalistas são incapazes de sobreviver.

Evidentemente este paradoxo não causa o colapso automático do capitalismo. Ele coloca em curso uma dinâmica circular e contraditória, a qual porta consigo mecanismos recorrentes de estabilização do modo de produção capitalista. Se seguirmos Karl Marx, então este movimento se refere à acumulação primitiva do capital

**** Klaus Dörre é professor de sociologia econômica, do trabalho e da indústria no Instituto de Sociologia da Friedrich-Schiller Universität Jena, Alemanha. Também é diretor do DFG-Kollegs “Postwachstums-gesellschaften”.

1. Estamos diante de um paradoxo quando uma dinâmica que produz um determinado efeito conduz ao seu contrário.

(Marx, 1973: 741-802). Em contraste com a imagem dominante e pacífica da assim chamada acumulação primitiva, Marx compara a real constituição do modo de produção capitalista com a “tentação” do Jardim do Éden. O capitalismo não foi gestado por si próprio e não é, de modo algum, o resultado de um destacado impulso de poupança de proprietários de patrimônios. Antes de qualquer coisa, Estado, coerções extraeconômicas, acumulação através da expropriação rural violenta, roubo de bens eclesiásticos, privatização de território comunitário, colonização e escravidão auxiliam no seu nascimento. O decisivo não é, no entanto, a gestação violenta da transição – enfatizado por Marx (Kocka, 2013: 44; Fulcher, 2007: 42) –, mas a referência ao propulsor central da expansão capitalista. A separação entre produtores e meios de produção, a emergência da propriedade privada capitalista e o surgimento do dobro de trabalhadores assalariados constituem uma relação social, cuja reprodução estendida força uma expansão. Analisados em conjunto, não apenas mercadorias ou lucro são produzidos, o processo de produção capitalista “produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado os capitalistas e, de outro, os assalariados” (Marx, 1973: 604). No capitalismo industrial, com seus estrangimentos microeconômicos, movidos pela concorrência em direção à contínua revolução das forças produtivas, realiza-se a reprodução em forma estendida. Por isso, o capitalismo não se deixa reduzir apenas à troca entre dinheiro e mercadoria (D-M-D), orientada pelo lucro. Inicialmente, apenas podemos falar em capitalismo tão logo a mais-valia obtida (MV) ou lucro (L), num dado período produtivo, seja investido (ou pelo menos uma parte) em outro período produtivo subsequente e as mercadorias excedentes sejam vendidas, de modo que a mais-valia ou o lucro, em sua forma monetária (um excedente em dinheiro (D), possa vir a ser gerado. Este movimento é fundamentalmente expansivo. Ele não pode, e esta é a concepção central do teorema da *Landnahme*, se reproduzir em função de si próprio, porquanto está destinado à constante incorporação do que lhe é alheio (ou exterior (*Außen*), isto é, de um outro não capitalista. Levando em conta o problema proposto, este pensamento deve ser especificado de duas maneiras.

A acumulação do capital realiza-se, *a todo tempo, como duplo movimento, e na dependência de um outro não capitalista*. Enquanto Marx partia da ideia de que a imposição violenta do modo de produção capitalista eficiente permaneceria um episódio histórico, já que a força de trabalho reconheceria as exigências resultantes da “educação, tradição e costumes como leis naturais evidentes (Marx, 1973: 765), Rosa Luxemburgo observava a dinâmica capitalista precisamente como acumulação primitiva contínua (Luxemburg, 1975a: 398). É apenas nos “mercados internos capitalistas”, nos quais a exploração repousa, formalmente, no princípio da troca equivalente, que o capitalismo pode se reproduzir extensivamente de si próprio. O outro movimento se desdobra no intercâmbio com mercados “externos”, que não são inteiramente

capitalistas, sendo marcados por trocas desiguais, degradação social, sobre-exploração e disciplinarização estatal (Luxemburg, 1975a: 315). A distinção entre “interno” e “externo” não é, neste caso, relativa à “geografia política”, mas à “economia social” (*soziale Ökonomie*). Ademais, os mercados capitalistas internos comportam-se expansivamente em relação aos “externos”. A *Landnahme*, ou a mercantilização de uma exterioridade, se assemelha a extensivos e prolongados “desmantelamentos” e “assimilações” (Luxemburg, 1975a: 364) de ambientes não capitalistas. Na esteira deste processo emergem “formas mistas peculiares entre o moderno sistema de assalariamento e relações de dominação primitivas” (Luxemburg, 1975a: 312). Como exemplos, Luxemburgo aponta, dentre outros, “a aniquilação planejada, consciente e a segmentação da propriedade comunal”, a qual a política colonial francesa levou a cabo em suas colônias árabes (Luxemburg, 1975a: 328), ou o “trabalho assalariado forçado”, introduzido pelos conquistadores espanhóis na exploração das populações indígenas na América Latina (Luxemburg, 1975c: 670). Um caso atualmente impressionante se deixa entrever no trabalho forçado desempenhado pelos felás² egípcios: seu trabalho serviu ao financiamento de dívidas públicas, contraídas pela elite nacional junto ao capital financeiro internacional, para realizar grandes obras como o canal de Suez (Luxemburg, 1975b: 363). Segundo esta proposição, *Landnahme* significa que formas distintas de trabalho precário, coagido e, em parte, mercantilizado permanecem conservados por longos períodos históricos a fio, bem como se tornam repetidamente recombinações e utilizados como trabalho submisso ao capital. Elas formam conexões híbridas a partir do trabalho assalariado parcialmente protegido e de formas laborais pré-capitalistas em mercados estruturados, cujo “metabolismo” promete ganhos extras aos atores dominantes.

Desta constelação fundamental aos dias atuais, pouca coisa mudou. As cadeias de criação de valor das corporações transnacionais penetram nas sociedades, nas quais o trabalho assalariado parcialmente protegido só pode ser desempenhado por uma minoria, enquanto o trabalho precário, forçado (ou parcialmente forçado), assim como o trabalho informal, representa a normalidade para a maioria³. A dependência da produção capitalista de mercadorias de um modo de produção secundário, no qual o trabalho doméstico e assistencial feminino conforma inicialmente a força de trabalho em geral (Federici, 2015; Soiland, 2016), perdura com certa constância. Conquanto sua teoria da realização da mais-valia externa não possa ser preservada (Turban, 1980), Luxemburgo identificou, em seu questionamento sobre o elo entre “excedente de capital – problema da absorção” (Harvey & Frings, 2014: 32) uma força expansionista por trás de tais relações atuantes. Este processo social e econômico não se encontra elaborado desta maneira em Marx. Uma vez que a mais-valia excedente do respectivo ciclo produtivo anterior não pode se realizar no interior de uma demanda agregada já disponível e afluente, a reprodução estendida do capital

2. Trabalhadores camponeses originários do norte da África.

3. Sobre a África do Sul, ver Ludwig (2019: 90, 145); sobre a China, ver Lüthje *et alii* (2013); sobre diferentes países, ver Holst (2017).

requer a permanente expansão do mercado. A análise deste mecanismo expansivo é extremamente atual: ela não perde em relevância, mesmo quando se renuncia à teoria do valor de Marx e se argumenta exclusivamente com preços (Robinson, 1964; Bellofiore, 2009). Portanto, o capitalismo é um “sistema singular de dependência de mercado” (Meiksins Wood, 2015: 115). Ele generaliza “o imperativo da concorrência, da acumulação e da maximização do lucro”, “assim como necessita se expandir num grau jamais atingido por outra forma social” (Meiksins Wood, 2015: 115).

A coerção pela expansão do mercado deságua, de maneira igualmente singular (2), na contínua *perturbação do metabolismo entre sociedade e natureza*. O metabolismo, categoria concebida pelo cientista natural Justus von Liebig,

apreende o complexo processo de intercâmbio bioquímico através do qual um organismo (ou uma determinada célula) obtém energia ou material de seu ambiente, tornando-se este último a base de seu crescimento através de diversas reações metabólicas (Foster *et alii*, 2011: 381).

Com o auxílio deste conceito, Marx entende o trabalho como processo de transmissão vital, que implica a reprodução de recursos naturais. O incessante empenho na apropriação do excedente laboral condiciona um nexos expansivo em relação aos recursos naturais, ao negar aquela fronteira própria a cada ordem metabólica.

Marx elaborou esta problemática apenas de maneira preliminar. Porém, em seus escritos preparatórios ele traça detalhadamente a ideia de um “imperialismo ecológico” (Saito, 2016: 231), com potencial para uma crise global. Ao tomar como referência a produção de guano, ele mostra como a industrialização da agricultura demanda cada vez mais a utilização de fertilizantes por conta da iluviação do solo. Movidos pelo lucro e com camponeses chineses inseridos num regime laboral brutal, o caso nos conduz à exploração insustentável de guano, tornando claras as fronteiras naturais da acumulação. Uma vez que o guano desaparece por causa de sua superexploração, faz-se necessário encontrar outros fertilizantes, ou então a produção de bens agrícolas não pode se expandir adiante. A força propulsora que iluvia o solo e destrói a reprodução de recursos naturais é, para Marx, idêntica àquele mecanismo social que estrutura a exploração do trabalho:

A mesma rapacidade cega que, de um lado, esgota a terra, é, de outro, aquela que se apodera da força vital da nação pela raiz (Marx, 1973: 253).

Assim como a utilização expansiva do patrimônio laboral, a perturbação do metabolismo da terra se desdobra em mercados “internos” e “externos”. O capitalismo

é, ele próprio, um sistema ecológico global⁴, no qual não apenas recursos naturais são explorados de modo rentável, mas também a maneira como este sistema se apodera de recursos naturais os mais baratos possíveis para sua reprodução. Este mecanismo de expansão é cego diante das exigências reprodutivas dos ciclos naturais. Assim como a produção de guano, a exploração de recursos naturais pode ser impedida a tal ponto que o ciclo natural pode vir a colapsar.

Do ponto de vista da teoria da *Landnahme* a dinâmica capitalista não se deixa entender enquanto modernização linear. Certamente há regiões e setores nos quais se percebe a existência de um capitalismo mais racional e eficiente. Tal capitalismo permite aos indivíduos e grupos a incorporação de um *habitus* econômico que, antes de tudo, lhes capacita para agir racionalmente no mercado. Em sociedades de mercado capitalistas, os indivíduos são forçados a se transformarem em empresários de suas próprias vidas. Seu comportamento é, em cada dimensão da vida, “produto de uma franca reinvenção” (Bourdieu, 2000: 116). As disposições necessárias para tanto só podem ser incorporadas na medida em que a própria vida está orientada por um ponto de fuga futuro previsível. Sem uma consciência em relação ao futuro, que só pode verdadeiramente se constituir por meio de um emprego e de uma renda minimamente estável, o comportamento empresarial, mediado pelo cálculo, não encontra as condições de sua emergência. A viabilidade do mercado “interno” de um capitalismo movido pela eficiência está ancorada em instituições que respaldam socialmente mercados, bem como dotam as classes subalternas de certo nível básico de segurança. Este não é o caso nos mercados “externos”. Neles, a superexploração, as trocas desiguais e a disciplinarização política avalizam a existência de recursos e povos aviltados. Segundo Jason Moore, nestes mercados, o sistema ecológico global capitalista, ao lado da natureza banalizada, recorre a todo tempo a dinheiro barato, trabalho barato, à assistência, energia e alimento barato (Patel & Moore, 2018). Portanto, o capitalismo racional e eficiente jamais existe em sua forma pura. Ele se reproduz em constante intercâmbio com setores nos quais uma boa parcela da população tem dificuldades na incorporação do *habitus* econômico (minimamente racional), ou sequer consegue incorporá-lo. A rede da sociedade global capitalista demonstra que

existem diferentes “modos de produção” coexistentes, da escravidão ao capitalismo, que apenas existem em torno dos outros e ao custo dos outros [...] (Braudel, 1985: 66).

Os “métodos da exploração social desencadeiam ambos, completando-se mutuamente” (Braudel, 1985: 66) – incluindo recursos e ciclos naturais.

4. “O capitalismo na teia da vida consiste em como o mosaico de relações que denominamos capitalismo funciona através da natureza, assim como a natureza funciona através daquela zona mais limitada que chamamos de capitalismo” (Moore, 2015: 3).

3. Dinâmicas: como se relacionam acumulação, expansão e crescimento?

A atual crise bifurcada econômico-ecológica (*ökonomisch-ökologische Zangenkrise*) já pode, no fundo, ser identificada, em etapa embrionária, na acumulação primitiva. No entanto, a pressão por acumulação, impulsores de expansão e crescimento econômico não são idênticos, o que a impregnante imagem de uma “modernidade intensiva” (Rosa, 2016: 673) não leva em consideração. Uma diferenciação categorial é significativa, pois ela nos impele a modificar a hipótese inicial de colegas pesquisadores, baseada nas considerações do economista ecológico Tim Jackson. A dinâmica interna ao capitalismo “sempre nos impele a um extremo, seja a expansão, seja o colapso” (Jackson, 2011: 80). Assim, de acordo com Jackson, as sociedades capitalistas estão “impelidas ao crescimento econômico” (Jackson, 2011: 79) – uma causalidade, que, no entanto, está parcialmente correta. Capitalismos com baixo crescimento ou economia encolhida também são capazes de estabilizar, em períodos históricos prolongados, mecanismos de dominação. Existem, nestas circunstâncias, diversos motivos.

Primeiramente devemos atentar ao fato de que existem precedentes para capitalismos com baixo crescimento. O capitalismo comercial espacialmente expansivo do século XVI se consolidou, comparativamente, com baixas taxas de crescimento. O crescimento acelerado e permanente entrou em cena, pela primeira vez, com a revolução industrial (Maddison, 2006; ver Gráfico 1), não se confirmando sim-



plesmente como característica do capitalismo (Piketty, 2014). Como a noção de crescimento permanente se consubstancia é, cientificamente, discutível. Uma pista pode ser recolhida no sentido de que regiões do mundo com grande concentração de setores econômicos de ponta, como o império chinês, funcionam como locomotivas da economia mundial. Elas determinam se haverá crescimento no longo prazo. Estratégias empresariais e de investimento, assim como decisões políticas, influenciam, em intervalos sensivelmente curtos, a forma do crescimento. Não está excluído o fato de que, em países onde a moderna indústria teve seu surgimento, o capitalismo poderia ter sumido ao final do crescimento econômico acelerado e permanente. Possivelmente, o polo de crescimento simplesmente se desloca dos antigos centros industriais para outras regiões do mundo. Todavia, em princípio, a formação de um capitalismo de outro tipo é possível, sendo capaz de lidar, assim como o capitalismo comercial, com crescimento lento (Galbraith, 2016: 265).

Neste enquadramento, é preciso notar a diferença entre acumulação de capital e crescimento econômico. Sociedades capitalistas estão, em última instância, destinadas à reprodução estendida do capital investido. Possivelmente a pressão por acumulação desemboca no crescimento econômico de longo prazo. Este último não está, entretanto, garantido, pois economias capitalistas sempre atravessam longos períodos de estagnação, de crise e de crescimento negativo. Por conta deste motivo, a dinâmica capitalista só pode ser compreendida enquanto “lógica de escada” (*Steigerungslogik*) (Rosa, 2016: 671), se igualmente sacrificarmos o entendimento da realidade. A reprodução – dilatada – do capital é um processo de várias camadas, uma vez que é suscetível a perturbações. “Se”, “como” ou “onde” o crescimento econômico se realiza, permanece, a cada etapa do ciclo reprodutivo, uma pergunta relativamente aberta para os atores capitalistas. Ademais, questiona-se se o crescimento material, isto é, em sentido qualitativo, não é exatamente o que crescimento significa (Atkinson, 2018: 311). Enquanto medida estatística significativa, o Produto Interno Bruto (PIB) indica – após a dedução dos adiantamentos – o valor total de todos os bens e serviços que foram produzidos durante o percurso de um ano dentro das fronteiras nacionais da economia de um país. Como sabemos, esta medida pouco nos informa sobre o bem-estar social. Ela também não leva em consideração o próprio trabalho não pago, ou então trabalhos que envolvem cuidado (*Sorgearbeit*)⁵, tampouco a medida do PIB está em condições de ilustrar apropriadamente produtos relativos ao trabalho informal. Os custos ecológicos do crescimento permanecem às sombras. Outro ponto cego desta medida consiste no provimento não pago de dados na economia digital. Ademais, em dados quantitativos, tornam-se encobertas as motivações pelas quais algo cresce. Se tomarmos a teoria neoclássica – baseada na teoria do crescimento centrada na oferta – como ponto de partida, o desenvolvimento da população (potencial da força de

5. O autor utiliza esta palavra para designar tipos de trabalho doméstico que envolvem algum tipo de cuidado, como, por exemplo, uma mãe que cuida dos filhos.

trabalho), os investimentos e a produtividade do trabalho se tornam propulsores decisivos do crescimento. Da perspectiva teórica da demanda, soma-se ainda crédito e demanda com poder aquisitivo, incluindo o consumo produtivo do Estado. Cada um destes fomentadores do crescimento é, em si, uma forte pré-condição e a interação entre eles não apenas altamente complexa, posto que ocasionalmente interagem de maneira contraditória entre si. Se a coação por acumulação ou extensão do mercado, que caracteriza as sociedades industriais capitalistas, conduz ao crescimento econômico no longo prazo, isto permanece, no plano mais duradouro, altamente incerto.

A prosperidade econômica se apresenta apenas quando “parâmetros de estrutura” (Lutz, 1984: 62) se estabelecem, conduzindo o regime de acumulação, os modelos de produção e as condições de vida a relações correspondentes durante um período alargado, de modo a superar restrições do crescimento. Em períodos históricos nos quais mediações sociais e funcionais falham (Aglietta, 2000: 45), a acumulação de capitais únicos pode ocorrer com muito sucesso. Mesmo no momento após a crise grega, cuja economia reduziu mais que um terço em uma década, as transportadoras obtiveram lucros ascendentes, sem que isso desencadeasse uma dinâmica de crescimento em patamares macroeconômicos. A produtividade do trabalho em organizações empresariais e em setores específicos pode crescer vertiginosamente, sem que isso conduza à prosperidade social. Cada estímulo à prosperidade repousa sobre hierarquias sociais, relações de classe e gênero, apresentando uma dimensão cultural. O crescimento econômico nutre relações com determinados estilos de vida, necessidades e determinadas orientações valorativas, que influenciam aquilo que pode ou não crescer. Portanto, cada ciclo de crescimento gera conflitos em torno da distribuição dos excedentes coletivos, cujo andamento e resultado não se deixam antever. Todas essas dinâmicas interferentes precisam ser trazidas para uma consonância numa competição produtiva, com normas hegemônicas de produção e consumo.

Se haverá bom resultado, só se pode asseverar empiricamente e *ex post*. Se a charada do crescimento fosse de fácil e unívoca resolução, teríamos achado a receita de bolo para um capitalismo despido de crises econômicas. Por isso, o crescimento econômico permanente e acelerado resulta, tão logo ele ao menos se instaure, de processos contingentes sem a necessidade de um sujeito estratégico. Ele não se deixa planejar por completo, tampouco se estabelece por meio do puro efeito de mecanismos de mercado. Contudo, o crescimento econômico ausente pode conduzir a uma situação na qual forças políticas e ideológicas expansionistas cada vez mais se valorizem. Hannah Arendt demonstrou isso, quando ideólogos e políticos expansionistas se autonomizam em relação às circunstâncias socioeconômicas ou

aos imperativos de mercado. A “progressiva acumulação” de bens se sustenta apenas porque ela se apoia no “acúmulo de poder”, que não pode ser “limitado por nada, a não ser pela respectiva necessidade de acumulação de capital” (Arendt, 2006: 326). A acumulação de poder também necessita de “material novo” permanente (Arendt, 2006: 331) e não é dirigida sem reservas pelas instituições democráticas. Destacada de relações capitalistas, a acumulação de poder também existe em sociedades não capitalistas, sociedades marcadas pelo socialismo de Estado. Algo semelhante também é válido no impulso expansionista, posto em prática no industrialismo, ou mais recentemente nas plataformas digitais de informação das sociedades. Nem todos os propulsores sociais expansionistas se deixam identificar como especificamente capitalistas, como notou acertadamente a teoria da modernização reflexiva. A expansão impulsionada pelo poder pode ser uma característica das sociedades modernas, sem, no entanto, se assentar na estrutura nodal das relações capitalistas.

Em suma: a pressão por acumulação, propulsores expansionistas tecnológicos ou políticos e os imperativos do crescimento apresentam propriedades comuns, mas não podem ser igualados. A pressão por acumulação ou pela extensão do mercado deságua no estímulo de crescimento, no qual permanece em aberto em qual medida ele irá se realizar. Da perspectiva do crescimento, a dinâmica capitalista é motivada por um antagonismo, que é definitivamente funcional. Uma vez que o capitalismo – enquanto formação social – coloca a reprodução da vida humana e da natureza quase que inteiramente sob a égide dos imperativos de mercado, ele requer, para se estabilizar, instituições que desempenhem o assentamento social dos mercados. Assim sendo, as sociedades capitalistas pendem a dois polos: “a destruição criadora”, entendida como imposição do novo, ao qual o mercado está impelido (Schumpeter, 2006: 133); e como assentamento social de relações de mercado através de garantias de segurança institucionais (Polanyi, 1995). O movimento entre dois polos que se transmite numa relação com o futuro dentro de um regime temporal é, para os capitalismo de todo tipo, essencial, tanto quanto a própria relação com o capital. Como relações de mercado se expandem e se modificam, instituições reguladoras estão sob contínua pressão por inovação. Estímulos de mercado são apartados de fases, nas quais processos sociais são marcados pela “desmercantilização” (*Dekommodifizierung*) e pelo assentamento social de mercados. As fronteiras entre setores constituídos ou não pelo mercado, isto é, entre o “interior” e o “exterior” do mercado, se deslocam constantemente e são comumente nebulosas (Yergin & Stanislaw, 1999: 12), porque elas sempre se tornam objeto de conflito entre grandes grupos sociais. Sob este prisma, as sociedades capitalistas se mostram excepcionalmente abertas ao aprendizado e à adaptação. Elas desenvolvem mecanismos de estabilização como crédito, redes de investimen-

to e inovação, o nexa trabalho/reprodução (com suas relações laborais organizadas), o sistema de garantias do Estado de bem-estar social, bem como instituições especificamente incumbidas da regulação do metabolismo com a natureza. Durante as grandes crises de acumulação, estes mecanismos de estabilização devem se renovar em seus fundamentos. Relações de propriedade, regime de acumulação, instituições reguladoras, modelos de produção e meios de vida são reformados e se modificam decisivamente, de modo que o núcleo estrutural das relações capitalistas se mantenha preservado. Nestes períodos de “revolução restauradora” (Gramsci, 1991: 1362) repete-se a “tentação” da acumulação primitiva, pois sem a “detonação da legitimidade puramente econômica através da ação política”, o colapso da economia capitalista será “inevitável” (Arendt, 2006: 335). Intervenções estatais específicas são requeridas para que o maquinário de acumulação vacilante possa ser novamente posto em funcionamento.

4. Pré história: como surge a crise bifurcada econômico-ecológica?

Com a crise bifurcada econômico-ecológica da atualidade, chegamos a um ponto de inflexão. A crise sinaliza o fim provisório de uma fase de “globalização intensiva” (Giddens, 1995), a qual, até a virada do século, foi um dos projetos de crescimento mais bem sucedidos na história do capitalismo global (Maddison, 2006: 125). Assim como em outros impulsos de prosperidade, a globalização intensificada, que se estabeleceu a partir da metade da década de 1970, também se descreve como *Landnahme* de uma exterioridade (ainda não totalmente mercantilizada) pela parte industrializada e expansionista da economia nacional e mundial (Lutz, 1984: 62). A novidade é que se trata de *Landnahmen* (plural de *Landnahme*) de “segunda ordem”, que se adequam justamente aos mecanismos de estabilização que garantiam o funcionamento racional dos mercados “internos” na era do capitalismo social (Dörre, 2019: 149-181). Por conta do abalo daí resultante, a globalização tornou-se novamente um projeto em disputa (Crouch, 2018). Enquanto a economia se encontra paralisada, muitas de suas repulsas⁶ (como crescimento lábil nos antigos centros, concorrência imperial por recursos, dominância tecnológica, crescente presença de imigrantes e, sobretudo, perigos ecológicos) dão paulatinamente lugar, em partes da sociedade civil dos países desenvolvidos, a uma forma de consciência cosmopolita. O que uns percebem como enriquecimento, pode ser especialmente vivenciado por outros como ameaça ou perda de controle. O mesmo ocorre na maneira pela qual nos posicionamos nos conflitos daí resultantes: a noção, estimulada pela busca por certeza, de que nos encontramos no meio de uma grande transformação social que, muitas vezes, equivale à procura pela saída de emergência, penetrou de forma durável na consciência cotidiana. Ela marca os

6. Por repulsões entendo efeitos iminentes da globalização desencadeados pela expansão do mercado, muito embora sejam politicamente mediados. No entanto, a expansão do mercado pode, a partir de certo ponto de inflexão, minar ou atrapalhar seu próprio desenvolvimento.

conflitos sociais, motiva o comportamento eleitoral e dá luz a novos estilos de vida. A sociedade mundial, prognosticada por Ulrich Beck (2007), toma paulatinamente forma na consciência pública. A sociedade mundial é altamente contraditória, além de não operar da maneira como a teoria da modernização reflexiva previu.

Assim como muitas interpretações concorrentes semelhantes, Ulrich Beck, não obstante, percebeu a globalização como um entrelaçamento multidimensional. Ainda que ele tenha feito uma distinção entre globalismo (a ideologia baseada fundamentalmente na lógica do realismo econômico), globalização (a conexão transversal dos Estados nacionais através de atores transnacionais, identidades e redes) e globalidade (a interdependência mundial de dinâmicas de entrelaçamento multidimensionais e autônomas), Beck não intentava abalar a “irreversibilidade da globalidade” (Beck, 1997: 29). A ampliação do comércio mundial, a interconexão global dos mercados financeiros e o aumento de poder das grandes corporações mundiais eram, para ele, importantes fundamentos (Beck, 1997: 29). De maneira largamente mais hermética, Anthony Giddens, apesar de algumas diferenças argumentativas, observou a globalização, em última análise, como um “passeio de carro alegórico”⁷, capaz de “moer tudo que lhe contradiz” (Giddens, 1995: 173). Contudo, perde-se nestes diagnósticos, o que aqui foi introduzido como paradoxo de expansão da *Landnahme* capitalista. Se a globalização, de fato, brilha como “o sol do deserto”,

o Estado social, o sistema previdenciário, o bem-estar social, a política de infraestrutura, o poder dos sindicatos, a autonomia tarifária e a justiça tributária derretem (Beck, 1997: 13),

assim como os mecanismos de estabilização basais de um capitalismo racional, motivados pela eficiência, são arruinados. Impulsionada pelo mercado, a invasão da *Landnahme* em domínios coletivos orientados pelo bem-estar social contribui fortemente para a erosão de instituições, permitindo a consolidação indelével de uma sociedade de mercado global e transnacional. De onde os perdedores do movimento de abertura de mercado receberão o sistema de confiança que os sistemas globais, segundo Anthony Giddens, em todo caso necessitam (assim como o motor à gasolina precisa de seu combustível) é uma pergunta que a teoria da modernização reflexiva, em suas diferentes vertentes, não responde satisfatoriamente.

O que é desconsiderado nesta perspectiva é que o “carro alegórico” caiu num rodado e pode tombar, ou de modo mais preciso: que um *desprendimento* excessivo gera repulsões de mercados que podem ter efeitos reversos nos centros causadores de globalização e nestes inibir investimentos e crescimento, ou então

7. Trata-se de *Dchagannath-Wagen* ou carros alegóricos em festividades indianas.

8. “Não podemos promover simultaneamente a democracia, a autonomia nacional e a globalização econômica... As causas, de nossos problemas, residem em nossa inclinação em nos pressionarmos contra este incontornável problema triparte” (Rodrik, 2011: 20).

bloqueá-los. Isto ocorre exatamente nos antigos centros capitalistas. O paradoxo da expansão se articula como “paradoxo da globalização” (Rodrik, 2011: 19), que põe novamente em dúvida a já alcançada integração social, econômica, política e cultural, apesar da inquestionável globalidade dos perigos ecológicos. Contudo, a problematização tripartite da globalização, do Estado nacional e da democracia⁸, colocada por Rodrik, carece não apenas da dinâmica de globalização do capitalismo, com sua pressão sistêmica por acumulação e expansão de mercado, mas de sua dimensão ecológica.

Assim sendo, isto não pode ser corrigido por meio de uma análise diferenciada da globalização intensificada. Algumas poucas dicas serão satisfatórias. O esboço subsequente se concentra na potencialidade de crise que a expansão do capitalismo financeiro trouxe consigo. De fato, o *modus operandi* da *Landnahme*, levada a cabo pelo capitalismo financeiro global, varia de Estado para Estado, bem como depende de filtros institucionais, como a política nacional. Contudo, o modelo básico do movimento aponta, pelo menos nos antigos centros capitalistas, numa direção similar. A imposição de um “regime de acumulação dos proprietários” (Aglietta, 2000: 66), a liberalização dos mercados financeiros, a ampla privatização do bem público, a imposição de modos de produção flexíveis e centrados no mercado, a desindustrialização daí decorrente, a instituição de cadeias de cuidado (*Sorgeketten*) e de criação de valores transnacionais, a mercantilização parcial de setores desvalorizados da saúde, bem como a sobre-exploração de recursos naturais motivadas por interesses no lucro de curto prazo foram estruturais nos países de industrialização clássica (mas não só).

Em sua competência geral, no capitalismo financeiro, a expansão de mercado tende a minar aqueles mecanismos de estabilização que são inegociáveis para o funcionamento dos mercados “internos”, a saber, o sistema creditício e de inovação, as redes entre trabalho e reprodução, institucionalizadas no período do Estado de bem-estar social, bem como as relações de intercâmbio com a natureza extra-humana. Com isso, podemos distinguir entre três tipos de *Landnahme* capitalista:

i. a *Landnahme* externa, para além das fronteiras nacionais, nas quais territórios, mercados e títulos de propriedade são apropriados, quando se mantinham, anteriormente, além das fronteiras de valorização (algo como a tomada de posse, pelas linhas áreas alemãs, do bem público sob a forma de aeroportos regionais mais lucrativos);

ii. o encerramento de uma “exterioridade interna” (por exemplo, por meio da comercialização dos serviços de saúde ou da privatização de empresas públicas); assim como

iii. a “fabricação ativa” (Harvey, 2005: 140) de um outro funcional através da desvalorização, da depreciação ou reconstituição de regiões (desindustrialização ou reestruturação) e das forças de trabalho (por meio do mecanismo de exército de reserva e precarização).

Por mais bem sucedido que “conserto” financista⁹ tenha se provado – ao mesmo tempo em que está propenso a falhas – seu auxílio foi utilizado na injeção de capital excedente para a comercialização de expectativas das expectativas (*Erwartungs-Erwartungen*) de riquezas futuras.

É característico de mercados financeiros – que operam com expectativas de expectativas e que, além de divisas, também negociam perfis de riscos e vencimentos de ações – que eles radicalizem a orientação com relação ao futuro da atividade econômica, marcando seu caráter especulativo. Atores do mercado financeiro antecipam e avaliam o futuro econômico e, eventualmente o futuro político, no presente, ao dirigir o risco de cenários futuros incertos a vários participantes do mercado. Se a função mercadológica originária da economia financeira consistiu, sobretudo, em financiar atividades na economia produtiva e na garantia de uma distribuição o mais eficiente possível dos fluxos de investimento, então ocorreu, com a liberalização do trânsito de capital, um deslocamento da função de crédito para a de investimento do setor financeiro. A ascensão dos investidores internacionais é uma expressão marcante desta *Landnahme* financeiramente motivada.

O interesse primário destes investidores financeiros não reside no financiamento de processos produtivos, garantidos na troca com a partilha de lucros como, por exemplo, no acréscimo de juros no capital emprestado, mas no aumento máximo do investimento financeiro confiado. Através do entrelaçamento do capital de seus clientes, eles adquirem influência potencial sobre as empresas e governos, uma vez que compram seus títulos de dívida. Entretanto, ainda permanece nebuloso se, como ou com quais objetivos estas possibilidades de influência são percebidas. Por conta da intensa concorrência e em benefício de seus clientes, os investidores internacionais estão pressionados por expectativas de altos retornos. Disso resulta uma permanente procura por sempre novas possibilidades de investimentos e oportunidades de aumento no rendimento de investimentos existentes. De maneira geral, as transformações aqui esboçadas mudaram os mercados financeiros “de organizações de financiamento de investimentos para lugares de busca incessante por altas e rápidas rendas financeiras” (Huffschmid, 2002: 87), conduzindo a um desproporcional crescimento dos patrimônios financeiros. Especulações de risco podem ser dramaticamente aumentadas através da alavancagem do capital empregado. Esta alavancagem se deixa escalar com as técnicas financeiras apropriadas,

9. David Harvey fala de um “conserto espacial e temporal”, no sentido de ligação como no sentido de reparo. O capital excedente entra em novas ligações temporais e espaciais por meio de sua internacionalização. Deste modo, problemas relacionados à super acumulação se tornam momentaneamente “reparados”. No caso da financeirização, o “reparo” age sobre investimentos financeiros e para o retardamento de problemas relativos à valorização.

gerando riscos de financiamento numa dimensão que, em caso de *crashes*, a ação reparadora estatal se faz cada vez mais necessária (*too big to fail*) para estabilizar o sistema financeiro.

As perturbações que os empresários dominantes insolventes desencadeiam podem tomar proporções globais. A força de permanência do poder do capitalismo financeiro se explica em função do esforço de Estados em evitar tais colapsos. Dito de outra forma: a acumulação de poder financeiro coincide cada vez mais com a acumulação de poder político. Grandes empresas na indústria financeira sempre podem contar que o Estado intervenha como salvador. Isto novamente reforça o risco moral (*moral hazard*) que a prontidão de atores do mercado financeiro significa (ao tomar altos riscos em nome do próprio interesse), uma vez que agem novamente como causadores adicionais de crises. No caso das crises, as elites políticas precisam frequentemente, por falta de alternativas, recorrer à legião de peritos das corporações financeiras dominantes. Atualmente, em muitos Estados da União Europeia, os agentes políticos de ponta são imediatamente recrutados nos grandes institutos de consultoria. Da simbiose de recursos de poder político e econômico amadurece, para os atores do setor financeiro, um poder de definição, que permite à sua expertise não apenas determinar a relevância sistêmica de institutos creditícios, da isenção tributária e da regulação ou da construção de uma defesa para o Euro, mas também saber utilizá-la de modo operacional. Com isso, o elo entre capitalismo e mercado financeiro significa que a desproporcional expansão do setor financeiro e sua dinâmica especulativa se consolidam sociocultural e institucionalmente. Simultaneamente, este é um processo portador de crises em elevado grau.

Como se tivesse havido a necessidade de uma prova prática para a vulnerabilidade de crise do capitalismo financeiro e seus entrelaçamentos globais (Windolf, 2005), o *crash* global de 2007-2009 ofertou-nos uma aula prática visual. O colapso econômico global foi desencadeado por proprietários de casas norte-americanos insolventes, provenientes das camadas sociais baixas. Os bancos distribuíram largamente os riscos do crédito imobiliário, interconectados com taxas de juros flexíveis, através da securitização (créditos *Ninja*)¹⁰. Esta democratização evitável do risco comprovou-se como calcanhar de Aquiles do sistema financeiro. Créditos de proprietários de casas insolventes, que não tinham mais serventia, inundaram o Lehman-Brothers até sua bancarrota e provocaram uma crise financeira, que não se deixou limitar pelas fronteiras dos Estados Unidos. A perda de confiança no sistema financeiro fez as transações de produtos financeiros internacionais e a alocação de crédito efetivamente sucumbirem. A crise dos bancos e a crise de crédito provocaram uma conflagração que retardou temporalmente a chamada economia real, ou melhor: que alcançou a economia produtiva além do setor financeiro. Com isso,

10. *Ninja* (em inglês, *No Income, No Job, and no Assets*), é um tipo de crédito concedido a pessoas que não podem comprovar renda, emprego e propriedade de ativos (nota do tradutor).

uma constelação de crises, cada vez mais envolvente e de proporções mundiais, encontrou-se em face do desequilíbrio econômico e da tibieza estrutural no interior dos Estados nacionais, já existentes muito antes do início da crise. Embora a partir de 2010 a economia mundial tenha largamente se recuperado de seus baixos níveis de crescimento, incontáveis conjuntos de crises nacionais seguiram emergindo. A progressão das crises nacionais foi influenciada por instituições divergentes, por relações de trabalho, por formas específicas de gestão da crise e pelas ondas de protesto por elas provocadas. Nas variantes respectivas do capitalismo, a crise atua de maneiras distintas, mas ela é atuante em suas “agitações subsequentes” (Tooze, 2018) por todo lado (Harvey, 2010; Galbraith, 2016).

5. Repulsões:

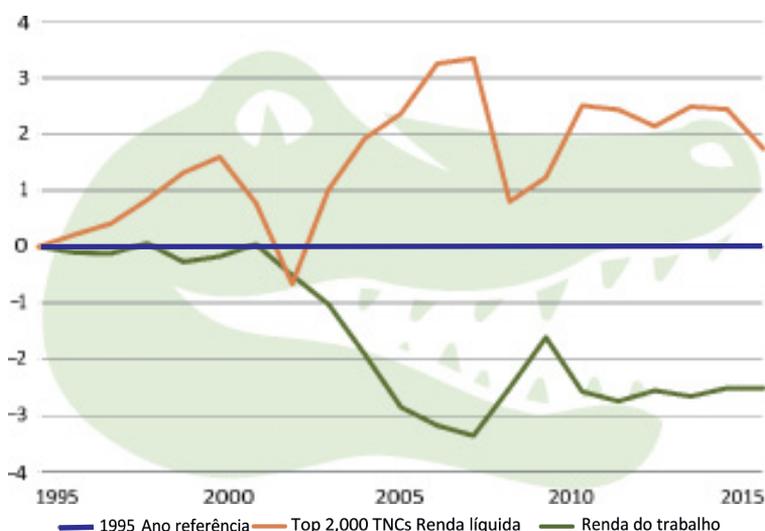
o que causa a crise bifurcada econômico-ecológica?

Diante do já esboçado pano de fundo, pode-se precisar o que engloba a categoria de crise bifurcada econômico-ecológica. Esta crise não se deixa reduzir ao *crash* global de 2007-2009, implicando muito mais do que uma grande crise de acumulação. Ela é o ponto de cruzamento de duas longas linhas de desenvolvimento. De um lado exaure-se a era de crescimento econômico acelerado e permanente, com altas taxas de crescimento, pelo menos nos países de industrialização clássica (Galbraith & Dörre, 2018). De outro, as taxas de crescimento que, em considerável medida, estão assentadas sobre fontes de energia fóssil, estão, mesmo nos antigos centros, altas o bastante para aumentar o consumo de energia e recursos até o limite, bem como emissões ambientalmente danosas, colocando a capacidade de autorreprodução do ecossistema em dúvida. Neste sentido, a crise bifurcada é tanto expressão do crescimento econômico e duradouro (Gordon, 2016), quanto igualmente resultado continuado do perturbado metabolismo sociedade-natureza, o que consistentemente faz encolher a janela temporal de redirecionamento. Nesta nova constelação histórica, a função social do crescimento econômico se modifica. O crescimento serve cada vez menos como meio para a pacificação de conflitos sociais e para a dissipação de crises econômicas, como era o caso na era do capitalismo social (*Sozialkapitalismus*) na Europa continental. Ele não é mais a recompensa para os participantes do mercado que precisavam se endividar pública ou privadamente, para pelo menos tomarem parte como consumidores na produção de mercadorias baratas e serviços do capitalismo financeiro. Na nova era que se instaurou com o *crash* de 2007-2009, a destrutibilidade ecológica e social de um crescimento baseado em energia fóssil tornou-se um importante objeto de conflito. O velho conflito industrial de classes não desapareceu, mas nos recém-aparecidos capitalismos de pós-crescimento transformou-se cada vez mais em um conflito pela transformação socioecológica. Duas repulsões de globalização in-

tensificada serão analisadas: o aumento da desigualdade e o acúmulo de grandes riscos ecológicos.

i. Desigualdade na sociedade de classes desmobilizada: a globalização certamente mudou a composição das desigualdades sociais. Ela reduziu a pobreza absoluta pelo mundo (Dreher, 2006). Há três décadas, as desigualdades sociais verticais aumentam novamente em praticamente todos os países (Piketty, 2014; Alvaredo *et alii*, 2018). Enquanto as desigualdades entre Estados nacionais diminuem por conta da recuperação de grandes países em desenvolvimento (especialmente na China), as desigualdades de renda e patrimônio aumentam no interior dos Estados nacionais, ou permanecem em altos níveis (Therborn, 2012; Milanovic, 2016; 2017). Permanece ainda confuso se esta tendência se estagna, pois se tomássemos o crescimento *per capita* prognosticado, a distância entre a China e os antigos centros poderia futuramente se tornar ainda maior. Também não devemos desconsiderar que novas periferias se constituem em antigos centros (por exemplo, Grécia, o Sul europeu e o Sudoeste). Nas claras características de desigualdades de classe específicas no interior das sociedades nacionais, nada se modifica. Assim se constituíram os lucros das maio-

GRÁFICO 2
O GRÁFICO CROCODILO: PREDADORES SUPERSTARS

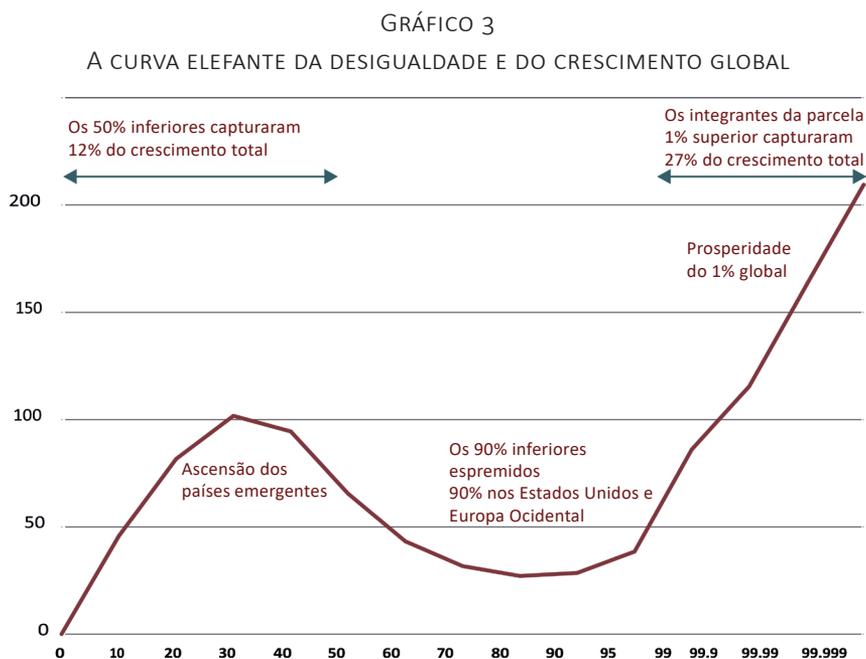


O lucro das maiores 2.000 corporações transnacionais e a participação global da renda do trabalho, 1995-2015 (porcentagem em GDP).

Fonte: Gallagher; Kozul-Wright (2019: 12).

res duas mil empresas transnacionais, enquanto as proporções da renda geradas pelo trabalho, no Produto Interno Bruto mundial, entre 1995-2000 (Gráfico 2) mostra a tendência inversamente proporcional.

Enquanto os lucros das empresas transnacionais aumentaram permanentemente, entre a virada do milênio até 2013, com a exceção do ano de 2009 (em plena crise), as proporções da renda dos assalariados no PIB, com exceção do ano de crise, afundaram aceleradamente até 2013. Desde então, elas aumentaram levemente, mas mantiveram-se, contudo, num nível relativamente baixo. Claramente isso significa que os frutos do crescimento econômico, se esse eventualmente vier a ocorrer, são distribuídos de maneira altamente desigual. O assim chamado “gráfico elefante” (Gráfico 3) exemplifica a forte razão desproporcional que a minúscula minoria da população adulta mundial recebe do bolo de crescimento, enquanto os 50% localizados na base dos que geram renda tomam parte de maneira muito discrepante ou até perdem. Já o 1% mais rico da população adulta mundial apurou, entre 1980 e 2016, 27% do crescimento no aumento de sua riqueza. Os 50% da base dispõem de meros 12% da porção do crescimento.



Distribuição da renda global e o crescimento da renda, 1980-2016 (Renda real e crescimento *per capita* (%)).

Fonte: Gallagher; Kozul-Wright (2019: 18).

Paralelamente ao aumento na renda dos detentores do capital, a cota média de salário, nos países industrializados, decresceu de maneira praticamente contínua entre 1980 e 2013 (IMF, 2017: 5). Os aumentos salariais dos anos subsequentes não corrigiram este decréscimo. O crescimento acelerado nos grandes e pequenos países em desenvolvimento, nos quais houve a expansão da classe média, se deu em detrimento dos grupos perdedores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os principais ganhadores da globalização são as elites endinheiradas, que predominantemente ainda vivem nos antigos centros capitalistas. Quarenta e quatro por cento do aumento na renda, alcançado entre 1988 e 2008, se direcionou aos 5% mais ricos, sendo que quase um quinto disso foi para o percentual mais rico da população mundial adulta. Nos países em desenvolvimento, a classe média aspirante permaneceu com meros 2 a 4% do crescimento (Milanovic, 2016; 2017).

Para perdedores, principalmente os trabalhadores da indústria – no entanto, apenas indiretamente, pois eles estão em grande parte localmente limitados – e o crescente proletariado do setor de serviços nos antigos centros, relativiza-se aquilo que Branko Milanovic chamou de “bônus de lugar” da distribuição de patrimônio. A sorte de ter nascido num país rico não protege mais diante das perdas de renda e de *status*, da descendência social, do precariado e da exclusão social. Distinções de classe recrudescidas se expressam com força novamente. Ao mesmo tempo, novas clivagens e desigualdades ganham significado, pois elas parcialmente se fazem sensíveis dentro das classes direta ou indiretamente dependentes de salários. Mesmo em sociedades com uma economia próspera, relações laborais inseguras se tornaram “uma forma de organização normal” (Castel, 2011: 136) da vida social. A sociedade de trabalhadores precários em tempo integral da Alemanha não é, aqui, uma exceção. Tanto na renda e no patrimônio quanto na moradia, na saúde, na educação e na distinção social, a Alemanha tornou-se uma das sociedades mais desiguais da Europa e dos países da OCDE (Kaelble, 2017: 176; Alvaredo *et alii*, 2018: 155-161).

Apesar da prosperidade econômica, o capitalismo racional e eficiente encontra-se na defensiva. Em decorrência da *Landnahme* do capitalismo financeiro, estabeleceu-se um “capitalismo político” (Jessop, 2018), amputando sistematicamente os padrões de bem-estar nos mercados “externos” e, ao invés da participação no assalariamento, são impostas trocas desiguais, desvalorização social e disciplinariza-

ção política. O enfraquecimento das relações laborais organizadas contribui fortemente para isso. Embora na Alemanha a atividade rentável tenha atingido um nível recorde, o grau de organização sindical, em 2018, permaneceu em torno de 18% da população de empregados dependentes. Em comparação com o resto da Europa, este é um valor médio. Enquanto o grau de organização na Suécia ainda é de 67%, ele afundou, em inúmeros países, sob a marca dos 20%. Na França apenas 8% dos empregados assalariados ainda estão organizados em sindicatos. Paralelamente a isso, retrocede a adesão a convenções coletivas¹¹ por parte das empresas na maioria dos países da União Europeia. Enquanto na Áustria 98% da população empregada nas empresas trabalha com contratos (resultados de convenção coletiva), na Grécia ainda são apenas 40%, na Hungria 23% e na Polônia 15% (Lehndorff, 2019). Também na Alemanha a cobertura de contratos por convenção coletiva retrocede desde há muito. A tendência geral é de que, na maioria dos Estados da União Europeia, durante muitos anos, chegou-se à descoletivização das relações de trabalho. A regulação de salários e padrões de trabalho encontra-se crescentemente entre dois mundos. No primeiro mundo, em encolhimento, existem ainda os contratos de convenção coletiva segundo regiões¹² e codeterminação. Para o segundo mundo, em expansão, vale o oposto. Neste mundo das terciarizações, dos trabalhos mal pagos no setor de serviços e do trabalho feminino desvalorizado dominam, tão logo disponíveis, regulações empresariais ou específicas às empresas. É o mundo das ocupações inseguras, dos baixos salários, do apreço social ausente que – mediado pelos padrões do Estado de bem-estar social, dos direitos sociais e das possibilidades reais de participação – se tornaram um exterior (*Außen*), ou seja, uma área de expansiva exclusão social.

Em geral, as desigualdades sociais e, especialmente, aquelas específicas à classe aumentaram em tal medida que se tornaram, na concepção de economistas liberais (Fratzcher, 2016), o freio do crescimento. Se as taxas de crescimento estão baixas e se a redistribuição de cima para baixo permanece ausente, o mecanismo causal de Piketty

r (= rentabilidade do ativo) $>$ g (= crescimento econômico)

se efetiva no sentido de um reforço da desigualdade. Posto que as perdas no crescimento penetram retardadamente nos ativos, a concentração de patrimônio aumenta, desigualdades sociais se manifestam, o poder de mercado dos proprietários ricos aumenta e a probabilidade

11. O contrato coletivo regula os direitos e deveres das partes envolvidas nos contratos coletivos (sindicatos, empregadores individuais, assim como associações de empregadores), a partir de normas legais que organizam o conteúdo, a conclusão e o término das relações de trabalho, bem como questões profissionais e relativas a leis empresariais constitucionais. Naturalmente, o trabalhador precisa estar sindicalizado para participar (nota do tradutor).

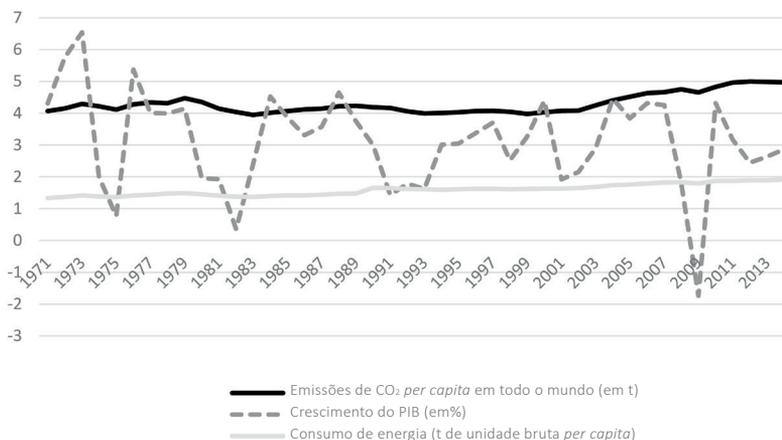
12. Trata-se do *Flächentarif* (Vertrag) que são contratos assentados em convenções coletivas nas regiões da Alemanha. Eles ainda podem variar segundo os diferentes ramos da atividade econômica (nota do tradutor).

de de que isso se transforme em poder de *lobby* político também aumenta consideravelmente. Por outro lado, os sindicatos e atores políticos, que agem no eixo de conflito capital/trabalho, estão tão fracos quanto nunca na história do pós-guerra. Emergem, então, sociedades de classes desmobilizadas. Lutas e conflitos no eixo das classes, crescentemente existentes na Alemanha (assim como antes) (Schmalz & Schneidmesser, 2019), não são suficientes para se imporem enquanto medidas redistributivas sistemicamente estabilizadoras.

ii. A centralidade do conflito ecológico da sociedade: paralelamente ao fortalecimento da desigualdade social, a globalização provou ser um catalisador e um acelerador de grandes perigos ambientais. Dentro de economias de mercado capitalistas e sob as condições da globalização, o paradoxo da expansão se torna o paradoxo *Lauderdale* (Foster *et alii*, 2011: 54). Isso significa: o tratamento do metabolismo sociedade-natureza destruído ocorre dentro do enquadramento da expansão de mercado capitalista. Natureza e clima devem ser preservados por meio do estabelecimento de direitos de propriedade. Entretanto, o patrimônio privado em solo e tesouros naturais pode apenas ser estendido devido à destruição do bem público. Desta maneira, é produzida a falta que, como água, solo e ar limpo, era anteriormente disponível abundantemente como bem comum. É exatamente com o auxílio deste mecanismo social que a mudança climática é tratada no capitalismo. A biosfera, antes bem comum, torna-se precificada, direitos de emissão se tornam bens negociáveis e a mudança climática se prova, no melhor dos casos, como campo de investimentos lucrativo. Em todo caso, isso é sugerido pelas teorias afinadas com o mercado, cuja prática comumente se aproxima da tentativa de “pregar o pudim na parede”. A negociação de emissões e impostos ambientais não mudou o fato de que a dependência do crescimento econômico de emissões danosas ao meio ambiente e do consumo de energia atingiram níveis recordes. As emissões poluentes retrocederam, antes da pandemia do coronavírus, consideravelmente no ano de crise de 2009; o motivo decisivo foi a queda do crescimento econômico e, sobretudo, da produção industrial; o último declínio de consumo de energia ocorreu na década de 1980.

O mundo não se aproxima de um cenário de aquecimento da Terra em torno de 1,5 graus, como o conselho climático mundial (IPCC, 2018) sustentou ser possível; segundo indicações das tendências do presente, é mais plausível que o aquecimento da Terra oscile em torno de

GRÁFICO 4
 CRESCIMENTO DO PIB, EMISSÕES DE CO₂
 E CONSUMO DE ENERGIA NO MUNDO



Fonte: Banco Mundial, 2018 <<https://databank.worldbank.org/home.aspx>>.

quatro ou cinco graus. A mudança climática já contribui no presente para o derretimento das geleiras, para a escassez de água potável, o recrudescimento da fome, da pobreza e da imigração de refugiados. Num futuro próximo, ela poderia sair completamente de controle. O pesquisador climático Hans-Joachim Schellnhuber descreve insistentemente estes desdobramentos negativos como “autoimolação” (Schellnhuber, 2015).

Agora, nem as simulações virtuais mais embasadas podem ser confundidas com a antecipação do futuro social real. Em razão das grandes incertezas e contínuas lacunas de conhecimento, os riscos ambientais são, em grande medida, dependentes de definição e, por conseguinte, objeto de lutas por definição e prescrição de perigos. A teoria da modernização reflexiva afirmou justamente isso. Ao contrário do que Ulrich Beck (1986: 27) suspeitou, o conflito da transformação social ecológica não se alimenta de duas lógicas (com tendências intrínsecas) que sobrepõem crescentemente o “problema das barrigas gordas” (lógica da redistribuição da riqueza) a perigos ambientais globais, vindo então a se tornar reprimidos (lógica da distribuição do risco). Conflitos distributivos relativos à classe e conflitos sociais ecológicos não se deixam reduzir um ao outro, pois estão, em grande medida, entrelaçados.

Assim Chancel e Piketty (2015) mostraram impressionantemente que 10% da população mundial em posse de maior renda (700 milhões a sete bilhões de dólares) são responsáveis por 45% das emissões, enquanto os 50% inferiores são responsáveis por apenas 13% das emissões. Segundo dados mais recentes, os 10% mais ricos da população causam, com seus estilos de vida luxuosos, 49% das emissões, enquanto os 50% mais pobres são atualmente responsáveis por 10%. A proporção da população mais rica nas emissões aumenta desproporcionalmente, já nas partes mais pobres da população, as emissões se retraem. Os 10% com maior renda e com as emissões mais altas vivem em todos os continentes, 30% deles nos países em desenvolvimento. O acréscimo nas emissões de CO₂ é causado crescentemente pela da desigualdade de renda no interior dos Estados. Em 1998, estas desigualdades esclareciam algo em torno de 30% das emissões globais; em 2013, elas já eram responsáveis por 50%.

O 1% mais rico nos Estados Unidos, Luxemburgo, Singapura e Arábia Saudita produz anualmente 200 toneladas de CO₂ *per capita* e, com isso, duas mil vezes mais do que os mais pobres em Honduras, Ruanda e Malawi. Assim sendo, a mudança climática e a desigualdade social estão relacionadas uma a outra. O mesmo é válido para o consumo de recursos. O rastro ambiental deixado por alguém do grupo 1% mais rico da população mundial supera o de uma pessoa dos 10% mais pobres em 175 vezes. A contenção da mudança climática e a renúncia do consumo extensivo e exaustivo de recursos não é possível de ser realizada sem a redistribuição material dos ricos para os países pobres, e dos privilegiados para as frações de classe mais vulneráveis.

As sociedades ricas do Norte Global são, em suma, postas sob pressão pelos conflitos que irrompem na questão social e ecológica. O conhecimento de que uma “‘abertura’ de todas as economias nacionais aos modos de produção e consumo das sociedades industriais mais fortes e desenvolvidas [...] faria o planeta inabitável” (McCarthy, 2015: 375) pertence ao “paradoxo da globalização”. Deste modo, os objetivos da sustentabilidade são a futura prova decisiva, à qual as possíveis saídas da crise bifurcada terão de se sujeitar. Para este teste decisivo, há dois critérios simples. Primeiro: se o rastro ambiental for reduzido, as emissões também caem? Segundo: a qualidade de vida aumenta para todos livremente e se torna universalmente acessível, assim como para as gerações futuras? Deve ser possível mensurar isto sustentavelmente? (Grober, 2013: 269).

De tensões entre a sustentabilidade social e ecológica alimentam-se conflitos políticos de objetivos, os quais há muito tempo já atingiram ramos-chave da indústria nacional e provocaram a elaboração de novos modelos econômicos. Primeiramente, mesmo que a Alemanha seja pioneira na conversão de energias renováveis, as emissões de carbono ambientalmente danosas aumentaram novamente no país¹³. O principal causador, ao lado do setor energético, da emissão de prédios e da agricultura, é o transporte. Enquanto setor inserido na economia, o transporte de veículos há muito tempo não contribui para redução das emissões. As emissões da frota de automóveis aumentam. Metas obrigatórias de descarbonização zelam pela pressão por mudança. Na nova constelação política mundial, a qual trouxe a globalização em seu bojo, as repulsões ecológicas do setor automobilístico se tornam objeto de rivalidades imperiais. Proibições planejadas para motores à combustão nos países de economia forte (Inglaterra e França) e a conversão acelerada para a mobilidade elétrica no importante mercado em expansão da China – juntamente com a digitalização e a política comercial protecionista – conduzem a uma reconstrução dramática do sistema de criação de valor automobilístico. A transformação da indústria automobilística e de transporte funciona, desde seu início, fundamentalmente em detrimento de seus empregados. Em meio aos empregados e em parte dos conselhos de empresas, esta inércia é compreensivelmente libertada. Quanto mais próximo chegamos do pessoal atingido, mais altas são as vozes que falam de histeria ambiental, que querem eufemizar a velocidade da mudança e retaliar a estipulação de metas ecológicas, com o apontamento para aquilo que é tecnologicamente viável. Assim como é o caso em rupturas bruscas de estrutura, os interesses por segurança dos empregados tendem à conservação da ordem existente.

Contudo, isto é apenas um lado da moeda. Tendo como referência as metas de sustentabilidade, a conversão para a eletromobilidade é completamente insuficiente para combater efetivamente a mudança climática. Mudanças radicais são necessárias, assim como novos sistemas de mobilidade. Trata-se de uma paulatina renúncia aos automóveis privados e à ampliação do transporte público de curta e longa distância; trata-se de uma completa ruptura com as antigas e hegemônicas concepções de transporte. Sem o retorno ao bem público como, por exemplo, no transporte ferroviário, sem o financiamento simultaneamente público e justo da mobilidade, a transição para o transpor-

13. O ano de 2018 foi uma surpreendente exceção. Um “verão de estiagem” possibilitou a economia em aquecimento e aumentou o preço da gasolina por conta do baixo nível de água dos rios e, por consequência, os custos de transposição foram aumentados, o que induziu ao baixo consumo.

te sustentável não acontecerá. Com atenção voltada para a indústria automobilística e de transportes, mesmo os defensores da economia não falam mais em transformação, mas em conversão, sobre produtos alternativos e produções alternativas, modos de trabalho e produção. O que parece ser ecologicamente imperativo desencadeia medos e reações defensivas em muitos que se confrontam com a nova insegurança. Assim, o eixo do conflito ecológico ameaça a se autonomizar em relação ao eixo do conflito social (Bose *et alii*, 2019).

6. A crise da pandemia de coronavírus: um solavanco externo

A pandemia do coronavírus e seus desdobramentos podem fortalecer esta tendência. É preciso distinguir entre a mutação natural do vírus, a doença Covid-19, enquanto catástrofe médica, assim como a crise econômica como desdobramento. Os vírus são os menores microrganismos conhecidos, eles podem infectar formas de vida celulares para sobreviver (Wolfe, 2020: 32). O perigo dos vírus para a humanidade depende, ao lado de seu potencial de letalidade, sobretudo de sua capacidade de disseminação. Doenças epidêmicas não são crises, mas “solavancos externos”. Trata-se de catástrofes médicas que, como parte da mutação do vírus, originalmente emergem fora de mecanismos funcionais sociais. Tão logo os vírus infectem as células humanas e causem doenças, eles se tornam problemas sociais. As doenças virais se espalham na “teia da vida” (“*web of life*”) (Moore, 2015: 1); o vírus exógeno torna-se endógeno. A sociedade então se reproduz com o adoecimento viral e através da pandemia durante toda a sua extensão.

6.1 Covid-19: *uma repulsão da hiperglobalização*

Com doenças epidêmicas esbarramos em todas as formações sociais; elas não são específicas ao fenômeno capitalista. Doenças como Covid-19 explicitam ordens sociobiológicas de longa duração. Um conhecido e histórico modelo de lidar com doenças epidêmicas segue um ditado toscano: “Não há melhor remédio para a malária do que uma caçarola cheia” (Braudel, 1985: 78). As vítimas de doenças epidêmicas são, sobretudo, aquelas que, em consequência da pobreza e da fome, são especialmente vulneráveis. Há outro modelo relacionado a este que consiste na erosão da solidariedade: “tão logo se anuncia a epidemia, os ricos partem para suas propriedades rurais sem pensar muito; cada um pensa apenas em si: esta doença faz de nós mais cruéis do que cães” cita Fernand Braudel (1985: 83) uma testemunha do tempo. Crueldade requer a procura de bodes expiatórios. A caça às bruxas

no feudalismo tardio, que se sucedeu à peste negra e serviu à opressão violenta de movimentos heréticos, é um exemplo marcante (Federici, 2015). Ambos os modelos de enfrentamento mencionados existiram durante anos a fio. Seu compromisso social fez encolher tais ordens sociobiológicas adotadas, quando a medicina e a política de saúde estatal passaram a conter as epidemias em torno do final do século XVIII e no decorrer do século XIX. O preço consistiu em contínuas tensões entre, de um lado, a bem sucedida política de higiene e, de outro, a fácil transmissão de patogenicias, que também continuavam no século XX. Em 1918 morreram mais pessoas em consequência de uma onda de gripe, do que em toda a Primeira Guerra. Tendo isto como referencial, a pandemia de Corona é um ponto de virada, mas não é um evento singularmente secular.

Uma especificidade da doença Covid-19, em contraste com as pandemias do passado, consiste no seu modo de se tornar socialmente endógena. Partindo de sua origem natural na mutação viral, a pandemia de corona pode ser perfeitamente compreendida como uma repulsão da globalização intensificada. Um ciclo da *Landnahme*, que vem a fabricar entrelaçamentos entre antigos e novos centros capitalistas a partir de relações de mercado expansionistas, desgasta crescentemente seus próprios pressupostos sociais, revertendo propriamente a globalização em sua própria dimensão. Uma vez tornada endógena, a Covid-19 corresponde precisamente a este modelo – uma doença infectocontagiosa zoonótica, que pode ser transferível de animais para seres humanos. Que este tipo de doenças, no começo do século XXI, possa se tornar uma ameaça global se relaciona intimamente com o aumento das viagens em escala mundial, com a extensão do comércio mundial, com o encolhimento crescente do espaço vital para animais selvagens, com contatos mais limitados entre animais e seres humanos, com o manejo em massa disseminado de animais, bem como com a mudança climática e com a migração das espécies, provocada pela própria mudança climática. Resistências, que dificultam o tratamento de doenças virais, se juntam a isso. Social e geograficamente, regiões com clima quente e úmido beneficiam a mutação natural do vírus. Neste sentido, não é um acaso o Covid-19 ter primeiramente aparecido numa cidade como Wuhan, tendo sido o ponto de partida para a epidemia mundial. Limitar tal doença à sua região original está, em tempos de globalização intensificada, praticamente fora de questão. As partes da terra e seus centros econômicos estão tão intimamente conectados, apesar de toda diferença de fuso horário, que uma rápida disseminação da patogenia é inevitável. Isto também se deve ao fato de a globalização intensificada ter aumentado as zonas de vulnerabilidade social.

Com a vulnerabilidade social também aumentam os riscos sanitários. Há igualmente nisso a participação determinante da indústria de alimentos global. A fabricação in-

dustrial de produtos agrícolas preconiza o plantio de grande porte, coloca os pequenos produtores sob pressão e os coage a desempenhar predominantemente o trabalho assalariado precário, consolidando a dominância de grandes corporações de biotecnologia no mercado. Especialmente as circunstâncias encontradas na indústria global de carnes, com a utilização do manejo em massa, condições de trabalho insalubres e a contratação de trabalhadores temporários altamente precários que, em parte, habitam bairros miseráveis, alojam grandes riscos sanitários. Justamente porque a mercantilização movida pelo lucro não hesita frente a sementes, plantas, água e, mesmo diante de genes, estendem-se as fontes de perigo. Um turismo global em expansão que aumenta a frequência de contato entre diferentes partes da terra zela para que as patogenias possam se alastrar para todas as regiões do mundo.

6.2 A pandemia como reforçadora da desigualdade e provocadora da erosão da solidariedade

É possível observar exatamente isso no caso da pandemia de coronavírus. Também velhos modelos de lidar com epidemias se fazem observáveis em outras formas. A Covid-19 golpeia com mais veemência onde, em sentido figurativo, falta uma tigela cheia de sopa. Já que nunca houve a estagnação da economia, a gestão da crise se efetivou, desde o primeiro dia, como um reforçador da desigualdade. Se, por um lado, muitos empregados de escritórios puderam mudar para o *home office*, de outro, muitos que permaneceram economicamente ativos tiveram que frequentemente ir à fábrica, mesmo quando lá faltaram as medidas de segurança elementares. O trabalho encurtado¹⁴ está profundamente relacionado a perdas de renda consideráveis dos atingidos. Apenas 54% dos empregados em empresas com contratos estabelecidos em convenção coletiva e apenas 31% dos trabalhadores em empresas sem tais contratos recebem o auxílio ampliado de trabalho encurtado (HBS, 2020: 1). Quem trabalha por baixos salários tem problemas para sustentar suas despesas correntes. Oitenta e dois por cento dos entrevistados, com rendas líquidas por domicílio abaixo de € 1.500, se preocupam com o futuro da economia (HBS, 2020: 2). Autônomos, cujos negócios foram paralisados, padecem do mesmo destino. A transição para a comunicação digital também é outro reforçador da desigualdade. Nas escolas, aqueles que carecem de pessoas de referência, assistência e contatos pessoais são prejudicados. A pandemia também age como reforçador da desigualdade em ambientes sociais aparentemente privilegiados. Uma vez que o trabalho temporário (“bico”) está perdido, os estudos estão sob ameaça. O *home office* e a comunicação digital também estendem, apesar de algumas comodidades, o acesso à esfera privada. Quando escolas e creches estão fechadas ou permanecem com funcionamento parcial, a assistência à infância se torna um problema de difícil resolução.

14. Trata-se de uma modalidade laboral de jornada reduzida. Muitos recebem auxílios como complementação financeira. Tal benefício (*Kurzzeitgeld*) mantém até 60% do salário (nota do tradutor).

Tudo isso ocorre em países ricos que, como a Alemanha, ainda dispõem, em alguma medida, de um sistema de proteção social. Onde a rede do Estado de bem-estar social opera rudimentarmente ou simplesmente não está disponível, as consequências da pandemia e das recessões serão sentidas mais fortemente de maneira desigual. Com a transferência do centro geográfico da pandemia para os Estados Unidos e parte do Sul Global, realiza-se, simultaneamente, um deslocamento do ponto de tensão social. Classificada à primeira vista como enfermidade de ricos, a Covid-19 atinge cada vez mais as zonas miseráveis do mundo. Enquanto subcontinente, a América Latina oferece uma aula ilustrativa. Ao tomar o exemplo de Guayaquil, cidade portuária do Equador, o filósofo Paul B. Preciado descreveu impressionantemente o que ocorre em muitos epicentros de corona:

É uma cidade segregada, a pobreza é visível por todo lado, onde a contradição entre centro e periferia é visibilíssima. Há muitas pessoas desabrigadas [...], elas dormem nas ruas do centro da cidade, pessoas que provêm da Venezuela, mas também da própria cidade de Guayaquil, prostitutas ou jovens consumidores de drogas. O sistema de saúde já estava anteriormente colapsado. O vírus intensificou os problemas que já existiam antes (Ruano, 2020).

Em muitos países de subcontinentes, as relações de trabalho precárias cuidam para que uma alimentação ruim, moradias apertadas e serviços médicos deficientes contribuam para um rápido alastramento do vírus. Uma gestão da crise negligente age como acelerador. Mesmo na Argentina, um país relativamente desenvolvido, há um temor fundamentado de que mais pessoas morram com as implicações do *lockdown* do que na pandemia. Para muitos, a Covid-19 significa decadência social, perda de moradia e fome (Blecha, 2020). Algo semelhante ocorre no Chile, Brasil, Peru e em outros países latino-americanos. Imigrantes que perderam sua fonte de renda nas cidades e que, em decorrência do sistema de transporte interrompido, voltam para casa a pé, estão entregues desprotegidos à epidemia. Populações indígenas que, como na Bolívia, foram excluídas do provimento de alimentos e produtos de necessidades básicas, estão de igual modo existencialmente ameaçadas (Clacso, 2020a; 2020b). Padrões gerais semelhantes podem ser observados em inúmeros países do Sul Global. Não importando se trabalhadores migrantes chineses ou indianos, favelas brasileiras ou municípios sul-africanos – coloca-se sempre a questão sobre se os riscos médicos adicionais afinal justificam um *lockdown* prolongado, bem como suas consequências catastróficas (Cepal, 2020).

Nas zonas miseráveis tanto do Norte como do Sul confirma-se o que sempre valeu para pandemias. A desigualdade aumenta prejudicando todos aqueles aos quais imediatamente poderia faltar uma tigela cheia de sopa. Por causa disso, é impro-

15. Vale recordar que no imaginário coletivo estadunidense, o termo *community* (comunidade) supera uma localidade específica, pois ela se refere antes de tudo a um tipo de pertencimento.

vável que a primazia da saúde sobre os interesses econômicos se preserve duradouramente. Em contrapartida, a desigualdade aumenta o perigo de erosão da solidariedade. Donald Trump e seu governo mostram como esse comportamento, a fim de garantir o poder, incita tal situação. Nos Estados Unidos, formou-se durante anos a fio uma subclasse etnicamente fragmentada, cujos membros vivenciam o Estado apenas como instância repressiva. A formação da subclasse ocorre através da criminalização (Wacquant, 2009). Nos últimos 40 anos, o número de presos quintuplicou. Neste contexto, trata-se, predominantemente, de pobres que vivem na comunidade negra¹⁵. Um entre nove jovens negros está preso; perto de 60% daqueles que não completaram o ensino médio e estão na casa dos 30 anos encontram-se atrás das grades (Goffman, 2015: 11). Dado que as regras de distanciamento nos ambientes das classes subalternas são difíceis de serem cumpridas, o número de infectados e mortos nestes lugares é consideravelmente acima da média.

O presidente dos Estados Unidos se vale disso em sua gestão da crise. Tão logo se torna claro que a epidemia se propaga com sucesso, sobretudo, entre as pessoas de cor (*people of colour*), pobres e desprotegidos, Trump decide retomar rapidamente a economia. Esta política de classes vinda de cima juntamente com suas conotações racistas é a causa para os protestos em massa que vieram a ocorrer em todas as grandes cidades americanas após a morte de George Floyd. Em Portland, o presidente americano reage contra os votos dos governadores e governos municipais com a mobilização das tropas especiais. No Brasil, o governo Bolsonaro, que não se alarma com o número de óbitos por coronavírus, permanece fiel à mentira da “gripezinha” e procede a partir de um modelo similar. Lá também surgem conflitos violentos entre apoiadores e opositores do governo. Assim como antes, torcidas organizadas ajeitam o protesto (Braga, 2017; Ganter, 2020).

Decerto, Trump e Bolsonaro não incorporam mais apenas a tendência a democracias bonapartistas, mas um bonapartismo imposto. Eles são os novos Bonapartes. Contudo, seus governos perdem, pois da perspectiva dos contramovimentos, a comparação com a brutalidade dos cães (Ferdinand Braudel) não é mero fato isolado. A gestão da crise dos Estados da Europa continental segue – apesar das democracias não liberais da Polônia e da Hungria – reconhecidamente outras preferências. Em outro nível visivelmente distinto, a erosão da solidariedade também pode ser percebida. Posto que primeiramente os auxílios emergenciais apenas foram introduzidos em plano nacional, a castigada Itália sentiu-se especialmente deixada em apuros pela Europa durante a pandemia. Na população italiana, feridas se faziam claras, cujas causas remontam à crise de 2007-2009. Naquele período, a política de austeridade no Sul europeu levou a profundos cortes no sistema de saúde. Na Lombardia, que no início era o epicentro europeu da epidemia, foram levadas a

cabo privatizações especialmente radicais no setor da saúde por parte do *premier* Salvini, do partido Lega. Dos 5.060 leitos intensivos anunciados, o favorecido setor privado não ofertava nem mesmo 8%. Este é um dos motivos para as altas taxas de mortos e para a triagem de médicos, os quais tiveram que decidir quais casos emergenciais eles entregariam à morte inevitável (cf. Böhme-Kuby, 2020).

6.3 Retração via desastre

Sustentemos: os antigos modelos de administração de epidemias ainda deixam suas marcas no presente. A capacidade de resistência da sociedade em relação à pandemia depende decisivamente de sistemas de saúde, da disponibilidade, durante a pandemia, de redes sociais resistentes à crise, da proteção do Estado de bem-estar social e da força financeira de Estados nacionais. Assim como sob uma lente de aumento, a doença faz todas aquelas vulnerabilidades e desigualdades visíveis, (re) produzidas desde muito nas modernas sociedades capitalistas. Privatizações e a sangria financeira do sistema de saúde enfraqueceram adicionalmente a resiliência coletiva de tal modo que a Covid-19 pode se tornar uma ameaça séria à globalização econômica. Naturalmente, descobrem-se, assim como em toda crise, inúmeros exemplos para a ação solidária e de sentido compartilhado. Na quarentena, aqueles que estão em suas casas se veem amparados pela vizinhança. Por vezes, os mais velhos conseguem parcamente se salvar com ofertas de ajuda. Universidades encaminham auxílios emergenciais para alunos, sindicatos e conselhos de empresas cuidam para que haja uma melhor proteção médica e as regras de distanciamento social não conseguem evitar os protestos em massa contra o racismo, a violência policial e a crescente desigualdade social. No entanto, será isso suficiente para colocar a revolução da sustentabilidade sobre os trilhos, pela qual a crise por trás da pandemia tão urgentemente anseia?

Dúvidas são postas na mesa. Assim como o *crash* de 2009 a quarentena e a crise econômica agem, no melhor dos casos, como retração via desastre (Victor, 2008). De fato, a mobilidade limitada e o colapso momentâneo da indústria reduziram as emissões de carbono a níveis que há séculos não se registravam (IEA, 2020). Contudo, com a reanimação da economia, as emissões aumentam mais rapidamente do que o esperado. Mesmo que as emissões de CO₂, como esperado para 2020, permanecessem em menos de 8%, o efeito geral seria fraco. A mudança climática provocada pela humanidade prosseguiu quase que sem freios. Duros conflitos por distribuição, como aqueles, em todas as sociedades, em consequência do alto endividamento seguido por queda nas receitas fiscais, podem reforçar tais tendências. Independentemente do curso da epidemia e da recessão subsequente, um futuro intervencionismo estatal vai ganhar corpo, como já se pôde inicialmente observar

antes da pandemia. Não importando se a reorganização de cadeias de criação de valor, criação de infraestrutura para a mobilidade elétrica e a digitalização ou prevenção diante de novos riscos médicos – o Estado irá intervir. Do contrário, derrotas se mostram ameaçadoras na rivalidade imperial. Contudo, o intervencionismo estatal por si só não é garantia de progresso quando o assunto é sustentabilidade social e ecológica. Evidentemente, no capitalismo, o Estado não é apenas uma comissão das classes dominantes; ele não é um ator homogêneo, mas uma relação social que pode expressar-se sob formas estatais diversas (Poulantzas, 2002). Dito com Pierre Bourdieu (2014: 19), o Estado incorpora “o monopólio da violência simbólica legítima”. Às suas funções mais gerais pertence “a produção e a canonização de classificações sociais” (Bourdieu, 2014: 29). Na medida em que as atividades estatais auxiliam a compromissar referências classificatórias, elas influenciam, a cada instante, todos os subsistemas sociais. Se a ação do Estado traz consigo vantagens para a coordenação do mercado, ela depende essencialmente de como ele se comporta em relação à formação da vontade democrática.

Desta maneira, é leviano celebrar o Estado de exceção como prova da possibilidade de transformação do mundo. Este Estado reage a uma catástrofe médica e, com crescente capacidade de controle da pandemia, ele perde qualquer legitimidade. Caso a pandemia perdure por mais tempo, as exigências de distanciamento social se tornarão um grande fardo para a grande maioria da população, pois elas resultam na interrupção dos laços de socialização e de comunidade. Tudo o que é prescrito ao Estado de exceção como positivo – desaceleração do cotidiano, renúncia ao consumo, ao uso do transporte e tempo para cuidado de si – apenas será mantido, após o enfraquecimento da pandemia, sobre base voluntária. O visível desejo da reconstituição de uma normalidade pré-corona nos deixa, porém, o pressentimento do quão pouco realista é este tipo de expectativa. Esperanças de um efeito terapêutico da pandemia também são, por isso, desapontadas, porquanto o Estado interventor, subordinado aos interesses econômicos, reage diretamente contra o encolhimento na atividade econômica. A legitimidade de programas de reconstrução financiados por crédito se deixa avaliar em função do sucesso do crescimento. Neste aspecto, o Estado na epidemia de coronavírus é um híbrido. O Estado subordinado aos interesses econômicos deve lidar com as circunstâncias legadas por seu inverso especular – o Estado de exceção.

As atividades econômicas do Estado seguem o mesmo método que já havia prevalecido durante o *crash* financeiro global. A crise financeira de então explicitou que

nós vivemos em uma era não da contenção estatal, mas na do grande governo, em uma era [...] de um intervencionismo, que

em sua lógica antes se assemelha a operações militares e a ajuda emergencial médica do que ao trabalho constitucional do governo (Tooze, 2018: 19).

Durante a pandemia do coronavírus, o Estado continua esta tendência. Surpreendentemente, pois, ao contrário das expectativas disseminadas, pacotes de auxílio muito mais volumosos são passíveis de serem politicamente impostos do que durante o *crash* financeiro. No entanto, nem mesmo os bilhões de dólares, que devem servir à reconstrução da economia mundial, garantem de fato o sucesso da virada à sustentabilidade. Dinheiro está disponível em abundância, mas falta imaginação social aos atores, bem como falta *know how* no tocante à política industrial e de serviços. Assim sendo, há o risco de que bilhões sejam gastos sem que uma virada em direção à sustentabilidade seja levada adiante.

7. Para uma sociologia pública da sustentabilidade

Vamos resumir: o mundo e, sobretudo, os países que primeiramente se industrializaram passam por uma época de crise bifurcada. Se a superação desta crise é em si difícil, a Covid-19 exige um empurrão adicional ao esforço pela sustentabilidade. De fato, durante a pandemia, o Estado supera o interregno político do período entre crises. Com isso, o evento desloca-se cada vez mais fortemente do eixo de conflito ecológico ao eixo socioeconômico. Falta uma alternativa convincente à ordem dominante, o que há uma boa década atrás não era perceptível. Uma virada climática (*climate turn*) de atores preocupados com o trabalho, assim como uma virada trabalhista (*labor turn*) nos movimentos ecológicos, como pressuposto de coalizões pela sustentabilidade, tornaram-se adicionalmente dificultadas pela pandemia e seus desdobramentos. Tais iniciativas poderiam ser efetivas em conflitos pela transformação socioecológica da sociedade civil.

Será que a sociologia pode fazer mais do que simplesmente observar tais tendências e eventualmente comentá-las? Primeiramente: uma sociologia pública, como eu a represento, em referência a Michael Burawoy, e ao diálogo global por ele iniciado (Aulenbacher *et alii*, 2017), nunca foi pensada como objetivo para a disciplina como um todo. Ao contrário do que os críticos esporadicamente pensam (Neidhardt, 2017), a sociologia pública não segue direção política alguma. Ela está compromissada com as exigências de neutralidade da pesquisa empírica assim como toda ciência social. Enquanto ciência, ela deve evitar a todo custo “a produção de dinheiro falso”. Ralf Dahrendorf (1957) alertou sobre a constante pressão da esfera pública “credora” sobre “devedores” científicos à pronta entrega. Deste modo, a

sociologia pública deve, da mesma maneira que a ciência como um todo, evitar expressamente tal falsificação. Afinidades eletivas com um marxismo sociológico no espaço de língua alemã são quase desconhecidas (cf. Burawoy, 2003); apesar de eu achá-lo atrativo, muitos sustentam, em contraste, que ele é arriscado. Parte disso se deve ao fato (que a mim aparenta menos espetacular) de que o Estado repousa “sempre sobre poder” e pode eventual e temporariamente “impor violentamente” (Nassehi, 2020) seus objetivos a todos os subsistemas. Um Estado que, apesar de suas indubitáveis e complexas manifestações de crise, intervém em subsistemas distintos, além de ser, para partes consideráveis da população mundial, uma realidade cotidiana.

Também quando não se partilha do distanciamento de Michael Burawoy com relação ao Estado, a influência da sociedade civil em decisões de importância vital ainda permanece uma medida de emancipação. Os objetivos sustentáveis de desenvolvimento (OSDs), com os quais os Estados estão compromissados, podem servir como medida, com auxílio dos quais pontos de decisão política podem ser avaliados a partir de uma “posição externa complexa” (Boltanski, 2010: 26). Desta posição, uma sociologia da sustentabilidade pode participar na procura de saídas da crise bifurcada, tornada ainda mais complexa em função da Covid-19. Certamente, tal empreendimento se assemelha à quadratura do círculo. De um lado, o tempo pressiona, porquanto mudanças também serão impostas do alto, com auxílio das elites capitalistas reformistas e dos mecanismos de mercado; de outro, o mero tratamento de sintomas não é suficiente para vencer convincentemente a doença da crise bifurcada. Ao tomar consciência deste dilema, a sociologia pública pode certamente operar com sua “utopística experimental” (Wallerstein, 2002). Ao dispor das OSDs, a sociologia pública pode esclarecer quais transformações se preservam e quais acabam em ruas sem saída. Alguns campos de pesquisa aplicam-se formalmente à utopística experimental.

A este campo pertence inicialmente a prevenção de epidemias. Até então medidas de higiene são primeiramente postas em prática quando a doença aparece. Em vez disso, um pequeno grupo de virologistas estimulou o desenvolvimento de um sistema global de diagnóstico prematuro, que não permite o surgimento de pandemias. Tal sistema seria, e este é seu calcanhar de Aquiles, muito caro (Wolfe, 2020: 273). Para funcionar, ele deveria ser construído com cobertura mundial, vindo a mudar dramaticamente as prioridades do orçamento governamental. Investimentos em grandes programas de armamentos se financiariam parcamente. Com isso, a prevenção de epidemias resultaria em profundas transformações sociais. Se e como tal sistema poderia ser realizado enquanto bem público, é uma indagação sociológica.

Sua resposta abre igualmente um campo posterior. Por si, sistemas de saúde resistentes a crises não se deixam financiar com os instrumentos da economia de mercado. O mesmo vale para propostas que visam combater a mudança climática com instrumentos conformados ao mercado, como a precificação do CO₂. Países como a Suíça, que já introduziram impostos de emissão juntamente com alguns componentes de redistribuição, mostram que algo semelhante para uma virada em direção à sustentabilidade não basta. Sob condições da economia de mercado capitalista, alíquotas CO₂ individuais negociáveis (Weizsäcker, 2020: 87) não oferecem garantia de sustentabilidade. Então elas, assim como tentativas anteriores de comercialização de emissões, abririam as portas para apostas altamente especulativas sobre o futuro e então efetivariam o oposto da sustentabilidade. Com o fracasso do mercado diante dos olhos, indagamos à sociologia pública como a transição para uma produção prudente com recursos, fraca em carbono e com bens duráveis, poderia ser realizada. Produção de qualidade e sustentável significa consumir menos, porém, bens de alto valor. Pontos de transição correspondentes não podem ser imaginados sem a ruptura com os processos de produção, os quais foram primeiramente concebidos pela relação entre mercados e consumidores. A transição para a produção de qualidade sustentável poderá apenas ser bem sucedida quando seus produtos puderem ser, apesar dos preços mais altos, consumidos por pessoas nas faixas de renda mais baixas. Ela também não ocorrerá sem a redistribuição democrática em benefício daqueles com renda e patrimônio menores.

Tendo em vista a revolução da sustentabilidade, a redistribuição material também não é suficiente, caso ela não seja acompanhada pelo encurtamento da jornada de trabalho. Já agora, conflitos a respeito da transformação se intensificam, sobretudo no que concerne à distribuição desigual de poder decisório sobre investimentos e à matéria constitutiva da produção de bens. Nos movimentos ecológicos e em federações, avolumam-se vozes que anseiam transformações em prol de economias sustentáveis orientadas ao bem comum. Temas como o de uma democracia subjugada aos interesses econômicos que, em controvérsias antigas ainda eram percebidos como supérfluos (cf. Dörre *et alii*, 2009: 301), atualmente também ganham ressonância no espectro econômico (Herzog & Kuch, 2020), posto que anteriormente intervenções deste calibre teriam sido criticadas como regressão à desdiferenciação (*Entdifferenzierung*) pré-moderna. Mesmo que utopias socioecológicas também fracassem de formas diferentes (cf. Görden & Wendt, 2020), todas elas unificam o pensamento de que uma sociedade sustentável não se fundamenta primariamente na concorrência, na motivação pelo lucro e na posse capitalista.

Com isso, o puro apelo às elites capitalistas para a reinvenção da modernidade dará poucos frutos. Por vezes, parece que muitas críticas em teoria social se contentam,

sobretudo, em superar o capitalismo intelectualmente. Deste modo, intelectualmente vencida e posta em dúvida enquanto “força do destino”, a realidade capitalista obstinada é culpada, quando ela não encontra suas especificações críticas. Uma sociologia pública da sustentabilidade deveria se comportar de maneira crítica e construtiva em relação ao renascimento da nova ideologia alemã, que preferencialmente faz um apelo ao “espírito de Davos” (empenhado na reforma). Seu objetivo pode apenas se consolidar como o excesso visionário do “Build Back Better” (reconstruir melhor) e, de fato, também quando a quarentena for mal interpretada, como oportunidade bem-vinda para o recolhimento interior e libertação de pressão por aceleração.

Marx necessitou empreender análises empíricas sobre “a situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (Engels, 1972), para poder superar o idealismo dos jovens hegelianos. Relatos empiricamente fundamentados sobre a situação das classes dominadas são, durante e após a pandemia do coronavírus, igualmente essenciais para uma utopística sociológica e experimental. Com isso, aborda-se aquilo que a sociologia pública admite para si. Instituições que poderiam trazer a base do “espírito de Porto Alegre” e os reformadores do “espírito de Davos” a um contexto de trabalho conflituosamente produtivo – existem no máximo em estágio embrionário, a despeito de alguns progressos no aprendizado dos movimentos ambientais. Elas não se encontram em extensão suficiente nos partidos e tampouco em sindicatos, em aparatos estatais ou em organizações não governamentais. Deste modo, uma revolução sustentável provavelmente não se sustenta sem inovações institucionais. Conselhos de sustentabilidade e transformação¹⁶ (Atkinson, 2010; Dörre, *et alii*, 2020) que monitoram a conformidade dos objetivos ambientais poderiam preencher esta lacuna institucional.

16. Conselhos que tratam da transição para a mobilidade e o transporte com energia sustentável. Eles também cuidam das consequências econômicas atreladas a este processo (nota do tradutor).

A grandeza desta tarefa pendente diante dos olhos não autoriza o otimismo exagerado. “Sobreviva!” diz o lema que muitos se prescreveram. Por isso, seria fundamentalmente falso conferir o *status* de futuro provável ao desejável. Debates acerca de modelos de sociedade alternativos são férteis e também eram antes da pandemia. No entanto, apenas o senso de realidade, combinado com o ceticismo do entendimento, com uma clara compreensão das relações de força, para o plausível e o alcançável, pode tornar as visões sobre sociedades sustentáveis alternativas críveis. A compaixão com o destino de todos aqueles que adoeceram e faleceram de Covid-19, ou estão em apuros em função de suas consequências, é indispensável. Combinar a afeição pela experiência com a expertise científica para conferir voz àqueles que permanecem invisíveis é o mínimo que uma sociologia pública da sustentabilidade tem a desempenhar. Apesar disso, fica o resumo preliminar: a combinação entre pandemia, recessão e crise bifurcada é historicamente singular. Ela não se coloca na interpretação científica corrente das crises.

Em contraste, sua análise exige um esforço coletivo que sistematicamente transcenda o estabelecimento de fronteiras entre ciências naturais e sociais. Por isso, também o estereótipo constantemente recorrente da crise como oportunidade é, junto com a esperança nela escondida de uma “razoabilidade do tempo” (Steil, 1993: 11), particularmente oca. A ruptura nas relações entre sociedade e natureza, assim como demonstrado no conceito de antropoceno, ou melhor, no de “capitaloceno” (*Capitalocene*) (Moore, 2015: 71), manifesta duas mensagens. A humanidade pode, por meio da superação das estruturas impeditivas, tornar-se um guardião consciente da natureza, estando ao seu alcance romper relações de poder encrostadas em prol da sustentabilidade ambiental e social. Ela pode, entretanto, como assinala o ganhador do Prêmio Nobel Paul Crutzen, acabar com a era dos humanos através de um “ecocídio” (*Ökozid*)¹⁷, de um ataque nuclear ou de uma pandemia fora de controle (Crutzen, 2019: 173). Uma sociologia pública, que se concentra na possibilidade de transformação da sociedade, não estará em condições de superar a pressão por crescimento socialmente destrutiva se não questionar a coerção pela expansão do mercado e pela “acumulação de propriedade” (Arendt, 2006: 326). Caso isto não aconteça, o capitalismo expansivo se torna, no sentido explícito da palavra, um risco letal.

17. Um neologismo criado a partir da palavra suicídio.

Referências

AGLIETTA, Michel. *Ein neues Akkumulationsregime. Die Regulationstheorie auf dem Prüfstand*. Hamburg (DE): VSA, 2000.

ALVAREDO, Facundo; CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel (Orgs.). *World inequality report 2018*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2018.

ARENDRT, Hannah. *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft. Antisemitismus, Imperialismus, totale Herrschaft*. München (DE): Piper, 2006. [As origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989].

ATKINSON, Anthony B. *Ungleichheit. Was wir dagegen tun können*. Stuttgart (DE): Klett-Cotta, 2018. [Desigualdade. O que pode ser feito? São Paulo: LeYa, 2016].

AULENBACHER, Brigitte; BURAWOY, Michael; DÖRRE, Klaus; SITTEL, Johanna (Orgs.). *Öffentliche Soziologie: Wissenschaft im Dialog mit der Gesellschaft*. Frankfurt am Main (DE); New York: Campus, 2017.

BECK, Ulrich. *Weltrisikogesellschaft. Auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 2007. [*Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. Lisboa: Edições 70, 2015].

_____. *Was ist Globalisierung? Irrtümer des Globalismus – Antworten auf Globalisierung*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1997.

_____. Das Zeitalter der Nebenfolgen und die Politisierung der Moderne. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). *Reflexive Modernisierung. Eine Kontroverse*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1996.

_____. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1986. [*Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011].

BELLOFIORE, Riccardo. General introduction. Rosa Luxemburg on capitalist dynamics, distribution and effective demand crises. In: _____ (Org.). *Rosa Luxemburg and the critique of political economy*. London: Routledge, 2009.

BLECHA, Laurin. Pragmatismus in Argentinien. *Amerika21*, 19 Jun. 2020. Nachrichten und Analysen aus Lateinamerika, Disponível em: <<https://amerika21.de/analyse/240702/corona-pragmatismus-argentinien>>. Acesso em: 1 Jul. 2020.

BÖHME-KUBY, Susanna. SOS-Italien. *Ossietzky*, v. 4, n.7, p. 202-223, 2020.

BOLTANSKI, Luc. *Soziologie und Sozialkritik. Frankfurter Adorno-Vorlesungen 2008*. Berlin: Suhrkamp, 2010.

BOSE, Sophie; DÖRRE, Klaus; KÖSTER, Jacob; LÜTTEN, John; DÖRRE, Nelson; SZAUER, Armin. Braunkohleausstieg im Lausitzer Revier – Sichtweisen von Beschäftigten. In: Rosa-Luxemburg-Stiftung (Org.). *Nach der Kohle. Alternativen für einen Strukturwandel in der Lausitz*. Berlin: Rosa-Luxemburg-Stiftung, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *Über den Staat: Vorlesungen am Collège de France; 1989-1992*. Berlin: Suhrkamp, 2014. [*Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014].

_____. *Zwei Gesichter der Arbeit. Interdependenzen von Zeit- und Wirtschaftsstrukturen am Beispiel einer Ethnologie der algerischen Übergangsgesellschaft*. Konstanz (DE): UVK, 2000.

BRAGA, Rui. *A rebeldia do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAUDEL, Fernand. *Sozialgeschichte des 15.-18. Jahrhunderts*. Band 1: Der Alltag. München (DE): Kindler, 1985.

BURAWOY, Michael. For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, v. 31, n. 2, p. 193-261, 2003.

CASTEL, Robert. *Die Krise der Arbeit. Neue Unsicherheiten und die Zukunft des Individuums*. Hamburg (DE): Hamburger Edition, 2011.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). Evitar una crisis alimentaria frente al Covid-19: Acciones urgentes contra el hambre, 2020. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/version_final_200616_ppt_covid19-fao-cepal.pdf. Acesso em: Jul. 2020.

CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas. *Carbon and inequality: From Kyoto to Paris. Trends in the global inequality of carbon emissions (1998-2013) & prospects for an equitable adaptation fund*. Paris: Paris School of Economics, 2015. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/ChancelPiketty2015.pdf>. Acesso em: Jun. 2019.

CLACSO: Boletín #1 Boletín Izquierda: teoría y praxis Año 1, n. 1, «La pandemia, la izquierda y la transformación social», 2020a. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-1-izquierda-teoria-y-praxis/>. Acesso em: 01 Sep. 2020.

CLACSO: Boletín #2 Teoría & cambio social. La nueva América Latina. «La crisis mundial del Covid-19 (II)», 2020b. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-2-la-crisis-mundial-por-el-covid-19-ii-del-grupo-de-trabajo-teoria-social-y-realidad-latinoamericana/> Acesso em: 01 Sep. 2020.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. *Global wealth report 2018*, 2018. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/media/assets/corporate/docs/about-us/research/publications/global-wealth-report-2018-en.pdf>. Acesso em: Jun. 2019.

CROUCH, Colin. *Der Kampf um die Globalisierung*. Wien: Passagen-Verlag, 2018.

CRUTZEN, Paul J. *Das Anthropozän*. München (DE): Editora Oekom, 2019.

DAHRENDORF, Ralf. *Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der industriellen Gesellschaft*. Stuttgart (DE): Enke, 1957.

DÖRNER, Astrid; SCHÄFER, Daniel. Blackrock-CEO Larry Fink: “Der Kapitalismus ist zu weit gegangen”. *Handelsblatt*, 2019. Disponível em: <https://www.handelsblatt.com/unternehmen/management/sinnsuche-der-wirtschaft-blackrock-ceo-larry-fink-der-kapitalismus-ist-zu-weit-gegangen/24225508.html?ticket=ST-1959633-HEecVrEKbr0IE2eGGV3d-ap1>. Acesso em: Jun. 2019.

DÖRRE, Klaus. Social capitalism is a thing of the past: Competition-driven Landnahme and the metamorphosis of the German model. In: CHIOCCHETTI, Paolo; ALLEMAND, Frédéric (Orgs.). *Competitiveness and solidarity in the European Union: Interdisciplinary perspectives*. London: Routledge, 2019.

_____. Limits to landnahme. Growth dilemma as challenge. In: DELLHEIM, Judith; WOLF, Friedrich (Orgs.). *Rosa Luxemburg: A permanent challenge for political economy*. Basingstoke (UK): Palgrave Macmillan, 2016.

_____. Die neue Landnahme. Dynamiken und Grenzen des Finanzmarktkapitalismus. In: DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut (Orgs.). *Soziologie – Kapitalismus – Kritik. Eine Debatte*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 2009.

DÖRRE, Klaus; HOLZSCHUH, Madeleine; KOSTER, Jacob; SITTEL, Johanna (Orgs.). *Abschied von Kohle und Auto? Sozial-ökologische Transformationskonflikte um Energie und Mobilität*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2020.

DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut (Orgs.). *Soziologie – Kapitalismus – Kritik. Eine Debatte*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 2009.

DÖRRE, Klaus; SCHICKERT, Christine (Orgs.). *Neosozialismus. Solidarität, Demokratie und Ökologie vs. Kapitalismus*. München (DE): oekom, 2019.

DREHER, Axel. Does globalization affect growth? Evidence from a new index of globalization. *Applied Economics*, v. 38, n. 10, p.1091-1110, 2006.

ENGELS, Friedrich. Die Lage der arbeitenden Klasse in England. In: *Marx-Engels-Werke (MEW) Band 2*. Berlin: Dietz, 1972. [*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010].

FEDERICI, Silvia. *Caliban und die Hexe. Frauen, der Körper und die ursprüngliche Akkumulation*. Wien: Mandelbaum, 2015. [*Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2019].

FOSTER, John B.; CLARK, Brett; YORK, Richard. *Der ökologische Bruch. Der Krieg des Kapitals gegen den Planeten*. Hamburg (DE): Laika, 2011.

FRATZSCHER, Marcel. *Verteilungskampf. Warum Deutschland immer ungleicher wird*. München (DE): Hanser, 2016.

FÜCKS, Ralf. *Intelligent wachsen. Die grüne Revolution*. München (DE): Carl Hanser Verlag, 2013.

FULCHER, James. *Kapitalismus*. Stuttgart (DE): Reclam, 2007.

GALBRAITH, James K. *Wachstum neu denken. Was die Wirtschaft aus den Krisen lernen muss*. Zürich (CH): Rotpunktverlag, 2016.

GALBRAITH, James K.; DÖRRE, Klaus. The great financial crisis and the end of normal. *Berliner Journal für Soziologie*, v. 28, n. 1-2, p. 39-54, 2018.

GALLAGHER, Kevin; KOZUL-WRIGHT, Richard. *New multilateralism for shared prosperity. Geneva principles for a global green new deal*. Genève (CH): Unctad, 2019.

GANTER, Julia. Brasilien im Katastrophenmodus. *Lateinamerika Nachrichten*, 2020. Disponível em: <<https://lateinamerika-nachrichten.de/artikel/brasilien-im-katastrophenmodus/>>. Acesso em: Set. 2020.

GIDDENS, Anthony. *Konsequenzen der Moderne*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1995. [*As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991].

GOFFMAN, Alice. *On the run. Die Kriminalisierung der Armen in Amerika*. München (DE): Antje Kunstmann, 2015.

GORDON, Robert J. *The rise and fall of American growth. The U.S. standard of living since the Civil War*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2016.

GÖRGEN, Benjamin; WENDT, Björn (Orgs.). *Sozial-ökologische Utopien. Diesseits oder jenseits von Wachstum und Kapitalismus*. München (DE): oekom, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Gefängnishefte: Kritische Gesamtausgabe*. Hamburg (DE): Argument, 1991.

GROBER, Ulrich. *Die Entdeckung der Nachhaltigkeit. Kulturgeschichte eines Begriffs*. München (DE): Verlag Antje Kunstmann, 2013.

HARVEY, David. *The enigma of capital and the crises of capitalism*. London: Profile Books, 2010.

_____. *Kleine Geschichte des Neoliberalismus*. Zürich (CH): Rotpunktverlag, 2007.

_____. *Der neue Imperialismus*. Hamburg (DE): VSA, 2005. [O novo imperialismo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005].

HARVEY, David; FRINGS, Christian. *Das Rätsel des Kapitals entschlüsseln. Den Kapitalismus und seine Krisen überwinden*. Hamburg (DE): VSA, 2014.

HANS-BÖCKLER-STIFTUNG (HBS). *Kurzarbeitergeld: Tarifvertragliche Aufstockung auf bis zu 97 Prozent des Nettoehaltes – Nur wenige Branchen mit Regelung*, 2020. Disponível em: <<https://www.boeckler.de/de/pressemitteilungen-2675-21966.htm>>. Acesso em: 01 Sep. 2020.

HEITMEYER, Wilhelm. *Autoritäre Versuchungen*. Berlin: Suhrkamp, 2018.

HERZOG, Lisa; KUCH, Hannes. Es ist Zeit für Wirtschaftsdemokratie. *Süddeutsche Zeitung*, 2020.

HOCK, Martin. Eine fundamentale Umwälzung der Finanzmärkte? *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 2019. Disponível em: <<https://www.faz.net/aktuell/finanzen/finanzmarkt/eine-fundamentale-umwaelzung-der-finanzmaerkte-16124832.html>>. Acesso em: Jun. 2019.

HOLST, Hajo (Org.). *Fragmentierte Belegschaften. Leiharbeit, Informalität und Solo-selbstständigkeit in globaler Perspektive*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2017.

HUFFSCHMID, Jörg. *Politische Ökonomie der Finanzmärkte*. Hamburg (DE): VSA, 2002.

IEA, *Global Energy Review 2020*. Paris: IEA, 2020. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2020>>. Acesso em: Set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *World economic outlook. Gaining momentum*. Washington: IMF Publication Services, 2017.

IPCC: *1,5 °C globale Erwärmung*, 2018. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/>>. Acesso em: Set. 2020.

JACKSON, Tim. *Wohlstand ohne Wachstum. Leben und Wirtschaften in einer endlichen Welt*. München (DE): oekom, 2011.

_____. *Prosperity without growth. Economics for a finite planet*. London: Earthscan, 2009. [*Prosperidade sem crescimento. Vida boa em um planeta finito*. São Paulo: Abril, 2013].

JESSOP, Robert. Bonapartismus ohne Bonaparte: von Thatcher über Blair zum Brexit. In: BECK, Martin & STÜTZLE, Ingo (Orgs.). *Die neuen Bonapartismen: Mit Marx den Aufstieg von Trump & Co. Verstehen*. Berlin: Dietz, 2018.

KAELBLE, Hartmut. *Mehr Reichtum, mehr Armut. Soziale Ungleichheit in Europa vom 20. Jahrhundert bis zur Gegenwart*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2017.

KOCKA, Jürgen. *Geschichte des Kapitalismus*. München (DE): Beck, 2013.

KRACH, Wolfgang. Den Mächtigen fehlen die Ideen. *Süddeutsche Zeitung*, 2019. Disponível em: <<https://www.sueddeutsche.de/wirtschaft/davos-weltwirtschaftsforum-globalisierung-ungleichheit-1.4303250>>. Acesso em: Jun. 2019.

LEHNDORFF, Steffen. Und sie bewegen sich doch – Europäische Gewerkschaften angesichts der Angriffe auf Tarifvertragssysteme. *Luxemburg: Gesellschaftsanalyse und linke Praxis*, 2019. Disponível em: <<https://www.zeitschrift-luxemburg.de/und-sie-bewegen-sich-doch-europaeische-gewerkschaften-angesichts-der-angriffe-auf-tarifvertragssysteme/>>. Acesso em: Jun. 2019.

LUDWIG, Carmen. *The politics of solidarity: Privatisation, precarious work and labour in South Africa*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2019.

LÜTHJE, Boy; LUO, Siqi; ZHANG, Hao. *Beyond the iron rice bowl. Regimes of production and industrial relations in China*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2013.

LUTZ, Burkart. *Der kurze Traum immerwährender Prosperität. Eine Neuinterpretation der industriell-kapitalistischen Entwicklung im Europa des 20. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 1984.

LUXEMBURG, Rosa. Die Akkumulation des Kapitals. Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus. In: LUXEMBURG, Rosa. *Gesammelte Werke*. Berlin: Dietz, 1975a.

_____. Einführung in die Nationalökonomie. In: LUXEMBURG, Rosa. *Gesammelte Werke*. Berlin: Dietz, 1975b.

_____. Stillstand und Fortschritt im Marxismus. In: LUXEMBURG, Rosa. *Gesammelte Werke*. Berlin: Dietz, 1975c.

MADDISON, Angus. *The world economy. A millennial perspective*. Paris: OCDE, 2006.

MARX, Karl. Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. *Band 1. Der Produktionsprozeß des Kapitals*. In: MARX & ENGELS, *Werke (MEW)*, Bd. 23. Berlin: Dietz, 1973 [1867]. [*O capital. Crítica da economia política*. v. I. Livro primeiro: o processo de produção do capital. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011].

MCCARTY, Thomas. *Rassismus, Imperialismus und die Idee menschlicher Entwicklung*. Berlin: Suhrkamp, 2015.

MEIKSINS WOOD, Ellen. *Der Ursprung des Kapitalismus. Eine Spurensuche*. Hamburg (DE): Laika, 2015.

MILANOVIĆ, Branko. *Haben und Nichthaben. Eine kurze Geschichte der Ungleichheit*. Stuttgart (DE): Theiss, 2017.

_____. *Die ungleiche Welt. Migration, das Eine Prozent und die Zukunft der Mittelschicht*. Berlin: Suhrkamp, 2016.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life. Ecology and the accumulation of capital*. London: Verso, 2015.

MURPHY INSTITUTE. *The road less travelled. Reclaiming public transport for climate-ready mobility. Trade unions for energy democracy*. Working Paper n. 12. New York: Murphy Institute, 2019.

NASSEHI, Armin. "Es ist eine digitalisierte Selbstbeobachtung der Gesellschaft", 2020. Disponível em: <<https://www.fr.de>. <https://www.fr.de/kultur/gesellschaft/armin-nassehi-eine-digitalisierte-selbstbeobachtung-gesellschaft-13715318.html>>. Acesso em: Jul. 2020.

NEIDHARDT, Friedhelm. "Public Sociology" – Burawoy-Hype und linkes Projekt. *Berliner Journal für Soziologie*, v. 27, p. 303-317, 2017.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *Die Verwandlung der Welt: Eine Geschichte des 19. Jahrhunderts*. München (DE): C. H. Beck, 2009.

PATEL, Ray; MOORE, Jason W. *Entwertung. Eine Geschichte der Welt in sieben billigen Dingen*. Berlin: Rowohlt, 2018.

PIKETTY, Thomas. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge (UK): Harvard University Press, 2014. [*O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014].

POLANYI, Karl. *The Great Transformation. Politische und ökonomische Ursprünge von Gesellschaften und Wirtschaftssystemen*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1995. [*A grande transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011].

POULANTZAS, Nicos. *Der Staat, die Macht und der Sozialismus*. Hamburg (DE): VSA, 2002 [1978].

ROBINSON, J. Rosa Luxemburg's "accumulation of capital". In: ROBINSON, J. (Org.). *Collected economic papers*. Oxford (UK): Basil Blackwell, 1964.

RODRIG, Dani. *Das Globalisierungsparadox. Die Demokratie und die Zukunft der Weltwirtschaft*. München (DE): C.H. Beck, 2011.

ROSA, Hartmut. *Resonanz. Eine Soziologie der Weltbeziehung*. Berlin: Suhrkamp, 2016.

RUANO, Yuliana Ortiz. Das Virus hat alle Probleme verschärft. Interview mit der Poetin und Frauenrechtlerin Yuliana Ortiz Ruano aus Guayaquil. *Lateinamerika Nachrichten*, v. 551, 2020. Disponível em: <<https://lateinamerika-nachrichten.de/artikel/das-virus-hat-alle-probleme-verschaerft/>>. Acesso em: Jul. 2020.

SAITO, Kohei. *Natur gegen Kapital. Marx' Ökologie in seiner unvollendeten Kritik des Kapitalismus*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2016.

SHELLNHUBER, Hans Joachin. *Selbstverbrennung: Die fatale Dreiecksbeziehung zwischen Klima, Mensch und Kohlenstoff*. München (DE): C. Bertelsmann, 2015.

SCHMALZ, Stefa; SCHNEIDEMESSER, Lea. Arbeitskonflikte um Gute Arbeit: Tendenzen, Bilanz, Perspektiven. In: SCHRÖDER, Lothar; URBAN, Hans-Jürgen (Orgs.). *Gute Arbeit – Ausgabe 2019. Transformation der Arbeit – Ein Blick zurück nach vorn*. Frankfurt am Main (DE): Bund Verlag, 2018.

SCHUMPETER, Joseph. A. *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Berlin: Duncker & Humblot, 2006.

SOILAND, Tove. A feminist approach to primitive accumulation. In: DELLHEIM, Judith; WOLF, Friedrich (Orgs.). *Rosa Luxemburg. A permanent challenge for political economy. On the history and the present of Luxemburg's "Accumulation of capital"*. New York: Frederick A. Praeger 2016.

STEIL, Armin. *Krisensemantik. Wissenssoziologische Untersuchungen zu einem Topos moderner Zeiterfahrung*. Opladen (DE): Leske + Budrich, 1993.

THERBORN, Göran. Class in the 21st century. *New Left Review*, v. 78, n. 6, p. 5-29, 2012.

TOOZE, Adam. *Crashed. Wie zehn Jahre Finanzkrise die Welt verändert haben*. München (DE): Siedler Verlag, 2018.

TURBAN, Manfred. *Marxsche Reproduktionsschemata und Wirtschaftstheorie. Die Diskussion ihres analytischen Gehalts in verschiedenen wirtschaftswissenschaftlichen Forschungstraditionen*. Berlin: Duncker & Humblot, 1980.

VICTOR, Peter A. *Managing Without Growth: Slower by Design, Not Disaster*. London: Edward Elgar Publishing, 2008.

WACQUANT, Loïc. *Bestrafen der Armen. Zur neoliberalen Regierung der sozialen Unsicherheit*. Leverkusen-Opladen (DE): Budrich, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopistik. Historische Alternativen des 21. Jahrhunderts*. Wien: Promedia, 2002.

WEIZSÄCHER, Ernst Ulrich von. Eine spannende Reise zur Nachhaltigkeit. Naturkapitalismus und die neue Aufklärung. In: GÖRGEN, Benjamin; WENDT, Björn. *Sozial-ökologische Utopien. Diesseits oder jenseits von Wachstum und Kapitalismus*. München (DE): oekom, 2020.

WINDOLF, Paul. Finanzmarkt-Kapitalismus. Analysen zum Wandel von Produktionsregimen. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Sonderheft 45. Wiesbaden (DE): VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2005.

WOLFE, Nathan. *Virus. Die Wiederkehr der Seuchen*. Hamburg (DE): Rowohlt, 2020.

YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. *Staat oder Markt. Die Schlüsselfrage unseres Jahrhunderts*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 1999.



Capitalism and inequality

Recebido: 30.07.20
Aprovado: 22.09.20

Boike Rehbein*

* Boike Rehbein é professor titular de Sociedade e Transformação na Ásia e África na Humboldt-Universität, Berlim, Alemanha. Orcid: 0000-0002-3003-7432. <RehbeinB@hu-berlin.de>.

Abstract: According to the prevailing opinion, capitalism is a market economy governed by immutable laws and inequality is the result of competition between free and equal individuals on that market. This paper argues that capitalism, as developed in Western Europe in modern times, has more in common with organized crime than with a system of natural laws. It is rooted in the sale of church and common lands, the privatization of finance (especially public debt) and colonialism. However, its purpose is not the accumulation of wealth. It is merely a particular way of sustaining domination by a small group of people over the rest of the population. Domination in capitalism differs from earlier forms of domination in two ways: it is reproduced via the accumulation of wealth and it is not visible as such. Neither the purpose (domination) nor the functioning (systematic appropriation) is visible on the surface. Even Marx was led to believe that the economy is governed by laws which can be studied scientifically. The paper will argue against this belief by tracing the structures of domination to the reproduction of social inequality in capitalist societies.

Keywords: Capitalism. Domination. Economic inequality. Social class. Social inequality.

Capitalismo e desigualdade

Resumo: De acordo com a opinião predominante, o capitalismo é uma economia de mercado regida por leis imutáveis e a desigualdade é o resultado da competição entre indivíduos livres e iguais nesse mercado. Este artigo argumenta que o capitalismo, conforme desenvolvido na Europa Ocidental nos tempos modernos, tem mais em comum com o crime organizado do que com um sistema de leis naturais. Está enraizado na venda de igrejas e terras comunitárias, na privatização das finanças (especialmente da dívida pública) e no colonialismo. No entanto, seu objetivo não é o acúmulo de riqueza. Esta é apenas uma forma particular de sustentar a dominação de um pequeno grupo de pessoas sobre o resto da população. A dominação no capitalismo difere das formas anteriores de dominação de duas maneiras: é reproduzida por meio da acumulação de riqueza e não é visível como tal. Nem a finalidade (dominação) nem o funcionamento (apropriação sistemática) são visíveis na superfície. Até Marx foi levado a acreditar que a economia é governada por leis que podem ser estudadas cientificamente. O artigo argumentará contra essa crença ao traçar as estruturas de dominação até a reprodução da desigualdade social nas sociedades capitalistas.

Palavras-chave: Capitalismo. Dominação. Desigualdade econômica. Classe social. Desigualdade social.

Introduction

Every year, a new world-historical record in socio-economic inequality is proclaimed. In 2018, the 26 richest men owned as much wealth as the poorer half of the world population (almost four billion people) combined (*The Guardian*, 20 January 2019). Everybody knows this level of inequality is unsustainable, every capitalist state is worried about it, and a lot of measures are taken against it – but it keeps getting worse (Stiglitz, 2012: 20-25). This is partly because we understand neither capitalism nor inequality. And we do not understand them partly because we believe in the ideology that has been created around capitalism since the development of its modern, Western form (cf. Boltanski & Chiapello, 1999).

According to this ideology, capitalism developed in Europe until it became so efficient that it spread across the world. This is not true. European capitalism developed in conjunction with colonialism and spread across the world due to colonialism. According to ideology, capitalism is a market economy that is governed by natural laws. This is not true. Capitalism is almost the opposite of a market, it is the monopolization of capital in the hands of few, which has nothing to do with natural laws. According to ideology, the core of capitalism consists in the utilization of wage labor. This is not true. Wage labor played a key role only during industrialization, otherwise capitalism seeks to exploit anything and everything. According to ideology, the division of productive labor is the driving force of capitalism and the domination of finance is an aberration. This is untrue. Finance has been the motor of capitalism.

The ideological view of capitalism combines with the invisibility of structural domination to construct an entirely misguided understanding of inequality. According to the conventional view, capitalism created a complete break with the past: Suddenly, all individuals were free and equal. The core of capitalist society was supposed to be competition on a level playing field for wealth. It is difficult to construct a myth that is further from the truth. The precapitalist inequalities were not abolished by capitalism and not even by the advent of democracy. And competition in capitalist societies is not about money. It is about capital but only a tiny group monopolizes capital and actually competes for it. The rest competes for means of consumption. However, capital is only a means for domination. Inequality, in reality, is about domination. Since the structures of domination are rendered invisible in capitalist societies, very little can be done about inequality.

In this paper, I will elaborate briefly on each point listed in the two preceding paragraphs. I try to show that capitalism is tied to colonialism, has nothing to do with a market or natural laws, consists in the exploitation of anything and is driven by fi-

nance capital. And I will argue that inequalities in capitalist societies are merely transformations of precapitalist hierarchies, are mediated by the monopolistic ownership of capital and are rooted in domination. A final section will deal with the hierarchy of social classes in capitalist nation states and their relation on a global scale.

Definitions

A meaningful definition of capitalism would have to distinguish between its different forms and to address at least some of the issues mentioned in the introduction. Therefore, it can only be the result of a study, not its beginning. However, I would like to start with a working definition to make my line of argument as transparent as possible. I think it is acceptable to begin with Max Weber's (1986: 12-14) definition of a "capitalist action" as an investment with the expectation of a profit. It is important to note that capital is an investment. There are other forms of wealth (such as money, real estate or a car) but they are not capital unless they are invested. And there are other forms of making a profit, such as begging or stealing, but they are not capitalist unless they flow from an investment of capital.

A capitalist is a human being that owns capital as a property *before* engaging in a capitalist action. Capital is not the result of capitalism but a precondition. And it cannot be common property; capital and profit are private property, from which other people are excluded. The individual capitalist invests in order to replace the original capital and to generate a surplus, which is the profit. The capital itself does not diminish, it is not spent but always replaced. The capitalist lives off the profit. Whoever spends his or her capital on consumption is not a capitalist. The ideal type of a capitalist action consists in acquiring something with a certain invested amount of capital and selling it at a higher price. This something can be someone's labor power but it could also be anything else.

With Weber, we have to understand capitalism as a contextual phenomenon. It does not have one universal shape but comes in various configurations depending on the historical circumstances. Weber (1986: 14) argued that capitalism has existed in many places and times. Particular about modern Western capitalism is that it penetrates all spheres of life, so that we can speak of a capitalist society and not just of a capitalist economy. Everywhere else, it has always been limited to a small group of traders or capitalists. Capitalists were a caste or rank or community, often of subordinate status. Today, capitalism penetrates all spheres of society and integrates more or less every member of society (Polanyi, 1944). This was the result of the development of European capitalism. Therefore, I will limit my argument to this type of capitalism, namely institutionalized Western capitalism.

Inequality is usually studied in quantitative and economic terms. These generally refer to income and, less frequently, to profession or wealth. This approach is misleading. It reduces the issue of inequality to one dimension, which is not even the most relevant one. Inequality is about domination, not about money or careers. We are made believe that we compete for a better job or more money. The cards for this competition, however, are dealt before it even begins. And the competition mainly takes place within the peer-group or the framework of a social class. Ideology tells us that the best in this competition win and that wealth or success is due to individual merit. Thereby, it renders the conditions and structures of competition invisible.

This paper deals with *social inequality*, which is not only determined by the distribution of economic goods and professions but also by the distribution of other forms of resources and *habitus* (Bourdieu, 1984) as well as by the *historical* development of society. Social inequality signifies the differential access to activities, positions and goods that are valued in society – or the structure of privileges. In a later section, I will try to show that the distribution of resources is not so much a result of competition but a heritage that is reproduced from one generation to the next. In capitalist societies, this legacy is passed on within boundaries of social classes. I define social class as a tradition line which reproduces itself from one generation to the next by passing on relevant resources and *habitus* traits to the next generation as well as by symbolically distinguishing itself from other classes. This concept of social class can be operationalized by establishing the relative limits of social mobility. Social mobility takes place within the boundaries of a social class but rarely crosses them. A tradition line is a common class culture, which is based mainly on *habitus* (Thompson, 1963).

The hierarchy of social classes is rooted in and conditioned by precapitalist hierarchies. These partly persist for generations after the emergence of capitalism next to the social classes. I refer to these precapitalist hierarchies as *sociocultures*. The structure of inequality in any capitalist nation state can be explained as a transformation and persistence of sociocultures in combination with political interventions, crises and the position in the world system.

Colonialism

The first assumption we have to refute postulates that capitalism emerged within Europe due to its superior organization and productivity of the economy. Adam Smith and Karl Marx agree that science, technology, the division of labor and the free market were responsible for the success of capitalism in Europe before it spread across the world. These factors were important indeed – but only after

capitalism had spread across the world. The steam engine, gun powder and metal factories with a thousand workers existed in China long before any European even dreamt of them (Jones, 1988: 15, 74).

Colonialism was the driving force of European capitalism before industry and technology began to matter. Colonialism was rooted in the crusades and played a crucial role in the expansion of the North Italian city states after 1000 CE. Venice was the main mediator of trade between Asia and Europe between 1204 and 1453, but it was also involved in the crusades and practiced colonialism by occupying territories in the Eastern Mediterranean, where slaves and indentured laborers produced agricultural and manufactured goods for the Venetian population, especially the elites. In 1453, the Ottomans conquered Constantinople, which had been a Venetian colony since 1204. Europe no longer dominated the Eastern Mediterranean and the link to the Arab trade network was severed. Genova and Portugal explored alternative trade routes and in 1492, Columbus landed in America. Portugal and Spain began to dominate Europe's long-distance trade, which they financed with precious metals from America (Frank, 1998).

Other European states contested Spain's position and robbery was the main principle of European "trade" during that period. Spaniards robbed gold and silver in America, Spaniards, Portuguese and Dutch robbed goods along the Asian coast or traded the precious metals for them, Dutch robbed Spanish and Portuguese ships sailing back to Europe (Panikkar, 1955: 51-57). Increasingly, the English pirates were most successful and with the defeat of the Spanish military fleet, the Armada, in 1588, England became the dominant European trading power.

Piracy was supported by the English crown but more important for the development of capitalism was the foundation of colonial companies in Northwestern Europe. The colonial companies were shareholder societies, actual corporations, founded by nobility, monarchs, representatives of the state and traders. They received monopolies for particular world regions and were supported by the state (Bairoch, 1993: 89). Rich individuals contributed to funding expeditions by investing money with the expectation of significant returns – they acted as capitalists. The English crown sold shares of the colonial companies and thereby generated a profit. The shareholders made a profit when the expeditions were successful. Profits could be astronomical – in the seventeenth century, clove averaged a profit rate of 2500 per cent (Panikkar, 1955: 96).

This was the birth of modern capitalism. Capital was not accumulated via production but via piracy, robbery of raw materials, metals and goods, slavery and betrayal.

This happened as an investment by capital owners, legitimized and supported by the state (Braudel, 1985: 60). While Venice focused on trade, Spain and England focused on exploitation. And whereas Spain practiced exploitation mainly for the sake of the monarch, England practiced exploitation for the sake of the capital owners (including the monarch). England was the main force in the development of capitalism – however, not through nineteenth century industrialization but through seventeenth century colonialism.

Colonialism resulted from the concerted action of the dominant ranks of feudal society, the rulers of the nascent nation state and capitalists. These groups merged to become the dominant class of capitalist society. In the course of this development, colonialism transformed into imperialism. The colonies were no longer exploited by private companies but administered by organs of European nation states, who, in 1914, ruled over 85 percent of the surface of the earth (Nederveen Pieterse, 1989: 179). Profits were increasingly used to develop European manufacturing into large-scale industries. Colonies were converted into plantations, suppliers of raw materials and markets for European manufactured goods (Osterhammel, 1995: 36). Industries that already existed in the colonies were destroyed and the development of new industries was prohibited (Nederveen Pieterse, 1989: 115). The most famous example for this is the praised Indian textile industry, which was thereby replaced by the nascent British textile industry (Bose & Jalal, 1998: 56).

The most important consequence of colonialism was the creation of an integrated unequal world order. In the process, up to 262 million people were killed in the colonies, Europe was industrialized, precapitalist states were transformed into nation states, racism became an overarching ideology and close links between capital, trade and the state apparatus were formed. These consequences persist, even though Europe no longer dominates the world. All of the poor countries today are former colonies, while the former colonial rulers belong to the group of rich countries. Only a few of the former colonies managed to rise to the status of a rich country. Colonialism forms the most relevant socioculture of the contemporary world and explains many of its inequalities on a global scale. I will return to this point further down.

Trade and finance

Colonialism was closely linked to finance and trade. While in Venice trade between Asia and Europe was the focus, robbery formed the nucleus of English colonialism. Both were capitalist activities – which, following Weber, consists in the investment of capital with the expectation of a profit. Trade is usually financed by capitalists, often on the basis of a credit extended by a financial institution to a trader. This was

the usual pattern in Venice of 1200 just as in England of 1600. The main agents of long-distance trade and colonialism were corporations that were financed by banks and controlled by aristocracies.

This capitalist business was based on an important (re-)invention, namely the bill of exchange, around 1200 (Braudel, 1979). The bill of exchange is a piece of paper, for which a debtor receives money and by which he promises to pay back the equivalent sum at a later point in time. Usually, the creditor receives an interest payment in addition to this sum. In the sixteenth century, the bill of exchange was developed to the degree that it could be sold on to a third party along with the right to payment plus interest – which is the root of the bank note as well as of the government bond.

In the end, the creditor receives his investment and a profit, while the debtor pays the original sum and an interest rate. The debtor loses money, unless he uses the credit to invest in a business that generates a higher profit than the interest rate. This is the goal that capitalist trade pursues. Capitalist traders usually need a credit in order to buy goods, which they later sell at a higher price. This has nothing to do with private credit or mortgage, where a consumer spends the entire borrowed sum on goods of consumption, which he or she uses, and has to generate an income by labor in order to pay back the credit plus interest. The trader, in contrast, buys in order to sell at a higher price.

While European long-distance trade was increasingly conducted by colonial corporations, finance was increasingly in the hands of banks. The princes and noblemen in the Italian city-states were often bankers at the same time, especially after the thirteenth century. Probably the most famous example is the Medici family that dominated Florence from around 1400, owned the largest bank of the city and had several popes in the sixteenth century. Finance was the most important business in Northern Italy of the Renaissance. It was closely linked to trade but not so much to production.

Marxists and classical economists usually argue that money is only a symbol for “real” values, especially manufactured goods. This is misleading. Finance capital is a means of power. It can be a value in itself, it does not have to represent anything else. In addition, it is backed by the state, which is the owner of its entire territory, its infrastructure and, to some degree, its population. The state backs the capitalist’s claim to power by guaranteeing the “value” of a piece of paper. The power consists in the right to use labor, nature, resources and capital itself. Financial capital has been an essential component of capitalism, no matter whether you date its beginning to the thirteenth century in Italy, the sixteenth century in Western Europe or the eighteenth century in Britain.

Expropriation

There are reasons to date the beginnings of modern Western capitalism, which I will refer to as institutionalized capitalism, to Britain in the seventeenth century. Three developments were significant to construct capitalism as an institution that comprises all sectors of society. Firstly, the population was disowned. Secondly, the United Kingdom was transformed into a nation state. Thirdly, national debt was privatized by a national bank. In connection with colonialism, finance capital and the exploitation of resources that were already present in Italy, these are the most important historical determinants of institutionalized capitalism.

The Ottoman conquest of Constantinople in 1453 shifted European trade routes from the Mediterranean to the Atlantic. England achieved a dominant status in the Atlantic after destroying the Spanish Armada in 1588. At this time, England had achieved a level of capital concentration that was unknown elsewhere. Its roots lay in the wish of King Henry VIII to divorce from his wife, which was not possible under the statutes of the Catholic Church. In order to legalize divorce, he declared the Anglican Church to be independent of the Catholic Church. Thereby, he took control of the Church's possessions. He sold much of the real estate and gave some land to his entourage (Tawney, 1966).

Only few people in England had the means to buy land, which resulted in an extreme concentration of real estate. This was used for commercial agricultural production leading to an increase in wealth concentration. This development continued, as buyouts characterized the seventeenth century and the conversion of community land into private property happened in the eighteenth century (Gray 1998). Noble families, including the royal household, continue to hold much of the real estate in Great Britain to this day (Irvin, 2008: 13).

The privatization of real estate entailed that people could no longer practice subsistence farming but had to seek employment and to buy their means of subsistence. However, there was no work beyond feudal serfdom in the sixteenth century. Pauperization and emigration were the consequences, epitomized by the arrival of the Mayflower in North America in 1620. The flow of people into the colonies continued over the centuries and only stopped after the end of industrialization. Industry itself could not absorb all the rural-urban migrants, not even in its heyday of the nineteenth century.

Expropriation forces everyone who has no capital to seek wage-labor. In all other forms of society, it was, in principle, possible to seek a piece of land and live off

its produce. This might have been practically impossible for slaves and servants but whoever managed to leave patrimonial relationships was able to find plenty of unoccupied land without owner. Today, this option no longer exists. Basically the entire surface of the planet is private property. All of us, who own no capital in the strict sense, are (potential) laborers and consumers.

The nation state

Until the end of the Thirty Years' War in 1648, European states were entities owned and run by monarchs and princes. The entire state apparatus of Queen Elizabeth comprised a few hundred persons and was more or less identical with the court (Suerbaum, 1989: 132). The monarch ruled over a population and exploited it to his or her own benefit. After the Thirty Years' War, much of Europe was divided into territories and rule became increasingly impersonal, legalized and bureaucratic. The feudal state was slowly transformed into a nation state.

The nation state differs from the feudal state in several regards. First, it is no longer a private matter of the ruler but the ruler represents the population. Second, the nation state has a legal framework. Third, it has a territorial border. Fourth, the population is increasingly interpreted in a nationalistic way – with a supposedly uniform history, culture and language. In reality, there were no such states at the end of the Thirty Years' War. It took centuries to complete this transformation. The United Kingdom achieved it toward the end of the seventeenth century, some former colonies only toward the end of the twentieth century. It entailed integration, pacification and control of the population on the inside and protection against the outside (Foucault, 1977). It also created a uniform national market on the inside and pursuit of profits on the outside.

The English nation state emerged out of a long civil war. In the end, nobility, royal household and new capitalists reached a compromise, which characterizes the state to this day. These three groups monopolize wealth and have monopolized political power until quite recently (and continue to do so to a significant degree, since monarch and House of Lords still yield a lot of power and the rich dominate the lower house). The three groups had already been cooperating in the colonial enterprise for a century and the nation state continued to be largely a colonial enterprise well into the twentieth century.

Institutionalized capitalism was a global project from the start. Trade in Venice and Genova as well as Portugal and Spain had a global horizon. But England (viz. the United Kingdom and Great Britain) became a nation state, which integrated the

entire population into the project of capitalism and global expansion instead of limiting it to a few companies. All of these states were in a permanent state of war around the world as long as they aimed at capitalist expansion abroad.

Sovereign debt

In order to understand the capitalist configuration in the European nation state as opposed to earlier states, we have to turn to the specific relation between capital and state. In the Italian states, there was a close connection between ruler and finance. Portugal and Spain financed their expansion via exploitation of the colonies – by and for the sake of the monarchs. England developed a system of credit finance, in which capitalists invest in sovereign debt in order to make a profit. This entails a certain degree of leverage by the creditors over the state. Finance capital controls trade via credit and the state via sovereign debt (Henwood, 1998: 22). The distinguishing characteristic of sovereign debt is that it is rarely paid back but causes a constant flow of interest payment – by the state to the capitalists.

Because of the European wars, colonialism and the civil war, the English monarch accumulated an enormous level of debt in the seventeenth century. In 1694, after the end of the civil war, the Bank of England was created as a corporation. The bank converted the debt of the state into government bonds and sold them. The receipts were “Bank of England Notes”, the first banknotes. The owners of these banknotes received interest payments over a fixed period of time. After this, the state was supposed to purchase them at their nominal value. Thereby, the owner made a profit, which could amount to double of the original investment. However, the state rarely repaid its debt but rather financed the purchase of the government bond with another bond which entailed more flow of interest to the owners of capital.

In the eighteenth century, sovereign debt became the foundation of finance capital (Phillips, 2002: 214). The Rothschilds, very likely the world’s richest family up to this day, are probably the most famous example for the power and significance of sovereign debt in Europe. But the development in the USA may be more relevant. Many of the richest families of the US became wealthy on the basis of sovereign debt, which was organized by influential politicians of British origin, such as Robert Morris, Alexander Hamilton and William Duer (Phillips, 2002: 214).

Most important is the power that the ownership of sovereign debt entails. While the feudal monarch may have been indebted, he or she was still the supreme ruler. The Italian prince was dependent on finance, but he was often a banker himself.

The nation state, however, becomes an entity that has no autonomy from financial capital, as long as it is indebted. The worst thing that could happen from the perspective of capital is that a state repays its entire debt. The best thing is repayment by means of new government bonds – and this is what usually happens. Basically all nation states today are heavily indebted. Thereby, they are entirely dependent on finance capital and constantly move money to it. I will return to this further down.

Sovereign debt continues to be highly significant. It constitutes a continuous flow of interest to the owners of capital. Interest is paid by the state, which means largely by tax payers. The state would have the power to simply print the money it needs or to erase its debt. After wars and revolutions, this has been suggested and sometimes carried out. But usually, members of government thwart this option, since they either own government bonds themselves or act in the name of capital owners. Alexander Hamilton is a good case in point (Phillips, 2002: 16).

Technology and industry

The colonialist nation state spread capitalism across the world. However, feudal conditions continued to persist in many European societies, while subsistence farming and patrimonialism prevailed in many colonies, especially in Asia. Much of the world population lived outside of capitalist structures, even in England. Capitalists made profits through exploitation of resources, slavery, trade and finance. Only industrialization created a demand for labor. Since free laborers were cheaper than slaves in the long run, as they carry all risks, take care of their subsistence and can be easily replaced, slavery gave way to wage-labor.

Schoolbooks like to link capitalism and industrialization. The industrial revolution, however, only began in the eighteenth century, especially with the invention of the cotton gin in the 1760s and the (re-)invention of the steam engine in 1784. European industry did not play a major economic role before the nineteenth century. In 1820, Asia still had a share of 59 percent in global production, more than Europe, the US and the rest of the world combined (Polanyi Levitt, 2013: 158). Until this time, production in Europe was mainly organized in guilds. Technological innovation was important but economic growth resulted mostly from an increase in labor use (Pomeranz, 2000: 91).

The key development of industrialization was the scientifically planned mass production, which first emerged in Great Britain after the late eighteenth century. In this period, the classical works of economics were written by Adam Smith, David Ri-

cardo and Karl Marx. They considered industry to be the core of capitalism and natural science the means to understand and administer it. However, industry formed the core of capitalism for not even two centuries. Today, industrial production contributes not even twenty percent to the GDP of the US – less than in Nepal. This also means that the exploitation of wage-labor is merely one aspect of capitalism. And science plays an inferior role in most other aspects of capitalism.

Industry requires large-scale investments and large markets. Both were partly delivered by the British colonies. Invested capital was generated by the colonial profits, proceeds from real estate and financial speculation. The manufactured goods were sold partly in the colonies. As is well known, the textile industry was the pioneer of British industrialization. India's textile production was superior to the British but it was prohibited by the colonial administration (Panikkar, 1955: 51). On this basis, all Indians had to buy textiles manufactured by British textile factories. India continues to suffer from this destruction of its industrial base and its traditions.

Industrial production was the core of capitalism only while profit rates were higher than in other spheres of the economy. This was the case only under colonial conditions. The colonial powers were able to import their raw materials at a very low cost from the colonies, process them in their factories and sell the products at high prices. With the end of colonialism and the shift of production to low-cost countries, profitability of the industrial sector decreased in Western countries. Capital returned to trade and finance.

The profitability of industrial production is based on the (almost) free acquisition of raw materials – from water and oil to timber and precious metals. The productivity of scientific manufacturing contributes far less to capitalist profits than the exploitation of nature. All societies live off nature but only capitalism developed the ability to destroy the planet. Adam Smith already described the systematic destruction of nature for the sake of capitalist profit in 1776 (Smith, 2007: 105-113).

Industrial production is unthinkable without the exploitation of nature. At the same time, most means of subsistence – water, shelter, food – are accessible today only via the capitalist system. Only (polluted) air is still free. The exploitation of nature in capitalism is systematic (Moore, 2015). Whereas earlier societies left significant parts of nature untouched, capitalism transforms an increasing number of things into goods in order to generate a profit. We all know that this process is about to destroy the foundations of life. It is important to note that it is not a component of "human nature". Kleenex does not clearcut old forests nor does Shell drill for oil in order for humanity to survive. They do this in order to make a profit.

Capital and market

Textbooks tell us that the economy in a capitalist society is organized as a market and comprises all productive activities. However, the majority of productive and necessary activities takes place outside the “market”. We help our neighbor build a shed, a friend move to a new place, our daughter with her homework and the aunt organize a party. These activities are productive and could be measured in money. In addition, we have to consider reproductive activities, such as child-rearing and housework. All of these activities combined probably comprise the majority of economic activity – but they are not organized as a “market”. I would call this the social economy.

The term “market”, however, is misleading as well. The baker next door may use flour of bad quality and charge excessive prices but he only uses his income to pay for his own livelihood. With your shopping you basically pay for his shopping – and both of you consume the acquired goods to stay alive. You could go shopping elsewhere. If the baker’s products are too expensive or too terrible, you probably would. This is a market. Several suppliers compete via quality and price for customers. If the market is organized by the state on a national level, we may speak of a market economy.

Capitalism has nothing to do with the market, which Fernand Braudel has shown convincingly (Braudel, 1985). Capitalism is not about competition among equals who try to secure their livelihoods but about profit and accumulation. Only a section of the economy is organized as capitalism. This section first comprised finance and trade and was then extended to the exploitation of European colonies and finally penetrated the entire society, both in Europe and in the colonies. The apparatus of the nation state mainly served the purpose of organizing and protecting this sphere of the economy. The market in the strict sense, as introduced in the preceding paragraph, does not require any organization, since demand and supply regulate everything via quality and price.

The capitalist “market”, in contrast, is organized in such a way that capitalists’ profits are secured. The capitalist section of the economy has always consisted of oligopolies or even monopolies. Corporations of the past, such as the colonial companies or the American railway trusts, had state-backed monopolies, at least for a certain region. If any competition emerged, it was done away with by mergers or destruction of the competitor. Today, any sector of the capitalist economy is dominated by a few corporations – which tend to own each other. The appearance of competition is maintained by anti-trust legislation and the existence of several

brands but in reality, all corporations are owned by the same group of capitalists. I will expand on this further down.

The different segments of the economy – social economy, market, market economy and capitalism – do not exist independently of each other but capitalism seeks to incorporate those fields that could generate a profit. It thereby changes the other segments. At the same time, elements of the market and the social economy persist within capitalism. For example, any person who is active in the field of capitalism also makes presents or exchanges goods and services. Without these activities, capitalism could not function. If the entire economy were geared only to profit-making, the majority of vital activities – from birth and education to friendship and public services – would disappear. Capitalism can be interpreted as a parasite that lives off a host, which is society, including the social economy.

Textbooks claim to describe capitalism but actually talk about the market. In the public language of marketing, politics and media, there is no difference between the baker next door and Rockefeller. Liberal economists from Adam Smith to Milton Friedman always illustrate the functioning of capitalism with regard to an exchange between two Robinson Crusoes or at best a farmers' market. These have nothing to do with capitalism. Such representations are intentionally misleading in order to legitimize capitalism.

Political legitimization

As a consequence of the Thirty Years' War and the civil war, the United Kingdom installed a parliament. However, only a small fraction of the population was represented in it, namely the nobility in the upper house and the bourgeoisie in the lower house. Well into the twentieth century, government and leading bureaucrats were recruited only from these two groups. It was a democracy of capital owners (Polanyi Levitt, 2013: 147). This changed only with the social reforms by the Labour Party after the Second World War.

Textbooks tell us that the French and American revolutions made democracy a reality and that the West became democratic. However, many European states witnessed democratic revolutions only in the twentieth century or not at all. And until the twentieth century, the majority of the population was excluded from democracy, even in France and the US. Slaves and workers gained citizen rights in the late nineteenth century, women and people from the colonies in the twentieth. Some groups, such as foreigners and convicts, are denied citizen rights up to this day in many countries. Democracy was introduced step by step over centuries. The for-

merly underprivileged groups remain underprivileged because their lack of means and respect was never compensated for.

Today, most nation states call themselves democracies: Great Britain with a monarch and an aristocracy privileged by the constitution, Sweden with a strong social system and a monarch (and the highest wealth inequality in the world), Switzerland with elements of a direct democracy and China with a communist one-party rule. None of these countries has made equality a reality. They differ significantly from one another but they have in common that capitalists are privileged. The differences result from history and political struggles. Some countries have abolished many privileges of the nobility and some have even limited the privileges of capital. The structures of domination, however, with a tiny privileged group dominating the rest of society persist everywhere.

The degree of inequality in capitalist societies is evident to any observer. At the same time, democracy proclaims the ideal of equality. In any democracy, there is a tension between the concentration of capital and the ideal of equality. It plays out as a conflict between state and economy (or “market”). In principle, the population has the option to change the status quo and to achieve more equality via the state. Capitalists try to prevent this and have many powers to do so but the possibility of creating more equality exists and is sometimes realized.

That this rarely happens is partly due to the symbolic universe of capitalism and the way inequality is legitimized. Inequality in capitalism is supposed to be the result of competition between free and equal individuals – in contrast to other forms of organized states, which were openly unequal. The meritocratic myth was shaped by mainstream social science since the seventeenth century, especially by liberal traditions. Even though it clearly contradicts everything we experience every day, all of us believe at least to some degree in the meritocratic myth: we are all equal, all opportunities are open to everyone of us, inequality results from competition on a level playing field, and whoever lives in misery has to take at least some of the blame.

Liberalism and the meritocratic myth can be traced back to Thomas Hobbes who published his main work, *Leviathan* (Hobbes, 1986), in the midst of the English civil war in 1651. Hobbes applied Galileo’s mechanics to society and interpreted human beings as identical atoms. Just like Galileo explained the physical world on the basis of one single defining characteristic of the atom, namely movement, Hobbes explained the social world on the basis of the defining characteristic of the human, namely survival or self-interest. Since self-interested beings would kill each other

in an endless competition, Hobbes called for a regulating force: each individual transfers some of its powers to the sovereign (or state) that limits self-interested action and guarantees a peaceful competition. Hobbes suggested that a monarch be the best incorporation of the sovereign but a century later, Rousseau replaced the monarch by the idea of a democracy, which was then partly realized by the American and French revolutions.

Adam Smith's economics is basically an application of Hobbes' socio-political science to the economy. In the *Wealth of Nations*, published in the same year as the American Declaration of Independence (1776), Smith explains that the market guarantees a maximum of productivity, quality and price efficiency, if it is an unfettered competition between legally free and equal individuals (Smith, 2007). The same should be true for the world market of nation states. Nations and individuals should pursue their self-interest and, in the course, specialize on what they do best. Thereby, they would acquire relative advantages. Smith suggests a similar role for the state as Hobbes: to regulate markets in such a way that a free and equal competition is possible.

Just like Hobbes, Smith ignores the inequalities between individuals (and nations) before any competition. He takes for granted that there are capitalists and laborers and that capitalists should get the profits and laborers a wage to secure their subsistence (Smith, 2007: 7). He has no problem admitting that there are classes in society and that people are born into and die in their class. Since the advent of democracy, this is no longer acknowledged. Everyone is supposed to be equal – in spite of the existence of slavery, exclusion of women and no voting rights for the poor. Today, with full suffrage for (almost) everyone and full economic rights for all, this seems to be a problem of the past.

Emergence of classes

Inequality is not a result of competition, it is a starting condition. All the inequalities mentioned in the previous paragraph persist because they have never been compensated for. Women were given the right to vote – but at that point, men had already captured all leading positions in society and all capital. Slaves were freed – but they had no education, no money, no connections, no respect, no access to jobs and markets. The poor were given the right to participate in the market – but they had no capital. The formerly excluded groups were able to achieve minimum rights through long struggles but they never received even a small fraction of the privileges of the formerly included groups. They were integrated as subalterns into the “democracy”. This is the basis of our invisible inequality.

Until the twentieth century, no democracy included the entirety of its population, not even its majority. And there was never a complete break with the past. Monarchy and nobility were never entirely abolished. In fact, many nation states around the world still have a monarch and many a nobility, including Great Britain, where the royal household, nobility and capitalists formed a new dominant class after the civil war. This happened in most European and American as well as in some African states. The old ruling groups merged with the new capitalists and excluded more or less all others from the new “democratic” state. In many Asian and African states, a more inclusive democracy was installed right with independence but earlier hierarchies were not done away with either. The old dominant groups and elites remained on top.

Three general types of states resulted from the transition to capitalist democracy (Jodhka *et alii*, 2017: 14). The nation states with a long capitalist and democratic past in Europe have established stable class structures. Neither the precapitalist structures nor contemporary class structures are openly visible any more. In contrast, the slave-holding settler colonies of America experienced independence around two centuries ago but the former slaves received full citizenship only in the twentieth century. The legacy of slavery is still openly visible. This is partly true for the relation between settlers and indigenous populations in Oceania and Southern Africa as well. The third type includes most nation states of Africa and Asia, which received their territorial borders and independence only a few decades ago. Precapitalist structures and inequalities remain clearly visible.

Some nation states do not fit any of the types, since they were never fully integrated into the colonial system, such as China, Ethiopia and Thailand, or since they have a peculiar history. But inequality in all contemporary nation states is only intelligible as a transformation of precapitalist hierarchies – or sociocultures. The formerly underprivileged groups remain underprivileged and the formerly dominant groups mostly retain their dominant position. In capitalist society, these hierarchies slowly develop into social classes.

Economic classes

Marx’ division of society into capitalists and laborers is a gross simplification of the diversity of social structures that exist around the world. Each nation state has its particular inequalities that are transformations of precapitalist hierarchies and therefore a unique structure of social classes. However, Marx is entirely correct when speaking about economic classes. Only a tiny group of people, around 0.05

percent of the world population, owns capital in Weber's sense: wealth that is invested with the expectation of a profit. The rest has to labor and depends entirely on the capitalists. Marx (1985: 523) explained that the laborer only has a life if he (or she) finds a capital that employs him (or her). In an economic sense, capitalist society consists only of capital and labor.

In order to fully understand this, we have to clearly define capital. Capital is not wealth or property or income or money. Only an investment with the expectation of a profit is capital. Any income can be used for consumption or saved. If it is consumed, it is gone. If it is saved, it can be used for future consumption. When money is saved and invested with the expectation of a profit, it can become capital. Whoever owns a few company shares or a life-insurance policy cannot be called a capitalist because he or she does not have any influence on his or her own investment but is entirely dependent on company policies. This is reflected in profit rates. While the regular person is happy if his or her savings increase at all, a capitalist aims at a profit rate of at least several percent. Furthermore, capitalists finance their livelihood entirely from profits, while savings are usually consumed at some point.

Capitalists lend capital to the rest of the population for a fee. An industrialist, who has to take up a credit, uses the capital for his or her own profit but still has to pay a fee. Whoever uses real estate, has to pay a rent. Whoever uses money, has to pay an interest rate. And everybody has to buy the means of consumption from the capitalists. Thereby, almost all investment flows back to the capitalists – except savings that is invested for a profit, which is not used up by the investor. One might argue that the state apparatus controls up to half of the GDP. But what happens with that money? The state uses it for social transfers, which are converted into means of consumption, for infrastructure, which is constructed by capitalists, for interest payments on sovereign debt, for weapons and for civil servants, who spend their salaries on means of consumption. Only a segment of the state budget, e.g. for education, does not end up fully in the pockets of the capitalists.

Of course, anyone in a democratic society is free to invest capital. Whoever does not own any money, can get a credit. But few people do this, since risk is high and economic processes are largely unknown. In fact, it is highly unlikely that a complete outsider starts a successful business. Capitalists, in contrast, usually inherit not only the invested capital but also the knowledge and the contacts. They do not have to acquire or borrow any money and can live off the profits. The remainder of the population has to serve the capitalists in order to acquire the means of survival. However, there is no logical reason for the capitalists to pay any particular level of salaries, it is the result of centuries of struggle.

The economic class of capitalists comprises not much more than 0.05 percent of the world population. In 2015, around 33.7 million individuals in the world (or about half a percent) were millionaires in US Dollars (Stierli *et alii*, 2015: 26). With a wealth of one million dollars, you may be a capitalist in a poor country but in the global North, where most of the millionaires reside, a million buys you two houses, three cars and maybe a boat. All of these are consumer goods, not capital investments. You may be able to buy a life-insurance policy and a few stock shares but these are controlled by others. The majority of millionaires does not qualify as capitalists. It is safe to draw the statistical dividing line between capitalists and individuals who own some wealth at around five million US Dollars in the global North and at around one million US Dollars in the poorer countries of the global South. This leaves us with around 0.07 percent of the world population as potential capitalists (Stierli *et alii*, 2015: 27).

The entire remainder of the world population has to labor or receive transfers in order to make a living. Around 14 percent can be classified as an economic middle class, while 71 percent of the world population owns wealth of less than 10.000 US Dollars (Stierli *et alii*, 2015: 30). The distance between the laboring class and the capitalists can be visualized by equating one million US dollars with one centimeter. 99.5 percent of the world population would be placed within that one centimeter. The average capitalist would be nineteen centimeters away, while the billionaires would be more than 1.000 centimeters (ten meters) and up to a hundred meters beyond. And the distance is increasing by the day. It has never been as large as today (Phillips, 2002: 110).

Finance capitalism

Above, I claimed that capitalism has always been and still is a matter of oligopolies and monopolies, that it has nothing to do with a market. This was visible with the colonial companies and the great American trusts. The concentration of capital is even more extreme today but it is difficult to see. The capitalist economy is run by a network of corporations, which are owned by a few transnational corporations (TNCs), whose owners are hidden behind a maze of company shares, shell companies, holding societies and foundations.

An important study by Stefania Vitali, James B. Glattfelder, and Stefano Battiston (2011) analyzed the ownership structure of TNCs worldwide. Vitali *et alii* selected the most important TNCs from the Orbis database 2007, which comprised thirty million companies. They found that 15,491 TNCs have multiple ties to each other. 147 TNCs hold forty percent of control of all TNCs and almost fully control one an-

other (Vitali *et alii*, 2011: 6). Three quarters of these TNCs are financial institutions that hold shares of up to 5,000 other TNCs (Vitali *et alii*, 2011: 20). It is safe to say that the network of these 147 TNCs forms the core of the capitalist economy.

We have to consider that the 200 largest TNCs were responsible of 28.3 percent of global GDP in 2000 (Anderson & Cavanagh, 2000). Since the state is responsible for up to half of the GDP in some nation states, we can estimate that the network of the most powerful 147 TNCs controls up to fifty percent of the global GDP beyond the state.

Each TNC holds shares in other TNCs. Especially financial corporations have diversified portfolios with shares of less than three percent in a particular company. Thereby, each of the powerful TNCs owns a small percentage of every other TNC. Company shares are increasingly owned by financial institutions, especially investment funds. BlackRock is the biggest and most notorious of them. Banks like Merrill Lynch and Barclays, in turn, hold the majority of BlackRock shares. But who actually owns the corporations' capital then? We have to answer the question by studying who invests via these funds. BlackRock administers up to seven percent of global financial wealth and requires a minimum investment of one million US dollars (Dowbor 2017: 106). These are the people who, in the last instance, hold the capital of the TNCs. Only the world's capitalists are potential – and actual – customers.

Today's capitalists no longer own particular companies, which they run on a daily basis. Those who build companies from scratch usually sell at least part of them after a few years. Capital today is invested via financial institutions that are only interested in the profit rate. Each TNC has to generate a certain minimum profit, often up to ten percent, in order to attract capital investors. The TNC's financial department receives the profit aim from the financial investors and passes down the aim to all sub-companies and departments. Quality and price of the products have become basically irrelevant. How the profit is generated, does not play any role.

The economic class of capitalists increasingly acts as a block of investors, mediated by financial institutions. These might invest the money in productive companies but also in speculation, extraction of raw materials, real estate and other processes that are, in classical economics, not considered productive. In fact, most of the capital does not lead to any economic growth or social wellbeing (Stiglitz 2012: 39). Capitalism never pursued this goal. It is more about generating profits for privileged self-interested individuals.

Social classes

However, capitalism is not about money. It is about capital. From this perspective, there are only two classes, namely capitalists and laborers (or non-capitalists), as Marx has argued. But capital is only a means and capitalist society, in the last instance, is not even about capital but about domination. Therefore, the division of society into two economic classes is oversimplifying and misleading. Many members of the Rockefeller family are not active as capitalists and some may not even have any significant wealth or income. They do not belong to the economic class of capitalists. But they are still members of the upper social class. In contrast, a newly rich may be a capitalist but will not have access to the upper social class, since he or she lacks the contacts, the manners, the knowledge, the family name and the respect. A successful football player may have more money than many members of the upper social class but he will not become a member of the upper class.

Social class is more fundamental than economic class, since domination is more fundamental than capital. A social class is, among other things (see the section on definitions), defined by a common tradition, a common culture, almost like an ethnic community. The culture is embodied in the *habitus* (Bourdieu, 1984). Habitus refers to the socially relevant patterns of behavior that are acquired in the life course, mostly in childhood. Patterns of behavior are usually acquired in a stable social environment and adapted to it. This is often the parental sphere of life; most of us learn many important forms of behavior from our parents. Therefore, we have a lot in common with people in the social environment of our childhood, typically our parents and siblings. The earlier a pattern is acquired, the more stable it tends to be. Examples would be the mastery of a musical instrument or the ability to play golf, which are usually acquired in childhood and in a typical social environment. Since the environment does not change significantly all the time, patterns are somewhat coherent and stable over time.

A social class is partly defined by a *habitus*. Its members have similar, albeit not identical, patterns of behavior. It is also determined by other factors, such as economic capital, labor, education, cultural goods, abilities, manners and language. All these factors combine and form a typical combination but any one factor can be untypical for any member of the class. A certain member of the Rockefeller family may lack university education, another may have no personal wealth and a third may be married to a middle-class person – but no member of the family will have all of these characteristics. The successful football player may be rich but he has no university education and no friends from the upper class – unless he belonged to the upper class before becoming a football player.

Class culture is reproduced from one generation to the next, since *habitus* and institutions cannot be altered at will – they rather form the basis of any alteration. It comprises all socially relevant patterns of action. Of course, social class also comprises access to economic capital or to labor (or the lack thereof) but *habitus* and social networks are at least equally important. Social class is defined by all socially relevant factors that distinguish the classes hierarchically. We can define social class as a socio-cultural collective that passes on key elements of *habitus* and resources from one generation to the next and distinguishes itself actively and passively from other classes (Jodhka *et alii*, 2017: 20).

Social class can be operationalized by looking at the limits of social mobility (Jodhka *et alii*, 2017: 20). In order to determine social mobility, we have to take the entire life course and the entire family into account. One individual may seem to have been socially mobile for a certain period of time – but this is rarely the case over the entire lifetime and virtually inexistent for an entire family. A lot of mobility exists within a social class but the boundaries of a class are rarely crossed. A university student is usually poor but comes (at least) from a middle-class family and usually gets (at least) a middle-class job. A poor winner of the lottery may become rich but usually loses all of his money before the end of his life. In principle, upward mobility is possible in a capitalist society, even if it is rare. However, social mobility also existed in precapitalist societies. And the patterns are similar. Access to the upper class mostly happens through personal networks, especially marriage.

Money and capital are some of the privileges that come with membership in a social class. Capital is the most important instrument of preserving hierarchy and domination in a capitalist society but it is only one privilege among many. Social class is defined by a combination of privileges, all of which amount to domination. Domination is the power to influence society and impose one's will. The hierarchy of social classes is a structure of domination.

The upper social class is the dominant class, since it occupies the dominant position and is capable of domination. The rest of the population is told that capitalist society is about wealth. This makes the structure of domination invisible and forms an incentive for people to labor and consume. The acquired wealth mostly ends up in the capitalists' pockets. Most capitalists are members of the dominant class, since they inherit economic capital, the relevant social networks and family ties, knowledge about business and a fitting *habitus*. We are made believe that ownership of capital results from competition but this competition starts with the capitalists already having capital. The competition for economic capital is basically limited to the dominant class.

The basic structure of a capitalist society consists in a hierarchy of social classes. All capitalist nation states have a dominant class and a marginalized class, which is excluded from access to valued functions in society, e.g. labor. The number and structure of middle classes varies depending on the history of the nation state as well as the timing and nature of the capitalist transformation. The structure of social classes is rooted in precapitalist hierarchies or sociocultures, which partly persist for generations after the emergence of capitalism and partly shape the social classes.

Inequality and global capitalism

The competition for capital and domination has been mediated by the nation state and has thereby partly been confined to it. The nation state is at once the arena for the competition between national capitalists and the support structure for transnational expansion. The emergence of institutionalized capitalism was tied to colonialism and, as a consequence, was global from the start. Marxists like Rosa Luxemburg (1921: 107) have argued that the generation of surplus entails global expansion as a law. This is misleading since no natural law forces human beings to a certain social behavior. At the same time, neither capitalists nor members of the dominant class form a homogeneous group with one common strategy. They rather compete with each other for a better relative position. This is the case on the global level as well as on the national level and often even within the family.

Furthermore, the interests of capitalists diverge from those of dominant classes and nation states. States are led by politicians who are interested in their careers and a strong position of the state. Capitalists are interested in their personal profit. Dominant classes wish to preserve their social position. For capitalists residing in a globally weak state, a strategy strengthening the state could be negative, for example if they profit from development aid, the exploitation of resources or corruption. And aggressive profit-seeking could be negative for the dominant class, since it leads to instability and rebellion.

Only in the globally dominant state, all of these interests can converge, since they all aim at global domination. It is evident that the US replaced Great Britain as the globally dominant state in the early twentieth century. Only the American dominant class profits from this position. More than 15 percent of the American population live below the line of poverty (Stiglitz, 2012), and the misery of the British working class at the height of British imperial power in the nineteenth century has been described in much detail (e.g. Marx, 1985: 477-490). The lower classes of Great Britain and the US also had to fight the wars of global expansion and pay with their lives to the benefit of the upper classes. Any of the capitalist great powers

– from Venice to Florence to Spain to Britain to the US – has been in a constant state of war.

From this, we might want to conclude that the dominant class of the US dominates the world via the US government. This is partly the case, since the interests of the dominant class, the government and the capitalists largely converge – in global domination and total globalization. However, this hypothesis grossly underestimates the competition within the dominant class as well as the differing ideological and moral ideas of their members. And a conspiracy theory underestimates the size of the class, which makes coordinated action virtually impossible. Finally, while Great Britain had to compete with Holland, France, Germany and other powers, the US has to compete with Russia, China and increasingly India. The dominant class of the dominant nation state is not the global ruling class.

All other states and their dominant classes are more or less dependent. Any dominant class is largely confined in its power to the respective nation state but more so in the dominated states than in the dominant ones. At the same time, capitalists have become global. Increasingly, there is only one global capitalist class in economic terms, as described above. Capitalists tend toward globalism, while dominant social classes tend toward nationalism – and this conflict often takes place within one and the same individual.

Since the unfolding of capitalist colonialism, the dominant class of the dominant nation state instrumentalized the state apparatus to improve its global position with the aim of global domination. This happened via the accumulation of capital. The colonial world was dominated by the colonial powers, especially Great Britain, while the colonies were clearly dominated. This was legitimized by racism: the dominant were supposed to be biologically or culturally superior. However, each nation state developed its internal hierarchy in the wake of colonialism.

The colonial hierarchy was increasingly transformed into a hierarchy of social classes. In the colonial center, the feudal socioculture slowly evolved into a class structure, while the colonial socioculture in most of the rest of the world persisted in a slightly transformed shape after independence, especially in the Americas. The relationship between the former colonial center and the rest remained just as unequal as the relationship between the former colonial elites and the formerly colonized populations. Colonialism gave way to dependency and racism to modernization theory.

After the end of the Cold War, an integrated global capitalism began to develop. There is a tendency toward one single capitalist class and a tendency toward a

single economic system. We are also seeing organizations of global government emerging, such as the United Nations, the World Bank, the International Monetary Fund or the World Trade Organization. The structure of the global system resembles the colonial world, since the descendants of the colonial elites form the upper classes around the globe and the colonial center mostly remains the center today. However, racism and modernization theory have been supplanted by meritocracy, while the nation state continues to be the most important unit of social action and social hierarchy. Racism and modernization theory correspond to earlier sociocultures of the world: the colonial world into the twentieth century and the world of the Cold War until 1989. They shape the current structure and partly persist. But they slowly give way to global capitalist society.

The structure of each nation state can be explained by a combination of its history and its position in the global capitalist system. We have to interpret the internal structure as a transformation of sociocultures. The position in the global system is a transformation of the state's position in the colonial world and the order of the Cold War. Furthermore, the timing of the capitalist transformation and political measures as well as consequences of revolutions, war, disasters and other major events are important parameters in explaining the structures of inequality in detail. This goes beyond the scope of this paper (for more details, see Jodhka *et alii*, 2017).

Conclusion

It is important to understand that capitalism is not a system of natural laws but entirely shaped by human beings. It is equally relevant to interpret it as parasitic; it feeds off the social economy and the market, from which it has to be clearly distinguished. Most important, however, is to view capitalism as a dimension of domination. Capital is not an end in itself and the capitalist economy is only the surface of capitalist society. Any inequality is about domination, and in capitalism, domination is mediated by capital. As a corollary, social class is more fundamental than economic class. This is rendered invisible by the focus on money and wealth.

Capitalist society develops a hierarchy of social classes. Class position as well as class culture are passed on from one generation to the next. This is rendered invisible by the myth of meritocracy, which postulates that any inequality is result of a competition on a level playing field. In conjunction with the suggestion that competition is about money, the dominated 99.93 percent in capitalist societies are pushed to labor for the 0.07 percent – and to, metaphorically speaking, attack windmills.

References

- ANDERSON, Sarah; CAVANAGH, John. The Rise of Global Corporate Power. *Global Policy Forum*, 2000. <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/221/47211.html>>.
- BAIROCH, Paul. *Economics and world history. Myths and paradoxes*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BOSE, Sugata; JALAL, Ayesha. *Modern South Asia. History, culture, political economy*. London; New York: Routledge, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Distinction*. London: Routledge and Kegan Paul, 1984.
- BRAUDEL, Fernand. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Arthaud, 1985.
- _____. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme (XV^{ème}-XVIII^{ème} siècles)*. Paris: Armand Colin, 1979.
- DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Discipline and punish*. New York: Pantheon Books, 1977.
- FRANK, André Gunder. *ReOrient*. Berkeley (CA): University of California Press, 1998.
- GRAY, John. *False dawn. The delusions of capitalism*. New York: The New Press, 1998.
- HENWOOD, Doug. *Wall Street. How It works and for whom*. London; New York: Verso, 1998.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan*. London: Penguin Books, 1986.
- IRVIN, George. *Super rich. The rise of inequality in Britain and the United States*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2008.
- JODHKA, Surinder S.; REHBEIN, Boike; SOUZA, Jessé. *Inequality in capitalist societies*. London; New York: Routledge, 2017.
- JONES, Eric L. *Growth recurring. Economic change in world history*. Oxford (UK): Clarendon Press, 1988.

- LUXEMBURG, Rosa. *Die Akkumulation des Kapitals*. Leipzig (DE): Francke Verlag, 1921.
- MARX, Karl. Philosophisch-Ökonomische Manuskripte. In: MARX-ENGELS-WERKE, Band 40. Berlin: Dietz Verlag, 1985.
- MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life*. London: Verso, 2015.
- NEDERVEEN PIETERSE, Jan. *Empire and emancipation*. New York: Praeger, 1989.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. *Kolonialismus: Geschichte – Formen – Folgen*. München (DE): Beck, 1995.
- PANIKKAR, Kavalam Madhava. *Asien und die Herrschaft des Westens*. Zürich (CH): Steinberg-Verlag, 1955.
- PHILLIPS, Kevin. *Wealth and democracy. A political history of the American rich*. New York: Broadway Books, 2002.
- POLANYI, Karl. *The great transformation*. Boston (MA): Beacon Press, 1944.
- POLANYI LEVITT, Kari. *From the great transformation to the great financialization*. London; New York: Zed Books, 2013.
- POMERANZ, Kenneth. *The great divergence. China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2000.
- SMITH, Adam. *An enquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Petersfield (UK): Harriman, 2007.
- STIERLI, Markus; SHORROCKS, Anthony; DAVIES, Jim; LLUBERAS, Rodrigo; KOUT-SOUKIS, Antonios. *Global Wealth Report 2015*. Zürich (CH): Crédit Suisse, 2015.
- STIGLITZ, Joseph. *The price of inequality*. London: Allen Lane, 2012.
- SUERBAUM, Ulrich. *Das elisabethanische Zeitalter*. Stuttgart (DE): Reclam, 1989.
- TAWNEY, Richard H. *Religion and the rise of capitalism*. Harmondsworth (UK): Penguin Books, 1966.
- THOMPSON, Edward P. *The making of the English working class*. Harmondsworth (UK): Penguin Books, 1963.
- VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. The network of global corporate control. *PLoS One*, v. 6, p. 1-18, 2011.

WEBER, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*. v. I. Tübingen (DE):
Mohr, 1986.



Do tempo escolhido aos fins do sono: tempo de trabalho e renda básica no capitalismo tardio

Recebido: 30.07.20
Aprovado: 18.09.20

Josué Pereira da Silva*

* Professor de sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. Orcid: 0000-0002-8269-2930. <josueps@unicamp.br>.

Resumo: Partindo de estudos sobre a experiência de tempo no capitalismo tardio, o artigo concentra-se nos temas de tempo de trabalho e renda básica, vinculando-os às crises social e econômica que vivenciamos atualmente. Com base na análise desses dois temas relacionados, eu lido com o debate a respeito dos mesmos desde os anos 1970 até o momento presente. Argumento que a opção neoliberal por fundamentalismo de mercado levou ao crescimento da pobreza e da desigualdade social, situação agravada pela atual pandemia de Covid-19. Para combater as extremas pobreza e desigualdade social, concluo propondo a adoção de uma renda básica universal não apenas durante a pandemia, mas como estratégia permanente para proteger o tecido social dos efeitos destrutivos de uma expansão descontrolada da lógica de mercado sobre a vida das pessoas.

Palavras-chave: Capitalismo tardio. Tempo de trabalho. Renda básica.

From chose time to the ends of sleep: labor time and basic income in late capitalism.

Abstract: Drawing on researches that diagnosis the experience of time in Late Capitalism the article focus on the themes of labor time and basic income, connecting them to the social and economic crises we live nowadays. Based on the analysis of these two related themes, I deal with the debate of these subjects from the 1970's to the present moment. I argue here that the neoliberal option for a market fundamentalism lead to an increase in poverty and social inequality, situation aggravated by the actual Covid-19 Pandemic. In order to fight poverty and extreme social inequality, I conclude by proposing the adoption of a universal basic income, not only as an emergency measure during the Pandemic, but as a permanent strategy to protect the social tissue from the destructive effects of an uncontrolled widespread market logic on peoples' life.

Key words: Late capitalism. Labor time. Basic income.

Prólogo

Iniaremos a terceira década do século XXI tendo de lidar com uma pandemia que ceifa vidas e escancara para todos nós a dimensão e a gravidade da desigualdade social. Embora a desigualdade social seja uma condição permanente do capitalismo – que valoriza o sucesso individual –, ela é por isso mesmo sempre

escamoteada pelas elites políticas e econômicas do mundo inteiro. Mas, em momentos de crise como o que ora vivenciamos, ela se revela com toda força e ajuda a desmascarar o discurso neoliberal dominante para quem o mercado é capaz, por si só, de tudo resolver.

Em países como o Brasil, quase sempre na rabeira do debate internacional, as elites econômicas, políticas e midiáticas continuam a fazer vistas grossas para o que ocorreu na crise de 2008, quando o Estado – que aos olhos dos neoliberais só precisa ser mínimo quando se refere à proteção dos mais vulneráveis – foi chamado a socorrer o sistema financeiro, para que o mundo capitalista, que há muito se estende a todo o globo, não esboroasse. Com isso, o neoliberalismo ganhou fôlego, comprou – com recursos dos cidadãos, vale lembrar – uma sobrevida (Streeck, 2018). Mas até quando?

Agora, diante da pandemia de Covid-19 (coronavírus), a coisa se repete, em escala ampliada. A pandemia escancarou para quem quiser ver o quão daninha é a ausência de Estado, de políticas públicas sérias, sobretudo nos lugares onde a população mais necessita de um Estado de bem-estar, que de fato mereça esse nome. Mas a distribuição das riquezas, fruto da produção coletiva, está longe de entrar na agenda desses senhores.

Mesmo quando medidas emergenciais ainda que restritas e pontuais – como a doação de duas ou três parcelas de seiscentos reais – voltadas à proteção dos setores mais vulneráveis da população se impõem, as velhas sereias de sempre insistem em repetir sua cantilena: “as medidas precisam ser provisórias”. Imaginem, devem pensar, se a população se acostuma a receber dinheiro do Estado e, pior, se resolve querer mais?! Onde é que vamos parar?! Deixam claro, com isso, que preferem salvar empresas (CNPJs), ainda que para isso seja preciso sacrificar pessoas (CPFs). Quem sabe a morte em massa de parte desses últimos, principalmente dos mais pobres – predominantemente negros – e dos velhos dependentes da Previdência, não faz parte dos inconfessados cálculos dessas sereias neoliberais? Não devemos nos esquecer das sugestões de suspensão dos empregos e dos salários durante a crise; ou, na melhor das hipóteses, da sugestão de reduzir a duração do trabalho junto com a redução de salários. Tudo isso parece muito claro e, na verdade, nada tem de novo.

Mas não tenho aqui o intuito de fazer análise de conjuntura, mesmo porque, em meio a uma crise como a atual, qualquer análise desse tipo tende a se tornar obsoleta rapidamente. Não se sabe quando ela acabará nem como será o mundo pós-

-pandemia. No entanto, dá para perceber no subtexto dos discursos dominantes – especialmente dos economistas oficiais e de certa imprensa que o replica – que pretendem continuar insistindo no “mais do mesmo”, ou seja, salvar os interesses do mercado, financeiro principalmente, ainda que isso signifique o sacrifício dos setores mais vulneráveis da população.

Meu objetivo neste texto, conforme indica seu subtítulo, é discutir dois temas intimamente relacionados, que sempre estiveram no centro do conflito distributivo e têm sido, desde há muito tempo, de grande relevância para se entender a dinâmica do capitalismo, de ontem e de hoje: tempo de trabalho e transferência de renda.

Começo pelo debate em torno da redução do tempo de trabalho, tema pelo qual me interesse há muito tempo e que ocupou grande espaço no debate acadêmico e sociopolítico do último quartel do século XX, especialmente na Europa. Da análise desse tema, procuro então mostrar, em seguida, como do mesmo debate emergiu o outro tema do qual tratarei aqui: renda básica. Por fim, concluo fazendo algumas considerações sobre a relevância de ambos na atualidade.

Tempo de trabalho

Início este item com uma pequena digressão histórico-teórica sobre tempo de trabalho. Em termos teóricos, o tempo de trabalho está no centro das formulações de Marx a respeito da natureza e da dinâmica do capitalismo. A teoria do valor, desenvolvida por ele especialmente em *O capital*, assenta-se em uma profunda análise da mercadoria como núcleo básico do sistema capitalista e nos mostra como a aparente igualdade embutida na relação de troca entre capitalistas e trabalhadores é apenas a forma aparente de uma assimetria de fundo, isto é, um fetiche que esconde a real relação de exploração da força de trabalho na qual se funda a dinâmica da economia capitalista (Marx, 1985).

Sua teoria da mais-valia, daí decorrente, revela como o lucro capitalista nada mais é do que a tradução da apropriação indevida do trabalho excedente realizado pelos trabalhadores, que são os verdadeiros produtores da riqueza social coletiva, apropriada privadamente pelos patrões, pelos capitalistas. Assim, explica Marx, qualquer jornada de trabalho é sempre formada por duas partes: uma primeira parte consiste no trabalho necessário à manutenção e reprodução da própria força de trabalho e de sua família: traduzida no que se conhece como salário; a outra parte é formada pelo trabalho excedente, isto é sobretrabalho, ou trabalho não pago, que Marx define como mais-valia e que é de onde sai o lucro capitalista.

Esse constructo teórico, embora pareça abstrato aos não familiarizados com a teoria de Marx, esteve presente como substrato, como fundamento das formulações e demandas dos movimentos de trabalhadores em suas lutas pela redução da jornada de trabalho, ao menos desde a segunda metade do século XIX, quando a luta por uma jornada de trabalho de oito horas se transformou em uma das principais bandeiras de luta dos trabalhadores, em diversas partes do mundo. A propósito, vale lembrar que o próprio Marx dedicou um capítulo inteiro de *O capital* à análise teórica e histórica da jornada de trabalho (Marx, 1985: 187-238).

Assim, durante grande parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a redução do tempo de trabalho consistiu em uma das principais reivindicações dos movimentos de trabalhadores, traduzida principalmente na bandeira da jornada de trabalho de oito horas. Antes de ser conquistada e se consolidar em lei como jornada normal de trabalho em diversos países depois da Primeira Guerra Mundial, a jornada de trabalho de oito horas foi o motivo de uma longa história de luta dos trabalhadores contra os seus patrões; história essa permeada, muitas vezes, por momentos de luto, como no conhecido caso dos mártires de Chicago, em 1886 (Silva, 1996; Dal-Rosso, 1996).

A instituição, em diversos países, da jornada de trabalho de oito horas como jornada normal de trabalho a partir do fim da Primeira Guerra Mundial e consolidada principalmente nos anos posteriores à Segunda Guerra esteve muito associada à extensão da cidadania plena aos trabalhadores durante a vigência dos sistemas conhecidos como Estado de bem-estar social nos principais países da Europa e em alguns outros fora do contexto europeu (Silva, 2008).

No Brasil, vale lembrar, embora a luta dos trabalhadores pela jornada de trabalho de oito horas tenha se iniciado efetivamente no início de século XX, ela só se tornou lei em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas; ainda assim, com aplicabilidade limitada em decorrência da falta de fiscalização (Silva, 1996; Gomes, 1988).

A chamada jornada normal de trabalho nos sistemas de bem-estar social, sobretudo dos países europeus, fazia parte de um conjunto maior que envolvia intervenção do Estado na economia, com a intenção de evitar suas oscilações cíclicas e também de garantir a estabilidade no emprego da força de trabalho. O bom funcionamento da economia e o pleno emprego da força de trabalho eram condições necessárias para o Estado construir uma sólida base de arrecadação de impostos, permitindo-lhe atender às demandas da sociedade em termos de políticas públicas, entre as quais vale destacar os sistemas públicos educacional, de saúde e o seguro-desemprego (Espíng-Andersen, 1985; 1990; Baldwin, 1990).

Essa era a base daquilo que ficou conhecido na época como compromisso fordista, que envolvia as participações de Estado, empresas e sindicatos, sob a égide do primeiro, na gestão da economia, de forma a manter o conflito de classes dentro de limites aceitáveis pelo capital ao mesmo tempo em que atendia as reivindicações básicas dos trabalhadores. Mas tudo isso dependia de certo equilíbrio na relação de força entre os três principais atores do jogo sociopolítico, além de autolimitação de cada um deles em busca de seus respectivos interesses.

Mas esse concerto começou a se desfazer logo que as empresas vislumbraram possibilidades de maiores lucros ao transferirem parte de suas plantas produtivas para países com legislação trabalhista mais frouxa e conivente com suas ambições de lucro fácil, em especial nos países com governos ditatoriais que reprimiam os movimentos sociais e operários em suas lutas por melhores condições de vida e trabalho.

O deslocamento de parte das plantas produtivas pelas então chamadas multinacionais para países que lhes ofereciam condições de lucro mais favoráveis levou, em um primeiro momento, àquilo que inicialmente ficou conhecido como crise fiscal do Estado, produzindo assim as primeiras brechas no acordo até então vigente; a situação se agravou em seguida com o advento das crises do petróleo na década de 1970, abalando sobremaneira a economia capitalista (O'Connor, 1973).

As consequências mais evidentes de tais mudanças foram as altas taxas de desemprego com as quais os principais países da Europa passaram conviver desde então. Da metade da década de 1970 em diante começa-se, por conseguinte, a falar em crise do Estado de bem-estar social e não mais apenas de crise fiscal do Estado, como nos anos anteriores (Offe, 1984).

É nesse contexto também que o debate sobre redução do tempo de trabalho entra com muita força em cena. Inicialmente como medida para combater o desemprego, mas o seu alcance foi ampliado à medida que as rápidas transformações tecnológicas dos anos seguintes deixavam entrever a irrealidade das antigas proposições keynesianas de retorno ao pleno-emprego (Gorz, 1983; Offe, 1985; 1995).

À luz da revolução tecnológica poupadora de trabalho, o tema da redução do tempo de trabalho se tornou, portanto, uma bandeira bem mais ampla do que a de uma mera política de combate ao desemprego. É esse o contexto no qual emergem as proposições a respeito de modelos de sociedade com tempo de trabalho reduzido. Essa mesma situação contribuiu também para que textos heterodoxos como o *Direito à preguiça*, de Paul Lafargue, publicado inicialmente em 1880, fossem recuperados e trazidos para o centro das discussões (Lafargue, 1999).

Em seu texto, Lafargue chamava a atenção para o equívoco dos trabalhadores de sua época que insistiam em competir com as máquinas, reivindicando mais emprego, mais trabalho, quando deviam, em sua opinião, lutar para trabalhar menos, para terem uma jornada de trabalho mais curta. Ele considerava, conforme argumenta no texto, que era perfeitamente plausível, considerando as condições de desenvolvimento técnico de então, uma jornada de trabalho de duas horas por dia.

Essa proposição de Lafargue é certamente uma fonte de inspiração, por exemplo, para o livro *Travailler deux heures par jour*, de 1977, de autoria do coletivo francês Adret, cujo título já deixa bem clara sua intenção de propor uma drástica redução do tempo de trabalho (Adret, 1977).

No mesmo ano de 1977, André Gorz publica – com o heterônimo Michel Bosquet – seu livro *Écologie et liberté*, no qual formula pela primeira vez a proposta de redução do tempo de trabalho como saída para as crises ecológica e de desemprego vivenciadas então pelos países europeus. Sobre as formulações de Gorz a respeito do tema, voltarei mais adiante; por ora, cabem mais algumas palavras sobre o projeto do coletivo Adret e seu referido livro.

O livro *Travailler deux heures par jour* parte da seguinte indagação: “por que quarenta horas?” (Adret, 1977: 9). Ao se referirem à jornada semanal de trabalho na França de então, seus autores combinam reflexão intelectual com narrativas de experiências de trabalhadores de diferentes categorias profissionais. Em sua pesquisa para a elaboração do livro, os autores indagam os trabalhadores sobre suas atividades, como cada um vivenciava o próprio trabalho em termos de remuneração, de horários ou de autossatisfação. A pesquisa, conforme mostram, indica que aqueles trabalhadores veem o trabalho que exercem bem distante de ser uma atividade prazerosa em qualquer dos sentidos acima, com destaque para sua insatisfação em relação à longa duração de um trabalho que eles consideram, por diferentes razões, alienante.

Por isso, os autores do livro lançam a seguinte assertiva, que de forma bem resumida faz um interessante diagnóstico do estado em que então se encontrava o debate sobre tempo de trabalho na França, embora o mesmo parecesse ocorrer em outras partes do mundo:

A sociedade atual tem um interesse vital em que a questão do trabalho não seja discutida. Para evitar todo debate, ela inculcou todos os tipos de bons princípios. A duração do trabalho, em particular, aparece determinada com o rigor de um dado natural. Diminuir o horário diário de oito horas, fixado há mais de 50 anos,

parece tão inconcebível quanto reduzir o número de dias do ano, quanto mudar o número de horas do dia. O trabalho, em sua natureza e sua duração, repetitivo, entediante, consumidor de vida, aparece hoje como inevitável (Adret, 1977: 106-107)¹.

1. As traduções das citações em língua estrangeira ao longo deste texto são minhas.

E depois de concluírem que a redução da duração do trabalho não seria conquistada sem luta, propõem “uma estratégia política baseada em duas palavras de ordem: ‘duas horas por dia’ e ‘igualdade das rendas’”. E ao considerar, ademais, que isso não seria conseguido sem mudanças profundas na sociedade, eles propõem que se exija de imediato para todos os trabalhadores uma “semana de 32 horas sem diminuição do salário mensal” (Adret, 1977: 178).

Vale observar aqui como, na formulação apresentada pelos autores, a reivindicação de redução do tempo de trabalho já se articulava com a exigência de manutenção da renda mensal. Assim, desde então e pelos anos seguintes, torna-se cada vez mais clara no debate a articulação entre os temas da redução tempo de trabalho e a da alocação de renda, seja para garantir a manutenção dos salários ou para que a transferência de renda à população ajudasse a viabilizar a redução geral e programada do tempo de trabalho.

No momento, porém, vou me limitar às proposições políticas em torno da redução do tempo de trabalho, deixando o tema da renda para ser tratado mais adiante.

Assim, desde a metade da década de 1970 até a virada para o novo século, o debate sobre a redução do tempo de trabalho se intensificou e o tema ganhou muita força nas agendas de discussões acadêmica e política em países como França, Alemanha e Itália, resultando daí um grande número de publicações, entre livros e artigos. Entre as diversas publicações resultantes desses debates, eu destaco um livro, que me parece exemplar. Trata-se de *La révolution du temps choisi*, de 1980, livro elaborado pelo coletivo Échanges et Projets (1980), com prefácio de Jacques Delors.

Esse livro contém uma proposta abrangente em termos de uma política de tempo para a sociedade francesa e também um bom diagnóstico de época, marcado, como sabemos, por um grande crescimento da produtividade do trabalho, que, por sua vez, recebia o impulso da então denominada “revolução microeletrônica” (Gorz, 1983). Mas, também sabemos, o crescimento da produtividade caminhava junto com o crescimento do desemprego em massa.

Em *La révolution du temps choisi*, os autores propunham como saída para o impasse entre crescimento da produtividade e desemprego em massa uma radical e

programada redução do tempo de trabalho, de forma que o aumento da produtividade do trabalho pudesse beneficiar a população como um todo e não apenas os detentores de capital, como estava acontecendo.

A proposição do coletivo *Échanges et Projets* contemplava, assim, um conjunto de ideias relacionadas ao debate que então se dava a respeito da redução do tempo de trabalho – incluindo suas diversas modalidades – e apostava em uma saída positiva para a crise de desemprego e uma solução para a metamorfose vivenciada pelo chamado mundo do trabalho por meio do que denominavam utopia do tempo escolhido.

Na conclusão do livro, seus autores sugeriam “uma política global de tempo”, articulando-a com as três conhecidas palavras de ordem da Revolução Francesa de 1789: liberdade, igualdade e fraternidade.

Consideravam, enfim, que a proposição de uma sociedade de tempo escolhido contribuiria para reforçar as três mencionadas ideias-guia, tornando-se, assim, um projeto político ambicioso:

A política de tempo à qual nossa sociedade aspira é, de uma só vez, muito política e pouco política. Muito política porque ela exige dos governantes: fervor, intensidade, impulsão e convite à ação. Mas é pouco política no sentido de que constitui uma sorte de retorno radical à base, pois supõe um afastamento dos poderes e dos aparelhos burocráticos, e afirma, enfim, o primado das relações sociais em contraposição às estruturas (*Échanges et Projets*, 1980: 252).

Naquele momento, porém, o entendimento de que se vivia uma crise do trabalho parecia ainda se fundar em uma concepção de trabalho muito vinculada à ideia de trabalho manual característico das atividades da grande indústria de transformação e associado aos modelos de organização do trabalho de tipo taylorista e fordista, com intensa divisão de tarefas e produção em massa. Esse tipo de concepção pautou o debate sobre tempo de trabalho nas décadas seguintes, resultando na publicação de muitos livros, que atestavam a diversidade de abordagens a respeito do tema e ajudaram a tornar o debate mais complexo e intenso².

Na virada para o século XXI, entretanto, torna-se cada vez mais evidente que aquela concepção de trabalho, identificada ainda com o trabalho manual do operário fabril, parecia esboroar-se com a chamada emergência do imaterial associada à revolução digital (Rifkin, 2000; Gorz, 2005).

2. A esse respeito, vale mencionar as duas seguintes coletâneas, como bons exemplos desse debate: Reiner Hoffmann & Jean Lapeyre, *Le temps de travail en Europe: organisation et réduction*; Jean-Pierre Chanteau & Denis Clarc, *Réduction du temps de travail: que faut-il croire?*

E foi esse dado novo que, em grande medida, contribuiu para minar parte dos argumentos que sustentavam proposições de um modelo de sociedade fundada apenas numa política de redução do tempo de trabalho, a despeito de, naquela época, haver muitos autores que já propunham em adição a esse tipo de proposição argumentos em defesa de uma renda social; mas, nesse caso, a renda social era apenas um meio de facilitar a redução do tempo de trabalho sem uma correlata redução nos salários dos trabalhadores (Aznar, 1990; Gorz, 1991)³.

É nesse novo cenário de revolução tecnológica e digital que ganham sentido análises como a desenvolvida por Jonathan Crary em seu livro, de 2013, *24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono* (Crary, 2016). Este último livro contém, da mesma forma que o livro anterior sobre “tempo escolhido”, um bom diagnóstico de época, embora não partilhe daquele mesmo otimismo em relação à política de tempo; aliás, o livro de Crary, a meu ver, nada tem de otimista.

Em seu estudo, Jonathan Crary também faz um diagnóstico crítico (e um tanto sombrio), porém se refere a um momento mais recente – início da segunda década do século XXI – já se beneficiando por isso da experiência vivida durante o período dominado pelo neoliberalismo, incluindo aí também os avanços da revolução digital. A propósito, a expressão 24/7, que dá título ao livro, significa que, no capitalismo atual, estamos conectados o tempo todo, 24 horas por dia, sete dias por semana. Ou seja, aqui não há mais lugar para tempo livre; tampouco para tempo escolhido.

Nesse último contexto, a ideia de *fins do sono*, à qual o autor se refere no subtítulo do livro, tem em sua análise dois significados, a saber: primeiro que o sono é a última área da vida ainda não – mas em vias de ser – controlada pelo poder militar e colonizada pela lógica da mercadoria.

No primeiro significado apresentado por Crary, ele se refere, por exemplo, a estudos realizados sob o patrocínio da força aérea dos Estados Unidos, que busca preparar soldados capazes de combater durante muitos dias sem precisar dormir; e isso, não se deve esquecer, vale também para o modo de vida possibilitado pelas novas tecnologias que promovem a ideia de que as pessoas devem estar conectadas o tempo todo, enquanto desqualificam e desvalorizam aquelas que não se encaixam nesse padrão.

Em segundo lugar, e quizá por isso mesmo, o sono é também, para Crary, a última trincheira de resistência à invasão das lógicas do poder e do mercado de que as pessoas dispõem; por ser um momento de suspensão de qualquer atividade, o sono se torna o espaço de onde, ele acredita, pode emergir a luta por emancipa-

3. Cabe aqui mencionar ainda outra discussão, paralela a essa, mas não exatamente igual, que trata do tempo livre, mas sem referência ao tema da distribuição de renda e que tem entre seus principais representantes Joffre Dumazedier (1988) e Roger Sue (1982; 1994). E, como contraponto crítico ao suposto otimismo em relação ao tempo livre, vale conferir os trabalhos de Daniel Mothé (1997; 1999).

4. O sono e o sonho, como momentos de utopia e de possível lugar de resistência, aparecem também no livro do coletivo Adret, antes mencionado, e ainda no estudo de Jacques Rancière sobre *A noite dos proletários* na primeira metade do século XIX (Rancière, 1988).

ção, embora ele não deixe claro como isso se daria. É apenas nessa segunda perspectiva, portanto, que se pode vislumbrar algum resquício de utopia⁴.

Mas, para todos os efeitos, o importante na análise de Crary, a meu ver, é a diluição das fronteiras entre o tempo de trabalho e os outros tempos da vida das pessoas, convergindo assim para a percepção de que a exploração capitalista já não depende apenas da relação direta entre capital e trabalho, conforme entendiam as análises mais tradicionais do marxismo.

Ora, uma vez que nesse novo contexto do 24/7, dominado pelas grandes empresas detentoras de dados – os *data brokers* – toda interação social, conforme mostram diversos autores, contribui para a produção e/ou reprodução das relações capitalistas, todos nós, empregados ou não, queiramos ou não, também contribuimos direta ou indiretamente para a produção de “riquezas” (Rifkin, 2000).

E isso, embora Crary não diga nada a respeito, deixa entrever de forma clara que o tradicional vínculo entre trabalho assalariado e renda, fundado em uma economia de tempo baseada em uma suposta relação de equivalência, perdeu em grande medida seu fundamento; não mais se sustenta. E isso nos leva à abordagem do outro tema, o da renda básica.

Renda básica

É a partir desse novo contexto, portanto, que retorno ao tema da renda. Mas, para isso, também faço, assim como fiz com o tema da redução do tempo de trabalho, uma pequena digressão histórica e teórica.

Começo pela parte mais teórica. Se na discussão do tempo de trabalho recorri à teoria de Marx, agora, ao iniciar o tema da renda básica, eu me apoio em um modelo teórico elaborado a partir da obra de André Gorz. Em seu livro de 2003, *O imaterial*, Gorz desenvolve sua análise do capitalismo contemporâneo com base em um modelo formado pelas categorias conhecimento, valor e capital – aliás, as três palavras dão subtítulo ao livro – no qual conhecimento é a força produtiva principal (Gorz, 2005).

É possível, a meu ver, contrapor esse modelo a um modelo anterior, da época de Marx, que seria formado pelas categorias trabalho, valor e capital, no qual trabalho é a força produtiva principal. A comparação dos dois modelos indica que a diferença entre eles está justamente na substituição de trabalho por conhecimento.

Em uma economia do conhecimento, afirma Gorz, a produtividade da maior parte das atividades não se presta a ser medida pelo tempo de trabalho, como no capitalismo clássico; além disso, muitas dessas atividades dependem de saberes práticos que também não se prestam a ser codificados e apropriados privadamente. Assim, parece claro que o principal evento por trás da mudança de um modelo a outro é a diluição do tempo de trabalho como critério para medir a produtividade; e isto afeta a teoria do valor, portanto, a base de cálculo das equivalências pelo capitalismo. E esta é, na análise de Gorz, a principal causa da crise do capitalismo. Ademais, para ele essa mudança contribui para colocar em dúvida o papel do trabalho assalariado como principal critério para a atribuição aos cidadãos de direito à renda (Gorz, 2004; 2005).

Mas a visão de Gorz a respeito do tema da transferência de renda, com o qual ele começou a se preocupar já em fins de 1980, tem suas próprias nuances e mudou ao longo do tempo. E essa mudança é uma chave interessante para se perceber como sua percepção da relação entre o tempo de trabalho e a atribuição de uma renda social mudou durante a segunda metade da década de 1990; e isso também tem a ver com seu intercâmbio intelectual com outros protagonistas dos mesmos debates (Silva, 2014: 63-83; Gollain, 2017).

A propósito, o próprio Gorz, quando começou a falar em renda social, a concebia como forma de financiar a redução do tempo de trabalho sem redução de salário; ou seja, a renda social parecia uma variável dependente da relação de trabalho. Mais precisamente, ele dizia, conforme atestam vários de seus escritos, que a renda social devia se desvincular do tempo de trabalho, mas não do trabalho, pura e simplesmente. Por isso mesmo, Gorz entendia que ela não estava em contradição com as propostas de redução do tempo de trabalho (Gorz, 1992).

Em seus escritos até 1996, Gorz sustentou essa posição com base no argumento de que o trabalho, ainda que em duração reduzida, constituía-se no direito político que todos tinham de participar da produção social. Ele entendia, então, que a atribuição de uma renda sem vínculo com o trabalho, conhecida no ambiente francês como alocação universal, era uma perspectiva liberal; a posição de esquerda por ele defendida, argumentava o autor à época, não devia abrir mão do vínculo entre renda e trabalho, mesmo que esse último fosse exercido em curta duração. E nisso ele não estava sozinho.

Guy Aznar, por exemplo, sociólogo francês que também participou intensamente do mesmo debate sobre redução do tempo de trabalho, chegou a cunhar a expressão “segundo cheque” para definir a renda social que ajudaria a financiar a redução do

tempo de trabalho. Mas o “segundo cheque”, em sua concepção, não devia ter como objetivo a liberação do trabalho, mas sim possibilitar que todos trabalhassem menos para poderem viver melhor. Por isso, ele argumentava que o “segundo cheque” não devia ser dirigido aos desempregados e aos que não queriam trabalhar, mas sim aos trabalhadores que tivessem disposição para reduzir sua jornada de trabalho, permitindo que assim outros também pudessem trabalhar (Aznar, 1981; 1990).

Gorz chegou, em certo momento, a utilizar de empréstimo, em seus escritos, a expressão “segundo cheque” de Aznar. Entretanto, a despeito das semelhanças entre eles no que refere ao vínculo entre trabalho e renda, a posição de Aznar não é necessariamente uma posição de esquerda, enquanto Gorz em todos os momentos fez questão de se definir como partidário de um socialismo democrático e ecológico, filiando-se, portanto, ao espectro político de esquerda.

Ele sintetiza de forma clara essa posição em seu livro, de 1991, *Capitalisme, socialisme, écologie*, no qual podemos encontrar em um dos capítulos sua ideia de “redução da duração do trabalho como contrato social”, uma elaborada proposta política visando à redução programada do tempo de trabalho, bem próxima daquela encontrada no livro *La révolution du temps choisi*, do coletivo Échanges et Projets, sobre o qual escrevi acima (Gorz, 1991: 185-214; Silva, 2011: 174-184).

Mas a proposta de Gorz, já na época, incluía dois outros pilares, ainda ausentes na do livro de 1980, prefaciado por Jacques Delors: a atribuição de uma renda social, vinculada ao trabalho, mas não à sua duração; e o incentivo a atividades com valor social, mas sem valor de mercado, que ele define como atividades autônomas. Daí, a ideia de Gorz de uma sociedade de multiatividade (Gorz, 2004).

Em seu livro *Misérias do presente, riqueza do possível*, de 1997, porém, Gorz reviu sua posição a respeito do vínculo entre trabalho e renda, aproximando-se, desde então, dos defensores da alocação universal, ou renda básica de cidadania (Gorz, 2004). Ele se torna, portanto, como mostram seus escritos mais recentes, um dos principais defensores da atribuição de uma renda social desvinculada do trabalho (Gorz, 2005).

Entretanto, cabe, neste momento, falar um pouco de outro debate sobre transferência de renda que se desenvolveu paralelamente ao da redução do tempo de trabalho, mas de forma independente e, em grande medida, sem dialogar com o primeiro.

O debate mais recente sobre renda básica ganhou impulso na metade da década de 1980, quando um grupo de intelectuais e pesquisadores, principalmente europeus,

decidiu lançar um movimento em prol da alocação de uma renda de base a todos os cidadãos. O tema não era novo, mas ele claramente ganhou vida nova a partir de 1986, beneficiando-se bastante do contexto de crise de desemprego que então atingia os principais países da Europa. E o marco mais nítido para impulsionar esse debate é, a meu ver, o texto “A capitalist road to communism”, de 1986, escrito em coautoria por Robert Van der Veen e Philippe Van Parijs, e publicado pela revista *Theory & Society* (Van der Veen e Van Parijs, 1986).

Desde então, o debate em torno desse tema cresceu e ganhou novos participantes, desembocando na criação, ainda na década 1980, da Rede Europeia de Renda Básica, mais tarde, em 2001, transformada em Rede Mundial de Renda Básica, com a mesma sigla de sua congênere anterior: Bien (Basic Income Earth Network). A substituição da palavra “European” pela palavra “Earth” permitiu, assim, que se mantivesse a mesma sigla em inglês (Suplicy, 2006: 56-61).

Essa última, por sua vez, lançou em 2006, 20 anos depois do texto que deslanchou o debate sobre renda básica, uma revista própria, intitulada *Basic Income Studies*. Só que dessa vez o texto principal do número inaugural dessa revista, “A capitalist road to global justice”, assinado também por Robert J. Van der Veen e por Philippe Van Parijs, ao emular o título do artigo de 1986 que principiou o debate, trocou, como se pode ver, o nome comunismo pela expressão justiça global (Van der Veen e Van Parijs, 2006).

Sinal dos tempos? É possível. Nos 20 anos que transcorreram entre os dois textos, testemunhamos tanto o fim do comunismo no Leste Europeu como a emergência da chamada globalização, fenômenos que, tudo indica, não passaram despercebidos aos dois referidos autores. Não pretendo entrar aqui em semelhante discussão sobre a qual já existe uma vasta bibliografia⁵. Desde então, portanto, os debates se intensificaram e os experimentos de transferência de renda ao redor do mundo se multiplicaram.

Mas, enquanto o debate se enriqueceu pela diversidade de proposições a respeito das modalidades de transferência direta de renda, as políticas públicas adotadas pelos governos ao redor do mundo nesse campo restringiram-se, na grande maioria, a transferências condicionadas de renda, como é o caso do brasileiro Programa Bolsa Família, que talvez seja o maior no gênero pelo grande número de beneficiários por ele alcançado. Entretanto, é preciso lembrar que ele tem caráter limitado: tanto em relação ao valor monetário que distribui a cada família beneficiária, quanto às condicionalidades, que torna o programa uma política compensatória e limitada como política de cidadania (Silva, 2014).

5. Para quem tiver interesse especificamente nessa mudança de posição de um texto a outro, recomendo o estudo de Karina Vales Cappelli, que, em sua dissertação de mestrado, comparou os dois textos, assim como os conjuntos de textos dos dois dossiês publicados pelas revistas citadas, *Theory & Society*, de 1986; e *Basic Income Studies*, de 2006 (Cappelli, 2013).

Em contraposição, a renda básica de cidadania deve ser, conforme a definição citada abaixo de um de seus principais teóricos e defensores, entendida como permanente e não se prende a nenhum tipo de condicionalidade:

Uma renda básica é uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independentemente de sua situação financeira ou exigência de trabalho (Van Parijs, 2002: 195).

Conclusão

Vale retornar aqui ao tema do tempo de trabalho para rememorar a época em que os trabalhadores lutavam por uma jornada de trabalho de oito horas, cujo início situa-se no século XIX, mas tem raízes históricas ou mitológicas bem mais antigas (Langenfelt, 1954; Silva, 1996). Assim, a ideia de dividir as 24 horas do dia em três partes iguais – conhecido como 3×8 – oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de sono, que foi pano de fundo da reivindicação pela jornada de trabalho de oito horas, transformou-se, ao longo do tempo, de um sonho, de um objetivo quase utópico, em um primeiro momento, em um quase pesadelo, pela resignificação que lhe deu o capitalismo, ao se instituir em algumas empresas uma forma perversa de 3×8 , na qual o trabalhador mudava de turno a cada semana, conforme testemunha um dos entrevistados pelo coletivo Adret, no livro já citado (Adret, 1977).

No primeiro 3×8 , os trabalhadores tinham em mente uma situação de estabilidade temporal que lhes permitia ter um horário fixo de sono, de repouso recuperador e até de sonho, como escreve Jacques Rancière em seu livro *A noite dos proletários*, no qual estuda os arquivos do sonho operário, ainda no século XIX (Rancière, 1988).

Diferentemente desse último, porém, o segundo 3×8 – dos turnos semanais mutantes – afetava negativamente o metabolismo e a psique dos trabalhadores, deixando-os constantemente estressados e lhes provocando danos muitas vezes irreversíveis (Adret, 1977). Ainda aqui, entretanto, conforme também alegavam os trabalhadores entrevistados, os momentos de sono ainda lhes permitiam sonhar com as benesses do que podiam ter fora do trabalho, nos poucos momentos de não trabalho, de lazer ou de sono.

Mas esse já não é mais o caso, quando olhamos para o estudo de Jonathan Crary, o *24/7*, no qual o trabalho ocupa, disfarçadamente ou não, todas as 24 horas do dia não só dos trabalhadores formalmente empregados, mas também daqueles que vivem na informalidade ou mesmo na formalidade individualizada dos chamados PJs, ou CPFs transformados em supostos CNPJs (Crary, 2016). O estresse para eles é

perene, constante, todos os dias. Assim, da antiga utopia dos 3 x 8 passamos para a distopia do 24/7.

Nesse contexto bastante sombrio, as empresas detentoras de dados cadastrais navegam de braçadas. Os bancos de dados se tornam a grande fonte de riqueza. E as empresas que os detêm não precisam pagar pelos dados que são seu cabedal, sua fonte de lucro. Em cada *like* de um seguidor de rede social, em cada “acessada” a uma página da internet, em cada disponibilização do próprio CPF durante uma inocente compra na farmácia, no supermercado, estamos alimentando, sem qualquer contrapartida, esses gigantes capitalistas. Pergunto-me se eles ao menos pagam (e se pagam, para quem) os impostos que deviam pagar.

Enquanto isso, a riqueza socialmente produzida não chega às grandes massas de população e a desigualdade social é cada vez maior. Em tal situação, por que não instituir de vez uma renda básica universal? Ela seria uma maneira de devolver um pouco do que se produz gratuitamente para essas grandes empresas – *data brokers* – que podem perfeitamente cumprir sua parte em um pacto social minimamente decente.

Como já adiantei no prólogo deste texto, a situação que vivemos atualmente, marcada por uma pandemia de consequências ainda imprevisíveis, repõe com muita força o tema da renda básica no centro da agenda dos debates sociopolíticos e econômicos.

A crise de 2008 já havia deixado clara a incapacidade das políticas neoliberais, centradas na hegemonia do mercado, salvarem a globalização capitalista sem a ajuda do Estado, que foi então chamado a socorrer o sistema financeiro e as grandes corporações empresariais, pilares do sistema.

Agora, com a pandemia de Covid-19, isso se tornou ainda mais evidente e escancarou as mazelas de um sistema que não só tolera, mas promove a desigualdade social por meio da destruição das antigas redes de proteção social, construídas com muita luta ao longo do tempo.

A ausência do Estado nos lugares onde mais dele se necessita mostra com clareza o lado perverso do chamado Estado mínimo, que nada tem de mínimo quando se trata de garantir os interesses dos ricos e dos poderosos. Um bom exemplo disso é a desconstrução programada ao longo dos anos da legislação trabalhista, representada pela antiga Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nos últimos governos, com suas contrarreformas neoliberais que só visavam aos interesses do chamado mercado, contribuindo para aumentar ainda mais a informalidade nas relações de trabalho e a vulnerabilidade de grandes camadas da população (Krein, 2018).

Por outro lado, a crise atual mostrou também a importância dos poucos sistemas públicos de proteção da população, como o Sistema Único de Saúde (SUS), deixando claro para quem quiser ver que o direito à saúde de toda a população deve ser garantido pelo Estado e não pode ser tratado como objeto de relações mercantis.

Quem sabe isso contribua, por vias tortas e muito doloridas, para que se leve a sério a ideia de renda básica e se coloque em prática a lei de 2004, que instituiu a renda básica de cidadania a todas as pessoas (Silva, 2014: 101-118; 2019: 181-193). A ajuda financeira emergencial ora adotada é, nesse sentido, uma pista a indicar sua relevância. Resta saber se as forças políticas dominantes, incluindo aquelas à esquerda do espectro político, serão capazes de aprender a lição. É o que o espero.

Referências

- ADRET. *Travailler deux heures par jour*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1977.
- AZNAR, Guy. *Le travail, c'est fini: à plein temps, toute la vie, pour tout le monde, et c'est une bonne nouvelle*. Paris: Pierre Belfond, 1990.
- _____. *Tout à mi-temps*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1981.
- BALDWIN, Peter. *The politics of social solidarity: class bases of the European Welfare State – 1875-1975*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1990.
- BOSQUET, Michel (aliás André GORZ). *Écologie et liberté*. Paris: Éditions Galilée, 1977.
- CAPPELLI, Karina Vales. *Renda básica: entre comunismo e justiça social*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, 2013.
- CHANTEAU, Jean-Pierre; CLARC, Denis (Orgs.). *Réduction du temps de travail: que faut-il croire?* Paris: Syros, 1999.
- CRARY, Jonathan. *24/7. Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: UBU, 2016.
- DAL-ROSSO, Sadi. *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo: LTr Editora Ltda, 1996.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Révolution culturelle du temps libre – 1968-1988*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.
- ÉCHANGES ET PROJETS. *La révolution du temps choisi*. Paris: Albin Michel 1980.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1990.

_____. *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1985.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice; Luiperj, 1988.

GOLLAIN, Françoise. André Gorz, pela incondicionalidade da renda. *Caderno CRH*, v. 30, n. 81, p. 497-505, 2017.

GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. On the difference between society and community, and why basic income cannot by itself confer full membership of either. In: VAN PARIJS, Philippe (Ed.). *Arguing for basic income*, p. 178-184. London: Verso, 1992.

_____. *Capitalisme, socialisme, écologie: désorientations, orientations*. Paris: Éditions Galilée, 1991.

_____. *Les chemins du paradis. L'agonie du capital*. Paris: Éditions Galilée, 1983.

HOFFMANN, Reiner; LAPEYRE, Jean (Orgs.). *Le temps de travail en Europe: organisation et réduction*. Paris: Syros, 1995.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Editora Unesp; Hucitec, 1999.

LANGENFELT, Gösta. *The historic origin of the eight hours day*. Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1954.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOTHÉ, Daniel. *Le temps libre contre la société*. Paris: Desclée du Brouquer, 1999.

_____. *L'utopie du temps libre*. Paris: Éditions Esprit, 1997.

O'CONNOR, James. *The fiscal crisis of the State*. New York: St. Martin Press, 1973.

OFFE, Claus. Full employment: asking the wrong question? *Dissent*, p. 77-81, Winter 1995.

_____. *Disorganized capitalism*. Cambridge (MA): MIT Press, 1985.

_____. *Contradictions of the welfare State*. Cambridge (MA): MIT Press, 1984.

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RIFKIN, Jeremy. *The age of access: the new culture of hypercapitalism where all of life is a paid-for experience*. New York: Penguin Putnam, 2000.

SILVA, Josué Pereira da. *Sociologia crítica e a crise da esquerda*. São Paulo: Intermeios, 2019.

_____. *Por que renda básica?* São Paulo: Annablume, 2014.

_____. *André Gorz: trabalho e política*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *Três discursos, uma sentença: tempo de trabalho em São Paulo (1906-1932)*. São Paulo: Annablume, 1996.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SUE, Roger. *Temps et ordre social*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

_____. *Vers une société du temps libre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

VAN DER VEEN, Robert J.; VAN PARIJS, Philippe. A capitalist road to communism. *Theory & Society*, v. 15, n. 5, p. 635-655, 1986.

_____. A capitalist road to global justice. *Basic Income Studies*, v. 1, issue 1, p. 1-15, 2006.

VAN PARIJS, Philippe. Renda básica: renda mínima para o século XXI. In: SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*, p. 194-230. São Paulo: Cortez Editora, 2002.



Trabalho decente no capitalismo contemporâneo: dignidade e reconhecimento no microtrabalho por plataformas

Recebido: 30.07.20
Aprovado: 01.09.20

Cinara Rosenfield*
& Thays Wolfarth Mossi**

* Cinara Rosenfield é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. Orcid: 0000-0002-8749-997X. <rosenfield@uol.com.br>.

** Thays Wolfarth Mossi é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. Orcid: 0000-0002-3582-2085. <thaysmossi@gmail.com>.

Resumo: Um novo padrão de organização do trabalho emerge no capitalismo contemporâneo: o trabalho por plataformas digitais, que pode ser do tipo on demand ou crowdwork. O crowdwork, especificamente, consiste em tarefas subdivididas em unidades muito pequenas lançadas à “multidão” por intermédio das plataformas. Frente à precariedade e ausência de regulação do microtrabalho, o Bureau Internacional do Trabalho produziu um relatório que oferece “18 recomendações para tornar o microtrabalho mais justo”, as quais são objeto de análise neste artigo. Essas recomendações foram classificadas em três categorias: representação política, distribuição de recursos (de caráter operacional) e reconhecimento da dignidade (de caráter moral). A partir desta análise, problematizou-se o conceito de trabalho decente da OIT, concluindo-se que a realidade do microtrabalho torna necessário introduzir o reconhecimento como dimensão obrigatória e anterior às demais para lograr abarcar a dignidade como condição para o trabalho decente.

Palavras-chave: trabalho decente. Microtrabalho. Dignidade. Reconhecimento. Justiça social.

Decent work in contemporary capitalism: dignity and recognition in digital microwork platforms

Abstract: A new standard of labour organization emerges in contemporary capitalism: the work on digital platforms, which can be of the on demand or the crowdwork kind. The crowdwork specifically consists of microtasks rolled out to the “crowd” through the platforms. In view of microwork’s precariousness and lack of regulation, the International Labour Office produced a report that offers “18 criteria for fairer microwork”, which are the subject of analysis in this paper. These criteria were sorted into three categories: political representation, redistribution of resources (of an operational nature) and recognition of dignity (of a moral nature). From this analysis, ILO’s concept of decent work was problematized, concluding that the reality of microwork makes it necessary to introduce recognition as an obligatory and preceding dimension in order to encompass dignity as a condition for decent work.

Keywords: Decent work. Microwork. Dignity. Recognition. Social justice.

Introdução

A emergência do trabalho organizado por plataformas produziu um grande esforço interpretativo, culminando na noção corrente de “uberização” para classificar o fenômeno. Como nota Pochmann (2016), a “uberização” é a ponta do iceberg das transformações contemporâneas das relações de trabalho, mas digna de ser colocada ao lado do taylorismo e do toyotismo como padrão de organização do trabalho. O aplicativo Uber e seu modo de mobilização e gestão de um exército de mão de obra disponível é emblemático da configuração atual. Abílio (2017, 2020), na mesma direção, sustenta que a uberização é um novo estágio generalizável da exploração do trabalho – que ultrapassa o universo da economia digital –, marcado pela passagem do trabalhador a um nanoempresário-de-si. O termo “uberização” seria capaz de designar uma nova organização produtiva que atinge vários setores da economia, sendo o aplicativo Uber uma de suas formas, sem dúvida a mais conhecida. Grohmann (2020), diferentemente, argumenta que a plataformação do trabalho é um conceito mais preciso e generalizável que a uberização. A plataformação caracteriza-se pelo trabalho digital, inserido em uma lógica empresarial, no qual o tempo e a atividade são mediados por algoritmos. Nessa mesma direção, optamos por designar essa organização produtiva como sendo aquela caracterizada pelo trabalho por plataformas digitais geridas por algoritmos.

Frente a essa nova realidade do trabalho¹ – qual seja, da gestão da mão de obra por plataformas e algoritmos – o Bureau Internacional do Trabalho (BIT), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), conduziu uma pesquisa comparativa sobre as condições de trabalho em cinco plataformas anglófonas, com 3.500 trabalhadores distribuídos em 75 países, realizada em 2015 e 2017. O relatório, intitula-se “As plataformas de trabalho digital e o futuro do trabalho; por um trabalho decente no mundo on-line” (BIT, 2019). Segundo o relatório, o trabalho intermediado por plataformas virtuais tanto pode tomar a forma de trabalho distribuído por plataformas locais através de aplicativos (*apps*), quanto de trabalho realizado em linha (geralmente conhecido como *crowdwork*).

Dito diferentemente, o trabalho por plataformas pode ser do tipo trabalho *on demand*, no qual o trabalho é distribuído localmente por meio de aplicativos e orientado de maneira específica (transportes, como Uber, e entregas) ou do tipo *crowdwork*, trabalho externalizado, pulverizado em microtarefas e lançado a uma massa de trabalhadores a domicílio por meio de plataformas digitais. Essas duas formas de trabalho compartilham da novidade de serem intermediadas por ferramentas digitais (as plataformas) e pelo uso da internet. O microtrabalho, em específico, é o objeto de estudo do relatório do BIT e consiste em tarefas subdivididas em unidades

1. No que tange à realidade brasileira, a amplitude do fenômeno pode ser atestada pelos quatro milhões de autônomos que utilizam as plataformas como fonte de renda (Gravas, 2019). Segundo a reportagem, “para um autônomo, o ganho gerado com os *apps* acaba se tornando uma das principais fontes de renda. Esses 3,8 milhões de brasileiros que trabalham com as plataformas representam 17% dos 23,8 milhões de trabalhadores nessa condição”, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) no primeiro trimestre de 2019, computado até o mês de fevereiro. Ainda segundo a reportagem, dados do Instituto Locomotiva apontam que cerca de 17 milhões de pessoas usam algum aplicativo regularmente para obter renda, incluindo trabalhadores autônomos, profissionais liberais e aqueles que têm outros empregos e usam o trabalho por plataformas como complementação de salário.

muito pequenas, resultando em uma remuneração muito baixa, que são lançadas à “multidão” por intermédio das plataformas para serem executadas.

Parcializar tarefas não é nenhuma novidade. A novidade reside no fato de as plataformas digitais substituírem alguns aspectos da organização do trabalho, como a gestão da mão de obra, que passa a ser vendida sob demanda para empresas e outros atores (os clientes) por custos muito reduzidos.

Elas [as plataformas] fornecem também serviços e uma infraestrutura aos trabalhadores, permitindo-lhes acessar tarefas oferecidas por vários mandantes a partir de um único local, submeter o produto do seu trabalho e dispor da infraestrutura técnica e financeira necessária para receber o pagamento pelo trabalho realizado (BIT, 2019: 4)².

2. Todas as citações em língua estrangeira são traduções livres das autoras.

Em linhas gerais, as microtarefas chegam aos trabalhadores acompanhadas de uma explicação, do tempo necessário para a sua realização, bem como do valor da remuneração. Há uma grande diversidade entre essas tarefas. Pode tratar-se de acessar e compartilhar sites, fazer download de aplicativos, testar aplicativos e jogos, curtir e comentar publicações em redes sociais, responder a pesquisas, redigir avaliações de produtos, moderar conteúdo em redes sociais, transcrever imagens e som, traduzir textos, entre outras. Algumas servem para alimentar a inteligência artificial e serão substituídas por ela, outras fazem parte do marketing viral, outras são derivadas do trabalho de escritório relativamente simples, e outras, ainda, dedicam-se a tarefas mais complexas e de cunho cognitivo.

Após caracterizar o *crowdwork* e as principais plataformas de microtrabalho, traçar um perfil dos microtrabalhadores e descrever sua situação quanto à remuneração, ao acesso à proteção social, à insuficiência de trabalho disponível, e ao desequilíbrio entre vida profissional e pessoal, o relatório culmina com uma proposta de reflexão sobre os modos de transformar o microtrabalho em um trabalho decente. Nesse sentido, traz “18 recomendações para tornar o microtrabalho mais justo” (subcapítulo 6.3), que serão objeto de análise deste artigo.

A análise das recomendações do BIT permite afirmar que a relação trilateral entre trabalhador, plataforma e clientes traz à tona uma série de implicações nas quais o que está em jogo não se resume às tradicionais questões das regulamentações trabalhistas, como remuneração, organização coletiva e condições de trabalho. Embora imbricados, estes três aspectos não encerram as adversidades enfrentadas pelos microtrabalhadores em sua relação com as plataformas e os clientes. Essa relação trilateral e a gestão do trabalho por algoritmos coloca em pauta questões relacio-

3. A ação humana é traduzida, pela inteligência artificial, em padrões que criam algoritmos com capacidade de previsibilidade de ações futuras. Os algoritmos modelam e conduzem as ações humanas, ao mesmo tempo em que são transformados pelas ações humanas. Trata-se de um modelo dinâmico cujo objetivo é criar e recriar padrões. Os algoritmos são móveis e relacionais; produzem interpretação e modelagem das ações humanas sob uma aura de neutralidade por serem supostamente isentos de características humanas. De fato, o algoritmo não é uma reprodução simples das ações dos sujeitos e sim uma relação constantemente produzida e reconfigurada entre ação humana e algoritmo, o que relativiza o seu aparente imperativo isento e determinante. Para se entender como os algoritmos funcionam socialmente, é preciso esclarecer que envolvem desde atividades prosaicas, como encontrar atalhos no trânsito, treinar *chatbots*, até aplicações muito complexas, como permitir que pessoas tetraplégicas conduzam as cadeiras de roda através de expressões

nadas ao tratamento dos trabalhadores e de sua inserção no mundo do trabalho que, por seu turno, remetem a questões tanto operacionais – de representação política e distribuição de recursos – como morais – de dignidade e reconhecimento. A relação entre essas duas dimensões – indissociáveis – é fundamental para se pensar o trabalho decente para os microtrabalhadores. No campo operacional, há recomendações que remetem a condições tangíveis para transformar o microtrabalho em trabalho decente. No campo moral, faz-se mister introduzir a noção de reconhecimento, como forma de abarcar a dimensão da dignidade, prevista no conceito de trabalho decente. Nossa tese é que há injustiças que antecedem as dimensões operacionais propostas pelas recomendações. Trata-se de introduzir o reconhecimento como dimensão obrigatória para lograr abarcar a dignidade como condição para relações de trabalho mais justas.

Este artigo se estrutura em duas partes. Na primeira, é feita a caracterização do microtrabalho e das adversidades enfrentadas pelos trabalhadores. Na segunda, são expostas as recomendações do BIT para transformar o microtrabalho em um trabalho decente, e em seguida é feita a análise das recomendações à luz de uma problematização do conceito de trabalho decente a partir da perspectiva do reconhecimento.

Parte I

O microtrabalho em plataformas digitais

As plataformas digitais, por meio das quais se realiza o microtrabalho, devem ser consideradas como um tipo de organização produtiva, cujo mercado de trabalho conecta clientes, operadores de plataformas e microtrabalhadores. O algoritmo realiza a mediação entre estes diferentes sujeitos (Casilli, 2017)³. A gestão do microtrabalho via plataformas faz uso de algoritmos para automatizar o encontro entre clientes – entre os quais estão empresas de grande porte, como Getty Images, eBay, LinkedIn e Walmart –, plataformas e microtrabalhadores, em nível mundial. Trata-se de trabalhadores de diferentes países (a “multidão”) que respondem às demandas dos clientes apresentadas via plataformas. As plataformas operam em concorrência umas com as outras na captação de clientes e sua margem de manobra para remuneração de trabalhadores é reduzida, pois o cliente pode se dirigir a outra plataforma que “ofereça” trabalho a custos menores (BIT, 2019: 106).

É um mercado global que contabiliza pelo menos 100 milhões de trabalhadores. Na China, na Índia, nas Filipinas, na Indonésia existem plataformas e serviços pouco conhecidos na Europa. Esses trabalhadores realizam um número vasto de trabalhos que per-

mitem o bom funcionamento das economias digitais do Ocidente (Casilli, 2017).

O relatório do BIT baseia-se em uma pesquisa comparativa sobre as condições de trabalho em cinco plataformas anglófonas. As plataformas estudadas no relatório são Amazon Mechanical Turk (AMT), Microworkers, Clickworker, CrowdFlower, e Prolific⁴. Na AMT, os utilizadores podem registrar-se como Turkers para a realização de “tarefas de inteligência humana”, que incluem tarefas de diferentes tipos, classificadas em seis categorias: limpeza de dados, refinamento de algoritmos, categorização, marcação, análise de sentimentos, criação e moderação de conteúdos, e aconselhamento. A plataforma Microworkers oferece modelos de formulários para vários tipos de tarefas, tais como respostas a pesquisas, marcação de imagens, análise de respostas a uma campanha de marketing, avaliação de vídeo, transcrição de documentos. A Clickworker oferece sete serviços diferentes:

copywriting (por exemplo, criação de texto para otimização de motores de busca), pesquisa na internet, categorização e etiquetagem (por exemplo, de imagens), pesquisas, criação de dados para inteligência artificial e gestão de dados (por exemplo, identificação das características do produto). É, no entanto, a única das cinco plataformas aqui estudadas que oferece tarefas a serem realizadas através de uma aplicação móvel, permitindo assim às empresas monitorizar “campanhas de marca” ou recolher ou verificar os geodados no terreno (BIT, 2019: 16).

A CrowdFlower é dirigida a programadores de computadores, para aperfeiçoar algoritmos de aprendizagem de máquinas, por exemplo. Mas a plataforma também é especializada em microtarefas repetitivas, tais como pesquisa de dados, transcrição, categorização, escrita de descrições de produtos etc., que podem ser executadas por vários trabalhadores. A Prolific é a mais especializada delas e dedica-se exclusivamente a inquéritos utilizados em trabalhos de pesquisa. Apresenta características adicionais a serem utilizadas na investigação, incluindo filtros para uma série de sistemas de rastreio complexos, tais como os baseados em critérios demográficos (BIT, 2019: 15-16).

Embora as tarefas demandadas sejam, em geral, simples, curtas e repetitivas, há também tarefas mais sofisticadas tais como programação informática, análise de dados e concepção gráfica, revisão de conteúdos, pesquisas, tradução. Mesmo essas atividades mais complexas, que exigiriam mais tempo e algumas competências (os “macrotrabalhos”), podem ser subdivididas em microtarefas e demandadas a um número maior de trabalhadores com diminuição da qualificação exigida e, portanto, menos bem pagas (BIT, 2019: 86). As tarefas mais penosas são enviadas às

faciais, ou, ainda, desenvolver carros automatizados sem a presença de um condutor.

4. Outros exemplos de plataformas de Crowdwork: Pinion (a ideia do aplicativo é que você seja remunerado por opinar. Como se fosse um jogo, o usuário encontra “missões”, que consistem em fotografar e/ou dizer sua opinião sobre um produto, uma marca ou até um local), MintCoins (ganha pontos participando de pesquisas, fazendo downloads de aplicativos, acessando sites e compartilhando tudo com os amigos), CashPirate (acumula pontos testando aplicativos, respondendo pesquisas, experimentando jogos e convidando outros amigos para participar); AppCasher (ganha créditos por instalar e testar aplicativos). A conversão em remuneração ocorre quando o trabalhador atinge 1000 pontos que correspondem a 1 dólar, que pode ser transformado em um vale-compras na PlayStore ou transferido para uma conta PayPal.

multidões de microtrabalhadores dos países em desenvolvimento, como aquelas com imagens chocantes e de cunho sexual.

De acordo com a pesquisa do BIT de 2017, as tarefas mais comuns realizadas são: resposta a inquéritos e participação em experimentos (65%), acesso a conteúdos (46%), coleta de dados (35%) e transcrição (32%). Comparativamente, a proporção de microtrabalhadores que realizam tarefas de criação e edição de conteúdos ou tarefas relacionadas com inteligência artificial é baixa [8,2%] (BIT, 2019: 86).

Essas plataformas contam com trabalhadores de praticamente todas as partes do mundo, com forte representação do Brasil, Estados Unidos, Índia, Indonésia e Nigéria, assim como da Europa (BIT, 2019: 32). O número de homens e mulheres microtrabalhadores depende do país e da plataforma, mas em geral há um pouco mais de homens. Possuem nível de escolaridade elevado, e mais ainda em países menos desenvolvidos. O grupo etário predominante é de jovens adultos de até 40 anos, sendo que uma parte dos jovens (21%) trabalha e estuda (BIT, 2019: 34). A rotatividade é alta, atestando que se trata de uma opção em meio à falta de opções.

A pesquisa do BIT identificou que a renda média desses trabalhadores é de US\$ 2,16 por hora, sendo que aqueles da América do Norte, da Europa e da Ásia central ganham mais do que os das demais regiões: US\$ 4,70 na América do Norte, contra US\$ 1,33 na África, por exemplo. A baixa remuneração decorre, em parte, do trabalho não remunerado: de cada hora de trabalho, vinte minutos são dedicados à procura de tarefas, testes de qualificação, contato com os clientes e operadores para resolver problemas, entre outros (BIT, 2019: xv). Os trabalhadores realizam em média 24,5 horas de trabalho por semana, das quais 6,2 horas são de trabalho não remunerado.

A maior parte dos trabalhadores depende financeiramente da renda do microtrabalho em plataformas, sendo que para 32% dos respondentes esta é a principal fonte de renda, e para aqueles que não o consideram sua principal fonte de renda, a remuneração do microtrabalho é equivalente à da fonte principal. Dentre os 52% que exercem uma atividade remunerada além do microtrabalho, um terço era de assalariados, outro terço tinha um trabalho atípico em tempo parcial ou ocasional, e o último terço fazia trabalhos freelance (25%) ou atividades como chefe de empresa ou associado (10%) (BIT, 2019: 43).

As motivações principais em relação a este trabalho são complementar a renda auferida em outros empregos/trabalhos e trabalhar em domicílio (motivação presente entre as mulheres). As principais condições de inserção antes do microtrabalho eram:

1º assalariados, 2º estudantes, 3º desempregados, segundo o relatório (BIT, 2019: 42). O relatório do BIT ainda destaca os horários atípicos de trabalho, a inadequação do conteúdo das tarefas ao alto nível de qualificação dos trabalhadores, a ausência de proteção social, e os problemas de comunicação e avaliação enfrentados pelos trabalhadores na relação trilateral que estabelecem com as plataformas e seus clientes.

A plataforma faz uso de meios digitais como infraestrutura para que os clientes ofertem um trabalho e os operadores das plataformas executem a intermediação entre cliente e trabalhador. O trabalho é ofertado a essa “multidão” espalhada pelo mundo, e o cliente pode avaliar e pagar pelo serviço realizado. Caso o cliente avalie negativamente o trabalho realizado, pode simplesmente rejeitá-lo sem apresentar justificativa e se furtar de pagá-lo. Os clientes detêm então a prerrogativa, embora não a assumam publicamente, de oferecer o trabalho na rede, dispor do trabalho de vários microtrabalhadores, e só então arbitram o mais “correto”, pelo qual aquele único trabalhador será remunerado, tendo os demais o seu trabalho mal avaliado publicamente na própria plataforma e negado, sem qualquer remuneração. A avaliação dos microtrabalhadores é levada em conta nas próximas ofertas de trabalho e na permanência na plataforma.

A plataforma retém parte do pagamento como serviços prestados. Todo processo dá-se online, sem identificação humana, o que significa que o trabalhador, em caso de controvérsia ou busca de uma justificativa para ter o trabalho recusado, não tem com quem falar nem a quem se dirigir, além do robô desenvolvido pela plataforma. O pagamento do trabalho tampouco é simples. Os trabalhadores são remunerados por meio de pagamentos eletrônicos, as plataformas online de terceiros convertem seu crédito eletrônico em dinheiro vivo, após cobrar uma comissão. No entanto, no Brasil e em outros países (com exceção dos Estados Unidos e partes da Índia), ocorre de a plataforma Amazon Mechanical Turk pagar os trabalhadores com vale-compras para a própria Amazon americana. Para auferir algum dinheiro mesmo que com perdas monetárias, alguns adquirem produtos e os colocam à venda em sites de leilão ou em páginas como o E-bay, por exemplo (Moreschi, Pereira & Cozman, 2020). Como não há regulamentação governamental para plataformas de microtrabalho, são as próprias plataformas que estabelecem as condições, tornando-se autorregulamentadas (BIT, 2019: 101).

Segundo o relatório do BIT, é importante relativizar a perspectiva de se tratar de um trabalho “novo”, excluída a presença da intermediação por plataformas digitais.

Como outros autores já salientaram, o Crowdwork é semelhante a algumas formas de trabalho mais antigas, exceto que é feito uti-

lizando uma ferramenta digital. As estratégias de decomposição das tarefas em microtarefas que são depois atribuídas a trabalhadores não qualificados podem ser analisadas como “um regresso aos processos industriais desqualificados do taylorismo, mas sem a lealdade e segurança do emprego” (Cherry, 2016: 3). A remuneração, por tarefa e não por tempo de trabalho, lembra também as formas de remuneração por peça produzida da era pré-industrial (Cherry, 2016: 3). Do mesmo modo, o carácter ocasional do microtrabalho, combinado com a divisão das tarefas em pequenas unidades, faz lembrar as modalidades de empregos precários que ainda prevalecem no setor têxtil e do vestuário – seja de maneira centralizada nas lojas de suores [*ateliers de misère*], seja nas casas dos trabalhadores que tentam compensar os seus baixos salários, aceitando um “emprego” em domicílio (Scholz & Liu, 2010). Além disso, os serviços de mediação entre cliente e empregado oferecidos por algumas plataformas assemelham-se às atividades das agências de emprego ou das agências de trabalho temporário (BIT, 2019: 90).

Velhas e novas características se misturam e este embaralhamento produz algo novo. Ainda que alguns autores possam se referir a uma forma de taylorismo digital, não se pode afirmar tão simplesmente que seria uma forma de taylorismo, pois não se trata de assalariamento, e sim de um trabalho por microtarefas que se renovam a cada instante. Se no taylorismo havia a parcialização das tarefas, o trabalhador integrava um todo maior sobre o qual não tinha ingerência, mas tinha conhecimento. A parcialização das tarefas e a alienação decorrente eram como que recompensadas pela relativa estabilidade e segurança do assalariamento. Em termos de organização coletiva no fordismo/taylorismo, a presença do sindicalismo se constituía em importante forma de estruturação política da ação dos trabalhadores.

O microtrabalho é um nível inusitado de parcialização da atividade: sem conhecimento do todo, eventual, cujas tarefas se dão em escala micro, sem vínculo algum (seja de tipo trabalhista, seja com um projeto maior), com reduzida capacidade de organização coletiva, trabalho instantâneo, contratado por tarefa ao minuto, o que determina mudanças importantes na temporalidade e espacialidade do trabalho. É uma nova organização produtiva que embaralha atores sociais e características de muitas outras formas de organização, no sentido de guardar o máximo de flexibilidade, ausência de vínculos, independência e autorregulação. A alienação do trabalho é ainda mais importante que no taylorismo, em que pese o alto nível de qualificação dos trabalhadores e a mediação de instrumentos digitais na execução das tarefas.

No microtrabalho em plataformas digitais, até mesmo as fronteiras entre os atores econômicos são fluidas. Os consumidores também produzem dados que treinam a

inteligência artificial e exercem um trabalho invisível. O “trabalho” do consumidor, por exemplo, auxilia na criação de assistentes virtuais como a Siri, do iPhone, ou a Alexa, da Amazon. Assim, o próprio consumidor desempenha o mesmo tipo de trabalho invisível que os microtrabalhadores, ao curtir, avaliar e compartilhar. Casilli (2019a, 2019b) refere-se ao trabalho digital como trabalho gratuito ou, ainda, como atividade de “*produsagers*”, simultaneamente produtor e usuário. A invisibilidade dos atores embaralha os seus papéis sociais no mercado e na vida em sociedade.

As fronteiras entre os atores econômicos estão desaparecendo, ao ponto de podermos dizer que quando uma plataforma não quer pagar pelo seu trabalho, ela o chama de “consumidor”. Se quisesse pagar (ao menos um pouco), ela o chamaria de trabalhador por tarefa ou microtrabalhador (Casilli, 2017).

O aplicativo consegue invisibilizar o empregador, o trabalhador e, também, o consumidor (Anact, 2018), o que, sem dúvida, coloca sérias questões a respeito da gestão da força de trabalho, do controle político sobre as informações, além de outorgar uma falsa neutralidade aos algoritmos.

O’Neil (2018) chama a atenção para a questão política dos algoritmos, uma vez que, por trás deles, sempre existem uma opinião e uma decisão humanas. Trata-se, pois, de um problema de controle político. O algoritmo não é neutro e não possui vida própria. A pretensa neutralidade tecnológica tem servido a naturalizar a organização do trabalho imposta pelos algoritmos e invisibilizar seus mecanismos sociais. Em última instância, isso contribui ao enfraquecimento do elo social e dos mecanismos de suporte societários, pois não há, pretensamente, humanos envolvidos. A quem reclamar e reivindicar? É uma organização ímpar no que se refere à total independência do trabalhador em relação àquele que demanda seu trabalho, ao fato de o trabalhador entregar o produto do seu trabalho podendo não ser aceito nem ser pago, à ausência total de compromisso do cliente e do operador da plataforma em relação ao trabalhador. Este está inserido precariamente na esfera do mundo do trabalho, desenlaçado e sem qualquer vínculo ou proteção. É um trabalhador invisível, “solto” no processo de trabalho.

A individualização extrema coloca desafios à organização coletiva. Segundo relatório do BIT (2019: 84), 58% dos microtrabalhadores não têm conhecimento da existência de grupos ou fóruns virtuais, por meio dos quais poderiam trocar ideias, informar-se, criar formas de resistência e protesto para com clientes que sistematicamente rejeitam trabalhos realizados, exigir operadores “humanos” para discutir suas discordâncias ao invés de se defrontarem com robôs evidentemente incapazes de interagir em muitos domínios.

5. O relatório do BIT (2019) destaca algumas formas de mobilização por parte dos trabalhadores de plataformas, na luta por atenuar a sua precarização e fazer deste um trabalho decente ou simplesmente compartilhar experiências e construir uma voz comum. Entre os que trabalham via AMT, há, por exemplo, os fóruns [turkernation.com](#), [mturkcrowd.com](#), [mturkforum.com](#), [Turkopticon](#) – os quais permitem avaliar os clientes. Algumas plataformas de microtrabalho, tais como [Clickworker](#) e [CrowdFlower](#), oferecem fóruns locais, mas os trabalhadores utilizam fóruns independentes como [Clixsense](#) ou [NeoBux](#), bem como grupos especializados no Facebook e várias subdivisões no [Reddit](#). Pode-se ainda citar [r/hitsworthturkingfor](#), utilizado para procurar trabalho e tarefas bem remuneradas. Trata-se de troca de informações, sem capacidade institucionalizada de proteção aos microtrabalhadores. Há também organismos como o [think tank #leplusimportant](#) <<https://leplusimportant.org/>>, que pleiteiam o desenvolvimento profissional dos

Casilli (2017) aponta que as lutas dos trabalhadores, atualmente, são diferentes das já conhecidas no último século. O trabalho digital realizado através de plataformas é um novo tipo de organização produtiva; e essas plataformas são ao mesmo tempo empresas e mercados. A questão de se transformar em força coletiva parece bastante complexa quando se trata de trabalhadores independentes, isolados, submetidos a regras sobre as quais não possuem qualquer participação, num contexto de mercado de trabalho que cada vez mais mergulha na informalidade. São responsáveis pelos riscos sobre si e seus meios de trabalho, sem regulamentação e sem acesso a uma esfera pública⁵.

Não há dúvida que se trata de um trabalho precário, categorizado como trabalho independente, pois sem proteção social nem trabalhista, e que se insere numa relação de negociação fortemente assimétrica. Os trabalhadores suportam todos os custos e riscos associados à sua atividade: investimento no instrumento de trabalho, acesso à internet, incerteza dos rendimentos, ausência de proteção coletiva dos trabalhadores – proteção social, regulamentação do tempo e das condições de trabalho, representação e negociação coletiva etc. (Anact, 2018). Diante dessas dificuldades, o BIT apresenta uma série de recomendações com vistas a promover um microtrabalho mais justo, as quais serão discutidas a seguir.

Parte II

As recomendações para um microtrabalho mais justo e os limites do conceito de trabalho decente

O relatório do BIT, diante dos desafios descritos acima, se propõe a conhecer as reais condições do microtrabalho a fim de constituir uma agenda de reivindicações, orientações e demandas com vistas a formular os quesitos incontornáveis para tornar o microtrabalho mais equitativo. Em seu sexto capítulo, o relatório lança um conjunto de recomendações que aponta para os elementos que constituem um trabalho decente na esfera do trabalho por plataformas digitais, em especial do microtrabalho. Nesta parte do artigo, importa analisar essas recomendações com o objetivo de demonstrar como permitem problematizar o próprio conceito de trabalho decente que as fundamenta, tendo em vista a natureza das injustiças do microtrabalho.

No relatório do BIT, o subcapítulo 6.3, intitulado “O que podemos fazer? 18 recomendações para tornar o microtrabalho mais justo” traz as seguintes recomendações⁶:

1. Retificar a má classificação dos trabalhadores em prestadores independentes ou assalariados⁷: aponta a necessidade de controle das práticas de classificação dos trabalhadores, para poder fazer valer as leis relativas a cada estatuto de emprego. Ao mesmo tempo em que obrigam os trabalhadores a reconhecerem-se como independentes, os termos de serviço de algumas plataformas delimitam as margens de autonomia no trabalho, pois decidem quando e onde trabalham, penalizam a recusa de tarefas, e impõem taxas e padrões de qualidade não negociáveis (BIT, 2019: 113), o que indicaria uma situação de subordinação característica do assalariamento. O relatório define esta recomendação como a mais importante e urgente de todas.

2. Permitir aos trabalhadores o direito de liberdade sindical e negociação coletiva: quer sejam classificados como independentes ou como assalariados, devem desfrutar desses direitos, tidos pela OIT como fundamentais e universais.

3. Aplicar o salário-mínimo em vigor na região onde se encontram os trabalhadores: demanda que o pagamento das tarefas seja calculado tendo como referência um salário-mínimo para os que dispuserem do estatuto de assalariado, e 1,5 salário-mínimo para os independentes. Este valor maior serviria como compensação aos custos ligados a computador, acesso à internet, formalização, e às proteções sociais das quais dispõem os assalariados, bem como ao tempo de busca por uma nova tarefa.

4. Assegurar a transparência dos pagamentos e das taxas fixadas pelas plataformas: isto significa que o trabalhador deve receber em dinheiro o total do valor cobrado ao cliente pelo trabalho, sem desconto de taxas ou comissões para a plataforma, as quais deveriam ser cobradas dos clientes. Indica ainda que a remuneração não deverá ser paga em pontos, vale-presentes ou outros tipos de moedas não garantidos pelo Estado.

5. Garantir que os trabalhadores independentes tenham a possibilidade de recusar tarefas: deve-se garantir a flexibilidade impedindo as penalidades. “Aqueles que não têm o estatuto de assalariado devem ser realmente livres para escolher quando querem trabalhar e quais tarefas querem executar” (BIT, 2019: 115).

6. Compensar a perda de trabalho em caso de problemas técnicos ligados à tarefa ou à plataforma: em caso de erro ou problema téc-

trabalhadores por plataformas (BIT, 2019: 84).

6. O relatório do BIT entende que essas 18 recomendações devem ser complementadas por outras três de outra natureza, destinadas a melhorar a proteção social dos microtrabalhadores, quais sejam:

i. adaptar os dispositivos de segurança social à forma de emprego e/ou tipo de contrato dos microtrabalhadores;

ii. adotar recursos tecnológicos para simplificar o pagamento de contribuições e benefícios; e

iii. instituir e reforçar os mecanismos universais de proteção financiadas por impostos (BIT, 2019).

Contudo, cabe notar que estas recomendações não dizem respeito diretamente às plataformas, mas sim ao quadro jurídico e tributário de cada país. Portanto, não serão analisadas em conjunto com as demais.

7. Não se trata de afirmar que existem microtrabalhadores assalariados atualmente, mas sim de apontar que, em face das condições dadas pelos termos de serviço de algumas plataformas, alguns microtrabalhadores deveriam ser classificados como

nico da plataforma, os trabalhadores não devem arcar com os custos da perda de tempo ou de trabalho, mas sim o responsável pelo erro (plataforma ou cliente).

7. Estabelecer regras estritas e justas para reger o não pagamento. Os clientes que se recusarem a remunerar um trabalho realizado devem estar legalmente impedidos de utilizá-lo, e devem ser obrigados a explicitar as razões pelas quais ele não é utilizável. Os trabalhadores devem ter direito a contestar o não pagamento e um assalariado da plataforma deve avaliar essas queixas. Se o resultado não for aceito de comum acordo por trabalhador e cliente, uma terceira parte neutra deverá ser apontada em conjunto para dar uma solução definitiva e vinculativa.

8. Assegurar que as condições de serviço sejam apresentadas de forma legível, explícita e concisa. Tendo em vista que representam as condições contratuais, as condições de serviços devem especificar a remuneração da tarefa, o prazo para avaliação e remuneração por parte do cliente, as condições para recusa do pagamento, e as formas de resolução de litígios.

9. A avaliação e classificação dos trabalhadores não deve se basear nas taxas de recusa de pagamento. Não se pode partir do princípio de que os clientes recusam pagamento apenas quando o trabalho é inutilizável: os sistemas de controle não são perfeitos, e a recusa pode revelar uma estratégia de redução de custos. Se a recusa de pagamento não é necessariamente sinal de má qualidade do trabalho, as plataformas não deveriam permitir que os clientes filtrem suas buscas a partir desse critério.

10. Estabelecer e aplicar códigos de conduta claros para todos os usuários da plataforma, na ausência de convenções coletivas. Os códigos de conduta devem se inspirar na Declaração Tripartite de Princípios da OIT sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social, que fornece orientações explícitas às empresas sobre políticas e práticas sociais inclusivas, responsáveis e sustentáveis no local de trabalho. Devem indicar os procedimentos para denúncia de violação do código por parte dos trabalhadores e também dos clientes, os acusados de violação devem ter procedimentos de defesa, a plataforma deve suspender ou fechar as contas dos reincidentes, e é necessário que haja moderação humana dessas queixas e recursos.

11. Assegurar que os trabalhadores sejam capazes de contestar o não pagamento, avaliações negativas, resultados de testes de qualidade, acusações de violação de códigos de conduta e encerramento de contas. Em alguns casos, esses recursos podem ser analisados por assalariados das plataformas; em outros, será preciso recorrer a mediadores externos (conflito de interesses). As plataformas devem contribuir para os custos da utilização de mediadores externos, juntamente com parceiros da sociedade civil (por exemplo, sindicatos) e eventualmente autoridades públicas. Os operadores de plataformas não devem ter o poder de impor sanções (mesmo indiretamente) aos trabalhadores que tenham ganhado o seu caso após o exame do recurso por um mediador externo.

12. Estabelecer um sistema de análise do cliente que seja tão abrangente quanto a análise do trabalhador. Os trabalhadores devem poder avaliar os clientes. Se os clientes podem recusar pagamento, sua taxa de recusa deve ser visível para os trabalhadores. Os trabalhadores devem ter acesso a um histórico de tarefas dos clientes e às avaliações dos demais trabalhadores.

13. Garantir que as instruções para as tarefas sejam claramente definidas e validadas antes de serem publicadas. Uma verificação das tarefas por parte das plataformas limitaria o risco de instruções pouco claras conduzirem a um trabalho insatisfatório e à recusa de pagamento.

14. Permitir aos trabalhadores visualizar e exportar a qualquer momento um registro completo de tarefas realizadas, reputação e remuneração. Esse histórico permitiria elaborar um *currículo vitae* e declarar impostos.

15. Permitir que os trabalhadores continuem uma relação de trabalho com um cliente fora da plataforma se as condições de serviço se modificarem. Esta recomendação é específica a algumas plataformas, como Jovoto ou Upwork, onde é possível encontrar trabalho freelance⁸.

16. Assegurar que clientes e operadores de plataforma respondam às mensagens do trabalhador de forma rápida, educada e substantiva. Deve ser concebido um procedimento claro para resposta de uma demanda dentro de um prazo, por um determinado número de vezes (no caso de um trabalhador colocar diversas vezes a mesma questão). Se a resposta não for julgada satisfatória, um terceiro neutro poderá emitir uma decisão vinculante.

8. Por se dirigir a plataformas específicas, a recomendação 15 não será analisada junto com as demais.

17. Informar aos trabalhadores sobre a identidade de seus clientes e o objetivo do trabalho. Plataforma e cliente devem cooperar para que algumas informações sejam reveladas enquanto outras não.

18. Deve haver um procedimento padrão de responsabilidade da plataforma para informar que uma tarefa pode ser estressante ou psicologicamente prejudicial. Além disso, “os trabalhadores que desempenham essas tarefas devem ter acesso a um serviço de acompanhamento ou apoio financiado pelo cliente e/ou pela plataforma” (BIT, 2019: 118).

A análise dessas recomendações permite afirmar que a relação trilateral entre trabalhador, plataforma e clientes traz à tona uma série de situações nas quais o que está em jogo não se resume às tradicionais questões da regulamentação das relações de trabalho, apontando também para questões relacionadas ao tratamento dos trabalhadores. O relatório do BIT faz referência às situações em que os microtrabalhadores “são vítimas de um tratamento abusivo” (BIT, 2019: 2), tendo em vista que têm pouca influência sobre suas próprias condições de trabalho, não conseguem de fato decidir quando irão trabalhar e não têm a quem recorrer quando suas queixas são ignoradas. Nesse sentido, argumentamos que as recomendações do BIT permitem demonstrar que as relações trilaterais entre plataforma, clientes e trabalhadores, por serem abusivas, colocam em jogo o respeito à dignidade do microtrabalhador. Por seu turno, isso implica – de um ponto de vista analítico – problematizar alguns aspectos do conceito de trabalho decente, inserindo em sua concepção uma dimensão moral de reconhecimento. O relatório define o trabalho decente como

um trabalho produtivo que assegura a igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens. Trabalho decente é o trabalho que é adequadamente remunerado, proporciona segurança e proteção social às famílias, oferece oportunidades de desenvolvimento aos trabalhadores e permite-lhes expressar as suas preocupações, organizar-se coletivamente e participar nas decisões que afetam a sua vida profissional (BIT, 2019: 1).

A análise que segue está amparada na problematização de duas meta-questões de justiça (Fraser, 2008), quais sejam, o “o que” e o “como” da concepção de justiça subjacente à noção de trabalho decente e às recomendações do BIT. O “o que” diz respeito à matéria da justiça, ou seja, à substância com a qual a justiça se preocupa (Fraser, 2008: 53), e será tratado aqui em termos de princípios de justiça. Esses princípios indicam os fins da concepção de justiça social presente no conceito de trabalho decente. Por seu turno, o “como” diz respeito ao aspecto procedimental

da justiça, ou seja, aos “remédios” (Fraser, 2006) necessários para corrigir as injustiças identificadas na pesquisa do BIT, representados por suas recomendações⁹. Portanto, num primeiro momento, o conceito de trabalho decente será analisado de modo a identificar o “o que” da justiça, e, posteriormente, as recomendações do BIT serão examinadas enquanto propostas de “como” alcançar os princípios de justiça lançados pelo conceito de trabalho decente.

A noção de trabalho decente foi proposta na LXXXVII Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1999, por meio do Relatório do Diretor Geral da OIT (1999). Deparando-se com um novo cenário, em que os ganhos econômicos e as forças do mercado têm mais influência sobre o mundo do trabalho do que a mediação através de atores sociais, normas legais e intervenção estatal, o documento demanda uma “humanização da economia mundial” (OIT, 1999). Aponta que “não se trata simplesmente de criar postos de trabalho, mas eles devem ser de uma qualidade aceitável”. Nesse sentido, estabelece como papel da OIT “promover oportunidades para que os homens e as mulheres possam conseguir um trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana”.

Ao analisar as linhas discursivas gerais do conceito de trabalho decente, bem como seus desdobramentos posteriores, Ghione (2001) destaca seu caráter ético-normativo, tendo em vista

- i.* o seu amplo âmbito subjetivo, na medida em que o termo “trabalho” não se restringe ao assalariamento, incluindo também os trabalhadores autônomos e informais em sua alçada (definindo o “quem” da justiça como os trabalhadores como um todo);
- ii.* a mobilização das noções de liberdade, equidade, segurança e dignidade em sua definição;
- iii.* o chamado a uma coalizão global de compromisso e respeito a esses valores morais e ao trabalho decente como “via para sair da pobreza que fortaleça a dignidade pessoal para o pleno desfrute da riqueza da vida” (Ghione, 2001: 155).

No plano normativo, o trabalho decente seria necessário não apenas para a subsistência (que poderia ser mantida por outros meios, como mecanismos de solidariedade e seguridade, por exemplo), mas também para a individuação, a realização pessoal, o desenvolvimento cultural, e ainda para o cumprimento da obrigação ética irrenunciável de construção social e solidariedade (Ghione, 2001). Nesse sentido, falar em trabalho decente implica tanto afirmar que todos que trabalham têm

9. Fraser propõe ainda uma terceira meta-questão de justiça: o “quem”, que diz respeito ao escopo da justiça, que deve responder à questão “de quem são os interesses e necessidades levados em consideração?” (Fraser, 2008: 54). Deixamos de lado esta dimensão em nossa análise tendo em vista que ela é de fato muito clara em nosso objeto: os interesses e as necessidades levados em conta nas recomendações são dos microtrabalhadores. No mesmo sentido, o “quem” da justiça do conceito de trabalho decente são os trabalhadores.

direitos (o que mobiliza o princípio da equidade) como conferir um fundamento ético à economia, que seria a forma de assegurar o respeito à dignidade.

A perspectiva de conferir à economia algum tipo de fundamento ético e moral não é uma novidade introduzida pelo conceito de trabalho decente no repertório da OIT. A Declaração de Filadélfia, documento de 1944 que estabelece os fins e objetivos da OIT, tem como um de seus traços fundamentais apontar a necessidade de subordinar a organização econômica ao princípio de justiça social para assegurar uma paz durável, colocando “a economia e a finança a serviço dos princípios da dignidade humana e da justiça social” (Supiot, 2014: 86). Na Declaração de Filadélfia, justiça social significa que todos os seres humanos “têm o direito de perseguir seu progresso material e seu desenvolvimento espiritual na liberdade e na dignidade, na segurança econômica e com chances iguais” (OIT, 1944).

Neste ponto, é importante tecer duas observações em relação ao “o que” da concepção de justiça que ampara o conceito de trabalho decente. Por um lado, ao estabelecer quatro princípios de justiça – a liberdade, a equidade, a segurança e a dignidade – e elencá-los um após o outro, a definição de trabalho decente abre mão de uma reflexão sobre a relação ou a hierarquia entre esses princípios. Por outro lado, a forma como esses princípios são mobilizados no conceito de trabalho decente aponta para uma concepção restrita aos âmbitos institucionalizados da justiça social, destinados a garantir as condições de distribuição equitativa de recursos (quando demanda por condições de segurança econômica) e representação dos diferentes atores sociais (governos, organizações patronais e organizações dos trabalhadores, promovendo o diálogo social).

Em relação ao primeiro ponto, qual seja, a linearidade entre princípios de justiça, argumentamos que liberdade, igualdade, segurança e dignidade não são noções da mesma grandeza no plano normativo. Em sua análise da Declaração de Filadélfia (OIT, 1944), Alain Supiot defende que “a dignidade humana é um princípio sobre o qual não se pode transigir sem reconsiderar toda a obra jurídica” (Supiot, 2014: 21). Ou seja, enquanto a liberdade e a igualdade devem ser articuladas entre si, a dignidade constitui um princípio anterior e subjacente sobre o qual se fundam os mecanismos institucionais que visam garantir a articulação entre liberdade e igualdade. Ao mesmo tempo, a questão da dignidade traz a necessidade de vincular os imperativos de liberdade e segurança, pois a liberdade de participar da construção da sociedade pressupõe a garantia da liberdade física e da segurança econômica (Supiot, 2014: 22). O autor aponta para uma hierarquia entre esses princípios, colocando a dignidade como princípio anterior e subjacente aos mecanismos jurídicos e institucionais de articulação entre igualdade e liberdade na busca pela promoção da equidade.

Quanto ao segundo ponto, qual seja, a concepção estritamente institucional da justiça social, argumentamos que nem todos os elementos constitutivos das condições de dignidade podem ser assegurados institucionalmente, tendo em vista que dependem de relações intersubjetivas de reconhecimento recíproco. Axel Honneth (2009, 2015) aponta para os limites de uma concepção de justiça que fixa o papel de realização da justiça social, sobretudo, no Estado: ela ignora toda uma rede de relações sociais da qual deriva a autonomia e sobre a qual o Estado dispõe de meios apenas limitados para regular. Ao reconhecer as situações de tratamento abusivo às quais estão submetidos os microtrabalhadores, as recomendações do BIT permitem demonstrar que há injustiças anteriores às dimensões operacionais e passíveis de institucionalização contempladas no conceito de trabalho decente.

Se, seguindo Supiot (2014), reordenamos os princípios de justiça mobilizados no conceito de trabalho decente, temos a dignidade como condição moral anterior à liberdade, à equidade e à segurança. Isso implica inserir a perspectiva de um substrato moral de reconhecimento intersubjetivo como precondição para as dimensões institucionalizadas da justiça social, conforme sugere Honneth (2009, 2015). Essas considerações permitem lançar um olhar mais complexo sobre as recomendações do BIT porque abrem um caminho para abarcar conceitualmente a questão do tratamento dos microtrabalhadores empiricamente apresentadas no relatório. Nesse sentido, tomando as recomendações do BIT como delineadoras do “como” da justiça, argumentamos que devem ser classificadas em três tipos: recomendações representativas, recomendações distributivas e recomendações de reconhecimento¹⁰, que seriam os remédios ou meios necessários para a justiça social.

As recomendações 1, 2 e 11 podem ser classificadas como representativas na medida em que tratam das fronteiras e regras de pertencimento e participação na esfera política. A classificação correta da relação entre trabalhador e plataforma (1), a liberdade de associação e negociação coletiva (2), bem como a criação de procedimentos judicialmente vinculantes para que exponham suas queixas e obtenham reparação (11) remetem a meios de garantir sua participação política enquanto trabalhadores. Por seu turno, as recomendações 3, 4 e 6 podem ser entendidas como distributivas na medida em que visam zelar por uma remuneração mínima e práticas de remuneração justas, garantindo aos trabalhadores que recebam em moeda oficial pelo seu trabalho e não sejam privados dos recursos necessários para uma vida digna por meio do artifício da recusa da tarefa pelo cliente.

Representação e distribuição seriam remédios para injustiças políticas e econômicas, e passíveis de institucionalização via regulamentação do trabalho em plataformas, como sugere o relatório analisado. Essas recomendações propõem meios para

10. As três categorias de análise coincidem com as dimensões da concepção de justiça como paridade participativa proposta por Fraser (2008), mas são mobilizadas de forma distinta, seguindo o objeto de análise e não a teoria. Em primeiro lugar, não será mobilizada a noção de paridade participativa como “o que” da justiça, tendo em vista que o próprio objeto já define o seu “o que”, a liberdade, a equidade, a segurança e a dignidade. Em segundo, o conteúdo da noção de reconhecimento será distinto daquele definido por Fraser: enquanto a autora trata o reconhecimento como questão cultural (reconhecimento da diferença), aqui será necessário tratá-lo no sentido de Honneth (2013), como questão moral subjacente. Por fim, enquanto Fraser coloca as três dimensões no mesmo nível analítico, seguiremos Honneth, que coloca o reconhecimento como precondição para a redistribuição. Entendemos que a teoria social não constitui um modelo fechado a ser seguido, mas um plano analítico mobilizado para a interpretação do social e, como tal, quando não há contradições intransponíveis

entre suas visões epistemológicas, é possível mobilizar os conceitos de forma sintética e heterodoxa.

solucionar os problemas que impedem a participação política dos trabalhadores na negociação das suas condições de trabalho e o acesso a recursos que possibilitem conquistar condições de vida básicas via trabalho. Elas remetem à necessária articulação entre segurança econômica (por meio da distribuição justa de recursos) e liberdade (de participação política), eleitas como princípios de justiça no conceito de trabalho decente. Todavia, não contemplam o princípio da dignidade.

Por seu turno, na medida em que aportam meios de remediar as situações de tratamento abusivo enfrentadas pelos microtrabalhadores, as recomendações 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 16, 17 e 18 podem ser entendidas como questões de reconhecimento, pois remetem ao respeito à dignidade dos microtrabalhadores. Trata-se de reconhecimento no sentido dado por Honneth no excerto abaixo:

[...] o sujeito, para aceder à consciência de si ou para desempenhar um papel na sociedade, tem a necessidade de um reconhecimento que pode ser compreendido como o julgamento generalizado dos outros membros sobre a pertinência de suas realizações cognitivas ou práticas (Honneth, 2013: 14).

Essa definição permite dar conteúdo teórico ao termo “tratamento” – o comportamento de um em relação ao outro –, articulando-o ao princípio da dignidade: a postura desrespeitosa (um mau tratamento, ou um tratamento abusivo) em relação aos microtrabalhadores impede que sejam reconhecidos e se reconheçam como sujeitos dignos de tomar parte na vida em sociedade, colocando em questão o valor moral desses sujeitos e de suas capacidades e realizações. Enquanto as recomendações explicitam empiricamente e operacionalmente como remediar as questões de tratamento, propondo mecanismos de controle institucional das relações entre trabalhadores, clientes e plataformas; analiticamente podemos argumentar que as recomendações derivam de um desrespeito efetivo sobre essas relações, o qual torna necessário explicitar tais mecanismos.

Ou seja, o simples fato de precisarem ser enunciadas evidencia que as condições mínimas de reconhecimento não estão garantidas no trabalho em plataformas digitais. A ausência de convenções coletivas e a recomendação de que os códigos de conduta sejam pautados por políticas inclusivas, responsáveis e sustentáveis no local de trabalho (10) demonstram que muitas das situações experimentadas nos ambientes de trabalho tradicionais se reproduzem no trabalho digital a domicílio. As demais recomendações apontam o agravamento das formas de desrespeito nas relações de/no trabalho em plataformas digitais. A demanda de que os trabalhadores independentes sejam “realmente livres” para recusar tarefas (5) remete à necessidade de garantir que os trabalhadores sejam tratados de acordo com os

estatutos que as próprias plataformas lhes atribuem: aos independentes a flexibilidade, aos assalariados a segurança. A falta de clareza das descrições das tarefas, indicadas pelas recomendações 13, 17 e 18, sinaliza um desrespeito à liberdade de escolha do trabalhador em desempenhar ou não uma tarefa ao lhe negar informações que possam embasar essa escolha. A recomendação de controle estrito sobre o não pagamento de um trabalho já feito (7) e de que as condições contratuais sejam claras o suficiente para que o trabalhador possa conhecer de antemão sua própria situação de trabalho (8), denunciam que a exploração do trabalho nas plataformas está baseada no desrespeito a premissas básicas do trabalho livre nas sociedades capitalistas. Do mesmo modo, a unilateralidade das avaliações (9) e a falta de transparência nos critérios de avaliação (12) em uma relação de trabalho que quer negar a subordinação, bem como a ausência de resposta rápida e substantiva às queixas dos trabalhadores (16) operam como mecanismos de subjugação dos trabalhadores. Trata-se de um nível de assimetria entre, de um lado, trabalhadores e, de outro, plataforma e clientes que impede a participação dos trabalhadores na construção do ambiente e das condições de seu trabalho. Que não seja possível exportar das plataformas um registro das atividades, avaliações e remunerações do trabalhador (14) indica o baixo valor simbólico que as próprias plataformas atribuem a esse trabalho, tendo em vista que, hoje, é como se essas experiências não existissem fora da plataforma. É como se, para as plataformas, a subsistência do trabalhador não dependesse do trabalho desempenhado e como se este trabalho não tivesse valor algum – quando, na verdade, trata-se de um trabalho que sustenta a saúde financeira dessas empresas (BIT, 2019). É como se, para os clientes, os microtrabalhadores fossem meios para alcançar o objetivo maior da redução de custos, ferindo o princípio kantiano de que o ser humano “não pode jamais ser considerado um meio para se alcançar um fim, uma vez que ele já é um fim em si mesmo” (Rosenfield & Pauli, 2012: 323).

Embora estejam diretamente imbricadas nas e sejam apresentadas no mesmo nível das duas categorias anteriores – quais sejam, representação e distribuição –, as recomendações de reconhecimento permitem retomar os dois pontos levantados na análise do “que” da justiça, transportando-os para o “como”. Por um lado, elas corroboram os limites da linearidade dos princípios de liberdade, equidade, segurança e dignidade estabelecida no conceito de trabalho decente, por evidenciarem o aspecto anterior, fundamental e indivisível da dignidade, tendo em vista que visam a assegurar um tratamento respeitoso das plataformas e clientes em relação aos trabalhadores. Nesse sentido, as recomendações de reconhecimento permitem demonstrar que há injustiças anteriores às dimensões mais operacionalizáveis do conceito de trabalho decente, expressas nas recomendações representativas e redistributivas, reforçando a importância de um olhar que não se limite a compreen-

der a justiça social estritamente como tarefa institucional do Estado, e leve em consideração também a teia de relações intersubjetivas de reconhecimento subjacente à possibilidade de institucionalização dos remédios distributivos e representativos.

Mesmo que não explicitamente, o relatório do BIT, ao propor caminhos para tornar o microtrabalho mais justo, aponta para a necessidade da construção de relações intersubjetivas de respeito à dignidade do outro como precondição para relações de trabalho justas.

Há, portanto, uma problemática moral, não contemplada na definição de trabalho decente da OIT, que é anterior e reside no fato dessas recomendações de reconhecimento precisarem ser feitas, demonstrando que o princípio da dignidade não pode ser tomado como dado em relações de trabalho triangulares¹¹. Nesse sentido, é preciso repensar o conceito de trabalho decente por meio de um reordenamento dos princípios de justiça por ele aportados, a fim de reforçar seu potencial normativo de pautar relações de trabalho mais justas na sociedade atual. Propomos que o conceito de trabalho decente deve ser compreendido em dois planos: no plano operacional de regulamentação das condições de trabalho e de institucionalização de espaços de representação dos trabalhadores, e no plano moral, resgatando o trabalho como dimensão fundamental da pessoa humana e colocando a economia à serviço da justiça social não apenas por meio de uma distribuição mais equitativa dos recursos econômicos e políticos na sociedade, mas também pela denúncia das experiências de desrespeito à dignidade vivenciadas pelos microtrabalhadores.

Considerações finais

O capitalismo contemporâneo tem, no trabalho por plataformas, um padrão de organização do trabalho emblemático de formas novas de exploração do trabalho, no qual a difusão das tecnologias provoca um emaranhado de elos de subordinação e renova as noções de responsabilidade, temporalidade e espacialidade. A sujeição exacerbada no contexto de um mercado autorregulado e autorregulamentado inviabiliza um trabalho “realmente humano” (Musso & Supiot, 2018). As adversidades enfrentadas pelos microtrabalhadores para navegar na relação de trabalho tri-lateral com plataformas e clientes apontadas pelo relatório do BIT podem ser assim resumidas: as descrições das tarefas nem sempre correspondem ao trabalho a ser realizado; o tempo necessário para executar um trabalho é frequentemente subestimado nessas descrições; o não pagamento não precisa ser justificado e pode se configurar como estratégia de redução de custos do cliente; não há possibilidade

11. Questões da mesma natureza já foram observadas em outra relação de trabalho triangular: a terceirização, que produz uma subclasse de trabalhadores que ganham menos e sofrem mais acidentes de trabalho em comparação com trabalhadores diretos e que não acessam os direitos formalmente garantidos em seu estatuto de trabalho (Mossi, 2019). Não se trata de afirmar que apenas relações triangulares se caracterizam pela ausência de reconhecimento. Mas, com base nos dados apresentados aqui e no estudo sobre terceirização, nossa hipótese é que as relações triangulares propiciam a união entre empresas (aqui, plataformas e clientes) em contraposição aos trabalhadores.

de comunicação direta entre trabalhador e cliente; há um descompromisso das plataformas em sua comunicação com os trabalhadores quando expõem suas queixas, em relação ao prazo e mesmo à ausência de resposta; os mecanismos de avaliação são unilaterais, de modo que os trabalhadores mal avaliados ou cuja conduta seja entendida como violadora das condições de serviços podem ser suspensos das plataformas ou ter suas contas canceladas sem chance de recurso. Eis um mercado de trabalho sem prática ética, no qual se destaca o tratamento abusivo das plataformas e dos clientes.

A atual acumulação capitalista associa a inovação tecnológica com uma organização do trabalho que recoloca o significado social do emprego: a empresa delega os investimentos e os riscos ao trabalhador, a avaliação aos consumidores, e se desresponsabiliza das funções de empregador. Frente a esse cenário, o relatório do BIT traz consigo a responsabilidade de apontar meios para viabilizar um trabalho mais justo para os microtrabalhadores, propondo recomendações de representação (organização e negociação coletiva), distribuição (remuneração) e reconhecimento (tratamento e respeito à dignidade). Enquanto as questões de representação e distribuição são passíveis de uma solução institucional por meio da regulamentação dessas relações de trabalho, as questões de reconhecimento lançam luz sobre o substrato normativo que antecede os aspectos institucionalizados da vida social.

O cumprimento das recomendações de nível operacional, sem dúvida, representaria um grande avanço para a melhoria das condições de trabalho dos microtrabalhadores. Contudo, segundo nossa análise, para promoverem de fato um trabalho decente nas plataformas, resolvendo as questões de tratamento, elas necessitariam ser acrescidas da dimensão moral do reconhecimento da dignidade do microtrabalhador. Nessa lógica, o conceito de trabalho decente pode ser pensado como forma de operacionalização do princípio normativo de colocar a economia à serviço da justiça social e da dignidade humana, desde que a ele seja acrescida uma dimensão moral anterior às demais. À medida em que o quadro institucional de regulação nacional dos mercados foi desconstruído por políticas neoliberais, tornou-se necessário advogar pela justiça para além do terreno socioeconômico da distribuição e político da representação. Em face das novas formas de exploração e gestão do trabalho por meio de algoritmos, a questão do respeito à dignidade humana se torna proeminente no mundo do trabalho. Um conceito apropriado de trabalho decente deve levar em conta essa proeminência.

Referências

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p.111-126, Jan./Abr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Jun. 2020.

_____. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa Palavra*, 19 Fev. 2017. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/02/110685/>>. Acesso em: 10 Out. 2019.

AGENCE NATIONALE POUR L'AMÉLIORATION DES CONDITIONS DE TRAVAIL (ANACT). Quelles conditions de travail pour les travailleurs des plateformes numériques? *Portal de Veille sur les Conditions de Travail*, 05 Sep. 2018. Disponível em: <<https://veille-travail.anact.fr/produits-documentaires/quelles-conditions-de-travail-pour-les-travailleurs-des-plateformes>>. Acesso em: 13 Jun. 2019.

BUREAU INTERNACIONAL DO TRABALHO (BIT). Les plateformes de travail numérique et l'avenir du travail. Pour un travail décent dans le monde en ligne. Genève: BIT, 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_721011/lang--fr/index.htm>. Acesso em 04 Avr. 2019.

CASILLI, A. *En attendant les robots, enquête sur le travail du clic*. Paris: Le Seuil, 2019a.

_____. *Conférences et débats. Paroles d'auteurs*. Paris: Musée des Arts et Métiers, Janvier 2019b. Disponível em: <<https://www.april.org/en-attendant-les-robots-antonio-casilli-arts-et-metiers>>. Acesso em: 09 Oct. 2020.

_____. Os trabalhadores são o coração do algoritmo. *Tempo Livre*, 20 Dez. 2017. Disponível em: <<https://tempolivre.org/2017/12/20/antonio-casilli-os-trabalhadores-sao-o-coracao-do-algoritmo/>>. Acesso em: 24 Abr. 2019.

FRASER, Nancy. *Scales of justice. Reimagining political space in a globalizing world*. Cambridge (UK): Polity Press, 2008.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, v.15, n. 14-15, p.231-239, São Paulo, Jan./Dez. 2006

GHIONE, H. Concepto y dimensiones del trabajo decente: entre la protección social básica y la participación de los trabajadores en la empresa. *Boletín Cinterfor*, n. 151, p. 153-172, 2001.

GRAVAS, D. Aplicativos como Uber e IFood são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos. *Jornal O Estado de São Paulo*, 28 Abr. 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,aplicativos-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-autonomos,70002807079>>. Acesso em: 15 Jun. 2019.

GROHMANN, R. A Comunicação na circulação do capital em contexto de plataformização. *Liinc em Revista*, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5145>>. Acesso em: 10 Out. 2020.

HONNETH, Axel. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. “Introduction à l’édition française”. In: _____. *Ce que social veut dire. Le déchirement du social*, p. 9-32. Paris: Gallimard, 2013.

_____. A textura da justiça. Sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. *Civitas*, v. 9, n. 3, p. 345-368, Porto Alegre, 2009.

MORESCHI, Bruno; PEREIRA, Gabriel; COZMAN, Fabio. The brazilian workers in Amazon Mechanical Turk: dreams and realities of ghost workers. *Contracampo*, v. 39, n. 1, p. 44-64, 2020.

MOSSI, Thays. Lutas trabalhistas como lutas minoritárias: a questão da dignidade do trabalhador terceirizado. *Sociologias*, Ano 21, n. 50, p. 236-259, 2019.

MUSSO, P.; SUPIOT, A. (Orgs.). *Qu’est-ce qu’un régime de travail réellement humain?* Paris: Hermann, 2018.

O’NEIL, C. Os privilegiados são analisados por pessoas; as massas, por máquinas. *Jornal El País*, 12 Nov. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/12/tecnologia/1542018368_035000.html>. Acesso em: 04 Abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Memoria del director general: trabajo decente*. Genebra: OIT, 1999. Disponível em: <<https://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm>>. Acesso em 15 Jun. 2020.

_____. Declaração de fins e objetivos da Organização Internacional do Trabalho. Filadélfia (PA): OIT, 1944. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/centro-de-informacoes/documentos/WCMS_336957/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 10 Jun. 2020.

POCHMANN, Marcio. A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores. *Revista IHU On-Line* (entrevista), 11 Nov. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/562224-a-uberizacao-leva-a-%20intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-os-trabalhadores-entrevista-com-marcio-pochmann>>. Acesso em: 23 Maio 2019.

ROSENFELD, C.; PAULI, J. Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, p. 319-329, Salvador, 2012.

SCHOLZ, T.; LIU, L. Y. *From mobile playgrounds to sweatshop city: Situated Technologies Pamphlets 7*. New York, The Architectural League of New York, 2010. Disponível em: <<http://www.situatedtechnologies.net/?q=node/105>>. Acesso em: 29 Jul. 2019. Apud *BIT. Les plateformes de travail numérique et l'avenir du travail. Pour un travail décent dans le monde en ligne*. Genève: Bureau International du Travail, 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_721011/lang--fr/index.htm>. Acesso em: 04 Avr. 2019.

SUPIOT, Alain. *O espírito de Filadélfia. A justiça social diante do mercado total*. Porto Alegre: Sulina, 2014.



A globalização periférica e a ressignificação dos lugares

Recebido: 30.07.20
Aprovado: 01.09.20

Jacob Carlos Lima*

*Professor titular no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil.
Orcid: 0000-0001-6475-9575.
<calimajb@gmail.com>.

Resumo: Neste artigo, buscamos analisar as novas configurações do trabalho decorrentes dos processos de reestruturação industrial e da inserção de novos territórios à lógica da produção capitalista global. Discutimos processos de reespecialização de setores industriais favorecidos pela guerra fiscal entre governos estaduais e municipais e sua ressignificação em locais sem tradição industrial ou de trabalho organizado. As redes de terceirização incorporam territórios antes vinculados a atividades agrícolas tradicionais, ou estagnadas economicamente, que fornecem mão de obra barata e escolarizada. Nosso argumento é o de que essas situações permitem entender a incorporação econômica de regiões periféricas dentro do país num quadro de expansão de mercados globais, impactando nas relações sociais vigentes. O local se integra ao global de formas distintas, mas complementares e heterogêneas, hibridizando formas de trabalho e ocupação dentro da lógica da acumulação. Temos como recorte empírico três setores produtivos distribuídos em sub-regiões do Nordeste, que são representativos das distintas formas de trabalho utilizado e o lugar se constitui numa variável relevante: o setor de confecções, o da produção de software e o da indústria automotiva, todos profundamente integrados em cadeias globais de valor. Esses setores caracterizam a integração da região aos fluxos globais, nos quais múltiplas globalizações se interlaçam.

Palavras-chave: Globalização periférica. Reespecialização. Global-local. Ressignificação de territórios. Trabalho.

Peripheral globalization and the resignification of places

Abstract: This article analyzes the new configurations of labor resulting from processes of industrial restructuring and the insertion of new territories into the logic of the global capitalist production. It discusses the re-spatialization processes of industrial sectors favored by the fiscal war between states and municipal governments, and their re-signification in places without an industrial tradition or organized labor. Outsourcing networks incorporate territories previously linked to traditional agricultural activities, or economically stagnant, which provide cheap and educated labor. Our argument is that these situations make it possible to understand the economic incorporation of peripheral regions in global markets, and the impact on current social relations. The place is integrated with the global in distinct, but complementary and heterogeneous ways, hybridizing forms of labor and occupation within the logic of accumulation. We selected three productive sectors in sub-regions of the Northeast, which are representative of the different forms of labor relations where the place is a relevant variable: the clothing sector, software production, and the automotive industry, all deeply integrated into global value chains. These sectors characterize the region's integration into global flows, in which intertwine multiple globalizations.

Keywords: Peripheral globalization. Re-spatialization. Global-local. Re-signification of territories. Labor.

Introdução

Neste artigo buscamos analisar as novas configurações do trabalho decorrentes dos processos de reestruturação industrial e da inserção de novos territórios à lógica da produção capitalista global. Discutimos os processos de reespecialização de setores industriais favorecidos pela guerra fiscal entre governos estaduais e municipais e sua ressignificação em locais sem tradição industrial ou de trabalho organizado. As redes de terceirização incorporam territórios antes vinculados a atividades agrícolas tradicionais, ou estagnadas economicamente, que fornecem mão de obra barata e escolarizada.

Nosso argumento é o de que essas situações permitem entender a incorporação econômica de regiões periféricas dentro do país, num quadro de expansão de mercados globais impactando nas relações sociais vigentes. O local se integra ao global de formas distintas, mas complementares e heterogêneas, hibridizando formas de trabalho e ocupação, mobilizando diversos atores sociais. O Estado é agente fundamental nesse processo, seja na implementação de políticas em conjunto com empresas privadas – no sentido de alavancar processos de terceirização através de incentivos fiscais, empréstimos a juros baixos e oferecimento de infraestrutura para atrair investimentos nas regiões –, seja para favorecer o desenvolvimento de núcleos produtivos já existentes, através também de incentivos fiscais, bem como da propagação de formação especializada através de cursos regulares, ou de cursos de formação específicos de gestão e empreendedorismo, mobilizando o “capital” espacial do local.

Quando falamos em globalização, tendemos a privilegiar a questão da mobilidade do capital e do trabalho, mesmo tendo em conta que essas mobilidades têm velocidades e entraves diferenciados. Por outro lado, as categorias de lugar e processos de trabalho (Sassen: 2007) permitem recuperar a imersão local desses processos de globalização, e aqui expandimos as considerações de Saskia Sassen não apenas para as grandes cidades e/ou zonas francas de exportação, mas para territórios historicamente fora desses processos, nos quais as tecnologias informacionais e de transporte atenuam distâncias, havendo ainda a incorporação das culturas do trabalho preexistentes, as quais são adequadas às necessidades do capital inseridas de forma direta ou indireta através de redes de terceirização.

Os conceitos de espaço, território e lugar têm sido fartamente discutidos, sendo que poderíamos destacar o espaço como construção social através de sentidos atribuídos à sua materialidade física e geográfica. Nem sempre fica clara a distinção entre espaço e território, aceitando-se no geral o caráter político presente no ter-

ritório, onde o espaço social representa relações sociais de poder e dominação. Na globalização, o território assume uma característica reticular e de ressignificação constante em função da mobilidade do capital e do trabalho, no qual os lugares, aqui complementando o significado dos territórios, incorporam as práticas sociais e os sentidos atribuídos no dia a dia¹.

Temos como recorte empírico três setores produtivos distintos entre si, mas que são representativos das formas de trabalho para as quais o lugar é uma variável relevante: o setor de confecções, o da produção de software e o da indústria automotiva, todos profundamente integrados em cadeias globais de valor. Apresentamos três situações em sub-regiões do Nordeste que caracterizam a integração da região aos fluxos globais, nos quais múltiplas globalizações se interlaçam num contexto periférico ao capitalismo no Brasil.

i. Na primeira situação, recuperamos a produção têxtil e de confecções em municípios do Seridó norte-riograndense. Um projeto governamental de terceirização para o setor de confecções no interior do estado, o Pró-Sertão, foi pensado para atender um grupo local que atua nacionalmente através de uma cadeia de lojas, assim como outros grupos que passaram a utilizar o projeto. Esse projeto consistiu da abertura de fábricas em pequenas cidades próximas a Caicó, cidade conhecida por sua “vocaçãõ têxtil” decorrente da produção de algodão, que durou até a praga do bicudo nos anos 1970, e da existência de uma pequena produção, a maioria informal, de redes, tapetes e panos de prato e bonelaria. A terceirização representada pelas fábricas tornou-se a principal atividade local, com a finalização de peças de confecções que são consumidas nacionalmente. Na produção têxtil de produtos consumidos regionalmente, assiste-se a uma entrada de tecidos chineses mais baratos e a uma distribuição nacional de artigos de baixo custo como panos de prato, panos de chão, entre outros.

ii. A segunda situação traz a análise do setor de produção de software, atividade em crescimento no país dada a informatização crescente das atividades econômicas. Ora entendida como indústria, ora como serviços, tornou-se fundamental em todos os processos produtivos. Como setor econômico, no Brasil, surge na década de 1990 com a expansão dos computadores pessoais e da internet. Uma de suas características estaria no caráter desterritorializado e virtual da produção, seu controle sendo feito por grandes empresas, e sendo formada por pequenas e médias empresas que atendem clientes customizando

1. Para uma recuperação histórica do conceito de território utilizado na geografia e na sociologia, veja-se Marcos Aurélio Saquet (2010).

softwares que são distribuídos por todo o país. Apresentamos esse setor na cidade de João Pessoa, em empresas organizadas em grande medida a partir de alunos e professores das universidades federais do estado que trabalham terceirizadas, ou prestam serviços para empresas nacionais e internacionais.

iii. A terceira situação estuda a instalação de uma fábrica de automóveis na região conhecida como “Mata Norte”, na cidade de Goiana, no estado de Pernambuco. Resulta do processo de deslocamento da indústria automobilística, que, a partir dos anos 1990, teve uma grande expansão no país, resultante de generosos incentivos fiscais, de um mercado interno potencialmente atraente, decorrente de políticas de estabilização cambial e que, nos governos da década seguinte, se beneficiou da valorização do salário-mínimo e da expansão do crédito e do consumo dos setores populares. O deslocamento significou uma desconcentração dessa indústria da região do ABC paulista – cenário de grandes mobilizações sindicais nas décadas de 1970 e 1980 – e uma queda salarial significativa dos trabalhadores antes considerados a elite operária “fordista” do país. Trata-se de uma fábrica da Fiat-Chrysler assim como de 16 fornecedores de autopeças e implementos dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A implantação do parque fabril criou mais de 9.000 empregos diretos e indiretos para uma população ocupada anteriormente em atividades agrícolas e de coleta (marisqueiras), assim como mobilizou trabalhadores qualificados de outras regiões do país e mesmo do exterior.

A pesquisa constou de visitas exploratórias nos polos produtivos, em oficinas de produção, mercados e feiras de exposição de produtos e empresas, além de entrevistas com pequenos produtores, “empreendedores”, vendedores ambulantes, gestores e trabalhadores².

2. A pesquisa foi realizada entre 2017 e 2020, dentro do Projeto Universal CNPq (402354/2016-8) “Trabalho e globalização periférica: estudo de três setores produtivos”.

As múltiplas globalizações

O conceito de globalização tem destacado o caráter de expansão global do capital em busca de menores custos de produção e novos mercados consumidores, incorporando novos territórios e novas populações aos fluxos da economia mercantil. Nesse processo, é estabelecida uma relação dialética entre o global e o local pelas transformações heterogêneas provocadas nos novos territórios que interagem com a economia mais ampla, reconfigurando o local social e culturalmente. Podemos nos referir aos processos de externalização industrial em países da periferia do

capitalismo, na qual as fábricas instaladas provocam a proletarianização de populações antes vinculadas a uma economia de subsistência e que se tornam, *grosso modo*, parte de um proletariado global. Essa interação é conhecida como *glocalismo*, quando as práticas sociais transformam e são transformadas por processos sociais mais amplos, mantendo, contudo, especificidades locais (Robertson, 2000; Roudmetof, 2019).

Numa outra acepção, temos a discussão de uma globalização popular ou de uma globalização por baixo, na qual a imigração para os países centrais reconfigura relações sociais e de trabalho existentes num quadro de reestruturação econômica no contexto de transformações conhecidas como neoliberais. A imigração impacta não apenas os países de acolhida, mas também os de origem, dinamizando economias locais que passam a contar com a ajuda de seus nacionais que trabalham no exterior. Vários estudos apontam nessa direção. Entre eles destacamos Alejandro Portes (1997), ao se referir aos imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos; Alain Tarrius (2002), que trata dos imigrantes do Magreb na França; e Gustavo Lins Ribeiro (2010), ao se referir a uma globalização não hegemônica representada por mercados populares de mercadorias legais, ilegais e ilícitas que passam a compor cenários transnacionais, fronteiriços ou não, no qual circulam pessoas e mercadorias. Esses três autores apontam para a relativização do caráter legal dessa circulação e o difícil controle do contrabando em portos, aeroportos e fronteiras, dada a sua porosidade e as dificuldades de fiscalização. Assim, uma mercadoria produzida e comercializada legalmente num país pode entrar ilegalmente em outros. Nesse mercado inclui-se também a produção e a comercialização de drogas ilícitas cujo controle e repressão está longe de inibir o seu avanço.

Numa perspectiva que destaca as mobilidades presentes com as novas tecnologias de transportes e comunicações, Caroline Knowles (2014) apresenta o conceito de vias secundárias da globalização, demonstrando, a partir da trajetória de um chinelo, como a globalização se apresenta em vias principais e secundárias, formais e informais, legais e ilegais; analisa desde a extração de petróleo no Kuwait (com trabalhadores imigrantes do sul da Ásia) e o refino do petróleo na Coreia do Sul, até a produção do chinelo em unidades familiares na China, sua importação por sacoleiros etíopes que entram pelo Chifre da África, o descarte nos lixões de Adis Abeba e sua retomada a partir da coleta por catadores de recicláveis, com o reinício do ciclo produtivo. Produção, distribuição e consumo se integram em processos globais, nos quais mercadorias e trabalhadores se inserem com os vínculos mais variados.

Essas mobilidades pressupõem a compressão tempo-espço destacada por autores como Roland Robertson (1999), David Harvey (1993), Anthony Giddens (1991),

John Urry (2000), Manuel Castells (2003), que destacam a importância da revolução tecnológica informacional, na qual os transportes adquirem um papel central, e que se convencionou chamar de capitalismo desorganizado, ou capitalismo flexível.

As novas tecnologias informacionais têm um peso crescente nessas reterritorializações e reconfigurações do trabalho. A virtualidade dessas tecnologias possibilita o controle da produção em qualquer parte do mundo, assim como a contratação de trabalhadores dos mais diversos tipos de qualificação. Ao manter a concentração dos investimentos nas chamadas cidades globais, nos centros de inovação e controle, reproduz hierarquizações centro-periferia em diversas dimensões. Isso é comum em setores de trabalho intensivo, como a produção de vestuário, mas se mantém também nos setores de conhecimento intensivo, como a produção e desenvolvimento de software. Empresas norte-americanas e europeias mantêm seus polos de inovação no Vale do Silício, em Londres, Berlim, Amsterdam e Estocolmo, bem como em cidades asiáticas como Tel Aviv, Pequim, Singapura, entre outras, e subcontratam engenheiros e outros profissionais em todo o mundo através do chamado trabalho remoto. Os desenvolvedores de software na Índia chegam a ganhar dez vezes menos que o trabalhador norte-americano; e, no Brasil, um desenvolvedor de software no Nordeste chega a ganhar um terço do que recebe o trabalhador de São Paulo. Além disso, empresas localizadas nas periferias também sofrem discriminações acerca de sua capacidade, bem como da qualidade de seus produtos, conforme sua localização territorial.

Vale destacar ainda que não estamos nos referindo a um capital transnacional, no sentido da perda do significado das fronteiras políticas e do controle do Estado nacional. Ao contrário, assiste-se o domínio de empresas norte-americanas, europeias e asiáticas, firmemente estabelecidas nacionalmente, o que se evidencia no conflito comercial entre os Estados Unidos e a China no controle da Internet 5G, a quinta geração de conectividade móvel com maiores velocidades no acesso a dados, maior cobertura e maior estabilidade, prometendo com isso uma revolução nas formas de produção. Também podemos nos referir que num mesmo território nacional convivem distintas periferias que refletem a centralização dos espaços e sua vinculação internacional – como as grandes cidades referidas por Sassen – e sua hierarquização, que atende às formas como o capital se organiza nesse território.

A divisão internacional do trabalho se reproduz concentrando conhecimento nos países centrais e sua execução na periferia. A reespecialização da produção realoca apenas a execução, a montagem dos produtos. O setor de software é um

exemplo disso, uma mão de obra qualificada, majoritariamente com ensino superior, mas sem o controle das tecnologias, utilizando linguagens monopolizadas por grandes empresas estrangeiras. O setor já nasce dentro de redes globais, embora o local o reconfigure. No caso da indústria automotiva, esta desloca a montagem a montagem de produtos para os países periféricos e raramente desenvolve produtos nesses países.. Sua realocação nos remete às vias principais do grande capital financeiro e industrial e suas estratégias de venda e redução de custos. A produção de confecções se caracteriza por grande fragmentação em unidades produtivas, mas que se insere, tais como as demais, em cadeias de terceirização nacionais e internacionais, assim como a pesquisa tecnológica de materiais e equipamentos. Difere das demais pelos vínculos de trabalho diferenciados, pela sazonalidade da produção e as variações da moda, além do baixo custo da força de trabalho utilizada.

Nas periferias, temos a convivência desigual e combinada, num mesmo território, de diversos atores sociais, regimes de acumulação, graus tecnológicos que refletem a forma como o local se insere na dinâmica capitalista global. Num país de dimensão continental como o Brasil, convivem diferentes territórios com maior ou menor especialização, o que permite a compartimentalização e hierarquização de periferias pela oferta de força de trabalho local abundante e barata e os incentivos fiscais oferecidos por estados e municípios.

Os territórios da precariedade: o setor de confecções

Embora concentrado em São Paulo, o setor de confecções se expandiu por todo o país a partir dos anos 1990, com a reestruturação econômica que atingiu a indústria têxtil e de confecções. Essa reestruturação implicou no fechamento e na redução do número de grandes empresas, bem como com a entrada de produtos importados que obrigou o setor a se reorganizar, passando a trabalhar de forma terceirizada e a se inserir nas cadeias globais de produção (Kontic, 2007). Essa terceirização, seguida também pela quarteirização, encontrou no país uma força de trabalho abundante e barata, um mercado de consumo bastante dinâmico favorecendo a criação e expansão de polos produtivos e de comercialização espalhados pelo país. De forma geral, a formalização das relações de trabalho convive com ampla informalização das atividades, seja numa metrópole como São Paulo, onde oficinas informais utilizam trabalhadores latino-americanos em situação ilegal, seja em pequenas cidades do interior do país, que se especializaram nesse tipo de produção e atuam majoritariamente na informalidade (Lima, 2015; Vêras de Oliveira, 2013; Freire, 2009).

O Nordeste e a terceirização industrial do setor

A guerra fiscal que marcou os anos 1990 foi caracterizada por significativo deslocamento da produção do vestuário para o nordeste do país, com destaque para a indústria calçadista e as tentativas de implantação de processos de terceirização de confecções por fábricas do Sudeste e Sul que mantinham unidades na região. Entre essas tentativas, destacam-se a implementação de políticas de empresas, estado e prefeituras de abrir no interior dos estados pequenas unidades de produção que funcionavam no acabamento de produtos com salários bem abaixo daquele pago nas unidades das capitais regionais. Ou ainda na tentativa de organizar cooperativas de produção sobre o controle das empresas (Lima, 1999; 2002).

Essas tentativas, abortadas ora pela fiscalização do Ministério Público do Trabalho, ora pela crise das grandes empresas do setor, tiveram continuidade nas décadas seguintes com maior ou menor sucesso. Grupos empresariais buscaram reproduzir pequenas unidades produtivas no interior da Região Nordeste, evitando as capitais, em geral, com maior atuação sindical. No Rio Grande do Norte, elas foram implantadas na região do Seridó, conhecida anteriormente pela produção de algodão e existência de uma pequena produção têxtil majoritariamente voltada a produtos têxteis para uso doméstico. Nos inícios dos anos 2000, uma empresa de confecções local passou a terceirizar roupas para cadeias de lojas, constituindo o núcleo de um conjunto de fábricas que se expandiram a partir do apoio estatal.

Em 2013, o governo do estado, juntamente com um grupo empresarial, criou o Pró-Sertão, programa de incentivo ao empreendedorismo no setor, com apoio da Federação das Indústrias do estado, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Norte (Senai-RN) – para a qualificação de mão de obra – e do Banco do Nordeste – como agente financiador para organizar fábricas para atuarem terceirizadas para empresas. Aos incentivos e financiamentos diretos, soma-se a expansão da estrutura educacional da região com a abertura, na cidade de Caicó, de um *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, aberto em 2009, com três cursos técnicos na área: técnico têxtil, técnico do vestuário e um curso superior em tecnologia em design de moda, criado em 2013.

Foram organizadas aproximadamente 70 fábricas espalhadas por municípios da região, sendo que a maioria se encontra em São José do Seridó (4.634 habitantes) e Jardim do Seridó (12.396 habitantes)³, tanto em áreas urbanas como rurais.

3. Outros municípios com fábricas: Cerro-Corá, Acari, Parelhas, Equador, Cruzeta e Santana do Seridó, Assu e Messias Targino. Estimativas Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

O principal grupo local mantinha sete das 18 facções existentes no município, com uma estrutura completa de uma fábrica de confecção que estava desenvolvendo uma marca própria para seus produtos, por ora distribuídos no Rio Grande do Norte. Cada unidade de facção empregava em torno de 35 trabalhadores(as). No município de São José, empregava em torno de 600 trabalhadores (Lima, Corteletti & Araújo, 2020). O grupo atuava como terceirizada para redes de varejo, principalmente de uma empresa com sede no estado, trabalhando secundariamente para outras marcas nacionais e mesmo internacionais, mas sem a mesma regularidade da primeira. Utilizava maquinaria moderna até por exigência das contratantes, sendo que o grupo investia, como já foi dito, numa maior autonomia com relação às empresas primeiras. A força de trabalho era majoritariamente jovem e com ensino médio.

As relações de trabalho eram formalizadas, com ganhos de um salário-mínimo pelos trabalhadores, mas não existem contratos entre as facções e as empresas primeiras, o que torna a relação instável e constituiu-se em objeto de investigação do Ministério Público do Rio Grande do Norte, que considerou as facções como inseridas numa relação de subordinação funcionando como departamentos das empresas contratadas. Essa situação tem provocado igualmente instabilidade entre as facções, em razão da dependência de poucas empresas para sua manutenção e funcionamento.

A presença das facções nos municípios sem nenhuma outra atividade econômica significativa torna o emprego nas facções algo desejável e garante em alguns deles uma situação de quase pleno emprego. Numa unidade rural de São José do Seridó, no assentamento rural de Caatinga Grande, com 300 habitantes aproximadamente, 35 postos de trabalho mantinham parte da juventude local ocupada.

Essa situação explica a realização, no ano de 2017, da mobilização desses trabalhadores contra o Ministério Público do estado, que denunciou a principal empresa contratante e esta ameaçou parar de enviar encomendas às facções, inviabilizando-as⁴.

A aproximadamente 30 quilômetros de São José do Seridó, encontra-se o município de Jardim de Piranhas, com população estimada, segundo o IBGE, em 14.837 habitantes (em 2019), marcada por mais de 70 pequenas unidades produtivas, a maioria informal, com produção distribuída por sacoleiros e pequenos comerciantes para todo o país, e que funcionam desde os anos 1990.

A produção de Jardim de Piranhas decorre da produção de redes em municípios próximos, do lado paraibano da fronteira, e foi se especializando na produção de artefa-

4. *Agora RN*: “Centenas de apoiadores do Pró-Sertão protestam em São José do Seridó. A manifestação acontece na mesma semana da realização da primeira audiência da Ação Civil Pública que o MPT está movendo contra a Guararapes”. Publicado em 16 Set. 2017 às 13:22. Disponível em: <<https://agorarn.com.br/regionais/centenas-de-apoiadores-do-pro-sertao-protestam-em-sao-jose-do-serido/>>.

tos para uso doméstico de baixo custo, como panos de prato, toalhas e tapetes, com destaque para os primeiros. A produção se estende por toda a cidade. É comum, na maioria dos quintais, os panos estarem secando em varais e em outras molduras, geralmente com o emprego de mão de obra familiar. Algumas unidades maiores, embora formalizadas, utilizam predominantemente o trabalho informal, através de formas distintas de terceirização e quarteirização. O maquinário é antigo e a modernidade da produção, se é que é possível se referir assim, encontra-se na entrada de tecidos chineses, considerados mais baratos, com o abandono da tecelagem e a concentração no corte, modelagem e estamparia. A comercialização mantém-se a partir de relações de confiança, sendo o WhatsApp a forma tecnológica mais usada. Mesmo assim, a produção, principalmente de panos de prato, abastece todo o mercado nacional. Neste caso, o Estado ainda está pouco presente, situação que tende a mudar, caso haja um aumento da produção, mas ainda incerta frente à crise econômica que tem afetado essa produção informal (Araújo & Oliveira, 2020).

Temos duas experiências de produção nesse território: uma vinculada a redes de terceirização, a partir de experiências de interiorização industrial com atuação do Estado e de empresas privadas; e outra, em Jardim de Piranhas, com a constituição de um núcleo produtivo informal, voluntário, da produção de unidades familiares, aproveitando-se da proximidade com outros municípios produtores (no caso, redes e tapetes)⁵. O local, nessas duas situações, vai se modificando, seja pela entrada do trabalho formal, terceirizado para grandes empresas, seja pela inserção, a conta gotas, da produção globalizada (produtos chineses) e a comercialização através de meios eletrônicos, ainda em pequena escala. Os pequenos municípios sertanejos permanecem em suas configurações tradicionais, mas não são mais os mesmos, inseridos em redes empresariais e de comercialização, pelas vias primárias ou secundárias, formais e informais.

A produção de software. Desterritorializada?

O setor de tecnologia de informação, com processo de produção caracterizado pela utilização de conhecimento intensivo e forte imaterialidade, é representativo da compressão espaço-tempo propiciado pelas novas tecnologias. Essa compressão é representada pela revolução informacional que permite comunicações instantâneas globalmente o que, na produção e comercialização, significa controle, eliminando proximidades físicas e permitindo o deslocamento para novos territórios. É a sociedade em rede discutida por Castells (2003), representada pelas redes empresariais de terceirização móveis em busca de menores custos de produção e mão de obra barata.

5. Um caso típico ideal da organização voluntária de produtores, com o crescimento e a consolidação de um polo de confecções 70% na informalidade, sendo considerado modelo de empreendedorismo, é o de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, a 297 quilômetros de Caicó (Véras de Oliveira, 2013).

A característica flexível própria das tecnologias informacionais é, juntamente com a flexibilidade da utilização da força de trabalho, resultante da organização do trabalho toyotista. Reformulado em sua utilização global, o toyotismo separa cada vez mais o desenvolvimento de tecnologias da produção dos dispositivos de uso dessas tecnologias, assim como generaliza a terceirização globalmente, aprofundando a divisão entre produção do conhecimento e execução.

O desenvolvimento de softwares é um setor que se expande a partir da liberação do marco civil da internet e do aprimoramento de microcomputadores. A informatização dá continuidade ao processo de racionalização do uso de informação nas sociedades capitalistas e vai ficar conhecida como digitalização de objetos e processos (Will-Zocholl, 2016). É jovem em seu tempo de expansão e veio junto com uma ideologia de compartilhamento democrático que, embora na prática tenha sido capturado pela monopolização do setor por grandes empresas globais, mantém um discurso revolucionário em termos de alternativa para um mundo melhor (Sadin, 2016).

Sua flexibilidade está em seu funcionamento por projetos e utilização do trabalho também por projetos, o que torna a força de trabalho móvel e flexível, exigindo atualização permanente e, em tese, autônoma, o que leva, por exemplo, os teóricos do capitalismo cognitivo a prever um caráter potencialmente emancipatório do trabalho (Negri & Vercellone, 2008; Moulie-Boutang, 2011). É a imaterialidade da produção e dos serviços entranhada cada vez mais em todas as atividades econômicas e não econômicas, impactando todas as relações sociais.

As pessoas trabalham de forma compartilhada em espaços de informação (Boes & Kampf apud Will-Zocholl, 2016), que integram diferentes lugares, empresas, regiões e países através de terceirizações em ambientes variados globalmente. Embora a virtualização da produção se dê “na nuvem”, para que exista exige processos materiais (infraestrutura, equipamentos, processos de trabalho) que viabilizem a rede globalmente.

Na contramão da produção mundial de software, o Brasil se caracteriza majoritariamente pela utilização de trabalho formalizado e menos, como o esperado, pelos contratos por projetos que o tornam flexível desde a origem do setor (Mayer-Ahujaa & Wolf, 2007; Lima & Oliveira, 2017). O setor é altamente concentrado mundialmente, dominado por grandes empresas que controlam as linguagens dos algoritmos; no Brasil, a maioria da produção é customizada para clientes, o que possibilita a existência de numerosas micro, pequenas e médias empresas, embora 50% de toda a produção esteja nas mãos de 3% das empresas de grande porte,

multinacionais ou estatais. Os outros 97% se distribuem por empresas menores distribuídas por todo o país, sendo que 60% está instalada na Região Sudeste.

A flexibilidade da produção vincula-se à tecnologia informacional, igualmente flexível, e o caráter “imaterial” de sua produção, o que permite caracterizá-la, num primeiro momento, como “sem lugar” (*placelessness*) (Flecker & Schönauer, 2016). Em outros termos, é uma produção, ou serviço, que pode ser localizado em qualquer parte do globo, desde que haja uma infraestrutura de internet. Essa infraestrutura possibilita seu funcionamento e depende de grandes investimentos públicos e privados. Não é à toa que no Brasil está concentrada no Sudeste, dado o desenvolvimento econômico da região, da infraestrutura existente, do mercado consumidor e da força de trabalho qualificada. Isso faz com que o lugar em que a empresa se instala defina o alcance, em certa medida, de sua atuação.

Mesmo assim, existe uma distribuição de empresas por todo o território nacional trabalhando para pequenos, médios e grandes clientes nacionais e internacionais. Os processos de modularização da produção e de divisão do trabalho estão mais presentes nas grandes empresas que terceirizam sua produção para outras regiões do país, tal como acontece com as empresas multinacionais. No Brasil, temos vários trabalhadores qualificados trabalhando para empresas internacionais sem sair de suas cidades.

Se nos focarmos na distribuição dessas empresas nacionalmente, também veremos que empresas fora da Região Sudeste se beneficiam de custos menores com a força de trabalho. Se não temos ainda um processo de realocação, isto se dá pelo tamanho do setor, que ainda é pequeno no país, e seu caráter dependente tecnologicamente, vinculado a cadeias globais de valor.

Com uma característica de conhecimento intensivo, o desenvolvimento dessas empresas se beneficiam da proximidade de universidades e de centros de formação, cujos laboratórios terminam incubando empresas de ex-alunos e professores que prestam serviços para empresas na produção de software e sua manutenção.

Os governos estaduais e as prefeituras atuam no sentido da criação de portos digitais ou distritos digitais que visam oferecer incentivos fiscais e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades. Em termos da distribuição regional de estabelecimentos de tecnologia da Informação (TI), o Sudeste concentra 56,8% dos estabelecimentos, seguido pelo Sul, com 21,9%. O Nordeste aparece com 11,2%, sendo que desse percentual a Paraíba detém 7,1% do total de estabelecimentos da região, e destes

82,3% contavam com até nove empregados. Ao comparar com o total de vínculos de emprego no estado, seu número é baixo, com apenas 0,6% (Alves & Lima, 2020).

No caso de João Pessoa, podemos nos referir aos cursos nesse setor da Universidade Federal da Paraíba, bem como de Campina Grande, a 133,3 km da capital, da Universidade Estadual e dos Institutos Federais, além de faculdades particulares que oferecem cursos no ramo de TI. Com isso temos uma relativa oferta de mão de obra especializada a custo baixo.

A atuação do estado teve início com a constituição, ainda na prevalência da reserva de mercado do Parque Tecnológico de Campina Grande(PaqTecPB), no ano de 1984. Com a expansão da internet, o parque perde protagonismo e João Pessoa passou a concentrar as novas empresas de tecnologia digital. No caso de João Pessoa, em 2019 foi criado o Polo Tecnológico Extremo Oriental das Américas (Extremotec), com o objetivo de atrair e incentivar o desenvolvimento de empresas de tecnologia de informação.

A questão territorial, como enfatizamos, importa e muito. No caso dos trabalhadores, a média salarial em João Pessoa representa 70% da média salarial da Região Sudeste. Conforme a ocupação, esse número cai ainda mais. Em Campina Grande, a participação na média salarial é menor, sendo 40% da média salarial de João Pessoa e 27% da média salarial do Sudeste. Isso mesmo considerando que o índice de escolaridade, ou de formação, é similar (70% com nível superior).

No caso das empresas locais e dos chamados empreendedores digitais, mesmo trabalhando com clientes nacionais e internacionais, eles se ressentem da imagem regional pela qual são avaliados, ou seja, mais por sua localização espacial e menos pela competência técnica. Isso a ponto de algumas empresas manterem CNPJ no estado de São Paulo para participarem em igualdade de condições com as empresas do Sudeste de editais nacionais de prestação de serviços. Em outros termos, os sentidos do lugar se constituem em métricas de avaliação de competência, mesmo numa atividade *placelessness* que exige um grau de expertise independentemente do local de atividade.

Nesse caso, não temos uma competência anterior instalada ou alguma tradição, como vimos no caso do setor têxtil e de confecções. O setor de Tecnologia de Informações e Comunicações(TIC) se desenvolve a partir da formação oferecida pela universidade que o impulsiona, e dadas as suas características tecnológicas, permite que se instale. O Estado entra em seguida, para apoiar os atores sociais envolvidos,

acrescentando um novo significado ao lugar, pelo menos potencialmente, enquanto polo de inovação. Esse novo significado, entretanto, se subordina a hierarquias espaciais e políticas constituídas historicamente.

O deslocamento da indústria “fordista periférica”

O terceiro caso aqui apresentado, o automotivo, é modelar da internacionalização do século XX da produção em série, altamente mecanizada e que representou a sociedade salarial por excelência: grandes unidades produtivas, trabalhadores organizados e altos salários. Trata-se do fordismo característico da sociedade de bem-estar social, na qual à relação salarial somava-se direitos sociais, com um movimento sindical bastante ativo.

A definição de Lipietz (1989) sobre fordismo periférico de acumulação intensiva, com o crescimento dos mercados de bens finais, pode ser ampliada não apenas para o trabalho qualificado que permanece, em grande medida, nos países centrais, mas para a pesquisa tecnológica que não se espraia globalmente, tal como os outros setores analisados. No caso da indústria automotiva, no Brasil, temos um mercado de consumo local voltado às classes médias e ao consumo de bens duráveis pelos trabalhadores que teve um forte crescimento na última década, favorecendo a expansão do setor automobilístico.

6. No Brasil, desde o início do século XX, empresas como Ford (em 1919) e General Motors (em 1925) implantaram montagens de veículos no país importando todas as peças, sendo que a segunda, na década de 1940, montava ônibus com chassis importado e carroceria feita no país. A International Harvest montou caminhões desde a década de 1930 até os anos 1950. A Fábrica Nacional de Motores (em 1942), empresa estatal, também passou a fabricar caminhões em 1949.

Se, por um lado, a produção de confecções e sua distribuição caracterizam uma diversidade de mercados com forte ênfase nos mercados populares, e uma massa de trabalhadores pouco qualificados, ou seja, uma via secundária da globalização, e o setor de tecnologia da informação já nasceu dentro de redes globais, embora o local o reconfigure, falar sobre a indústria automobilística e sua realocação nos remete às vias principais do grande capital financeiro e industrial e suas estratégias de venda e redução de custos. Mantém-se a convivência desigual e combinada de diversos regimes de acumulação.

A história da indústria automotiva no Brasil começa de forma mais efetiva nos anos 1950⁶, com a política desenvolvimentista que estabeleceu incentivo às montadoras para fabricarem no país, exigindo determinado grau de nacionalização de seus componentes. Isso resultou na vinda de algumas empresas como a Volkswagen e a Mercedes Benz (ônibus e caminhões) alemãs, a sueca Scania Vabis, a Simca francesa, a americana Willis Overland, que produziu carros também sob licença da Renault, e a Vemag que produzia veículos da Auto Union alemã. Por fim, a japonesa Toyota, em 1962, fabricando utilitários.

A vinda dessas empresas tornou a região do ABC paulista a mais industrializada do país, com a criação de um setor nacional de autopeças que se manteve assim até a abertura comercial dos anos 1990. Marcou também o início do rodoviarismo, com a abertura de estradas de rodagem por todo o país e a redução de investimentos em ferrovias, que foram sendo abandonadas e depois privatizadas apenas para o transporte de grandes cargas. Tornou-se também o berço de um novo operariado nacional marcado pelo fordismo presente nas relações de trabalho, que paulatinamente constituiu uma vanguarda operária que marcou os movimentos pela democratização no Brasil contra a ditadura militar no final da década de 1970, constituindo um novo sindicalismo, combativo e desvinculado do Estado, diverso assim de como era até então. Esse sindicalismo está na origem do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, entre 2003 e 2016, governou o país.

Depois da década de 1950, a primeira multinacional automobilística que se instalou no país foi a Fiat, que montou sua fábrica da região metropolitana de Belo Horizonte, em 1976, marcando o início de um processo de descentralização que irá deslanchar efetivamente duas décadas depois. Com salários mais baixos que suas congêneres em São Paulo, grandes incentivos fiscais do governo de Minas Gerais, a Fiat também se caracterizou por uma gestão mais autoritária, ao contrário das empresas instaladas em São Paulo, que cederam às pressões operárias por maior participação salários e condições de trabalho (Le Vem & Neves, 1985).

Com as mudanças neoliberais dos anos 1990, novas empresas se instalaram no país dentro já do contexto de globalização, com menores índices de nacionalização. Esse momento vai implicar novas fábricas no interior dos estados: em São Paulo, nas cidades de Sumaré e Itirapina (Honda), São Carlos (Volkswagen), Indaiatuba (Toyota), Piracicaba (Hyundai), Iracemápolis (Mercedes Benz) e Jacareí (Caoa Chery); em Goiás, em Catalão (Mitsubishi) e Anápolis (Hyundai); no Rio de Janeiro, Resende e Porto Real (Nissan, Volkswagen, Citroën-Peugeot) e Itatiaia (Land Rover); no Paraná, Curitiba (Renault, Audi, Volkswagen); no Rio Grande do Sul, Gravataí (GM); em Santa Catarina, Araquari (BMW) e Joinville (GM); em Minas Gerais, Juiz de Fora (Mercedes Bens); na Bahia, Camaçari (Ford); em Pernambuco, Goiana (Fiat); no Ceará, em Horizonte (Troller-Ford) (Bicev, 2019).

Enfim um conjunto amplo de fábricas, todas com grandes incentivos dentro de uma guerra fiscal entre estados e municípios, sem os resultados anteriores de impulso à industrialização regional. No geral, nenhuma dessas empresas desenvolve tecnologias no país e suas fábricas também não primam pelas inovações tecnológicas. Aos trabalhadores, entretanto, há a permanência de relações formais, fordistas, impor-

tantes num país com a desigualdade social brasileira, mas longe das perspectivas de décadas anteriores.

A Fiat Chrysler Automobiles (FCA) instalou-se em Goiana, cidade com 78.618 habitantes (em 2015), que fica a 57 quilômetros de Recife, e hoje integra sua região metropolitana. A fábrica foi inaugurada em 2015, enquanto polo automotivo. Além da fábrica propriamente dita, estão no polo mais 16 empresas produtoras de componentes e serviços que se instalaram conjuntamente. O polo foi construído no meio de um canavial e produz dois utilitários de luxo, tipo SUV, com parte da produção para exportação. A empresa recebeu, além do terreno (uma área de 11 milhões de m²) e da infraestrutura de implantação (como acesso à rodovia), numerosos incentivos fiscais e tributários. Segundo informações no site da fábrica, ela produz cerca de 250 mil veículos por ano, com capacidade de dobrar essa quantia e flexibilidade para a produção de outros modelos. Funciona 24 horas em três turnos e é considerada a mais moderna do Grupo FCA. Emprega em torno de 9.050 trabalhadores entre a fábrica, as “sistemistas” (prestadoras de serviço) e os empregos indiretos.

O impacto no emprego foi alto, sendo que, no acordo com o governo federal, a empresa se comprometeu a utilizar a força de trabalho local, o que aconteceu em grande medida, embora os trabalhadores qualificados venham das capitais próximas, como Recife e João Pessoa, de outras regiões do país e mesmo do exterior.

O trabalho é intenso, baseado em modernas teorias organizacionais que privilegiam a polivalência dos trabalhadores. O salário médio é um pouco maior do que o salário-mínimo nacional e bem abaixo da remuneração dos trabalhadores do setor em outras regiões no país. Na fábrica, o salário médio nominal era (em 2019) de R\$ 2.290,86, enquanto em Betim, sede da Fiat no Brasil, era de R\$ 4.577,40 (Ladosky, 2020). Em São Paulo, nesse mesmo período, o salário médio estava em torno de R\$ 8.571,96 e no Brasil, de R\$ 5.615,69 (Bicev, 2019). Fora da montadora, na cidade de Goiana, a média salarial era em torno de 1½ salário-mínimo.

Goiana é que se poderia definir como *greenfield*, área com baixa tradição industrial ou trabalho organizado. Soma-se a isso a política antissindical da empresa, que se reflete na baixa sindicalização dos trabalhadores locais. Em fevereiro de 2020, eram apenas quatro trabalhadores sindicalizados, e a aproximação com membros do sindicato traz problemas para os trabalhadores (Ladosky, 2020).

De qualquer forma, é um emprego “fordista” num quadro nacional (e internacional) de desregulamentação do trabalho, sendo que o uso do uniforme da empresa

é uma forma de distinção entre os trabalhadores locais (Ladosky, 2020). Fora do trabalho, no polo resta a informalidade, os canaviais ou a migração para centros urbanos maiores. A fábrica continua em expansão com indicações até de passar a fabricar outros carros da empresa e diminuir a produção no Sudeste, fechando postos de trabalho num lado e abrindo em outro.

Com a instabilidade política e econômica dos últimos três anos, algumas empresas do setor ameaçam, e outras já efetivaram, fechar unidades no país com a queda de seus lucros. Nenhuma especificidade brasileira. Pressionam por abertura maior de mercados para importar seus produtos, o que já acontece a partir de acordos internacionais. Algumas novas unidades recém-instaladas pouco impactam nos municípios caracteristicamente rurais em que se instalam. A contínua redução de contingente de trabalhadores diminuiu a perspectiva dos trabalhadores em relação a empregos de maior qualidade e melhores salários no setor. Progressivamente, enquadram-se dentro das normas do capitalismo flexível, nas quais a carreira, ou qualquer tipo de estabilidade, é cada vez mais ilusória. Embora os empregos sejam formais, a instabilidade é uma constante. Mas ainda permanecem atraentes frente a um cenário pouco propício para o trabalho. Nos novos territórios, nos quais Goiana se destaca, a expectativa é positiva, dado o cenário de precariedade preexistente, e a fábrica se constituiu numa possibilidade de um emprego melhor.

Algumas conclusões

O conceito de glocalização destaca a heterogeneidade dos espaços e uma recusa a contrapor o local ao global. A globalização pressupõe localidades, assim com a invenção de tradições (Robertson, 2000). Nos casos aqui estudado, o local encontra-se nas justificativas da implantação de fábricas numa região com “tradição têxtil”; no local caracterizado como potencialmente de conhecimento intensivo para distritos digitais; na conformação de *greenfields*, novos territórios para a indústria automotiva, como local sem trabalho organizados. O local resulta, dessa forma, de situações extralocais reais ou imaginárias, que incorpora o capital espacial e o modifica.

Num país de dimensões continentais, convivem no mesmo território formas diversas de empregos, formalidades, informalidades e precariedades. Novos territórios vão sendo ocupados ou reconfigurados em função de interesses de atores sociais que, juntamente com o Estado, atribuem novos significados a lugares, antes à margem do chamado desenvolvimento capitalista, inserindo-os de forma periférica.

As relações sociais existentes se modificam com a entrada de novos atores sociais e o Estado, que reterritorializam o lugar, inserindo-os na globalização, embora

com ritmos distintos dentro de um mesmo espaço regional, aqui circunscrito ao Nordeste.

Nos territórios estudados neste artigo, convivem formas variadas de incorporação do local em setores produtivos diferenciados, nos quais a formalização do trabalho se dá em processos de terceirização financiados pelo Estado, grandes projetos industriais decorrentes de políticas de desenvolvimento e *cluster* produtivos que se constituem voluntariamente, com o Estado entrando em seguida para aproveitar seu potencial. Longe de reduzir a presença do Estado, a globalização dá continuidade ao seu papel estruturante do processo de acumulação.

O local se insere em cadeias nacionais e globais de produção, na qual o setor de confecções é representativo, mas não o único. Esse local permite a manutenção de uma produção no país que concorre com a produção importada de confecções, embora permeado de globalizações. Na produção do tecido já fica evidente a presença do artigo chinês, o local se restringindo cada vez mais a processos manuais de estamparia, importantes numa produção que muda constantemente e valoriza os detalhes determinados pela variação da moda.

Vimos situações nas quais a formalidade dominante é relativa, principalmente num quadro crescente de flexibilização do trabalho e reformas trabalhistas. São formais, mas não necessariamente estáveis, variando conforme o setor e a dinâmica econômica. Outras formas reproduzem a histórica informalidade, percebida como precária, mas que, aos poucos, se traveste do flexível “empreendedorismo” em *clusters* voltados a produtos baratos de consumo de uma população de baixa renda. São consideradas de grande potencial de competitividade em função da capacidade empreendedora de seus produtores.

O caso das atividades em tecnologia de informação, por serem mais recentes, passa pela construção do lugar, estabelecendo suas métricas. Em todo o país, multiplicam-se distritos digitais, dado o espraiamento da tecnologia em todos os setores econômicos e o aquecimento do mercado de trabalho que exige mão de obra qualificada. João Pessoa se insere nessa construção, aproveitando a infraestrutura local de formação de força de trabalho qualificada. O setor trabalha para empresas locais, nacionais e internacionais, mas ainda são consideradas empresas regionais. Uma das empresas estudadas trabalha com informatização bancária para um grande grupo financeiro nacional, outra com informatização de segurança empresarial, atendendo a clientes africanos, as demais customizam seus serviços para clientes locais e regionais.

O deslocamento das empresas automotivas apresenta maior impacto por suas dimensões, ainda mais quando trazem junto o parque industrial de fornecedores. Esses deslocamentos são acompanhados de relações formais e de diretos sociais diferenciados e se conformam ao município em que se instalam. Ainda trazem a esperança de um emprego diferenciado, em termos salariais, e mesmo de direitos. Porém, nem sempre é assim no conjunto do país, e nem sempre atendem às expectativas locais.

As empresas se transferem enquanto duram os incentivos fiscais, o caráter de *greenfield* que lhes garante menos problemas com trabalhadores organizados e, ainda, enquanto a estabilidade econômica garantir suas vendas. A maioria dos carros produzidos no país pouco tem de populares e pouca relação apresenta com os mercados das regiões em que se estabelecem. Nas regiões mais distantes do centro – estado de São Paulo – isto é mais evidente. A Fiat-Chrysler, instalada em Pernambuco, produz automóveis de luxo que pouco têm a ver com uma população local que antes trabalhava no corte de cana ou na coleta de mariscos. Os trabalhadores qualificados vieram de outras cidades ou de outros estados, e o impacto não foi menor porque junto se instalaram também as fornecedoras de insumos como vidros e autopeças. Além disso, a empresa firmou com o Estado o compromisso de utilizar força de trabalho local.

Embora em situações distintas, a comparação entre setores e diferentes cidades da mesma macrorregião, no Nordeste se evidencia a convivência de formas distintas de produção, mercados e consumos, que se vinculam de forma igualmente distintas com o global. Vias principais e secundárias da globalização que se cruzam, se aproximam e se afastam, representadas pela grande indústria, pela pequena produção familiar, pela pequena produção de tecnologia intensiva, por redes de terceirização. Elas atendem mercados hierarquizados do local ao global, desde as classes média e alta, que consomem carros de luxo, a serviços informáticos empresariais e ao consumo popular. Respondem a demandas globais que se manifestam em marcas e produtos.

Trabalhadores qualificados ou não constituem o substrato do baixo custo presente em territórios periféricos de um país periférico em termos de capitalismo global. Várias periferias se sobrepõem, com significados distintos. Pode ser o trabalhador de software que trabalha formalmente numa empresa; trabalhadores fordistas em uma multinacional automobilística; trabalhadores(as) em facções de confecções para redes de lojas que atuam nacionalmente; e a produção de produtos populares por trabalhadores que trabalham informalmente ou possuem pequenas unidades têxteis no sertão nordestino.

Para todos estes, numa região de poucas oportunidades econômicas, estas situações significam um cenário de emprego satisfatório e desejado conforme o local. Opção de melhoria de vida, de ocupação regular ou de pequeno negócio que garante a sobrevivência. Por mais distantes que se situem das capitais regionais, esses lugares oferecem atrativos para um capitalismo móvel e flexível, e para o qual o Estado garante a infraestrutura necessária para sua atuação em diversos níveis: regional, nacional e global. Glocalizados, estão presentes nos mesmos espaços, onde o moderno e o tradicional, o formal e o informal, e distintos graus de precariedade confluem na configuração territorial do capitalismo em sua versão brasileira.

Referências

ALVES, Edvaldo Carvalho; LIMA, Jacob Carlos. A dimensão espacial do trabalho digital: a produção de software na Paraíba. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). *O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos*. São Paulo: Annablume, 2020, no prelo.

ARAÚJO, Iara Maria; OLIVEIRA, Daniela. A cidade dos teares: informalidade e subcontratação no Seridó potiguar. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). *O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos*. São Paulo: Annablume, 2020, no prelo.

ARBIX, Glauco. Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil. In: GUIMARÃES, Nadya A.; MARTIN, Scott. *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BICEV, Jonas Tomazi. *Políticas tripartites e ação sindical: a experiência de negociação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABS no setor automotivo* (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FLECKER, Jörg; SCHÖNAUER, Annika. The production of “Placelessness”: digital service work in global value chains. In: FLECKER, J. (Ed.). *Space, place and global digital work*, p. 11-30. London: Palgrave Macmillan, 2016.

FREIRE, Carlos. Terceirizações e trabalho informal: o caso da indústria de confecções. In: DAU, Denise; RODRIGUES, Iram J.; CONCEIÇÃO, JEFFERSON, José J. (Orgs.). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2009.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

KNOWLES, Caroline. *Flip-Flop. A journey through globalization's backroads*. London: Pluto Press, 2014.

KONTIC, Branislav. *Inovação e redes sociais: A indústria da moda em São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LADOSKY, Mario H. A reespecialização da indústria automotiva: o caso da FCA em Goiana (PE). LIMA, Jacob Carlos (Org.). *O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos*. São Paulo: Annablume, 2020, no prelo.

LE VEN, Michel; NEVES, Magda de Almeida. A crise na indústria automobilística: automação e classe trabalhadora na Fiat. *Ciências Sociais Hoje*, p. 113-154, São Paulo: Anpocs-Cortez Editora, 1985.

LIMA, Jacob Carlos. Mobilidade do capital e do trabalho: redes, espacialidades e precariedades na indústria do vestuário. In: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados*, p. 156-170. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

_____. *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

_____. Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, v. 15, p. 121-139, 1999.

LIMA, Jacob Carlos; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria. Empreendedorismo, informalidade e terceirização na produção de confecções: experiências no Nordeste brasileiro. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.) *O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos*. São Paulo: Annablume, 2020, no prelo.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Daniela. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 1, p. 115-143, 2017.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, v. 10, n. 2, p. 302-335, Porto Alegre, 1989.

MAYER-AHUJAA, Nicole; WOLF, Harald. Working in the german internet industry. *Critical Sociology*, v. 33, p. 73-99, 2007.

MOULIER-BOUTANG, Yann. *Cognitive capitalism*. Cambridge (UK): Polity Press, 2011.

NEGRI, Antonio; VERCELLONE, Carlo. Le rapport capital / travail dans le capitalisme cognitif. *Multitudes*, n. 32, n. 1, p. 39-50, 2008.

PORTES, Alejandro. *Globalization from below: the rise of transnational communities*. WPTC-98-01, Princeton University, Sept. 1997.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *RBCS*, v. 25 n. 74, p. 21-38, Out. 2010.

ROBERTSON, Roland. Glocalización: tiempo-espacio y homogeneidade heterogeneidad. *Zona Abierta*, n. 92-93, p. 213-242, Madrid, 2000.

_____. *Globalização: teoria social e cultura global*. Petropolis (RJ): Vozes, 1999.

ROUDOMETOF, Victor. Recovering the local: from glocalization to localization. *Current Sociology Review*, v. 67, n.6, p. 801-817, Oct. 2019.

_____. *Glocalization: a critical introduction*. New York: Routledge, 2016.

SADIN, Éric. *La silicolonisation du monde. L'irrésistible expansion du libéralisme numérique*. Paris: Éditions L'Échappée, 2016.

SANTOS, Milton. Guerra dos lugares. *Folha de São Paulo*, "Caderno Mais", 8 Ago. 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SASSEN, Saskia. *Ciudades globales: la recuperación del lugar y las practicas sociales*. In *una sociología de la globalización*, p. 125-164. Buenos Aires: Katz, 2007.

TARRIUS, Alain. *La mondialization par le bas. Les nouveaux nômades de l'économie souterraine*. Paris : Balland, 2002.

URRY, John. Mobile sociology. *British Journal do Sociology*, v. 51, n. 51, issue n. 1, p. 185-203, Jan./Mar. 2000.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*, p. 233-278. João Pessoa: Editora Universitária, 2013.

WILL-ZOCHOLL, Mascha. New topologies of work: informatisation, virtualisation and globalisation in automotive engineering. In: FLECKER, Jörg (Ed.). *Space, place and global digital work*, p.31-52. London: Palgrave Macmillan, 2016.



New Normalcy? Consumption and identity between reproduction of social inequalities and social transformation in Brazil*

Recebido: 01.09.20
Aprovado: 11.10.20

Thomas Kühn**
Daniela Gomes Alcoforado***
& Miriam Leite Farias****

* Este estudo foi parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Abstract: The Covid-19 pandemic has been transforming economic, political and social realities into a so-called “new normalcy”. Learning to cope with this contingency requires (re)construction of people’s identity. In this study, we critically analyze the narratives of change and the consumption practices of Brazilians interviewed during the period of social distancing. We follow a critical social-psychological approach based on the works of Fromm, Rosa and Kühn. Our results show that the pandemic encourages people to reflect responsibly on their consumption, but also highlight how consumption contributes to the reproduction of social inequality, leading to polarizations within society.

Keywords: Pandemic. Social Inequality. Consumption. Identity. Fromm.

** Thomas Kühn é professor de psicologia organizacional na International Psychoanalytic University (IPU) de Berlim, Alemanha; diretor do Erich Fromm Study Center, na mesma universidade. Orcid: 0000-0002-8264-9764. <thomas.kuehn@ipu-berlin.de>.

***Daniela Gomes Alcoforado é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil. Pesquisadora convidada na International Psychoanalytic University (IPU), Berlim.

Nova normalidade?

Consumo e identidade entre reprodução de desigualdades sociais e transformação social no Brasil

Resumo: A pandemia do Covid-19 vem transformando realidades econômicas, políticas e sociais, numa chamada “nova normalidade”. Aprender a lidar com essa contingência requer (re)construção de identidade das pessoas. Neste estudo, analisamos criticamente as narrativas de mudança e as práticas de consumo de brasileiros entrevistados no período de distanciamento social. Para isso, utilizamos lentes teóricas de Fromm, Rosa e Kühn. Nossos resultados evidenciam que a pandemia estimula as pessoas a refletirem com responsabilidade sobre seu consumo, mas também destacam como o consumo contribui para a reprodução da desigualdade social, levando a polarizações dentro da sociedade.

Palavras-chave: Pandemia. Desigualdade Social. Consumo. Identidade. Fromm.

Orcid: 0000-0002-1899-693X.
<daniela.alcoforado@ufpe.br>

**** Miriam Leite Farias é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco(UFPE), Recife, PE, Brasil, com período de intercâmbio na Skema Business School, Lille, France.
Orcid: : 0000-0002-3207-9900.
<miriamlfarias@gmail.com>

Introduction: social change, social inequalities and a “new normalcy”

The pandemic revealed structural vulnerabilities in contemporary societies (Crockett & Grier 2020; Bublitz *et alii*, 2020, Saad-Filho, 2020). Much like in 2008, many fallacies of neoliberal ideology were exposed by a crisis (Soltz, 2020; Briggs *et alii*, 2020). Worldwide, the effects of the pandemic are triggering an incomparable impact on the lives of more marginalized individuals particularly as it threatens the health and income of the poorest residents of peripheral areas and those who already had fragile ties in the marketplace.

Discussions of social change in contemporary societies must acknowledge technological progress and its consequences for human relations. Though different interpretations are possible, it is an accepted assumption that the digital transformation of our social world is challenging established forms of human interaction, not only between two interacting individuals, but also related to groups, organizations, and institutions. Yet, the manner in which changes in societies are named and summarized is always part of a narrative that highlights certain developments more strongly than others. Change narratives tell a story of a society by connecting the contemporary situation with iconic moments of the past and an outlook into the future. This cannot be seen separated from the political points of view which serve as a frame for those narratives.

In this sense, the current situation highlights the remarkable relevance of social science research. The changes that are taking place so rapidly and so profoundly can be depicted in real time, so that an academic space for resonance and reflection should be created which makes it possible to reconstruct the individual and collective struggle for understanding and power to act under conditions of epistemic uncertainty and thus makes an important contribution to the analysis of the developing “new normalcy”. This expression is increasingly used in various contexts, from politics to management consulting, without being clearly scientifically anchored so far. It refers to accelerated transformation processes in the wake of a crisis, which are associated with the fact that everyday life will be fundamentally changed in the long term. Its semantic tail includes an increased relevance of digital technologies in the context of everyday life, for example in teleworking or on-line shopping, but also a changed basic understanding of human relationships after the experience of the normative imperatives of social distancing. However, the concept of normalcy must be questioned in principle from a critical social science perspective, as structural differences and inequalities between different social classes are

easily overlooked. Fromm (1955), for example, already pointed to the “pathology of normalcy” in the 20th century which he associated with alienated living conditions. It is therefore all the more remarkable that the term “New Normal”, in light of the Covid-19 crisis, has become such an important frame of reference in various areas of public debate. Thus Zimmer (2020) points to a “patina of nostalgia” that is associated with the term: “when everyone’s life has been so severely disrupted, the old-fashioned awkwardness of normalcy carries with it a retro appeal that is downright soothing”. At the same time, Asonye (2020) contends that the danger of a worsening global polarization of rich and poor should by no means be forgotten in debates about the “New Normal”.

This makes it all the more important to contribute to a sharpening of the debate on social transformation processes in the wake of the Covid-19 crisis through academic research and to examine to what extent these processes can be understood as a construction of new normalcy, which, like any other construction of normalcy, must also be critically questioned.

Having to come to terms with a “new normalcy” requires identity work from people. Images of sociality are changing during the pandemic, particularly regarding the significance of community and individuality and their relationship to each other. Especially in times of “social distancing”, people might experience how much they are social beings and that social relations are a cornerstone of societies. How one relates to oneself and one’s social environment, which social groups one feels one belongs to, which ideas of future togetherness are expressed and consolidated in concrete practices of action will have decisive normative significance for the constitution, functioning, and development of post-pandemic societies. How individuals deal with uncertainty, ambiguity and ambivalence on different levels is key for identity constructions, as one must deal with one’s own anxiety, fears, feelings of loneliness and mortality.

Therefore, a special focus in this study is on consumption from an identity perspective: different framings and usages of consumption for constructing identity, exploring the ambivalence of consumption between social integration and polarization in the context of the “new normalcy”. We focus on consumption as consumer goods do not only have a functional benefit, but they serve as a “representation of desires, ideas, values and ego-ideals” (Voswinkel, 2013: 143). Different styles of consumption are used to convey membership in groups and thus social identity. As the French sociologist Pierre Bourdieu has pointed out, this also involves hidden mechanisms of exclusion (e.g. Bourdieu, 1982). In times of social distancing, consumption plays an important role in order to connect to the social world that has to be taken into

account and investigated, especially regarding its meaning for dealing with structural uncertainty and the reproduction of social inequalities in contemporary societies.

In this sense, in this article we consider the complex context of an unequal society like Brazil. The cumulative effects of the disease have brutally established new economic and political realities in the country, placing the population in a period of social change and exacerbating existing polarizations. The gap between social classes is growing because of existential burdens on precarious classes. In megacities like São Paulo, the disease already kills more people in the periphery than in the center (Dw, 2020). In the last months, 51% of the Brazilians of lower classes earning up to R\$ 500 per month have lost half or more than half of their incomes. Approximately 13 million people declared that they had no income during the pandemic. Hence, the crisis accentuates class and regional inequalities (*Folha de São Paulo*, 2020).

In view of this change and its drastic consequences, the question of how people in Brazil deal with this crisis and what role consumption plays in it is particularly urgent. Despite all the regional particularities that need to be taken into account, Brazil is an example of an unequal country with a capitalist structure in which the role of consumption between the reproduction of social inequality and possible transformation processes in society shall be examined. Therefore, we critically approach the identity construction of the consumers, focusing on subjective interpretations and framings of the crisis (change narratives), asking ourselves which narratives can be distinguished and interpreted from the interviews that can be interpreted from a critical perspective within contemporary capitalistic ideology, exemplified in the Brazilian reality during the Covid-19 pandemic.

A critical perspective on consumption

Taking into consideration that the normative of social distancing means avoiding personal contacts, the “language of consumption” becomes more important as a means to feel related to the social world. Thus, consumption in contemporary societies is a central mode to relate to the socially constructed environment and relate to others. To this end, it is necessary to focus on the role of consumption on the collective negotiation processes of affiliations and collective identities, which are reflected in individual biographical narratives as a struggle bringing together personal experiences, sociocultural frames of orientation and the new framework for interpretation and action.

According to sociologist Norbert F. Schneider, consumption is a dynamic, multi-phase process that begins with the genesis of needs, includes activities of infor-

mation acquisition and decision-making, extends over the use of goods and ends with their disposal (Schneider, 2000: 11). Stephan Voswinkel points out that no one cannot consume as long as he or she wants to belong to society as a living being (Voswinkel, 2013: 122). In contemporary societies, services and goods have to be purchased on the market so that people act as consumers. The art historian Ulrich Blanché (2012: 10) also understands consumption in this sense as an existential and life-sustaining phenomenon that extends throughout all times. For Blanché (2012: 20), consumption is the principal and sometimes the only social action and interaction within the capitalist system and relates to capitalism in the same way as praying to religion. Accordingly, he sees consumption as an act through which the current economic and social order manifests itself (Blanché, 2012: 20). Blanché's view of consumption makes it clear that the examination of consumption is of central importance in order to deal with the conditions of our life in contemporary societies.

Our analyses follow the basic assumptions of Consumer Culture Theory (CCT) and Critical Social Psychology. CCT is a research tradition that seeks to understand the sociocultural aspects of consumption, exploring the construction, modification and maintenance of meanings of consumption (Arnould & Thompson, 2007). Consumer Culture plays an important role for understanding the construction of personal identity and associations with others in the social space (Bourdieu, 1982; Lury, 1996; Ritzer *et alii*, 2001). According to McDonald *et alii* (2017), consumer culture can work as a tool for social categorization in the way that considers how people understand the dynamics of societies and related imaginaries of markets. According to Arnould and Thompson (2015), previous research in Consumer Culture Theory has already investigated how consumers mobilize themselves as collective groups to achieve a higher degree of social legitimacy and an access to new identity resources, as well as social inclusion. For the authors, the work of identity in CCT has recently taken a political ideological concern by understanding the reconfiguration of power relation networks, such as "hierarchical authorities, status systems, loci of exchange, normalized beliefs, dominant categories, disciplinary practices, and social conventions" (Arnould & Thompson, 2015: 9).

Consistent with this notion, the core dimension of critical social psychology is to contribute to the reconstruction of the symbolically founded establishment of power and inequality relationships (Kühn, 2014; 2015a, Kühn & Langer, 2020). A prerequisite for this is to look at the cultural framework of everyday life from a social psychological perspective. Dealing with culture means addressing the question of how specific symbols in a society or group are interlinked with one another in order to provide orientation for individual action and biographical trajectories. Critical Social Psychology investigates how people construct membership in different so-

cial groups and what meaning these constructions of group membership take on for everyday life. Thus, it makes an important contribution to the understanding of contemporary capitalist societies and for a critical engagement within societies.

Critical Social Psychology ties in with the works of Erich Fromm, for whom the critical examination of consumption and culture was of central importance. Fromm's theoretical considerations regarding the significance of consumption for our self-image and our actions towards others are indeed very current and might be even more valuable for debates on the changing relation between human beings and technology today than they were at the time of their publication. Today, they can be related to a development that had in fact commenced during Fromm's lifetime, but has grown in visibility and presence since (Funk & McLaughlin, 2015; Funk & Kühn, 2019; Kühn, 2019).

Fromm brought the criticism of consumption to the point in a particularly sharp way. The author associates the predominant way of consumption in modern Western societies with passivity and a basic attitude oriented toward having, which he contrasts with being active in an ideal-typical way. In this context he speaks of "*homo consumens*" (Fromm, 1968-2010) for whom consumption serves as an alienated form of dealing with one's own existence and society, in which the feeling of self goes hand in hand with the incorporation of things and is dependent on them. In an alienated way, consumption enables people to develop a feeling of freedom that contrasts with the experience of powerlessness and lack of influence in the public sphere. As buyer and consumer, people feel powerful because they can choose between different brands and offers, unaware that "to be the king in the supermarket" is just an expression of "fake freedom" (Fromm, 1968-2010: 123):

But the real feeling of freedom today lies in another sphere, that of consumption. In this sphere everybody except those who live a substandard existence experience the freedom of the consumer.

Here is an individual who is powerless to have any influence – beyond a marginal one – on the affairs of the state or the enterprise in which he is employed. He has a boss, and his boss has a boss, and the boss of his boss has a boss, and there are very few individuals left who do not have a boss and do not obey the program of the managerial machine – of which they are a part. But what power does he have as a consumer? There are dozens of brands of cigarettes, toothpastes, soaps, deodorants, radios, television sets; movie and television programs, and so on and so forth. And they all woo his favor. They are all there 'for his pleasure.' He is free to favor the one against the other and he forgets that essentially there are no differences. This freedom to give his favors to his

favorite commodity creates a sense of potency. The man who is impotent humanely becomes potent – as a buyer and consumer (Fromm, 1968-2010: 122).

On the basis of a psychoanalytical understanding, Fromm frames compulsive consumption in this sense as compensation for anxiety, which arises from the feeling of inner emptiness, hopelessness, confusion and tension: “By ‘taking in’ articles of consumption, the individual reassures himself that ‘he is’, as it were.” (Fromm, 1968-2010: 123). According to Fromm, consumption prevents people from becoming aware of their fears and their anxieties, because through the possibility of consumption they develop a feeling that they exist. At the same time, however, it also forces them to keep on consuming, because what they consume creates only short-term satisfaction.

Markets therefore form an “anonymous authority” (Fromm, 1955: 13), which contrasts with a directly exercised power and control. To the outside world, an anonymous authority has “the appearance of tolerance and compliance”, and yet one cannot ignore the claims associated with the authority. According to Fromm, this could have drastic consequences: The fact that people orient themselves in their actions on the one hand to the market and the connected norms of behavior and on the other hand experience their own decisions as free, leads to an alienated self-understanding and to self-exploitation: People identify with purposes that lie outside themselves and instrumentalize themselves as if they were part of a machine.

He framed the emergence of markets and organizations as a contribution to positive freedom, to the development of an active, critical, and responsible self (Fromm, 1941). In this sense Fromm encourages to investigate how consumption can be part of a transformation to a more humane society and how this could be institutionalized within societies. Fromm stresses that this change can only be understood as a bottom-up process – which is why it is important to deal with changing perspectives and meanings of consumption in a changing society:

Such a change would obviously come not as a result of bureaucratic orders but out of studies, information, discussion, and decision-making on the part of the population, educated to become aware of the problem of the difference between life-furthering and life-hindering kinds of needs. (Fromm, 1968-2010: 124).

In this context, he points out the need of human beings to be productive within groups and organizations and to overcome their hidden anxieties. For Fromm, the opposite of consumerism consists in being active and interested in one’s own

and society's affairs. He contrasts the basic attitude of *homo consumens*, which is oriented toward having, with the orientation toward being: While having is oriented towards things, being refers to experiences (Fromm, 1976). Its most essential characteristic is activity, not in the sense of busyness, but in the sense of an inner activity, the productive use of human powers. Activity, according to Fromm, means to give expression to one's dispositions, one's talents, the richness of human gifts with which everyone is endowed, albeit to different degrees.

Fromm considers human knowledge to be always context-bound and historically conditioned since it is based on previous experiences and is therefore always incomplete. Although human ambiguity can never be completely eliminated, society can become more humane in the context of dialectical processes and "liberate itself from the influence of irrational and unnecessary social pathology" (Fromm, 1969-2013: 10). Consequently, he considers the fate of modernity not sealed (Rosa, 2016: 570), but as shapeable by humanistic planning. People have to be seen as social beings. To be in relation with others is an existential necessity because the individual human being needs others in order to survive. Being related to others provides creative spaces and the possibility to experience resonance in contact with others. According to Fromm, people "must be affectively related to others in order to overcome the anxiety produced by his total isolation" (Fromm, 1969-2013: 6).

The sociologist Hartmut Rosa, whose work explicitly takes up Erich Fromm's basic assumptions and his analyses of alienation (Rosa, 2019), also argues in this double sense. He underlines that consumption is to be regarded as alienated in particular if the consumer cannot establish a further relationship with the object after the purchase, but is increasingly dependent in his experience on the deceptive expectation of achieving increased satisfaction through the increased ability to purchase. In this context, he speaks of a mute world relationship: "We may then have the goods and the possibilities they open up, but they do not answer us" (Rosa, 2016: 430, translation by the authors).

As an antipole, Rosa elaborates the theoretical concept of resonance, which he defines as a form of world relationship formed by affection and emotion, intrinsic interest and self-efficacy expectation, in which the subject and the world touch and transform each other at the same time (Rosa, 2016: 298). With reference to the sphere of consumption, Rosa emphasizes that it is only in the use of goods, in working on and with them, that self-efficacy and consequently resonance can be experienced, i.e. by establishing a relationship with them. Consumption becomes alienated when the act of purchase is confused with the relationship of appropriation or even has to compensate for the lack of resonance. In capitalism he sees

exactly this danger; that people's desire is increasingly directed toward the acquisition of ever new goods, but not toward the development of a relationship to them.

The identity construction framework

In an examination of the works of Charles Taylor, Rosa established that identity is based on a culturally mediated and internalized value system, a kind of "moral map" that forms an implicit value horizon. Against the background of this horizon of values we interpret what is important and unimportant, right and wrong, desirable and uninteresting. Identity is therefore not limited to the level of linguistically articulated self-understanding. Instead these unconscious practices can be understood as a form of "embodied self-interpretation" which is crucial for understanding identity constructions. For this reason, the social psychological reconstruction of identity work should not be limited to the analysis of verbally articulated self-images and assessments of one's own person but should be devoted to the everyday life and life history of people.

Identity cannot be freely chosen or arbitrarily changed by consumer decisions. According to the social psychological perspective, the construction of identity has to be understood as an ongoing development process linked to one's own biography, which takes place as identity work in confrontation with the social world (e.g. Rosa, 1998; Keupp *et alii*, 2002; Kühn, 2014, 2015a; Ehnis *et alii*, 2015). In line with this understanding, identity is always embedded in a life-historical framework – as a specific subjective positioning that connects the experience of the present with interpretations of the biographical past and imagined future. Identity work addresses the question of who one is, how one believes to have become the person one is and where one wants to go. For this reason, the socio-psychological reconstruction of identity work should not be limited to the analysis of verbally articulated self-images and self-assessments of one's own person but should be devoted to everyday life.

As a synthesis of the approaches of Rosa (1998) and Keupp *et alii* (2002), Thomas Kühn (2015b) proposed to differentiate identity work on three levels, summarized in the ABC model of identity:

- i.* Striving for authenticity and coherence: appreciating oneself, experiencing oneself as coherent and genuine, coming to terms with oneself.
- ii.* Striving for belonging and recognition: to experience oneself as integrated in society and as a valued part of a community.

iii. Striving for control and responsibility: being able to experience, shape and act effectively.

For our research, this ABC model of identity (Authenticity, Belonging, Control) forms a basis for investigating the symbolic significance of consumption for identity constructions during the New Normalcy within the first months of the Covid pandemic in 2020. The identity perspective will be used as theoretical ground to analyze and explore the symbolic meanings that individuals give to consumption and to understand how these meanings have changed during the course of the pandemic.

Case study in Brazil: research design

Following a reflexive understanding of social science (e.g. Kühner *et alii*, 2016), we initiated our research with qualitative in-depth interviews in early 2020 to investigate how participants of distinct cultural, social and political backgrounds were dealing with the Covid-19 pandemic phenomenon. First of all, the semi-structured, “problem-centered” interviews (Witzel & Reiter, 2012) referred to a tracking of changes in social perception and related feelings, the sense of belonging, social relations, political attitudes, consumption changes, and measures taken to tackle the pandemic. This involved both the experience of personal everyday life and reflection on one’s own integration into the social world as a citizen of the state and the world as well as the responsibility associated with this. During the interviews, we covered topics from identity and forms of socialization to changes in consumption practices and opinions on political and global aspects.

To date we have over 50 interviews with Brazilians who experienced social distancing in the beginning of the pandemic. The interviews had an average duration of 1 hour and 20 minutes and were conducted between April 13th and May 12th, 2020. Respecting the local recommendations regarding the health of the interviewees, all interviews were conducted virtually and were recorded and transcribed with the permission of the interviewees. All respondents agreed to participate in the interview voluntarily and received a privacy assurance in which the researchers guarantee anonymity and protection of the collected data.

The sample consisted of Brazilians who were over the age of 18 and experienced social distancing at the time of the interview. The participants were invited for a voluntary interview through social media and, after the initial interviews, snowball sampling was used (Patton, 2002). According to the principles of theoretical sam-

pling, we included people from different social classes, genders, ages and lifestyles in order to allow comparisons of cases with maximum and minimum contrast.

The age of the respondents ranged between 20 to 66 years old. Considering a panorama of the Brazilian society, students are included to an above-average extent. Regarding monthly income, the research corpus is diverse. While some respondents had no income at the moment of the interview, others receive more than five minimum wages. Thus, we are able to show a picture of social groups and income distribution inequalities in the country.

For this article, the interviews were compared in terms of references to the importance of consumption for the construction of identity as a thematic analysis (Braun & Clarke, 2006), following a reflexive basic understanding (Kuhner *et alii*, 2016; Braun & Clarke, 2019).

Finally, for the purpose of this study, we selected 15 of these interviews to illustrate our main findings. The profiles of the participants containing information about age, sex, civil state, monthly income during the pandemic, and profession are displayed in Table 1. Fictitious names were created to protect the anonymity of the respondents.

TABLE 1
PROFILE OF THE PARTICIPANTS

Fictitious name	Age	Gender	Civil state	Monthly income at the moment of the interview (R\$)	Profession
João	26	Male	Single	5.000	Health Insurance Saler
Laura	52	Female	Married	750	Housekeeper
Denise	26	Female	Single	7.000	Bank Manager
Vitória	60	Female	Single	3.100	Retired
Suzanna	26	Female	Single	No income	Make up Artist
Natalia	66	Female	Married	13.000	Physician
Amanda	49	Female	Married	6.000	Trade Representative
Paulo	33	Male	Divorced	3.400	Public employee and president of a transport cooperative
Sarah	28	Female	Single	2.200	Student
Elaine	26	Female	Married	4.000	Student
Sofia	22	Female	Single	1.000	Student and intern
Carla	26	Female	Single	2.000	Student and financial analyst
Luísa	20	Female	Single	1.000	Student and intern
Matheus	23	Male	Single	No income	Student
Roberto	57	Male	Married	11.000	Public employee

Source: Authors (2020).

Empirical findings

Authenticity and identity: Consumption and the strive for authenticity between engagement and alienation

If we look at consumption during the pandemic in terms of the extent to which it contributes to a sense of authenticity and coherence, a tension between engagement and alienation can be observed. On the one hand, efforts can be identified to reflect more strongly on one's own consumption in the face of change and to contribute to a more sustainable life. In this sense, the feeling of being able to get involved and be an active part of a social change toward a more reflective and healthier lifestyle strengthens the experience of one's own coherence and authenticity. On the other hand, dependence on the consumer sphere becomes a normative reference necessary for maintaining a feeling of self. This corresponds to Fromm's perspective of alienation.

Engaged consumption:

Being part of a change towards a more reflexive lifestyle

Some respondents showed higher awareness of their consumption since they perceived their impact on their environment around them. Student and financial analyst Carla, 26, stated that "today I try to know a lot more about who I'm buying from, who the producer is, trying to buy as close as possible". She stated that she believes that after the Covid-19 pandemic, meat consumption will be more questioned by the population, both in terms of quantity as well as quality and provenance of the product. Similarly, Luísa, 20, stated:

I started to buy more from small businesses, before I was more of a mall and department store person, and today I understand that there are people on my side who are there fighting and need the money. I think that the awareness that it is really necessary to buy from small businesses has changed for me (Luísa, 20).

Thus, we could see that in a moment of social isolation the shift to a more responsible consumption, allowed some participants to feel active and authentic during the pandemic, responding to the current situation, such as the scarcity of resources. Responsible consumption was a way to take a stand and make a difference.

Furthermore, we conclude that in the world of the interviewees the consumption sphere might appear as a field that strengthens feelings of the self. To experience

that one is able to select from different offers and make a responsible decision, provides, particularly in times of extensive uncertainty, a feeling of security and self-balance.

Alienation:

Consumption sphere and being busy as normative reference
for the self and normative narratives how to behave as Brazilian

According to Fromm and Rosa, the necessity to define oneself by the possibility of buying goods can be linked to alienation as well as the subjective equation of activity and participation in product-related busyness. In this sense, consumption has to be understood as strongly related to the sphere of work: Despite experiencing a global health crisis with different challenges, one of the greatest difficulties for respondents was the inability to work and to feel productive without being busy due to external demands. This is emphasized by respondents like Natalia (66): “corona left me paralyzed [...] I left one (job) and went to another. It is preventing me from working. I had to be calm, because there is no point in getting out of control”. Elaine, a 26-year-old master’s student, mentioned the need to feel productive and linked it to the absence of institutionalized demands, something that was reported by several other interviewees:

I’m a lot less productive than I would like to be. I have master’s activities to do, but it’s hard, because you stay in, in almost limbo, you stay... watching social network, watching series, but you’re worried about same time and you have to be productive, but you don’t have the head to be productive, because you’re worried and, anyway, I wake up, like, I can’t sleep early because I’m anxious, then I wake up late, then... my meals are not right on time, I try to eat them all, but they’re not exactly like normal, ordinary hours. And ... and that’s it, like you’re in limbo, waiting for it to pass (Elaine, 26).

A recurring view that most respondents had in our interviews is that Brazilians, like companies, need to adapt to the new normalcy and reinvent themselves to remain active and even survive the new pandemic context. According to Natalia (66), stores need to be entrepreneurial and need to “reinvent themselves, recreate”. Similar to the expected behavior of stores, the individual also needs to be reinventing himself. João (26), a health insurance salesman said that during the pandemic his business grew 200% and, according to him, this was due to his adaptation to the digital environment. He said that a person staying at home needs to be reinventing his work and his business:

You have to reinvent your work methodology, not only in the private sector, everyone is reinventing themselves. Every change that generates results comes to add up, what is happening is a way to discover that we can do business using other platforms. The situation is that those who have become digital, who are adhering to this type of context, are the ones who are really out ahead (João, 26).

Amanda, a self-employed trade representative, also thinks similarly. She stated that the extra time people have at home can be used to improve skills and knowledge related to work, so that people are prepared in the event of a new pandemic or world crisis:

Especially because if a similar situation happens like the one we are experiencing today, we have to look for alternatives, so I was already thinking about it, doing other things and looking for knowledge, looking for other ways, ways of doing my job (Amanda, 49).

By distancing themselves from the public sphere, which is experienced as corrupt and inefficient, and by emphasizing that they have to adapt and assert themselves as individuals, people take responsibility for their own fate without recognizing the social side of it. Especially if they see themselves as entrepreneurs of their own selves, there is a danger that they will become the cogwheels of a machine in Fromm's sense, without understanding this alienation. This is perceived, for example, in the discourse of João (26), when he disconnects the effects of a world health crisis and links the success of his business, which is after all a health insurance company, to his own ability of adaptation. The necessity of social change is lost sight of; instead, the value of fellow human beings is also assessed by their personal willingness to adapt, change and readjust. This view is linked to a naturalization of social inequalities (Souza & Mattos, 2007; Souza, 2008), turning social processes that lead to inequality invisible by references to natural developments.

I would say that we are going through a process of natural selection where the strongest are surviving. I don't know, sometimes I believe in conspiracy theories that this virus was injected into society, sometimes I don't, but if I found someone today from space, I would say that the world is going through a process of natural selection. Where the strongest will stay and the weakest will go away (Denise, 26).

*Belonging and Identity:
Consumption and looking for belonging between
empowerment and status arrangement on a low level*

We have found that consumption in the sense of a possible empowerment can contribute to a sense of solidarity with others and that new social groups are emerging that can influence public life. However, an analysis of consumption during the pandemic shows how it helps people to come to terms with the status quo on an individual level instead of critically reflecting on social developments and actively seeking to change them. Power differences of a capitalist system are not fundamentally questioned in this case. In the sense of a critical social psychology following Fromm's and Rosa's work, it can be shown that participation in a consumer society is at the forefront of consciousness and as a goal becomes the focus of one's own activities, while social role structures and associated institutional orders are hardly addressed.

Empowering consumption:
Helping each other, providing feelings of solidarity

Consumption is a social act. Through consumption, people can identify their social roles, integrate into a society, and feel that they belong to a group. At the time of crisis in the Covid-19 pandemic, we could see that individual identities were also shaped by a wave of collective identity aimed at solidarity. Several respondents said they believe that the society is on its way to become more supportive, in addition to reporting cases where they are helping others. Vitória (60), for example, stated that she recognized change in society and hoped it turned out to be a positive consequence of the pandemic for Brazil:

I even see that the political parties of the left-wing have as their goal today to help others. They give basic food, these things, so the change was the appreciation of the human being. That we were a little forgetful of each other, right? Everyone just thought about themselves, now I noticed that society itself is more concerned with others. It is doing wonderful things for other people (Vitória, 60).

The interviewee continues to affirm that the human being is responsible for the transformation of the world and introduces in her narrative the role of God in the pandemic:

I believe in God, that there is a god, a creator, who created all things, I believe in the human being, in the inner strength of people. I really believe, a lot, that transformations can only come in

the world through people, it is not nature itself that changes anything, it is the man that transforms thoughts, the understanding of things, it is the man that transforms everything, and it can either improve the living situation or it can make it worse, so I believe that if there is goodwill, everything can change (Vitória, 60).

One of the expressions of solidarity was linked to purchases via food apps. Roberto, a 57-year-old public employee, claimed to be ordering more food to be delivered to his home using applications for that purpose: “it is also a way for you to bring resources to these people who are there to make delivery and to provide this service from end to end, right”. Similarly, Matheus, a 20-year-old student who lost his job during the pandemic, also stated that he is often ordering food via apps: “We can kind of eat and help small restaurants not to break, you know. So, there is this side. I think I’m consuming a lot of Ifood”.

Respondents also demonstrated their solidarity through collective identity identification. The narratives of “we are all in the same boat” (Vitória, 60) and “we are together in this fight” (Natalia, 66) appeared frequently in the interviewees’ speech. According to Amanda (49): “coronavirus made people equal, so it puts people on a level where everyone will go through this”. Respondents believe that Brazilians are sharing the pandemic experience together, and this strengthens the spirit of nation and collective identity. For Vitória (60):

The Brazilian nation [...] Today we are at the same level, in the same concept, within the same bubble, because we are all living the same thing, rich, poor, middle class, low clergy, high clergy, everyone on the same level, on the same boat. We can all die of the same disease, in a matter of minutes, the matter of nation, is a single nation (Vitória, 60).

Thus, we realize that for several respondents there is a shared conception that all Brazilians, regardless of social class, are equal, experiencing the same challenges within the health crisis, like the possibility of falling ill and dying due to the disease.

Consciousness in consumption manifested itself in two aspects. Firstly, respondents showed that they felt responsible for helping small producers and businesses. Luísa (20) stated that she is now aware that small businesses need the neighboring community most and that she has avoided shopping in large markets and shopping centers. Secondly, the participants also exhibit responsible behavior toward other people. None of the interviewees claimed to have stocked purchases. On the contrary, in general they condemn the stock practice and consider it a selfish act. The spirit of solidarity is clear in the words of Sarah, a 28-year-old doctoral student:

When I go to the market [...] I don't buy ten thousand things from the same item. For example, I buy a lot of vegetable milk, now I buy less than before, even if I have to go to the market more often [...] I think more about others when I go shopping. And that's kind of stupid, maybe, but for me not to feel selfish, I prefer to buy, for example, if there is a cheese on sale and that everyone buys and another cheese a little more expensive, I prefer to buy maybe the more expensive one because I know that is not what most (of people) will buy. I'll leave the cheaper cheese for others (Sarah, 28).

This kind of wish for solidarity could be understood as part of a transformation process to a more humane society. As pointed out by Fromm, this change can only emerge as a bottom-up process and not as a result of bureaucratic orders. In this sense, it is necessary that human beings become connected within groups and organizations to overcome their anxieties. Being aware of the social problems, an interconnected population could consciously make decisions that concern the society's affairs. Facing a high level of uncertainty during the pandemic, in our interviews we found out that hope is related rather to bottom-up processes than having the state as an actor. This could be observed in the statement of Vitória (60) below:

I even see that the political parties of the left-wing have as their goal today to help others. They give basic food, these things, so the change was the appreciation of the human being. That we were a little forgetful of each other, right? Everyone just thought about themselves, now I noticed that society itself is more concerned with others. It is doing wonderful things for other people. [...] *I can imagine, and I see, and I hope I am not mistaken, a transformation in society, in relation to others, more friendship, more connection, more protection, and help, you know? I believe that people at first become more fraternal, more friendly, to help each other.* But if you're going to get used to it and go back to what it was before, I don't know, selfishly, to do what you wanted to do. I don't know, but as soon as I get out of this situation, I believe that the concepts will turn more to fraternity. Having a more fraternal world and society (Vitória, 60).

Consumption as means of status arrangement:
Cultural rather than institutional framings

Indeed, no statements in our corpus of research emphasized the role of the state in assisting companies and citizens to survive the pandemic. Rather, the normative narrative was stressed that being Brazilian implies the need to be creative and look for solutions, even if what is happening is a complex global economic crisis. The concepts of individual flexibility and personal readiness to help are rather empha-

sized than the paths paved by institutions toward a more just society. Neither the role of the state, nor of institutions in the problem-solving aspects of the pandemic were raised, but the responsibility was driven to the individuals themselves. Consequently, the idea of fraternity comes from people helping each other, not from the ideal of an equal society. The discourse of 'us all in the same boat' supports people not to reflect on structural inequalities and their institutional embodiment, but to focus on their private life rather than on the public sphere.

As kind of an arrangement with an unequal Status quo rather than a fight for change, we can observe a naturalization of suffering and struggling when being Brazilian is linked to pride over the ability to adapt even to misery without 'stopping to dance'. In the same way, we understand attempts that claim God's responsibility for the pandemic and its social outcomes – an implicit naturalization of equalities within the society without framing them as social. As pointed out by Souza (2020), considering Max Weber's understanding of the religious discourse as a particular way of economic and social domination, religion may become a means of reproducing social inequality, naturalizing certain forms of oppression and domination.

Status arrangement can also be associated with a rather resigned view of belonging to the Brazilian nation, which makes other countries appear idealized and, in this context, makes one's own scope for action appear limited. In this sense, several participants criticize the Brazilian "way of life" and point out what the citizens do wrong in the country. João (26), for example, compared the outcomes of the pandemic in Brazil and Germany and Brazil and the USA. He stated that Germany dealt really well with the pandemic because of its discipline, meanwhile "Brazilians are not disciplined, 200% undisciplined, totally inconsequential" (João, 26). When talking about the USA, he said: "I am jealous of the American nation for the discipline they have, for the feeling of belonging, they are an example to the whole world, in terms of nationalism, which really makes a difference". Lastly, according to Denise (26): "we Brazilians are not obedient, it only works by force". From this perspective, being in one boat with the other Brazilians seems more like a burden than a chance for common ground.

Control and Identity:

Consumption between agency and fragmentation

Especially in times of insecurity and facing the imperative to stay away from other people, consumption can create a possibility to experience oneself as an agent despite adverse circumstances, as someone from whom not all reins have been taken away, but who can still make decisions and has not completely lost control over

one's own life. In this sense, consumption can at least temporarily offer a counterweight to reduce one's own anxiety. On the other side, Fromm pointed out that consumption can also lead to a permanent avoidance of precisely this confrontation with one's own discomfort. Especially in the face of a worsening crisis in times of pandemics, is a danger of fragmentation, which can also be understood in connection with the consumption sphere by providing fears of social exclusion and feelings of emptiness and loneliness. By seeking responsibility for the course of one's own destiny within oneself and also evaluating other individuals from this perspective, pressure that can be directed at oneself and at others arises from the effort to adapt to new circumstances.

Consumption as Agency:

The internet as the new shop display and eye-catching shopping as a way to maintain control over life decisions

Given the lockdown, the number of places to shop and have personal contacts was very limited. This posed a great challenge to consumption and was accompanied by feelings of loneliness, isolation and powerlessness in some respondents. Several times in the interviews it became clear how the internet not only functionally filled this gap, but also served emotionally as a space to feel one's own effectiveness and involvement and to reassure their own ability to act.

A way to gain control over life in the context of the pandemic was by increasing eye-catching shopping and increasing consumption of differentiated products. Most respondents said they downloaded purchase apps on their smartphone after social isolation began. As the interviewees could no longer visit physical stores (except for market and pharmacy), they started to access on-line stores more frequently:

I downloaded the app from Amazon, I downloaded clothes apps, I think about five, I downloaded the Aliexpress app, I downloaded several shopping apps and I kept looking, looking, looking, my hand hurt, you know? Then I ordered. [...] Every day I wanted to buy something (Sarah, 28).

Sarah (28) stated that she started to access on-line shopping websites daily and at the beginning of the pandemic she made some impulse purchases, but at the time of the interview she was already selective, saving money. This behavior is similar to that of Elaine (26), a Master's student:

Sometimes I spend all day looking at shopping websites and things like that, not that I actually buy, but... anyway, I keep seeing a lot,

I feel like buying for... I know what kind it is, yeah a purchase ... really ... how do you call it? it is not a rational purchase, it is an... impulsive purchase [...] But I resist the impulse (Elaine, 26).

Some respondents indicated that they started to order more from food delivery apps to bring different meals into the home. The choice of products different from the ones usually bought by the respondents was a purchasing behavior also identified in the interviews. Sarah (28) claimed to be interacting more with the products on the market in order to try something new and Sofia (22) reported that:

It also changed the way we shop, for example, shopping was a very, very, very specific thing, [...], (now) when we see, we are already grabbing something [...] that normally we wouldn't take it just because we want to try it, because we're not doing anything [...] And it ends up changing because we... it's kind of an attempt to bring something different, like, to everyday life (Sofía, 22).

In general, we realized that although the days in social isolation were similar, differentiated products had the ability to bring something new to people's homes. Furthermore, taking into account the context of uncertainty about the future and the inability to have control over the pandemic, consumption served as an escape, allowing individuals to be entertained, have choices and make decisions about their own lives, passing on a feeling of relief in the midst of the crisis.

Fragmentation:

Trying to avoid to feel lost and socially excluded from consumption possibilities

Still, as Fromm and especially Rosa point out, being able to buy products does not provide feelings of resonance when people are not able to build a relationship to these products. The repeated purchase of individual goods can lead to a feeling of a lack of self-efficacy and fragmentation, especially if this does not eliminate one's own anxiety permanently, but at most in the short term. On the contrary, the perceived dependence on the possibility of being able to make new purchases increases- and makes people feel insecure.

The less secure one's own income is, the more threatening one's own dependence and integration into the consumer sphere becomes. People feel under pressure and face the danger to feel socially excluded, to lose their status and control over their own life. Paulo, 33, a public employee and president of a transport cooperative, said the cooperative has not worked since the beginning of the pandemic due to

the new restriction measures. So to help with the family bills, his mother started sewing and selling masks and he has been studying on-line shopping websites (like Wish and Aliexpress), looking for parts and accessories that can be bought and resold if he needs to change in the event of “things get more complicated in the future”. Again, an imagined national mentality is linked to a normative narrative about not losing control under pressure, but making use of Brazilian creativity to find solutions:

[...] As it is happening now and, if there is more to come, we will have to face it, it does not mean that I did not want to be Brazilian, I want to be Brazilian. Brazilians are very creative. We will find a way out of this pandemic, this sadness (Vitória, 60).

For Laura, the concern about not being able to work comes from another source. She is a housekeeper and feels distressed about not having the money to meet her financial responsibilities:

It's difficult, because for those who have a, let's say, a normal life, that has a job to count on, but for people who are going to fight, then this thing of staying at home with the bills arriving and with things to pay with financial difficulty, it is hard. The mind starts to get worried. And we get anguished because we can't do anything. From yesterday to today, I was in a bad place (Laura, 52).

Suzanna (26) also expressed concern about financial difficulties. She fears having to ask someone for help, which makes her troubled: “When I stopped working, that's when I said: “Damn! so it's serious”. The financial aspect is really shaking me, not working and not being able to pay for my things”. Conversely, for the interviewees who have salary security, the quarantine period has been one of greater rest, decreased work rhythm and greater enjoyment of the family members. This shows how important it is to take social differences into account when analyzing the effects of the pandemic.

Conclusion

After exposing our critical understanding of the results, we present in Table 2 the ABC of identity and consumption created from aspects identified in the pandemic narratives of the interviewed Brazilians. When (re)building their identity through the search for authenticity, belonging and control, we propose that the symbolic meanings of consumption in the identity construction were found to be ambiguous and we can understand them in two dimensions, as seen in Table 2.

TABLE 2
THE ABC OF IDENTITY

Authenticity	Belonging	Control	Effect
Alienation	Keep below/ Status arrangement	Fragmentation	Affirms social inequality
Self-images linked to normative narratives how to behave as a Brazilian. Consumption sphere as a normative reference that is needed to have a feeling of self.	No questioning of normative to deal with the situation as an individual, no questioning in the role of the state, accepting capitalist order as a natural order. Losing part of social identity when not feeling busy and being able to work.	Individualized understanding and trials to readapt. Feelings of being lost and lonely facing the shutdown and social exclusion of consumption worlds.	
Engagement	Integration	Orientation	Confirms aspiration for change
Responsible, more reflected and sustainable way of consumption. Being part of a change that leads to a more reflexive and healthier lifestyle.	Solidarity rises, new groups – building the potential for a new understanding of one's own social role.	Consumption as a means to feel in control, to have choices and to have impact. Consumption as a means to deal with own anxieties.	

Source: Authors (2020).

Our study evinces that the pandemic encourages people to reflect on their consumption. This is certainly associated with signs that can be seen as hopeful from the perspective of a critical social psychology. These include the emphasis on the responsibility as a consumer for sustainable social development as well as the experience of solidarity and the formation of new identities, which could form the basis for future political endeavors. Different modes of consumption are possible, e.g. a reflexive consumption of regional products in order to strengthen and promote regional traders, from a social identity perspective also in order to feel part of the community, not feeling isolated, but as a productive piece of a whole.

In contrast it also becomes clear how, even in times of pandemics, consumption contributes to the reproduction of social inequality and even leads to polarizations within society becoming more significant. We were able to critically analyze the individuals' consumption narratives that helped to affirm social inequalities in Brazil during the pandemic.

We have discussed responsible consumption as a way of feeling part of society and the community. It was understood as a way of feeling supportive and “not selfish”. Though on one hand we can see some signs of a changing consumer consciousness that might serve as a base for transformation processes within the society, on the other hand it stands out that people feel responsible for other people and small businesses without mentioning the responsibility of the institutions. This goes hand in hand with a negative and resigned view of the state, which one does not

trust and from which one no longer expects anything. It's seen as part of normalcy that public money was going to be stolen by public representatives, there is no confidence in the politicians. As a consequence, class differences and structural power gaps inherent in capitalistic societies disappear from the focus of interest, as people are socialized to deal with their individual and personal life only and there is hegemonic liberal discourse in public: If you work, you get there – framing social integration as a personal problem.

However, we were only able to include a small section of the population in our study. Further analyses are necessary, particularly in order to differentiate the results according to social groups such as class, gender or ethnicity. As a qualitative study, we do not claim statistical representativeness and cannot say anything about proportions. Nevertheless, our in-depth analyses have enabled us to identify areas of tension in society from a critical perspective. These areas are also of importance beyond the subgroup we are investigating and should be taken into account in further analyses of the consequences of the pandemic and social transformation processes. Therefore, by applying a critical lens for the analysis of the phenomenon of consumption, our findings can represent interesting contributions to a critical sociology and the thematic field of identity, both from a Critical Social Psychology and a Consumer Culture perspective.

From our critical perspective, we can observe a reinforcement of class inequalities related to consumption and the inclusion in the work sphere. Whereas for many rather poor people in Brazil, the possibility to work even within the pandemic is a matter of survival, as they need the income to buy food, for richer people there is scope and opportunity to reflect on one's own role in society free from existential constraints. These findings show the extent to which normalcy continues to be unjust during and after the pandemic. This must be taken into account in any case when speaking of "new normalcy", which in this sense may even lead to an increase in social inequalities – even more if we take the global dynamic into consideration. When analyzing social change processes, efforts by citizens to contribute to a transformation toward a more solidary and responsible society through consumption must not be made invisible and neglected.

We end our article with a quote by Fromm that synthesizes the power and role of consumption nowadays and how consumers have the possibility to take a stand and cause a revolution in the capitalist system.

To put it in a nutshell: up to now the consumer has permitted and even invited industry to brainwash or control him. The consumer

has a chance of becoming aware of his power over industry by turning around and forcing industry to produce what he wants or suffer considerable losses by producing what he rejects. The revolution of the consumer against the domination by industry has yet to come. It is perfectly feasible, unless industry takes control of the state and enforces its right to manipulate the consumer. Fromm (1968/2010: 126).

References

ARNOULD, E. J.; THOMPSON, C. J. Introduction: consumer culture theory: ten years gone (and beyond). *Consumer Culture Theory*, v. 17, p. 1-21, 2015.

_____. Consumer culture theory (and we really mean theoretics): dilemmas and opportunities posed by an academic branding strategy. *Research in Consumer Behavior*, v. 11, n. 3, 2007.

ASONYE, C. There's nothing new about the "new normal". Here's why. *World Economic Forum*. June 5, 2020. Available at: <<https://www.weforum.org/agenda/2020/06/theres-nothing-new-about-this-new-normal-heres-why/>> Accessed in: Oct. 5, 2020.

BLANCHÉ, U. *Kultur und Kommerz bei Bansky und Damien Hirst*. Bielefeld (DE): Transcript, 2012.

BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1982.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019.

_____. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRIGGS, D.; ELLIS, A.; LLOYD, A.; TELFORD, L. New hopes or old futures in disguise? Neoliberalism, the Covid-19 pandemic and the possibility for social change. *International Journal of Sociology and Social Policy*. Accepted/in press, 2020.

BUBLITZ, M.; CZARKOWSKI, N.; HANSEN, J.; PERACCHIO, L.; TUSSLER, S. Pandemic reveals vulnerabilities in food access: confronting hunger amidst a crisis. *Journal of Public Policy & Marketing*, published on-line May 28, 2020.

CROCKETT, D.; GRIER, S. A. Race in the marketplace and Covid-19. *Journal of Public Policy & Marketing*, published on-line May 28, 2020.

DOLBEC, P.-Y.; FISCHER, E. Refashioning a field? Connected consumers and institutional dynamics in markets. *Journal of Consumer Research*, v. 41, n. 6, 2015.

DW. *Como o novo coronavírus acentua as desigualdades sociais no Brasil*. Apr. 2020. Retrieved from: <<https://www.dw.com/pt-br/como-o-novo-coronav%C3%ADrus-acentua-as-desigualdades-no-brasil/a-53256164>>. Accessed in: Sep. 13, 2020.

EHNIS, P.; BECKMANN, S.; KÜHN, T.; MOHR, M. Gesellschaftlicher Wandel und personale Identität in der Spätmoderne. Von der Schwierigkeit, Wandel und Persistenz gleichermaßen zu erfassen. *Psychologie und Gesellschaftskritik*, n. 2-3, p. 151-170, 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Nas classes D e E, 51% perderam metade da renda ou mais na pandemia”. May, 2020. Retrieved from: <<https://www1.folha.uol.com.br/em-pretendidosocial/2020/05/nas-classes-d-e-e-51-perderam-metade-da-renda-ou-mais-na-pandemia.shtml>>. Accessed in: Sept. 14, 2020.

FROMM, E. My own concept of man. *Fromm Forum*, n. 17, p. 5-10. 1969-2013. Retrieved from: <<https://www.fromm-gesellschaft.eu/images/pdf-Dateien/1977g-eng.pdf>>. Accessed in: Oct. 5, 2020.

_____. *The revolution of hope. Toward a humanized technology*. New York: American Mental Health Foundation, 1968-2010.

_____. *To have or to be?* New York: Harper & Row, 1976.

_____. *The sane society*. New York: Rinehart, 1955

_____. *Escape from freedom*. New York: Farrar & Rinehart, 1941

FUNK, R.; MCLAUGHLIN, N. (Eds.). *Towards a human science: the relevance of Erich Fromm for today*. Gießen (DE): Psychosozial. 2015.

FUNK, R.; KÜHN, T. (Eds.) Putting society on the couch. *Fromm Forum*, 23e, Special English Edition, 2019. Retrieved from: <<https://www.fromm-gesellschaft.eu/index.php/en/publications/fromm-forum-english/657-fromm-forum-23-2020>>. Accessed in: Oct. 5, 2020.

KEUPP, H.; AHBE, T.; GMÜR, W.; HÖFER, R.; MITZSCHERLICH, B.; KRAUS, W.; STRAUS, F. *Identitätskonstruktionen: Das Patchwork der Identitäten in der Spätmoderne. 2. überarbeitete Auflage*. Reinbek (DE): Rowohlt, 2002.

KÜHN, T. Leadership in a digitally transforming social world based on Fromm's humanistic approach. *Fromm Forum*, 23e, Special English Edition, p. 95-107, 2019. Retrieved from: <https://www.fromm-gesellschaft.eu/images/pdf-Dateien/Kuehn_T_2019.pdf>. Accessed in: Oct. 5, 2020.

_____. Kritische Sozialpsychologie des modernen Alltags. Zum Potenzial einer am Lebenslauf orientierten Forschungsperspektive. Wiesbaden (DE): Springer VS, 2015a.

_____. Reproduktion der Ungleichheit im Lebenslauf. In: REHBEIN, B.; BAUMANN, B.; COSTA, L.; FADAEE, S.; KLEINOD, M.; KÜHN, T.; MACIEL, F.; MALDONADO, K.; MYRCZIK, J.; SCHNEICKERT, C.; SILVA, A.; SILVA, E.; SOMMER, I.; SOUZA, J.; VISSER, R. *Reproduktion sozialer Ungleichheit in Deutschland*, p. 219-243. Konstanz (DE): UVK, 2015b.

_____. Construction of belongingness in late modernity. National Pride in Brazil from a Social Inequality Research Perspective. In: SULLIVAN, G. B. (Ed.). *Understanding collective pride and group identity. New directions in emotion theory, research and practice*, p. 161-172. London: Routledge, 2014.

KÜHN, T.; LANGER, P. C. Qualitative Sozialpsychologie. In: MEY, G., MRUCK, K. (Eds.). *Handbuch Qualitative Forschung in der Psychologie*, p. 361-380. Wiesbaden (DE): Springer VS, 2020.

KÜHNER, A.; PLODER, A.; LANGER, P.C. Introduction to the special issue: European contributions to strong reflexivity. *Qualitative Inquiry*, v. 22. n. 9, 2016.

LURY, C. *Consumer culture*. Cambridge (UK): Polity Press. 1996.

MCDONALD, M.; GOUGH, B.; WEARING, S.; DEVILLE, A. Social psychology, consumer culture and neoliberal political economy. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 47, n. 3, p. 363-379, 2017.

PATTON, Michael Q. *Qualitative research & evaluation methods*. 3. ed. Thousand Oaks (CA): Sage, 2002 [1990].

RITZER, G.; GOODMAN, D.; WIEDENHOFT, W. Theories of consumption. In: RITZER, G.; SMART, B. (Eds.). *Handbook of social theory*, p. 410-426. Thousand Oaks (CA): Sage, 2001.

ROSA, H. Die Quelle aller Angst und die Nabelschnur zum Leben: Erich Fromms Philosophie aus resonanztheoretischer Sicht. *Fromm Forum*, v. 23, p. 144-160, 2019. Retrieved from: <https://www.fromm-gesellschaft.eu/images/pdf-Dateien/Rosa_H_2019.pdf>. Accessed in: Oct. 5, 2020.

_____. *Resonanz. Eine Soziologie der Weltbeziehung*. Berlin: Suhrkamp, 2016.

_____. *Identität und kulturelle Praxis: Politische Philosophie nach Charles Taylor*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 1998.

SAAD-FILHO, A. From Covid-19 to the End of Neoliberalism. *Critical Sociology*, May 29, 2020. Retrieved from: <<https://doi.org/10.1177/0896920520929966>>. Accessed in: Sep. 17, 2020.

SCHNEIDER, N. F. Konsum und Gesellschaft. In: ROSENKRANZ, D., SCHNEIDER, N.F. (Eds.). *Konsum. Soziologische, ökonomische und psychologische Perspektiven*, p. 9-22. Opladen (DE): Leske und Budrich, 2000.

SOLTY, I. The bio-economic pandemic and the western working classes. *SP: The Bulletin*, March 24, 2020. Retrieved from: <<https://socialistproject.ca/2020/03/bioeconomic-pandemic-and-western-working-classes/>>. Accessed in: Sep. 15, 2020.

SOUZA, J. *Die Naturalisierung der Ungleichheit. Ein neues Paradigma zum Verständnis peripherer Gesellschaften*. Wiesbaden (DE): Springer VS. 2008.

SOUZA, J. *A guerra contra o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

SOUZA, J., MATTOS, P. (Eds.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

UN, UNITED NATIONS. *Policy brief: the impact of Covid-19 on food security and nutrition*. Jun, 2020. Retrieved from: <<https://reliefweb.int/report/world/policy-brief-impact-Covid-19-food-security-and-nutrition-june-2020>>. Accessed in: Aug. 27, 2020.

VOSWINKEL, S. Gekaufte Wertschätzung? Anerkennung durch Konsum. In: HONNETH, A., LINDEMANN, O., VOSWINKEL, S. (Eds.). *Strukturwandel der Anerkennung: Paradoxien sozialer Integration in der Gegenwart*, p. 121-154. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2013.

WITZEL, A.; REITER, H. *The problem-centered interview*. London: Sage, 2012.

ZIMMER, B. How normalcy went from misnomer to safe word. *The Atlantic*. April 10, 2020. Retrieved from: <<https://www.theatlantic.com/culture/archive/2020/04/how-normalcy-became-a-safe-word/609805/>>. Accessed in: Oct. 5, 2020.



Artigos

Hannah Arendt e Walter Benjamin: Eros da amizade e afinidades eletivas em tempos sombrios*

Recebido: 04.11.19
Aprovado: 31.07.20

Maria Francisca Pinheiro Coelho**

Resumo: Quando se faz referências às relações entre Hannah Arendt (1906-1975) e Walter Benjamin (1892-1940) a menção sempre lembrada é a da amizade. Nas homenagens prestadas à Hannah Arendt por ocasião de sua morte, o filósofo Hans Jonas – amigo de Arendt desde o tempo que foram colegas na universidade em Marburg e alunos de Heidegger – destacou sua vocação para a amizade. Segundo ele, o que a movia era o Eros da amizade (*Eros der Freundschaft*). No círculo dos amigos mais próximos, incluía-se Walter Benjamin, com quem convivera no exílio em Paris entre os anos 1936 e 1940. E a amizade como pensada e cultivada na prática pelos dois pensadores situava-se no centro de suas vidas, como laço afetivo e visão de mundo. Este *paper* aborda a relação entre Arendt e Benjamin em dois âmbitos: a amizade, construída na situação de filósofos judeus-alemães refugiados em Paris, e as afinidades eletivas na concepção da história e da modernidade.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Walter Benjamin. Exílio. Eros da amizade. Afinidades eletivas.

Hannah Arendt and Walter Benjamin: Eros of friendship and elective affinities in dark times

Abstract: When we talk about the relationship between Hannah Arendt (1906-1975) and Walter Benjamin (1892-1940) the friendship is always remembered. The philosopher Hans Jonas – Arendt's friend since they were classmates at the University in Marburg and Heidegger's students – in the tributes paid on the occasion of her death, highlighted her vocation for friendship. According to him, what moved her was the Eros of friendship (Eros der Freundschaft). Among her closest friends, there was Walter Benjamin, with whom she was familiar during the exile in Paris, in the years from 1936 to 1940. What I would like to show is that friendship as conceived and grown in practice by the two thinkers would be in the center of their life as a moral trace. This paper aims to broaden the relationship between Arendt and Benjamin in two areas: friendship, built in the situation of Jewish-German refugees philosophers in Paris, and the elective affinities to the concept of history and to the vision of modernity.

Keywords: Hannah Arendt. Walter Benjamin. Exile. Eros of Friendship. Elective affinities.

* Este artigo é uma versão ampliada do texto “Hannah Arendt and Walter Benjamin: Eros of friendship and elective affinities in dark times”, publicado no *London Journal of Research in Humanities and Social Sciences*, v. 19, Issue 4, Aug. 2019. A autora foi bolsista Capes/professora visitante no exterior sênior, na instituição Freie Universität Berlin, Alemanha, no período de agosto 2018 a julho 2019/Processo 88881.171378/2018-01, com pesquisa sobre os dois autores. Em Berlim, os estudos foram concentrados no Walter Benjamin Archiv, da Academie der Künste. Anos antes, a autora pesquisou nos arquivos Hannah Arendt, em Oldenburg, Alemanha (em janeiro de 2014), e em Nova York, na New School University (em julho de 2014).

** Maria Francisca Pinheiro Coelho é

professora titular
do Departamento
do Sociologia,
Universidade de
Brasília (UnB), Brasil.
Orcid: 0000-0003-
4357-7267.
<coelho francisca@
gmail.com>.

Contar história sempre foi a arte de contar de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las.

Walter Benjamin, *O narrador* (1987a).

Os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não fazem parte de uma totalidade ou de um processo abrangente. A ênfase da narrativa histórica recai sempre em situações únicas e rasgos isolados. Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida diária. O tema da história consiste nessas interrupções – o extraordinário, em outras palavras.

Hannah Arendt, *O conceito de história antigo e moderno* (1988b).

Introdução

Este artigo visa abordar a relação entre Hannah Arendt (1906-1975) e Walter Benjamin (1892-1940) – filósofos, judeus alemães, exilados – durante os anos que conviveram em Paris, entre 1936 e 1940. O argumento defendido é que a interação entre os dois filósofos não se restringia apenas a uma relação de amizade, como amplamente mencionado nas biografias de Arendt (Young-Bruehl, 1982; Adler, Laure, 2007). Existiriam também afinidades no pensamento dos dois autores, que podem ser descritas por meio do conceito de afinidades eletivas. Ao se sugerir abordar a interface entre o pensamento de Arendt e Benjamin por meio do conceito de afinidades eletivas, o objetivo é aproximar o diálogo entre os dois pensadores.

A amizade entre os dois filósofos é tema conhecido na literatura sobre Hannah Arendt. Elisabeth Young-Bruehl (1982), em seu premiado livro *Hannah Arendt, for love of the World* descreve que no período do exílio, o parceiro intelectual que o

casal Arendt-Blücher respeitava acima de todos era o crítico literário Walter Benjamin. Em 9 de agosto de 1940, uma das últimas cartas de Benjamin foi para Hannah Arendt. Na carta, escrita em francês, ele se refere aos seus documentos pessoais para sair do país e faz menções carinhosas à mãe de Arendt, Martha Arendt, e a Heinrich Blücher, seu segundo marido, despedindo-se com um “*pour vous mes respects les plus gentils*. Benjamin”¹.

Durante o exílio, em Paris, Benjamin leu o manuscrito do livro de Arendt (1974) *Rahel Varnhagen, the life of a jewish woman* e em carta o recomendou ao amigo de juventude, em Berlim, Gershom Scholem, que tinha se mudado para Jerusalém:

Sugeri a Hannah Arendt que lhe enviasse o manuscrito do seu livro sobre Rahel Varnhagen. Ela deve mandá-lo nos próximos dias. Esse livro me causou forte impressão. Ela nada com fortes braçadas, contra a corrente do judaísmo edificante e apologético. Você, melhor do que ninguém, sabe que tudo o que havia para ler *bis dato* sobre “judeus na literatura alemã” deixou-se levar por essa corrente (Benjamin & Scholem, 1993: 329).

Scholem leu o manuscrito de Arendt e respondeu a Benjamin que o livro muito lhe tinha agradado:

É uma excelente análise do que sucede na época e demonstra que uma ligação baseada em embuste, como era a dos judeus alemães para com a “nação alemã”, só podia terminar numa desgraça. [...] Pena que não vejo chance de o livro ser publicado (Benjamin & Scholem, 1993: 345-346)².

Antes de ser apresentada por Benjamin a Gershom Scholem, o amigo já conhecia o trabalho realizado por Hannah Arendt em Jerusalém no transporte de crianças judias da Europa para a Palestina, durante o exílio. Por intermédio de Benjamin, os dois tornaram-se grandes amigos.

Em seus últimos anos em Paris, Benjamin tinha em Hannah Arendt, 14 anos mais jovem, o apoio e a constante companhia. Em setembro de 1940, dias antes de tentar o exílio nos Estados Unidos e a seu pedido, Benjamin se encontrou com Arendt em Marselha, França, e lhe entregou, entre outros, seu último manuscrito, *Teses sobre a filosofia da história*, sem título, que em Nova York deveria ser entregue ao Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno (1903-1969), como representante do Instituto de Pesquisa Social, depois da Segunda Guerra conhecido como Escola de Frankfurt, do qual Benjamin era membro. A Escola de Frankfurt é também conhecida como fundadora da Teoria Crítica.

1. Hannah Arendt Papers 7.8. General Correspondence. Benjamin Walter 1938 and undated. A consulta desta correspondência foi realizada no Archiv Hannah Arendt, Carl von Ossietzky Universität, Oldenburg Germany, em janeiro de 2014, e na Biblioteca da New School University, Nova York, em julho de 2014. Os originais dos arquivos de Hannah Arendt estão depositados na Biblioteca de Washington, nos Estados Unidos. Cópias digitalizadas deste arquivo estão na New School University, em Nova York e na Carl von Ossietzky Universität, em Oldenburg, na Alemanha.

2. Este livro de Arendt foi publicado nos Estados Unidos e na Alemanha em 1974, seu último livro publicado em vida.

Conforme descrição de Young-Bruehl, nunca foi desejo de Arendt entregar os manuscritos a Adorno, mas eram instruções do próprio Benjamin. Arendt apelou a Scholem para fazer a mediação e ele falou das dificuldades encontradas e lhe sugeriu em carta: “Talvez você pudesse acender uma fogueirinha sob o bom homem?” (Young-Bruehl, 1997: 167).

Hannah Arendt cumpre com o pedido do amigo, mas sem antes providenciar uma cópia dos manuscritos. Relata que Theodor Adorno teria ficado surpreso por ela trazer o manuscrito das teses e também que houve uma recepção calorosa. Ao chegar em casa, comentou com seu marido: “Ele nunca será convidado para nossa casa”.

De fato, não houve uma aproximação de Hannah Arendt com Adorno nos Estados Unidos, embora ela tivesse muito a colaborar com as publicações e os escritos de Walter Benjamin, tendo mesmo muitas anotações sobre eles. Arendt queixou-se que em relação aos manuscritos sobre as teses da história, ela teria muitas observações a fazer, pelas conversas com o próprio Benjamin. Ela teria enviado seus comentários por escrito a Gershom Scholem, mas que ele não os considerou quando da edição das teses. Criou-se um clima tenso com o amigo, depois da morte de Walter Benjamin, de quem Arendt foi afastada, sobretudo depois que Adorno e Scholem ficaram responsáveis pela publicação da obra de Benjamin.

Hannah Arendt nunca contou com a simpatia nem com uma boa relação com Adorno. Tinha suas reservas em relação aos *frankfurtianos*, desde que Günther Anders, seu primeiro marido, teve sua tese negada no concurso para professor na Universidade de Frankfurt. Tempos depois, o mesmo aconteceria com Walter Benjamin, só que ele retirou sua tese antes da seleção, quando soube que ia ser reprovado. Em 1938, Horkheimer confessou, em um encontro com Scholem, em Nova York, ter sido um erro não admitir Benjamin na Universidade de Frankfurt (Benjamin & Scholem, 1993).

Em 1968, Hannah Arendt (2007) editou em Nova York seu ensaio “Walter Benjamin: 1892-1940”, como Introdução ao livro de Walter Benjamin *Illuminations*, com os manuscritos entregues por Benjamin a ela, em Marselha. No mesmo ano, Arendt publicou também seu livro *Men in dark times (Homens em tempos sombrios)*, que inclui também o seu ensaio sobre Benjamin.

Exemplares do ensaio de Hannah Arendt, publicado em vários idiomas, encontram-se catalogados no Walter Benjamin Archiv, em Berlim. Em 2006, foi publicado na Alemanha o livro *Arendt und Benjamin*, de Detlev Schöttker e Erdmut Wizisla. Este livro sugere uma nova perspectiva de análise sobre a obra de Walter Benjamin.

Em *tempos sombrios* e nas relações de amizade e intelectuais entre Hannah Arendt e Walter Benjamin era como se o vento do pensamento de Benjamin soprasse no próprio pensamento de Arendt e vice-versa, criando uma visão de mundo comum. Embora nem sempre as obras dos dois pensadores conversassem entre si, elas dispunham de um potencial comparativo a ser explorado, aqui definido com base no conceito de afinidades eletivas, principalmente em relação às reflexões sobre a modernidade e a história – provavelmente a marca maior do diálogo presente no pensamento dos dois autores.

O conceito de afinidades eletivas

O conceito de afinidades eletivas – ou atrações eletivas – aparece pela primeira vez na obra do químico sueco Torbern Olof Bergaman em seu livro *De attractionibus electivis*, de 1775. Johann Wolfgang Goethe faz uma transposição desse conceito da química para o campo da intersubjetividade e dos sentimentos humanos, em seu último romance *As afinidades eletivas*, de 1809. De acordo com Goethe, existe afinidade eletiva quando dois seres “buscam-se um ao outro, atraem-se, ligam-se um ao outro e a seguir ressurgem dessa união numa forma (Gestalt) renovada e imprevista” (Goethe apud Löwy, 1989: 15).

Segundo Michel Löwy,

Com o romance de Goethe o termo ganhou direito de cidadania na cultura alemã, como designação de um tipo particular de vínculo entre as almas. É, portanto, na Alemanha que o conceito conhecerá sua terceira metamorfose: a transmutação, por intermédio desse grande alquimista da ciência social que foi Max Weber, em conceito sociológico. Da acepção antiga irá conservar as conotações de escolha recíproca, atração e combinação (Löwy 1989: 15).

Em Weber, o conceito de afinidades eletivas (*Wahlverwandtschaften*), como também o de afinidades de sentido (*Sinnaffinitäten*), aparece em três contextos precisos:

- i. para caracterizar uma modalidade específica de relação entre diferentes religiões;
- ii. para definir um vínculo entre interesses de classe e visões do mundo (*Weltanschauungen*); e
- iii. para analisar a relação entre doutrinas religiosas e formas do *ethos* econômico, notadamente utilizado em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de 1905.

Em uma reflexão filosófico-literária – que inclui a busca da verdade por meio da crítica literária do romance de Goethe –, o conceito de afinidades eletivas também foi usado por Walter Benjamin, em seu ensaio, de 1922, “As afinidades eletivas em Goethe” (2009). O romance de Goethe trata de uma paixão “proibida” entre dois amigos, que os leva à solução da morte em busca da salvação. Em uma análise crítica sobre o amor não como sentimento naturalizado, no sentido de uma atração irresistível, provocada pela beleza de Ottilie, a amada de Eduard no romance de Goethe, Benjamin vai falar do amor em um sentido diferente, o do entendimento, da elaboração discursiva e da disposição de querer ficar junto:

Para os que amam de verdade, a beleza do amado não é o decisivo. [...] Com a paixão é diferente. Qualquer diminuição da beleza, por mais fugaz que seja, faz com que a paixão se desespere. Pois só para o amor o bem mais precioso é a bela mulher; para a paixão, o bem mais precioso é a mais bela mulher (Benjamin, 2009: 98).

Ottilie era bela, mas não tinha uma linguagem, não se expressava com palavras, tinha “o silêncio da voz moral”, define o crítico Walter Benjamin, que também vai fazer uso do conceito de afinidades eletivas em seus estudos sobre Baudelaire e a modernidade.

Para seu emprego nas ciências sociais e culturais, pode-se definir o conceito de afinidades eletivas como um tipo particular de relação que se estabelece entre ideias, configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta. Em todas as situações, seja nas inter-relações entre sujeitos e obras, seja na convergência entre fenômenos sociais, o conceito de afinidades eletivas corresponde à existência de uma atração e reciprocidades. Trata-se de uma convergência e de atração recíproca entre determinadas situações e fenômenos, bem como de relações interpessoais.

Mesmo ao se considerar as afinidades eletivas entre o pensamento de Hannah Arendt e Walter Benjamin, há um ponto que distingue seus comentadores: enquanto muitas lutas foram travadas em torno do legado de Benjamin, autor aclamado tanto pelos sionistas como pelos marxistas, essa questão não se colocou em nenhum momento em relação ao espólio intelectual de Arendt, considerada pelos comentadores e por ela mesma, uma pensadora independente. Ela mesma primava por essa condição de independência no pensar. Assim definia: “Eu chamo isso de pensar sem corrimão” (*I call it thinking without bannister*). Essa autodefinição foi oferecida pela filósofa em um debate intitulado “*Hannah Arendt on Hannah Arendt*” (1979).

Segundo Arendt, os liberais a consideravam marxista e os marxistas a chamavam de conservadora. Confortável nessa posição dizia “eu não caibo em modelos”. Também era mais ou menos assim que ela pensava sobre a obra de Benjamin, apesar

da disputa em torno de seu legado. Segundo Arendt, Benjamin também não se adequava a classificações. Cultivava amigos de diferentes matizes.

Ironia do destino

Quis o destino que o Arquivo Walter Benjamin, na Academia de Artes (Akademie der Künste), em Berlim, fosse também o depositário do Arquivo de Theodor W. Adorno. Todo acervo de Benjamin encontra-se neste arquivo, tendo o pesquisador acesso a cópias digitalizadas.

No arquivo, o registro de sua relação com Hannah Arendt encontra-se documentado, sobretudo, em três referências principais:

- i.* No volume 19 das *Obras Escolhidas* de Walter Benjamin intitulado “Sobre o conceito de história” (“*Über den Begriff der Geschichte*”)³.
- ii.* No livro *Illuminations*, de Benjamin, editado por Hannah Arendt, em Nova York, em 1968, no qual estão publicados o ensaio de Arendt sobre o filósofo e as “Teses sobre a filosofia da história” (“*Theses on the philosophy of history*”), título adotado aqui neste trabalho.
- iii.* E o livro *Arendt e Benjamin (Arendt und Benjamin)*, de Detlev Schötker e Erdmut Wizisla (Suhrkamp, 2006).

3. Walter Benjamin. *Über den Begriff der Geschichte*. Suhrkamp, Band. 19, 2010.

Importa discorrer um pouco sobre essas fontes referidas, explicar um pouco mais essas três referências:

- i.* O volume das *Obras completas* de Walter Benjamin denominado “Sobre o conceito de história”, título dado por Theodor Adorno, e o mais adotado na literatura, também no Brasil, apresenta diferentes versões do manuscrito das *Teses*, sendo a primeira o manuscrito entregue por Benjamin a Arendt para ser levado a Nova York. Inclui o copidesque do manuscrito sem título e uma cópia digitalizada. São quatro versões diferentes das teses, uma delas de Dora Benjamin, ex-mulher de Benjamin, e uma do próprio Walter Benjamin, *Geschichtsphilosophische Reflexionen (Reflexões histórico-filosóficas)*. Não é objetivo deste trabalho tratar as diferenças existentes nessas várias versões. Era um hábito de Benjamin escrever diferentes versões de seus textos, entregar a diferentes pessoas, ficar monitorando essas versões, até definir a versão final. A segunda parte deste volume das *Obras escolhidas* é dedicado a comentários de autores sobre as teses.

ii. O ensaio de Hannah Arendt *Walter Benjamin (1892-1940)* sublinha um perfil de pensador independente, um filósofo e crítico literário que não se adéqua a modelos, classificações nem definições *a priori*. Arendt argumenta que provavelmente a influência maior nele tenha sido o surrealismo, pois tentava “capturar o retrato da história nas representações mais insignificantes da realidade, por assim dizer em ‘suas raspas’ (Arendt, 1987: 142)”. Benjamin cultivava amigos de diferentes perfis, como Gershom Scholem, Bertold Brecht e Theodor Adorno, mas, de acordo com Arendt, não compartilhava uma identidade intelectual com nenhum em particular:

“Todavia, nos raros momentos em que se preocupou em definir o que estava fazendo, Benjamin se considerava um crítico literário e se pode dizer que de algum modo aspirava a uma posição na vida, teria sido a de ser “o único verdadeiro crítico da literatura alemã”, como colocou Scholem (Arendt, 1987: 135).

Para Arendt, Benjamin, em tudo que escreveu demonstrava ser um escritor *sui generis*:

“Ele tinha uma amarga percepção de que todas as soluções eram não só objetivamente falsas e inadequadas à realidade como o conduziriam pessoalmente a uma falsa salvação, que se chamava Moscou ou Jerusalém (Arendt, 1987: 163).

A única posição para a qual se podia defini-lo era de

un homme de lettres, de cujas perspectivas únicas nem os sionistas nem os marxistas tinham ou poderiam ter consciência (Arendt, 1987: 156).

Segundo Arendt, Benjamin pensava poeticamente. Seu método era o de um caçador de pérolas, que buscava a transformação marinha shakespeariana dos olhos vivos em pérolas, dos ossos vivos em coral.

Uma citação profundamente cética de Kafka, referida por Benjamin em uma de suas cartas para Gershom Scholem, retrata bem o espírito profundamente cético do filósofo: “Ninguém conhece o caminho ao todo / e cada parte já nos cega” (Benjamin & Scholem, 1993: 180).

iii. O livro *Arendt und Benjamin* (2006), de Schöttker e Wizisla, é importante fonte atual de pesquisa sobre a relação entre os dois filósofos e resgata por meio de documentos, da correspondência entre eles, de cartas de Arendt para amigos, os mesmos de Walter Benjamin, de

textos sobre o Instituto de Pesquisa Social, entre outros. Este resgate da relação entre eles e vários atores é importante para recuperar laços afetivos, o contexto do exílio, perseguições e resistências. São reveladores documentos e comentários de Hannah Arendt sobre Instituto de Pesquisa Social.

Com a seleção de fontes documentais, o livro de Schöttker e Wizisla recupera a relação teórica e afetiva entre Arendt e Benjamin, bem como reabre novas possibilidades de pesquisas sobre as filiações teóricas do filósofo.

Os autores do livro sugerem que com o ensaio de Hannah Arendt de 1968, também publicado no livro, e seus próprios relatos sobre Walter Benjamin e suas vinculações teóricas, os caminhos de pesquisa sobre sua obra estão em aberto. Ressaltam que Arendt foi alijada desse processo por suas relações difíceis com o Instituto de Pesquisa Social por quem nutria uma profunda antipatia. Antes da morte de Benjamin, essas relações também eram difíceis para ele próprio e Scholem, o amigo mais próximo de Benjamin. Benjamin seria um filósofo distante e crítico de filiações rígidas e de enquadramento teórico.

Em Paris, pela convivência quase diária com Benjamin, Arendt também era testemunha de suas dificuldades financeiras e de sua falta de *status* no Instituto de Pesquisa. Gershom Scholem em seu livro *Walter Benjamin: a história de uma amizade* (1989) menciona que o que mais Benjamin desejava na época era o seu reconhecimento pelo Instituto de Pesquisa Social.

Hannah Arendt no artigo “Walter Benjamin e o Instituto de Pesquisa Social” (“*Walter Benjamin und das Institut für Sozialforschung*”), reproduzido no livro de Schöttker e Wizisla, descreve as relações de Benjamin com o instituto. Arendt conta que Benjamin não era membro do instituto e não tinha o mesmo *status* que Adorno, que chegava a criticar seus textos em nome do instituto. Menciona a carta de Adorno de 10 de novembro de 1938⁴ para Benjamin, na qual afirma que a obra Baudelaire foi rejeitada, em nome de “nós todos”.

4. *Briefe* [1966],
Bd.II, S.p. 782ff.

Arendt descreve que Benjamin nunca decidiu nada e nunca pôde ou quis falar em nome do instituto. Ele foi apontado como “membro da equipe do instituto de Nova York” com um “salário normal” apenas após a eclosão da Segunda Guerra, em 1939. Antes, Benjamin era um colaborador do instituto, recebia por seus escritos, alguns com várias e repetidas recomendações de alteração do texto.

5. "Man darf hinzufügen, dass trotz aller Konflikte es ben doch das Institut war, das allein ihm das Leben ermöglichte, und das mit Ausbruch des krieges das Institut wirklich alles nur Menschebnögliche unternommen hat, um ihn zu retten". Schöttker e Wizisla reeditam este texto *Walter Benjamin e o Instituto de Ciências Sociais*, bem como o ensaio de Hannah Arendt *Walter Benjamin (1892-1940)* da Revista *Merkur*, 22 (1968).

6. "Hannah Arendt, die im Pariser Exil eine Vertraute Walter Benjamin wuesw, hat die Rezeption seiner Schriften wie wenige andere geprägt. 1968 veröffentlichte sie in der Zeitschrift *Merkur* einen Aufsatz, in dem sie biographische, literarische und politische Aspekte des Werkes in den Mittelpunkt stellte. Zuvor hatten Gershom Scholem und Theodor Adorno, Benjamin langjährige Freunde, die philosophische und die theologische Perspektive betont. Arendt warf beiden ein Verdrängung der materialistischen Positionen Benjamins vor [...]. Arendt wollte nicht nur eine vernachlässigte Dimension in Benjamins denken darstellen, sondern sich auch für Verletzungen revanchieren, die ihrem

Hannah Arendt menciona neste texto que especialmente após o conflito sobre Baudelaire, Benjamin se sentiu financeiramente ameaçado e que teria confessado que as próprias circunstâncias que tanto ameaçavam a sua situação europeia tornariam impossível sua transferência para os Estados Unidos. Desde o início estava claro que a bolsa de estudos do instituto que Benjamin recebia dependia inteiramente da recepção do seu trabalho: "Uma recepção boa de seus trabalhos lhe renovava esperanças".

Entretanto, ao final deste texto sobre as relações de Benjamin com o Instituto de Pesquisa Social, Arendt reconhece:

Pode-se acrescentar que, apesar de todos os conflitos, foi o instituto que por si tornou a vida de Benjamin possível e que, com a eclosão da guerra, o instituto realmente fez tudo o que era humanamente possível para ele se salvar (Schöttker & Wizisla, 2006: 194, tradução nossa)⁵.

Erdmut Wizisla e Detlev Schöttker escrevem no Prefácio do livro:

Hannah Arendt, de quem no exílio ganhou a confiança de Walter Benjamin, moldou a recepção de seus escritos como poucos outros. Em 1968, ela publicou um ensaio na revista *Merkur* em que se concentrou em aspectos biográficos, literários e políticos de seu trabalho. Antes, Gershom Scholem e Theodor W. Adorno, amigos de longa data de Benjamin, haviam enfatizado as perspectivas filosóficas e teológicas. Arendt acusou ambos de reprimir as posições materialistas de Walter Benjamin. Essa acusação tornou-se parte da controvérsia em torno da edição e interpretação dos escritos de Benjamin, que continua a ocupar a pesquisa até hoje [...]. Arendt não só quis retratar uma dimensão negligenciada no pensamento de Benjamin, como também queria retratar os ferimentos infligidos a ela. Era uma reminiscência das dependências financeiras e medidas intelectuais que Benjamin teve que tomar no exílio (Schöttker & Wizisla, 2006: 9, tradução nossa)⁶.

Amizade e afinidades eletivas em tempos sombrios

Em setembro de 1940, dias antes de tentar o exílio nos Estados Unidos e a seu pedido, Walter Benjamin encontrou-se com Arendt em Marselha, França. Ele entregou a Arendt, entre outros manuscritos, seu último escrito que versava sobre as teses sobre a filosofia da história, que, em Nova York, deveria ser entregue a Theodor W. Adorno, como representante do Instituto de Pesquisa Social.

O contato frequente e a amizade entre Arendt e Benjamin constituíam uma segurança emocional naqueles anos de preconceito e perseguição aos judeus na Europa. Laure Adler descreve em seu livro *Nos passos de Hannah Arendt* (2007) que todo fim de tarde Arendt ia buscar Benjamin na Biblioteca Nacional, em Paris. À noite, eles liam em voz alta e dissecavam textos de Kafka:

Ele encarna para ela o escritor que sabe aflorar o nada e tornar definitivamente absurda qualquer ideia de redenção. Ela é a saída a todos os seus tormentos, a encarnação de sua resistência à teologia, sua fonte de esperança. A cada dia, ele lhe dá a coragem de viver. A cada noite, ela o ajuda a ultrapassar seu desespero (Adler, 2007: 148).

No percurso para a análise das afinidades intelectuais no pensamento de Hannah Arendt e Walter Benjamin, o ponto de partida sugerido neste artigo é a relação de amizade entre eles. A partir dessa inter-relação vão-se tecendo as afinidades eletivas. Amizade e afinidades eletivas são partes indissociáveis da relação entre os dois filósofos. A companhia de um ao outro lhes renovava esperanças.

O *Eros* da amizade no sentido do cultivo das relações afetivas de Hannah Arendt com os amigos estaria próximo da compreensão de Aristóteles (1992) em *Ética a Nicômacos*, da amizade como excelência moral; a amizade relacionada à convivência humana e, por consequência, com a própria coisa pública. Embora Arendt se referisse ao seu mundo particular ao falar dos amigos, esse mundo também tinha a dimensão do mundo no qual ela se sentia segura em relação ao mundo lá fora, em que a maior parte do tempo se sentia uma estranha.

Contudo, pode-se dizer, que os laços de amizade de Arendt com os amigos também continham a compreensão da amizade como definida por Cícero (2006), a amizade mais concentrada nos laços pessoais e afetivos. Nesse sentido, sugere-se que o significado do cultivo da amizade em Arendt envolve tanto a compreensão da amizade como excelência moral de uma relação com o mundo, em Aristóteles, quanto a amizade como laço afetivo entre pessoas que se admiram. Walter Benjamin era seu amigo, mas com ele também compartilhava uma visão do mundo lá fora.

Para Arendt e Benjamin, o mundo particular dos amigos tinha uma profunda ligação com o mundo público, mundo no qual a maior parte do tempo se sentiam fora de casa. O contato frequente e a amizade entre os dois filósofos constituíam uma segurança emocional naqueles tempos de preconceito e perseguição. Em tempos sombrios, expressão de Bertold Brecht, que Hannah Arendt utiliza para nomear seu livro *Homens em tempos sombrios* (1987), ela precisava se reconciliar o tempo

todo com o mundo. O sentimento de pertencimento ao mundo se realizava por intermédio do mundo particular dos amigos. Arendt menciona que os tempos sombrios não são novos, como não constituem uma raridade na história. Entretanto, argumenta que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação e que tal iluminação pode bem provir menos de teorias e conceitos, mas da história de homens e de grandes obras.

Em 1941, na viagem para o exílio para os Estados Unidos, Arendt e seu marido Heinrich Blücher leem no navio em voz alta para os passageiros o manuscrito levado por ela das *Teses sobre o conceito de história* (Adler, 2007). Em 1942, em Nova York, Hannah Arendt escreveu um poema para Walter Benjamin:

W. B.

O crepúsculo voltará algum dia.
A noite descerá das estrelas,
Repousaremos nossos braços estendidos
Nas proximidades, nas distâncias.

Da escuridão soam suavemente
Pequenas melodias arcaicas. Ouvindo,
Vamos desaparecer-nos,
Vamos finalmente romper as fileiras.

Vozes distantes, mais perto de luto.
Essas são as vozes e esses os mortos
Pré-enviados como mensageiros
Na frente, para levar-nos no sono⁷.

7. Reproduzido de Elisabeth Young-Bruehl, *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*, 1997: 164 e 422.

Sobre o conceito de história e a visão de modernidade

As referências principais aqui utilizadas são os textos de Hannah Arendt “O conceito de história: antigo e moderno” e “A tradição e a época moderna”, ambos reunidos em sua obra *Entre o passado e o futuro* (1988). E de Walter Benjamin seu último escrito – *Teses sobre a filosofia da história*.

A cópia de Walter Benjamin das *Teses sobre a filosofia da história* publicadas no volume 19 de suas *Obras escolhidas* (2010) tem como título *Reflexões histórico-filosóficas* (*Geschichtsphilosophische Reflexiones*). Pode-se observar que o título dado por Hannah Arendt às teses é próximo do título do manuscrito póstumo de Walter Benjamin.

Embora nem sempre as obras dos dois pensadores conversem entre si, elas dispõem de um potencial comparativo a ser explorado. Nesse sentido, julga-se aqui

que em uma proposta mais ampla de pesquisa sobre o pensamento dos dois filósofos, as questões e as reflexões sobre a concepção da história e a visão crítica da modernidade sejam provavelmente a marca maior do diálogo presente entre eles.

Há uma semelhança também entre Arendt e Benjamin na maneira literária de pensar. O pensar poeticamente que Arendt atribui a Benjamin poderia também ser estendido a ela, que tem um gosto particular pela literatura e pela arte de contar histórias.

Em Walter Benjamin e em Hannah Arendt há uma crítica ao conceito de história como algo linear, contínuo e universal. Se em Benjamin existe uma crítica ao conceito de história baseado em uma ideia de progresso, uma crítica ao conceito de história que busca certezas absolutas, uma crítica ao conceito de história que busca uma ideia de causalidade (ao desconhecer eventos e acontecimentos ocasionais, capazes de iluminar um tempo), há nessa compreensão uma identidade com o conceito de história em Hannah Arendt.

Se para Benjamin, o tempo da história é o tempo de “agoras”, o tema da história em Arendt é o do extraordinário. Tanto em Benjamin como em Hannah também o particular informa a compreensão do geral. Ao se referir à história antiga que preza pela narrativa dos fatos, Arendt enfatiza:

Causalidade e contexto eram vistos sob uma luz fornecida pelo próprio evento, iluminando um segmento específico dos problemas humanos; não eram considerados como possuidores de uma existência independente de que o evento seria apenas a expressão mais ou menos acidental, conquanto adequada (Arendt, 1988: 96).

Ao se comparar as *Teses sobre a filosofia da história* de Walter Benjamin com a concepção da história em Hannah Arendt com base no fato extraordinário, percebe-se que os dois autores de fato estão se remetendo a uma crítica da concepção moderna da história e da própria modernidade como um *continuum*. Em relação à compreensão da história, as afinidades eletivas entre os dois filósofos concentraram-se na crítica da modernidade, devido a uma visão totalizante, e no entendimento de ambos sobre o conceito de história, com foco na capacidade de iluminação de eventos particulares. Para os dois filósofos, a noção de experiência e do significado de eventos particulares são essenciais para a compreensão da história. Segundo Arendt, Walter Benjamin,

[...] em sua preocupação com fatos concretos direta e efetivamente demonstráveis, com eventos e acontecimentos únicos cujo

“significado” é evidente, Benjamin não estava muito interessado em teorias ou “ideias” que não assumissem imediatamente a mais precisa forma exterior imaginável. Para ele, a relação marxista entre superestrutura e infraestrutura converteu-se, em um sentido preciso, em uma relação metafórica (1987: 143).

Em Walter Benjamin, as metáforas são os meios pelos quais se realizam poeticamente a unicidade do mundo. Arendt sublinha que Benjamin, por conseguinte, estava fadado a considerar a metáfora como o maior dom da linguagem, pois para ele, “a ‘transferência’ linguística nos permite dar forma material ao invisível” (Arendt, 1987: 144).

Os dois filósofos em suas concepções da história reforçam a necessidade de compreensão do significado de experiências particulares, das narrativas históricas, dos eventos extraordinários. Há neles uma nítida preocupação com o tempo presente e o significado de eventos particulares. Ao se referir à modernidade, Arendt menciona uma quebra do fio da tradição, na medida em que o passado já não se comunica com o presente. Nas palavras de Benjamin, o anjo da história ao olhar para trás só vê um amontoado de ruínas.

Walter Benjamin crítica a compreensão da história como uma ciência positivista, posição que expressa em várias passagens de suas teses:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, não leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido na história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente de seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável em cada um de seus momentos (Tese 3, 1987: 223).

A verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido (Tese 5, 1987: 224).

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (Tese 6, 1987: 224).

Assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Para Benjamin, a tarefa do historiador é “escovar a história a contrapelo” (Tese 7, 1987: 225):

A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homo-

gêneo. A crítica da ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha (Tese 13, 1987: 229).

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo de “agoras” (Tese 14, 1987: 229).

No mesmo sentido, para Hannah Arendt o tema da história é a compreensão de eventos particulares capazes de iluminar um tempo. O tema da história é “o extraordinário”. Os grandes feitos e as grandes obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não fazem parte de uma totalidade ou de um processo abrangente: a ênfase recai sempre em situações únicas e rasgos isolados (Arendt, 1988b: 72).

Segundo Arendt, a história como narrativa dos fatos deve considerar elementos, tais como a explanação de fatos e eventos, os relatos dos feitos dos vencedores e dos vencidos, a figura dos testemunhos. Inexistiria um conceito de história universal e da humanidade como um todo. Cada evento, feito ou ocorrência é concebido em si e por si mesmo, na medida em que o particular informa a compreensão do geral.

De acordo com Arendt, a ausência de sentido do mundo moderno está prenunciada na identificação entre meios e fins. A quebra do fio da tradição estaria na glorificação da atividade da ação (entendida como fabricação) em relação às atividades da política (entendida como a construção de acordos) e da filosofia (entendida como a atividade do pensamento). A alienação do mundo moderno se caracterizaria pela perda de um mundo comum somente possível no espaço público e na política:

A época moderna, sua crescente alienação do mundo, conduziu a uma situação em que o homem onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo (Arendt, 1988a: 96).

Em síntese, em Walter Benjamin e em Hannah Arendt, a crítica ao conceito moderno de história recai sobre os seguintes elementos: a ideia de progresso, a relação entre causa e efeito, a preocupação com uma explicação generalizada dos fatos, em detrimento do olhar sobre o particular, a influência da visão hegeliana da história como o desenvolvimento ininterrupto do espírito.

Considerações finais

Sugeriu-se neste exercício comparativo entre o pensamento de Hannah Arendt e Walter Benjamin, construído nos tempos sombrios da Segunda Guerra e tecido a partir de laços profundos de amizade, que as afinidades eletivas entre Hannah

Arendt e Walter Benjamin manifestam-se em particular em relação aos seguintes aspectos: na crítica ao conceito de história que exclui o foco na capacidade de iluminação de eventos particulares; na crítica à noção de modernidade como portadora da ideia de progresso; na noção de experiência individual como algo intransferível; e na valorização da experiência coletiva como capaz de romper com o *continuum* e criar situações revolucionárias.

No entanto, as semelhanças em relação aos aspectos aqui abordados não apagam o estatuto teórico e a trajetória de cada obra em particular. Em Hannah Arendt, a crítica à modernidade recai em um questionamento profundo da teoria marxista e, em particular, ao próprio Marx, pela glorificação da atividade do trabalho em detrimento da atividade da política, uma característica da ação por excelência e seu potencial de liberdade. Já em Walter Benjamin, a crítica à modernidade recai em uma valorização do materialismo histórico como possibilidade de redenção.

Para os dois filósofos, por meio de eventos particulares ou extraordinários pode-se revelar o espírito de uma época, sem pretensões generalizantes. Refazer histórias e trajetórias singulares contribuem para o conhecimento das ideias que iluminam à compreensão de um tempo e de suas personagens. A crítica ao conceito moderno de história em Hannah Arendt e de um tempo linear e vazio em Walter Benjamin não apenas apresentam conteúdos semelhantes como demonstram ainda afinidades de visões em relação às características e inseguranças da modernidade.

Postscriptum.

Entrevista com o Dr. Erdmut Wizisla⁸

Maria Francisca: *What were the motivations for writing the book Arendt und Benjamin?*

Dr. Erdmut Wizisla: *Schöttker and I realized that the relationship between Hannah Arendt and Walter Benjamin hasn't been researched enough. We knew about Hannah Arendt's copy of "Über den Begriff der Geschichte" from the Library of Congress, one of Benjamin's most important texts. It was possible to publish this fascinating manuscript for the first time in this volume. Everyone loved the papers with the different colors.*

We thought it would be important to publish Arendt's Benjamin essay from 1968 again. And we found a lot of new documents, at first letters, and I think this volume could contribute to a new image of this relationship.

8. Como *postscriptum*, acrescentamos uma entrevista da autora com o professor Erdmut Wizisla, um dos autores do livro *Arendt und Benjamin* (2006), realizada em Berlim em 25 de julho de 2019. O professor Wizisla é pesquisador do Walter Benjamin Archiv, em Berlim, e especialista das obras de Walter Benjamin e Bertold Brech. A autora considera importante a publicação desta entrevista porque o professor Erdmut Wizisla, além de tecer comentários sobre o seu livro, *Arendt und Benjamin* (2006), faz também uma avaliação sobre as ideias e o tema de nossa pesquisa – “Hannah Arendt e Walter Benjamin: Eros da amizade e afinidades eletivas”. Atualmente, a pesquisadora dá continuidade aos seus estudos sobre o tema, com bolsa de produtividade do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Maria Francisca: *The book contains a number of important documents, such as the correspondence between Hannah Arendt and Walter Benjamin, letters from Arendt to various close friends and Walter Benjamin's friends, such as Gershom Scholem, Günther Anders, Bertolt Brecht and Theodor W. Adorno.*

By including in this book letters and documents what the authors intended to contribute to the knowledge of the relationship between Hannah Arendt and Walter Benjamin?

Dr. Erdmut Wizisla: *We wanted to enrich the knowledge about Hannah Arendt and Walter Benjamin. And we had the impression that Benjamin's friends Theodor W. Adorno and Gershom Scholem had an one-sided and affective view on Arendt and on Arendt's relation to Benjamin. To collect all the letters seems us to bring more knowledge and clearness in this matter.*

Actually the unknown postcard with this funny and tender reminder of chess matches (and Benjamin's remark, his horses would long to bite her horses), was found by a friend of mine, Barbara Hahn, who is an Arendt expert, found an unknown postcard.

Maria Francisca: *As a reader of the book, that I think has great relevance for researches on Walter Benjamin and his theoretical affiliations, I would like the professor explain a little more about the essential thesis argued below:*

Hannah Arendt, from whom in exile gained the trust of Walter Benjamin, shaped the reception of her writings like few others. In 1968, she published an essay in Merkur magazine in which she focused on biographical, literary, and political aspects of his work. Previously, Gershom Scholem and Theodor W. Adorno, longtime friends of Benjamin, had emphasized philosophical and theological perspectives. Arendt accused both of them of repressing the materialistic positions of Walter Benjamin. This accusation became part of the controversy surrounding the editing and interpretation of Benjamin's writings, which continues to occupy the research to this day.

So far everything seemed clear. However, if you look more closely, the facts become more complex. Arendt not only wanted to portray a neglected dimension in Benjamin's thought, but also want-

ed to portray the wounds inflicted on her. It was reminiscent of the financial dependencies and intellectual measures that Benjamin had to take in exile. At the same time, she tried to explain Benjamin and Heidegger, whom she also felt compelled to believe, and what can be said to be spiritual thinkers. The test led to irritations at various levels, which were only partially visible in public reactions.

Dr. Erdmut Wizisla: *You are right in generally I would say. And your view is absolutely interesting and free of prejudice. That is important.*

Hannah Arendt's view on Benjamin has its own tendency and is not free of simplifications. Namely the idea that Benjamin was awkward and clumsy seems to us not really useful. I enclose a paper of mine (from a congress in Portbou in 2010), in which I argued against this perspective. I estimate Hannah Arendt very highly. But I also see that she although she was very close to Benjamin gave him her shape.

I think the interpretation of Benjamin's writing is now in a sort of its classical phase. It is now possible to avoid these old battles and to learn more about how it was, really. It doesn't mean that we should have a non-political view on Benjamin. But we have to read and to understand him in his time.

Maria Francisca: *The ideas from the book Arendt und Benjamin led me to think how the reification of a work, in the case of Walter Benjamin due the approaches of Gershom Scholem and Theodor W. Adorno, can lead the reader of Benjamin's work to have wrong view at his work. And, in this case, his premature death may have contributed to such different views.*

Does my remark make any sense to you, Professor Wizisla? Is it as if the work no longer belonged to its author?

Dr. Erdmut Wizisla: *Benjamin's work is a sort of myth. His many friends contributed to this legend. Some of them altruistic, some with strong interests. I do not want to judge. And I do not want to value who of them was better, who was right, who wrong. The efforts of Adorno and Scholem is amazing, but Hannah Arendt and also Bertolt Brecht took part in their own manner.*

Maria Francisca: *Would Professor Wizisla have suggestions to give me from other sources of research on Hannah Arendt and Walter Benjamin?*

Dr. Erdmut Wizisla: *I am sure you know already all what is important. Look at the correspondence between Hannah Arendt and Gershom Scholem and Hannah Arendt and Günther Anders which hasn't been published when we did this book. Maybe you can also check Heinrich Blücher's papers. Blücher is very important for Benjamin's political position, and he was a close friend as well.*

Thank you very much.

Thank you, Maria Francisca. And all the best for your work.

Referências

ADLER, Laure. *Nos passos de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ADORNO, Theodor W. Correspondência 1928-1940. In: *Adorno-Benjamin*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ARENDR, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. A tradição e a época moderna. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1988a.

_____. O Conceito de história – antigo e moderno. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988b.

_____. Walter Benjamin: 1892-1940. In: _____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Men in dark times*. New York: Harcourt Brace & Company, 1983.

_____. Hannah Arendt on Hannah Arendt. In: HILL, Melvyn A. (Edited). *Hannah Arendt: the recovery of the public world*. New York: St. Martins's Press, 1979.

_____. *Rahel Varnhagen, the life of a jewish woman*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1974.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Über den Begriff der Geschichte*. Suhrkamp verlag Berlin, Band 19, 2010.

_____. As afinidades eletivas em Goethe. In: _____. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2009.

_____. *Illuminations*. Edited by Hannah Arendt. New York. Harcourt Brace Jovanovich, Inc. 2007.

_____. *Briefe. Herausgegeben und mit Anmerkungen Verseihen von Gershom Scholem und Theodor W. Adorno*. Erster Band. Suhrkamp. Band1 und Band2, 1993.

_____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Obras escolhidas*. v. 1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. Sobre o conceito de história. In: _____. *Obras escolhidas*. v. 1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

BENJAMIN, Walter; SCHOLEM, Gershom. *Correspondência*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

CÍCERO, Marco Túlio. *Sobre a amizade*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *As afinidades eletivas*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2014.

LÖWY, Michel. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central: um estudo de afinidade eletiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHOLEM, Gershom. *Walter Benjamin: A história de uma amizade*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

SCHÖTTKER, Detlev; WIZISLA, Erdmut. *Arendt und Benjamin*. Deutschland: Suhrkamp, 2006.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Hannah Arendt, for love of the world*. New Haven; London: Yale University Press, 1982.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.



Por um modelo nacional de prevenção do trabalho escravo? Desafios e conflitos na nacionalização do projeto Ação Integrada

Recebido: 11.12.19
Aprovado: 31.07.20

Patricia Trindade Maranhão Costa*

* Patricia Trindade Maranhão Costa é doutora em antropologia social pela Universidade de Brasília (UnB), com pesquisa de pós-doutorado em antropologia realizada no Centre Interuniversitaire d'Études sur les Lettres, les Arts et les Traditions (Celat) de l'Université Laval, em Quebec, Canadá. Orcid: 0000-0002-8710-8502. <patriciatmcosta@gmail.com>.

Resumo: O artigo contribui para os estudos de políticas de combate e prevenção do trabalho escravo ao analisar o processo de implementação nacional do projeto Ação Integrada, ocorrido entre 2014 e 2018, quando se tentou alçá-lo à condição de modelo de prevenção da reincidência de trabalhadores/as em situações análogas à escravidão. A análise baseia-se na observação das relações institucionais do campo de combate ao trabalho escravo no Brasil pela participação em situações sociais ocorridas durante o processo e reveladoras da estrutura e dos conflitos intrínsecos ao campo. Como resultado, foram revelados desafios sociais e entraves políticos ao enfrentamento do problema, como a impossibilidade de replicar um projeto de prevenção em um mundo do trabalho complexo e dinâmico produtor de vulnerabilidades específicas para o trabalho escravo nas diferentes regiões do país, ao lado de conflitos institucionais que, acentuados pela disputa por recursos escassos, ameaçam a atuação conjunta do campo.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Campo. Ação integrada. Prevenção e vulnerabilidades.

For a National Model to Prevent Slave Labor? Challenges and conflicts in the nationalization of the Integrated Action Project

Abstract: The article contributes to the studies of policies to combat and prevent slave labor by analyzing the national implementation process of the Integrated Action project that occurred between 2014 and 2018, when it was raised to the condition of a model to prevent the recurrence of workers in situations analogous to slavery. The analysis is based on the observation of the institutional relations of the field to combat slave labor in Brazil through the participation in social situations occurred during the process that revealed the structure and the intrinsic conflicts to the field. As a result, social challenges and political obstacles to combat the problem were revealed, such as the impossibility of replicating a prevention project in a complex and dynamic world of work that produces specific vulnerabilities to slave labor in different regions of the country, alongside conflicts accentuated by the dispute over scarce resources that threaten the joint action of the field.

Keywords: Slave labor. Field. Integrated action. Prevention and vulnerabilities.

Em 14 de dezembro de 2016, Marinaldo Soares Santos, trabalhador rural originário do estado do Maranhão, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos na categoria combate e erradicação do trabalho escravo. A premiação mostrava ao Brasil e ao mundo a persistência da escravidão contemporânea no país a partir da experiência de Marinaldo, *que passou por doze fazendas e em quase todas foi submetido às condições desumanas, chegando a ser resgatado três vezes da escravidão...* (Cruz, 2019: 53)¹. Sua trajetória é emblemática de um segmento que vivencia reiteradamente condições de trabalho consideradas por lei “análogas à escravidão”² ou denominadas “trabalho escravo” por grupos dedicados à defesa dos direitos humanos por referir-se a um tipo de trabalho não livre, marcado pela desigualdade e pela exploração exacerbada (Figueira, 2004).

1. Conferir entrevista concedida por Marinaldo Soares a Xico Cruz do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán (CDVDH/CB) de Açailândia (MA) e narrada no livro *Conto escravidão* (Cruz, 2019).

2. As “condições análogas à escravidão” estão definidas no artigo 149 do Código Penal Brasileiro. Referem-se a situações que violam a dignidade e/ou a liberdade dos/as trabalhadores/as. Sobre os bens jurídicos tutelados pela lei, conferir Brito Filho (2015).

3. Sobre as ações nacionais de enfrentamento ao trabalho escravo, conferir Costa (2010).

Políticas de combate ao trabalho escravo são oficialmente realizadas no Brasil desde 1995³, mas o seu viés preventivo, particularmente da reincidência em situações de escravidão contemporânea, constitui-se em lacuna no enfrentamento ao problema. Este artigo analisa a tentativa de implementação nacional do projeto Ação Integrada, criado em 2008, no Mato Grosso, para evitar a reincidência de trabalhadores/as resgatados/as em situações de trabalho escravo por meio de ações que apoiam a qualificação profissional dos/as resgatados/as e, idealmente, possibilitam sua inserção profissional em melhores condições.

Busca-se, desse modo, contribuir para os estudos sobre políticas de combate e prevenção do trabalho escravo, dentre os quais destaco: Luiza Freitas e Valena Mesquita (2018), que discorrem sobre os avanços e desafios para a implementação nacional da Lei Estadual Paulista 14.946, que prevê a cassação do cadastro dos contribuintes de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de empresas flagradas utilizando mão de obra escrava; Fabiana Severo (2018), que argumenta a favor de medidas de prevenção que garantam aos/às trabalhadores/as processos de recrutamento transparentes, justos, honestos e equitativos para evitar o aliciamento, o tráfico de pessoas e outras práticas abusivas; Krystima Chaves (2018), que analisa a ineficiência do Programa Seguro Desemprego para promover a reinserção social do/a trabalhador/a resgatado/ do trabalho escravo; e Kalil e Ribeiro (2015), que descrevem os avanços da política repressiva de combate ao trabalho escravo no Brasil em contraposição à incipiente ação assistencial-preventiva destinada aos/às trabalhadores/as resgatados/as, de modo a evitar o seu retorno para situações análogas à escravidão.

A contribuição a esses estudos reside na análise antropológica de aspectos políticos próprios do campo nacional de combate ao trabalho escravo, inspirada na noção de “campo” desenvolvida por Pierre Bourdieu (2006), e do mundo do tra-

balho no Brasil, que geram entraves à implementação de ações de enfrentamento ao problema.

A noção de “campo” lembra que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações, de onde retira o essencial de suas propriedades (Bourdieu, 2006: 27). Neste caso, a expansão nacional de um projeto local está particularmente relacionada a um conjunto de ações institucionais diversas destinadas a erradicar o trabalho escravo no país. Seu avanço depende da maneira como o projeto se vincula com as demais iniciativas e da forma como ele contém os aspectos considerados essenciais para o enfrentamento do problema.

A percepção de que existem propriedades comuns a todos os campos – homologias estruturantes e funcionais (Bourdieu: 66-69) – suscitou o conhecimento da gênese do campo nacional de combate ao trabalho escravo, os valores que sustentam sua dinâmica própria, os processos produtores da necessidade desses valores, os jogos de linguagem nele utilizados, além dos aspectos materiais e simbólicos em jogo⁴. De forma conexa, isso permitiu compreender o capital próprio desse campo. Enquanto o *habitus* refere-se às disposições incorporadas nos agentes do campo decorrentes das práticas que regem o seu funcionamento sistemático (Bourdieu: 61-62), a identificação do capital disputado no campo permite entender sua distribuição entre os seus diferentes agentes e as estratégias elaboradas por eles para a sua obtenção (Catani, 2011).

O campo nacional de combate ao trabalho escravo é composto por instituições públicas, entidades privadas e organizações não governamentais dedicadas à defesa dos direitos trabalhistas e humanos. Elas ocupam diferentes posições no campo, conforme sua área específica de atuação – denúncias, fiscalização, condenações, atendimento a trabalhadores/as etc. – e capacidade de abrangência – nacional ou local. Estão associadas por uma atuação articulada em torno de um interesse social comum: a erradicação do trabalho escravo no país.

Ainda que as primeiras denúncias de trabalho escravo tenham ocorrido na década de 1970⁵, a gênese formal desse campo, como sistema ou espaço estruturado de posições, pode ser remetida à 1995, com a criação do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), que articulava diversas áreas do governo (Costa, 2010: 126). Sua maior institucionalização, entretanto, ocorreu em 2003 com a criação da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae)⁶, que substituiu o Gertraf, e com o lançamento do I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (I Pnete). Isso conferiu ao tema o *status* de política pública federal, interinstitucional, com plano, metas, recursos e instância de monitoramento (Plassat, 2015).

4. Estes aspectos podem ser encontrados nos diferentes campos analisados por Bourdieu, constituindo-se em princípios “invariantes”, a estrutura, capturada na variante observada das realidades empíricas estudadas (Bourdieu, 1996: 15 apud Catani, 2011: 190).

5. A carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga – “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” –, de 10 de outubro de 1971, é considerada a primeira denúncia mundial sobre a conflituosa situação agrária da Amazônia brasileira e as condições de vida e de trabalho ali encontradas. Para ler a carta na íntegra, ver: <<http://servicioskoionia.org/Ca-saldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acessado em: 16 Jul. 2020.

6. Sediada hoje no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a Conatrae reúne representantes de instituições governamentais, entidades privadas não governamentais e observadores que atuam nacional ou localmente no combate ao trabalho escravo. Sua função é definir, coordenar e acompanhar

as estratégias de enfrentamento ao problema no país. Para mais informações, ver: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/orgaos-colegiados/conatrae>>. Acessado em: 01 Nov. 2019.

7. A percepção do campo como um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam diversas posições e lutam em torno de um capital específico pode ser encontrada no texto “*Le champ littéraire*” (Bourdieu, 1991 apud Catani, 2011).

A articulação institucional, prática destacada no Gertraf, foi mantida e ampliada na Conatrae, assim como foi enfatizada no Pnete enquanto prática indispensável às suas ações (Costa, 2010: 182). Isso permite perceber a articulação institucional como *habitus* que fundamenta esse campo na forma de uma disposição incorporada em seus agentes que percebem o trabalho escravo como problema multifacetado, que requer ações articuladas para o seu enfrentamento. Se são os detentores do *habitus* que conseguem jogar o jogo do campo (Catani, 2011), o êxito no combate ao trabalho escravo deve-se, em grande medida, à capacidade de seus agentes coordenarem ações articuladas entre diversas instituições.

Apesar desse caráter, este é um campo de lutas, como todos os demais⁷. Seus agentes disputam, sobretudo, um capital simbólico (prestígio e reconhecimento) que pode levar ao recurso financeiro. Sua distribuição desigual situa as instituições em posições hierárquicas diversas na estrutura do campo, o que gera conflitos institucionais na busca por maior reconhecimento. Isso não ameaça a existência desse campo e torna o conflito um aspecto intrínseco e permanente das relações institucionais que o constituem, o que pode estimular a resolução de divergências internas contribuindo para a manutenção da sua unidade (Simmel, 1955: 13).

Entretanto, no contexto da nacionalização do projeto Ação Integrada, a luta interna ao campo ocorreu em meio a uma acirrada disputa por recursos escassos (financeiros e simbólicos), o que (ex)acerbou seus conflitos institucionais, tornando-os entraves à implementação de um projeto que trazia, em sua essência, a integração de instituições diversas, e ameaçou a atuação conjunta de um campo que sinaliza na articulação institucional um importante valor para realizar suas ações.

Da mesma forma, a tentativa de implementação de um projeto local em outros contextos foi de encontro à diversidade de trabalhadores/as resgatados/as no país, detentores/as de vulnerabilidades específicas para o trabalho escravo em cada estado ou região, o que requer políticas de prevenção adequadas ao seu perfil sociocultural. Isso evidenciou os riscos das soluções homogêneas destinadas a um mundo do trabalho dinâmico e complexo, produtor de situações diferenciadas de trabalho escravo e de um segmento heterogêneo e internamente diversificado de trabalhadores/as escravizados/as.

Os dados e as informações apresentados decorrem da observação desse processo a partir da atuação, entre 2014 e 2018, em uma entidade que desenvolve ações nacionais de combate ao trabalho escravo, dentre as quais o apoio à nacionalização do projeto Ação Integrada. A análise apresentada é, portanto, resultado da participação nesse processo que possibilitou a reflexão crítica sobre os diferentes

aspectos que emergiram no seu decorrer. Isso permitiu observar as relações institucionais do campo de combate ao trabalho escravo estabelecidas e mantidas no âmbito federal e local⁸. Essas relações eram particularmente evidenciadas em eventos que se constituem em situações sociais (Gluckman, 1987) reveladoras da estrutura do campo – agentes, dinâmicas de funcionamento, conflitos intra e interinstitucionais, recursos financeiros e simbólicos em jogo –, bem como dos seus processos de mudança e permanência.

No âmbito federal, essas situações sociais ocorriam nas reuniões periódicas da Conatrae, em reuniões bilaterais com instituições federais interessadas em apoiar a nacionalização do Ação Integrada, em eventos comemorativos realizados em datas emblemáticas para o campo, como o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo (comemorado em 28 de janeiro), e em eventos extraordinários que marcam realizações das políticas de enfrentamento ao problema. Em âmbito local, a observação abarcou as reuniões periódicas do Grupo de Ação Interinstitucional para Erradicação do Trabalho Escravo, no sul e sudeste do Pará (Gatete), realizadas em Marabá (PA), o diálogo com representantes de entidades locais do Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará, Bahia e São Paulo, interessadas em conhecer o projeto, e o diálogo com as instituições que o implementam em Mato Grosso.

A participação nessas situações sociais permitiu observar a tentativa de nacionalização do projeto Ação Integrada a partir de uma posição singular, que possibilitou acompanhar o processo como uma intermediária⁹ entre dois níveis distintos da atuação do campo: o federal, representado pelas instituições que, desde Brasília, definem estratégias nacionais de enfrentamento; e o local, representado pelas entidades que lidam diretamente com resgatados/as do trabalho escravo e pessoas vulneráveis a essa condição. O contato com representantes institucionais de ambos os níveis permitiu identificar expectativas, críticas e o que estava em jogo na nacionalização do projeto Ação Integrada. Isso podia estar orientado para atender às comunidades e aos territórios vulneráveis ao trabalho escravo, conforme seus problemas e características particulares, ou para possibilitar o melhor cumprimento do papel de instituições federais no combate ao trabalho escravo no país.

Diante dessas observações, indago: como desafios sociais e conflitos institucionais inerentes ao campo de combate ao trabalho escravo prejudicam o enfrentamento ao problema e como poderiam ser superados? Em resposta, serão apontadas as diferentes dinâmicas do trabalho escravo existentes no país e o esforço de adequação das ações de enfrentamento, por parte de entidades locais, ao perfil diversificado de trabalhadores/as. Serão igualmente apresentados o modo como os conflitos institucionais ocorrem, seus efeitos para a implementação de ações de combate ao

8. Sobre a observação de relações institucionais e de universos temáticos em que o pesquisador analisa dinâmicas de poder que o envolvem como parte da sua atividade profissional, ver: Sergio Ricardo Castilho, Antonio Carlos de Souza Lima e Carla Costa Teixeira (2014).

9. A posição poderia assemelhar-se ao *broker* analisado por Wolf (2006 [1956] apud Feldman-Bianco & Ribeiro, 2003) e que podia atuar orientado ou para a comunidade ou para a nação. Aqui, entretanto, ela permitiu apreender visões e valores dos diferentes agentes institucionais envolvidos voltados para a reprodução do campo.

trabalho escravo e a possibilidade de serem estabelecidos novos arranjos institucionais, que contribuam para a superação de dificuldades práticas de instituições assimetricamente posicionadas no campo, para compartilhar e implementar ações de prevenção e assistência às vítimas do trabalho escravo.

Para tanto, o artigo está dividido em três seções: a primeira apresenta o processo de criação do projeto em Mato Grosso, com análises sobre as ações inspiradoras; a estrutura formada para atender aos seus objetivos; e os valores que o fundamentaram. A segunda seção examina as tentativas de replicação do projeto em outros estados e a ruptura com esse propósito inicial, imposta pelas particularidades de cada contexto. A terceira, aborda os entraves políticos à nacionalização do projeto a partir dos conflitos institucionais presentes nas esferas nacional e local.

Para não enxugar gelo

As estatísticas oficiais sobre o trabalho escravo no Brasil refletem os/as trabalhadores/as encontrados/as pelas equipes de fiscalização¹⁰. Os/as que não foram encontrados nas ações fiscais permanecem invisíveis aos dados da inspeção do trabalho, assim como a reincidência em situações análogas à escravidão é fenômeno de difícil acompanhamento, ainda que possa ser empiricamente constatado pelos auditores-fiscais do trabalho: “É como enxugar gelo!”, afirmam estes profissionais ao narrarem situações em que o/a mesmo/a trabalhador/a pode ser encontrado em diferentes contextos de escravidão. Isso revela os limites da fiscalização que, mesmo sendo uma estratégia fundamental de repressão, não é suficiente para alterar os fatores de vulnerabilidade que levam homens e mulheres às situações de escravidão contemporânea no país¹¹.

Após a ação fiscal, os/as trabalhadores/as resgatados/as podem receber uma modalidade especial do seguro-desemprego também denominada “seguro-resgatado”¹², que consiste no pagamento de três parcelas do benefício, no valor de um salário mínimo cada, ao longo de um período em que, idealmente, o/a trabalhador/a deveria “ser encaminhado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine)”, conforme o § 1º, do artigo 2º da Lei 10.608, de 20 de dezembro de 2001, o que torna a qualificação profissional a estratégia do Estado para a reinserção do/a resgatado/a no mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, para evitar a sua reincidência em situações de trabalho escravo.

Foi a impossibilidade de o Estado cumprir esse papel que levou à criação do projeto Ação Integrada em Mato Grosso, em 2008, por iniciativa da Auditoria-Fiscal

10. Desde 1995, foram encontrados 54.285 trabalhadores/as submetidos/as ao trabalho escravo, conforme o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), atualmente sediada no Ministério da Economia. Disponível em: <sit.trabalhoescravo.gov.br/radar/>. Acessado em: 26 Nov. 2019.

11. O estudo da OIT *O perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil* (2011: 85) indica que, para cada trabalhador resgatado, pode-se considerar que entre sete e oito não foram alcançados pela fiscalização.

12. A extensão do benefício do seguro-desemprego ao/a trabalhador/a resgatado/a ocorreu por meio da Lei 10.608, de 20 de dezembro de 2001. Para maiores informações, ver: <www.caixa.gov.br>. Acessado em: 29 Maio 2019.

do Trabalho atuante no estado. O projeto foi uma forma de promover a política de qualificação e inserção profissional prevista na lei por um caminho que vai além dos poderes públicos, estabelecendo parcerias destes com instituições privadas e da sociedade civil. Em consonância com a lei, compartilhava-se a visão de que a ausência de qualificação profissional e a baixa escolaridade eram os principais fatores de vulnerabilidade para a reincidência no trabalho escravo. Foi estabelecida uma parceria entre a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso (SRTE/MT), a Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) e a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) com o objetivo de promover ações de qualificação e inserção profissional de resgatados/as do trabalho escravo residentes no estado. Essas ações seriam desenvolvidas com instituições parceiras que viabilizassem o apoio à realização de cursos profissionalizantes, a elevação da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho.

Posteriormente foi percebido que as aspirações de trabalho dos/as resgatados/as deveriam ser consideradas na promoção e oferta dos cursos para evitar que o projeto limitasse as opções de qualificação às parcerias institucionais previamente estabelecidas, condicionando os cursos profissionalizantes a essas e não às demandas dos/as trabalhadores/as. Este aspecto foi ressaltado aos implementadores do projeto em Mato Grosso por organizações da sociedade civil (Gómez, 2019). Essa percepção permitiria preencher as lacunas deixadas pelo Programa Seguro Desemprego (PSD), cujos cursos de qualificação, quando ofertados, não contribuíam para a melhoria das competências profissionais dos/as trabalhadores/as, por não serem adequados às suas demandas profissionais. Essa limitação acabou por reduzir o PSD à concessão temporária de renda aos/às resgatados/as, sem alterar sua condição vulnerável (Chaves, 2018: 87-88).

Para não incorrer nesses erros, a metodologia do Ação Integrada baseava-se na articulação de políticas públicas de educação e assistência social, com ações do setor privado destinadas à qualificação profissional e da sociedade civil relacionadas com o atendimento e o acolhimento de trabalhadores/as. A articulação entre diferentes instituições conferiu o caráter essencialmente integrado do projeto. A diversidade de parcerias permitiria superar os limites de cada entidade pela ação complementar de outra, com o objetivo de atender o/a trabalhador/a após o resgate, bem como possibilitar, pela formação profissional e educacional, sua inclusão em situações de trabalho formalizadas protegidas pelos direitos trabalhistas.

As instituições criadoras do projeto (SRTE/MT, PRT e UFMT) constituíram uma coordenação responsável pela articulação e coordenação das parcerias capazes de promover as ações de qualificação e inserção profissional. As atividades com os/

as trabalhadoras/as, no entanto, passaram a ser implementadas por uma equipe multidisciplinar contratada para a localização dos/das resgatados/as residentes no estado; apreensão de seu perfil socioeconômico e de suas aspirações de trabalho; promoção de seu acolhimento e acompanhamento psicossocial durante o processo de formação, cuidando para que as condições necessárias à realização dos cursos (alojamento, alimentação, transporte e ajuda de custo) ocorressem.

Para localizar os/as trabalhadores/as resgatados/as, a equipe utiliza como fonte primária a base de dados sobre os beneficiários/as do seguro resgatado, o que disponibiliza o perfil inicial dos/as trabalhadores/as e seu possível endereço. A localização ocorre por meio de uma busca ativa nos seus municípios de residência e resulta na realização de entrevista semiestruturada com os/as localizados/as. Nesse momento – denominado “abordagem” –, é possível apreender informações mais detalhadas sobre o perfil do/a trabalhador/a, suas aspirações de trabalho e compreender, por meio de suas histórias de vida, relatos pessoais de escravidão contemporânea, como ocorreram, para aquele/a trabalhador/a, a experiência de condições análogas à escravidão nos termos dos/as que as sofreram. Trata-se de uma escuta com algumas características etnográficas, ainda que esse não fosse o objetivo da equipe, que busca assegurar condições adequadas ao diálogo, como a simetria de gênero e geração no momento da entrevista e a utilização de uma linguagem próxima ao campo semântico partilhado pelos/as entrevistados/as¹³.

13. Sobre a escuta etnográfica, conferir *O trabalho do antropólogo*, de Roberto Cardoso de Oliveira (1998).

A busca ativa pelo/a trabalhador/a resgatado/a constatou o seu constante deslocamento em busca de trabalho no interior do estado, o que dificulta o seu acompanhamento após o resgate e permite identificar pessoas que pertencem à rede de relações dos/as resgatados/as que haviam vivenciado as mesmas condições de trabalho, porém não haviam ainda sido encontradas por uma equipe de fiscalização. Este grupo foi denominado pela categoria “vulnerável” e, no projeto, se diferenciava dos/as resgatados/as pela ausência de informações contidas nas bases de dados. Para cada resgatado/a foram inicialmente identificados/as cinco vulneráveis, revelando um contingente desconhecido, até o momento, de pessoas submetidas ao trabalho escravo no Mato Grosso. Este grupo tornou-se beneficiário do Ação Integrada que, gradualmente, também abarcou, na categoria “vulnerável”, os familiares dos/as trabalhadores/as.

Os/as trabalhadores/as abordados/as são encaminhados aos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) de seus municípios para o encaminhamento em políticas públicas de desenvolvimento social. O perfil do/a trabalhador/a orienta a busca por parcerias institucionais que melhor possam atender suas necessidades e demandas de qualificação. Estas, via de regra, refletem a origem dos/as trabalhadores/

as, de modo que aqueles/as com origem rural e que realizavam atividades relacionadas ao meio almejam trabalhos na área agrícola, considerados mais especializados, mais bem remunerados e com *status* mais elevado nesse contexto. Cursos nas áreas de mecanização agrícola e operadores de máquinas agrícolas, por exemplo, são demandados nesse sentido, o que pode levar ao estabelecimento de parcerias com empresas na área agrícola e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Da mesma maneira, a estrutura necessária ao acolhimento dos/as trabalhadores/as durante o processo de formação pode ser fornecida por entidades da sociedade civil.

Foi igualmente sugerido por entidades da sociedade civil que o projeto implementasse ações voltadas para a “formação cidadã” dos/as trabalhadores/as, o que se constituía em um conjunto de palestras sobre direitos humanos e trabalhistas, políticas públicas de educação, emprego, assistência social e saúde, além das formas de como acessá-las. Esta formação deve contribuir para a inclusão nas políticas públicas, além de permitir que em qualquer contexto de inclusão profissional o/a trabalhador/a esteja atento/a às condições de trabalho e aos direitos dos/as trabalhadores/as, bem como habilitado/a a identificar violações a esses direitos. Após a formação educacional, profissional e cidadã, as empresas parceiras podem contratar os/as beneficiários/as do projeto, o que não se constitui em obrigação.

Os primeiros resultados do projeto chamaram a atenção de instituições que atuam no campo de combate ao trabalho escravo, levando à criação de um movimento nacional – o Movimento Ação Integrada (MAI) –, destinado à implementação do projeto de Mato Grosso em outros estados. Criado em 2012 pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), esse movimento é uma articulação institucional que foi ampliada gradualmente com o objetivo expresso de fortalecer, consolidar e replicar o projeto Ação Integrada¹⁴. Um marco dessa ampliação ocorreu em 2015, quando outras seis instituições – Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministérios Públicos Federal e do Trabalho (MPF e MPT), Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e Tribunal Superior do Trabalho (TST) – uniram-se formalmente ao MAI por meio da assinatura de um acordo de cooperação técnica.

Com a criação do movimento, tentava-se alçar o projeto Ação Integrada à condição de modelo de prevenção, isto é, solução exemplar ou paradigmática para evitar a reincidência do/a resgatado/a em situações análogas à escravidão e avalizada por relevantes instituições do campo nacional de combate ao trabalho escravo. Tão importante quanto os primeiros resultados do projeto, o reconhecimento positi-

14. As premissas e os objetivos do Movimento Ação Integrada estão contidas no Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2015 celebrado entre o CNJ, OIT, TST, Sinait e a União, por intermédio do MTE, SDH/PR, MPT e MPF.

vo dessas instituições construiu sua legitimidade enquanto modelo de ação preventiva da reincidência. Este reconhecimento, por sua vez, decorreu de aspectos contidos na iniciativa de Ação Integrada criada em Mato Grosso, considerados importantes valores partilhados no campo, como: articulação institucional enquanto estratégia fundamental de enfrentamento ao problema; qualificação profissional como forma de inserção social do/a resgatado/a no mercado formal de trabalho; e necessidade de conhecer melhor, sistematizar e divulgar o perfil socioeconômico de resgatados/as e vulneráveis ao trabalho escravo.

Até então duas iniciativas eram – e permanecem sendo – referências na prevenção do trabalho escravo no Brasil: o programa “Escravo, nem pensar!”, da ONG Repórter Brasil, e o programa piloto de inserção do trabalhador resgatado do Instituto Carvão Cidadão (ICC), que reúne indústrias siderúrgicas atuantes na região de Carajás, estados do Pará e Maranhão. A primeira iniciativa foi criada em 2004 e consiste na capacitação de lideranças populares, professores/as e educadores/as sobre o trabalho escravo e temas correlatos. O objetivo é diminuir o aliciamento para o trabalho escravo na medida em que estes profissionais, residentes em municípios com alto índice de aliciamento, são preparados para atuar como agentes multiplicadores da formação recebida, divulgando-a entre seus alunos/as e comunidades (Costa, 2010)¹⁵.

15. Atualmente o programa “Escravo, nem pensar!” estendeu suas ações de formação aos agentes públicos que atuam na rede de assistência social de diferentes estados. Conferir: <escravonempensar.org.br>. Acessado em: 29 Maio 2019.

16. Conferir: “Movimento ‘Ação Integrada por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo’. Criação do Projeto Piloto e Sistematização dos seus primeiros resultados” (Sinait, 2012).

O projeto piloto do Instituto Carvão Cidadão, realizado em 2005, foi pioneiro na inserção profissional de trabalhadores/as resgatados/as por meio da sua localização e contratação formal por siderúrgicas associadas ao instituto. Foram ocupados postos de trabalho que exigiam baixa qualificação, dada a ausência de escolaridade dos/as trabalhadores/as. Apesar da efetividade do programa, aferida pelo número de pessoas contratadas ou inseridas, foi constatada significativa evasão, sugerindo a necessidade de acompanhamento dos/as contratados/as durante o trabalho nas empresas (Costa, 2010).

A iniciativa de prevenção que se estabelecia em Mato Grosso guardava claras semelhanças com a experiência do Instituto Carvão Cidadão (ICC). Para os articuladores do Ação Integrada, a experiência do ICC promoveu imenso ganho no que tange à formalização da situação profissional dos/as trabalhadores/as inseridos/as, além de ter realizado o controle dessa cadeia produtiva quanto à utilização do trabalho escravo. No entanto, não aumentou a capacidade de inserção do/a trabalhador/a no mercado de trabalho, tampouco melhorou suas perspectivas de crescimento profissional. Essa percepção atribuía à qualificação profissional importância destacada para uma inserção profissional duradoura¹⁶. O projeto de Mato Grosso parecia demonstrar que a integração de instituições diversas (públicas, privadas e

da sociedade civil) era estratégia eficaz para suprir essas lacunas, promovendo a qualificação e inserção profissional, além do acompanhamento dos/as beneficiários/as da ação.

A tentativa de nacionalizar o Ação Integrada não foi realizada conforme os termos inicialmente propostos pelo movimento. O objetivo de replicar o projeto foi rapidamente desconstruído pela complexidade do mundo do trabalho no Brasil que gera situações de escravidão contemporânea dinâmicas, variadas e produtoras de um segmento de trabalhadores/as escravizados/as heterogêneo e diverso quanto às vulnerabilidades para o trabalho escravo.

As vulnerabilidades constituem-se em importante categoria do campo, referindo-se aos diferentes aspectos do perfil, trajetória e contexto local dos/trabalhadores. Ações de prevenção são consideradas efetivas na medida em que contribuem para a redução ou superação de vulnerabilidades para o trabalho escravo. Ainda que existam características comuns partilhadas pelas pessoas submetidas à escravidão contemporânea no Brasil, particularidades decorrentes de cor, sexo, etnia, lugar de origem, bem como do lugar onde são encontradas no momento do resgate, determinam vulnerabilidades específicas para o trabalho escravo relacionadas aos diferentes grupos de trabalhadores/as encontrados/as em cada região. Da mesma forma, projetos de vida e aspirações profissionais estão associados a essas características variantes, o que determina ações e estratégias de prevenção e inserção profissional igualmente diferenciadas.

Replicar em outros contextos o projeto de Mato Grosso, criado para atender a um perfil particular de trabalhadores/as disposto às ações de qualificação, não seria possível: as realidades locais impuseram esse limite. Tornava-se mais viável criar condições para que instituições locais pudessem promover as ações consideradas mais adequadas à redução de vulnerabilidades específicas para o trabalho escravo presentes em cada estado ou região. Da mesma forma, surgiram desafios políticos à tentativa de reproduzir em outros estados a articulação institucional e as parcerias estabelecidas em Mato Grosso, sobretudo em cenários marcados pela disputa por recursos escassos. Esses entraves levaram à criação de estratégias diferenciadas de prevenção baseadas na articulação institucional. Ao mesmo tempo, questionaram-se os valores que permeavam o projeto em Mato Grosso e que contribuíram para construir sua legitimidade entre as instituições do campo nacional de combate ao trabalho escravo.

Vulnerabilidades plurais, estratégias de prevenção diferenciadas

Quatro iniciativas de Ação Integrada foram criadas entre 2013 e 2017, três estaduais – abrangendo Bahia, Rio de Janeiro e Ceará –, e uma regional – abrangendo Maranhão, Pará e Tocantins. Foram implementadas por diferentes instituições e todas dedicam-se ao atendimento de resgatados/as e vulneráveis ao trabalho escravo residentes nas áreas de abrangência de cada projeto. Esse segmento, via de regra, não possui formação educacional e profissional, desconhece as formas de acesso aos direitos trabalhistas, ou os próprios direitos, está excluído de políticas públicas e programas sociais e é originário de lugares marcados pela escassez de recursos. Além disso, é composto por homens e mulheres que estão em trânsito, buscando sobreviver e, de alguma forma, realizar seus projetos pessoais, sobretudo quando são jovens. Entre os vulneráveis destacam-se os familiares que aguardam notícias e o retorno dos que partiram e acabaram escravizados. Estes formam um contingente de viúvas e órfãos de maridos e pais vivos vulnerável ao trabalho escravo e ao trabalho infantil (Gómez, 2019)¹⁷.

17. A impossibilidade de retorno dos/as trabalhadores/as para os seus lugares de origem ou para o convívio com suas famílias é parte do processo de desenraizamento social que acentua a vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as (Costa, 2008).

Diante da heterogeneidade de trabalhadores/as, a qualificação profissional tornou-se uma estratégia de prevenção restrita ao Mato Grosso. Nos demais estados, outras estratégias foram elaboradas, por iniciativa do Ação Integrada, dedicadas à redução das vulnerabilidades mais prementes entre os/as atendidos/as de cada projeto.

Na Região do Bico do Papagaio, a percepção de vulnerabilidades compartilhadas pelos/as trabalhadores/as do Pará, Maranhão e Tocantins levou à criação de uma iniciativa interestadual: a Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão (Raice), com ações que abrangem os três estados marcados pela elevada incidência do trabalho escravo, por conflitos pela terra e pelo intenso fluxo de homens e mulheres em busca de trabalho. A iniciativa atende às comunidades impactadas por diferentes fatores, como: relação de dependência com a atividade escravizadora; moradores/as cooptados/as pela violência ou pela dependência econômica; “naturalização” da exploração por parte dos/as trabalhadores/as; presença de grupos políticos locais ligados a quem explora e escraviza; realidade agrária conflituosa; crime organizado infiltrado no aparato do Estado; e situação de abandono das comunidades pelas políticas públicas.

O foco da estratégia de enfrentamento acionada pela Raice é o/a trabalhador/a em seu lugar de origem, com ações dedicadas não apenas ao seu atendimento, mas ainda ao atendimento de sua família e comunidade. As ações junto ao indivíduo

devem apresentar efeitos positivos sobre o meio em que vive: busca-se apoiar as comunidades para que se organizem na resistência à escravidão. Os/as atendidos/as dividem-se em três categorias:

- i. “*resgatados*” – para os/as encontrados/as pelas equipes de fiscalização;
- ii. “*sobreviventes*” – para os/as que foram escravizados/as, porém, não vivenciaram a intervenção de uma ação fiscal; e
- iii. “*vulneráveis*” – para os/as que não passaram pela experiência do trabalho escravo, mas compartilham as características que levam às condições de trabalho análogas à escravidão.

No Maranhão as ações são realizadas pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascáran (CDVDH/CB), de Açailândia, organização da sociedade civil. Os/as moradores/as de comunidades vulneráveis recebem formação sobre direitos humanos e trabalhistas e informações sobre as formas de acesso aos direitos e às políticas públicas por meio da organização comunitária. São apoiadas iniciativas de meios de vida, individuais ou comunitárias, que possibilitem a geração de renda de forma contínua. A inserção no mercado formal de trabalho não é o principal foco, como no Mato Grosso. Famílias são atendidas e encaminhadas para programas sociais disponíveis no estado, assim como homens e mulheres recebem assistência sociojurídica gratuita para o acompanhamento de suas demandas individuais¹⁸.

São ações diferentes daquelas implementadas pelo projeto em Mato Grosso, cujo foco é prioritariamente o/a trabalhador/a individual proveniente de outros estados, porém com residência já estabelecida em Mato Grosso, e que se desloca no interior do estado para realizar trabalhos temporários nas diferentes fazendas. Ele/a, no entanto, não vive a situação de dependência ou violência que afeta os residentes da Região do Bico do Papagaio, por isso está mais apto/a e disposto/a a ingressar nos cursos profissionalizantes ofertados a partir do projeto. Em Mato Grosso, o desafio é manter o interesse do/a trabalhador/a nos cursos ofertados, evitando que ele/a parta em busca de um novo trabalho temporário durante o processo de qualificação. As condições para a realização dos cursos (alojamento, ajuda de custo, transporte etc.), assim como o acompanhamento psicossocial dos/as trabalhadores/as pela equipe do projeto, são fundamentais nesse sentido.

O sucesso dos cursos depende, em grande medida, da capacidade dessa equipe em atender às demandas que lhe chegam a partir dos/as trabalhadores/as bene-

18. Para mais informações sobre a Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão (Raice) implementada pelo CDVDH/CB no Maranhão, conferir: <<http://www.cdvdhacai.org.br/index.php/component/content/article?layout=edit&id=63>>. Acessado em: 07 Out. 2019.

ficiários/as do projeto ou a partir das instituições apoiadoras, na figura de seus/suas professores/as, instrutores/as e funcionários/as. Se, por um lado, isso permite um acompanhamento individualizado dos/as trabalhadores/as em formação, bem como de cada instituição parceira, uma equipe reduzida pode ameaçar o sucesso dos cursos de qualificação e limitar a capacidade do projeto de ampliar a escala do seu resultado, atendendo a um número maior de trabalhadores/as e parceiros institucionais.

A partir de 2017, o CDVDH/CB iniciou a implementação da Raice em quatro municípios do Maranhão e enfrentou desafios relacionados à aceitação das ações por parte das comunidades vulneráveis. A estratégia de abordagem desenvolvida foi fundamental nesse sentido. Baseada na valorização de tradições locais – quadrilha, boi-bumbá, capoeira, religiosidades de matriz africana, expressões do catolicismo popular etc. – até a promoção e valorização de dinâmicas econômicas das comunidades – agricultura tradicional, pesca, artesanato –, as comunidades são valorizadas a partir de sua história e da história dos integrantes de seus grupos (crianças, jovens, adultos, idosos/as, homens e mulheres), incentivando a mobilização dos/as moradores/as por meio de aspectos culturais que lhes são próprios.

Essa atuação é voltada para o fortalecimento da autoestima dos/as moradores/as e de sua capacidade de organização comunitária. Ela assegura a adesão de famílias inteiras às atividades promovidas pelo CDVDH/CB, além de permitir que essas sejam traduzidas para uma linguagem acessível e compatível com o seu universo semântico. Falar da necessidade de mobilização para a defesa de direitos individuais e comunitários, para o ingresso em políticas públicas, para reivindicar melhores condições de vida e trabalho, assim como para prevenir contra a cooptação para o trabalho escravo, faz mais sentido e torna-se mais eficaz quando o discurso está associado aos significados de libertação, luta e resistência presentes nas tradições culturais locais¹⁹.

Em outros estados, novos desafios à replicação do projeto Ação Integrada surgiram à medida que o perfil dos/as resgatados/as e vulneráveis foi mais bem apreendido e suas particularidades identificadas. Valores e visões de mundo partilhados decorrentes da origem social também podiam configurar vulnerabilidades específicas, amarrando homens e mulheres a situações de trabalho bastante precárias. Noções de honra e honestidade, por exemplo, podem impedir um/a trabalhador/a de deixar uma situação de trabalho a partir da dívida moral ou financeira que tenha contraído. A noção de que toda dívida deve ser paga – independente da mesma ser ilegal ou injusta – é um fator de aprisionamento, pois cria a obrigação de permanecer no trabalho. A dívida moral aliada ao endividamento financeiro ou à neces-

19. Componentes de mobilização comunitária, além dos significados de libertação e resistência social estão presentes em manifestações do catolicismo popular, a exemplo das congadas (Costa, 2012).

sidade de retribuir algo pensado como dádiva – como a oferta de trabalho em um cenário marcado pela falta de opções – pode fazer um/a trabalhador/a retornar imediatamente após o resgate para a rede de aliciamento. Como atender a um/a trabalhador/a que se sente obrigado a saldar uma dívida?

Esse foi um importante desafio enfrentado pelo programa Ação Integrada – Resgatando a Cidadania, implementado no Rio de Janeiro. Dedicado, inicialmente, a atender homens e mulheres resgatados do trabalho escravo e vítimas do tráfico de pessoas, considerando a elevada incidência de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral no estado, o programa abrangia trabalhadores/as migrantes e refugiados/as, realizando, prioritariamente, ações para o seu acolhimento após o resgate. Desse modo, promovia sua hospedagem, fornecia intérprete, aulas de português e atendimento psicossocial, possibilitando ao/à resgatado/a receber informações e encaminhamentos para ingressar em políticas públicas e programas sociais disponíveis para migrantes. Realizar uma qualificação profissional não se constituía em demanda imediata desses/as trabalhadores/as, mas sim a necessidade de saldar o mais rápido possível uma dívida de viagem e hospedagem.

Na Bahia, o projeto atende trabalhadores/as resgatados/as no estado ou fora, mas que pretendem retornar para suas comunidades. É realizado o seu encaminhamento para as políticas públicas disponíveis e a qualificação profissional também não aparece como prioridade para essas pessoas, que almejam realizar em seus lugares de origem atividades relacionadas à agricultura familiar, ao empreendedorismo e à economia solidária.

No Ceará, a estratégia de prevenção foi desdobrada no diálogo com empresas em cujas cadeias produtivas foram encontradas situações de trabalho escravo. A ideia é estimular junto às empresas possíveis ações de inserção dos/as resgatados/as, o que não necessariamente implicará em ações de qualificação.

As rupturas com o modelo de prevenção criado em Mato Grosso conferiram uma identidade própria a cada iniciativa de Ação Integrada implementada no país. Além disso, revelaram que o objetivo de nacionalizar um projeto local, por meio de sua replicação em diferentes contextos, parecia apoiar-se em uma visão mais estática e homogênea do mundo do trabalho, sem considerar processos inerentes ao modo de produção capitalista que geram homogeneidades e heterogeneidades, levando a uma noção mais sistêmica e dinâmica do mundo do trabalho.

Essa noção acompanha particularmente a análise de Wolf (Ribeiro & Feldman-Bianco, 2003) sobre a segmentação étnica do mercado de trabalho, quando o autor

ênfata que as necessidades de trabalho do sistema capitalista em expansão levam à reunião de populações com características distintas e em posições variantes. Processos migratórios provocados em escala global – ou nacional – são considerados primordiais para a produção de um mundo do trabalho complexo em que as posições ocupadas por cada grupo podem ser alteradas para melhores ou piores no decorrer do tempo. Na análise de Wolf, esses grupos referiam-se às diferentes etnias reunidas em um mesmo mercado de trabalho; nas realidades abarcadas pelas iniciativas de Ação Integrada, eles corresponderiam a homens e a mulheres provenientes de diferentes partes do país e do mundo e que podem se reunir momentaneamente em situações de trabalho precárias e análogas à escravidão.

A escravidão, por sua vez, pode ser percebida como componente do capital, cujo processo de desenvolvimento implica na dissolução de relações sociais que impedem sua reprodução ampliada e na recriação de relações – a exemplo das formas contemporâneas de escravidão – que viabilizem sua expansão. Isso gera um descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social (Martins, 1994). Enquanto as forças produtivas rapidamente se desenvolvem com a utilização do trabalho escravo, as desigualdades sociais tornam-se mais acentuadas, sobretudo entre trabalhadores/as e empregadores/as, impedindo o acesso igualitário aos produtos alcançados pelo desenvolvimento do capital, estejam eles na forma de bens ou de direitos.

As desigualdades e heterogeneidades produzidas pelo capitalismo geram situações de vida e trabalho complexas que desafiam a disseminação de ações homogêneas para a superação de vulnerabilidades plurais.

Se a qualificação profissional de resgatados/as e vulneráveis ao trabalho escravo não podia ser replicada em outros estados, a articulação de atores sociais diversos para o enfrentamento do problema foi premissa mantida e ressaltada nas diferentes iniciativas de Ação Integrada, ainda que o perfil das instituições articuladas variasse em cada contexto. Foi igualmente mantido o propósito de contribuir para a redução de vulnerabilidades que levam à incidência ou reincidência no trabalho escravo.

A ênfase na integração de instituições diversas manteve as iniciativas locais implementadas sob o guarda-chuva do Movimento Ação Integrada, sobretudo a partir da fundação do Instituto Ação Integrada (Inai), em 2016. Criado pelo esforço das entidades signatárias do movimento, o Inai era uma associação sem fins lucrativos destinada a promover o apoio técnico, político e financeiro àquelas iniciativas. As instituições do MAI formavam um conselho político do instituto com participação

no processo de tomada de decisões. As entidades implementadoras das iniciativas de Ação Integrada envolveram-se ativamente na estruturação do Inai, definindo em conjunto os seus objetivos e as suas estratégias, e foram beneficiárias de capacitações promovidas pelo instituto para o seu fortalecimento institucional. Isso possibilitou a aproximação e a troca de experiências entre as variadas estratégias de prevenção implementadas.

A articulação institucional apoiadora da iniciativa em cada estado foi determinada pelo perfil das instituições mais atuantes nos territórios, com sua diversidade de agentes. Isso definiu quais entidades seriam as protagonistas do projeto nos diferentes locais, ao mesmo tempo em que revelou a necessidade de uma atuação conjunta mais coordenada em cada contexto, trazendo à tona desafios à articulação institucional em diferentes níveis.

Desafios à articulação institucional

O acordo de cooperação técnica que ampliou o Movimento Ação Integrada foi assinado em 2015, em cerimônia realizada no Supremo Tribunal Federal (STF). O evento parece ter se constituído em ritual de renovação dos votos de combate ao trabalho escravo por parte das instituições signatárias, conferindo reconhecimento às ações já empreendidas por elas no enfrentamento ao problema no país e ressaltando seu compromisso na continuidade dessas ações, mas com ênfase na prevenção.

A renovação dos votos e o destaque das atuações institucionais apareciam particularmente nos discursos proferidos pelos representantes das signatárias, que, em alguns casos, reafirmavam a identidade de cada instituição ao ressaltar sua competência e êxito no campo nacional de combate ao trabalho escravo. Os discursos tornavam-se, desse modo, expressões performativas (*performative utterances*)²⁰ que, ao serem enunciadas sob aquelas circunstâncias, realizaram um ato declaratório e contratual para a formação de uma rede nacional de apoio à replicação de ações integradas de prevenção. Os pronunciamentos, de alguma forma, sugeriam que a ampla articulação ali instituída só seria possível na medida em que os espaços de atuação e competências de cada ente estivessem delimitados e resguardados.

A cerimônia constituiu-se em situação ritual, composta por etapas previamente estabelecidas – chegada dos participantes com a segregação dos que performariam o ato, anúncio das instituições signatárias, assinatura do acordo, discursos e sessão de fotos – que conferiram formalidade e publicidade ao evento, além de atribuir um caráter excepcional ao momento. Nessa circunstância extraordinária, foi selado um compromisso entre os presentes e buscou-se transferir ao projeto

20. Sobre as *performative utterances*, que, ao serem emitidas sob determinadas circunstâncias, performam uma ação, mais do que a relatam, conferir John Langshaw Austin (1975).

de Mato Grosso o prestígio e a legitimidade das signatárias do acordo. A situação permitiu reafirmar a identidade de atores institucionais do campo, exaltando as particularidades de suas funções e sua participação nos processos produtores das estratégias de combate ao trabalho escravo disseminadas em todo país. Conflitos inter e intrainstitucionais estiveram ali representados, pois o momento marcou a culminância de diálogos entre as instituições e os internos às mesmas.

No âmbito federal, o MAI era objetivado em reuniões periódicas com representantes das instituições partícipes, designados para o acompanhamento da articulação e que, juntos, formaram a coordenação nacional do movimento. Suas reuniões constituíram-se em fórum de discussão sobre o tema do trabalho escravo, com foco especial nas ações de prevenção e nos objetivos estipulados pelo acordo de cooperação.

Até então, as discussões de alcance nacional pareciam restringir-se às reuniões periódicas da Conatrae, onde as estratégias para o enfrentamento do trabalho escravo já eram discutidas em conjunto e idealmente implementadas de forma articulada. A importância da ação conjunta entre os diferentes poderes públicos e os diversos setores organizados da sociedade é destacada nas reuniões da comissão. Nelas, são engendradas diferentes formas de integração dos agentes do campo para realizar a política nacional de erradicação do trabalho escravo. O valor da articulação institucional é reafirmado periodicamente nessas situações, contribuindo para sua internalização nos agentes do campo, enquanto disposição incorporada fundamental, para a realização do seu propósito comum: erradicar o trabalho escravo por meio da ação conjunta.

Ainda que reúna um número maior e mais diversificado de instituições, a Conatrae está representada no Movimento Ação Integrada, pois as instituições que integram a comissão também participam do MAI. Isso permite que valores, visões e práticas que permeiam o campo sejam reafirmados nos dois espaços de discussão, o que não impede o surgimento de desafios à articulação institucional.

Na tentativa de o MAI alcançar os diferentes estados, emergiram desafios decorrentes da capacidade de atuação local das instituições federais participantes do movimento e da dificuldade de articulação interna às redes (nacionais e estaduais) de combate ao trabalho escravo. O apoio às iniciativas locais de Ação Integrada requeria das instituições federais uma ação de significativa capilaridade nos diferentes territórios, realizada de forma coordenada e harmonizada com as decisões tomadas na esfera superior. No entanto, foram reveladas capacidades de atuação distintas de uma mesma instituição nos diferentes territórios. O número reduzido

de funcionários em alguns estados, com sobrecarga de trabalho, aliada à maior ou menor identificação com a estratégia de prevenção a ser implementada, configurou formas diferenciadas de envolvimento das instituições junto às iniciativas de Ação Integrada que se buscava implementar.

Igualmente problemática foi a tentativa de articulação das ações locais de prevenção com políticas públicas de assistência social disponíveis nos estados, revelando as dificuldades dessa política nacional para alcançar os/as trabalhadores/as vítimas do trabalho escravo, dado o desconhecimento de seus agentes públicos sobre as vulnerabilidades daquele segmento e a falta de estrutura dos aparelhos locais de assistência social para o seu atendimento e acompanhamento devido.

Internamente às redes de combate ao trabalho escravo, o mais importante desafio emergiu dos conflitos institucionais presentes no campo e que foram acentuados pela escassez de recursos. As ações públicas, notadamente de fiscalização do trabalho, sofrem, desde 2011, um gradual contingenciamento de recursos. Em 2017 houve o menor investimento do governo brasileiro na política de trabalho, quando o volume mensal de ações de inspeção diminuiu 58% em relação ao ano anterior. O corte orçamentário revelou a baixa prioridade atribuída pelo governo ao tema e resultou na contínua redução do número de trabalhadores/as resgatados/as, não devido ao sucesso da política nacional de enfrentamento ao trabalho escravo, mas em função da ausência de recursos (humanos, operacionais e financeiros) para o seu cumprimento (Magalhães, 2017).

Para as entidades privadas atuantes no campo – sobretudo organizações da sociedade civil –, a escassez de recursos chegou a partir de duas frentes:

- i.* a frente do governo brasileiro; e
- ii.* as frentes de governos de outros países que mantinham linhas de financiamento destinadas à cooperação internacional para o desenvolvimento, objetivadas em editais acessíveis às entidades de base.

De 2011 a 2016 podia-se contar com recursos públicos nacionais. A partir de 2017, eles se tornaram escassos nos governos estaduais, que, seguindo o contingenciamento realizado no governo federal, restringiram o apoio às entidades relacionadas ao tema. O apoio internacional, por sua vez, diminuiu gradualmente a partir de 2011, sobretudo com a crise econômica em diversos países europeus e nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que outros países foram considerados mais prioritários para o seu recebimento (Gómez, 2019).

A escassez de recursos parece ter trazido à tona conflitos latentes entre algumas instituições do campo de combate ao trabalho escravo, especialmente aquelas que, de alguma forma, poderiam realizar ações semelhantes ou complementares, em virtude do tipo de atividade desenvolvida e das áreas geográficas de abrangência. A disputa por recursos escassos impôs desafios à articulação entre diversos agentes, criando um ambiente de maior competição e menor cooperação, o que dificulta uma ação mais articulada das redes de combate ao trabalho escravo. Os recursos escassos disputados podiam ser financeiros, para assegurar a realização de atividades de alcance nacional ou local e contribuir para a manutenção das instituições, ou simbólicos, na forma de prestígio ou reconhecimento, o que muitas vezes condiciona o acesso aos recursos financeiros.

Nesse cenário, algumas instituições podiam procurar definir sua identidade em oposição às outras, isto é, delimitando sua esfera de atuação específica pela divulgação das atividades realizadas e dos resultados alcançados em contraste com as ações de outras entidades. Instâncias colegiadas e eventos de discussão sobre o tema podiam tornar-se espaços privilegiados para a afirmação das identidades institucionais em oposição às outras instituições. O objetivo era diferenciar-se das demais, por meio das ações que realizam, assegurando, de alguma forma, um lugar específico no campo e, conseqüentemente, o acesso aos recursos necessários ao cumprimento da função que lhe cabe.

Diferentes entidades podiam realizar ações semelhantes de forma complementar, podendo ser consideradas potencialmente parceiras nesse sentido. Quando há disputa por recursos escassos, essa complementaridade pode ser considerada ameaçadora, pois ela dificulta a delimitação precisa da esfera de atuação de cada entidade. Isso pode comprometer o acesso aos poucos recursos financeiros disponíveis destinados à realização de ações compartilhadas por diferentes organizações. A articulação torna-se um desafio, pois ameaça as fronteiras identitárias criadas entre as organizações e afirmadas nos cenários de disputa. A complementaridade, nesses contextos, pode adquirir o sentido negativo de sobreposição de ações, quando as organizações buscam exaltar seu papel no campo em detrimento de outras igualmente atuantes.

A afirmação das identidades institucionais também podia ocorrer para aumentar o prestígio de instituições públicas no campo pelo reconhecimento das ações realizadas e de sua eficácia no cumprimento de suas competências, mesmo com poucos recursos, o que exalta o seu valor. Esse prestígio não necessariamente levava aos recursos financeiros, mas podia conferir legitimidade às demandas políticas da instituição. A articulação nesse contexto podia tornar-se igualmente desafiadora, na

medida em que podia ameaçar a visibilidade e o reconhecimento de cada instituição em meio às demais.

As estratégias de diferenciação entre instituições ocorrem de forma permanente em diferentes campos políticos, não sendo característica exclusiva do campo de combate ao trabalho escravo. Essas diferenças se tornam mais marcadas e parecem ganhar maior relevância nos contextos de disputa. A escassez de recursos foi um elemento catalisador dos conflitos institucionais.

As crises, por outro lado, podem estimular novos arranjos institucionais, ou articulações que podem contribuir para o fortalecimento do campo como um todo. Nesse caso, a demarcação das diferenças institucionais poderia atribuir maior clareza aos papéis de cada entidade no campo e essa clareza fomentaria maior cooperação entre os diversos agentes, pois ajudaria na delimitação da ação específica de cada instituição no enfrentamento ao trabalho escravo, permitindo uma atuação integrada, complementar e mais coordenada entre as mesmas. Essa atuação em rede pode fortalecer as capacidades institucionais de realizar suas ações particulares, até mesmo na captação e gestão de recursos de fontes diversas. A experiência acumulada de cada entidade pode tornar-se importante fonte de apoio para as demais, revelando que o trabalho em rede, capaz de fomentar maior colaboração entre seus membros, é um possível caminho para lidar com a escassez de recursos e contribuir para a sustentabilidade desses membros.

Considerações finais

A expansão nacional do projeto Ação Integrada revelou as dinâmicas próprias do campo nacional de combate ao trabalho escravo e a complexidade da escravidão contemporânea no país. A tentativa de transformar um projeto local em modelo replicável indicou os limites para a emergência de ações paradigmáticas de prevenção. Esses limites decorreram da heterogeneidade das situações de escravidão contemporânea e das dificuldades práticas das instituições implementadoras da agenda de combate ao trabalho escravo no Brasil. A ideia de conjugar esforços, por meio de um movimento nacional, demonstrou a necessidade de estabelecer articulações locais mais adequadas ao perfil e às capacidades das instituições que atuam nos diferentes contextos.

Se a escassez de recursos acentuou os conflitos e as disputas institucionais, o valor da articulação institucional para o enfrentamento do trabalho escravo foi ressaltado pelas iniciativas locais de Ação Integrada. Reunidas em dezembro de 2018, em Brasília, para o I Encontro Nacional de Iniciativas Locais de Ação Integrada, promo-

vido pelo Inai, as instituições implementadoras dos diferentes projetos apresentaram desafios específicos e compartilhados. Além disso, o evento foi uma oportunidade para entender melhor as particularidades de cada iniciativa, demarcando suas diferenças e formas específicas de atuação. Os limites do modelo de prevenção que se buscou estabelecer em Mato Grosso foram novamente apontados. No entanto, foi reafirmado o valor da articulação institucional para erradicar o trabalho escravo e fortalecer as instituições dedicadas ao tema, contribuindo para a superação de dificuldades, sobretudo financeiras, compartilhadas nesse campo.

A atuação em rede foi percebida como estratégica para o desenvolvimento institucional de cada organização, desde que as diferenças institucionais fossem valorizadas como formas particulares e complementares de redução de vulnerabilidades. A busca por ações integradas foi considerada produtora de sinergias que favoreceram a atuação de cada entidade na superação dos limites impostos pela falta de recursos e de apoio político ao tema no país. As diferenças institucionais tornam-se, desse modo, fatores de maior cooperação e fortalecimento, do que propriamente de oposição e competição. Que a análise crítica desse campo possa contribuir para a reflexão sobre suas características e fortalecer seus agentes em suas ações articuladas de erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Referências

- ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 14/2015. Poder Judiciário, Conselho Nacional de Justiça, Processo 02901/2015.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words. The William James lectures delivered at Harvard University*. Oxford (UK): Clarendon Press, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.
- BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro. Trabalho em condições análogas às de escravo: os bens jurídicos protegidos pelo artigo 149 do Código Penal Brasileiro. In: FIGUEIRA, R.; PRADO, A.; GALVÃO, E. (Orgs.). *A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- CASTILHO, Sergio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (Orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.
- CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. *Educação e Sociedade*, v. 32, n. 114, p. 189-202, 2011.

CHAVES, Krystima. O trabalho escravo contemporâneo sob a perspectiva da teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen. In: FIGUEIRA, R.; PRADO, A.; GALVÃO, E.; JACOB, V. (Orgs.). *Estudos sobre formas contemporâneas de trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As raízes da congada: a renovação do presente pelos Filhos do Rosário*. Curitiba: Appris, 2012.

_____. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. Brasília: OIT, 2010.

_____. A construção da masculinidade e a banalidade do mal: outros aspectos do trabalho escravo contemporâneo. In: *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 173-198, 2008.

CRUZ, Xico. *Conto escravidão*. São Paulo: Benfazeja, 2019.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder. Contribuições de Eric Wolf*. Campinas (SP) Brasília; São Paulo: Editora Unicamp; Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

FREITAS, Luiza Cristina; MESQUITA, Valena. Combate ao trabalho escravo: a sistemática da lei estadual paulista 14.946 e seu processo de implementação nacional. In: FIGUEIRA, R.; PRADO, A.; GALVÃO, E.; JACOB, V. (Orgs.). *Estudos sobre formas contemporâneas de trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

GÓMEZ, Mariana de la Fuente. "Comunicação oral", setembro de 2019.

KALIL, Renan; RIBEIRO, Thiago. Trabalho escravo contemporâneo e proteção social. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, v. 1, n. 1, 2015.

MAGALHÃES, Matheus. Fiscalização do trabalho escravo em declínio: impactos do contingenciamento em 2017. *Nota Técnica 192* do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Brasília: Inesc, Out. 2017.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 6, n. 1-2, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. Brasília; São Paulo: Paralelo 15; Editora Unesp, 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*. Brasília: OIT, 2011.

PLASSAT, Xavier. CPT: 30 anos de denúncia e combate ao trabalho escravo. In: *Campanha Nacional da CPT contra o Trabalho Escravo*, 2015.

SEVERO, Fabiana. Trabalho escravo urbano contemporâneo no Brasil: análise de mecanismos extrajudiciais de repressão e prevenção. In: FIGUEIRA, R.; PRADO, A.; GALVÃO, E.; JACOB, V. (Orgs.). *Estudos sobre formas contemporâneas de trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

SIMMEL, Georg. *Conflict & the web of group-affiliations*. New York: The Free Press, 1955.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO (SinaiT). *Movimento "Ação Integrada por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo". Criação do Projeto Piloto e Sistematização dos seus primeiros resultados*. Brasília: SinaiT, 2012.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder. Contribuições de Eric Wolf*. Campinas (SP) Brasília; São Paulo: Editora Unicamp; Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.



Legislando sobre o esporte: as comissões permanentes da Câmara dos Deputados em foco*

Recebido: 13.03.20
Aprovado: 31.07.20

Mariana Zuaneti Martins**
Vitor Vasquez***

* Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – projeto n° 2018/00013-9 – e do programa Piiic/Ufes. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de nossa responsabilidade e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

** Mariana Zuaneti Martins é professora adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória, Espírito Santo, Brasil. Graduada em ciências sociais e doutora em educação física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Orcid: 0000-0003-0926-7302. <marianazuaneti@gmail.com>.

*** Vitor Vasquez é graduado em ciências sociais e doutor em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil;

Resumo: Pesquisas sobre política pública esportiva no Brasil focam majoritariamente no Poder Executivo. Com o Legislativo fora desse escopo, o campo apresenta uma lacuna, dada a influência que este pode exercer. Ao se considerar as comissões como locus de atuação do Legislativo, o objetivo foi analisar se a atuação da comissão responsável pelo esporte, quando especializada, promovia com maior expertise a temática. Para tanto, verificamos como o padrão dos atores e de suas atividades modificou-se, entre 2003 a 2018, com o desmembramento da Comissão de Turismo e Desporto (CTD), em 2014, que originou a Comissão de Esporte (Cespo), justificado pela realização dos megaeventos no país. Por meio de análise descritiva e de regressão logística, demonstramos que a criação da Cespo, ao individualizar a temática esportiva, aumentou o interesse dos atores na comissão, a especialização das atividades, o volume de matérias analisadas e a diversidade de temas, gerando mudanças que permanecem mesmo após a realização dos megaeventos.

Palavras-chave: Esporte. Políticas públicas. Poder Legislativo. Comissões permanentes. Especialização.

Sports lawmaking:

Lower House standing committees in focus

Abstract: Researches on sports public policy in Brazil use to focus on the executive branch. Keeping the legislature out of the scope, the field presents a gap, given the influence that this branch can have. Considering the committees as locus of decision making by the legislature, the aim was to analyze whether the performance of the committee responsible for sport, when specialized, promoted the theme with greater expertise. Therefore, we verified how the pattern of the actors and their activities changed, between 2003 and 2018, considering the split of CTD (Tourism and Sports), in 2014, which gave rise to Cespo (Sports), justified by the holding of mega-events in Brazil. Through descriptive analysis and logistic regression, we demonstrated that the creation of Cespo, by individualizing the sports thematic, increased interest of the actors in the committee, the specialization of activities, the volume of analyzed bills and the diversity of themes, generating changes that remain even after the mega-events.

Keywords: Sport. Public policy. Legislative branch. Standing committees. Specialization.

membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).
Orcid: 0000-0002-8334-3548.
<vitor.vasquez@gmail.com>.

1. A Lei 8.672, de 1993, conhecida como Lei Zico (Brasil, 1993), concebeu uma organização ao esporte profissional no país, além de materializar o reconhecimento do esporte como direito social e dever do Estado. Por meio do esporte participação e do esporte educacional e com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (Fundesp), esta legislação ofereceu perspectivas de financiamento de programas de inclusão social via prática esportiva com benefícios fiscais específicos (Carvalho, 2013). Em 1995, criou-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), cujo objetivo era promover e desenvolver a prática do esporte, fomentando algumas políticas públicas de esporte e lazer como o Programa Esporte Solidário, que originou o Programa Segundo Tempo, em 2004 (Tubino, 2010). Em 1998, aprovou-se a Lei 9.615, a Lei Pelé, principal legislação infraconstitucional atual que regula e descreve o financiamento e o

Introdução

No Brasil, o Estado exerce papel central na regulação da política esportiva (Linhales, 1996; Starepravo & Marchi Júnior, 2016), promovendo as principais ações sobre a questão. A Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o direito ao esporte e lazer e a autonomia das entidades que fomentavam a prática esportiva, desencadeou uma série de demandas ao poder público (Athayde, 2011). Como resultado, diversas legislações esportivas infraconstitucional emergiram a partir da década de 1990¹.

O Poder Executivo é fundamental nessa dinâmica, conforme demonstram pesquisas que se debruçam sobre a trama documental, normativa e jurídico-institucional da política esportiva brasileira (Starepravo & Marchi Júnior, 2015). Contudo, de acordo com alguns estudos de revisão sobre a produção acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, a atuação de outros atores tem sido ofuscada nessa agenda investigativa (Amaral & Pereira, 2009; Amaral, Ribeiro & Silva, 2014). Além disso, as poucas pesquisas que consideram a arena política de maneira mais ampla, lançaram luz sobre a participação da sociedade civil no processo decisório (Amaral, 2005; Areias & Borges, 2011; Castelan, 2011; Stigger, 1998).

Esse panorama indica uma lacuna no que se refere ao papel do Congresso brasileiro na construção da política esportiva. Mesmo reconhecendo a preponderância do Poder Executivo na formulação dessas legislações ou programas (Mascarenhas, 2016; Ribeiro *et alii*, 2017), pouco se sabe quanto à participação do Poder Legislativo nesse processo. A organização dos megaeventos esportivos no Brasil trouxe algum interesse nessa temática, em especial sobre a discussão, aprovação e conteúdo da Lei Geral da Copa (Bomfim, 2012; Reis, 2012; Silva, Martins & Amaral, 2016). Essa situação não é particular ao caso brasileiro. Em outros países, uma série de investigações tem se debruçado sobre os processos políticos que incluem o teor e a aprovação de legislações específicas para acolhimento dos megaeventos esportivos (Horne, 2017; Horne & Manzenreiter, 2006; Vigor, Mean & Tim, 2004).

Contudo, à exceção da discussão específica sobre a legislação dos megaeventos, no Brasil, o Poder Legislativo é descrito na conformação das políticas públicas esportivas apenas em casos pontuais. Em um desses estudos, referente à Lei Pelé, delineou-se as relações entre os campos político e esportivo (Hirata & Freitas Júnior, 2014). Em outro, sobre a aprovação do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), realizou-se um balanço de diferentes atores do processo político dessas legislações (Matias & Mascarenhas, 2018). Há ainda uma investigação sobre a atuação da Frente Parlamentar do Futebol (Mendes & Codato, 2015).

O objetivo deste artigo é ajudar no preenchimento deste espaço. Para tanto, investigamos como a Câmara de Deputados, por meio da comissão permanente responsável pelo esporte, se especializa e se organiza a fim de participar do resultado final das políticas públicas esportivas.

A lacuna apresentada ignora a relevância do Legislativo no processo político brasileiro. Ainda que o Executivo inicie a maior parte dos projetos de lei aprovados (Figueiredo & Limongi, 1996; 2001; Limongi & Figueiredo, 2009; Pereira & Mueller, 2000), sabe-se que a Câmara dos Deputados, por meio das comissões, participa do processo legislativo. As comissões servem como instrumento de controle dos partidos membros da coalizão, nas quais atuam monitorando as propostas de seus pares, iniciadas nos ministérios cuja temática corresponde à sua comissão (Inácio & Rezende, 2015). Operam ainda como instrumento da oposição para controlar e monitorar o governo, gerando informação ao plenário sobre projetos iniciados pela coalizão governista (Santos & Almeida, 2011). Por fim, destaca-se o papel fundamental dos relatores dos projetos de lei, na análise e modificação de propostas que as comissões escrutinam (Freitas, 2016a). Tal relevância do sistema de comissões demanda que – ao se investigar a elaboração, discussão e aprovação de políticas públicas sobre uma área específica – se observe ainda o trabalho desenvolvido pela comissão permanente responsável pelo tema.

As comissões permanentes da Câmara dos Deputados conformam um dos lócus institucionais de tomada de decisão na elaboração de política pública no Brasil. Composta por deputados federais, cada comissão trata especificamente de sua jurisdição, tendendo a ser, portanto, especialista em sua área temática. Especialização é um atributo caro de se adquirir, pois requer recursos como tempo e qualificação. Assim, quanto mais específica é a jurisdição de uma comissão, maior facilidade esta tem para direcionar a utilização destes recursos em busca de expertise. No caso do esporte, de 2003 a 2014, a temática foi tratada na Comissão de Turismo e Desporto (CTD), acumulando duas competências num só órgão. No entanto, desde 2014, a comissão foi desmembrada, gerando uma específica somente para a área, a Comissão do Esporte (Cespo)².

A fim de compreender os efeitos do desmembramento da CTD na atuação da comissão responsável pelo esporte, verificamos em que medida os atores³ e suas atuações modificaram-se com a criação da Cespo. Para tanto, mobilizamos as comissões responsáveis pela jurisdição esportiva entre 2003 e 2018. Como a atuação de partidos e deputados no Legislativo ocorre principalmente nestes órgãos, nossa escolha permite investigar com detalhes os atores políticos interessados em política esportiva nesta arena, fornecendo um desenho acurado das preferências ali presentes. Comparamos os perfis de atores e suas atuações na CTD em relação à Cespo pois, dado o ganho de

funcionamento do esporte no Brasil (Veronez, 2007).

2. Até 2003, a temática do esporte estava diluída junto à comissão de educação. Em 1989, na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; em 1990, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, onde permaneceu até 2003.

3. Ao longo do texto, damos prioridade ao termo ator para identificar quem age na comissão. Em última instância, quem atua são os deputados federais, contudo, eles não agem de forma independente, pois são constrangidos por suas lideranças partidárias (Cox & McCubbin, 1993), pelo plenário como um todo (Krehbiel, 1992) e/ou por seus eleitores (Mayhew, 1974). Esses constrangimentos são, por vezes, conflitantes entre si e não é objeto deste artigo investigar qual prevalece em qual circunstância. Por não identificarmos quem é o principal dos deputados em cada caso, optamos pelo o termo ator.

especificidade da última, buscamos demonstrar que houve um incremento de especialização por parte da comissão e dos envolvidos em termos de política esportiva.

Argumentamos que a existência de uma comissão exclusiva sobre esporte aumentou o grau de especialização sobre o tema no Legislativo, tornando este poder mais atuante nas políticas desenvolvidas na área. A partir disso, o desmembramento da CTD e a criação da Cespo gerou um maior interesse tanto da coalizão governista como da oposição na composição dessa comissão, quando comparamos as duas. Isso se demonstrou tanto em termos de composição partidária como em atividade legislativa, o que foi observado pela comparação da distribuição de relatoria quando o presidente da comissão era da coalizão ou da oposição. Além disso, a criação da Cespo fez com que a comissão participasse mais do conteúdo final dos projetos, alterando-os com maior frequência e intensidade. Finalmente, observou-se uma maior quantidade de projetos apreciados, bem como uma maior diversificação temática, sugerindo que a especialização da comissão tornou deputados e partidos mais sensíveis à necessidade de proposição e aprovação de distintas matérias relacionadas ao esporte.

Os resultados demonstram que a temática esportiva tem se pronunciado com mais relevância no Poder Legislativo, a partir da criação da Cespo. Este padrão foi desencadeado quando o país se preparava para sediar os megaeventos esportivos, em resultado da demanda de política pública e legislação para tal. Contudo, as relevantes alterações institucionais promovidas – como a criação de uma comissão específica no âmbito da Câmara dos Deputados – gerou consequências que extrapolaram as justificativas iniciais. Por isso, passado o período de realização dos megaeventos, a Cespo permanece como legado institucional do processo, atuando de forma mais frequente e eficiente.

O esporte nas comissões permanentes

O atual sistema de comissões foi estabelecido pela Constituição de 1988. Essencialmente, é composto por comissões permanentes que, cada qual em sua temática, analisam, modificam e aprovam ou rejeitam os projetos de lei que tramitam pelo Legislativo. Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as comissões também podem solicitar audiências públicas, convocar ministros e outras autoridades, reivindicar ajuda especializada do corpo técnico do Legislativo etc. A forma como o sistema se organiza não é estática, o que pode ser observado pelo crescente número de comissões ao longo dos anos, pelas alterações na quantidade de deputados nomeados para cada órgão e pela inclusão, supressão ou desagregação de competência que compõe uma mesma comissão (Vasquez & de Freitas, 2019).

Na esteira dessa dinâmica, foi criada, em fevereiro de 2014, por meio da Resolução nº 54/2014 (Câmara dos Deputados, 2014a), a Cespo. A justificativa para o desmembramento consta do projeto de resolução da Câmara dos Deputados que originou a norma, o PRC 237/2014 (Câmara dos Deputados, 2014b). Segundo o texto, a separação visou atender às demandas geradas pelo aumento de volume e complexidade das propostas que a comissão passaria a apreciar naquele período, em função de o país sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Neste cenário, as matérias analisadas exigiriam cada vez mais especialização e eficiência por parte da comissão e de seus membros.

Entretanto, uma vez alterado o *status quo*, os efeitos permaneceram no processo legislativo. Ou seja, o desmembramento temático possivelmente alterou no longo prazo – e não apenas durante a realização dos megaeventos – a forma como a Câmara passou a lidar com as políticas públicas sobre esporte e os incentivos oferecidos aos partidos e deputados para participarem da comissão responsável pela temática esportiva.

Mariana Martins e Vitor Vasquez (2018) apontaram indícios do ganho de especialização no tema do esporte promovido pela comissão entre 2014 e 2016, após a criação da Cespo. Desde então, houve significativo acréscimo na participação de deputados vinculados ao esporte, bem como aumentou o interesse dos partidos da coalizão governista nesta comissão. Essa alteração no perfil da comissão indica incentivos para que partidos e deputados nela atuem. Isso pode ter sido ocasionado pela organização dos megaeventos, que teria gerado uma demanda de especialização dos deputados na temática e o aumento de interesse por parte da coalizão. Além disso, Marcelo Teixeira e colaboradores (2018) demonstraram o crescimento do impacto dessa comissão durante o período do Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015, no que diz respeito às emendas executadas sobre a temática esportiva. Por essa via, mapear o perfil desses atores, suas preferências e a forma como se organizam e atuam nas comissões é fundamental para melhor compreender o processo de produção de política pública esportiva.

Universo analítico e modo de interpretação dos resultados: CTD *versus* Cespo

Para descrever o perfil dos atores e das atuações que permeiam a atividade legislativa sobre esporte, comparamos aspectos de composição das comissões – CTD e Cespo – e dos projetos de leis analisados, antes e após o desmembramento (2004-2013 e 2014-2018). Isso forneceu um panorama geral da influência do Legislativo

4. Pesquisas sobre mudanças institucionais (Binder, 1995; Gomes, 2006; Immergut, 1992; Medeiros, 2013; North, 1990; Przeworski, 2004) comprovam a pertinência de se investigar alterações de regras – formais ou informais – para uma melhor compreensão de processos políticos e resultados das políticas viabilizadas.

na elaboração de política pública esportiva durante o período contemplado e permitiu demonstrar de que maneira o quadro foi alterado após a mudança institucional⁴ desencadeada pela criação da Cespo.

Em termos de atores, analisamos os padrões em relação à composição partidária e à definição dos principais membros da comissão, quais sejam, presidentes (Inácio & Rezende, 2015) e relatores (Freitas, 2016a; Santos & Almeida, 2011). Para tal, examinamos o total de deputados que compõe a comissão, o quanto a composição partidária é proporcional à composição observada no plenário e os padrões partidários de ocupação dos principais cargos. Por meio do número de membros, buscamos identificar se a comissão se tornou mais atrativa aos partidos e deputados após o desmembramento. A interpretação, nesse caso, é direta: quanto mais membros titulares, maior o incentivo existente à atuação na comissão.

Em relação à composição partidária, investigamos em que medida a comissão é proporcional ao plenário, antes e após a Cespo. Quanto mais proporcional, mais a comissão representa um microcosmo da Câmara dos Deputados (Krehbiel, 1992). Consequentemente, mais relevante esta tende a ser no sistema, pois mais partidos se interessam por sua jurisdição. Para medir o grau de proporção entre a comissão e a Câmara dos Deputados, mobilizamos o seguinte cálculo:

$$IDP = \frac{\left[\sum_{i=1}^n \left| \left(\frac{\text{total membros partido}_i \text{ Comissão}}{\text{total membros Comissão}} - \frac{\text{total membros partido}_i \text{ Câmara}}{\text{total membros Câmara}} \right) \right| \right]}{n}$$

IDP: índice de desproporcionalidade partidária; *i*: *i*ésimo partido com membro na comissão; *n*: número de partidos com membro na comissão.

A ocupação de presidência de comissão e relatoria de projetos é o último aspecto em pauta que tange a dimensão dos atores envolvidos na produção de política esportiva no interior do Legislativo. Sobre este ponto, aferimos se houve aumento da atuação da coalizão governista nestes postos. Dada a preponderância do Executivo no processo legislativo brasileiro (Figueiredo & Limongi, 2001; Pereira & Mueller, 2000; Santos, 2002), uma maior participação da coalizão sugeriria um ganho de relevância do tema esportivo em termos de política pública. Para avaliar a atuação de presidentes e relatores nos projetos escrutinados pela comissão em termos de pertencimento ou não à coalizão governista, verificamos se, na data da designação do relator, o partido – do presidente e o do relator – ocupava algum ministério.

Do ponto de vista da atuação desses atores, descrevemos o trabalho na comissão quanto aos projetos de leis escrutinados. Isso foi possível a partir de informações sobre todas as designações de relatores para apreciação de matéria realizadas pelos

presidentes⁵ entre 2003 e 2018. Quanto à designação dos relatores, analisamos se presidentes de comissão que pertencem à coalizão tendem a privilegiar relatores também do governo, e se o padrão anterior e posterior à criação da Cespo se alterou.

Além disso, investigamos a quantidade de projetos que tramitaram pela comissão, o teor das proposições, o resultado dos pareceres emitidos pelos relatores e o posicionamento da comissão em relação aos pareceres. Em relação às matérias escrutinadas, medimos se, dado o ganho em especialização a partir da criação da Cespo, houve aumento no número de projetos tramitados pela comissão.

Isto feito, testamos, a partir de uma regressão logística, a seguinte hipótese: quanto mais especializada for a comissão, maior será sua capacidade de escutinar os projetos que analisa. Consequentemente, maior tende a ser sua interferência no conteúdo final da matéria. Ou seja, testamos se, dado o ganho de especialização gerado a partir da criação da Cespo, a comissão responsável pelo esporte passou a modificar mais as propostas escrutinadas em seu interior. Para tanto, elaboramos dois modelos. No primeiro, a variável dependente foi a proposição de alteração via emenda; no segundo, consideramos a alteração via substitutivo. Em ambos os casos a variável independente foi uma *dummy*, considerando 1 quando o projeto foi analisado pela Cespo, e 0 quando o escrutínio foi realizado pela CTD.

Por fim, no que diz respeito ao conteúdo do material analisado pela comissão, classificamos as matérias e comparamos seus conteúdos considerando a CTD e a Cespo. Para tanto, utilizamos a classificação da atividade esportiva contida na Lei Pelé (Brasil, 1998)⁶, exceto quando o projeto de lei é regulatório do sistema – que classificamos como sistema esportivo –, ou quando se trata do financiamento do esporte – que tratamos como a categoria financiamento. Essas duas classificações extras foram estabelecidas, pois abordam duas temáticas que são transversais às demais, mas bastante específicas. Neste aspecto, uma diversificação das temáticas abrangidas e um aumento proporcional no volume de matéria confirmariam o aumento no grau de especialização da comissão após desmembramento.

Para executar essa análise, montamos dois bancos de dados originais. O primeiro é composto de todos os membros titulares, seus partidos e os cargos que ocuparam na CTD e na Cespo – presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 3º vice-presidente e titular – entre 2003 e 2018. Essas informações foram obtidas no Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. O segundo é composto pelos projetos escrutinados pelas comissões responsáveis pela temática do esporte de 2003 a 2018⁷, por toda designação de relatoria à qual essas matérias foram submetidas,

5. Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o presidente da comissão tem a prerrogativa de designar o relator que apreciará cada matéria que passa pelo órgão sob sua responsabilidade.

6. Ou seja, esporte educacional, de formação, de participação ou de rendimento. Para mais detalhes sobre o escopo de cada um, consultar a Lei 9.615/1998.

7. No caso da CTD, consideramos apenas as matérias de temática esportiva, excluindo da análise projetos de conteúdo exclusivamente relacionado ao turismo.

8. CTD disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur/documentos/relatorios-de-atividades>> Acesso em: 01 Mar. 2019; e Cespo disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo/documentos/relatorios?b_start:int=15>. Acesso em: 01 Mar. 2019.

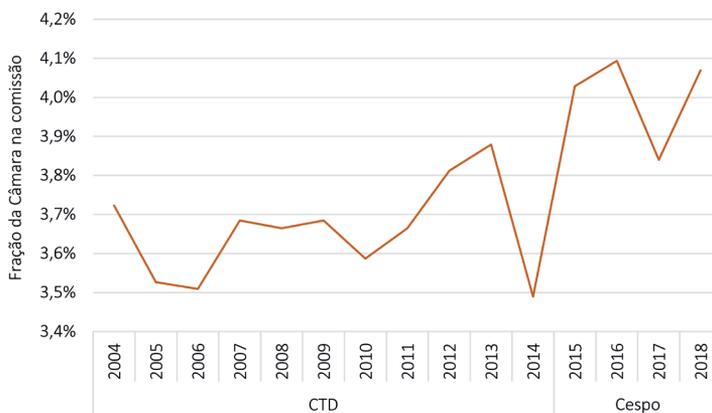
9. Como a composição das comissões é estabelecida no início de cada sessão legislativa, não consideramos 2003, o ano inaugural da CTD, iniciando nossas análises no ano de 2004. Nesse caso, a participação na comissão ficou a cargo dos membros das duas comissões exclusivas que a originaram: Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo e Comissão de Educação, Cultura e Desporto. A mesma lógica foi utilizada na análise de proporcionalidade partidária.

pelos dados partidários dos relatores e pelo tipo de alteração proposto ao projeto, quando era o caso. Para esse banco, os relatórios anuais da CTD e da Cespo⁸, disponíveis no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, serviram como fonte.

Atores interessados em política esportiva no Legislativo

A primeira característica analisada em relação aos atores é o número de membros titulares que compõe as comissões responsáveis pela temática do esporte entre 2004 e 2018⁹. Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cada comissão deve ter entre 3,5% e 13% dos deputados da Casa. Assim, embora haja uma restrição regimental, existe uma faixa considerável para que partidos e deputados atuem neste interstício. Além disso, existem comissões, via de regra as mais antigas, que demandam exclusividade dos deputados, sendo que cada um pode ser titular em apenas uma destas. Por outro lado, existem comissões cumulativas, nas quais os deputados podem participar de uma além daquela que lhe exige exclusividade (Vasquez & de Freitas, 2019). A CTD e a Cespo são comissões cumulativas. Os dados referentes ao número de membros titulares por ano da comissão estão expostos no Gráfico 1.

GRÁFICO 1
FRAÇÃO DA CÂMARA DE DEPUTADOS TITULAR
DA COMISSÃO VINCULADA AO ESPORTE, 2004-2018



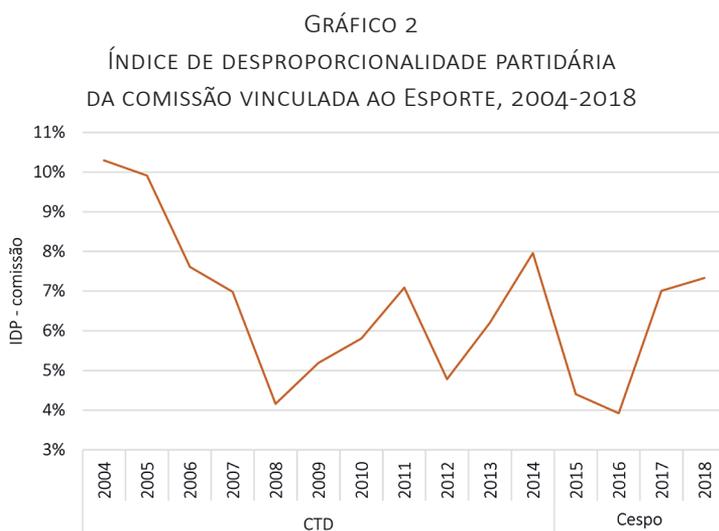
Fonte: Elaboração própria.

É possível observar que há incremento, ainda que suave, no número de deputados titulares da comissão vinculada ao esporte a partir de 2015, um ano após a criação da Cespo. Isso sugere um ganho, após o desmembramento, de interesse por esta comissão. Ao mesmo tempo, deve-se notar que o preenchimento da comissão durante todo o período ficou bem próximo ao mínimo estabelecido pelo Regimento

Interno da Câmara dos Deputados, indicando que a temática não está entre as mais requisitadas da Casa Legislativa. Este comportamento é o padrão observado em praticamente todas as comissões cumulativas. A título de comparação, a média do percentual da câmara de deputados que integra uma comissão permanente no período foi de 3,9% para aquelas comissões que podem ser cumulativas e 6,1% para aquelas que são exclusivas (Vasquez & de Freitas, 2019). Dado este contexto, o aumento no total de membros entre 2015 e 2018 deve ser ainda mais ressaltado.

Outro elemento que ajuda a compreender o grau de relevância da comissão é verificar o quanto sua composição partidária se aproxima da composição da Câmara dos Deputados. Neste sentido, o Gráfico 2 demonstra, ano a ano, o índice de desproporcionalidade partidária – apresentado na seção anterior – que a comissão apresenta, tomando como referência a Câmara dos Deputados como um todo¹⁰. Novamente comparamos a CTD com a Cespo.

10. Os dados foram estabelecidos mês a mês. A partir disto, calculamos a média anual.



Fonte: Elaboração própria.

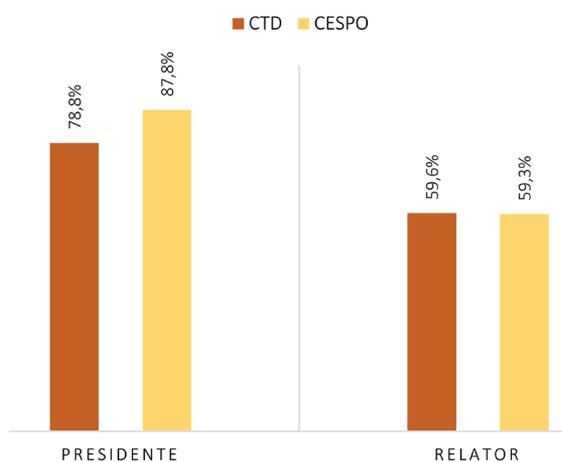
Nossos resultados demonstram uma certa variação em termos de índice de desproporcionalidade partidária antes e após a Cespo. Contudo, duas informações são relevantes. Em primeiro lugar, chama atenção a diminuição da desproporcionalidade a partir de 2006-2007, pois os valores dos primeiros anos de CTD, 2004 e 2005, eram muito elevados. Essa mudança pode estar relacionada à escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, o que impulsionou uma série de mudanças na legislação. Além disso, 2007 foi o ano dos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro. Estes dois fatores ajudam a justificar esse direcionamento dos esforços

legislativos em relação à política esportiva (Mascarenhas *et alii*, 2012; Matias & Mascarenhas, 2017). Em segundo, destacamos que os anos de índices de desproporcionalidade partidária mais baixos da série – quando a comissão mais representou um microcosmo do plenário em termos partidários – são 2015 e 2016, período entre a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Isso preconiza uma atenção maior ao tema durante os megaeventos, mas também um certo arrefecimento após suas realizações, pelo menos neste aspecto em tela.

O primeiro gráfico indica que, comparada à CTD, a Cespo é uma comissão mais atrativa, devido ao aumento no número de membros. No entanto, quanto ao índice de desproporcionalidade partidária, exposto no segundo gráfico, os dados não ratificam esta situação, ainda que exista uma queda neste índice no período dos megaeventos esportivos. Isto aponta para dois caminhos. Por um lado, para o ganho de relevância que a temática esportiva pode ter adquirido a partir de uma comissão que cuida exclusivamente do tema; por outro, para a cautela que devemos ter ao se formular conclusões nesse sentido, dado o ainda curto período de existência da Cespo.

Contudo, o interesse dos atores políticos na comissão vinculada ao esporte pode se expressar de outra maneira: por meio do preenchimento de cargos estratégicos. A partir disso, para aferir se houve maior interesse por parte da coalizão nestas comissões, elaboramos o Gráfico 3, no qual apresentamos, separada entre CTD e Cespo, a porcentagem de vezes em que um presidente da comissão, integrante da coalizão, distribuiu matérias a serem relatadas, e de ocasiões nas quais

GRÁFICO 3
PRESIDENTES INTEGRANTES DA COALIZÃO DISTRIBUINDO PROJETOS;
RELATORES DESIGNADOS, CTD E CESPO



Fonte: Elaboração própria.

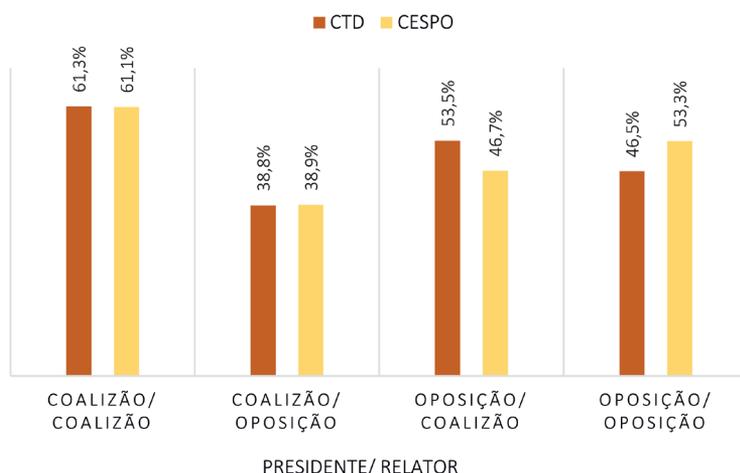
relatores, integrantes do governo, foram designados para emitir parecer sobre os projetos.

Como é possível observar, a proporção de distribuição de matérias feita por presidentes da coalizão foi ampliada em 9% comparando a CTD com a Cespo, sugerindo uma maior atuação do governo na comissão e, portanto, uma maior preocupação com a temática esportiva. No entanto, o aumento de participação de presidentes da coalizão não ocorreu em paralelo a um ganho proporcional de relatores do governo designados para emitir parecer sobre as matérias que tramitaram na comissão. Esta é uma informação relevante, pois, como destaca Andréa Freitas (2016a), relatores são atores essenciais no Legislativo, dada sua capacidade de alterar as matérias que analisa. Mas por que isto não ocorreu? Por que a maior participação de presidentes da coalizão não se correlacionou a um ganho de atuação de relatores também da coalizão? Para responder a estas questões, analisamos como os atores anteriormente descritos operam na comissão.

Atuação dos entes políticos no interior da comissão responsável pelo tema do esporte

O primeiro passo para investigar a atuação dos atores políticos nas comissões em foco é compreender em que medida a estagnação da atuação de relatores da coalizão foi responsabilidade do governo. Para tanto, elaboramos o Gráfico 4, no qual exibimos, comparando CTD e Cespo, os seguintes padrões complementares de de-

GRÁFICO 4
DESIGNAÇÃO: PRESIDENTE/ RELATOR, COALIZÃO/ OPOSIÇÃO, CTD E CESPO



Fonte: Elaboração própria.

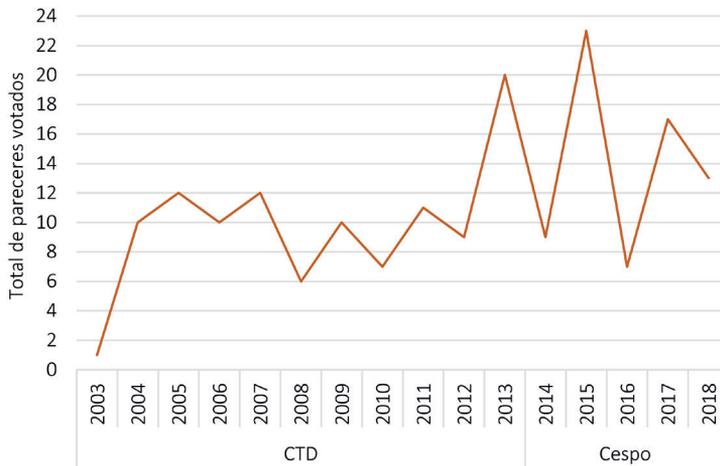
signação de relatoria: presidente coalizão/relator coalizão; presidente coalizão/relator oposição; presidente oposição/relator coalizão; e presidente oposição/relator oposição.

O perfil exibido pelo Gráfico 4 é interessante, pois mostra que o resultado exposto no gráfico anterior se deve muito mais a uma atuação da oposição do que do governo. Os presidentes da coalizão mantiveram porcentagens muito semelhantes de distribuição de relatoria na CTD e na Cespo. Porém, presidentes da oposição reduziram a designação de relatores da coalizão, em prol da própria oposição. Este resultado ajuda a ratificar a importância do Legislativo como locus de tomada de decisão política e o ganho de relevância da temática esportiva para os atores parlamentares como um todo. Afinal, a coalizão buscou aumentar sua atuação na comissão após o desmembramento, com seus presidentes distribuindo uma porcentagem de matéria esportiva superior ao que se observava na CTD. Entretanto, a oposição também agiu, reduzindo a proporção de designações feitas a relatores do governo.

A fim de compreender as razões desta possível disputa entre governo e oposição na CTD e na Cespo, propomos um aprofundamento nos trabalhos desenvolvidos no interior do órgão. Se este maior interesse dos atores políticos na Cespo se relaciona aos ganhos que a comissão obteve – em termos de recursos e de especialização – ao se desmembrar da temática do turismo, os padrões observados até então devem se refletir em termos de conteúdo. Dado o aumento de incentivo aos atores políticos envolvidos, espera-se que a atividade legislativa desenvolvida por esta comissão também se incremente (Martin, 2014; Mattson & Strøm, 1995; Strøm, 1990). Sobre este aspecto, começamos por investigar o volume de trabalho realizado no interior da comissão. Para tanto, comparamos, a partir do Gráfico 5, a quantidade de pareceres votados considerando a CTD e a Cespo.

Sobre este gráfico, três fatores precisam ser sublinhados. Em primeiro lugar, o aumento no total de pareceres votados pela comissão ocorreu já em 2013. Isto corrobora a relevância dos megaeventos esportivos no processo político aqui investigado, ratificando a justificativa apresentada pelos deputados para a necessidade de desmembramento da CTD. Em segundo lugar, sublinhamos a baixa atividade legislativa da comissão em 2016. Tal redução está associada ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff que ocorreu naquele ano, mas que teve início em 2 de dezembro de 2015 (*Agência Senado*, 2016). Como divulgado pelo próprio presidente em exercício da Casa, o processo afetaria bruscamente a atividade das comissões permanentes (Calgaro & Passarinho, 2016). Em terceiro lugar, os padrões mais altos de atividade legislativa se mantiveram em 2017 e 2018, ou seja, mesmo após a realização dos megaeventos. Isto é, em termos de atividade legislativa, a alteração do

GRÁFICO 5
TOTAL DE PARECERES VOTADOS NA COMISSÃO –
CTD E CESPO, 2003-2018



Fonte: Elaboração própria.

status quo promovida pelo desmembramento da comissão esporte manteve seus efeitos, mesmo após a realização dos eventos que justificaram tal ação.

Contudo, além da capacidade de emitir pareceres sobre propostas, deve-se analisar se o tipo de parecer se alterou após a criação da Cespo. Afinal, espera-se que o ganho de especialização gerado a partir do desmembramento forje uma maior expertise da comissão sobre a temática esportiva e, por conseguinte, uma maior interferência nos projetos analisados. Os relatores podem propor dois tipos de alteração ao projeto, emenda ou substitutivo. Foram testados dois modelos de regressão logística para medir o tipo de interferência da comissão no projeto analisado. Nas duas situações consideramos as 250 vezes em que um relator emitiu algum parecer na CTD ou na Cespo entre 2003 e 2018. A seguir, apresentamos a tabela com os dados da regressão. E, para melhor ilustração, sistematizamos os resultados, a partir de razão de chances, na figura após a tabela. As variáveis do teste foram estabelecidas da seguinte forma:

- Variável Dependente (modelo 1) – 1 se apresentou emenda; 0 se não apresentou;
- Variável Dependente (modelo 2) – 1 se apresentou substitutivo; 0 se não apresentou;
- Variável Independente (modelos 1 e 2) – 1 se Cespo e 0 se CTD.

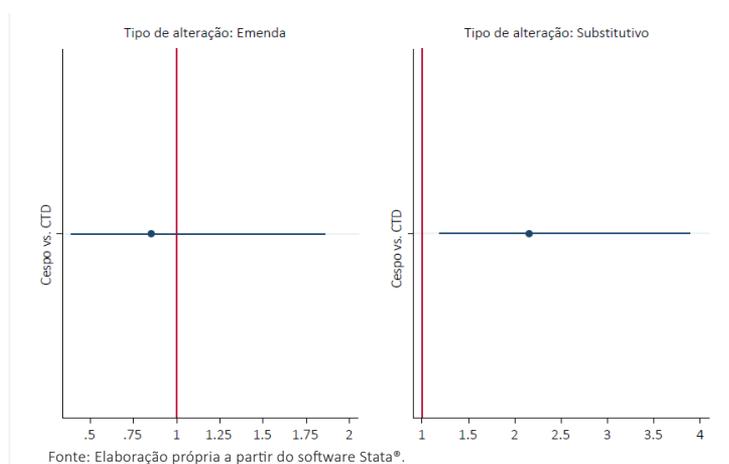
TABELA 1
REGRESSÃO LOGÍSTICA
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PROJETO: CESPO VS. CTD

MODELO 1					MODELO 2				
Emenda	Razões de Chance	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança-95%		Substitutivo	Razões de Chance	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança-95%	
Cespo × CTD	0,852	0,339	0,391	1,857	Cespo × CTD	2,155*	0,648	1,195	3,886
Constante	0,156**	0,036	0,098	0,246	Constante	0,228***	0,047	0,153	0,342
N	250				N	250			

*p < 0,05; **p < 0,01; *** p < 0,001

Fonte: Elaboração própria a partir do software Stata®.

FIGURA 1
CESPO × CTD (2003-2018):
RAZÕES DE CHANCE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



De acordo com o modelo 1, a chance de alteração via emenda a partir da Cespo é inferior quando comparada à CTD. Isso tenderia a contrariar nossa hipótese de especialização, não fossem duas considerações. Em primeiro lugar, deve-se notar que o modelo é bastante inconclusivo quanto ao seu resultado. Ao considerar uma significância estatística de 95%, a chance de um relator da Cespo propor uma emenda a um projeto escrutinado varia de 0,39 a 1,86 vezes em relação à chance de um relator da CTD. Isto é, a probabilidade varia de menos da metade para quase duas vezes, tornando a interpretação de seu coeficiente, que gera a razão de chance, bastante imprecisa. Além disso, conforme destaca Freitas (2016b), a própria interpretação de alteração a partir da presença ou não de emendas pode ser problemática. De acordo com a autora:

Uma emenda pode alterar um projeto de lei um pouco ou fazer alterações significativas. Uma emenda modificadora, por exemplo, pode fazer apenas pequenas alterações no texto sem, no entanto, alterar o significado do que está sendo proposto, ou seja, sem alterá-lo de fato. Uma emenda é uma unidade que não permite comparação e não mede o que se deseja medir; isto é, o quanto o projeto original é alterado (Freitas, 2016b: 10, nossa tradução)¹¹.

Entretanto, ao tomarmos o modelo 2 como referência, tendemos a confirmar a nossa hipótese, tanto do ponto de vista estatístico, quanto na qualidade de nossa variável dependente enquanto indicador de alteração de projeto. Nesse sentido, a razão de chance de um relator da Cespo propor um substitutivo é 2,16 vezes a chance de o mesmo acontecer quando o relator atuava na CTD. Tal resultado apresenta significância estatística considerando um intervalo de confiança de 95%. Além disso, o substitutivo¹², como o próprio nome diz, substitui completamente o texto original por outra proposta. Consequentemente, as alterações propostas por este tipo de modificação tendem a ser mais substantivas. Em outras palavras, o resultado apresentado pelo modelo 2 tende a confirmar a hipótese de que a criação da Cespo, por tornar esta comissão especialista em uma só temática, aumentou a sua expertise e capacidade em lidar com a jurisdição esportiva, se comparada com a comissão anterior.

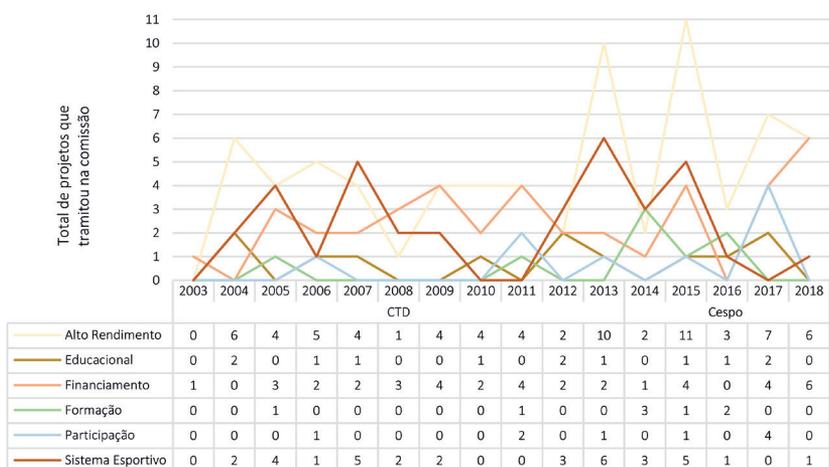
Uma vez que houve aumento no volume e na especialização da atividade legislativa com a criação da Cespo, resta analisar se ocorreu transformação também no perfil de proposta escrutinada pela comissão. Para tanto, classificamos as matérias segundo as categorias embasadas na Lei 9.615, de 24 de março de 1998, popularmente conhecida como Lei Pelé (Brasil, 1998). Além destas, outras duas categorias foram estabelecidas: financiamento e sistema esportivo. Assim, no Gráfico 6 estão expostas, por ano e por comissão, as proposições analisadas. Neste caso, consideramos todo projeto que tramitou nas comissões vinculadas ao esporte entre 2003 e 2018, mesmo aqueles que não tiveram o parecer votado.

O Gráfico 6 demonstra a preferência temática dos deputados em todo o período estudado. Ao ratificar o que outras pesquisas já anunciavam (Mascarenhas *et alii*, 2012; Starepravo & Marchi Júnior, 2016; Teixeira *et alii*, 2018), sobretudo, no contexto que antecedeu os megaeventos esportivos, existe uma hipertrofia das proposições relacionadas ao esporte de alto rendimento, representando aproximadamente metade das proposições tramitadas. Em seguida, aparecem financiamento e sistema esportivo que, embora tenham sido destacados como categorias específicas por serem mais amplos que alto rendimento, têm intersecção com essa classificação, pois podem tratar da regulação de confederações e de políticas de incentivo ao esporte em todos os níveis, além de negociarem as dívidas dos clubes

11. No original: "An amendment may change a bill a little bit or it can make significant changes. A modifying amendment, for example, may make only small changes in the text without, however, changing the meaning of what is being proposed, that is, without changing it in fact. An amendment is a unit that does not allow comparison and does not measure what one wants to measure; that is, how much the original bill is changed" (Freitas, 2016b, p. 10).

12. Segundo a página eletrônica da Câmara dos Deputados, substitutivo é uma "espécie de emenda que altera a proposta em seu conjunto, substancial ou formalmente. Recebe esse nome porque substitui o projeto. O substitutivo é apresentado pelo relator e tem preferência na votação, mas pode ser rejeitado em favor do projeto original" (Câmara dos Deputados, s/d).

GRÁFICO 6
DISTRIBUIÇÃO DAS TEMÁTICAS DOS PROJETOS POR ANO, CTD E CESPO



Fonte: Elaboração própria.

de futebol. Por fim, as classificações que se direcionam diretamente às questões do esporte e lazer enquanto direito – educacional, formação e participação – representam os menores números de matéria tramitada na comissão, estando sempre em valores inferiores quando comparadas às demais categorias.

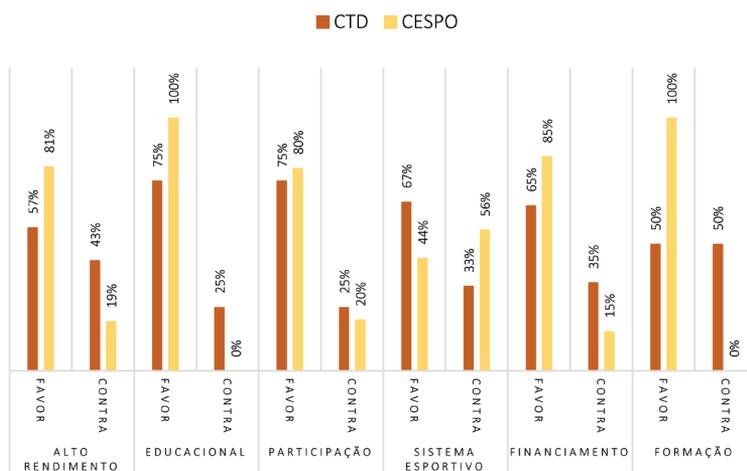
No entanto, para além da prevalência do alto rendimento, chama atenção a maior frequência das proposições sobre outras temáticas quando comparamos a Cespo com a CTD. A maior presença de projetos de participação e sistema esportivo, por exemplo, indicam uma maior diversificação da atividade legislativa em relação às políticas públicas de esporte e lazer. Isto pode estar atrelado à atuação desta comissão com proposição e aprovação de emendas parlamentares que compuseram cerca da metade das emendas liquidadas destinadas ao orçamento do Ministério do Esporte entre 2012 e 2015 (Teixeira *et alii*, 2018). Tal qual notamos nas temáticas, nas emendas orçamentárias houve um aumento da densidade daquelas direcionadas ao esporte educacional e de participação, o que sugere também uma maior diversificação neste âmbito da atividade legislativa.

Nesse sentido, por mais que o aumento de atividade legislativa tenha sido incentivado pela organização dos megaeventos no país, foi acompanhado de uma diversificação das temáticas dos projetos apreciados. Isso ocorreu sobretudo a partir da 54ª legislatura (2011-2014) e pode estar relacionado à consolidação dos programas vinculados à Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão

Social, como o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Todavia, esse perfil declinou no ano de 2018¹³, alertando que pode ser prematuro tomar conclusões relacionando a emergência dessas temáticas à criação da Cespo.

Finalmente, no intuito de aprimorar a compreensão em torno da preferência política na comissão vinculada ao esporte, observamos em que medida os pareceres dos relatores são favoráveis ou contrários às proposições escrutinadas, separando essas informações por temática e entre CTD e Cespo. Tomamos a opinião do relator como indicativo da preferência da comissão enquanto órgão coletivo pois, durante toda a série investigada, somente em duas ocasiões os membros rejeitaram o parecer oferecido¹⁴.

GRÁFICO 7
PARECERES FAVORÁVEIS OU CONTRÁRIOS
ÀS MATÉRIAS ESCRUTINADAS: CTD × CESPO, 2003-2018



Fonte: Elaboração própria.

Na Cespo, apenas as matérias acerca do sistema esportivo foram mais rejeitadas que na CTD. No mais, notou-se um esforço dos atores políticos envolvidos na temática esportiva em relação à aprovação das matérias na Cespo, o que pode ser fruto de um ganho de especialização da comissão após o desmembramento. Afinal, como demonstrado, este ganho de expertise tornou os atores mais aptos a modificar o conteúdo das matérias escrutinadas em prol de suas preferências, o que aumenta a chance de que relatores sejam favoráveis ao teor final das proposições. Além disso, o aumento de interesse de partidos e deputados pela temática e sua especialização tendem a refletir em proposições mais bem elaboradas, o que também justificaria a redução de pareceres contrários às matérias analisadas. Entretanto, para ratificar

13. Cabe, todavia, ressaltar que a diminuição da atividade em ano de eleições federais parece ser uma constante durante o período analisado.

14. Isto ocorreu com o parecer emitido pelo deputado Asdrubal Bentes, do PMDB/PA, pela rejeição do PL 5351/2013 (Brasil, 2013a) (alto rendimento). A comissão votou contra o parecer em julho de 2013. O mesmo aconteceu em março de 2013 com a opinião do relator Valadares Filho PSB/SE, cujo parecer era favorável ao PL 6700/2013 (Brasil, 2013b) (sistema esportivo). Para essa etapa da análise, não incluímos estes pareceres rejeitados pela comissão.

estas hipóteses, uma análise mais acurada sobre o conteúdo das matérias, bem como da justificativa dos pareceres favoráveis e contrários, seriam necessárias.

Considerações finais

Ao considerar o Poder Legislativo como um importante locus de tomada de decisões sobre políticas públicas, em particular o sistema de comissões, argumentamos que o ganho de especialização obtido com a criação da Cespo contribuiu para que a temática esportiva ganhasse proeminência no processo legislativo brasileiro, em especial neste âmbito. Embora esse ganho possa ter relação com a organização dos megaeventos esportivos no país, o desmembramento de CTD e a criação da Cespo geraram mudanças de padrões de atuação legislativa com relação ao esporte cujos efeitos não se circunscrevem apenas a esse período.

Em termos de atores, destacamos a quantidade de deputados integrantes da Cespo. A proporção de deputados que compõem a comissão, em relação à Câmara, subiu após o desmembramento, e não caiu mesmo após os megaeventos esportivos, o que demonstra um maior interesse em fazer parte da Cespo quando comparado à CTD. Além disso, chama atenção o interesse de partidos do governo e da oposição na comissão, aferido por uma maior coordenação entre presidente e relator na distribuição de matérias. Sobre este aspecto, destaca-se a articulação da oposição, cujos presidentes passaram a distribuir cada vez mais relatorias a deputados também de partidos opositores.

No que diz respeito às atividades da comissão, demonstramos que o total de proposições apreciadas aumentou com a criação da Cespo e continuou elevada, mesmo após o período dos megaeventos esportivos. Mais importante, apontamos que para além de um maior número de matérias escrutinadas, cresceu também o grau de interferência da comissão nesse processo, pois há um aumento importante de substitutivos apresentados pelos relatores às propostas examinadas. Isto ganha impacto, se observarmos que praticamente todas as decisões dos relatores foram ratificadas pelo coletivo da comissão durante o período analisado. Por fim, quanto às temáticas tratadas, as mesmas se diversificaram, em relação ao período anterior, e assim permaneceram durante toda a 55ª legislatura. Assim, a partir da atuação dos atores envolvidos na comissão responsável pelo esporte, reforçamos o argumento de que houve ganho de especialização com a criação da Cespo e que o mesmo não se restringiu aos anos impactados pelos megaeventos esportivos.

Por outro lado, nossa pesquisa apresenta o seguinte limite: o pequeno período de existência da Cespo, que restringiu nossa análise sobre esta comissão a apenas uma

legislatura. Diante disto, algumas frentes de pesquisa se abrem. Seria interessante uma comparação dos padrões da CTD/Cespo com outras comissões temáticas, a fim de evidenciar se esse ganho de especialização é exclusivo à Cespo ou se é um ganho do sistema de comissões. Outro desdobramento diz respeito a um estudo mais aprofundado acerca da atuação específica da CTD/Cespo nas proposições legais, porque esse é um importante indicativo das preferências políticas dos atores que atuam no Legislativo. Finalmente, a exploração de outras atividades da comissão – como a participação desta no orçamento, que já foi levantada por outras pesquisas, ou mesmo a proposição de audiências públicas – contribuiriam para ter uma compreensão mais ampla sobre a atuação da Câmara dos Deputados sobre a política pública esportiva.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Brasília: Senado Federal, 28 Dez. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 02 Abr. 2019.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. *Movimento*, v. 11, n. 3, p. 9-25, 2005.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; PEREIRA, Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. Produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. *Motrivivência*, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014.

AREIAS, Keni Tatiana Vazzoler; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. As políticas públicas de lazer na mediação entre Estado e sociedade: possibilidades e limitações. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 33, n. 3, p. 573-588, 2011.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalonr. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. *Ser Social*, v. 13, n. 28, p. 184-209, 2011.

BINDER, Sarah A. Partisanship and procedural choice: institutional change in the early Congress, 1789-1823. *The Journal of Politics*, v. 57, n. 4, p. 1093-1118, 1995.

BOMFIM, Silvano Andrade do. Lei geral da Copa, soberania nacional e a Constituição. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, v. 19, n. 1, p. 235-253, 2012.

BRASIL. Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Seção 1, p. 1-7, 25 Mar. 1998.

BRASIL. Lei nº. 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Seção 1, p. 9379, 7 Jul. 1993.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº. 6700 de 2013a. Acrescenta § 14 ao art. 27 da Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998, para sujeitar os dirigentes de entidades desportivas profissionais à responsabilização civil, se houver antecipação de receitas, por meio da formalização de contratos, cujos vencimentos sejam posteriores ao término de seus mandatos. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=599550>>. Acesso em: 15 Abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº. 5351 de 2013b. Altera Lei nº 10.671 de 2003, o Estatuto do Torcedor para vedar sanção reflexa a torcedor na individualização de pena aplicada às entidades que especifica. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=571173>>. Acesso em: 15 Abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução da Câmara dos Deputados nº. 54, de 2014a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2014/resolucaodacamaradosdeputados-54-19-fevereiro-2014-778223-norma-pl.html>>. Acesso em: 02 Abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Resolução nº. 237, de 2014b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=81AA52D9E902DCBC7AF83441EF598E9A.proposicoesWebExterno2?codteor=1230398&filename=PRC+237/2014%20>. Acesso em: 02 Abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Substitutivo. Brasília, s/d. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/70074.html>>. Acesso em: 22 Abr. 2019.

CALGARO, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia. Impasse sobre impeachment vai paralisar comissões da Câmara. *G1*, 16 Jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/01/impasse-sobre-impeachment-vai-paralisar-comissoes-da-camara.html>>. Acesso em: 02 Abr. 2019.

CARVALHO, César Machado. *Esporte como política pública: Um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2013.

CASTELAN, Lia Polegato. *As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2011.

COX, Gary W.; MCCUBBIN, Mathew Daniel. *Legislative leviathan: party government in the House*. Berkeley (CA): University of California Press, 1993.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. *Cadernos de Pesquisa*, n. 5, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), 1996.

FREITAS, Andréa. *O presidencialismo da coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016a.

_____. Unboxing the active role of the legislative power in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, v. 10, n. 2, e0004, 2016b.

GOMES, Sandra. O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). *Dados*, v. 49, n. 1, p. 193-224, 2006.

HIRATA, Edson; FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo. Bastidores do jogo: as interferências na elaboração da Lei Pelé. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 49, p. 119-155, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/19053>>.

HORNE, John. Sports mega-events – three sites of contemporary political contestation. *Sport in Society*, v. 20, n. 3, p. 328-340, 2017.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. An introduction to the sociology of sports mega-events. *The Editorial Board of the Sociological Review*, 2006. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-954X.2006.00650>>.

IMMERGUT, Ellen. *Health politics: interests and institutions in Western Europe*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1992.

INÁCIO, Magna; REZENDE, Daniela. Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, p. 296-335, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912015212296>>.

KREHBIEL, Keith. *Information and legislative organization*. Ann Arbor (MI): University of Michigan Press, 1992.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Poder de agenda e políticas substantivas. In: INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (Orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*, p. 77-104. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LINHALES, Meily Assbu. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1996.

MARTIN, Sean. Committees. In: MARTIN, S.; SAALFELD, T.; STRØM, K. (Eds.). *The Oxford handbook of legislative studies*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199653010.001.0001>>.

MARTINS, Mariana Zuaneti; VASQUEZ, Vitor. Políticas esportivas no processo legislativo brasileiro: a Comissão do Esporte em foco. In GOLIN, C. H.; SILVA, J. V. P.; PACHECO NETO, M. (Orgs.). *Educação física e suas pluralidades*, p. 217-240. Várzea Paulista (SP): Editora Fontoura, 2018.

MASCARENHAS, Fernando. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 30, n. 4, p. 963-980, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-55092016000400963>>.

MASCARENHAS, Fernando; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalonr; SANTOS, Mariângela Ribeiro dos; MIRANDA, Natália Nascimento. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (Alesde)*, v. 2, n. 2, p. 15-32, 2012.

MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. A constituição do programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro (Profut): atuação parlamentar e grupos de pressão. *Motrivivência*, v. 30, n. 56, p. 190-208, 2018.

_____. As influências dos megaeventos esportivos na agenda e políticas esportivas: planejamento, arranjo institucional, ordenamento jurídico e financiamento. *Pensar a Prática*, v. 20, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rpp.v20i1.34001>>.

MATTSON, Ingvar; STRØM, Kaare. Parliamentary cCommittees. In: DÖRING, Hebert (Org.). *Parliaments and majority rule in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan, 1995.

MAYHEW, David R. *Congress: the electoral connection*. New Haven (CT): Yale University Press, 1974.

MEDEIROS, Danilo Buscatto. *Organizando maiorias, agregando preferências: a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2013.

MENDES, Alessandra; CODATO, Adriano. The institutional configuration of sport policy in Brazil: organization, evolution and dilemmas. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 3, p. 563-593, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7612125903>>.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1990.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 45-67, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000200004>>.

PRZEWORSKI, Adam. Institutions matter? *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, p. 527-540, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00134>>.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Lei Geral da Copa, álcool e o processo de criação da legislação sobre violência. *Movimento*, v. 18, n. 1, p. 69-99, 2012.

RIBEIRO, Mariângela; REIS, Nadson Santana; MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro; HÚNGARO, Edson Marcelo; MASCARENHAS, Fernando. A agenda do futebol no governo Lula: ações rumo à Copa do Mundo Fifa 2014. *Motrivivência*, v. 29, n. 50, p. 90-103, 2017.

SANTOS, Fabiano. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. *Dados*, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000200003>>.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão*. Curitiba (PR): Editora Appris, 2011.

SILVA, Dirceu Santos; MARTINS, Mariana Zuaneti; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. General law of the 2014 Fifa World Cup Brazil. In: HOWLEY, Collin; DUN, Susan (Eds.). *The Playing field: making sense of spaces and places in sporting cultures*, p. 39-54. Oxford (UK): Inter-Disciplinary Press, 2016.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. (Re)pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 38, n. 1, p. 42-49, 2016.

_____. Políticas públicas de esporte no Brasil: uma leitura a partir da noção de (sub)campo. *Pensar a Prática*, v. 18, n. 4, p. 959-970, 2015.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta. *Motrivivência*, n. 11, p. 83-98, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/%>>.

STRØM, Kaare. *Minority government and majority rule*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1990.

TEIXEIRA, Marcelo Resende; CARNEIRO, Fernando Henrique; MASCARENHAS, Fernando; MATIAS, Wagner Barbosa. Esporte, fundo público e pequena política: os reverses de um orçamento (r)emendado. *Movimento*, v. 24, n. 2, p. 593-606, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-8918.73007>>.

TUBINO, Manoel José Gomes. Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação. Maringá (PR): Eduem – UEM, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/123456789/130>>.

VASQUEZ, Vitor; DE FREITAS, Géssica. Mudanças institucionais e suas consequências: Uma análise do sistema de comissões brasileiro. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 2, n. 23, p. 36-55, 2019.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. *Atas XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte*, Recife (PE), 2007.

VIGOR, Anthony; MEAN, Melissa; TIM, Charlie. *After the gold rush: a sustainable Olympics for London 2012*. London (UK): Institute for Public Policy Research, 2004.



Expectativas desencaixadas: o problema da construção da autolegitimidade entre policiais militares*

Recebido: 15.04.20
Aprovado: 27.05.20

Bruna Gisi**
& Giane Silvestre***

Resumo: O artigo trata da construção da autolegitimidade de policiais a partir de pesquisa qualitativa realizada com praças da Polícia Militar de São Paulo (PMESP). O objetivo é analisar o impacto das percepções e expectativas dos policiais sobre as atividades de policiamento na construção da legitimidade reivindicada por eles. Parte-se da concepção de legitimidade policial como processo dialógico continuamente atualizado nos contatos com a população. Foram realizadas 28 entrevistas em profundidade com praças da PMESP em oito distritos da cidade de São Paulo. As análises indicam uma disjunção entre a visão dos policiais sobre sua função e autoridade e a percepção sobre as respostas da população. Os entrevistados demonstram confiança em sua autoridade e valorização do trabalho de controle do crime, mas percebem um déficit de legitimidade nas respostas da população, que questiona sua autoridade nas abordagens. Consideram ainda certas demandas da população como excessivas e desvios de sua função.

Palavras-chave: Legitimidade. Autolegitimidade. Polícia Militar. Contato. Abordagem policial.

Disconnected expectations: the problem of self-legitimacy construction among military police officers

Abstract: The article aims at analyzing the construction of police self-legitimacy from a qualitative research conducted with officers from the Military Police of São Paulo. The objective is to analyze the impact of the officer's perceptions and expectations toward policing in the legitimacy claimed by them. The work departs from a conception of legitimacy as a dialogic process continually enacted during the contacts with the population. The research consisted of 28 in depth interviews with police officers from 8 districts of São Paulo. The analysis shows a disjunction between the view the officers share about their function and authority and the perception of the population responses to their work. The interviewees show confidence in their authority and appreciation for the work of fighting crime, but perceive a legitimacy deficit in the responses of citizens who often question their authority during stops. They also consider the populations demands excessive and misleading.

Keywords: Legitimacy. Self-legitimacy. Military Police. Contact. Stop and frisk.

* Este artigo foi desenvolvido com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Utiliza dados coletados nas pesquisas de pós-doutorado das autoras. Processos N. 2017/04103-0 e N. 2017/04428-6 da Fapesp. As pesquisas desenvolvidas integram o Programa Cedip-Fapesp "Construindo a democracia no cotidiano: direitos humanos, violência e confiança institucional" desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), processo N. 2013/07923-7 da Fapesp.

** Bruna Gisi é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (2016). Realizou pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência (2017-2018). É professora do Departamento de Sociologia da Universidade de

São Paulo (USP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da (NEV-USP), São Paulo, SP, Brasil.
Orcid: 0000-0003-1150-5808.
<brunagisi@usp.br>.

*** Giane Silvestre é doutora (2016) em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), São Paulo, SP, Brasil.
Orcid: 0000-0002-8639-8843.
<silvestregiane@usp.br>.

Apresentação

As organizações policiais e suas práticas são objeto de estudos já consolidados nas ciências sociais, tanto na esfera nacional como na internacional. Um dos principais autores que discute o policiamento e sua função é Egon Bittner (2003), que, em seus trabalhos, explora a constatação empírica de tensão entre os aspectos oficiais da polícia e as atividades cotidianas desempenhadas pelos policiais. O autor argumenta que a definição oficial do papel da polícia – aplicar a lei e combater o crime – não traduz a maior parte do trabalho que os policiais realizam. Com a proposta de considerar as expectativas que a população efetivamente expressa quando aciona a polícia com a persuasão de que exerça o papel de polícia na prática, o autor defende que esse papel envolve

[...] enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando (e na medida em que) suas soluções tenham a possibilidade de exigir (ou fazer) uso da força no momento em que estejam ocorrendo (Bittner, 2003: 136).

De acordo com o autor, a manutenção de um modelo oficial de atividade policial baseado na organização militar e discrepante com o seu funcionamento efetivo teria consequências negativas como inadequação do treinamento, aumento do cinismo e incentivo à regra do silêncio entre os policiais, deslocamento da má conduta para áreas não regulamentadas, entre outras.

No caso brasileiro, esse achado é muitas vezes visto como parte dos mecanismos que reproduzem a atuação policial contraditória com o Estado democrático de direito. O uso excessivo de força letal (Pinheiro, 1991; Bueno, 2014, Misse *et alii*, 2015), a prática de tortura contra suspeitos como meio corrente de investigação criminal (Kant de Lima, 1995; 2011; Vargas, 2012) e outras violações de direitos individuais têm sido apontadas, desde o final da década de 1980, como evidências de que um controle autoritário da ordem pública continua a orientar as instituições policiais brasileiras mesmo com o fim da ditadura militar (Pinheiro, 1991). A persistência de um modo de funcionamento informal com códigos de conduta e estoque de conhecimento não vinculados às diretrizes legais abriria margem para abusos e violações.

Quais os efeitos dessa discrepância entre o modelo oficial da atividade policial e seu funcionamento prático para a legitimidade da polícia? Recentemente, uma literatura internacional tem se dedicado a investigar empiricamente a legitimidade das organizações policiais a partir da proposta de Tom Tyler (1990). O autor defende a

importância da qualidade dos contatos cotidianos entre a população e os representantes das organizações policiais para a percepção de legitimidade, desenvolvendo, assim, uma noção processual de legitimidade. Essa dimensão processual é ainda mais marcante no trabalho de Anthony Bottoms e Justice Tankebe (2012), no qual os autores destacam a necessidade de considerar o aspecto dialógico da legitimidade. De acordo com os autores, é preciso pensar a legitimidade como uma discussão contínua em que a reivindicação de autoridade por parte dos detentores do poder é um lado importante da relação.

De modo a contribuir com esse campo de pesquisa, o objetivo deste trabalho é analisar um aspecto ainda pouco explorado pela literatura nacional: como e se a tensão entre o modelo oficial da instituição, seu funcionamento prático, e a expectativa dos policiais influencia a autolegitimidade desses agentes. Para tanto, parte-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida com policiais militares, que trabalham em companhias localizadas em diferentes regiões da cidade de São Paulo, e busca-se explorar as percepções e expectativas dos policiais sobre as atividades de policiamento para relacioná-las com a legitimidade reivindicada por esses atores.

O artigo está dividido em cinco partes, além desta apresentação. A primeira parte apresenta o debate da literatura nacional sobre as organizações policiais brasileiras, com ênfase nas análises sobre as tensões existentes entre o modelo oficial das polícias e seu funcionamento prático. A segunda é dedicada à perspectiva sobre a legitimidade adotada no presente trabalho, em especial o conceito de autolegitimidade, bem como à agenda de pesquisa que vem sendo desenvolvida a partir dessa abordagem. A terceira parte detalha a pesquisa empírica e os dados analisados no artigo. A quarta e a quinta parte apresentam os resultados da pesquisa relativos à autolegitimidade dos policiais e suas percepções sobre as demandas e as reações da população. Ao final, o item “Considerações finais” sintetiza o argumento formulado a partir da interpretação dos achados. O que as análises demonstram é que existe uma disjunção entre a visão dos policiais sobre sua função e autoridade e as percepções sobre as respostas e demandas da população ao que eles reivindicam nos contatos diários.

O oficial e a prática nas polícias brasileiras

A Constituição brasileira divide os serviços policiais estaduais em duas organizações diferentes: a Polícia Militar – responsável pelo patrulhamento ostensivo da ordem pública – e a Polícia Civil – responsável pela investigação criminal. Ainda que essas duas organizações sejam independentes e apresentem estruturas próprias, os estudos sobre o modo de funcionamento rotineiro das duas polícias demonstram

que elas coincidem em um aspecto: as duas organizações exibem tensões entre a estrutura, o conhecimento e o treinamento formal e o estoque de conhecimento e código de conduta práticos e informais.

Nesse sentido, as pesquisas sobre a Polícia Civil com frequência se concentram na forma como os policiais e os delegados desenvolvem atalhos e códigos informais de conduta para realizar as atividades investigativas e atingir as demandas de eficiência. As análises pioneiras desenvolvidas por Antônio Luiz Paixão (1982; 1988) sobre a Polícia Civil contribuíram significativamente para a construção desse diagnóstico. Paixão (1982) mostra de que maneira a “lógica em uso” adotada pelos policiais para o desempenho prático de suas atividades é determinada menos pelos formalismos legais e mais por ideologias e tipificações que tornam mais econômica a atividade policial. A polícia seria uma organização que sofreria de modo particularmente intenso com o “paradoxo da discricção”: quando se observa as circunstâncias práticas do trabalho policial, nota-se que há coexistência e tensão entre controles burocráticos formais rígidos e autonomia de policiais de nível hierárquico inferior. Em sua pesquisa empírica nas delegacias, Paixão identifica que, no exercício dessa autonomia, os policiais empregam seu estoque de conhecimento de senso comum, o que, com frequência, envolve “lei” e “ordem” como ideais conflitantes de conduta (Paixão, 1988).

As análises de Roberto Kant de Lima (2011) também enfatizam que o caráter inquisitorial das práticas policiais brasileiras poderia explicar o uso frequente de coerção e tortura para obter confissões dos acusados. Os policiais justificam seu comportamento ilegal alegando ter um julgamento mais preciso dos fatos devido a sua “experiência” e conhecimento da “verdade dos fatos” melhor do que as autoridades judiciais. Kant de Lima mostra que as ações da polícia são majoritariamente orientadas por uma “ética implícita”, um “código de honra” a que todos os policiais precisam aderir para lidar com “criminosos”. Faz parte desse conhecimento informal uma diferenciação cultural entre grupos populacionais que justificaria, por exemplo, a necessidade de aplicar violência quando se lida com grupos de *status* social baixo. O autor argumenta que essa ética, transmitida e reproduzida de forma tradicional, permite aos policiais aplicarem alternadamente leis gerais e normas particulares, a depender da pessoa interpelada.

A existência de tensões entre os procedimentos e regulamentos formais e as formas de conduta práticas e informais, identificadas nos estudos sobre a Polícia Civil, é também um aspecto destacado pela literatura sobre a Polícia Militar. Nesses estudos, no entanto, o foco é usualmente a discrepância entre o caráter militar da estrutura organizacional e as habilidades altamente discricionárias exigidas pelas atividades de patrulhamento.

Nessa direção, Jacqueline Muniz (1999) mostra como a discricionariedade intrínseca às atividades policiais de lidar com todos os tipos de eventos e emergências não traduz a racionalidade legal e constitui uma “zona cinzenta” do trabalho da polícia – constituída tanto por ações adequadas como por ações violentas e arbitrárias – que não é visível para a corporação e para a população. Muniz demonstra que os policiais aprendem *on the job* que usualmente não é possível conciliar a lei, os procedimentos necessários para usar a força, a validação moral da ação e a produção de resultados efetivos e satisfatórios. Essa percepção, por sua vez, encoraja os policiais a abandonarem o que foi aprendido nos manuais durante o treinamento na academia, já que não os ajudaria a lidar com as situações de intervenção. Consequentemente, eles cultivam uma crença que o policiamento é algo que se aprende “nas ruas”, valorizando as experiências pessoais e o conhecimento prático aprendido com os policiais mais experientes. Não por acaso, uma das características mais valorizadas pelos policiais – o chamado “tirocínio policial” – é uma qualidade construída mediante o “tempo de rua” que um policial dispõe. É a capacidade que o policial adquire nas ruas para identificar um suspeito ao primeiro olhar e os signos da suspeição (Sinhoretto *et alii*, 2014: 133).

No que diz respeito ao controle disciplinar feito pela organização da Polícia Militar, Muniz (1999) o considera inadequado para punir ou recompensar os policiais por sua performance profissional. O medo de ser punido favorece o encobrimento dos processos de tomada de decisão, amplia a insegurança na escolha de um curso de ação e aumenta a probabilidade de práticas arbitrárias na interação com os cidadãos.

A análise de Haydée Caruso e copartícipes (2010), sobre a dinâmica da produção, transmissão e aprendizagem do conhecimento na Polícia Militar, aponta como a formação continuada na organização é fragmentada e pouco divulgada; os policiais e os oficiais desenvolvem suas próprias técnicas para aprender como proceder nas ruas. Se eles aprendem na prática, uma estratégia adotada é reproduzir o que os policiais mais experientes fazem. Essa estratégia é também adotada pelos oficiais de médio escalão, já que eles também sentem que saem da academia para enfrentar o novo nem sempre preparados para diversas atividades enfrentadas no trabalho cotidiano. Como suas atribuições incluem comandar e administrar outros policiais, a baixa capacidade de comando pode minar a autoridade desses oficiais sobre os policiais.

Como mencionado, um dos principais problemas identificados no treinamento dos policiais é sua incongruência com as atividades cotidianas de patrulhamento. Enquanto os policiais precisam principalmente usar sua discricionariedade para nego-

ciar as situações, mediar conflitos e lidar com eventos não criminais (Muniz & Silva, 2010), o treinamento é baseado na ideologia repressiva e punitiva para condicionar os policiais a obedecer ordens, desconsiderando a autonomia necessária para o trabalho (Teixeira, 2009; Kant de Lima, 2011). Nessa direção, Paula Poncioni (2005; 2007) mostra que o modelo profissional transmitido nas academias de polícia não prepara os policiais para interagir com a população ou para mediar conflitos, está prioritariamente focado nos aspectos legais do trabalho e em “combater o crime”. Essas inadequações ficam evidentes também na análise da legislação disciplinar da organização da Polícia Militar, dedicada quase exclusivamente ao comportamento interno à organização e à manutenção da hierarquia e da disciplina, estabelecendo uma forma de controle autoritária baseada na repressão que permite punições injustas sem o direito de defesa (Cano & Duarte, 2012; Muniz, 2008).

Um último aspecto da estrutura formal das organizações policiais brasileiras que parece estar associada com as tensões formal/informal é sua hierarquia excludente. Apesar das várias diferenças entre as polícias civil e militar, esse é um traço comum entre elas. Kant de Lima (2011) destaca as consequências de haver carreiras separadas para os que comandam (oficiais e delegados) e os policiais que atuam na rua (agentes e policiais/praças). A grande diferença salarial, a separação completa da instrução profissional e a impossibilidade de policiais de nível inferior acenderem às posições de comando produz uma estrutura organizacional elitista e excludente que promove o sentimento de oposição e disputa entre os dois grupos.

A autolegitimidade de policiais

Recentemente um grupo de pesquisadores tem se dedicado a analisar as organizações policiais a partir de pesquisas empíricas sobre legitimidade influenciados pelos trabalhos de Tom Tyler (1990; 2003). Esses pesquisadores partem da discussão sobre a efetividade do modelo normativo de controle social em contraste com o modelo instrumental defendido pelas teorias da dissuasão. Tyler (1990) argumenta que a obediência à lei pode ser influenciada pelo compromisso normativo das pessoas com a obediência e não apenas pelo medo da punição. Se obedecer à lei é visto como apropriado porque é assim que as pessoas devem comportar-se, a obediência seria voluntária, independente do risco da punição. De acordo com Tyler, uma forma de atingir esse comprometimento normativo é pela legitimidade, ou seja, o sentimento de que a autoridade que aplica a lei “tem o direito de ditar comportamento” (“*has the right to dictate behavior*”) (Tyler, 1990: 4). Ao identificar empiricamente a associação positiva entre obediência voluntária e legitimidade policial, o autor também busca investigar os fatores que podem influenciar os julgamentos públicos sobre a legitimidade da polícia. Para tanto, desenvolveu o que

ficou conhecido como o modelo da justiça processual (*procedural justice model*) de acordo com o qual, a legitimidade é obtida como resultado das interações entre os cidadãos e os servidores públicos, avaliada pelo tratamento justo, igualitário e transparente, baseado em uma comunicação acessível e respeitosa, despendida pelos agentes do Estado.

Em uma revisão crítica do modelo de Tom Tyler, Anthony Bottoms e Justice Tankebe (2012) recuperam a discussão conceitual sobre legitimidade e destacam que um aspecto importante da definição weberiana diz respeito à reivindicação contínua e ao cultivo da legitimidade por parte dos detentores de poder. Embasados nesse ideário, sugerem que é preciso considerar o caráter dialógico e relacional da legitimidade que opera como “discussão perpétua” entre a reivindicação dos detentores de poder e as respostas da audiência. A legitimidade dos detentores de poder seria uma pré-condição para que o público reconheça a legitimidade da instituição. O cultivo da crença no direito moral dos próprios detentores de poder é necessário antes que eles possam reivindicar a obrigação moral de obediência à população (Bottoms & Tankebe, 2012: 129). Essa crença – denominada autolegitimidade – pode ser definida como o nível de confiança que um funcionário público dispõe sobre sua própria legitimidade, considerando-se apto para assumir sua autoridade (Tankebe, 2010; 2011).

Ao incorporar na noção de legitimidade a perspectiva daqueles que exercem o poder, essa perspectiva torna possível ter em conta situações de “disjunção” na relação de autoridade. Ao considerar a distinção proposta por Joseph Raz (2009) entre (i) poder bruto (*naked power*); (ii) autoridade *de facto*; e (iii) autoridade legítima, Bottoms e Tankebe desenvolvem a dinâmica entre reivindicação e reconhecimento que constitui a legitimidade. Na relação de “poder bruto”, os que estão no comando não reivindicariam nenhum direito ao poder e não esperam dos subordinados nenhuma obrigação ou dever de obediência. A coerção física, o medo ou um cálculo das consequências garantiriam o acatamento das normas. No caso da autoridade *de facto*, também há o exercício efetivo de poder sobre pessoas, mas pautado na reivindicação de legitimidade, de direito ao poder, por parte dos que comandam. É isso que permitiria chamar essa relação de autoridade. Por fim, a autoridade legítima seria aquela que não só reivindica o direito de mandar e a obrigação de obediência, mas que tem essa reivindicação reconhecida pelos que estão submetidos ao seu poder.

A partir dessa proposta, torna-se possível considerar situações em que aqueles que exercem poder reivindicam ter direito de governar sem, no entanto, receber o reconhecimento desse direito por parte de seu grupo. Para a compreensão da

dinâmica da legitimidade, portanto, torna-se necessário investigar a existência e o conteúdo dessa reivindicação por parte dos que exercem poder.

Considerar a perspectiva dos servidores públicos sobre sua legitimidade ajuda a identificar as justificativas para suas práticas, bem como suas crenças no direito moral de exercer a autoridade. Isso é particularmente importante para os servidores que estão em contato direto com o público, como os policiais, sobretudo aqueles que ocupam os níveis inferiores da hierarquia institucional – no caso da Polícia Militar brasileira, os praças, grupo formado por soldados, cabos e sargentos. Este grupo, ao mesmo tempo em que está na posição menos prestigiada da hierarquia profissional, apresenta um elevado grau de discricionariedade e de poder na relação cotidiana com o público. É o que Michael Lipsky (2010) caracteriza como “burocratas de nível de rua”, pois são os funcionários responsáveis pelo primeiro contato com o público e representam diretamente o Estado perante os cidadãos. Assim, embora possam ter menos poder dentro da hierarquia de suas próprias instituições, suas ações – positivas ou negativas – podem ter impacto na legitimidade de toda instituição. Além disso, como destacam Bottoms e Tankebe (2012), por estarem em contato direto com o público, os policiais têm maior probabilidade de vivenciar situações em que sua autoridade é contestada pela população. É esperado que a necessidade de confiança e o cultivo de sua legitimidade seja algo especialmente significativo para esses agentes. Por sua vez, a possível percepção dos policiais de que a população não reconhece sua autoridade poderia estar relacionada com o apoio ao uso da força (Tankebe, 2010).

A discussão da autolegitimidade foi incorporada por diversas pesquisas que têm investigado empiricamente as instituições policiais, destacando sua importância para o exercício das funções e relacionando-a com fatores relativos à existência de procedimentos justos no exercício da autoridade interna à instituição (Tankebe, 2010; Bradford & Quinton, 2014; Jonathan-Zamir & Harpaz, 2014; Myhill & Bradford, 2013). A pesquisa conduzida por Ben Bradford e Paul Quinton (2014) concluiu que a autolegitimidade dos policiais está fortemente relacionada, entre outros fatores, à gestão democrática da polícia. A posição ocupada pelos policiais na instituição, assim como sua relação com os superiores podem influenciar de forma positiva ou negativa a maneira como exercem o policiamento nas ruas e o tratamento dado à população com a qual interagem. Os autores destacam que a relação com a população também pode ter papel importante para a autolegitimidade dos policiais. Se os policiais sentem que têm o apoio da população expressam maior confiança em sua autoridade. Em contrapartida, a percepção de falta de cooperação e reconhecimento por parte da população pode fazer com que os policiais adotem estilos mais combativos, o que, por sua vez, gera mais resistência dos cidadãos, em um círculo vicioso.

A pesquisa de Andy Myhill e Ben Bradford (2013) também mostrou que um senso de valor e integração entre policiais promove o orgulho e a identificação com a instituição, reforça a legitimidade de estruturas e processos internos, bem como estimula orientações positivas para o policiamento. Os policiais que se sentiam tratados de forma justa pela instituição eram mais propensos a se identificar com ela e a ter confiança em exercer sua própria autoridade junto à população. Da mesma forma, políticas e práticas advindas de seus superiores, consideradas injustas pelos policiais, podem promover identidades e “subculturas” opostas, contrárias ao policiamento democrático. Assim, a forma como os policiais são tratados pelos superiores afeta – negativa ou positivamente – o seu comportamento nas ruas. Essa literatura demonstra, assim, que a convicção dos policiais no direito de exercer autoridade é fortemente influenciada pela justiça interna às organizações policiais e tem um efeito significativo sobre a visão de policiamento desses agentes, bem como em relação à sua atitude e conduta profissional quando em contato com a população.

No caso da pesquisa de Tal Jonathan-Zamir e Amikam Harpaz (2014), a autolegitimidade é investigada a partir da compreensão que os policiais têm de sua “legitimidade externa”. Os autores buscam compreender quais são os fatores que, segundo os policiais, fazem com que os cidadãos legitimem sua autoridade. Eles defendem que, do ponto de vista da abordagem dialógica da legitimidade, essas percepções são importantes porque um diálogo envolve avaliar corretamente a expectativa da outra parte. É esperado que a compreensão dos que exercem poder sobre as fontes de sua legitimidade externa influencie seu senso de direito moral de exercer poder. Os resultados da pesquisa conduzida com policiais israelenses mostram que, distintamente das prioridades dos cidadãos – constatadas em *surveys* com a população –, os policiais associam sua legitimidade externa mais ao sucesso no combate ao crime do que propriamente à justiça dos processos policiais.

Cabe destacar que essas pesquisas sobre a autolegitimidade de policiais têm adotado majoritariamente a abordagem quantitativa e tratam do tema a partir da aplicação de *surveys*. A questão da autolegitimidade é usualmente operacionalizada a partir das seguintes questões: se o policial se sente confiante no uso da autoridade que lhe foi conferida; se crê que ocupa uma posição de importância especial na sociedade; se acredita ser correto o policial dispor de um tipo especial de autoridade diante dos cidadãos; se o policial presume representar o interesse das pessoas que respeitam as leis; se julga que as pessoas devem sempre fazer o que pedem, contanto que as ordens sejam legais; se sente orgulho de trabalhar na polícia; se acredita que a polícia toma as decisões corretas para a população.

O objetivo do presente trabalho é contribuir com o estudo da autolegitimidade a partir de uma abordagem qualitativa que permita explorar não só a existência da crença no direito moral ao exercício de poder, mas também o conteúdo que os policiais atribuem à sua autoridade e as percepções que possuem acerca das respostas da população ao exercício dessa autoridade. O estudo de Jonathan-Zamir e Harpaz (2014) também caminha nessa direção ao propor a relevância de investigar de que maneira os policiais interpretam a expectativa da população para a compreensão da dinâmica relacional da legitimidade policial. Para o entendimento dialógico da legitimidade, é importante compreender de que maneira os representantes das instituições percebem as expectativas dos cidadãos e como essa percepção se relaciona com a construção de sua autoridade. Assim, a proposta deste trabalho é justamente investigar – qualitativamente – de que maneira os policiais definem seu trabalho e como avaliam as demandas da população. A análise da autolegitimidade dos policiais considera ainda a dinâmica ressaltada pela literatura nacional de tensões entre o modelo oficial e a prática da atividade policial.

Método

Conforme indicado, portanto, a pesquisa empírica adotou uma abordagem qualitativa a fim de explorar as percepções dos policiais sobre sua própria autoridade, legitimidade e sobre as tensões entre aspectos esperados e realizados de seu trabalho. Para viabilizar a coleta de dados, foi preciso obter autorização do Comando Geral da PMESP, em um processo que demandou tempo e tramitação de ofícios em diversas instâncias da instituição. Após a concessão da autorização por parte do comando e o agendamento das visitas às companhias da PMESP, um roteiro de entrevista foi elaborado com perguntas divididas em seis blocos, a saber: (i) trajetória, (ii) formação, (iii) cotidiano de trabalho, (iv) relações internas à instituição, (v) relação e contato com a população e, por fim, (vi) identidade profissional. A maioria das entrevistas foi gravada e transcrita. Nas entrevistas em que não houve autorização para gravar, foram feitas anotações buscando registrar ao máximo as falas dos policiais. Essas anotações foram analisadas em conjunto com as transcrições.

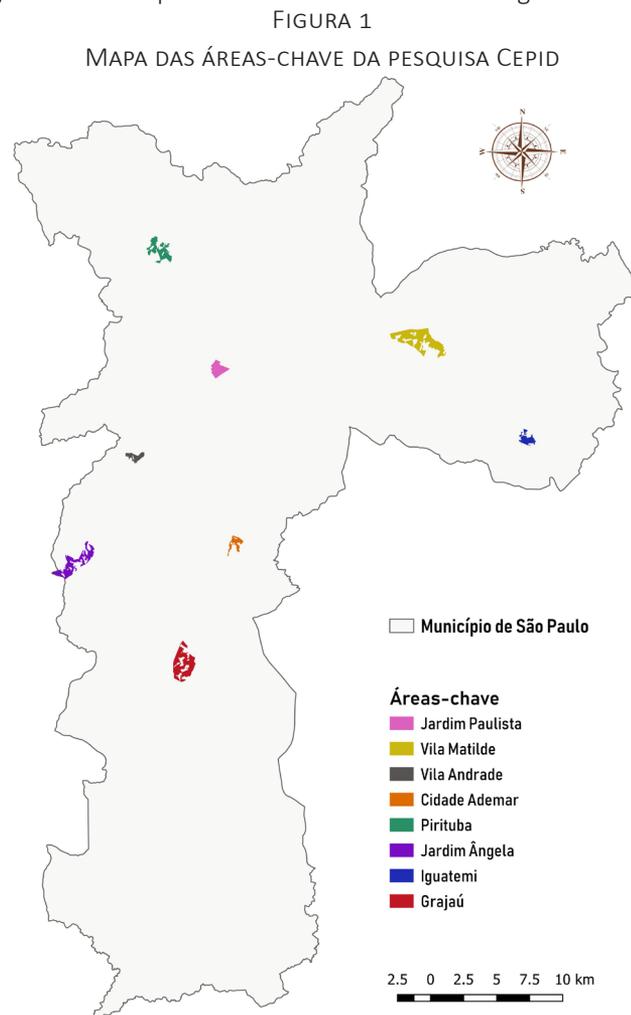
Ao todo, foram entrevistados 28 policiais: 24 soldados, 3 cabos e 1 sargento. Todos trabalhavam com o patrulhamento ostensivo. Em relação ao gênero, a maioria é formada por homens, 25 dos 28 entrevistados. Os entrevistados também eram, predominantemente jovens, 17 deles tinham menos de 30 anos. A metade dos entrevistados havia concluído o ensino médio, requisito mínimo para ingresso na carreira, cinco possuíam ensino superior completo, seis deles superior incompleto e quatro cursaram o ensino técnico. Em relação à cor/raça dos entrevistados, dez deles se declararam negros ou pardos, 17 brancos e um não respondeu.

O material que resultou das transcrições das entrevistas foi volumoso e, para a análise, utilizou-se o software MaxQDA¹. A partir da leitura preliminar do material, foi criado um conjunto de categorias que corresponde a cada um dos blocos de perguntas do roteiro de entrevistas.

1. Software para análise qualitativa de textos, imagens e vídeos.

As entrevistas foram realizadas com policiais que trabalhavam em companhias localizadas em oito bairros da cidade de São Paulo. O critério de seleção dos bairros se baseou em um estudo realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), no âmbito do Programa do Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) para identificação dos diferentes padrões urbanos que caracterizam a cidade de São Paulo. O objetivo desse estudo urbano-demográfico foi garantir que as pesquisas do programa contemplassem a diversidade e heterogeneidade da capital paulista que podem ter efeitos no tipo de acesso a serviços públicos e de contato que população tem com os agentes públicos (Adorno & Nery, 2019: 187).

Assim, as áreas-chave permitem captar diferentes tipos de contatos entre cidadãos e funcionários públicos e, possivelmente, diferentes graus de satisfação e confiança nos serviços e na instituição. Tais áreas abrangem os seguintes bairros: Cidade Ademar, Jardim Paulista, Jardim Ângela, Grajaú, Iguatemi, Pirituba, Vila Matilde e Vila Andrade, como pode ser visto na Figura 1. Tendo em vista a importância da consideração dessa diversidade urbana, a pesquisa qualitativa desenvolvida com



os policiais militares seguiu a metodologia das áreas-chave e as entrevistas foram realizadas com policiais que trabalhavam em companhias localizadas precisamente nessas oito áreas-chave.

Autolegitimidade

Como forma de saber se os policiais acreditam deter o direito moral de exercer autoridade sobre a população, uma das questões do roteiro das entrevistas perguntava diretamente se os entrevistados sentiam possuir autoridade para exercer o seu trabalho e se se sentiam confiantes para exercê-la. Quase todos os policiais responderam positivamente à questão e, na grande maioria dos casos, vinculavam o fundamento dessa autoridade à lei. Nas falas, havia a ideia de ser “autorizado” pela lei a realizar o trabalho e mesmo a reagir com coerção quando as pessoas os desobedecessem.

A partir do momento que foge à normalidade nós temos, sim, que tomar providência como autoridade policial. Já houve caso que, numa desinteligência, o marido agrediu a mulher na frente da equipe. E nós tomamos providência. Contemos a pessoa, prendemos a pessoa, ele cometeu um crime, inclusive ele lesionou a mulher dele, esfaqueou a filha no dia, inclusive [...].

E nós tomamos providência como autoridade policial. Fizemos aquilo que estava previsto na Lei. Temos autoridade como policial, sim (Policia 26).

Pergunta: E você sente que tem a autoridade necessária para fazer o seu trabalho?

Resposta: Autoridade eu tenho. Sim.

Pergunta: Você sente essa confiança?

Resposta: Sim. O Estado me designou para isso. Eu sei o que quero, eu estou representando o Estado. Naquele momento eu faço cumprir a Lei. E eu sinto que sou preparado e tenho esse poder sim. Dentro da legalidade, lógico (Policia 27).

Outra questão explorada nas entrevistas e que indica a autolegitimidade dos policiais diz respeito à visão que expressam de sua profissão. Conforme indicado, uma das questões utilizadas na literatura para acessar a crença no direito moral à autoridade é a crença de que eles ocupam uma posição especial na sociedade, que justifica essa autoridade especial e sentem orgulho de serem policiais.

Para identificar esse aspecto, parte das questões buscava verificar o grau de identificação dos entrevistados com a instituição Polícia Militar e com a profissão de policial. Quando questionados sobre a razão para escolher a carreira policial, duas

razões apareceram na resposta de parte dos entrevistados: a existência de familiares que trabalhavam como policiais ou no exército e o “sonho” de ser policial militar cultivado desde a infância. Como é possível observar nos relatos a seguir, muitos policiais relataram que quando eram crianças gostavam da polícia, “de viatura”, “de farda”, das brincadeiras de “polícia e ladrão”, que viam os policiais como “super-heróis”. Estes entrevistados relataram admirar a profissão como uma atividade importante para a sociedade, ofício que permite ajudar as pessoas e que gera orgulho na família.

Eu sempre vi a Polícia como super-heróis, entendeu? [...] eu tinha essa visão. Heroísmo, bravura. Eu tinha oito anos de idade quando decidi que era isso que eu queria pra minha vida (Policial 3).

Sempre admirei a profissão, tenho amigos policiais, né. E por gostar mesmo, sempre admirei de olhar quando criança. Aí depois a gente vai ficando mais velho, vai entendendo o que era um polícia, o que fazia. Né? Defender a sociedade e eu sempre me interessei por essa parte (Policial 6).

Sonho de criança. Viatura passando na rua e eu falava: um dia vou ser. Tive sempre a intenção de fazer a diferença, tentar fazer a diferença. E até hoje eu estou tentando aplicar isso (Policial 15).

Outro motivo menos recorrente, mas presente em algumas falas, relaciona a escolha da carreira com a estabilidade trazida por um cargo público e também como forma de ascensão social. Alguns entrevistados relataram ainda certa admiração pelo militarismo, destacando como positivas características como a disciplina e o respeito, que, segundo os entrevistados, são qualidades trazidas pela organização militar. Essa atitude de admiração era ainda confirmada quando os entrevistados eram questionados sobre o significado de ser policial e se escolheriam novamente essa profissão caso pudessem recomeçar. A quase totalidade dos policiais respondeu com convicção que, caso pudesse recomeçar, certamente escolheriam novamente ser policial.

Ainda que as motivações para escolher a profissão passem, em muitos casos, por considerações de ordem prática e econômica, os policiais demonstram valorizar e admirar a profissão por realizar um trabalho importante para a sociedade. Na fala de muitos entrevistados, essa valorização do trabalho passava pela afirmação do que eles entendem ser a função da polícia. A ideia de “combater o crime” aparece com frequência:

Sim. E é muito gratificante assim. Vou falar até de uma maneira chula. Prender um ladrão. É gratificante [...]. Eu acho que é tipo assim que nem quem gosta muito de jogar futebol. Jogador profis-

sional, qual é o auge dele, é um gol, ou tirar a bola na linha no final do campeonato salvando o time, pra mim é prender um ladrão (Policial 3).

Cada dia que eu passo, cada noite que eu passo na rua eu me apaixono mais, porque se eu conseguir tirar uma pessoa de má índole da rua, é uma pessoa a menos pra fazer o que não presta com minha filha que tá vindo, com meu filho que eu deixei em casa. Então, cada dia que passa... se eu tirar uma pessoa por dia, já valeu a pena. Se eu conseguir prender um bandido por dia, já tá valendo a pena. Mesmo que ele já esteja solto no outro dia, pela audiência de custódia (Policial 13).

Essa concepção do trabalho vinculado ao combate à criminalidade aparece também quando os entrevistados são questionados diretamente sobre o que eles entendem ser a função da polícia. A função era associada à necessidade de controlar a criminalidade, de impedir que crimes ocorram e de reprimi-los quando ocorrem, bem como à manutenção da ordem pública.

O contato com a população

Conforme destacado por Jonathan-Zamir e Harpaz (2014), a abordagem dialógica da legitimidade envolve não apenas compreender se os detentores do poder acreditam deter o direito moral de exercer autoridade, mas também investigar a percepção que têm da visão da população sobre a polícia e do reconhecimento de sua autoridade. Se, nessa abordagem, a legitimidade é entendida como um processo dinâmico entre reivindicação e reconhecimento da autoridade, é preciso considerar também a percepção dos que exercem o poder sobre o reconhecimento de sua autoridade.

Nas entrevistas com os policiais, buscou-se dar conta dessa dimensão da autolegitimidade a partir de questões sobre o contato e a relação que os policiais estabelecem com a população. A crença de que os policiais detêm o direito de exercer autoridade e a valorização da profissão ocupando posição especial na sociedade, demonstrada nas respostas apresentadas até o momento, contrastam com a visão que os policiais têm da resposta que a população dá ao exercício de sua autoridade. Quando questionados a respeito das dificuldades enfrentadas na realização do trabalho, muitos entrevistados mencionaram “a população” e a falta de respeito que expressam em relação aos policiais. Ao falar sobre essa “falta de respeito”, os policiais relatavam inúmeras situações nas quais as pessoas “questionam” as medidas e os procedimentos que adotam. Os exemplos utilizados para ilustrar essa falta de respeito com frequência envolviam as reações negativas das pessoas às abordagens policiais:

Ah, eu penso que está meio complicado de trabalhar hoje em dia, porque o que eu percebo é que os cidadãos, eles não respeitam mais a polícia assim, sabe? É coisa boba, tá todo mundo muito nervoso, e não respeitam. Tudo quer questionar. Acho que é saudável você questionar, mas tudo tem sua hora, entendeu? As pessoas estão intolerantes. Eles não querem entender que você está trabalhando, não querem entender que tem que ser assim, entendeu? E a gente já sai, a gente já é preparado um ano para entender que existem regras a serem cumpridas. E os cidadãos, eles não estão acostumados a cumprir regras, então tem esse choque, assim. Tem coisa que eu fico indignada, sabe? [...] As pessoas não querem ouvir. *Como fazer a pessoa entender que eu posso, que está na Lei, que existe poder de polícia, que eu tô amparada legalmente. Eu posso te abordar, eu posso te revistar, eu posso!* (Policial 8, grifo nosso).

É que nem a pessoa que ela não deve nada, ela nunca teve problema nenhum com a Justiça, nada, vai andar com o carro um dia. Aí você vai abordar ela, ela se acha intocável. Você não tem o direito de abordar ela. Muitos questionam. Aí eu falo que não tem respeito porque tipo assim eu penso, se eu não devo... eu não temo, né? Aí as pessoas se sentem intocáveis. “Eu não quero ser abordado porque eu sou trabalhador”. Eu falei, mas em qual momento eu disse que você não é trabalhador. Aí acaba havendo vários conflitos no decorrer do serviço, mas é uma coisa que a gente acostuma. Porque é meio que digamos que de lei. [...] A gente é muito questionado, né? *Aí muitas vezes a gente tem que jogar artigo. Ah você pode tá me abordando, aí você tem que jogar o artigo, do poder de polícia, né? Aí a pessoa fica quieta, né?* Não sabe nem o que você tá falando, mas fica quieta (Policial 3, grifo nosso).

Infelizmente algumas pessoas não entendem o nosso trabalho, isso dificulta. As pessoas muitas vezes não sabem o que a polícia tá fazendo, porque tá abordando, porque isso e aquilo, né? É que nem como eu disse né, aqui por ser uma área de uma classe um pouco mais alta, as pessoas às vezes não entendem o seu trabalho. Acha né, que tipo pouco, acha que não tem necessidade, porque você tá abordando e tal, né? Mas isso aí a gente conversa com poucas pessoas as vezes, as pessoas que querem ouvir, a gente acaba conversando, explicando e tudo certo, né? (Policial 6).

Como é possível observar nos trechos acima, a dificuldade que os policiais relatam enfrentar no contato com a população envolve a falta de reconhecimento de sua autoridade. Trata-se, portanto, de um problema de legitimidade. É interessante observar que a reclamação a respeito da resposta da população passa pela afirmação da crença no direito que eles detêm de exercer a autoridade, direito esse que estaria amparado na Lei. Com frequência, a explicação oferecida pelos

entrevistados para esse “questionamento” estava relacionada à falta de conhecimento da população sobre a Lei. Quando o entrevistado fala em “jogar o artigo”, de alguma maneira se refere à necessidade de recorrer ao plano normativo para demonstrar a autorização que detém para o exercício do poder na prática. Ao relatar as reações negativas enfrentadas durante as abordagens, os policiais expressam que a população não reconhece o direito e a autorização dos policiais para o exercício de seu poder coercitivo. Independentemente do fato de agirem de modo indevido, abusivo e, no limite, ilegal durante as abordagens, o que é significativo nesses relatos é a percepção dos policiais sobre a falta de reconhecimento de sua legitimidade. As abordagens, enquanto atividade de exercício do poder coercitivo, seriam a realização das atribuições da polícia e o momento, portanto, de exercício de mandato.

A percepção dos policiais sobre as reações negativas às abordagens acompanha o resultado de outras pesquisas. O modelo instrumental de controle social criticado por Tyler é justamente aquele fundado na ameaça da punição como forma de motivar o comportamento. Os estudos do autor partem da constatação de que esse modelo de policiamento tem efeitos negativos para a legitimidade percebida da polícia. Tyler (2011) comenta especificamente que as abordagens – utilizadas crescentemente como estratégia chave para controlar a criminalidade em grandes centros urbanos – apresentam como efeito colateral negativo a diminuição da confiança na instituição policial e da disposição dos cidadãos para a cooperação e a obediência voluntária.

Em pesquisa recente, também realizada com policiais da PMESP, Melina Risso (2018) analisou a visão dos policiais sobre as abordagens e verificou que essas também são adotadas como estratégia central da política de segurança pública do estado de São Paulo: somente no ano de 2016, foram realizadas 14 milhões de abordagens. Na mesma direção do que foi identificado nesta pesquisa, Risso demonstra que os policiais compreendem o “combate ao crime” como função primordial da polícia e valorizam as abordagens como instrumento central da realização dessa função. No que diz respeito à resposta da população, os entrevistados de Risso também reclamam da falta de respeito e de compreensão, bem como das reações negativas e dos questionamentos acerca de sua autoridade. A autora conclui que tais reações negativas às abordagens decorrem do fato de ser um tipo de interação com a população fundada na desconfiança.

O mesmo tipo de disjunção parece acontecer em relação ao que os policiais entendem ser a função de seu trabalho e que justificaria o tipo especial de autoridade. Quando os entrevistados falam sobre sua rotina de trabalho e o tipo de ocorrência

que geralmente atendem, afirmam que a população não entende qual é o trabalho da polícia e apresenta demandas excessivas que – segundo eles mesmos – seriam um desvio de função. Ao serem questionados sobre sua rotina, os policiais mencionaram que a grande maioria das ocorrências se enquadram no que eles chamam de “desinteligência”.

Segundo o estudo de Adilson Nassaro (2012), o termo desinteligência é usado tecnicamente pela PMESP para classificar (código C-04) as ocorrências relativas a “desavenças entre vizinhos por incômodos diversos”, lesão corporal leve e dano simples. De forma semelhante e, por vezes concorrentes, existem as ocorrências classificadas como “perturbação do sossego” (código C-01), caracterizada por conflitos envolvendo barulho e som alto, festas não autorizadas em vias públicas, como os chamados “pancadões”². Ainda segundo o autor, a palavra é acionada comumente no meio policial para

identificar uma ocorrência de falta de acordo ou de compreensão, de desentendimento, de divergência ou inimizade entre as partes, porém sem configurar crime (Nassaro, 2012: 41).

Assim, no cotidiano dos policiais, o termo desinteligência é acionado para fazer referência às ocorrências não criminais e que, do ponto de vista deles, não são ou não deveriam ser atribuições da polícia. São ocorrências relacionadas às demandas da população para a solução de conflitos interpessoais e que representam a maior parte dos chamados recebidos.

É briga, marido e mulher brigando, pai e filho, irmão brigando. E som alto. O povo tem reclamado bastante, só que é mais na parte da noite. Durante o dia é mais tranquilo. Agora, à noite tem bastante som alto. [...] Porque, na maioria das vezes, essas brigas aqui na área é cachaça mesmo. É sempre o mesmo motivo. Então a gente tenta resolver ali, porque uma hora depois, duas horas depois passou o efeito já vai tá tudo bem. Um já vai tá pedindo perdão pro outro. Então já vai ter passado o estresse, né? Sempre tentando resolver, aí não deu pra resolver?, é delegacia (Policial 1).

Aqui tem muita perturbação de sossego, que é o som alto e desinteligência. Ainda a desinteligência e a perturbação de sossego é muito alto. Claro que tem os roubos, tem as partes mais criminosas, mas ainda, o problema social ainda é maior, a discussão entre vizinhos, enfim. Desinteligência é muito maior, tem muito desentendimento. Se você for pro Copom (Centro de Operações da Polícia Militar), conversar com o pessoal de lá, falar eu quero uma planilha geral de como, a polícia acho que recebe mais ligações, quais são as porcentagens de cada ocorrência? Desinteligên-

2. Em determinadas áreas da cidade de São Paulo são organizadas informalmente festas noturnas nas ruas, nas quais a música é tocada em caixas de som ou em carros com equipamentos sonoros de alta potência, reunindo um número elevado de participantes. Estas festas são usualmente chamadas de “pancadões”, em referência direta ao estilo e volume da música.

cia, perturbação de sossego, roubos, furtos, você vai ter acesso maior lá e você vai ver que 70% é desinteligência e perturbação do sossego (Policia1 16).

Ao descrever as ocorrências atendidas no dia a dia, os policiais relatavam que havia um excesso nas demandas da população, com a expectativa de que a polícia solucionasse os mais diversos tipos de conflitos e situações. Muitos policiais acreditam que boa parte destas demandas não são da alçada da PM e que a população espera a solução de seus conflitos mesmo que a polícia não tenha competência para tanto. Frequentemente os policiais relacionavam esse excesso nas demandas feitas pela população à necessidade de outros serviços públicos, como a assistência social, jurídica etc. O que faz com que o policial também atue na orientação e encaminhamento dos mais diversos tipos de conflitos.

Às vezes a pessoa liga para a PM e às vezes ela só quer conversar. Acaba sendo um pouquinho de tudo [...]. A gente vê quem é a pessoa, porque que ela solicitou a viatura e em cima daquilo a gente vai trabalhando, falando assim: ô, infelizmente isso aí não é pela Polícia Militar, é parte da assistência social, não, né, a gente vai distribuindo para setores, órgãos ou municipal ou estadual para ela estar administrando (Policia1 12).

São questões de briga de marido e mulher, por questões do dia a dia, pensão alimentícia, a gente é acionado para resolver questão trabalhista! Aí você pega um martelo de juiz e vai resolver. Eu falo assim sempre para o meu pelotão: nós somos mediadores, pense que você é um mediador. [...] Hoje mesmo teve uma ocorrência assim:

— Sargento, minha patroa não quer me pagar.

— Minha senhora, a senhora tem que procurar a Justiça do Trabalho, eu não posso pegar sua patroa e obrigar ela a assinar um cheque. Isso quem decide é o juiz, depois dele analisar todo um processo, de entender que a senhora tem vínculo, não tem, quanto tempo, fazer cálculo.

Então, às vezes, a pessoa não sabe. Ela acha que acionando o 190 a polícia vai resolver. E às vezes a gente chega e explica que não pode resolver tudo e a pessoa sai chateada porque a polícia não resolveu (Policia1 25).

A população espera que a gente supra todas as necessidades. Essa é a realidade [...]. A ocorrência que mais cai, não sei se vocês sabem disso, é desinteligência entre marido e mulher, entre amigos, entre pai e mãe, as pessoas acham que isso é crime, então sempre acionam e isso é a ocorrência que mais cai é a desinteligência [...]. Muitas coisas não cabe a gente fazer. Por exemplo, dentro da sua casa, o que que eu vou falar para você dentro da sua casa. Então a população espera muito da gente, porém eles não fazem muita

coisa para ter o retorno. A gente vai, orienta, o que dá para fazer, muitas vezes só a presença do policial já baixa os ânimos. O pessoal vai dormir, mas a população espera que a gente supra todas as necessidades. O meu gato está em cima da árvore, chama a polícia, a minha mãe gritou comigo, chama a polícia (Policial 17).

Existe, assim, a visão de que a população aciona e recorre excessivamente à polícia, espera que ela seja capaz de resolver os mais diferentes tipos de problema. Parte importante do trabalho dos policiais envolveria, portanto, ocorrências não criminais e que consistiriam em desvios da função do policial. Na fala dos policiais, também é possível perceber que essa visão de que são ocorrências que não são de responsabilidade deles está associada ao pouco preparo para lidar com esse tipo de situação. A visão dos policiais indica que a formação recebida na escola de soldados não prepara os policiais e tampouco apresenta recursos necessários para que eles possam atender às demandas que a população formula. Como apontado por Paula Poncioni (2007), a formação policial prioriza as atividades relacionadas ao controle e ao enfrentamento das ocorrências criminais e pouco prepara os policiais para interagir com a população e para a mediação de conflitos não criminais.

Conforme indicado, a ideia de que a função do policial é atuar exclusivamente em conflitos criminais é estimulada pelo próprio direcionamento das políticas de segurança pública pautado no enfrentamento e no discurso da “guerra ao crime” – especialmente nos casos relacionados ao tráfico de drogas e ao chamado crime organizado (Silvestre, 2018). A lógica da guerra, preconizando a existência de um inimigo a ser combatido, tem mais aderência na realidade cotidiana dos policiais do que programas orientados por outras doutrinas, como o policiamento comunitário, por exemplo, ainda que existentes em São Paulo. Esse direcionamento das políticas de segurança pública, fundado no modelo instrumental da dissuasão, privilegia as abordagens policiais e as prisões como instrumento central de controle da criminalidade. A situação relatada pelos policiais também reforça os argumentos desenvolvidos por Egon Bittner (2003) de que a definição programática do papel da polícia como organização que combate o crime e aplica a lei não condiz com a maior parte do trabalho diário dos policiais, que envolve todos os tipos de situação que possam exigir o uso da força. Por este motivo, o autor defende que a polícia deve ser definida como um “mecanismo de distribuição, na sociedade, de força justificada pela situação” (Bittner, 2003: 130). A ideia de que a polícia é basicamente uma agência de controle do crime produziria um uso excessivo de prisões como forma de justificar as ações dos policiais e um efeito negativo sobre a moral dos policiais que gastam a maior parte do seu tempo lidando com outro tipo de questão. A falta de avaliação dessas atividades levaria ainda à negligência no desenvolvimento de habilidades e no conhecimento para que sejam executadas de modo apropriado e eficiente.

O que as visões dos entrevistados sobre os contatos com os cidadãos demonstram é que existe uma disjunção entre a forma como os policiais concebem sua função e enxergam sua autoridade, de uma parte, e as respostas e demandas da população, de outra. Se compreendemos que a legitimidade policial, a partir do ponto de vista do público, consiste no reconhecimento do direito moral do policial exercer poder e ditar comportamento, a demanda que a população expressa quando “chama a polícia” para resolver ou mediar os mais diversos tipos de conflitos poderia ser compreendida pelos policiais como reconhecimento de sua autoridade. No entanto, a ênfase na doutrina da “guerra” e do “combate ao crime” – não apenas na forma como os policiais definem o seu trabalho, mas também na visão sobre o que fundamenta o seu valor na sociedade – faz com que os policiais rejeitem essas demandas da população. Em contrapartida, no tipo de atuação que os policiais compreendem como exercício devido de seu mandato – a realização de abordagens –, os policiais identificam um déficit de legitimidade.

É interessante observar que essa diferença se manifesta entre dois tipos diferentes de contato entre cidadãos e policiais: os contatos iniciados pela população e os contatos iniciados pela própria polícia³. O primeiro tipo, de caráter voluntário, é visto pelos policiais como gerando demandas distorcidas e excessivas que os obrigam a realizar atividades que não estão de acordo com sua função. Já os contatos iniciados por eles, de caráter coercitivo, traduziriam corretamente o exercício de seu mandato e, no entanto, envolveriam reações negativas da população que demonstra não reconhecer sua autoridade.

Considerações finais

A literatura internacional dedicada ao estudo da legitimidade policial tem demonstrado que a confiança que os policiais dispõem em sua autoridade tem efeitos no tipo de policiamento que defendem e realizam nas atividades diárias. A proposta de Tyler (1990; 2003; 2011) – principal inspiração desses estudos – envolve a visão de que a legitimidade dos agentes públicos, e mesmo das instituições do sistema de justiça criminal, é fortemente influenciada pelo tipo de contato e interação que a população tem com os agentes públicos. Quando a autoridade é exercida com procedimentos percebidos pelos cidadãos como justos, igualitários e transparentes, há maior chance de que esses cidadãos reconheçam o direito ao exercício do poder por parte destes agentes. Da mesma forma, é possível pensar que esse contato também é relevante para a constituição da autolegitimidade desses agentes. As possíveis disjunções entre o que constitui a reivindicação dos policiais com relação a sua autoridade e sua função e percepção sobre as respostas da população podem ter efeitos significativos em sua forma de exercer as atividades diárias no contato com o público.

3. Essa distinção entre contatos “auto-iniciados” e contatos iniciados pela polícia ou pela Justiça é um aspecto considerado na pesquisa do Programa Cepid realizado com a população da cidade de São Paulo. As questões do *survey* buscam especificar esse aspecto do contato e já foi possível identificar diferenças significativas nas percepções e atitudes das pessoas que procuram a polícia com relação àquelas que são abordadas (NEV, 2018).

O que as entrevistas realizadas demonstram é que, ainda que os policiais acreditem dispor do direito de exercer sua autoridade, parece haver uma tensão entre a expectativa de um trabalho baseado no heroísmo, na adrenalina e no “combate” ao crime e a realidade de um trabalho voltado à solução de conflitos interpessoais. Por um lado, a expectativa dos entrevistados com relação à profissão de policial e o que os faz admirar a profissão e atribuir a ela um valor especial na sociedade é a ideia de “combate ao crime”. De maneira semelhante, o tipo de atividade que eles entendem como o exercício de seu mandato envolve realizar abordagens, um contato com a população de caráter também coercitivo. Por outro lado, a quase totalidade dos policiais afirma que a maior parte das demandas de trabalho com as quais eles lidam envolve mediação de conflitos entre familiares e vizinhos, sejam brigas ou “som alto”. Ao comentarem sobre essas demandas e as ocorrências não criminais, os policiais expressam seu descontentamento com a diversidade e o excesso dos pedidos da população que os obrigaria a atuar em situações que não seriam de sua responsabilidade.

Assim, ao relatar seu cotidiano de trabalho e as dificuldades enfrentadas no trato com a população, os policiais constroem um problema que é fundamentalmente de legitimidade. Quando exercem a atividade coercitiva autorizada por seu mandato, os policiais sentem que sua autoridade é constantemente questionada e desrespeitada. Em contrapartida, as ocorrências resultantes das demandas da população, que poderiam ser percebidas por eles como reconhecimento de sua autoridade, são vistas como desvios em relação a suas atribuições.

Com essa discussão, é possível demonstrar que a manutenção do modelo de atividade policial baseada na noção de “guerra ao crime” e de uma organização militar baseada em regulamentos rígidos de disciplina interna – que ignora o trabalho discricionário e a capacidade de tomar decisões intrínsecas ao trabalho policial – apresenta ainda uma consequência adicional: prejudica a autolegitimidade dos policiais.

Referências

ADORNO, Sérgio; NERY, Marcelo Batista. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. *Cadernos Metrópole*, v. 21, n. 44, p. 169-194, Abr. 2019.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

BOTTOMS, Anthony; TANKEBE, Justice. Beyond procedural justice: a dialogic approach to legitimacy in *Criminal Justice. The Journal of Criminal Law & Criminology*, v. 102, n. 1, p. 119-170, 2012.

BRADFORD, Ben; QUINTON, Paul. Self-legitimacy, police culture and support for democratic policing in an English Constabulary. *British Journal of Criminology*, p. 1-24, 2014. Disponível em: <<http://doi.org/10.1093/bjc/azu053>>.

BUENO, Samira. Letalidade na ação policial. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Orgs.). *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. *Análise comparativa das legislações disciplinares das corporações de segurança pública: uma proposta de matriz de lei disciplinar para o Brasil*. Brasília: Senasp, 2012.

CARUSO, Heydée *et alii*. Da escola de formação à prática profissional: um estudo comparativo sobre a formação de praças e oficiais da PMERJ. *Segurança, Justiça e Cidadania*, Ano II, n. 4, Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, 2010.

JONATHAN-ZAMIR, Tal; HARPAZ, Amikam. Police understanding of the foundations of their legitimacy in the eyes of the public: the case of commanding officers in the Israel National Police. *British Journal of Criminology*, v. 54, n. 3, p. 469-489, 2014.

KANT DE LIMA, Roberto. *Ensaios de antropologia e de direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

LIPSKY, Michael. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. New York: Russell Sage Foundation, 2010

MISSE, Michel *et alii*. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciário dos “autos de resistência” no Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos do Conflito e Controle Social*, Edição especial n. 1, p. 43-71, 2015.

MUNIZ, Jacqueline. Direitos humanos na polícia. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Orgs.). *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?*, p. 65-75. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. “Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”. *Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, Jacqueline; SILVA, Washington. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *Cadernos CRH*, v. 23, n. 60, p.449-473, 2010.

MYHILL, Andy; BRADFORD, Ben. Overcoming cop culture? Organizational justice and police officers’ attitudes toward the public. *Policing: an International Journal of Police Strategies & Management*, 2013.

NASSARO, Adilson. O Policial Militar pacificador social: emprego da mediação e da conciliação no policiamento preventivo. *Revista LEVS*, v. 10 n. 10, Marília, 2012.

NEV. *Cepid-Fapesp Program “Building democracy daily: human rights, violence and institutional trust”*. 5th Report. 2018.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crime, controle social e consolidação da democracia. In: O’DONNELL, Guillermo; REIS, Fábio Wanderley (Orgs.) *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*, p. 166-199. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.

_____. A organização policial numa área metropolitana. *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 1, p. 63-85, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, n. 9, Mar./Maio 1991.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano I, n. 1, 2007.

_____. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005.

RAZ, Joseph. *Between authority and interpretation: on the theory of law and practical reason*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2009.

RISSO, Melina. *Da prevenção à incriminação: os múltiplos sentidos da abordagem policial*. Tese (Doutorado em Administração Pública) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

SILVESTRE, Giane. *Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2018.

SINHORETTO, Jacqueline *et alii*. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: FIGUEIREDO, Isabel (Org) *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*, p. 121-159. Brasil: Ministério da Justiça, 2014.

TANKEBE, Justice. Explaining police support for the use of force and vigilante violence in Ghana. *Policing & society*, v. 21, n. 2, p. 129-149, 2011.

_____. Public confidence in the police: Testing the effects of public experiences of police corruption in Ghana. *The British Journal of Criminology*, v. 50, n. 2, p. 296-319, 2010.

TEIXEIRA, Paulo A. S. Processos de treinamento no uso da força para policiais militares da Região Sudeste: uma análise preliminar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano III, edição 4, p. 6-19, Fev./Mar. 2009.

TYLER Tom R. Trust and legitimacy: policing in de USA and Europe. *European Journal of Criminology*, v. 8, n. 4 , p. 254-266, 2011.

_____. Procedural justice, legitimacy, and the effective rule of law. *Crime and Justice*, v. 30, p. 283-357, 2003.

_____. *Why people obey the law: procedural justice, legitimacy, and compliance*. New Haven (CT): Yale University, 1990.

VARGAS, Joana. Em busca da “verdade real”: tortura e confissão no Brasil ontem e hoje. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 237-265, 2012.



El *storytelling* de la campaña presidencial portuguesa de 2016. Rebello de Sousa vs. Sampaio da Nóvoa

Recebido: 18.11.19
Aprovado: 02.09.20

Jaime López Díez*
Jorge Verissimo**

* Jaime López Díez é professor associado do Departamento de Ciências da Comunicação Aplicada da Universidade Complutense de Madrid (UCM), Madrid, Espanha. Orcid: 0000-0003-3443-5910. <jailop05@ucm.es>.

** Jorge Verissimo é doutor em sociologia, na especialidade de sociologia da comunicação, pelo Instituto Universitário de Lisboa (2005). Professor coordenador na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), diretor da licenciatura em Publicidade e Marketing. Lisboa, Portugal. Orcid: 0000-0001-8045-4114. <jverissimo@escs.ipl.pt>.

Resumen: El objetivo de este estudio ha sido analizar el *storytelling* de la campaña política de los dos principales candidatos a la presidencia de Portugal en las elecciones de 2016: Marcelo Rebello de Sousa y António Sampaio da Nóvoa. La metodología empleada ha sido el análisis de contenido de los Personajes y la Trama en sus discursos de presentación de candidatura y en las noticias sobre sus campañas en los periódicos *Expresso* y *Público*. Los resultados muestran, en el análisis de prensa escrita, una relación entre el uso del personaje del villano y las encuestas de intención de voto, una mayor referencia en ambos candidatos a la situación de equilibrio final, así como que Rebello de Sousa basó su narrativa en el héroe, mientras que en Sampaio da Nóvoa es significativa el recurso al villano.

Palabras clave: *Storytelling*. Narrativa. Campaña política. Portugal. Personajes. Trama.

The storytelling of the 2016 Portuguese presidential campaign. Rebello de Sousa vs. Sampaio da Nóvoa

Abstract: The objective of this study is to analyse the storytelling of the political campaigns of the main candidates in the 2016 Portuguese presidential campaign: Marcelo Rebello de Sousa and António Sampaio da Nóvoa. The Methodology followed has been a content analysis of Characters and Plot in their announcement speeches, and news about their campaigns in newspapers Expresso and Público. The Results show that, in the analysis of newspapers, there is a relationship between the use of the villain and the election polls; the final state of equilibrium was the most used plot point by both candidates, as well as that Rebello de Sousa's narrative was based on the hero, while in Sampaio da Nóvoa's the villain is a significant category.

Keywords: Storytelling. Narrative. Political campaign. Portugal. Characters. Plot.

Introducción

Distintos autores han señalado la necesidad de estudiar con mayor profundidad las historias que se emplean en política y en movimientos sociales (Polletta, 2006; Swerts, 2015), así como que estudios multidisciplinares aborden las narrativas políticas (Björninen, Hatavara y Mäkelä, 2020; Jasper, Young

y Zuern, 2018). El objetivo de este estudio es contribuir a este campo de investigación centrándonos en la trama y los personajes del *storytelling* político desde un punto de vista narratológico. Para ello, hemos analizado el *storytelling* (narrativa) de la campaña presidencial portuguesa de 2016, acotando el objeto de estudio a los dos candidatos que obtuvieron un mayor número de votos: Marcelo Rebelo de Sousa y António Sampaio da Nôvoa. El primero fue elegido, a la postre, Presidente de la República de Portugal.

En primer lugar, explicaremos el contexto político y electoral portugués. Luego expondremos una revisión de la literatura académica sobre el *storytelling* político, centrándonos en la trama y los personajes. A continuación indicaremos los objetivos, preguntas de investigación e hipótesis, así como la metodología seguida. Tras ello, analizaremos los datos obtenidos, y terminaremos con unas conclusiones.

Estructura política portuguesa y contexto de la campaña

El sistema político portugués

1. La última revisión de la Constitución de la República Portuguesa tuvo lugar en 2005.

2. Además del Presidente y el Gobierno, los otros dos órganos de soberanía de Portugal son la Asamblea de la República y los Tribunales (art. 110.1).

3. Oficialmente registrado como PPD/PSD, ya que fue fundado como Partido Popular Democrático (PPD) en 1974, y en 1976, pasó a llamarse Partido Social Demócrata (PSD).

4. El primer presidente constitucional pertenecía al Partido Renovador Democrático.

De acuerdo con la Constitución de la República Portuguesa (1976/2005)¹, el Presidente “representa a la República portuguesa, garantiza la independencia nacional, la unidad del Estado y el regular funcionamiento de las instituciones democráticas y es comandante supremo de las Fuerzas Armadas” (art. 120). Su mandato tiene una duración de cinco años (art. 128). Respecto al sistema electoral, el artículo 126 establece que “será elegido Presidente de la República el candidato que obtuviera más de la mitad de los votos válidamente emitidos”; “si ninguno de los candidatos obtuviera ese número de votos, se procederá a una segunda votación antes del vigésimo primer día siguiente a la primera votación”; y “en esta [segunda] votación concurrirán solo los dos candidatos más votados”.

Por su parte, el gobierno lo encabeza el Primer Ministro, a quien compete “dirigir la política general del Gobierno coordinando y orientando la acción de todos los Ministros”; y dirigir el funcionamiento del Gobierno² y sus relaciones de carácter general con los demás órganos del Estado” (art. 201).

Desde la Constitución de 1976, dos partidos políticos han dominado el panorama político portugués: el Partido Socialista (PS) y el Partido Social Demócrata (PSD)³. De los cuatro presidentes anteriores a Marcelo Rebelo de Sousa, dos habían pertenecido al PS y uno al PSD⁴. Asimismo, en 20 de los 23 gobiernos constitucionales, el primer ministro ha pertenecido a uno de estos dos partidos: al PS, diez veces, una de ellas

en coalición con el PSD; y, al PSD, diez veces, tres de ellas en solitario y siete veces en coalición, generalmente con el Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP).

La campaña presidencial portuguesa de 2016

El 24 de enero de 2016 se celebraron las novenas elecciones presidenciales a la República de Portugal desde la Revolución de los Claveles. El presidente saliente, Aníbal Cavaco Silva, es un líder destacado del PSD y también había sido primer ministro. Las elecciones tuvieron lugar durante el gobierno de António Costa, primer ministro y secretario del PS. Su antecesor como primer ministro había sido Pedro Passos Coelho (PSD), quien afrontó la crisis económica e implementó las medidas de austeridad para contener la misma. La campaña electoral oficial tuvo lugar entre el 10 y el 22 de enero de 2016, pero, en los medios de comunicación, había comenzado ya en noviembre de 2015.

Se presentaron diez candidatos: Marcelo Rebelo de Sousa (Partido Social Democrata – PSD), António Sampaio da Nóvoa (Independiente con el apoyo de una facción del Partido Socialista – PS), Marisa Matias (Bloco de Esquerda – BE), Maria de Belém Roseira (Independiente con el apoyo de una facción del Partido Socialista), Edgar Silva (Partido Comunista – PC), Vitorino Silva (Independiente), Paulo de Morais (Independiente), Henrique Neto (Independiente), Jorge Sequeira (Independiente) y Cândido Ferreira (Independiente). Obtuvo la victoria Marcelo Rebelo de Sousa, con 2.413.956 votos, un 52% del total, seguido de António Sampaio da Nóvoa, con 1.062.138 votos (22,88%), y de Marisa Matias, con 469.814 votos (10,12%). En el presente estudio nos centraremos en los dos candidatos que obtuvieron un mayor número de votos: Marcelo Rebelo de Sousa (en adelante, MRS) y Sampaio da Nóvoa (en adelante, ASN).

ASN anunció su candidatura el 29 de abril de 2015; MRS, el 9 de octubre de 2015. Sus candidaturas se formalizaron el 22 y el 23 de diciembre, respectivamente. Ambos se presentaron como candidatos independientes. No obstante, la candidatura de MRS fue apoyada por el PSD y por el CDS-PP; y la candidatura de ASN, por varios miembros del PS, entre los que destacan el presidente del PS, Carlos César, y el ex-presidente y ex-primer ministro, Mario Soares. Asimismo, fue recomendada por António Costa, quien también recomendó la candidatura de Maria de Belém.

Marcelo Rebelo de Sousa y António Sampaio da Nóvoa

Marcelo Rebelo de Sousa (1948) es una persona multifacética, con amplia y reconocida experiencia como político, profesor universitario y periodista. De su extensa actividad política cabe destacar que ha sido presidente del PSD entre 1996 y 1999, y

ha pertenecido a este partido desde 1974. Participó en la elaboración de la Constitución de la República Portuguesa de 1976. Fue Secretario de Estado durante la VIII legislatura y vice-presidente del Partido Popular Europeo entre 1997 y 1999. Es catedrático de Ciencias Jurídico-Políticas de la facultad de Derecho de la Universidad de Lisboa desde 1990, y especialista en Derecho Constitucional. Como periodista, desde 1973 trabajó para el periódico *Expresso*, y fue su director entre 1979 y 1981. Un aspecto fundamental para comprender su éxito de la campaña presidencial de 2016 es su popularidad como comentarista político en la televisión portuguesa desde los años 90 y, especialmente, desde 2000, cuando fue contratado por la cadena TV1 para su programa el *Jornal Nacional*. Según Figueiras (2019: 8), allí desarrolló “una nueva forma de hacer comentarios [políticos]” por su “lenguaje accesible”, “un discurso pedagógico” y “un componente de entretenimiento en su comentario”, con lo que “consiguió comunicarse con los más variados públicos y ser relevante para todos ellos”.

Por su parte, António Sampaio da Nóvoa (1954) era poco conocido por los votantes, ya que, hasta las elecciones presidenciales, se había centrado en su carrera académica. Es catedrático de la Universidad de Lisboa, la más prestigiosa de Portugal, y en la que coincidió con MRS. Ejerce la docencia en el Instituto de Educación de dicha universidad y está considerado uno de los mayores especialistas internacionales en Historia de la Educación y Educación comparada (Boto, 2018). Fue rector de la Universidad de Lisboa entre 2006 y 2009 y, desde 2014, es rector honorífico. Su actividad política antes de las elecciones era casi anecdótica. Destaca su asociación a la Liga de Unidade e Ação Revolucionária (Luar) tras la Revolución de los Claveles, así como su participación, en 1976, en las elecciones autárquicas, en las que se eligieron los órganos locales tras la revolución.

Encuestas

En las elecciones presidenciales portuguesas de 2016, MRS siempre encabezó las encuestas de intención de voto, como muestra la Tabla 1.

Sin embargo, no siempre ASN fue el segundo candidato en intención de voto, ya que Maria de Belém, la otra candidatura recomendada por António Costa, estuvo por delante de ASN en dos encuestas de 2015, y se mantuvo próxima a ASN hasta la encuesta del 17 de enero de 2016.

TABLA 1
ENCUESTAS DE INTENCIÓN DE VOTO
DE NOVIEMBRE DE 2015 A ENERO DE 2016

Instituto	Fecha	Muestra	MRS	ASN	Belém	Edgar Silva	Matias	Neto	Moraís
Aximage	20-ene-16	1301	51,5	22,6	9,0	5,2	6,6	0,8	2,3
Univ. Católica	17-ene-16	3340	52,0	22,0	8,0	3,0	8,0	1,0	3,0
Eurosondagem	13-ene-16	1516	54,8	16,8	16,3	4,0	4,8	1,1	1,6
Aximage	05-ene-16	602	52,9	16,9	11,8	2,9	2,8	1,0	2,9
Eurosondagem	21-dic-15	1515	52,9	16,9	11,8	4,7	4,8	1,3	1,7
Univ. Católica	06-dic-15	1183	62,0	15,0	14,0	3,0	3,0	1,0	1,0
Aximage	02-dic-15	603	54,6	13,2	13,4	2,2	2,8	0,5	1,3
Eurosondagem	18-nov-15	1510	48,0	16,7	18,9	5,2	6,9	2,2	1,1
Aximage	04-nov-15	603	56,9	15,3	13,1	2,4	0	0	2

Fuente: elaboración propia, a partir de Pereira (2016).

Marco teórico

El storytelling político

El *storytelling* de las campañas políticas constituye actualmente uno de los factores más relevantes de las mismas (Bergstrand y Jasper, 2018; Jasper, Young y Zuern, 2020; Merelman, 1969; Polletta, 2006). La razón es que el mensaje basado en una historia —entendida esta como una estructura dramática y no como una narración, definida esta última como una secuencia temporal de acontecimientos— es considerado una buena estrategia persuasiva en comparación con el uso de argumentos racionales (Chou, Bleiker, y Premaratna, 2016; McBath y Fisher, 1969; Merelman, 1969; Nimmo, 1985). Una de sus ventajas es que evita o reduce la contra argumentación (Deighton, Romer y McQueen, 1989). Ello convierte a las historias en una estrategia especialmente eficaz cuando el público objetivo sostiene una idea contraria a la del emisor. Otra ventaja es que “la experiencia subjetiva no es necesaria que sea reducida a palabras, por lo que depende de la credibilidad del narrador para comunicarla” (Deighton, Romer y McQueen, 1989: 336).

La literatura académica sobre el estudio del *storytelling* político es, sin embargo, muy diversa en cuanto a las metodologías utilizadas. Así, entre otras perspectivas, se han analizado distintos niveles de posicionamiento de las narrativas personales empleadas por los políticos (Björninen, Hatavara y Mäkelä, 2020; Jensen, 1980, citado por

Nimmo, 1985: 33), estudió el *storytelling* en las campañas políticas estadounidenses desde el punto de vista de su estilo (militar, anunciante, misionero, cruzada y contracruzada); Vromen y Coleman (2013) han empleado cuatro indicadores (identificación personal con la temática; grado de sentimiento compartido por la comunidad; urgencia moral de la campaña; y apoyo de los ciudadanos y de los políticos) para estudiar las campañas de la organización australiana Get Up!; Shanahan, McBeth y Hathaway (2011: 375) han propuesto el Marco Político Narrativo (*Narrative Policy Framework, NPF*), que ha sido utilizada en diversos escenarios políticos (Gray y Jones, 2016; Kirkpatrick y Stoutenborough, 2018; McBeth y Shanahan, 2004; McMorris, Zanocco y Jones, 2018); y otros autores ha analizado la negatividad o positividad de las campañas políticas (Ansolabehere y Iyengar, 1995; Barton, Castillo y Petrie, 2016; Castromil, 2012; Curini, 2017, Lau, Sigelman y Rovner, 2007), lo que implícitamente supone estudiar su *storytelling*.

Desde el punto de vista de la narratología, el estudio de los discursos narrativos comprende el análisis de (Bal, 1985; Chatman, 1978):

- i.* un contexto, que implica un espacio y un tiempo;
- ii.* una trama; y
- iii.* unos personajes.

En el presente estudio se ha adoptado prioritariamente una perspectiva narratológica para analizar los discursos políticos y, teniendo en cuenta el contexto de la campaña presidencial de 2016, nos hemos centrado en dos de los aspectos narrativos: la trama y los personajes.

La trama en el storytelling político

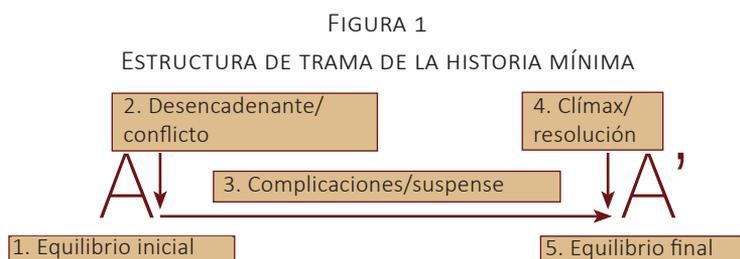
Desde la narratología, la trama se define como la organización de los acontecimientos de la historia (Chatman, 1978; Polkinghorne, 1988).

La estructura de la trama de las narrativas políticas se ha abordado de distintas formas. Algunos autores aluden, simplemente, a la estructura de principio, medio y fin, propuesta por Aristóteles en su *Poética* (1946). Es el caso del NPF propuesto McBeth, Shanahan y Jones (2005: 414-415), quienes, sin embargo, sugieren como útil la estructura descrita por Deborah Stone (2002): empeoramiento (de la historia); progreso con obstáculos; fase de desamparo y fase de control. También se ha estudiado la narrativa según su extensión y el número de temáticas abordadas, como hace Alexander (2010) en su análisis del *storytelling* digital de Barack Obama;

o utilizando dos marcadores (actividad y objetos), como hacen Page y Duffy (2016) en su estudio sobre la credibilidad de los políticos en las campañas primarias estadounidenses republicanas de 2008.

Por otro lado, algunos autores se han centrado en un punto concreto de la trama como la resolución (Klein y Mason, 2016); o el clímax, no en el conjunto de la campaña sino como remate de un discurso concreto, como hace Wolf (2017) en relación con los discursos de Hillary Clinton y Donald Trump en las elecciones presidenciales de EE.UU. de 2016.

Desde la narratología, como muestra la Figura 1, se ha considerado que la estructura de la trama de una historia mínima es la siguiente (Todorov, 1963): un personaje principal o protagonista (a través del cual se va a focalizar la historia) se encuentra en una situación de equilibrio inicial que es alterada por un conflicto. El protagonista se enfrenta, así, a una serie de acontecimientos en su camino por resolver el conflicto. En el clímax, típicamente, protagonista y antagonista se enfrentan; el conflicto se resuelve; y ello da lugar a una situación de equilibrio final, favorable o desfavorable para el protagonista, pero en la que este ha cambiado respecto a su situación de equilibrio inicial.



Fuente: elaboración propia, adaptada de Todorov (1963).

De esta estructura general puede estar ausente alguna de las partes. Por ejemplo, si se omite la situación de equilibrio inicial y el conflicto, nos encontramos ante las denominadas historias *in medias res*; si lo que se omite es la situación de equilibrio final, estamos ante una historia de final abierto. Para algunos autores, la decisión de omitir la situación inicial es decisiva desde el punto de vista político. Así, Molly Andrews (2007), señala cómo cambia significativamente la narrativa política posterior a los atentados del 11 de septiembre si se decide comenzar la historia por los atentados o por la política estadounidense previa.

En el caso de una campaña electoral, puede considerarse que la historia comienza *in medias res*, pues el conflicto principal es anterior al inicio de la campaña, y su final es abierto, pues, su narrativa es anterior al clímax y al desenlace de la historia.

Algunos autores han identificado la estructura de historia mínima en relación con movimientos políticos, como el Tea Party estadounidense (Coughlin, 2011), o el *storytelling* de Ronald Reagan en las elecciones presidenciales de 1980 y 1984 y durante sus mandatos (Hanska, 2012).

Los personajes en el storytelling político

Desde una perspectiva narratológica, los personajes son los actores antropomorfos de una historia, siendo estos actores aquellas figuras narrativas que causan o experimentan los acontecimientos de la trama (Bal, 1985).

En el estudio de las campañas políticas, los personajes han sido estudiados, entre otras perspectivas, desde el punto de los arquetipos (Simorangkir y Pamungkas, 2017); aplicando análisis de contenido lingüísticos (Casañ-Pitarch, 2018; Gomez-Zara, Boon y Birnbaum, 2018); centrándose en una categoría de personaje (Anker, 2005; McHale, 2017); o en dos categorías (Klein y Mason, 2016; Alexander, 2010).

Actualmente, una aproximación frecuente es centrarse en tres categorías de personajes. Es el caso de Nimmo (1985), quien distingue entre héroe, villano y tonto (*fool*); y el del NPF (Shanahan, McBeth y Hathaway, 2011), que emplea las categorías de héroe (el personaje que potencialmente soluciona un problema político), villano (el que causa un problema) y víctima (los dañados por el problema).

Más recientemente, se ha desarrollado una tipología de personajes específica para el análisis político, la denominada Teoría de los Personajes (Character Theory, CT) (Bergstrand y Jasper, 2018; Jasper, Young y Zuern, 2020), basada en las dimensiones EPA (Evaluación, Potencia y Actividad) del modelo de "significado afectivo" (*affective meaning*) propuesto por Osgood, Suci y Tannebaum (1957), que trata de explicar qué factores influyen en cómo los seres humanos reaccionamos a personas y cosas de nuestro entorno. Estas tres dimensiones han sido posteriormente utilizadas por la Teoría del Control del Afecto (*Affect Control Theory, ACT*) (Heise, 2007).

Así, la CT aplica dos criterios principales de las dimensiones EPA: la Moral (*Morality*), equivalente a la Evaluación; y la Potencia (*Potency*). Según su moral, los personajes pueden ser buenos o malos; según su potencia, fuertes o débiles. De esta forma, se llega a cuatro tipos de personajes principales: Héroe (fuerte, bueno); Villano (fuerte, malo); Víctima (débil, bueno/neutro); y Esbirro (débil, malo).

De los cuatro, por su capacidad para generar emociones que pueden influir en la acción política, estos autores destacan como más importantes al héroe, al villano y

a la víctima. Así, el héroe se asocia a la esperanza; el villano, al miedo; y, la víctima, a la ira y a la compasión (Jasper, Young y Zuern, 2020).

Respecto a la Actividad, estos autores refieren que, aunque cualquiera de los personajes pueden encontrarse en un estado activo o pasivo, por lo general, el villano y sus esbirros están activos; las víctimas son personajes pasivos; y, el héroe, suele pasar de un estado de pasividad a uno de actividad, una vez que el villano ha actuado.

Por último, otro marco teórico utilizado en estudios sobre campañas políticas y relacionado con los personajes del *storytelling* es el que distingue entre la negatividad o positividad (*negative campaigning/positive campaigning*) de una campaña. Así, una campaña negativa – definida como “una crítica explícita al oponente político” (Hansen y Pedersen, 2008: 408) – caracteriza al adversario político como lo que la CT denomina villano; y, una campaña positiva, se centra en caracterizar al protagonista de la campaña como lo que la CT denomina héroe. Esta última perspectiva ha sido la más utilizada en relación con la narrativa en las investigaciones sobre las elecciones presidenciales brasileñas: las de desde 1989 hasta 2014 (Borba, 2015), y las de 2002 (Lourenço, 2009). Aunque tanto Borba como Lourenço señalan la escasez de estudios al respecto en el contexto brasileño. Por otro lado, esta perspectiva de estudio muestra que la posición en las encuestas de intención de voto es uno de los factores que más influyen en que un candidato emplee una campaña negativa: es menos probable que un candidato adopte una campaña negativa cuando va por delante en las encuestas que cuando va detrás o cuando las encuestas no dan un claro favorito (Damore, 2002; Hassell, 2019; Nai y Sciarini, 2015). En el caso de Portugal, Pereira (2019) observó este efecto en las campañas electorales legislativas de 2009 y 2011.

Entre los estudios sobre *storytelling* político que cuantifican las categorías que emplean, destaca el análisis de Clément, Lindemann y Sangar (2016) sobre los discursos relacionados con el uso de la fuerza en el contexto de la invasión de Irak en 2003, por parte de políticos de uno y otro bando. Estos autores aplican el marco de una narrativa que denominan de “héroe-protector”, caracterizada por “estimular en el público objetivo ciertas emociones cuya función es convertir el uso de la fuerza en [...] una acción ineludible para preservar la autoestima [de los ciudadanos]” (Clément, Lindemann y Sangar, 2016: 998). Identifican cuatro personajes: héroe, agresor, víctima y cobarde; y cinco puntos de la trama: agresión actual, reacción a la agresión actual, agresión pasada, reacción a la agresión pasada y futuro estado final. Sus resultados muestran que los discursos que apoyan el uso de la fuerza recurren más a la figura del agresor que los discursos que no apoyan el uso de la fuerza; y que el recurso al héroe se asocia al recurso a las reacciones presentes y pasadas;

el uso del agresor está relacionado con las agresiones presentes y pasadas; la víctima, con las agresiones presentes y el futuro estado final; y el cobarde aparece por igual en todos los puntos de la trama. Algunas de las categorías empleadas por Clément, Lindemann y Sangar pueden ser asociadas a las categorías narratológicas, como es el caso del héroe; del agresor, que puede ser considerado el villano; las agresiones, que pueden ser entendidas como los conflictos; y el futuro estado final, que puede ser considerado como la situación de equilibrio final.

Objetivos e hipótesis

El objetivo general de este estudio es analizar el *storytelling* de MRS y ASN en la campaña presidencial portuguesa de 2016. Los objetivos específicos han sido investigar la trama y los personajes en dichas narrativas y las relaciones entre ambas. Además, se ha planteado una hipótesis y una pregunta de investigación.

En relación con los personajes, se plantea la siguiente hipótesis:

Hipótesis 1: el candidato que iba por delante en las encuestas hizo menos alusiones al personaje del villano que el candidato que iba por detrás en las encuestas.

Respecto a la relación entre trama y personajes, hemos tomado como referencia el estudio de Clément, Lindeman y Sangar (2016), en el que algunas categorías pueden ser traspuestas a la estructura de historia mínima. En este sentido, creemos que no es pertinente formular una hipótesis, pero sí una pregunta de investigación que pudiera identificar un paralelismo que podría inducir a considerar una relación más general entre trama y personajes.

PR1: ¿Recurrió más a los puntos de la trama de conflictos (Tr2 y Tr3) el candidato que más recurrió al personaje del villano?

Metodología

La metodología empleada en este estudio es de tipo mixta cualitativa-cuantitativa (Teddlie y Tashikkori, 2009), en la que se han analizado cuantitativamente los datos obtenidos a partir de los análisis de contenido de las muestras. Además, se han revisado las encuestas de intención de voto realizadas por Eurosondagem, Aximage y Universidad Católica desde noviembre de 2015 a enero de 2016.

El análisis de contenido se ha realizado en dos tipos de muestras: 1) los discursos de presentación de candidatura, pronunciados el 29 de abril de 2015 (ASN) y el 9

de octubre de 2015 (MRS); y 2) las noticias relativas a las campañas de estos candidatos en dos periódicos portugueses de información general – el diario *Público* y el semanario *Expresso* –, en el periodo comprendido entre el 24 de noviembre de 2015 y el 23 de enero de 2016. En ambos periódicos se ha acotado el campo a artículos informativos (se han excluido los de opinión) de tres tipos:

- i. aquellos que tratan en exclusiva sobre uno de los candidatos;
- ii. entrevistas en exclusiva; y
- iii. artículos sobre el debate entre ambos candidatos.

En relación con las noticias de los periódicos, se optó por analizar una fuente secundaria en lugar de una fuente primaria, las transcripciones completas de las declaraciones originales, por la imposibilidad de acceder a estas, ya que MRS utilizó a menudo notas personales a partir de las cuales improvisaba sus discursos y declaraciones.

La elección de *Expresso* y *Público* está motivada porque, en la prensa escrita portuguesa, estos dos periódicos destacan como “*jornais de referência mais ligados à elite política e considerados importantes instrumentos na formação da opinião*” (Miguel, Biroli y Salgado, 2017), y son los que mayor cobertura hacen de los partidos políticos portugueses (Graça, 2017: 61).

El semanario *Expresso* se publica los sábados pero, en diciembre de 2015, se publicó dos veces en jueves, por causa de las fiestas navideñas; y el semanario del 23 de enero se adelantó al viernes 22 debido a la jornada electoral. De este modo, los ejemplares de *Expresso* analizados han sido los correspondientes a las siguientes fechas: 28 de noviembre de 2015; 5, 12, 19, 24 y 31 de diciembre de 2015; 2, 9, 16 y 22 de enero de 2016.

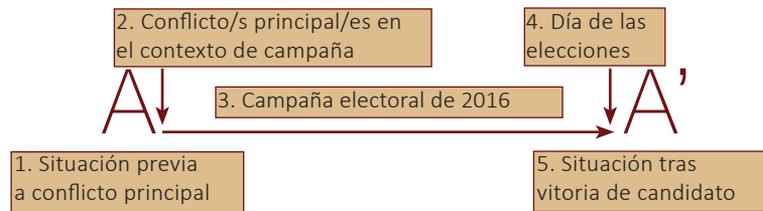
Respecto al modo de análisis, tanto en los discursos de presentación de candidatura como en las informaciones de prensa escrita se han analizado los puntos de la trama y los personajes.

Para el estudio de la trama, según se ve en la Figura 2, se ha hecho una trasposición de la estructura de historia mínima a la campaña electoral del siguiente modo: (Tr1) Situación de Equilibrio Inicial, que refleja menciones a una situación anterior al conflicto principal de la campaña, o incluso a un pasado de mayor grandeza del país mucho más lejano, de las últimas décadas o incluso de los últimos siglos (“*nossa capacidade de recuperar de um atraso de décadas, de séculos*”, ASN, *Público*, 16 de enero, p. 8); (Tr2) Conflictos previos al 9 de octubre de 2015 – cuando MRS anuncia

5. El caso Banif hace referencia a la liquidación del Banco Internacional do Funchal (Banif), en diciembre de 2015, que supuso un gasto para el estado portugués de unos 3.000 millones de euros.

su candidatura, después de haberlo hecho, meses atrás, ASN –, entre los que se ha considerado como conflicto principal la crisis económica y las políticas de austeridad implementadas por el gobierno del PSD para paliarla; (Tr3) Conflictos entre el 9 de octubre de 2015 y el 23 de enero de 2016, como la muerte de un joven en un hospital por falta de atención médica o las nuevas informaciones surgidas durante el periodo de campaña sobre el caso Banif⁵; (Tr4) Clímax, día de las elecciones, 24 de enero de 2016; y (Tr5) Situación de Equilibrio Final (promesas de los candidatos sobre qué harían si fueran elegidos presidente).

FIGURA 2
ESTRUCTURA DE TRAMA DE LA HISTORIA MÍNIMA
APLICADA A LA CAMPAÑA ELECTORAL.
TRAMA EN CAMPAÑA ELECTORAL



Fuente: elaboración propia.

En cuanto a los personajes, se han analizado la caracterización del héroe, del villano y de las víctimas. En relación con el héroe, se han analizado las dimensiones de moralidad, potencia y actividad; en el caso del villano, dado que todas las alusiones han estado relacionadas con la moralidad, se ha distinguido entre villano específico y villano inespecífico. En la categoría de villano específico se ha incluido todas aquellas menciones por parte de los candidatos a personas o entidades concretas, con su nombre. Por ejemplo, cuando un candidato menciona al otro aludiendo a una característica suya negativa. O *“Cavaco Silva não protegeu as pessoas”* (ASN, *Expresso*, 9 de enero, p. 7). En la categoría de villano inespecífico se ha incluido las alusiones de un candidato a un villano al que no se nombre explícitamente. Por ejemplo: *“A classe política está habituada a campanhas de tal forma dispendiosas e estruturadas que depois é difícil encolher”* (MRS, *Expresso*, 12 de diciembre, p. 6).

Los datos se han analizado de dos formas. En primer lugar, de forma separada para, por un lado, los discursos de presentación; y, por otro, para las informaciones de prensa escrita. En segundo lugar, se ha realizado un análisis de conglomerados o *clusters* mediante la distancia de Ward empleando seis unidades: MRS-Público, MRS-*Expresso*; MRS-Discurso de presentación de candidatura, ASN-Público, ASN-*Expresso*; y ASN-Discurso de presentación de candidatura. Este instrumento estadístico sirve para establecer relaciones entre estas seis unidades, más allá del candidato y de si pertenece a un discurso o a las noticias de uno u otro periódico.

Resultados

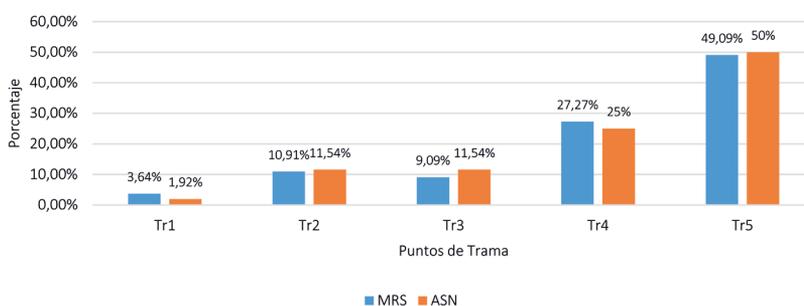
En primer lugar, se presentan los resultados por separado para prensa escrita y para los discursos de presentación de candidatura. Primero, en relación con la trama y, luego, en relación con los personajes. A continuación, se presenta el análisis de conglomerados y, finalmente, se hace una revisión de las encuestas de intención de voto.

La trama

Ambos candidatos recurren de forma muy similar a los puntos de la trama: 55 alusiones (MRS) y 52 alusiones (ASN). Los porcentajes para cada punto también muy similares, como muestra el Gráfico 1. Destacan las alusiones a Tr5, que refleja las menciones a lo que harán los candidatos una vez ganen las elecciones, y que representan alrededor de la mitad del total de alusiones a puntos de la trama. Asimismo, destacan también las alusiones a Tr4, es decir, a la jornada electoral, que refleja las menciones a la petición del voto para el candidato o, en general, a que se acuda a votar. Esta elevada alusión a la jornada electoral podría tener distintos significados según el candidato. MRS pide que se acuda a votar, sin especificar a qué candidato, ya que una alta abstención podría hacerle correr el riesgo de una segunda vuelta, en la que podría repetirse lo sucedido en 1986, cuando Diogo Pinto de Freitas do Amaral, del CDS, obtuvo la victoria en la primera vuelta sobre el socialista Mario Soares, pero no por mayoría absoluta, y en la segunda vuelta Mario Soares resultó victorioso.

Por su parte, en ASN, las alusiones a la jornada electoral hacen referencia a la esperanza en una segunda vuelta ("*nada ficará decidido no domingo*") (*Expresso*, 22 de enero de 2016). Esta esperanza se veía reforzada por el descenso significativo de Maria de Bélem en las dos encuestas previas a la jornada electoral.

GRÁFICO 1
PUNTOS DE LA TRAMA EN PRENSA ESCRITA



Fuente: elaboración propia.

En los discursos de presentación de candidatura se observa una gran diferencia entre ambos candidatos en cuanto al número de alusiones. MRS solo hace referencia a ellos en 3 ocasiones, dos de ellas a Tr2 (conflicto principal de las elecciones) y una vez a Tr1 (situación inicial, previa a la campaña electoral). Por su parte, ASN hace 37 alusiones a puntos de la trama, 4 de cada 5 de ellas, a Tr5 (situación de equilibrio final). En este sentido, en el caso de MRS, la conclusión que puede extraerse es que apenas basa su discurso en la trama, aunque, cuando lo hace, alude a lo que va a enfrentarse y a las consecuencias de su victoria. En el caso de ASN, en cambio, sí es significativa la alusión a la trama en su discurso, y es coherente con lo que manifiesta en prensa escrita.

TABLA 2
PUNTOS DE LA TRAMA EN DISCURSOS
DE PRESENTACIÓN DE CANDIDATURA

	TR1	TR2	TR3	TR4	TR5
MRS	33,33%	66,67%	0,00%	0,00%	0,00%
ASN	0,00%	10,81%	5,41%	2,70%	81,08%

Fuente: elaboración propia.

Los personajes

Ambos candidatos hicieron 65 alusiones a personajes (héroe, villano o víctima) en la prensa escrita analizada. Para ambos candidatos, el periódico *Público* es el que más incluye las alusiones de los candidatos a personajes: 40, en el caso de MRS; y 54, en el caso de SN.

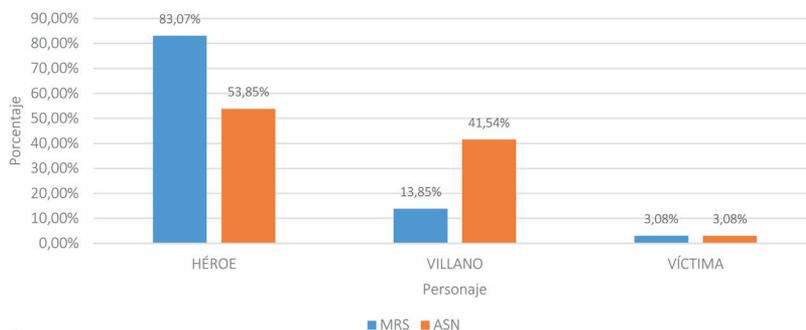
En la prensa escrita estudiada, según muestra el Gráfico 2, en ambos candidatos es más importante la caracterización del héroe que la del villano, pero MRS menciona casi seis veces más la figura narrativa del héroe que la del villano, mientras que en ASN destaca el elevado porcentaje de alusiones al villano.

Respecto a las víctimas, como se aprecia en el Gráfico 2, en ambos candidatos los porcentajes son muy bajos.

En cuanto a las dimensiones del héroe, como se ve en el Gráfico 3, los porcentajes son similares en ambos candidatos. Destacan las alusiones a la dimensión moral del héroe, casi nueve de cada diez alusiones en ambos candidatos.

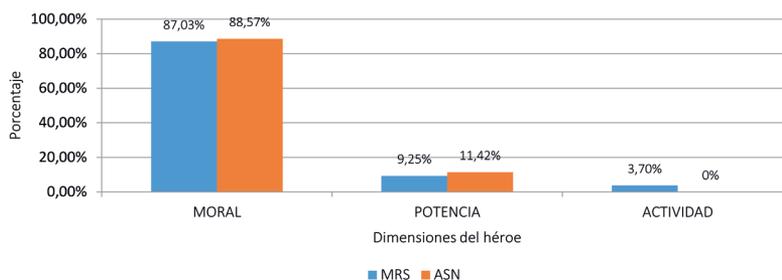
Así, mientras que el *storytelling* de MRS mantiene una preeminencia de la figura del héroe –con un mensaje que puede ser resumirse como “fazer pontes, não só

GRÁFICO 2
LOS PERSONAJES EN PRENSA ESCRITA



Fuente: elaboración propia.

GRÁFICO 3
DIMENSIONES DEL HÉROE



Fuente: elaboración propia.

entre o Governo, mas também entre a oposição” (*Público*, 17 de diciembre, p. 12), defendiendo la moderación y el consenso—, ASN, si bien la mitad de sus alusiones son al héroe, en cuatro de cada diez veces se refiere al villano, principalmente, a MRS (representante de “*uma visão das políticas do antigamente*” (*Público*, 10 de diciembre de 2015, p. 6), “*vaidoso*”, “*só gostar de se ouvir a si próprio*”, “*auto-suficiente e sem ouvir ninguém*” (*Público*, 5 de enero de 2016, p. 6), es “*responsável das fracturas que marcaram o país*” (*Público*, 8 de enero de 2015, p. 6), “*uma das figuras do regime*” (*Público*, 10 de enero de 2015, p. 7), o “*quem vê a política como um clube*” (*Público*, 11 de enero de 2016, p. 2), entre otras.

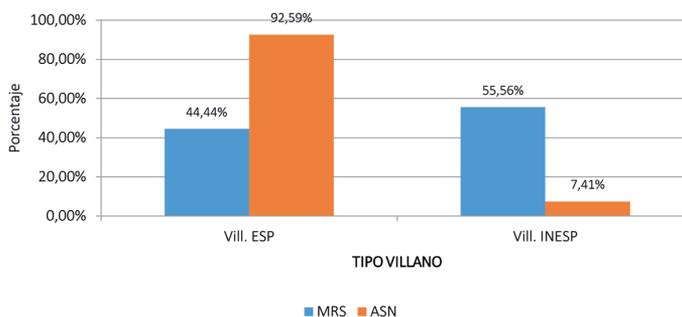
Uno de los principales ataques de ASN a MRS a lo largo de toda la campaña fue que quiere contentar a todos, ya que formó parte del gobierno responsable de la crisis y de las políticas de austeridad que ha sufrido la ciudadanía, pero pretende defender una posición de consenso con el gobierno socialista de António Costa. A ello reacciona MRS, especialmente en torno al debate televisivo mantenido entre

ambos candidatos el 7 de enero de 2016 en la cadena SIC, acusando a ASN de inexperiencia política y de querer “ir de soldado raso a general” (*Público*, 8 de enero de 2016, p. 6).

En relación con la confianza “heroica” en la victoria por parte de MRS, cabe resaltar su declaración, casi un mes antes de la jornada electoral, de que “*daqui a semanas sou Presidente da República*” (*Expresso*, 12 de diciembre de 2015, Portada).

En la categoría de villano, hemos distinguido entre las menciones a un villano específico o a un villano inespecífico. En el Gráfico 4 se observa cómo la mayoría de las veces que ASN utiliza la categoría de villano, lo hace aludiendo a un villano específico. Por su parte MRS recurre a la categoría del villano específico menos de la mitad de las veces que ASN. En el caso de ASN, el villano es, principalmente, MRS, de quien critica su relación al anterior presidente, Cavaco Silva (PSD), que implantó las medidas de austeridad para combatir la crisis, o su “duplicidad” de posiciones como comentarador político y candidato, así como el hecho de que MRS “*dizem uma coisa e o seu contrário*” y muestra una “falta de clareza” que, en su opinión, constituye “um problema” (*Público*, 7 de enero de 2016, p.15).

GRÁFICO 4
VILLANO ESPECÍFICO E INESPECÍFICO



Fuente: elaboración propia.

En los personajes presentes en los discursos de presentación de candidatura, como se observa en la Tabla 3, predomina significativamente la presencia del héroe. En el caso de MRS, representa el 100% de las alusiones a personajes. Es, además, notable la ausencia, en ambos candidatos, de referencias al villano. Por último, ASN hace referencia a las víctimas en un 15,79% de sus alusiones a cualquier personaje.

La posible razón de estas diferencias es que MRS hace un recorrido por su biografía, destacando sus virtudes morales, su fortaleza y su sentido de sacrificio por los

TABLA 3
LOS PERSONAJES EN LOS DISCURSOS
DE PRESENTACIÓN DE CANDIDATURA

	HÉROE	VILLANO	VÍCTIMA
MRS	100,00%	0,00%	0,00%
ASN	84,21%	0,00%	15,79%

Fuente: elaboración propia.

votantes, ya que, de ser elegido, abandonaría su actividad académica y televisiva, mientras que, en el caso de ASN, aunque centra su discurso en su programa, lo que reflejan las alusiones a la situación de equilibrio final, alude asimismo a las víctimas en cerca de una de cada seis veces que hace referencia a un personaje, lo que apunta a una estrategia diferente de la de MRS.

Análisis de conglomerados

En el análisis de conglomerados o *clusters* se ha tratado de ver si existe relación entre las distintas categorías analizadas, más allá de que pertenezcan a uno u otro candidato o a distintos tipos de texto. Así, en la elaboración de estos conglomerados se han tenido en cuenta tanto los puntos de la trama (Tr1-Tr5), como los personajes y sus características (en el caso del héroe, desglosado en moral, actividad y potencia; y, en el caso del villano, desglosado en específico e inespecífico), como los diferentes textos (*Público*, *Expresso* y discursos de candidatura).

Mediante este análisis se observan tres conglomerados principales (ver Tablas 4, 5 y 6), lo que refleja una relación más estrecha entre los textos que pertenecen a cada uno de ellos.

TABLA 4
CONGLOMERADO 1

Variable	% de la frecuencia en la partición	% de la frecuencia en la muestra	% de la partición en la frecuencia
Trama5	39,2	26,0	91,6
Trama2	7,7	5,6	83,3
Heroe_potencia	2,6	5,3	29,4
Villano_especifico	3,6	9,1	24,1
Heroe_moral	22,2	32,9	41,0

Fuente: elaboración propia.

TABLA 5
CONGLOMERADO 2

Variable	% de la frecuencia en la partición	% de la frecuencia en la muestra	% de la partición en la frecuencia
Heroe_moral	57,1	32,9	34,3
Heroe_potencia	14,3	5,3	52,9
Villano_especifico	0,0	9,1	0,0
Trama5	6,3	26,0	4,8

Fuente: elaboración propia.

TABLA 6
CONGLOMERADO 3

Variable	% de la frecuencia en la partición	% de la frecuencia en la muestra	% de la partición en la frecuencia
Villano_especifico	35,5	9,1	75,9
Trama2	0,0	5,6	0,0
Trama5	4,8	26,0	3,6

Fuente: elaboración propia.

El primer conglomerado (Tabla 4) está formado por el discurso de candidatura de ASN, los artículos en *Expresso* sobre ASN y los textos en *Público* sobre MRS. Se caracteriza por una mayor frecuencia – en los textos que incluye, y respecto al resto de los textos – de Tr5 y Tr2: Tr5 (% de partición en la frecuencia = 91,6) y Tr2 (% de partición en la frecuencia = 83,3). Ello significa que, en todos los textos analizados para cualquier candidato y texto, el 91,6 % de las veces que se menciona Tr5 y el 83,3% de las alusiones a Tr2, se encuentran en las unidades pertenecientes a este conglomerado. Asimismo, los textos pertenecientes a este conglomerado se caracterizan por una menor frecuencia del villano específico (% de partición en la frecuencia = 24,1), del héroe en su cualidad de Potencia (% de partición en la frecuencia = 29,4) y del héroe en su cualidad Moral (% de partición en la frecuencia = 41).

El segundo conglomerado (Tabla 5) está formado por el discurso de candidatura de MRS y los artículos en *Expresso* sobre MRS. Se observa en él una mayor frecuencia de la moral del héroe y de la potencia del héroe; y una menor frecuencia del villano específico y de Tr5.

Por último, el tercer conglomerado (Tabla 6) está formado por los artículos sobre ASN en *Público*, y se caracteriza por la mayor presencia del villano específico y por una menor frecuencia de Tr2 y Tr5.

De forma general, podemos decir que el hallazgo más significativo derivado del análisis de conglomerados, tanto sobre los personajes como sobre la trama, es que *Expresso* y *Público* tratan de forma muy diferente estas referencias – ataques, principalmente, a MRS – por parte de ASN. Así, *Expresso* refleja estas referencias de forma muy reducida con respecto a *Público*, lo que hace que las noticias sobre ASN en cada diario aparezcan en conglomerados diferentes.

Conclusiones

El objetivo de este estudio ha sido investigar el *storytelling* político en una campaña presidencial, centrándose en la trama y los personajes, para así contribuir a la literatura académica en este campo.

Respecto a los personajes, los datos muestran que, en sus discursos de presentación de candidatura, ambos candidatos se centraron en caracterizarse como héroes, y ambos evitaron caracterizar como villanos a sus adversarios. Sin embargo, en el discurso de ASN ya está presente la principal diferencia que se observa en el análisis de la prensa escrita, es decir, una significativa mayor alusión al villano y, en concreto, a la categoría de villano específico.

De este modo, la hipótesis planteada se confirma, ya que el candidato que va por detrás en las encuestas hace un mayor uso del personaje del villano, es decir, emplea una campaña más negativa, que el candidato que va por delante. Esto es coherente con otros estudios (Damore, 2002; Hassell, 2019; Nai y Sciarini, 2015; Pereira, 2019). Esta caracterización negativa se ve intensificada por las alusiones al villano específico, en una de cada diez veces, en el caso de ASN.

En el análisis de conglomerados se aprecia que es en el diario *Público* donde el villano específico es más mencionado por ASN. Esta diferencia resulta sorprendente si consideramos que ninguno de los dos periódicos está adscrito a tendencias políticas relacionadas con alguno de los candidatos (Paquete de Oliveira, 2016). La explicación a esta diferencia sería oportuno investigarla en una futura investigación sobre el tono, más o menos moderado de ambos medios.

Respecto a la trama en prensa escrita, las narrativas son muy semejantes. Ambos hacen referencia a lo que harán después de ser elegidos (Tr5) casi la mitad de las veces de las veces. Esta estrategia – la de hacer imaginar al consumidor potencial una satisfacción producida por la obtención del producto –, ha sido demostrada en otros ámbitos (Shiv y Huber, 2000).

Así, en relación con la pregunta de investigación planteada respecto a los puntos de la trama, en prensa escrita no se observó que el candidato que hizo un mayor uso de la figura del villano aludiera significativamente más a los conflictos, lo que no permite establecer un paralelismo con los resultados de Clément, Lindemann y Sangar (2016). En este sentido, sería necesarias futuras investigaciones para esclarecer estas relaciones entre trama y personajes en el contexto de las campañas electorales.

Aunque la prensa escrita escogida como parte de la muestra de este estudio es competente y experimentada en el tratamiento de la información política, una limitación de este estudio es el no haber podido acceder a transcripciones completas de las declaraciones y discursos de los candidatos, lo que supone un filtro.

La importancia de este estudio es que emplea una aproximación a la trama del *storytelling* político desde la narratología aplicando la estructura de historia mínima, lo cual, aunque algunos autores habían hallado paralelismos con ella en algunas narrativas políticas (Coughlin, 2011; Hanska, 2012), según creen estos autores, no se había utilizado anteriormente en el análisis de contenido. Otro hallazgo interesante es que, en nuestro estudio, la narrativa de los discursos de presentación de candidatura evita las alusiones al villano, aunque ambos discursos sean muy diferentes. Asimismo, en prensa escrita, se observa que los puntos de la trama empleados son muy semejantes en los dos candidatos, y que el más utilizado es la situación de equilibrio final. Futuras investigaciones podrían tratar de esclarecer si esto frecuente en las campañas presidenciales. Finalmente, este estudio confirma la relación entre el uso de la figura del villano y la posición en las encuestas de los candidatos, que otros autores habían observado en el contexto electoral portugués y en otros contextos electorales.

Referencias

ALEXANDER, Jeffrey. *The performance of politics. Obama's Victory and the democratic struggle for power*. New York: Oxford University Press, 2010.

ANDREWS, Molly. *Shaping history: narratives of political change*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2007.

ANKER, Elisabeth. Villains, victims and heroes: melodrama, media, and September 11. *Journal of Communication*, v. 55, n. 1, p. 22-37, 2005.

ANSOLABEHERE, Stephen; IYENGAR, Shanto. *Going negative. How political advertisements shrink & polarize the electorate*. New York: The Free Press, 1995.

ARISTÓTELES. *Poética*. México (DF): Bibliotheca Scriptorvm Graecorvm et Romanorvm Mexicana, 1946.

BAL, Mieke. *Narratology. Introduction to the theory of narrative*. Toronto (CA): University of Toronto Press, 1985.

BARTON, Jared; CASTILLO, Marco; PETRIE, Ragan. Negative campaigning, fundraising, and voter turnout: a field experiment. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 121, p. 99-113, 2016.

BERGSTRAND, Kelly; JASPER, James M. Villains, victims, and heroes in character theory and affect control theory. *Social Psychology Quarterly*, v. 81, n. 3, p. 228-247, 2018.

BJÖRNINEN, Samuli; HATAVARA, Mari; MÄKELÄ, Maria. Narrative as social action: a narratological approach to story, discourse and positioning in political storytelling. *Journal of Social Research Methodology*, v. 23, n. 4, p. 437-449, 2020.

BORBA, Felipe . Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 21, n.2, p. 268-295, 2015.

BOTO, Carlota. António Nóvoa: uma vida para a educação. *Educação e Pesquisa*, v. 44, p. 1-24, 2018.

CASAÑ-PITARCH, Ricardo. Mr. president, discourse matters: a contrastive analysis of Donald Trump and Barack Obama's discourse. *RUDN Journal of Language Studies, Semiotics and Semantics*, v. 9, n. 1, p. 173-185, 2018.

CASTROMIL, Anton R. Negativismo mediático y campaña electoral en las elecciones generales de 2008. *REIS*, v. 139, p. 163-174, 2012.

CHATMAN, Seymour. *Story and discourse. Narrative structure in fiction and film*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1978.

CHARTERISBLACK, Jonathan. *Analysing political speeches: rhetoric, discourse and metaphor*. Hampshire (UK): Palgrave Macmillan, 2014.

CHOU, Mark; BLEIKER, Roland; PREMARTNA, Nilanjana. *Elections as theater*. Washington (DC): American Political Science Association, 2016.

- CLÉMENT, Maéva; LINDEMANN, Thomas; SANGAR, Eric. The “hero-protector narrative”: manufacturing emotional consent for the use of force. *Political Psychology*, v. 38, n. 6, p. 991-1008, 2016.
- COUGHLIN, Alex T. *The challenges of populism: an analysis of teaparty structuring narratives*. Tesis Doctoral, Colorado State Univesrity, 2011.
- CURINI, Luigi. The direction of Valence campaigning in two dimensions. In: _____ (Org.). *Corruption, ideology, and populism*. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- DAMORE, David F. Candidate strategy and the decision to go negative. *Political Research Quarterly*, v. 55, n. 3, p. 669-686, 2002.
- DEIGHTON, John, ROMER, Daniel; MCQUEEN, Josh. Using drama to persuade. *Journal of Consumer Research*, v. 16, n. 3, p. 335, 1989.
- FIGUEIRAS, Rita. *O efeito Marcelo: o comentário político na televisão*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.
- GOMEZ-ZARA, Diego; BOON, Miriam; BIRNBAUM, Larry. *Who is the hero, the villain, and the victim?: detection of roles in news articles using natural language techniques*. IUI '18: 23rd International Conference on Intelligent User Interfaces, p. 311-315, March 2018.
- GRAÇA, Francisco. *A política e os media: o enviesamento da imprensa portuguesa em 2009 e 2015*. Dissertação de mestrado. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL), 2017.
- GRAY, Garry; JONES, Michael D. A qualitative narrative policy framework? Examining the policy narratives of US campaign finance regulatory reform. *Public Policy and Administration*, v. 31, n. 3, p. 193-220, 2016.
- HANSEN, Kasper M.; PEDERSEN, Rasmus T. Negative campaigning in a multiparty system. *Scandinavian Political Studies*, v. 31, n. 4, p. 408-427, 2008.
- HANSKA, Jan. *Reagan’s mythical America. Storytelling as political leadership*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- HASELL, Hans J. G. Desperate times call for desperate measures: electoral competitiveness, poll position, and campaign negativity. *Political Behavior*, p. 1-23, Aug. 2019.
- HEISE, David R. *Expressive order*. Boston (MA): Springer, 2007.

JASPER, James M.; YOUNG, Michael P.; ZUERN, E. *Public characters. The politics of reputation and blame*. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. Character work in social movements. *Theory and Society*, v. 47, n. 1, p. 113-131, 2018.

KIRKPATRICK, Kellee J.; STOUTENBOROUGH, James W. Strategy, narratives, and reading the public: developing a micro-level theory of political strategies within the narrative policy framework. *Policy Studies Journal*, v. 46, n. 4, p. 949-977, 2018.

KLEIN, Sarah; MASON, Tom. How to win an election. *The New York Times*. 18 Feb. 2016. Recuperado de: <<https://www.nytimes.com/2016/02/18/opinion/how-to-win-an-election.html>>. Fecha de acceso: 05 Jun. 2020.

LAU, Richard R., SIGELMAN, Lee; ROVNER, Ivy B. The effects of negative political campaigns: a meta-analytic reassessment. *Journal of Politics*, v. 69, n. 4, . 1176-1209, 2007.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Propaganda negativa: ataque versus votos nas eleições presidenciais de 2002. *Opinião Pública*, v. 15, n. 1, p. 133-158, 2009.

MCBATH, James H.; FISHER, Walter R. Persuasion in presidential campaign communication. *Quarterly Journal of Speech*, v. 55, n. 1, p. 17-25, 1969.

MCBETH, Mark K.; SHANAHAN, Elizabeth A. Public opinion for sale: the role of policy marketers in greater yellowstone policy conflict. *Policy Sciences*, v. 37, n. 3, p. 319-338, 2004.

MCBETH, Mark K.; SHANAHAN, Elizabeth A.; JONES, Michael D. The science of Storytelling: measuring policy beliefs in Greater Yellowstone. *Society & Natural Resources*, v. 18, n. 5, p. 413-442, 2005.

MCHALE, John P. Media coverage of corruption and scandal in the 2016 presidential election: fantasy themes of crooked Hillary and corrupt businessman Trump. In: LIND, N. S.; ROBE-HEMP, C. E. (Orgs.). *Corruption, Accountability and Discretion*, v. 29, p. 107-123, 2017.

MCMORRIS, Claire; ZANOCCO, Chad; JONES, Michael. Policy narratives and policy outcomes: an NPF examination of Oregon's Ballot Measure 97. *Policy Studies Journal*, v. 46, n. 4, p. 771-797, 2018.

MERELMAN, Richard M. The dramaturgy of politics. *The Sociological Quarterly*, v. 10, n. 2, p. 216-241, 1969.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; SALGADO, Susana. Meios de comunicação e política: evolução histórica e comparações entre Brasil e Portugal. In: PRIOR, H.; GUAZINA, L.; ARAUJO, B. (Orgs.). *Diálogos lusófonos em comunicação e política*. Lisboa: LabCom Books, 2017.

NAI, Alessandro; SCIARINI, Pascal. Why “going negative?” Strategic and situational determinants of personal attacks in Swiss direct democratic votes. *Journal of Political Marketing*, v. 17, n. 4, p. 1-31, 2015.

NIMMO, Dan. Elections as ritual drama. *Society*, v. 22, n. 4, p. 31-38, 1985.

OSGOOD, Charles E.; SUCL, George J.; TANNEBAUM, Percy H. *The measurement of meaning*. Urbana (IL): The University of Illinois Press, 1957.

PAGE, Janis T.; DUFFY, Margaret E. What does credibility look like? Tweets and walls in U.S. presidential candidates’ visual storytelling. *Journal of Political Marketing*, v. 17, n. 1, p. 3-31, 2016.

PAQUETE DE OLIVEIRA, José Manuel. Não há jornais de direita nem de esquerda em Portugal. *Público*, 06 Jun. 2016. Recuperado de: <<https://www.publico.pt/2016/06/06/sociedade/opinia/nao-ha-jornais-de-direita-nem-de-esquerda-em-portugal-1734159>>. Fecha de acceso: 11 Jun. 2020.

PEREIRA, Miguel M. Do parties respond strategically to opinion polls? Evidence from campaign statements. *Electoral Studies*, v. 59, p. 78-86, 2019.

_____. *As eleições presidenciais através das sondagens*, 12 Jan. 2016. Recuperado de: <<https://miguelmpereira.com/2016/01/12/as-eleicoes-presidenciais-atraves-das-sondagens/>>. Fecha de acceso: 08 Jun. 2020.

POLKINGHORNE, Donald E. *Narrative knowing and the human sciences*. Albany (NY): State University of New York Press, 1988.

POLLETTA, Francesca. *It was like a fever*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 2006.

SHANAHAN, Elizabeth A., MCBETH, Mark K. y HATHAWAY, Paul. L. Narrative policy framework: the influence of media policy narratives on public opinion. *Politics & Policy*, v. 39, n. 3, p. 373-400, 2011.

SIMORANGKIR, Deborah N.; PAMUNGKAS, Sigit. Strategic political communication through storytelling: A case study of the “Democreative Tales of Jokowi’s Blusukan” comics. *Public Relations Journal (Special Issue)*, p. 1-22, 2017.

STONE, Deborah. *Policy paradox: the art of political decision making*. New York: WW. Norton, 2002.

SHIV, Baba; HUBER, Joel. The impact of anticipating satisfaction on consumer choice. *Journal of Consumer Research*, v. 27, n. 2, p. 202-216, 2000.

SWERTS, Thomas. Gaining a voice: storytelling and undocumented youth activism in Chicago. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 20, n. 3, p. 345-360, 2015.

TEDDLIE, Charles; TASHAKKORI, Abbas. *Foundations of mixed methods research*. Los Angeles (CA): Sage, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *Literatura y significación*. Barcelona (ES): Planeta, 1963.

VROMEN, Ariadne; COLEMAN, William. Online campaigning organizations and storytelling strategies: GetUp! in Australia. *Policy & Internet*, v. 5, n. 1, 76-100, 2013.

WOLF, Larissa. *The use of rhetorical devices in selected speeches by Hillary Clinton and Donald Trump during the electoral campaign 2016*. Disertación de Máster, Universidad de Viena, 2017.



Rastreando ensamblajes y controversias en un ecosistema de innovación educativa

Recibido: 10.04.20
Aprovado: 19.06.20

Nicolás Aguilar-Forero*
& Gary Cifuentes**

Resumen: Aunque los ecosistemas de innovación educativa se vienen promoviendo a nivel global, se desconocen sus efectos y configuraciones en contextos específicos. El presente artículo expone los resultados de un estudio que buscó comprender cómo se configura el Ecosistema de Innovación Educativa de la Ciudad de Bogotá, Colombia, a través del análisis de algunos de sus nodos (ensamblajes) y controversias. La investigación se basó en un estudio de caso comparado y se soportó teórica y epistemológicamente en la sociología de la traducción, más conocida como teoría del actor-red. Entre los hallazgos se identificó la fragilidad de la idea de ecosistema cuando no se consideran ciertas condiciones (como la disponibilidad de tiempo de los docentes o sus concepciones sobre la innovación con TIC) y ciertos actores clave, como los directivos de las instituciones educativas, que son fundamentales para conectar nodos en un ecosistema de innovación. Los hallazgos son relevantes para el campo de las ciencias sociales y en especial para aquellos interesados en la sociología de la educación.

Palabras clave: Ensamblajes. Controversias. Innovación educativa. Ecosistema de innovación. Teoría del actor-red.

Tracing assemblages and controversies in an ecosystem for educational innovation

Abstract: Although educational innovation ecosystems are currently promoted globally, little is yet known about their effects and configurations in specific contexts. This article presents the results of a study that sought to understand how the Educational Innovation Ecosystem in Bogotá (Colombia) is configured, by carrying out analysis of its nodes (assemblages) and controversies. The study draws on a comparative case study, supported theoretically and epistemologically in the sociology of translation, better known as actor-network theory. The findings show the fragility of the notion of an ecosystem when certain conditions (such as the availability of teachers' time or their conceptions of innovation with ICT) and certain key actors (such as school principals), essential in connecting the nodes of an innovation ecosystem, are not taken into account. The findings are relevant to the field of social sciences and especially to those interested in the sociology of education.

Keywords: Assemblages Controversies. Educational innovation. Ecosystems for innovation. Actor network theory.

* 1 Nicolás Aguilar-Forero es doctor en ciencias sociales, niñez y juventud del Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud (Universidad de Manizales-Cinde, Colombia). Profesor del Departamento de Lenguas y Cultura de la Universidad de los Andes, Bogotá, Colombia. Orcid: 0000-0002-9181-0281. <nj.aguilar1902@uniandes.edu.co>.

** Gary Cifuentes es doctor en human centered communication and informatics de la Universidad de Aalborg, Dinamarca. Profesor asociado e investigador de la Facultad de Educación en la Universidad de los Andes, Bogotá, Colombia. Orcid: 0000-0002-0778-0658. <gcifuent@uniandes.edu.co>.

Introducción

Los ecosistemas de innovación educativa se están promoviendo a nivel internacional con la intención de impulsar la transformación educativa y, por extensión, el mejoramiento de la calidad de la educación. Se trata de una apuesta por conectar diversos actores, lugares (físicos y virtuales) y oportunidades de aprendizaje que, si bien reconocen las necesidades locales y contextuales de los estudiantes, cada vez interactúan más con recursos, plataformas y entidades globales: de allí su naturaleza glocal. Como lo señala *Global Education Futures* (2017: 32) estos ecosistemas se pueden definir como “una red de espacios educativos que ofrece una variedad de experiencias educativas a estudiantes a lo largo del ciclo de vida de aprendizaje”.

Tales ecosistemas crecen de la mano de universidades, instituciones públicas y emprendedores privados que han generado diferentes iniciativas en especial en Chicago (Estados Unidos), Cataluña (España), Gales (Reino Unido), British Columbia (Canadá), Viena (Austria), Shenzhen (China), San Petesburgo (Rusia), entre otros (*Global Education Futures*, 2017). América Latina no ha estado al margen de esta tendencia y países como Brasil hoy son posicionados como el principal ecosistema de innovación educativa de la región:

Brasil es el reino de la innovación educativa en América Latina. En ningún otro país hay tantas, tan diversas y tan disruptivas experiencias en marcha como en el coloso de 200 millones de habitantes (Banco Interamericano de Desarrollo, 2019: 1).

En Colombia, por su parte, la intención de crear este tipo de ecosistemas también ha sido evidente en los últimos años. En la capital colombiana, por ejemplo, el Plan Sectorial de Educación 2016-2020 se soportó en una *Política Pública para la Formación de Docentes y Directivos Docentes* en la que la configuración de un *Ecosistema de Innovación Educativa* ocupó un lugar central. Como parte de dicho ecosistema se pusieron en funcionamiento cuatro Centros de Innovación (CI) orientados a la formación docente y a la generación de iniciativas de transformación e innovación educativa. Si bien cada uno de estos centros tiene un énfasis particular, todos giran en torno al maestro, el cual es concebido como el corazón del ecosistema de innovación educativa de la ciudad.

El primer CI se inauguró en Bogotá en diciembre de 2017 y se denomina Laboratorio Vivo. Este CI se basa en el desarrollo e incubación de proyectos de innovación basados en metodologías de *Design Thinking*. El segundo CI, denominado Saber Digital, inició sus actividades en mayo de 2018 con el propósito de fomentar la crea-

tividad de los docentes y fortalecer sus capacidades de innovación incorporando Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) en sus estrategias pedagógicas. El tercer CI es un Centro Móvil de Innovación Educativa (CMIE), escenario itinerante que desde 2017 recorre la ciudad fomentando prácticas de innovación en las instituciones educativas a las que llega. El último CI, que inició actividades en mayo de 2019, se denomina Ciudad Maestra y está orientado a promover la investigación en los campos de la educación y la pedagogía.

En tal contexto, el objetivo de este trabajo es mostrar los resultados de un estudio en el que se buscó rastrear los ensamblajes (redes de actores y relaciones) y las controversias que emergen en dicho ecosistema de innovación educativa de Bogotá. El estudio se apoyó en la teoría del actor red y partió de la identificación de un problema de investigación: la política pública de formación docente en Bogotá y el ecosistema mismo que esta promueve se presentan como una “caja negra” (Albornoz, Bustamante y Jiménez, 2012) que es necesario abrir, pues hasta el momento no existen estudios que hayan indagado acerca de su configuración, posibilidades y tensiones.

Cabe destacar que distintos estudios han analizado entornos educativos desde enfoques cercanos al del presente estudio y han evidenciado cómo ciertos elementos que usualmente son abordados desde la sociología de la educación (docentes, estudiantes, conocimientos, currículos, colegios, políticas, tecnologías, etc.) pueden ser concebidos como ensamblajes de entidades heterogéneas que ordenan, producen y configuran ciertas prácticas pedagógicas (Albornoz, Bustamante & Jiménez, 2012; Fenwick & Edwards, 2012; Fenwick, Edwards & Sawchuk, 2011). El estudio de Nespor (2012), por ejemplo, basado en dos casos de innovación educativa mediada por artefactos tecnológicos, concluye que estos no deben concebirse como productos específicos sino como proyectos que se hacen y se abandonan; en otras palabras, procesos contingentes y reversibles en lugar de trayectorias lineales de creación e innovación.

En una línea similar, el estudio de Albornoz, Bustamante y Jiménez (2012) analiza el proyecto QuitoEduca.Net, propuesta que se puso en marcha para mejorar la educación en las instituciones educativas públicas de Ecuador, a través del ingreso de la tecnología en las aulas. Esta investigación evidencia que a pesar de la configuración de una red de actores humanos y no humanos que hicieron posible la integración de computadores en las escuelas (Gobierno, Microsoft, docentes, estudiantes, familias, dotación tecnológica, software etc.), se presentaron toda clase de dificultades, entre las que se destacan la ausencia de estrategias para el uso y apropiación de los equipos, la insuficiente capacitación dirigida a los profesores y la necesidad

de ajustar los currículos y la infraestructura de las escuelas para contar, por ejemplo, con acceso a Internet. De esta forma, el estudio muestra las limitaciones en la ejecución de este tipo de políticas de incorporación de tecnologías en las aulas que no superan cierto “determinismo tecnológico” y que en ocasiones se reducen a la entrega de computadores.

Pese a las contribuciones de estos estudios y a los aportes de trabajos recientes sobre formación docente, innovación y TIC (Tejada Fernández y Pozos Pérez, 2018; Sefo et al. 2017), resulta necesario analizar el ecosistema de innovación educativa de la ciudad de Bogotá para comprender los ensamblajes y controversias concretas que en este se desarrollan. Asimismo, analizar las características de dicho ecosistema permite trazar un punto de referencia para el análisis de configuraciones similares en otros contextos locales.

La pregunta de investigación que orientó el estudio fue la siguiente: ¿Cómo se configura el ecosistema de innovación educativa de la ciudad de Bogotá? Esta pregunta se desagrega en dos objetivos: 1) comprender el ensamblaje de prácticas, actores y relaciones que están configurando el ecosistema de innovación educativa de la ciudad de Bogotá, a partir del análisis de dos escenarios educativos: el Centro Móvil de Innovación Educativa (CMIE) y una Institución Educativa Distrital (en adelante IED); 2) mapear las controversias que emergen en dichos escenarios. Aunque se trata de escenarios histórica y geográficamente situados, es relevante abordarlos, pues constituyen nodos significativos del ecosistema y las controversias que en estos emergen pueden ser identificables en espacios similares en otros países o contextos.

Perspectiva de análisis: una aproximación sociomaterial

En este estudio se asumió una perspectiva sociomaterial, la cual implica modificar el lugar pasivo, neutral y apolítico otorgado a los objetos y las tecnologías, sin caer en una concepción determinista que asuma que estos construyen, “impactan” o transforman de manera mecánica los mundos humanos. Se trata, en cambio, de incorporar en el análisis una mirada relacional en la que lo material es constitutivo de lo social y no solo parte del “contexto o trasfondo” de las prácticas sociales (de Souza, 2019; Boellstorff, 2016; Bolldén, 2015; Law, 2009, Latour, 2008; Pickering, 2001).

Como explica Knorr-Cetina (2001) los sujetos y los objetos no son, *per se*, entidades distintas en términos ontológicos, sino que *son-en-relación*, es decir, su existencia depende de las relaciones que les anteceden y les otorgan sentido. Desde esta

perspectiva la agencia de los actores no viene dada de antemano ni corresponde a formas de comportamiento gobernadas por reglas, rutinas o habilidades individuales y exclusivamente humanas (Hultin, 2019; Knorr-Cetina, 2001; Schatzki, 2001; Tronsmo & Nerland, 2018). Por el contrario, se trata de dinámicas relacionales en las que la asociación de ciertos sujetos y objetos en un ensamblaje específico genera la “capacidad de actuar y otorgar significado a una acción” (Nespor, 2012: 2).

Entre las distintas aproximaciones sociomateriales esta investigación se inspira en la sociología de la traducción, más conocida como teoría del actor-red (en adelante ANT por su sigla en inglés), la cual encuentra sus raíces en los trabajos pioneros de Callon (1986), Law (1986) y Latour (1988) y cuenta ya con importantes contribuciones al campo educativo (Bolldén, 2015; Albornoz, Bustamante & Jiménez, 2012; Fenwick & Edwards, 2012; Fenwick, Edwards & Sawchuk, 2011). Es necesario precisar que, en lugar de una teoría que trata de explicar por qué suceden ciertas cosas, ANT puede concebirse como un conjunto de herramientas analíticas orientadas a observar, describir y registrar cómo actores diversos se ensamblan o no se ensamblan en ciertos casos particulares. Se trata de un enfoque en el que convergen consideraciones epistemológicas y ontológicas, así como métodos de análisis a través de las cuales se abordan los mundos sociotécnicos no como realidades dadas y estables sino como el efecto de una red de relaciones provisionales, cambiantes y específicas (Law, 2009).

Esta perspectiva resulta relevante para el presente estudio debido a que en Colombia y en particular de Bogotá, desde hace varios años se ha utilizado la metáfora de la red o el ecosistema para posicionar ciertos procesos educativos, pero sin hacer suficiente énfasis, como sí se hace desde la teoría del actor-red, en las prácticas concretas que permiten dar cuenta de la articulación o no de los nodos de la red. En otros términos, se tiende a asumir de antemano la existencia de “la red”, e incluso a utilizar de manera acrítica y celebratoria aquellos términos (red y ecosistema) que terminan reducidos a “palabras de moda”. Frente a esto, la teoría del actor-red invita a orientar la mirada hacia las prácticas específicas a través de las cuales ciertos actores se ensamblan y ciertos discursos, conceptos e ideas adquieren existencia (Law, 2009; Mulcahy, 2012). Asimismo, esta perspectiva permite abordar la innovación educativa no como una “cuestión de hecho”, es decir, como un proceso esencialmente positivo y ajeno a toda disputa (como tiende a enunciarse desde la política educativa), sino como una “cuestión de interés”, esto es, como un proceso atravesado por múltiples controversias (Latour, 2008).

Para efectos de este estudio se comprenden los ensamblajes como configuraciones de actores y relaciones localizadas, provisionales, productivas y heterogéneas

(Law, 2009); y las controversias, como asuntos o situaciones en las que discrepan los actores (Latour, 2012, Venturini, 2010). Como explica Venturini (2010; 2011) un asunto, tema o situación es una controversia en la medida en que no esté estabilizada o cerrada como una “caja negra”, lo cual no significa necesariamente que exista un conflicto “feroz” en torno a esta. Las controversias tienen además varias características:

- i.* envuelven actores heterogéneos (los elementos naturales o los artefactos tecnológicos también inciden en ellas);
- ii.* despliegan lo social en su forma más dinámica (evidencian negociaciones, alianzas o rupturas entre actores);
- iii.* no se dejan reducir a cuestiones simples o variables resumidas;
- iv.* siempre son discutibles y están abiertas a nuevas disputas;
- v.* implican cierta distribución de poder entre los actores involucrados, así como visiones de mundo que agencian múltiples posiciones y enunciados en movimiento.

Diseño metodológico

ANT se ha operacionalizado empíricamente por medio de distintos diseños, tales como estudios de caso o abordajes etnográficos multisituados (Marcus, 2001) en los que se “conectan datos a través de diferentes tiempos y espacios geográficos en lugar de enfocar [el análisis] en contextos locales delimitados” (Hamilton, 2012: 43). No obstante, en la presente investigación se optó por un estudio de caso comparado (ECC) de tipo heterogéneo (Barlett & Vavrus, 2017) cuyo propósito es comprender cómo un mismo fenómeno, en este caso el ecosistema de innovación educativa de Bogotá se despliega en locaciones diversas. A diferencia de un ECC de tipo homogéneo en el que las entidades analizadas tienen un rol o posición similar (como distintas aulas de clase de una misma institución educativa), con el ECC de tipo heterogéneo se busca trazar el fenómeno objeto de análisis a través de escenarios que no son necesariamente equivalentes. Como explican Barlett y Vavrus (2017), estos escenarios no son espacios cerrados y con límites claramente delimitados, sino locaciones que pueden estar conectadas de múltiples y complejas maneras.

Para responder la pregunta de investigación se seleccionaron ciertos escenarios que permitieran rastrear las prácticas, las asociaciones entre actores y las controversias relacionadas con el ecosistema de innovación educativa de Bogotá. Para

ello se siguieron las pistas metodológicas de la teoría del actor-red y se optó por seguir las huellas que los actores han dejado en su actividad (Latour, 2008). En este sentido, gracias a una revisión documental preliminar y en especial a las noticias disponibles en la página web de la Secretaría de Educación del Distrito (SED), se identificaron los dos escenarios que serían especialmente relevantes para los propósitos del estudio:

- i.* el CMIE, cuya finalidad es divulgar la oferta educativa del ecosistema y conectar sus distintos nodos (los demás centros de innovación);
- ii.* una IED de carácter público reconocida a nivel local y nacional por su alta dotación tecnológica, y por tener una trayectoria amplia en la integración de TIC para apoyar procesos educativos.

Cabe destacar que en Colombia la educación pública es regulada de forma descentralizada por parte de las entidades territoriales. En el caso de la ciudad de Bogotá, la educación pública atiende a una población en edad escolar de 1.452.675 niños, niñas y jóvenes en 20 localidades que componen el Distrito Capital. Para dar una idea del alcance que tiene la educación pública, vale la pena mencionar que para 2018 el 95% de los cupos que ofreció el Distrito eran administrados por la SED, en comparación con otro tipo de oferta (administración contratada, por ejemplo). Ahora bien, para este mismo año, el 88.9% de los niños, niñas y jóvenes pertenecían a los estratos 1, 2 y 3 (que en Colombia equivalen al sector socioeconómico bajo y medio-bajo), siendo el estrato 2 el que agrupaba el 50% de dicho porcentaje (SED, 2018a).

La IED seleccionada para este estudio hace parte de una localidad que es central geográficamente hablando, Chapinero, la cual no es una de las más pobres ni periféricas de la capital, y por ello mismo es receptora de toda la oferta pública en servicios y dotación tecnológica. Este colegio cuenta con tres sedes (locaciones donde se ubican los niveles de primaria y secundaria) y ofrece el servicio educativo a niños, niñas y jóvenes de entre 5 y 17 años en jornada única. La investigación se ubicó en la sede de secundaria, que cuenta con mayores condiciones de infraestructura y dotación de servicios si se le compara con las dos sedes de primaria, una de las cuales se ubica en una zona montañosa y de difícil acceso de la ciudad. Los estudiantes de la sede de secundaria, más hombres que mujeres, en su mayoría se sitúan en el estrato 2, se reconocen como “mestizos” (sin pertenencia étnica) y cuentan con padres que se desempeñan en actividades inestables de trabajo informal que les exigen permanecer fuera del hogar durante largas jornadas, lo cual incide en los bajos niveles de comunicación, afecto e incluso violencias cotidianas a las que se encuentran expuestos los niños, niñas y jóvenes de la institución.

En los dos escenarios específicos de estudio que fueron concebidos como casos, el CMIE y la IED seleccionada, se enfocó la atención en una única unidad de análisis: las prácticas de innovación educativa de los docentes, con énfasis en las prácticas de 6 docentes de distintas áreas: ciencias sociales (2), ciencias naturales (2), matemáticas (1) y artes (1). Estas prácticas articulan actores heterogéneos, condiciones sociomateriales, concepciones y controversias que fueron rastreadas y analizadas. En términos de Yin (2014) la unidad de análisis es el elemento donde se enfoca la recolección de información, y hace referencia al “qué” se va a investigar en el caso seleccionado para el estudio. En este sentido, a diferencia de un estudio de caso integrado en el que dentro de un mismo caso se presta atención a subunidades de análisis, el presente estudio responde más a lo que Yin (2014) denomina estudio de caso holístico, en el que se busca recolectar datos de la naturaleza global de un fenómeno y se centra la investigación en una sola unidad de análisis en cada caso.

Para la recolección de información se implementaron distintas técnicas de investigación cualitativa, alineadas con los dos objetivos propuestos. En total se realizaron, a lo largo de 2018, 12 entrevistas semiestructuradas, 4 con funcionarios del CMIE, 6 con docentes y 2 con directivos de la IED seleccionada. También se realizaron 20 sesiones de observación no participante, 10 en el CMIE y 10 en la IED, con una duración promedio de una hora por observación. En el caso de la IED las observaciones se realizaron en las clases de ciencias sociales, ciencias naturales, matemáticas y artes. Por último, se levantó un registro fotográfico que permitió elaborar una cartografía de cada escenario.

Las entrevistas fueron grabadas y transcritas en su totalidad, mientras las observaciones se registraron en un formato de observación previamente diseñado. La información recolectada fue procesada y codificada en NVivo, software para análisis de datos cualitativos. El registro fotográfico también fue codificado en este software y derivó en un análisis denotativo y connotativo de las imágenes. Si bien el estudio arrojó ocho códigos relativos a las prácticas y controversias que se identificaron en relación con la innovación educativa en el ecosistema distrital, para efectos del presente artículo se enfoca el análisis en dos de los códigos generados en el análisis de los datos, por ser los que más aportan evidencia para abordar la pregunta de investigación. A continuación, se presenta la definición operacional de los dos códigos o categorías en los que se profundiza:

▫ *Condiciones sociomateriales para innovar.* Hace referencia a la discusión acerca de cuáles son las condiciones sociales o materiales que favorecen o limitan las prácticas de innovación educativa en un ecosistema, en este caso en el de la ciudad de Bogotá. Incluye el debate

acerca de si la innovación educativa pasa por la integración y uso de tecnologías o, por el contrario, depende de otros factores como la actitud, motivación, creatividad o formación de los docentes.

▫ La segunda categoría, concebida como controversia, se denomina *Puntos de paso obligados* (noción tomada de Callon, 1986 y Venturini, 2010). Tiene que ver con la discusión acerca de cuáles son los actores indispensables para facilitar o promover las prácticas de innovación educativa en un ecosistema de innovación.

Con respecto a las limitaciones del presente trabajo cabe destacar que, al tratarse de un estudio de caso, sus resultados no son generalizables a otros contextos. Como lo afirmó uno de los referentes de este tipo de aproximación (Yin, 2014) el objetivo principal del estudio de caso es expandir y generalizar teorías (generalización analítica), sin buscar frecuencias en el fenómeno investigado (generalización estadística). Por lo tanto, con esta estrategia de investigación, que tiende a seguir una lógica analítica deductiva, se pueden generalizar las proposiciones teóricas al caso particular del estudio, pero no a poblaciones y universos. Ello no significa que los resultados y análisis que se exponen a continuación no sean relevantes para otros contextos, en especial latinoamericanos, que comparten características sociales y condiciones institucionales como las que aquí se analizan y problematizan.

Resultados: ensamblajes y controversias en el ecosistema de innovación

Uno de los componentes centrales de la Política Pública para la Formación de Docentes y Directivos Docentes de Bogotá es el Ecosistema Distrital de Innovación Educativa, el cual se concibe “como una comunidad compuesta por actores y escenarios que generan entre sí y el entorno una red de interacciones” (SED, 2018b: 22). Esta red consta de tres rasgos que fueron identificados: 1) hay alianzas entre instituciones públicas y empresas privadas nacionales que impulsan los centros de innovación; 2) se proyecta establecer conexiones con corporaciones internacionales (ej. Microsoft); 3) se diseñan estrategias virtuales o móviles que operan como “conectores” de los distintos nodos de la red. Para el caso del ecosistema de Bogotá este rol lo desempeña el CMIE, cuya función de conexión la explicó una de sus funcionarias apelando a una metáfora:

Yo lo llamo la agujita, es la aguja que pasa tejiendo todo el ecosistema. Es decir, ¿qué va a hacer este año el centro móvil? Divulgar la oferta del ecosistema y ayudar a ese tejido. Conectar a

los maestros, porque es que un ecosistema se trata de eso, tejer, tejer, tejer, para que funcione (Entrevista funcionaria 1 – CMIE).

El CMIE es una estrategia territorial con la que se espera fortalecer el intercambio de saberes y prácticas innovadoras entre docentes de Bogotá, y propiciar una “cultura de innovación” a partir de la creación de nodos locales de docentes innovadores:

se desea que los maestros que hagan parte de este proyecto impulsen, motiven y “contagien” a otros para que se vinculen a la innovación. Con estos trabajos de base, se tiene la idea de construir un grupo pionero en cada colegio para impulsar la innovación desde lo local (Entrevista funcionario 2 – CMIE).

El CMIE está configurado por dos carpas externas en las que se trabajan temas de confianza creativa y pensamiento de diseño (Design Thinking), y un espacio central conocido como Laboratorio 0.



En este espacio, ubicado en la parte trasera de un camión, se encuentran 12 sillas, un computador, un dispositivo de realidad virtual y un tablero interactivo que genera una experiencia de realidad aumentada a través de tres

tabletas que escanean información y proyectan fotos, textos y videos de instituciones educativas en las que trabajó el CMIE en 2017.

Durante las visitas del CMIE a los colegios se realizan actividades con grupos de entre 3 y 12 docentes. En el Laboratorio 0, por ejemplo, la actividad dura entre 20 y 40 minutos y es dinamizada por un funcionario mediador, quien hace una presentación general del ecosistema de innovación educativa, luego pide a los docentes que se organicen en grupos, que representen su colegio con fichas de lego y que identifiquen “aceleradores y bloques” de la innovación educativa en su institución. La experiencia en el Laboratorio 0 no depende enteramente del rol del funcionario mediador, pues la agencia de otros actores y las controversias emergentes también inciden en el ensamblaje. A continuación, se profundiza en las controversias identificadas.

Controversia 1: condiciones sociomateriales para innovar

Para algunos actores del ecosistema la innovación educativa pasa en especial por la disposición, interés o motivación de los maestros y maestras, mucho más que por elementos materiales como la disponibilidad o no de TIC. Esta posición es evidente en el CMIE, en el que se trabaja con los docentes temas de *confianza creativa* y se promueve una suerte de ‘coaching psicológico’ para impulsar la creatividad, la confianza y la motivación personal de los docentes, a través de actividades en las que no se utilizan tecnologías digitales (pese a la alta dotación tecnológica del espacio), sino otras mediaciones: velas, tarjetas de colores, marcadores, entre otras.

Dicho énfasis se enmarca además en la metodología de innovación conocida como Pensamiento de Diseño (*Design Thinking*). Así, para los funcionarios del CMIE, una innovación educativa además de ser “deseable, técnicamente factible y económicamente viable”, debe seguir una serie de momentos o pasos secuenciales: definir, idear, prototipar, testear. Este enfoque, que nace en Stanford y en sus inicios fue liderado por David Kelley (empresario, diseñador e ingeniero norteamericano) soporta toda la estrategia del CMIE y es un referente especialmente fuerte en el Laboratorio 0 y en la carpa de confianza creativa denominada Laboratorio 1 (Entrevista funcionaria 3 – CMIE). La segunda carpa externa conocida como Laboratorio 2, por su parte, se inspira en una propuesta del Instituto Tecnológico de Monterrey: El Termómetro de la Innovación. El propósito de este espacio es que los docentes sitúen sus instituciones educativas en alguna de las cuatro etapas de dicho termómetro: mejora continua, innovación incremental, innovación revolucionaria e innovación disruptiva.

Algo común a ambos enfoques, el de Kelley y el del Tecnológico de Monterrey, es la concepción de la innovación educativa como un proceso que tiene una serie de etapas definidas de antemano y que puede tener un punto de llegada: en este caso la “instalación” de la cultura de la innovación en las instituciones educativas. Esta visión de la innovación educativa como un proceso en cierta medida lineal y externo -pues surge por fuera de las instituciones educativas y luego irradia en ellas



como resultado de una serie de pasos predeterminados- contrasta con la visión que algunos docentes tienen de esta como proceso complejo y atado a múltiples condicionamientos institucionales. En efecto, para algunos docentes con los que se interactuó en este estudio la innovación educativa no depende de la integración de TIC, pero tampoco de la “buena voluntad” de los docentes ni de “recetas externas” o procesos lineales.

Por el contrario, destacan la importancia de ciertos factores institucionales y sociomateriales que en ocasiones hacen que las prácticas innovadoras no prosperen, se estancan e incluso retrocedan: muchos compromisos institucionales y falta de tiempo; muchos estudiantes en cada clase y con características muy diversas (incluida población en situación de discapacidad o con contextos familiares y socioeconómicos complejos); desarticulación entre áreas y disciplinas; falta de equipos, recursos y conectividad; condiciones salariales y de salud adversas para los docentes; espacios muy rígidos, encerrados y poco favorables a la conversación y el intercambio, entre otros.

En especial el primer punto, muchos compromisos institucionales, se identificó en varios de los colegios que visitó el CMIE en 2018, pues durante las sesiones los docentes se retiraban con frecuencia debido a que debían resolver otros asuntos de la cotidianidad del colegio. También era común que estuvieran muy pendientes de la hora y que presionaran para que terminaran pronto las actividades, debido a que siempre tenían poco tiempo y “muchas otras cosas por hacer”. En este sentido, la poca disponibilidad de tiempo que tienen los docentes para diseñar, implementar o evaluar una innovación, e incluso para participar en espacios como el CMIE que promueven las prácticas de innovación educativa, resulta ser una condición fundamental que se debe considerar al momento de impulsar los ecosistemas de innovación.

Lo anterior desplaza la centralidad de las tecnologías y ubica la discusión en otro plano, pues lograr que los docentes tengan más tiempos y espacios para innovar y para apoyar la construcción de ecosistemas de innovación depende de la imaginación pedagógica de los directivos y tomadores de decisiones a nivel de la política educativa, desde donde se puede promover la flexibilidad curricular y la innovación en la asignación de tiempos, funciones y responsabilidades de los docentes.

Otro ejemplo que aporta a dicho desplazamiento del determinismo tecnológico (en el que pueden caer los ecosistemas de innovación) tiene que ver con ciertas condiciones sociomateriales que se pudieron observar en la IED en la que se realizó el estudio. Esta IED cuenta con una rica dotación tecnológica debido a que ha sido beneficiaria de múltiples estrategias locales, distritales y nacionales orientadas a la

integración de TIC en las aulas. Cada salón de la sede en la que se trabajó cuenta con un TOMI (tablero óptico de mando integral), video beam, audio y una CPU. Adicionalmente la sede cuenta con dos salas especializadas: una de informática y otra denominada Sala de Innovación Educativa. Cada sala también consta de un TOMI, de 20 computadores portátiles, tabletas y mesas con integración de toma corrientes.

A pesar de la rica dotación de tecnología instalada, en 2016 el coordinador académico del colegio identificó que esta era muy poco utilizada y que la dificultad más grande tenía que ver con la no disponibilidad de wifi, motivo por el cual se



empeñó en garantizar esta disponibilidad y en hacer que la conexión de wifi fuera óptima y veloz. Sin embargo, al igual que para los funcionarios del CMIE, para otros docentes de esta IED la innovación pasa por lugares distintos que no implican la integración de TIC o el acceso a Internet, como la disposición y apertura al cambio: “La innovación educativa involucra cambiar y hacer cosas distintas. En este orden de ideas, los profesores deben estar dispuestos al cambio” (entrevista profesora de artes, IED).

En el caso de la profesora de artes de este colegio, para quien la innovación no está vinculada a las tecnologías digitales, la conectividad no constituye una mediación central que habilite nuevas prácticas pedagógicas (a diferencia de la posición del coordinador académico), sino una herramienta inestable que falla y que no permite generar confianza ni un verdadero apoyo para integrar las tecnologías digitales a las prácticas de enseñanza. A ello se suma el control que se establece sobre las claves de acceso a wifi. Mientras que para el coordinador académico la conexión de wifi del colegio es muy buena entre otras cosas porque está sectorizada y permite que haya “una red para los chicos, una red para la sala de profesores, otra para administrativos, [...] de manera que no se saturen los puntos de acceso” (entrevista coordinador académico, IED); para algunos estudiantes del colegio la conectividad es limitada debido a que las claves o credenciales de acceso no son compartidas. Lo anterior quedó registrado en una de las observaciones de aula realizadas:

Prendieron los computadores portátiles, pero solo dos se pudieron conectar a la red. Los mayores le preguntaron al profesor de

dónde era la clave de wifi, y él dijo que era de la sala de Innovación. Los más pequeños se quedaron sorprendidos porque no creían que él tuviera la clave de allá, parecía que fuera una especie de templo [el wifi], ya que muy pocos tenían la clave. Le pidieron al profesor que les diera la clave, pero dijo que no. Sin embargo, al final la anotó en un papel y se las dio con la condición de que no se la dieran a nadie más porque si eso pasaba, se darían cuenta y la cambiarían de nuevo (registro de observación 2, 12 de julio de 2018).

Todo lo anterior evidencia lo frágil de las estrategias de integración de tecnologías en las aulas que pueden derivar en casos, como el de la IED analizada, en donde existe una rica dotación tecnológica pero desarticulada de los procesos y prácticas de buena parte de los docentes y estudiantes. Ignorar este tipo de condiciones sociomateriales locales bajo la premisa de “instalar” una cultura de la innovación agenciada desde actores externos, sin duda dificulta la materialización de la idea de un ecosistema de innovación.

Controversia 2: puntos de paso obligados

Desde la política pública de formación docente de Bogotá, los maestros y los directivos docentes son los principales líderes de la transformación educativa y quienes, gracias a su capacidad de innovación, “posibilitan la renovación cultural y pedagógica de los entornos escolares” (SED, 2018b: 37). Los docentes, a su vez, se reconocen a sí mismos como actores centrales en los procesos de cambio educativo, e identifican entre los factores que limitan la innovación educativa en sus colegios ciertos “paradigmas tradicionales” arraigados en su pensamiento, además de prejuicios frente al trabajo interdisciplinario y frente a las posibilidades de cambio e innovación (especialmente con integración de TIC).

En las observaciones realizadas, además de dichos elementos, se identificó que en efecto los docentes son puntos de paso obligado para conectar nodos del ecosistema, pues muchas veces agencian prácticas de innovación educativa y de intercambio de experiencias con diversos actores sin el apoyo de su institución o sin condiciones sociomateriales favorables para innovar. Sin embargo, también se identificó que, en otras ocasiones, pueden bloquear los vínculos potenciales entre actores heterogéneos, como por ejemplo la relación entre sus estudiantes y la dotación tecnológica de su institución.

Al respecto, un hallazgo de especial interés en la forma como se configura el ensamblaje de la innovación educativa en la IED abordada tiene que ver con ciertas

concepciones en pugna con respecto a la responsabilidad económica y jurídica en caso de daño de algún artefacto tecnológico. En este sentido, aunque el colegio goza de una dotación privilegiada, muchos de sus recursos tecnológicos se guardan y no se utilizan debido a que los maestros consideran que los estudiantes los van a dañar, que no los van a cuidar y que, como resultado, los docentes que están a cargo de los equipos deberán responder:

Aquí en el 2016 había muchos equipos y los maestros eran muy tímidos con el uso porque decían “si se rompe, me toca pagarlo; si lo roban, me toca pagarlo...”. Eso es mentira, si yo tengo un portátil y a mí se me cae por accidente, eso tiene una póliza, eso no lo van a cobrar. Entonces toca perder ese temor” (Entrevista coordinador académico, IED).

Sin embargo, para otros docentes la situación es la contraria y la institución sí los hace responder, lo cual lo soportan con hechos previos:

El colegio hace responsable inmediatamente a los docentes. En uno de los cursos donde se perdieron las tabletas no estaba yo, pero igual tuve que responder por esos elementos. Ese es el miedo; el miedo de hacer uso de esos recursos es que uno tenga que hacerse responsable al 100% del inventario y que cuando haya cosas o eventos fortuitos uno tenga que, de todas formas, responder (Entrevista profesor de física, IED).

No es nuestro interés confirmar la veracidad de una u otra postura o resolver la controversia, sino destacar los efectos performativos de dicho “miedo a usar las tecnologías”. En este caso, el efecto fundamental es que los docentes sencillamente no las utilizan, por el “riesgo” que implica ser responsable del inventario y tener que asumir cargas económicas o jurídicas en caso de daños o pérdidas de los equipos. Ante esto, el discurso del uso y apropiación de TIC promovido desde las políticas educativas y de integración de tecnologías en el aula, a nivel nacional e internacional, entra en tensión cuando se centra en incrementar la dotación tecnológica de los colegios, pero desconoce tales situaciones en las que, por temores como los descritos, los docentes pueden bloquear las posibles conexiones entre los estudiantes y las tecnologías digitales de las que goza la institución.

Ahora bien, además de los docentes, que sin duda son puntos de paso obligado para favorecer o limitar procesos de innovación, hay otros actores relevantes que pueden incidir para que una innovación educativa se geste o se prolongue en el tiempo. En primer lugar, en las observaciones realizadas, los docentes destacaron el rol de las políticas educativas. En efecto, más allá de los temas de creatividad,

confianza y motivación personal, para los docentes al pensar la innovación es necesario abordar asuntos sustanciales como la orientación de las políticas educativas a nivel distrital, nacional e internacional, que imponen cómo se debe educar, innovar y evaluar los aprendizajes. No obstante, en la discusión sobre las políticas se identificaron dos puntos en los que los docentes discrepan:

- i.* si hay continuidad en las políticas educativas (algunos dicen que en ciertos puntos sí como el interés por la calidad de la educación y el reconocimiento de los docentes) o por el contrario discontinuidades profundas cada vez que hay un nuevo Gobierno distrital o nacional;
- ii.* si el docente está condicionado por tales políticas educativas o si tiene posibilidades de autonomía y libertad de cátedra.

En segundo lugar, los docentes mencionan a los rectores. Mientras la política pública sitúa a docentes y directivos docentes en un mismo nivel en cuanto a los procesos de innovación, los maestros enfatizan en las relaciones de poder que los sitúan a ellos en un lugar subordinado frente a los rectores. De hecho, identifican que la falta de colaboración por parte de estos es uno de los elementos que “bloquea” sus prácticas de innovación. Así lo señalaron los mismos funcionarios del CMIE:

En uno de los colegios un profe me dijo que las condiciones de su institución son terribles: “esto es como una dictadura, a ese rector no se le puede hablar y esa coordinadora no hace nada. Nosotros aquí no podemos ni respirar, nos revientan en horario, en clases y no tenemos una buena alimentación ¿cómo vamos a innovar así?” [...] otro profe dijo “Yo pasé aquí un proyecto de innovación a la rectora y la respuesta fue no, sin ningún comentario, sin ninguna observación, usted no participa.” Esto lo dejó en shock y desmotivado (Entrevista funcionaria 4 – CMI).

Algo similar se pudo evidenciar cuando “seguimos los actores” (Latour, 2008) y analizamos la conexión entre el CMIE y la IED ya menciona. En junio de 2018 el CMIE visitó esta IED, pero los resultados no fueron los esperados: asistieron solo tres profesores y dos de ellos no pertenecían a la institución. No asistió tampoco ninguno de los profesores del área de ciencias naturales que, según el coordinador académico de la IED, se caracteriza por utilizar de manera innovadora las tecnologías digitales en sus clases. Dicha situación estuvo relacionada con el hecho de que ni el coordinador académico ni la rectora de la institución promovieron la asistencia de los docentes al CMIE. En este sentido, la innovación educativa que promueve el CMIE en instituciones educativas como la estudiada depende del rol de los directivos, los cuales inciden para que los escenarios se conecten o, por el contrario, mantengan vínculos frágiles y porosos.

Discusión y conclusiones

La *Política Pública para la Formación de Docentes y Directivos Docentes en el Distrito Capital* se materializa en el ecosistema de innovación educativa de la ciudad de Bogotá. Este ecosistema busca “impulsar y fortalecer acciones para promover la innovación educativa en los colegios de la ciudad” (SED, 2018b: 22), a través del intercambio de saberes y experiencias de los docentes. También aboga por acercar y conectar a los maestros con cuatro escenarios que propician la innovación, investigación y experimentación pedagógica. Entre estos escenarios se encuentra el CMIE que, a diferencia de los otros centros de innovación, llega a los colegios y a las comunidades educativas en lugar de esperar a que sean estas las que se desplacen al centro de innovación.

En este marco, la presente investigación permitió identificar que dicha política y el ecosistema mismo adquieren sentido y existencia por medio de prácticas concretas que tienen lugar en escenarios educativos como el CMIE o las instituciones educativas a las que este llega. En otras palabras, la política y el ecosistema son producidos por redes sociomateriales en las que personas y objetos se ensamblan (o no se ensamblan) a través de prácticas específicas atravesadas por múltiples posiciones y controversias (Mulcahy, 2012; Nespór, 2012).

La primera de estas controversias tiene que ver con la discusión acerca de las condiciones sociomateriales para innovar y si la innovación educativa implica o no la integración de TIC. Si bien se identificó que para algunos actores del ecosistema y en especial para el coordinador académico de la IED la innovación educativa sí debería pasar por el uso y apropiación de TIC, ello no representa la condición *sine qua non* de las prácticas de innovación educativa en el ecosistema. De hecho, otras condiciones sociomateriales como la disponibilidad de tiempo y las concepciones de los docentes frente al uso de TIC resultan relevantes al momento de promover la configuración de un ecosistema de innovación.

En este sentido, en la IED analizada, la rica dotación tecnológica y su poco uso llevó a los directivos del colegio a emprender un proceso de traducción basado en un actor fundamental: wifi. En la formulación clásica de Michel Callón (1986) la traducción es un proceso en el que se movilizan, desplazan o transforman ciertas entidades humanas o no humanas de tal forma que emerjan nuevas asociaciones e incluso nuevos roles que asumen los actores. En este caso los directivos de la IED al garantizar la disponibilidad de wifi apostaron por articular a los actores (garantizar el uso de la dotación tecnológica por parte de docentes y estudiantes) y por modificar el rol de las tecnologías: de objetos “guardados y desconectados” a mediaciones pedagógicas y motores de la innovación. Sin embargo, la traducción no expresa

una trayectoria lineal o predecible (Law, 2009; Fenweek & Richards, 2012) y, por el contrario, puede fallar debido a que no depende de la intención de un solo actor sino de la agencia de otros actores que, como se observó en la IED, hacen de esta un proceso incierto y conflictivo: los docentes se resisten al uso de TIC porque no consideran que la innovación dependa de las tecnologías, la conectividad es inestable y no permite generar confianza y motivación para integrar las TIC a las prácticas pedagógicas, entre otros.

La segunda controversia giró en torno a cuáles son los puntos de paso obligados para innovar en un ecosistema como el abordado. Frente a ello, pese al intento del CMIE de enfatizar en estrategias de innovación basadas en el enfoque de Design Thinking y en elementos como la creatividad, confianza, motivación personal y formación de los docentes, fue constante el llamado de los maestros para tener en cuenta otro tipo de actores, como las políticas educativas y los rectores, los cuales pueden favorecer o limitar de distintas formas las posibilidades de los docentes para gestar o visibilizar sus prácticas de innovación. Ello se evidenció al analizar la relación entre el CMIE y la IED estudiada, la cual fue frágil entre otras cosas por el poco interés de los directivos de propiciar su articulación.

La relación entre estos dos escenarios se caracterizó por la “pertenencia ambivalente” (Fenweek & Edwards, 2012) del CMIE en esta institución, en la medida en que este se acercó a los actores del colegio e ingresó provisionalmente a sus instalaciones, pero no logró en realidad integrarse o conectarse con las prácticas pedagógicas de los docentes. El efecto de ello fue una reducción de la política pública y de la estrategia territorial del CMIE a una “concepción de la innovación educativa como semilla que cae en el contexto preexistente de la escuela” (Nespor, 2012: 99), pero que está desarticulada de las iniciativas, actores y procesos previos de innovación.

Desde luego, los docentes también son actores clave del ecosistema y a su vez inciden de distintas formas en su configuración. Un punto que llamó especialmente la atención al respecto es la forma como estos, preocupados por la responsabilidad jurídica y económica que piensan que tienen sobre la dotación tecnológica, restringen las conexiones entre otros actores: limitan el acceso de los estudiantes a las tecnologías y asumen cierta “propiedad privada” sobre bienes y espacios públicos que, como las salas especializadas de informática e innovación en la IED, permanecen cerradas con candado y son concebidas como “posesión” de los docentes que están a cargo de la dotación.

A manera de cierre es importante señalar que, en un momento en el que se vienen generalizando los ecosistemas de innovación educativa a nivel global, la idea-con-

cepto de ecosistema deviene frágil y vacía si no se consideran los entramados de prácticas, actores y relaciones en contextos concretos. Para el caso colombiano y quizás para el de otros países de América Latina, repensar ciertas condiciones sociomateriales de las instituciones educativas es necesario para que los ecosistemas de innovación se consoliden. Tales ecosistemas no constituyen realidades dadas o fijas sino proyectos que dependen de la articulación entre actores heterogéneos. Para que dicha articulación sea posible, además de liderazgo y voluntad político-pedagógica por parte de los directivos docentes y de los tomadores de decisiones a nivel local y nacional, se requiere promover en las instituciones educativas una flexibilidad curricular que brinde más espacios y tiempos para que los docentes puedan dialogar, intercambiar experiencias y promover innovaciones educativas.

Para terminar, cabe destacar que se requieren nuevas investigaciones que permitan comprender la configuración situada de los ecosistemas de innovación, esto es, sus características e incluso efectos en contextos específicos. Para ello, aproximaciones sociomateriales como la que se desarrolla en este estudio con base en la teoría del actor-red pueden aportar claves relevantes. Sin embargo, estas aproximaciones no están exentas de limitaciones ya que, por ejemplo, para el caso de este estudio, los ensamblajes acá analizados no corresponden a realidades dadas y ajenas a la controvertida agencia de los autores del presente artículo. La configuración y apariencia de estabilidad de estos ensamblajes son el resultado de su decisión de reunir a ciertos actores a través de sus descripciones y de simplificar espacios complejos y fluidos que muchas veces escapan a cualquier intento de descripción y representación (Fenwick & Edwards, 2012; Latour, 2008; Law 2009).

Referencias

ALBORNOZ, María Belén; BUSTAMANTE, Mónica; JIMÉNEZ, Javier. *Computadores y cajas negras*. Quito: Flacso, 2012.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. Brasil: Ecosistema de innovación educativa. Graduate XXI & Futuro Educativo, 2019. Disponible en: <<https://www.graduatexxi.org/brasil-ecosistema-de-innovacion-educativa/>>.

BARTLETT, Lesley; VAVRUS, Frances. *Rethinking case study research. A comparative approach*. New York: Routledge, 2017.

BOELLSTORFF, Tom. "For whom the ontology turns. Theorizing the digital real. *Current Anthropology*, v. 57, n. 4, p. 387-407, 2016.

BOLLDÉN, Karin. The emergence of online teaching practices: a socio-material analysis. *Learning, Media and Technology*, v. 41, n. 3 , p. 444-462, 2015.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieux Bay. In LAW, J. (Ed.). *Power, action and belief. A new sociology of knowledge?*, p. 196-223. London: Routledge, 1986.

DE SOUZA, José. Desempenhar um papel, causar uma impressão: vetores sociotécnicos no espaço ampliado da publicação independente. *Revista Sociedade e Estado*, v. 34, n. 1, p. 107-128, 2019.

FENWICK, Tara; EDWARDS, Richard. *Researching education through actor-network theory*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

FENWICK, Tara; EDWARDS, Richard; SAWCHUK, Peter. *Emerging approaches to educational research: tracing the sociomaterial*. London: Routledge, 2011.

GLOBAL EDUCATION FUTURES. Ecosistemas educativos para la transformación de la sociedad. *Global Education Futures*, 2018. Disponible en: <lobaledufutures.org/uploads/files/Results/GEF_Report2018_ES.pdf>.

HAMILTON, Mary. Unruly practices: what a sociology of translations can offer to educational policy analysis". In FENWICK, T.; EDWARDS, R. (Eds.). *Researching education through actor-network theory*, p. 40-59. Chichester (UK): Wiley-Blackwell, 2012.

HULTIN, Lotta. On becoming a sociomaterial researcher: Exploring epistemological practices grounded in a relational, performative ontology. *Information and Organization*, v. 29, n. 2, p. 91-104, 2019. Disponible en: <<https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2019.04.004>>.

KNORR-CETINA, Karin. Objectual practice. In: SCHATZKI, T.; KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. (Eds.). *The practice turn in contemporary theory*, p. 184-197. London; New York: Routledge, 2001.

LATOUR, Bruno. *Cogitamus: seis cartas sobre las humanidades científicas*. Buenos Aires: Paidós, 2012.

_____. *Reensamblar lo social. Una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

_____. *The pasteurization of France*. Cambridge (MA): Harvard University Pres, 1988.

LAW, John. Actor network theory and material semiotics. In: TURNER, B. (Ed.). *The New Blackwell Companion to social theory*, p. 141-158. Malden (MA): Blackwell, 2009.

_____. On the methods of long-distance control: vessels, navigation and the Portuguese route to India. In: LAW, J. (Ed.). *Power, action and belief. A new sociology of knowledge?*, p. 234-263. London: Routledge, 1986.

LÓPEZ, Claudia; HEREDIA, Yolanda. Marco de referencia para la evaluación de proyectos de innovación educativa. Guía de aplicación. Monterrey (MX): Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, 2017. Recuperado de: <http://escalai.com/que_escalai/guia_app/>.

MARCUS, George. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.

MULCAHY, Dianne. Assembling the “accomplished” teacher: the performativity and politics of professional teaching standards. In: FENWICK, T.; EDWARDS, R. (Eds.). *Researching education through actor-network theory*, p. 78-97. Chichester (UK): Wiley-Blackwell, 2012.

NESPOR, Jan. Devices and educational change. In: FENWICK, T.; EDWARDS, R. (Eds.). *Researching education through actor-network theory*, p. 1-22. Chichester (UK): Wiley-Blackwell, 2012.

PICKERING, Andrew. Practice and posthumanism: social theory and a history of agency. In: SCHATZKI, T.; KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. (Eds.). *The practice turn in contemporary theory*, p. 172-183. London; New York: Routledge, 2001.

PLAN DE DESARROLLO DE BOGOTÁ. *Plan de desarrollo 2016-2020. Bogotá mejor para todos*. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá, 2016. Recuperado de: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/20160429_proyecto_pdd.pdf>.

PLAN SECTORIAL DE EDUCACIÓN. *Plan Sectorial 2016-2020. Hacia una ciudad educadora*. Bogotá: SED, 2017. Recuperado de: <https://www.educacionbogota.edu.co/archivos/NOTICIAS/2017/Plan_sectorial_2016-2020-.pdf>.

SECRETARÍA DE EDUCATION DEL DISTRITO (SED). BOGOTÁ D.C. *Caracterización del sector educativo año 2018*. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá, 2018a. Recuperado de: <https://www.educacionbogota.edu.co/portal_institucional/sites/default/files/inline-files/0-Caracterizacion_Sector_Educativo_De_Bogotá_2018.pdf>.

_____. *Política pública para la formación de docentes y directivos docentes en el distrito capital: formación docente, reconocimiento e innovación educativa en la ciudad educadora*. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá, 2018b. Recuperado de: <<http://repositorios.educacionbogota.edu.co/jspui/bitstream/123456789/9873/3/FN%20LBR%20Formacion%20Docente%20Innovacion.pdf>>.

SEFO, Kahled; GRANADOS ROMERO, Jesús María; LÁZARO, Marie-Noëlle, FERNÁNDEZ-LARRAGUETA, Susana. La formación del profesorado para un uso innovador de las TIC: un estudio de caso en la educación obligatoria en la provincia de Almería. *Profesorado. Revista de Currículum y Formación del Profesorado*, v. 21, n. 4, p. 241-258, 2017.

TRONSMO, Eli; NERLAND, Monika. Local curriculum development as object construction: A sociomaterial analysis. *Teaching and Teacher Education*, v. 72, n. 1, p. 33-34, 2018. Disponible en: <<https://doi.org/10.1016/j.tate.2018.02.008>>.

SCHATZKI, Theodore. Introduction: practice theory. In: SCHATZKI, T.; KNORR-CECINA, K.; SAVIGNY, E. (Eds.). *The practice turn in contemporary theory*, p. 10-23. London; New York: Routledge, 2001.

TEJADA FERNÁNDEZ, José; POZOS PÉREZ, K. Nuevos escenarios y competencias digitales docentes: hacia la profesionalización docente con TIC. *Profesorado. Revista de Currículum y Formación del profesorado*, v. 22, n. 1, p. 25-51, 2018.

VENTURINI, Tommaso. *Diving in magma. How to explore controversies with Actor-Network Theory*, 2011. Disponible en: <https://medialab.sciencespo.fr/publications/Venturini-Diving_in_Magma.pdf>.

_____. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. *Public Understanding of Science*, v. 21, n. 7, p. 796-812, 2010.

YIN, Robert. *Case study research: Design and methods*. 5th ed. Thousand Oaks (CA): Sage, 2014.



Graciliano Ramos e a roda de Maceió*

Recebido: 13.11.19
Aprovado: 28.09.20

Wellington Pascoal de Mendonça**

Resumo: Entre as décadas de 1930 e 1940, a inserção e permanência dos escritores em posições vantajosas no incipiente campo literário brasileiro demandava o cumprimento de uma série de exigências, como conseguir editores e avaliações positivas da crítica. Este artigo, ao combinar a análise de correspondências, entrevistas, biografias e críticas literárias, trata dos expedientes que os escritores poderiam mobilizar ao se lançarem na vida literária. Nesse sentido, recupero a trajetória de Graciliano Ramos, sobretudo suas relações com a roda de Maceió – amizade, sociabilidade literária, solidariedade e interesse também – a fim de evidenciar como o escritor valeu-se desse cabedal de relações sociais para levar adiante sua carreira.

Palavras-chave: Graciliano Ramos. Roda de Maceió. Literatura brasileira. Campo literário. Sociologia da cultura.

Graciliano Ramos and the group of intellectuals of Maceió

Abstract: Between the 1930s and 1940s, the insertion as well as the permanence of writers in advantageous positions in the incipient Brazilian literary field demanded the performing of a series of requirements, such as getting editors and positive reviews of the critic. This article, combining the analysis of correspondence, interviews, biographies and literary criticism, deals with the expedients that writers could mobilize in launching themselves into literary life. In this sense, I recover the trajectory of Graciliano Ramos, especially his relations with the group of intellectuals of Maceió - friendships, literary sociability, solidarity as well interests - in order to show how the writer used this arrange of social relations to carry on his career.

Keywords: Graciliano Ramos. Group of intellectuals of Maceió. Brazilian literature. Literary field. Sociology of culture.

Instâncias de consagração literária e rodas intelectuais

Barreiras quase intransponíveis colocavam-se aos escritores que migravam das regiões periféricas para o centro da produção literária quando não dispunham de um cabedal de relações sociais. Entre o fim do século XIX e o início do XX, o acionamento dessas relações mostrava-se indispensável a uma integração bem-sucedida de migrantes junto às rodas literárias do Rio de Janeiro. O

* Este artigo apresenta alguns resultados da minha pesquisa de mestrado, que contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

** Doutorando em sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), onde realizou o mestrado em sociologia e o bacharelado em ciências sociais, São Paulo, SP, Brasil. Orcid: 0000-0003-2559-2164. <pascoal.mendonca@gmail.com>.

deslocamento era necessário porque as instâncias de consagração – os principais críticos e as editoras, e mesmo a Academia Brasileira de Letras – estavam reunidas na capital do país.

Após a realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, a centralidade da produção deixou de ser uma prerrogativa do Rio de Janeiro, sendo compartilhada com os paulistas, ao menos nos anos de 1920. A década de 1930, na esteira do que ocorrera no decênio anterior, foi marcada por nova revitalização da literatura, e a produção se deslocou por outras regiões do país, criando, assim, polos importantes no Nordeste e no Sul, além de expandir-se no Sudeste (Arruda, 2011). No entanto, ainda que a produção tenha se deslocado por essas regiões, as instâncias de consagração continuavam concentradas no Rio de Janeiro, e a migração ainda era necessária para aqueles que pretendiam ser reconhecidos nacionalmente.

Se nos anos finais do século XIX e iniciais do XX a Academia Brasileira de Letras ocupou um destacado papel para a consagração dos escritores, entre as décadas de 1930 e 1940 os críticos e as editoras figuraram como as principais instâncias legitimadoras. De acordo com Sergio Miceli (2001) e Randal Johnson (1995), num campo literário ainda incipiente, onde um mesmo sujeito exercia, por vezes, as funções de escritor, crítico e editor, o reconhecimento como produtor de literatura legítima – cujas exigências principais não eram comerciais, mas formais e estéticas – era conferido por aquelas instâncias através de sanções positivas que iam paulatinamente emitindo, fossem elas na forma de edição e reedição de livros, ou como artigos favoráveis em jornais e revistas. O acúmulo de ambos no tempo, tomados como recompensas simbólicas, concorria para a eventual consagração, bem entendido, para a inscrição do nome dos escritores no cânone literário.

Nessas disputas, mais uma vez se impuseram com força as rodas intelectuais, que além de darem lastro institucional aos seus integrantes – de conferir a eles o reconhecimento social como escritor, artista etc. –, atuaram no sentido de conseguirem condições vantajosas tanto para a edição dos trabalhos como para a recepção dos mesmos.

A roda de Maceió e a legitimação de Graciliano Ramos

A trajetória de Graciliano Ramos ilustra bem esse estado de coisas. Antes de se firmar como escritor, experimentara uma frustração quando tentou ingressar numa carreira intelectual no Rio de Janeiro entre 1914 e 1915. Percebeu então que sem uma rede de solidariedade provavelmente experimentaria outro fracasso em sua

nova investida. Daí a importância das relações que foi constituindo com membros de uma fração da oligarquia de Alagoas, que lhe arranjaram empregos na administração pública, fazendo-o, inclusive, prefeito de Palmeira dos Índios. Foram esses vínculos que lhe permitiram voltar a Maceió, onde pôde frequentar a roda intelectual que ali se formava na virada dos anos 1920-1930.

Alagoas, entre esses anos, tornou-se um importante centro de produção cultural, sobretudo literária, já que de lá saíram em direção ao Rio de Janeiro a maior parte daqueles que ficariam conhecidos como os romancistas do Nordeste. Este processo, por sua vez, esteve relacionado com a descentralização da produção literária ocorrida nesse segundo momento do movimento modernista. Tendo em vista meus propósitos, a roda de Maceió ganha importância por ter constituído uma rede de sociabilidade e, principalmente, pelo tipo de ação empreendida por seus integrantes no sentido de promoverem-se mutuamente (Sorá, 2010; Silva, 2004).

Graciliano começou a redigir *Caetés* em torno de 1925, concluindo-o em 1930. Até o início dessa década, permaneceu em Palmeira dos Índios, cidade na qual se dividia entre o comércio, as contribuições para um jornal local e os cargos na administração municipal. Em meados de 1930, assediado pelo multifacetado poeta, crítico, editor e empresário Augusto Frederico Schmidt – e por seu secretário, Rômulo de Almeida –, iniciou as conversas para a edição de seu primeiro romance.

Rio, 17/06/1930.

Meu caro Graciliano.

Só hoje obtive resposta à minha carta de 9 de maio. Já estava pensando que V. queria se ver livre dos incômodos de mais uma afeição. Já estaria farto delas...

Hoje lhe mandei, registrada, uma prova em 2 volumes da simpatia do Tristão de Athayde.

Quem me disse que o Álvaro Paes era seu cunhado, foi um outro admirador seu, que atende pelo nome de Arthur Gaspar Vianna.

Quanto à sua obra, já não lhe direi mais nada além disso. V. conta com os dois maiores críticos do Brasil, Tristão e Agripino; V. obterá um êxito formidável.

Fiquei muito satisfeito com a sua resolução no *post scriptum*: “Vou publicar os *Caetés*”.

Estou pronto a lhe prestar a chusma de favores. A Livraria Católica se encarregará, se lhe convém, da distribuição e reclamo do livro. Espero que V. me diga alguma coisa sobre esta sugestão. Eu sou empregado dessa Livraria, da qual é sócio o Schmidt. [...]

1. A biografia do escritor (Moraes, 2012: 73-74) apresenta duas versões sobre o caso. Uma delas, de tom anedótico, diz que Augusto Frederico Schmidt teria lido os relatórios “romanceados” de prestação de contas que Graciliano enviara ao governador de Alagoas, o que o fez suspeitar da possibilidade do então prefeito de Palmeira dos Índios ter alguma coisa de cunho literário. Outra, reputada por seu biógrafo como mais pertinente, alude ao fato de Graciliano ter ficado conhecido no Rio de Janeiro por intermédio de Santa Rosa, que migrara para a capital do país visando a carreira artística. Já a existência de um romance teria sido referida por José Américo de Almeida, daí, então, Schmidt ter feito contato com Graciliano.

2. Quanto às relações entre editores, críticos e escritores alguns elementos devem ser destacados. Um deles refere-se à sociabilidade forjada nas livrarias, caracterizada pela amizade, bem como afinidades ideológicas e estéticas. Outro elemento, derivado desse, é o fato de elas servirem como reduto para grupos diversos de intelectuais. A

Bem, Graciliano, por hoje chega. À sua inteira disposição está o seu amigo de fato.

Rômulo de Almeida

P.S. [...]

Sr. Graciliano Ramos.

Pedi licença ao meu amigo e companheiro de trabalho Rômulo para reforçar o pedido dele Rômulo, para que fique a Livraria aqui depositaria do seu romance Caetés.

Estou absolutamente certo do sucesso do seu livro, me autorizando a pensar assim o capítulo que mandou ao Rômulo. A edição deve ser grande. Quem sabe se o sr. não logrará o êxito, de “A Bagaceira”, por exemplo.

Saudações

A. F. Schmidt (Arquivo IEB-USP, Fundo Graciliano Ramos, Coleção Correspondência Passiva, código do documento GR-CP-058).

Dois aspectos chamam a atenção nessa correspondência. O primeiro é a forma como a negociação estava ocorrendo, pois Graciliano foi procurado pelo editor, que soubera da existência do livro. Isso é curioso porque, à época, os aspirantes a escritores, principalmente aqueles que estavam distantes dos grandes centros, geralmente procuravam os editores e, quase sempre, com uma “carta de recomendação” de algum padrinho¹. O outro diz respeito à maneira incisiva como Rômulo e o próprio Schmidt assediavam Graciliano a fim de torná-lo mais firme em sua decisão de publicar *Caetés*. O secretário da editora refere-se à recepção positiva de dois dos principais críticos da década de 1930, Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) e Agripino Grieco. Schmidt, por sua vez, fala do sucesso daquele que inaugurara a fase dos romances “regionalistas” do Nordeste, José Américo de Almeida, com seu *A bagaceira*².

Outras correspondências foram trocadas por Rômulo e Graciliano, e apesar da insistência do editor, bem como do entusiasmo do escritor, a publicação de *Caetés* foi adiada, provavelmente em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pela editora de Augusto Frederico Schmidt. Em carta remetida a Graciliano em 15 de abril de 1931, Rômulo trata dessa questão e do consequente atraso da edição do livro:

O Schmidt vai lhe mandar os “Caetés” para correção, mas já em provas. Ele vem demorando por causa da crise. De fato, está um buraco o negócio... principalmente de livros (Arquivo IEB-USP, Fundo Graciliano Ramos, Coleção Correspondência Passiva, código do documento GR-CP-063).

Essa situação fez com que o entusiasmo de Graciliano se revertesse em novo desânimo, pois ele já havia passado por um dissabor quando tentara se inserir nos meios literários do Rio de Janeiro em meados do decênio de 1910. Em carta de 25 de abril de 1931 remetida ao seu cunhado, Luís Augusto de Medeiros, Graciliano deixa claro seu descontentamento:

Luís:

Recebi tua carta de 16 e depois recebi também uma tapeação do Rômulo. Como te disse, a história do livro acabou. A coisa é esta: eles imaginaram que aquilo era realmente um romance e começaram a elogiá-lo antes do tempo. Quando viram que se tinham enganado, tiveram acanhamento de desdizer-se. Compreendo perfeitamente a situação deles e, para não entrarmos em dificuldades, não toco mais no assunto (Ramos, 2011: 154).

Como naquela ocasião, e sem negligenciar a situação financeira da Livraria Schmidt Editora, o fato de o escritor ainda não contar com um cabedal de relações vantajosas que pudesse mobilizar a seu favor tornava a publicação do livro mais custosa. Dessa maneira, Graciliano o viu permanecer nas gavetas do editor até que passasse a integrar a roda de Maceió, que se formou no início do decênio de 1930, e funcionava como um grupo de sociabilidade restrita. Na avaliação de Rachel de Queiroz:

Éramos grandes amigos, eu, ele, a mulher dele. A gente se frequentava muito. Nesse período em Maceió, por coincidência, Zé Lins morava lá, engraçado. Ele era fiscal de imposto e consumo e morava lá. E o Aurélio Buarque de Holanda também morava lá, era de lá. Era uma roda de tantos que depois vieram para cá! Então a gente tinha um botequim, um café, um ponto chique de Maceió onde a gente se reunia todas as tardes pra tomar um chopinho, um cafezinho, pra conversar. Depois viemos para cá, Alberto Passos Guimarães; Valdemar Cavalcanti, um político; Aurélio Buarque de Holanda, do dicionário; Graciliano; eu; Zé Lins. Nos reunimos em Maceió nesse período (Sorá, 2010: 147).

Nessa entrevista, Rachel aludiu aos “grandes amigos” Graciliano Ramos e Heloísa de Medeiros Ramos, sua esposa, e aos demais companheiros de roda, José Lins do Rego, Aurélio Buarque de Holanda, Alberto Passos Guimarães e Valdemar Cavalcanti. Ao admitir que o grupo não estava unido apenas por laços de amizade, mas, também, por interesses comuns – relacionados às suas trajetórias sociais e intelectuais –, o depoimento permite caracterizá-lo como um agrupamento cultural³, já que

a roda funcionava no domínio privado de algum membro, em cafés ou em outros espaços públicos, e esparramava uma sociabilidade

Livraria Schimdt Editora, por exemplo, ficou conhecida por reunir o Círculo Católico. A Livraria José Olympio Editora, por sua vez, reuniu grande número de escritores (Hallewell, 2012: 467; 497). Foi nela, inclusive, que a roda de Maceió se reuniu após alguns de seus integrantes – José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e Santa Rosa – migrarem para o Rio de Janeiro (Sorá, 2010).

3. Segundo Raymond Williams (2011: 207-208), os valores e hábitos compartilhados são relevantes para a formação interna do grupo e, além disso, fornecem o elemento de distinção – efeito externo que os fazem se ver como distintos e que poderia fazer com que os outros os enxergassem como um grupo.

sem etiqueta, entre iguais. Nas rodas, os indivíduos sintetizavam formas de identificação estéticas e políticas como grupo, base de distinção de outras rodas locais, regionais e, inclusive, de outros países (Sorá, 2010: 96).

Aspecto importante é a intensidade dos relacionamentos entre os membros do grupo. Num trecho extraído de carta remetida à Heloísa de Medeiros Ramos, de 22 de março de 1935, Graciliano trata da composição de seu terceiro romance – *Angústia* – e, nela, observa-se o vigor de seu convívio social e intelectual com os escritores José Auto e Rachel de Queiroz:

Em seguida retomarei o trabalho interrompido há cinco meses. Julgo que continuarei o *Angústia*, que a Rachel acha excelente, aquela bandida. Chegou a convencer-me de que eu devia continuar a história abandonada. Escrevi ontem duas folhas, tenho prontas 95. Vamos ver se é possível concluir agora esta porcaria. [...] Vou dormir. E, às seis horas, quando acordar, conversarei com a Marina e com Luís da Silva, excelentes criaturas, na opinião da Rachel e de Zéauto (Ramos, 2011: 187-188).

Em outra passagem retirada de nova correspondência enviada à esposa, de 24 de março de 1935, outros integrantes da roda de Maceió aparecem. Graciliano, mais uma vez, refere-se ao trabalho de composição de seu novo livro e ao convívio e trocas literárias com os companheiros:

No Relógio Oficial encontrei Zélins, que foi comigo à Nordeste liquidar o negócio das cauções. Daí fomos ao palácio, abraçar o Osman e dizer nossos endereços. Ao descermos, o autor de *Banguê* quis por força levar-me à casa dele: capítulo do romance novo e almoço. A Naná muito amável. Estou convencido de que ela é uma excelente moça. Em seguida rodamos para casa do Zéauto, onde ouvimos as últimas páginas do livro da Rachel. Zélins deu o fora e eu fiquei, na amolação, conversando literatura e esquecido da política. Rachel falou várias vezes em v. Sempre encantada com as meninas, especialmente com a Clarita, por causa da lembrança que ela tem da Clotildinha. De vez em quando dizia-me uns desaforos por não me resolver a meter a cara no *Angústia*, que ela acha melhor que os outros dois. Falta de entusiasmo. Sapequei uma folha ontem à noite, mas frio, bocejando (Ramos, 2011: 190).

Com todos esses elementos que os caracterizavam distintivamente lançaram-se em várias frentes da atividade intelectual, ou mesmo incrementaram suas investidas, num momento particularmente importante, do ponto de vista da criação artística, para Alagoas. Esse estado de coisas torna-se mais claro quando se atenta para o fato de que

José Lins do Rêgo e Graciliano Ramos escreviam romances, Valdemar Cavalcanti fazia crítica literária, Mário Marroquim trabalhava em pesquisas linguísticas, Carlos Paurílio redigia contos poéticos e Aloísio Branco publicava os seus inesquecíveis poemas. Raul Lima, Diégues Júnior, José Auto, Aurélio Buarque de Holanda, Alberto Passos Guimarães, Paulo Malta, Carlos Duarte e Arnon de Mello, em Maceió, no Recife ou no Rio de Janeiro, cometiam também os seus poemas, escreviam os seus contos ou crônicas e começavam a encaminhar-se pelos mais diversos roteiros da vida prática. [...] Rachel de Queiroz levou ali uma parte daqueles quatro anos decorridos entre a conclusão de *João Miguel* (dezembro de 1931) e a elaboração do *Caminho de pedras* (outubro de 1936) (Rocha, 2014: 77).

A roda de Maceió constituiu-se como uma rede de sociabilidade e solidariedade, e foi decisiva para a carreira de Graciliano Ramos pelo tipo de ação empreendida por seus integrantes no sentido de se promoverem mutuamente (Sorá, 2010; Silva, 2004).

Não é possível precisar quando Valdemar Cavalcanti⁴ – já conhecido na crítica, inclusive carioca, pois contribuía com o prestigiado *Boletim de Ariel* – passou a atuar como intermediador entre Graciliano e os editores de São Paulo e Rio de Janeiro. Todavia, algumas correspondências tratam das negociações, atestando, assim, o funcionamento da rede de solidariedade mobilizada pelos integrantes do grupo, que será paulatinamente fortalecida à medida que vão se projetando e conquistando espaço na capital do país.

Em artigo publicado no *Boletim de Ariel* sobre Santa Rosa⁵, Valdemar Cavalcanti trata da maneira encontrada pelo jovem artista e amigo de roda intelectual para dar vazão à sua poesia, expressada nas artes plásticas. Para além desse aspecto, há sinais da convivência deles em Maceió e, ainda, elementos que remetem a certas exigências do campo, notadamente a necessidade de migrar para o Rio de Janeiro, conforme discutido anteriormente.

Nos seus desenhos e nas suas pinturas, Santa Rosa encontrou em verdade uma solução plástica para a sua poesia. [...] Numa época em que ainda se acreditava na existência e no problemático talento de um Corrêa Dias e de um J. Carlos, Santa Rosa ancorou no Rio e venceu, pôs em ordem do dia a sua personalidade inquieta e tão cheia de apetite da ação. [...] Tudo, nesse jovem paraibano, representa uma reação lírica sobre a sua “atmosfera”: as suas telas, os seus calungas, os seus raros versos, suas cartas de amigo, sua própria vida. Para viver como Santa Rosa, com o seu humor

4. Valdemar Cavalcanti nasceu na capital alagoana em 1912. Desde cedo interessou-se pelo jornalismo e pela literatura, publicando, ainda jovem, contos e poemas. Aos 15 anos já era redator de *O Semeador* e, anos depois, passou a exercer a mesma função no *Jornal de Alagoas*. Participou de várias atividades culturais em Alagoas, como a fundação do Grêmio Literário Guimarães Passos, da revista *Novidade*, além de organizar, junto com outros jovens intelectuais, a Festa da Arte Nova – reação ao academicismo e voltada aos assuntos brasileiros e à tradição. Aos 20 anos tornou-se chefe de gabinete do prefeito de Maceió, de quem era sobrinho. Foi jornalista, tradutor, crítico literário, cronista e poeta. Ao longo da vida ocupou diversos cargos em jornais de Maceió, Pernambuco e Rio de Janeiro.

5. Tomás Santa Rosa Júnior nasceu na capital da Paraíba em 1909. Ainda pequeno seu pai, modista, abandonou a família, composta por seis filhos. Sua iniciação artística começou aos nove anos em instituições vinculadas à Igreja Católica. Com 14, além de trabalhar num escritório de contabilidade do governo, concluiu

o curso secundário no Liceu Paraibano. Aos 19 anos assumiu a direção da Contabilidade da Repartição Pública do Saneamento da Paraíba. Aprovado num concurso para contador do Banco do Brasil, foi para Salvador, depois Recife e Maceió, onde se juntou aos intelectuais do lugar. Expôs suas telas na Noite de Arte Moderna, organizada por Valdemar Cavalcanti, Alberto Passos Guimarães e Moacir Pereira. Pouco depois foi para o Rio de Janeiro com o objetivo de obter maior retorno com sua atividade artística.

permanente em presença de um mundo tão velho, com o seu impertinente *sans façon*, viver tão *au dessus de la vie*, evadindo-se um dia do Norte para lutar sozinho na cidade grande, abandonando uma vez de repente um emprego do Banco do Brasil, tão displicente nisso tudo, é preciso realmente possuir sobre o reino da razão um quase absoluto domínio da sensibilidade; é preciso chegar-se a um candido e meio infantil senso da realidade, que é o prisma do mundo aos olhos do poeta. Ainda tenho comigo alguns números especiais de exercícios poéticos em versos deixados em Maceió por Santa Rosa, no tempo em que o Banco do Brasil impunha ao grande lírico a disciplina de oito horas diárias de luta contra os números, um livro de ponto a assinar e uma constante e monótona convivência com homens de negócios. Os seus poemas eram uma evasão ao trágico conflito travado cotidianamente e soturnamente entre a sua sensibilidade extremamente sentimental e a unanime incompreensão do ambiente (Cavalcanti, Valdemar. "Santa Rosa Júnior". *Boletim de Ariel. Mensario Critico-Bibliographico*, Ano III, n. 1, p. 8, Out. 1933).

Ainda que Valdemar Cavalcanti enalteça a perseverança de Santa Rosa ao afirmar que ele teve êxito no Rio de Janeiro sem contar com a ajuda de ninguém, e que assim foi porque sua sensibilidade o distinguia, a biografia do artista plástico mostra um matiz diferente acerca disso. No decorrer da década de 1930, Santa Rosa se notabilizou com seu trabalho de capista, produzindo principalmente para a Livraria José Olympio Editora a partir de 1934 e, depois, como cenógrafo. Antes disso, porém, quando Graciliano Ramos ainda buscava um editor para seu primeiro romance, *Caetés*, um trabalho de Santa Rosa foi oferecido juntamente do livro à Companhia Editora Nacional. Sem contar ainda com o prestígio que obteria depois, em razão de seu trabalho, Santa Rosa dependia da mediação de seus companheiros em melhores condições, do ponto de vista do reconhecimento, para se afirmar como produtor cultural.

Maceió, 19 de abril de 1933.

Companhia Editora Nacional

São Paulo

Prezados amigos:

enviando com a presente o recorte do meu último rodapé de crítica literária, aproveito a oportunidade para tratar de assunto que muito diretamente afeta os interesses da indústria do livro, de que esta Editora se tem feito a casa de maior relevo em cifras de produção e seleção. Quero consultar se interessa aos amigos a edição de um admirável livro nordestino, de autoria do roman-

cista Graciliano Ramos. O CAETÉS é um romance que focaliza, com uma extraordinária força de descritivo humano, uma época de vida de província, com o seu cotidiano tranquilo, com as suas almas pacatas, mas com os seus dramas anônimos e dolorosos. É um volume que revela ao Brasil, na opinião de um grande crítico que é Prudente de Moraes neto, em carta particular, uma das suas mais seguras organizações de romancista. Um livro grande, não por nos mostrar postais da paisagem física de uma cidadezinha do interior, mas por nos exibir em água-forte o panorama humano de algumas vidas em desordem dentro da rotina do dia-a-dia sertanejo. É curioso o seguinte: tendo-se interessado por lançar o romancista nordestino à publicidade, o editor A. F. Schmidt obteve em primeira mão os originais do livro. Com a Revolução e outras coisas piores o CAETÉS encalhou. Mas Schmidt deu-o a ler a alguns dos de sua grande roda. E criou-se no pequeno círculo uma sensação de surpresa: a de uma boa descoberta. Uns até levaram seus comentários à imprensa. Lembro-me bem de um artigo de Jorge Amado, o romancista de O PAIZ DO CARNAVAL, no número de novembro do BOLETIM DE ARIEL, no qual se encontra o nome de G. Ramos na vanguarda dos maiores escritores do Norte. E ainda hoje estão empatadas, em composição, as 220 páginas do livro, – na Sociedade Imprensa Paulista – o que aliás poderá facilitar, a esta Editora, caso queira entrar em negociações com a edição, um largo beneficiamento econômico. Com a saída do CAETÉS, poderá entrar para a fecundação dos prelos, um outro romance de Graciliano Ramos, o mais recente: S. BERNARDO – retrato da vida rural sertaneja.

Desejo saber se a esta Editora, sempre tão atenta em lançar ao nosso público os grandes livros brasileiros, interessa a edição do romance do meu amigo. E se assim for, que condições poderá [pro]por a Graciliano Ramos. A composição da tipografia da rua Sc[parte fragmentada]ro barateará em muito a publicação, e para a capa já possui [parte fragmentada]tor um desenho admirável e expressivo de Santa Rosa Junior.

No sentido de fornecer aos ilustres amigos uma ráp[ida e] fragmentária visão do valor do romance e do romancista [parte fragmentada] envio junto a cópia das duas últimas páginas do CAETÉS.

Aguarda resposta dentro da possível brevidade, [parte fragmentada] confrade

Valdemar Cavalcanti

33, Barão de atalaia

Maceió – Alagoas (Arquivo IEB-USP, Fundo Graciliano Ramos, Coleção Correspondência de Terceiros, código do documento GR-CT-003).

Santa Rosa contava, portanto, com uma rede de solidariedade que fora construída no período em que viveu em Maceió. Já inserido no grupo, Graciliano também se valeu dessas prerrogativas. Os meios utilizados por Valdemar Cavalcanti para promover o amigo e companheiro de roda foram vários. Logo de início utiliza-se de sua condição de crítico para conferir a *Caetés* credibilidade, atribuindo-lhe vários qualificativos.

A fim de corroborar o valor do romance, menciona a opinião de outro crítico, Prudente de Moraes Neto, para quem o livro de Graciliano o distinguiu como grande romancista. Deve-se observar que a impressão desse crítico chegou a ele por meio de carta particular. Tratava-se de um amigo, mas também crítico literário, alguém autorizado a emitir juízos, e neto do ex-presidente Prudente de Moraes, condição que fornecia um tipo de prestígio diferente, exterior à literatura. Graciliano agora contava com o auxílio do crítico e companheiro de roda já reconhecido e, também, de alguém externo ao grupo, Prudente de Moraes Neto, que conferia maior credibilidade a Valdemar Cavalcanti – que negociava o livro com a Companhia Editora Nacional –, bem como ao escritor que procurava alguém disposto a publicá-lo. Na tentativa de convencer a editora, o crítico alagoano remete-se também a Jorge Amado, que pouco antes havia sido lançado pela editora de Augusto Frederico Schmidt, que, aliás, foi o responsável por lançar vários escritores da segunda geração modernista.

Esse tipo de recurso foi bastante utilizado pelos grupos, e particularmente pela roda de intelectuais de Maceió.

As trajetórias dos participantes do grupo de Maceió indicam que essa roda imbricava com as de outras capitais da Região Norte, e seus membros já contavam com algum grau de reconhecimento entre os pares, e somente entre estes, dos outros círculos de produção restrita (Sorá, 2010: 103).

Esse expediente funcionava como uma anuência. Alguém já inserido no centro da produção literária, e obviamente reconhecido pelos pares, fazia a mediação com o propósito de facilitar a entrada de um autor oriundo das regiões periféricas. Não se trata, aqui, de afirmar que apenas isso garantiria aos escritores tanto a entrada quanto a permanência nesses círculos mais restritos de escritores. Fatores literários, propriamente, eram também determinantes. Ao enfatizar aquele recurso procuro mostrar que não bastava ter um bom livro, era necessário cumprir uma série de requisitos sem os quais certamente os planos dos pretendentes à carreira literária seriam atrapalhados.

A trajetória de Graciliano, desde sua primeira investida ainda na década de 1910, mostra isso. Naquele momento ele ainda não contava com o apoio de figuras bem colocadas e, invariavelmente, teve seus planos frustrados. No início do decênio de 1930, mais bem posicionado, já que o cabedal de relações sociais que construiu contava com atores que possuíam algum reconhecimento e trânsito pelo centro cultural, ou, em outros termos, detentor de um lastro institucional robusto, representado pela roda de intelectuais de Maceió, que não apenas o reconhecia socialmente como escritor, mas o auxiliava em suas investidas, conseguiu entrar mais bem armado nas disputas.

Isso pode ser apreendido de duas maneiras. Uma delas diz respeito à forma como os companheiros de roda de Graciliano o apresentaram, ou seja, ao tipo de recepção que fizeram dos seus primeiros romances. A outra remete-se à trajetória editorial do escritor alagoano, aos recursos utilizados por seus companheiros para levá-lo a uma editora prestigiada, que lhe garantisse inclusive recompensas simbólicas. Ambas as coisas evidenciam a importância dessa rede bem estruturada de alianças que não se limitava ao grupo do qual fazia parte, mas que requeria apoio externo de agentes legitimados.

Quando a atenção se volta para as negociações, percebe-se a importância de se contar com bases institucionais sólidas como as que os grupos intelectuais forneciam, pois o auxílio prestado por Valdemar Cavalcanti aumentou o poder de barganha de Graciliano. Como foi visto, seu livro não apenas foi oferecido a outra editora, como também recebeu a chancela de mais um crítico, fator que o ajudava, ainda mais se for levado em consideração que o crítico em questão, Prudente de Moraes Neto, distinguia-se também por seu prestígio social, já que era neto de um ex-presidente da República, e com trânsito entre a intelectualidade.

Nem mesmo Schmidt, que era também crítico literário, prescindiu de um julgamento que poderia dar maior visibilidade a *Caetés*. Conforme correspondência enviada por Rômulo a Graciliano, já citada, vê-se que além do próprio parecer – implícito, já que estava disposto a publicá-lo –, o editor havia submetido o livro a dois dos principais críticos da época, Tristão de Athayde e Agripino Grieco. Certamente Schmidt se valeria disso como estratégia comercial para impulsionar as vendas. Já aqui é possível notar que embora a finalidade fosse a mesma – publicar o livro –, esse tipo de apoio era diverso daquele levado adiante pelo grupo. O tipo de sociabilidade que a convivência no grupo encerrava – espraiando-se na amizade e nas trocas literária – e, sobretudo, o lastro consistente que ele criava, além de dar suporte aos seus integrantes, gerava entre eles um tipo bastante particular de solidariedade⁶.

6. Gustavo Sorá (2010) e Simone Silva (2004) argumentam que havia um compromisso recíproco entre os membros da roda de Maceió, isto é, um favor teria de ser compensado por outro, gerando, assim, um sistema de dons e contradons que os favoreceria na medida em que isso se refletia em indicações e proteção.

7. Apenas Rachel de Queiroz não dependeu da roda de Maceió para a edição de seu primeiro romance, *O quinze*. Quando o livro foi publicado, em 1930, ela ainda residia no Ceará com sua família, e foi o pai quem custeou a primeira edição junto à Gráfica Urânia, de Fortaleza.

8. Não se deve perder de vista que Graciliano Ramos fora reconhecido como escritor em 1910, quando foi procurado pelo *Jornal de Alagoas* para responder a um inquérito literário. Esse tipo de reconhecimento, ainda que importante, limitava-se a um espaço bastante restrito – Alagoas, ou, na melhor das hipóteses, à Região Nordeste –, já que isso não lhe proporcionou qualquer vantagem quando foi para o Rio de Janeiro, em meados do decênio de 1910, na tentativa de levar adiante seu plano de trabalhar em atividades intelectuais, por exemplo, no jornalismo e na literatura.

9. Essa peculiaridade do grupo de Maceió foi mencionada por Antonio Candido em artigo sobre *Caetés*. Nas palavras de Candido: “Quando *Caetés* foi publicado, havia em Maceió um grupo intelectual que funcionou como

Graciliano Ramos passou a frequentar a roda de Maceió quando já estava próximo dos 40 anos, após ter vivenciado uma frustração na literatura – já que não conseguira se firmar em sua primeira passagem pelo Rio de Janeiro –, trabalhado como comerciante e ocupado cargos na administração pública de Alagoas. Para se ter uma ideia, Valdemar Cavalcanti era quase 20 anos mais jovem, assim como Tomás Santa Rosa, Rachel de Queiroz e Aurélio Buarque de Holanda. José Lins do Rego tinha por volta dos 30 anos. Apesar da idade e da experiência acumulada na literatura, Graciliano chegava ao grupo em condições similares à dos demais, todos mais jovens que ele, pois ainda tentava publicar algo de fôlego⁷.

Nesse sentido, o aspirante a romancista valeu-se bastante de todo arcabouço institucional conferido pelo grupo. Nada fortuito é o fato de ganhar o reconhecimento social de escritor por parte de seus integrantes⁸, que eram ainda jovens e colocavam-se como representantes de uma nova geração. Foi colaborador da revista *Novidade* – fundada por Alberto Passos Guimarães e Valdemar Cavalcanti –, que se tornou um meio de expressão importante para os intelectuais de Alagoas (Lebensztayn, 2010). Graciliano teve em seus novos companheiros leitores primeiros de suas produções literárias e, principalmente, contou com o apoio deles para se projetar no mundo das letras⁹, o que tentara, até aquele momento, sem dispor de uma base de apoio sólida.

A função dos componentes do grupo como mediadores entre regiões periféricas e centrais, do ponto de vista da produção e consagração literárias, pode ser apreendida ao se analisar as correspondências trocadas com editores, bem como pelos artigos que anunciavam e davam as primeiras impressões sobre os livros que produziam. Tudo isso numa estratégia de promoção, imprescindível para se colocarem nos espaços centrais do campo.

Daí ser necessário acompanhar, ainda, o processo de negociação para a edição dos primeiros romances de Graciliano durante a década de 1930. Por um lado, isso deixará claro o funcionamento efetivo do grupo – as estratégias mobilizadas para a consecução de seus objetivos, ou seja, a promoção de seus integrantes –, por outro, e ainda que seja também parte das estratégias de grupo, como conseguiram compor o catálogo da editora mais prestigiada do Brasil concernente à edição de literatura brasileira, a Livraria José Olympio Editora.

Nesse íterim, como se entrevê pela autoria do artigo sobre Santa Rosa, publicado no *Boletim de Ariel*, e na correspondência enviada à Companhia Editora Nacional na tentativa de publicar o livro de estreia de Graciliano Ramos, Valdemar Cavalcanti teve papel fundamental, figurando mesmo como importante articulador e divul-

gador do grupo. Há outras evidências de que ele cumpria esse papel, possibilitado pelo relativo destaque que alcançou devido ao seu trabalho como crítico e colaborador de uma importante revista do Rio de Janeiro. Em carta remetida ao crítico alagoano por Sebastião de Oliveira Hersen, proprietário da Adersen Editores, depreendem-se aspectos da função de intermediador que aquele desempenhava entre os autores – companheiros de roda intelectual e amigos – e o editor.

público restrito de alta qualidade, cujo papel foi não apenas receber o livro, mas manifestar o seu juízo sobre ele” (Candido, 2012: 127).

Rio, 13/04/33

Meu caro V. Cavalcanti:-

Hoje é dia 13, véspera do último dia a que tenho direito de editar o “Caetés”. Não sei se V. será capaz de avaliar o aborrecimento de que estou possuído pela minha impotência financeira atual.

Devo-lhe uma explicação detalhada:

A ADERSEN-EDITORES era composta até Fevereiro do corrente ano de 2 sócios: Adolfo Aizen [AD...] e Sebastião de Oliveira Hersen [...ERSEN]. Acontece que o Adolfo, muito versátil, é o termo, desistiu de prosseguir na empresa, alegando falta absoluta de tempo para se dedicar ao assunto, e outras coisas. A verdade nua e crua é que não teve coragem suficiente para enfrentar as primeiras e inevitáveis dificuldades, para as quais uma série enorme de fatores concorriam, notadamente a depressão geral do comércio do país. Esperava que as compensações fossem largas e imediatas, o que é uma grande ilusão. De outra tempera, afeito a qualquer espécie de luta, assumi inteira responsabilidade do ativo e passivo da firma, desfalcando-a, porém, do capital do amigo, que continuou a ser. A ADERSEN-EDITORES (conservo o nome) não sofreu nem sofrerá solução de continuidade, mas ficou abalada, pois não sendo rico estou ainda lutando com dificuldades muito sérias para cobrir o desfalque.

Daí nasceu a impossibilidade de imprimir imediatamente o “Caetés”, extinguindo-se amanhã o prazo (aliás curto), que eu próprio solicitei, pois todo o dinheiro de que dispunha na ocasião empreguei na edição da “Bagaceira”, que vai me dar resultados apreciáveis, mas só depois de 3 meses.

Na expectativa de conseguir, ainda, meu intento, comuniquei-me com os impressores paulistas que estavam fazendo o livro para o Schmidt, na esperança de comprar, por preço razoável, a edição, que me disseram estar pronto há muito tempo, lá. O Gerente da firma esteve aqui no Rio, comigo, mostrou-me as provas (222 páginas), já revistas pelo Graciliano Ramos, mas o orçamento que me fez foi um orçamento comum, sem considerar o chumbo empataado há quase 2 anos, tempo gasto, iminência de perder tudo isso, desde que eu mandasse fazer o livro noutra tipografia etc. etc. Diante do fato, não chegamos a acordo e o “Caetés”, *malgré tout*,

continuou na mesma. Tudo isso, eu sei que não interessa ao Graciliano Ramos, que já perdeu um tempo enorme com o Schmidt e não está disposto a perder outro tanto comigo. Mas faço questão de chamar sua atenção para a face humana do caso.

.....

Até o princípio de Maio próximo farei rápida viagem ao Norte, onde vou buscar dinheiro para intensificar a produção de minha editora e, portanto, consolidar sua vida. Estarei aí em Maceió, portanto, muito breve, quando poderemos, se lhes interessar ainda, combinar outro prazo para a saída do “*Caetés*”, assim como para o “*S. Bernardo*”. Mas só lhe proporei qualquer modalidade de negócio quando estiver com o dinheiro no bolso, isento, pois, de nova gafe. Converse com o Graciliano Ramos e me diga depois qualquer coisa. Aliás, o Gerente da Imprensa Paulista me disse que já recebera proposta de outra editora com referência ao “*Caetés*”. Os originais dele e do “*S. Bernardo*” estão em meu poder, à inteira disposição do autor, não pagando aluguel pelo tempo em que continuarem aqui, assim como o desenho do Santa Rosa que, no caso do “*Caetés*” ser feito noutra parte, eu faria questão fechada de oferecer, gratuitamente, é claro.

Aguarde minha breve chegada a Maceió e então conversaremos melhor e nos conheceremos pessoalmente, já que V. não quis vir aqui em Fevereiro, como me falou uma vez em carta. Dê um abraço no Zélins, a quem escrevi ontem.

Do amigo certo, S. O. Hersen (Arquivo IEB-USP, Fundo Graciliano Ramos, Coleção Correspondência de Terceiros, código do documento GR-CT-002).

Fica evidente, assim, a participação de Valdemar Cavalcanti na intermediação das conversas entre Graciliano Ramos e Sebastião de Oliveira Hersen, que, com a saída de seu sócio, Adolfo Aizen, tornou-se o único proprietário da Adersen Editores. Aproximadamente três anos após iniciar as negociações com Augusto Frederico Schmidt, o escritor ainda procurava um editor para *Caetés*. E Hersen utilizou-se da mesma justificativa dada por Schmidt para não editar o livro dentro do prazo acordado, alegou estar enfrentando dificuldades financeiras.

A diferença agora é que Graciliano, já integrado ao grupo de intelectuais da capital alagoana, contava com um cabedal de relações sociais que o auxiliava em suas investidas literárias, exemplificada, nesse caso, pela mediação exercida por Valdemar Cavalcanti, que provavelmente tentava fazer de sua preeminência e das relações que já havia costurado com críticos e escritores reconhecidos um trunfo para beneficiar os membros do grupo, particularmente Graciliano Ramos, como foi possível apreender tanto pela carta que recebeu de Hersen como pela corres-

pondência que enviou à Companhia Editora Nacional, a quem, conforme foi visto, ofereceu não apenas os livros do escritor alagoano, mas também a ilustração de Santa Rosa.

A despeito das tentativas do crítico alagoano para conseguir um editor para os livros de Graciliano Ramos, *Caetés* acabou saindo pela Livraria Schmidt Editora no final de 1933 e *S. Bernardo* pela Editora Ariel quase um ano depois. Aliás, essas editoras, bem como a Adersen Editores foram as responsáveis por lançar vários escritores que estrearam no início dos anos 1930. Como foi visto por meio da correspondência enviada por Sebastião de Oliveira Hersen a Valdemar Cavalcanti, o segundo romance de Graciliano também fazia parte das negociações. Inclusive, *S. Bernardo* foi oferecido, juntamente de *Caetés*, à Companhia Editora Nacional, conforme carta remetida à essa editora, mais uma vez, pelo crítico. Além disso, *S. Bernardo* acabou sendo datilografado por ele (Moraes, 2012: 97) e lido, antes de ser editado, pelos companheiros de roda, que atuaram incisivamente na promoção de Graciliano.

Antes de continuar tratando disso, deve-se atentar para um dado interessante quando se estuda o incipiente campo literário brasileiro da primeira metade do século XX. Assim como *Caetés*, que fora editado por Augusto Frederico Schmidt – que, entre outras atividades, ocupava-se da crítica literária, sendo até mesmo reconhecido –, *S. Bernardo* foi editado por outra editora que tinha como proprietários críticos renomados, Gastão Cruls e Agripino Grieco. Essa circunstância beneficiou Graciliano na medida em que teve boa acolhida por críticos prestigiados, sediados no Rio de Janeiro, local onde se formavam as opiniões que concorriam mais fortemente não apenas para a inserção daqueles que estavam se lançando nas atividades intelectuais, como era o caso do escritor alagoano entre os anos de 1933 e 1934, mas também para a permanência deles em posições vantajosas no campo literário.

Mas a mediação dos seus companheiros não se limitava a conseguir um editor. Com o lançamento de *Caetés* e, depois, *S. Bernardo*, as estratégias se voltaram para que os livros ficassem em evidência. E não havia recurso melhor para fazerem isso do que se valer da condição de críticos, como eram alguns membros da roda, e principalmente de colaborarem com uma das mais importantes revistas da época, o *Boletim de Ariel*.

Nessa direção, o crítico Valdemar Cavalcanti tratou de recepcionar *Caetés*, analisando-o por meio de um curto artigo publicado na referida revista. Segundo ele,

10. Na página 81, do mesmo número, foi reproduzido um capítulo do livro e, ao final, alude-se ao fato de estar por ser lançado. Esse recurso foi fartamente utilizado como maneira de chamar a atenção dos leitores para as obras que estavam por ser publicadas.

11. Miceli (2001) evidencia que um processo de substituição de importações – devido aos efeitos da crise econômica do final dos anos 1920 –, o desenvolvimento do mercado editorial no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, no decorrer da década de 1930, e a elevação do romance como gênero rentável concorreu para a profissionalização de um pequeno número de escritores profissionais. Paralelamente, a ingerência estatal nos assuntos culturais, sobretudo no sentido de fomentar uma cultura nacional – cooptando mesmo intelectuais de diferentes matizes ideológicas para levar adiante tal projeto –, acabou favorecendo os autores cujas produções flertavam com a temática da realidade brasileira. Foi nesse contexto que os escritores do Nordeste, e particularmente da roda de Maceió, despontaram no cenário nacional.

O que nos impressiona no romance de Graciliano Ramos é a sua força de humanidade, é a sua plástica expressão de vida e movimento. A realidade, atingida pelos processos diretos e incisivos do escritor alagoano, chega a uma rara condensação. [...] Sente-se no *Caetés* a força íntima do documento humano; ele é uma luminosa fotografia da multidão, realizada por um que acredita naquela realidade histórica dos acontecimentos, tão dentro dos grandes romances, de que Duhamel falou num recente ensaio.

Talvez o que mais influa para dar ao *Caetés* toda essa impressão de vida, toda essa comunicabilidade, seja a segurança de sua fatura, o admirável de sua realização. Graciliano Ramos tem, como romancista, qualidades de poucos no Brasil. Tem uma simplicidade, uma disciplina, uma secura de fala que fazem o caráter meio exótico de sua fisionomia. [...]

Em muitas de suas páginas a gente percebe que Eça deixou nele marcas fundas; muitas de suas qualidades e alguns de seus defeitos se fixaram, sem o querer do autor, no seu caráter. Porém, no corpo do romance há uma expressão pessoal do narrador. E esse poder de animar os homens e os fatos, em Graciliano Ramos, não é resto de banquete de Eça de Queiroz: é cozinha especial, é comida de primeira mesa.

Quando eu li *Caetés*, há três anos, senti uma impressão de caricatura: caricatura de massa, com a grandeza natural da boa caricatura mas também com as desvantagens de seu sentido de deformação da realidade, apenas. Sugestionei-me que Graciliano Ramos se especializara em maus tratos com os seus heróis, dando-lhes uma vida de escravos e não de gente. E nunca uma impressão foi mais falsa, nunca me trai tanto a mim mesmo (Cavalcanti, Valdemar. "O romance 'Caetés'". *Boletim de Ariel. Mensário Crítico-Bibliográfico*, Ano III, n. 3, p. 73, Dez. 1933)¹⁰.

O artigo apresenta, do início ao fim, o mesmo tom, e não me parece exagerado dizer que seja laudatório. Por meio da análise dos trechos transcritos, vê-se que o crítico procurou mostrar os pontos fortes do romance. Ao se valer de certas expressões que procuravam causar um efeito positivo, vai reforçando o que, para ele, caracterizaria e engrandeceria *Caetés*, isto é, sua capacidade de representar a realidade¹¹. Aos poucos vai construindo a imagem que pretendia fixar acerca de Graciliano Ramos, que se singularizaria entre os romancistas do país. Ao realizar comparações, coloca o escritor alagoano ao lado do prestigiado Eça de Queiroz. Para Valdemar Cavalcanti, como tudo no romance é grande, até mesmo o que seria um ponto fraco, observado por ele em uma primeira leitura, revela-se como equívoco de julgamento, e assim ressalta, uma vez mais, as qualidades do livro e de seu autor.

A referência à leitura de *Caetés*, três anos antes do artigo publicado no *Boletim de Ariel*, é um indício da amizade e, sobretudo, da sociabilidade literária entre os integrantes da roda de Maceió, empenhados na promoção e no reconhecimento de seus membros nos centros culturais São Paulo e, principalmente, Rio de Janeiro, a partir dos anos 1930, por ser a sede das principais instâncias de consagração, entre elas a editora de José Olympio.

A recepção de *Caetés* por amigos e companheiros de grupo não se encerrou no artigo de Valdemar Cavalcanti. Num texto mais extenso, em outro número do *Boletim de Ariel*, Aurélio Buarque de Holanda o analisou.

Relendo agora o *Caetés*, avivou-se a boa impressão que ele me deixara há três anos passados, quando o li no original. Trata-se realmente de um livro sério. [...] Escreve quase como quem passa telegrama, pagando caro por cada palavra. [...]

O sr. Graciliano Ramos é um admirável técnico do romance. Nenhum dos nossos romancistas vivos o iguala neste ponto. Seu livro é admiravelmente bem construído, um livro em que nada se perde e a que nada falta. Tudo nele é muito justo, muito medido, muito calculado. Daí lhe virá, também, a frieza apontada, e mesmo uma certa monotonia. O tédio do perfeito. Camillo encontrou no Crime do Padre Amaro “admiráveis defeitos”. É de tais admiráveis defeitos que o *Caetés* necessitava para ser um grande romance. Rigorosamente ele é um bom romance. Poderia até chamá-lo de formidável se o comparasse com muito romancinho ordinário que vem aparecendo de há uns tempos para cá com a fama de grande. Mas convém fazer uma reação contra essa crítica obtusa ou safada que desmoraliza cada vez mais os adjetivos. Os tais grandes romances são em geral medíocres ou pouco mais que medíocres; *Caetés* é bom, como *Menino de Engenho*, *Os Corumbas* e poucos outros dos ultimamente aparecidos.

Que admirável fixador de tipos, o autor de *Caetés*! [...] Dialogador excelente, o sr. Graciliano Ramos abusa, entretanto, do diálogo, fazendo-nos pensar às vezes que estamos a ler uma peça de teatro. [...]

Muito crítico verá certamente no sr. Graciliano Ramos um insensível, um homem de coração fechado aos aspectos dolorosos da vida. O seu estilo seco, a sua composição metódica, a ironia cortante, o travo de pessimismo, o amargo humor espalhados no *Caetés* – tudo isto, que concorre para dar a impressão de absoluta frieza, não impede, no entanto, que haja no livro páginas cheias de viva comoção. [...]

Como Machado de Assis, de quem se aproxima pela secura do estilo, o sr. Graciliano Ramos não é homem de exaltações panteístas.

[...] Mas, dentro dessa concisão, talvez mesmo em consequência dela, o sr. Ramos é um paisagista seguro. [...]

A construção de certas frases, certos achados de expressão, mesmo certas palavras características do estilo de Eça de Queiroz, traem a influência deste escritor sobre o romancista de *Caetés*. Quando digo influência, deve-se ver que não acho imitação consciente. O que há são pontos de contato resultantes de longa infiltração, através de uma leitura apurada e contínua. [...]

Os defeitos apontados em *Caetés* – insignificantes na sua maioria – não chegam a obscurecer, antes põem em destaque, o que o romance tem de realmente belo. Com ele o sr. Graciliano Ramos pode, sem favor, formar na fileira dos melhores romancistas do Brasil. E dentro de poucos meses – anuncio-o com o maior prazer aos leitores do *Boletim* – a publicação de *São Bernardo*, que já conheço, revelará ao país um dos seus grandes, dos seus maiores romancistas de todos os tempos (Holanda, Aurélio Buarque de. “Caetés”. *Boletim de Ariel. Mensario Critico-Bibliographico*, Ano III, n. 5, p. 127-129, Fev. 1934).

Há nesses trechos selecionados duas referências à amizade e sociabilidade literária entre Graciliano e Aurélio. Uma trata da leitura dos originais de *Caetés* três anos antes dele ser publicado; e outra alude ao segundo romance do escritor, *S. Bernardo*, que o crítico já conhecia e que era, na opinião dele, melhor do que aquele que o antecederia.

Diferente do que fez Valdemar Cavalcanti, Aurélio Buarque optou por discorrer sobre os erros e acertos do livro de estreia de Graciliano, colocando-o ao lado de outros bons romances publicados na época, inclusive o de seu companheiro de roda José Lins do Rego. Contudo, de maneira semelhante àquele, Aurélio não economizou nas comparações com o propósito de valorizar as técnicas do romancista alagoano, e apesar de tratar também dos pontos fracos, o elogio aparecia frequentemente. Em ambos os casos as análises da obra, propriamente, são superficiais. Finalmente, ao emitir seu juízo sobre o próximo romance de Graciliano Ramos, colocava-o entre os grandes da literatura brasileira. Em outros termos, ao tratar *Caetés*, pelo menos aparentemente, de maneira imparcial, Aurélio Buarque de Holanda aparecia como alguém desinteressado e capaz de emitir um julgamento justo sobre *S. Bernardo*.

Ao avaliar o artigo dessa maneira, não quero suscitar dúvidas sobre a integridade do crítico, tampouco sobre a qualidade de *Caetés*, que outros críticos avaliaram, apontando, assim como Aurélio, seus eventuais erros e acertos. Minha intenção é outra: evidenciar como a maneira de construir o argumento – aparentemente isen-

to de qualquer interesse –, de fazer referências ao conhecimento anterior da obra e à convivência com seu autor, sugere uma estratégia de promoção do companheiro de roda. E, nesse sentido, o fechamento do texto é esclarecedor, pois enaltece um livro a ser publicado, aguçando o interesse dos leitores. Esse tipo de recepção foi bastante útil no momento em que Graciliano ainda não tinha tanta projeção, já que contava apenas com o reconhecimento em sua região e de alguns grupos no Rio de Janeiro, como o que frequentava a roda de Augusto Frederico Schmidt, bem como de Gastão Cruls e Agripino Grieco, seus primeiros editores, além de Prudente de Moraes Neto.

Apesar de mencionarem *S. Bernardo*, aqueles críticos, ou qualquer outro companheiro de roda de Graciliano, não escreveram sobre ele no *Boletim de Ariel*. Cumprida essa etapa que pretendia dar visibilidade ao escritor alagoano para além dos limites regionais, não havia mais a necessidade de semelhante prática. Outros críticos, e entre eles um ou outro aliado de rodas intelectuais próximas, como Aderbal Jurema e Jorge Amado, passaram a recepcionar seus romances no momento em que iam sendo publicados no decorrer da década de 1930. No entanto, não se deve perder de vista que, ao anunciarem o segundo romance de Graciliano Ramos, Valdemar Cavalcanti e Aurélio Buarque de Holanda o enalteceram, tratando-o como superior a *Caetés*. Dessa maneira, a avaliação dos críticos poderia ser capitalizada para o segundo romance do escritor, até mesmo potencializada. Diante disso, arrisco-me a afirmar que a recepção de *S. Bernardo* foi feita pelo grupo exatamente no momento em que *Caetés* era avaliado.

Outra coisa não negligenciável é o fato de o segundo livro de Graciliano ter sido publicado pela Editora Ariel, cujos proprietários eram Gastão Cruls e Agripino Grieco, responsáveis pela revista *Boletim de Ariel*. Assim, tanto a divulgação do livro como a sua recepção foram entremeadas também pelos interesses dos críticos-editores enquanto empresários. Além da recepção feita pelos companheiros do escritor no momento em que avaliavam seu romance de estreia, *S. Bernardo* ganhou nas páginas da revista nota sobre sua publicação vindoura, capítulo e duas avaliações¹².

A consagração literária de Graciliano Ramos

O terceiro romance de Graciliano, *Angústia*, teve itinerário diferente. Além do escritor ser relativamente conhecido no Rio de Janeiro, uma vez que seus outros dois romances foram publicados por editores dessa cidade e obtiveram boa recepção por parte da crítica, sua prisão sob a acusação de ser comunista, em 1936, converteu-se em vantagem na medida em que, por um lado, ficou marcado como injustiçado pelo regime autoritário de Getúlio Vargas e, por outro, por ter se aproximado

12. Para mais informações acerca da recepção feita por Aderbal Jurema e Jorge Amado, no *Boletim de Ariel*, e Agripino Grieco, em *O Jornal*, consultar Wellington Pascoal de Mendonça (2018). O artigo de Grieco, igualmente favorável, torna-se relevante por ele ocupar uma posição de destaque entre os críticos do período, assim, seus pareceres tinham o poder de impulsionar ou atravancar a inserção dos novatos, e também porque ele tinha interesse comercial em *S. Bernardo*, pois, conforme mencionei, o crítico era um dos proprietários da Editora Ariel. A recepção de todos eles serve ainda como índice dos relacionamentos e alianças entre rodas de regiões diversas, necessárias para aqueles que vinham de polos de produção secundários.

13. Com base na leitura dos recortes de jornais encontrados no acervo do escritor no IEB-USP, e nas informações extraídas de biografias, exploro a evidência de que sua imagem como intelectual de esquerda, tendo em vista as imbricações entre os campos político e literário, pode ter influenciado na maneira como foi recepcionado por parte da crítica, dos escritores e do público. Além

da prisão de Graciliano, em 1936, e sua filiação ao PCB, em 1945, seus posicionamentos na imprensa reforçam a correlação quase simbiótica entre o escritor e o comunismo, do qual o partido também se valeu devido à projeção que o escritor alcançava. Não se trata, contudo, de dizer que Graciliano atuou deliberadamente nesse sentido, mas dadas as condições do campo literário naquele momento, esses fatores parecem ter atuado.

da esquerda – inclusive se filiando ao PCB quando o partido voltou à legalidade, em 1945 –, contou com apoio institucional, nada negligenciável, já que a sigla controlava algumas importantes instituições culturais¹³.

No entanto, ele continuava recebendo o auxílio de seus companheiros de roda na esfera editorial. Se esse papel foi cumprido anteriormente por Valdemar Cavalcanti quando negociava seu primeiro livro, a ida de José Lins do Rego para o Rio de Janeiro foi particularmente importante porque lá se aproximou de José Olympio, que se tornaria o principal e mais prestigiado editor de literatura brasileira, participando ativamente da transferência de Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos para a editora dele. Para todos eles essa mudança representou um passo adiante nas suas carreiras. Claro que essa inflexão não ocorreu de maneira imediata, e dependeu da legitimação da Livraria José Olympio Editora como a casa do romance brasileiro e, também, do tipo de relação que tiveram com José Olympio.

O momento de virada na história da editora iniciou-se com sua transferência de São Paulo para o Rio de Janeiro, em 1934. Ao considerar apenas os episódios que se relacionam aos autores da roda de Maceió, pouco tempo depois de José Lins do Rego passar a ser editado por José Olympio foi criada a coleção “Ciclo da cana-de-açúcar”, que tinha como proposta conferir unidade aos livros do escritor. Foi nesse momento que ele estreitou relações com o editor, atuando como uma espécie de agenciador entre a Livraria José Olympio Editora e os seus companheiros de grupo (Sorá, 2010).

Foi sob esse pano de fundo, como se depreende dessa breve retrospectiva, que Graciliano negociou seu terceiro romance com o editor José Olympio. E, assim como ocorrera das outras vezes, foi um companheiro de roda que intermediou o negócio. O escritor trata disso na correspondência enviada à sua esposa em 1935, quando ainda trabalhava na administração pública de Alagoas.

Na repartição encontrei, com um expediente enorme que encoi-varei depressa, uma carta do Zélins. Recados para a Rachel, que ainda não voltou do Recife, e uma proposta do José Olympio, que se oferece para editar o *Angústia*, ainda não escrito. Edição de três mil exemplares. Acabo de escrever ao Zélins dizendo que o livro só estará terminado lá para o fim do ano, se estiver (Ramos, 2011: 205-206).

Enquanto transitava de prisão em prisão, seu livro finalmente foi editado pela Livraria José Olympio Editora. No *Boletim de Ariel* saíram artigos avaliando *Angústia*, mas, dessa vez, o livro não foi recepcionado por alguém que pertencia ao grupo,

nem que fizesse parte da rede de solidariedade mais próxima do escritor. Isso pode ser observado também em relação a *Vidas Secas*. Recepcionaram os livros, respectivamente, Lygia de Alencastro Graça e Lúcia Miguel Pereira. Isso, para mim, é indício de que Graciliano havia sido aceito e legitimado entre os críticos, assim, não necessitava mais dos expedientes de que lançaram mão seus companheiros de roda no sentido de o recepcionar e torná-lo visível perante a crítica carioca¹⁴.

Daí por diante, tratava-se de um escritor reconhecido pelos pares e prestigiado pela crítica. Acredito, assim, que não seja nenhum exagero supor que a relação dele com a Livraria José Olympio Editora ter sido baralhada. Se antes o prestígio da editora, bem como a possibilidade de auferir retornos financeiros maiores, teria o motivado a negociar com ela seu romance *Angústia*, agora, prestes a ser definitivamente consagrado, o que ocorreria com a publicação de *Vidas Secas*, cerca de dois anos depois, e ainda que não tivesse consciência, foi capaz de transferir à editora parte do reconhecimento simbólico que conquistara, já que ambos ocupavam, desse ponto de vista, posições homólogas no campo literário brasileiro.

Uma análise apressada poderia sugerir que o escritor alagoano teve uma ascensão extraordinária, pois pouco tempo depois de publicar seu primeiro romance obteve a consagração. Não obstante, várias foram as constrições que teve de superar. Na esfera pessoal, as finanças volta e meia o deixavam numa situação difícil, e várias vezes teve de morar longe da esposa e dos filhos, quando não morar com um ou outro filho para amenizar a escassez material, remediada pelos trabalhos de tradutor que realizava na Livraria José Olympio Editora e pelos textos que escrevia sob encomenda. Outro fator que merece atenção era a sua idade relativamente avançada quando comparada à idade com que estrearam seus outros companheiros de roda, todos aproximadamente entre os 20 e 30 anos, quando ele já estava por volta dos 40.

Talvez seja exatamente por isso e, também, por ter experimentado o fracasso ainda jovem, que Graciliano tenha sido obstinado na segunda vez que investiu em seu projeto literário. Aproximou-se de uma fração da oligarquia política de Alagoas, por meio da qual conseguiu empregos na administração pública local, migrou para Maceió, onde pôde frequentar uma roda intelectual, estabelecendo laços de amizade e sociabilidade literária firmes com seus integrantes, que o auxiliaram tanto na obtenção de editores como na recepção primeira de seus livros, garantindo, assim, num caso e no outro, sua circulação pela capital cultural do país. Se assim fez, foi porque provavelmente sua experiência anterior tenha lhe mostrado que seria necessário cumprir as exigências impostas pelo funcionamento do campo literário brasileiro, que, segundo Randal Johnson (1995), estava em processo de autonomização.

14. “No caso de José Lins do Rego, [...] a maior parte dos comentários sobre sua obra saíram pelo *Boletim de Ariel*, assinados por intelectuais amigos, que trabalhavam como em um sistema de autorreferência” (Sorá, 2010: 137). Esse tipo de recurso, conforme se depreende do trecho citado, foi mobilizado pela roda de Maceió, podendo-se mesmo falar de estratégias de promoção. Simone Silva (2004) vai na mesma direção ao analisar as estreias de Mário de Andrade e do próprio José Lins do Rego, privilegiando, nesses casos, o sistema de trocas e obrigações presentes no mundo dos livros.

Referências

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição. *Tempo Social*, v. 23, n. 2, p. 191-212, Nov. 2011.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013.
- _____. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012.
- _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.
- _____. A Revolução de 1930 e a cultura. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2000.
- CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- D'ANDREA, Moema Selma. A polêmica revisitada: Regionalismo e Modernismo. *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 1, p. 53-62, 1995.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora USP, 2012.
- JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). *Revista USP*, n. 26, p. 164-181, Ago. 1995.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo: Hedra, 2010.
- MENDONÇA, Wellington Pascoal de. *A consagração de Graciliano Ramos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Retratos do Brasil: Um estudo dos editores, das editoras e das “Coleções Brasileiras”, nas décadas de 1930, 1940 e 1950. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 26, p. 56-89, 1988.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. *Angústia*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

_____. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. *S. Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Caetés*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROCHA, Tadeu. *Modernismo e regionalismo*. Maceió: Edufal, 2014.

SALLA, Thiago Mio; LEBENSZTAYN, Ieda (Orgs.). *Conversas: Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SAPIRO, Gisèle. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 93-105, jun. 2004.

SILVA, Simone. *As rodas literárias nas décadas de 1920-30: troca e reciprocidade no mundo do livro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Editora USP, 2010.

SOUZA, Gilda de Mello e. Teatro ao Sul. In: _____. *Exercícios de leitura*. São Paulo: Editora 34, 2008.

SÜSSEKIND, Flora. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

WILLIAMS, Raymond. O Círculo de Bloomsbury. In: _____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Periódicos consultados

Boletim de Ariel. Mensario Critico-Bibliographico. Ano I – Outubro de 1931 a Setembro de 1932. 12 números.

Boletim de Ariel. Mensario Critico-Bibliographico. Ano II – Outubro de 1932 a Setembro de 1933. 12 números.

Boletim de Ariel. Mensario Critico-Bibliographico. Ano III – Outubro de 1933 a Setembro de 1934. 12 números.

Boletim de Ariel. Mensario Critico-Bibliographico. Ano IV – Outubro de 1934 a Setembro de 1935. 12 números.

Boletim de Ariel. Mensario Critico-Bibliographico. Ano V – Outubro de 1935 a Setembro de 1936. 12 números.

Arquivos consultados

Arquivo IEB-USP, Fundo Graciliano Ramos, Coleção Correspondência Ativa.

Arquivo IEB-USP, Fundo Graciliano Ramos, Coleção Correspondência Passiva.

Arquivo IEB-USP, Fundo Graciliano Ramos, Coleção Correspondência entre Terceiros.



Resenhas

Desafios para uma sociologia pós-colonial

Recebido: 26.06.20
Aprovado: 02.09.20

GO, Julian. *Postcolonial thought and social theory*. New York: Oxford University Press, 2016.

Lucas Amaral de Oliveira*

* Lucas Amaral de Oliveira é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil (2018). Orcid: 0000-0002-1272-4722. <lucasoliveira.ufba@gmail.com>.

Há um movimento no Norte Global, sobretudo em universidades britânicas e estadunidenses, que almeja verter o epíteto “pós-colonial” em uma seara de especialidade da sociologia acadêmica. Colaboração expressiva nesse sentido é a obra de Julian Go, um dos nomes mais provocativos da teoria social contemporânea – ainda com trabalhos quase não divulgados no Brasil.

Professor de sociologia da Universidade de Chicago, Go está envolvido em diversas iniciativas da Associação Americana de Sociologia de renovação crítica da disciplina. Depois de publicar *American Empire and the politics of meaning: elite political cultures in the Philippines and Puerto Rico during U.S. colonialism* (2008) e *Patterns of Empire: the British and American empires, 1688 to the present* (2011), o autor sintetiza suas incursões teóricas em *Postcolonial thought and social theory* (2016). Na ambiciosa obra, Go explora limites e possibilidades de articulação entre teoria social e pensamento pós-colonial, dispendo sobre a viabilidade de uma sociologia pós-colonial. Para ele, a sociologia deve se alinhar às contribuições pós-coloniais para se libertar dos espólios coloniais e da episteme imperial que ainda subjazem sua racionalidade.

Seu ponto de partida é uma desconfiança já presente em Gurinder K. Bhambra (2007), para quem o pensamento pós-colonial periga ser mais uma “revolução perdida” da sociologia. Com isso, Go erige sua premissa: boa parte da sociologia trata as teorias pós-coloniais como irrelevantes e marginais, imputando a elas empiria analítica e solidez metodológica insuficientes para um devido diagnóstico de problemas contemporâneos; paralelamente, ainda há entusiastas pós-coloniais acreditando que a sociologia, acometida por um mal de origem, é epistemicamente limitada, sobretudo porque suas estruturas constitutivas, formas de engajamento e abordagens teórico-metodológicas seriam as mesmas que legitimaram o imperialismo e o colonialismo.

O autor define teoria social como a forma abstrata da pesquisa nas ciências sociais, isto é, uma estrutura a partir da qual as ações e interações humanas são esquematizadas, de modo a servir como ferramenta de sistematização, conceituação e explicação das dinâmicas sociais ao longo da história. No entanto, acrescenta Go, é necessário lembrar que a teoria social nasceu no cerne do império; sua história se confunde com os processos de modernização de alguns poucos países europeus. Já o pensamento pós-colonial, tratado como o conjunto de reflexões que busca transcender os legados do colonialismo e suplantar suas fronteiras epistêmicas, embora possua histórias também relacionadas aos desdobramentos do império, emergiu em oposição radical a ele. Se a teoria social nasceu do e para o império, incorporando sua “cultura” e “história”, o pensamento pós-colonial nasceu contra ele, criticando suas permanências e visando um futuro pós-imperial.

Go, então, interroga: visto que o contexto imperial “nordeou” a sociologia, em que medida ela ainda carrega os laivos dessas raízes? Quais são as heranças, manifestas e sutis, que permeiam suas práticas? Considerando as convergências com a episteme do império, a disciplina não deveria ser decomposta e, então, reconstruída a partir de suas ruínas? Ou, pelo contrário, não deveríamos reposicioná-la de modo tal que ela se beneficiasse dos aportes pós-coloniais?

O autor reconhece que algumas correntes da teoria social apresentam paralelos com o pensamento pós-colonial, como a teoria da dependência e do sistema-mundo, que levaram o colonialismo analiticamente a sério. Porém, essas correntes, que impactaram a sociologia, não foram muito além dos legados econômicos do imperialismo, debruçando-se apenas timidamente sobre seus vetores epistêmicos e culturais. É nesse vácuo que Go reivindica uma sociologia pós-colonial, capaz de desassociar-se das amarras “euro-estadunidenses” e suplantar uma obsessão de concentrar-se tão e somente nas preocupações e nos dilemas da modernidade anglo-europeia.

No primeiro capítulo, “Waves of postcolonial thought”, Go explora as contribuições, ideias e reivindicações históricas do pensamento pós-colonial, concentrando-se em intelectuais representativos/as de duas “grandes ondas”. O argumento é que uma dimensão fundamental do pensamento pós-colonial seria sua oposição política e teórica à episteme do império, o que refletiria um reconhecimento de que o imperialismo se encontra em toda parte (p. 52) e, portanto, é o modelador silencioso de nossas maneiras de ver, conhecer e viver o mundo.

A primeira onda incluiria escritores/as e ativistas anticoloniais e antirracistas, como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Amílcar Cabral, W. E. B. Du Bois e outros/as. Além de

críticos/as do colonialismo, imaginaram mundos possíveis para além do império, ao mesmo tempo em que se engajaram em lutas visando a libertação e a igualdade política formal. Além disso, a primeira onda reconhece que processos derivados do colonialismo foram cruciais para prover sociedades metropolitanas economicamente e, com efeito, legitimar a “modernidade ocidental”. Centrado na obra de Du Bois e Fanon, Go reconstrói a principal contribuição da primeira onda: recuperar vozes, históricas, experiências e subjetividades de povos subalternizados. Ambos asseveraram que o relacionamento colonial constrói a raça e que os colonizados existem em interdependência com o colonizador, sendo que a identidade da pessoa negra – e, com ela, o sentimento de inferioridade que colonizados “epidermalizam” – é construída em relação com a branquitude.

A segunda onda dataria dos anos 1970. Boa parte do capítulo foca nas contribuições de Edward Said, sobretudo em sua tese de que, na produção do Oriente, o Ocidente produz a si mesmo. Said foi quem revelou os processos de conversão de narrativas em estruturas de domínio colonial. Para ele, a “modernidade ocidental” generaliza e ignora a heterogeneidade das culturas, nações e sociedades, apagando diferenças internas mediante essencializações. A “orientalização” do mundo inferioriza o Outro, ora sob caricaturas exóticas, ora como estereótipo representativo do mal absoluto – o que o intelectual palestino intitula “demonologia imaginativa e acadêmica” (Said, 1990: 38). O Orientalismo, enquanto obliteração do Outro, é o imperialismo a nível cultural, isto é, um corpo elaborado de teorias, métodos e práticas a partir do qual, por gerações, se conseguiu estereotipar e objetificar o Oriente, visando servidão, disciplina e dominação.

Mesmo o Orientalismo sendo um dos maiores resquícios da episteme do império para as ciências sociais, sobretudo para a sociologia, no segundo capítulo, “The postcolonial challenge”, Go nos remete a outras duas práticas perniciosas: a “oclusão do império” e o “metrocentrismo”.

A “oclusão do império” é a forma como a sociologia clássica, sobretudo com Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, reprimiram o papel constitutivo exercido pelo imperialismo e colonialismo em suas abordagens. Ainda que por vezes tenham tratado fenômenos como escravidão, exploração e racismo como aberrações no desenvolvimento da modernidade capitalista, negligenciaram as formas pelas quais esses fenômenos foram centrais para moldar sociedades metropolitanas. Daí, decorrem dois vícios: a “bifurcação analítica” e a “supressão da agência colonial”. A primeira é a maneira como a teoria social omite interdependências entre diferentes realidades históricas. A segunda remete à profusão de narrativas etnocêntricas que põem a Europa como única agente criadora de história – enquanto aportes de

outros lugares e sujeitos, bem como as relações entre eles, são silenciadas, marginalizadas ou ignoradas (p. 92).

Considero que a maior contribuição de Julian Go é o desenvolvimento da ideia de “metrocentrismo” para pensar a história da teoria social. Tomado de empréstimo dos estudos urbanos, o conceito, já presente em outros trabalhos (Go, 2013; 2014), demarca uma “versão generalizada do universalismo europeu” (p. 94). O metrocentrismo foi pedra angular da firmação da sociologia como disciplina científica na Europa e nos Estados Unidos: um prisma a partir do qual o etnocentrismo se desloca, transformando-se em recurso discursivo e repertório analítico que faz com que o particular e o paroquial sejam universalizados de forma não reflexiva (p. 96).

O terceiro capítulo, “Reconnecting relations”, advoga pelo protagonismo da sociologia em uma “terceira onda” pós-colonial. Para tanto, Go explora a proposta de Said (2011: 123) a respeito de uma “leitura em contraponto”, a fim de que “territórios sobrepostos” e “histórias entrelaçadas” sejam revelados dos processos de silenciamento e dos epistemicídios. Go afirma que a analítica contrapontual deve ser o imperativo metodológico da sociologia pós-colonial, o que problematiza, de um lado, como as dinâmicas coloniais ajudaram a constituir as ideias de Ocidente e Modernidade (p. 112) e, de outro, como tratar a agência subalterna sem recorrer a essencialismos identitários ou a reivindicações de uma autêntica razão subalterna (p. 113).

Gayatri Spivak alertou que a recuperação da agência colonial deve ser feita de modo tal que os subalternos não sejam, de novo, vítimas da episteme imperial, que os objetiva e os fetichiza, sendo necessário um “essencialismo estratégico” que permita abordá-los como dispositivos políticos e historiográficos. A análise de Homi Bhabha sobre sobre “mimeses” e “hibridismo” opera em sentido análogo, permitindo escavar a agência colonial, que, como resistência, deve ser avaliada relacionalmente, porquanto nascida no interstício entre histórias metropolitanas e coloniais.

Dos conceitos de leitura contrapontual, mimeses/hibridismo e essencialismo estratégico, Julian Go constrói sua ideia de “relacionalismo pós-colonial”, argumentando que a missão da sociologia deveria ser a de se debruçar sobre a inter-relação de colonizadores e colonizados, no sentido de examinar suas dinâmicas justapostas e contínuas, suas narrativas interdependentes e suas histórias entrelaçadas, para construir uma imaginação global e pós-colonial da sociologia.

Para desenhar sua proposta, Go retoma uma leitura a contrapelo da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. A primeira é repensada a partir da teoria dos campos, de Pierre Bourdieu, a fim de que a Revolução Francesa seja reavaliada de

uma maneira que não oclua seu outro constitutivo: a Revolução Haitiana. A segunda é revisada a partir da teoria do ator-rede, de Michel Callon e Bruno Latour, autores que levam Go a dizer – sem muita novidade – que não se pode interpretar a história da Revolução Industrial sem conjuntamente analisar como ela esteve indissociavelmente imbricada com a manufatura nas colônias britânicas, sobretudo na Índia.

No último capítulo, “The subaltern standpoint”, Go retoma sua crítica ao metrocentrismo para trazer à tona as contribuições da teoria do ponto de vista, em especial a sua articulação feminista – Dorothy Smith, Sandra Harding, Patricia Hill Collins e outras –, colocando esse corpo teórico-metodológico híbrido em diálogo com aportes emergentes, como as teorias do Sul e as sociologias endógenas. O vínculo entre tais perspectivas constitui a receita derradeira de seu projeto epistêmico: a sociologia pós-colonial, fundada sobre as bases de uma perspectiva crítica, realista e relacional que leve em conta a posicionalidade analítica, que sustenta que todo conhecimento é situado. Nesse sentido, duas problemáticas são elaboradas. A primeira inquire em que medida conceitos situados nos ajudam a compreender a lógica global da dominação capitalista. A segunda interroga os limites do subjetivismo e do relativismo: tendo em vista que a objetividade científica é inalcançável e a “verdade” impossível de ser desvelada, até que ponto sociologias “periféricas” produziram saberes universalmente válidos, sem que com isso seu estatuto “científico” se dilua em particularismos isolados?

Go retoma as análises de Fanon sobre o colonialismo para asseverar que, embora tenham emergido de dinâmicas situadas do Império Francês em África, hoje elas são usadas para capturar dinâmicas raciais de outras situações pós-coloniais. Isso não denota que as teorizações de Fanon sejam universais em si, mas que são potencialmente “generalizáveis” para outras circunstâncias. Tal é a deixa para Go propor uma “perspectiva subalterna” baseada nos estudos feministas, com o diferencial de não se enraizar apenas no gênero, mas também na geopolítica do conhecimento e na hierarquia social global forjada pelo império. Assim, ele se refere “à posição social – e, portanto, às atividades, experiências, preocupações e perspectivas – das populações periféricas” (p. 159). O que torna a perspectiva subalterna digna de especificação é que ela provincializa as teorias sociais, tensionando suas bases metropolitano-imperiais e forçando-as a transcender, de um lado, o modelo de mundo imaginado pelo colonizador e, de outro, a reconstruir outros mundos possíveis a partir das experiências, histórias, saberes e práticas subalternizadas (p. 173). Nessa medida, a perspectiva subalterna proposta pelo autor pode ajudar a sociologia de quatro formas: provincializar suas categorias analíticas; produzir melhores narrativas sobre relações e práticas enraizadas na agência do subalterno; cultivar novas

teorias, métodos e conceitos acerca de temas convencionais; e redirecionar a atenção para histórias ocultadas pela episteme imperial.

De fato, Go firma debates importantes com nomes que vêm problematizando os efeitos do orientalismo, colonialismo, eurocentrismo, racismo e androcentrismo nas dinâmicas de produção sociológica, como Syed Farid Alatas, Gurminder Bhambra, Raewyn Connell, Sanjay Seth, Gregor McLennan, Akinsola Akiwowo, Sujata Patel, Zine Magubane, Isaac Reed, Encarnación Gutiérrez Rodríguez, Boaventura de Sousa Santos etc. Contudo, sua ambição é proporcional aos lapsos de sua obra, sobretudo em relação ao acúmulo científico do/no Sul Global sobre o tema.

O primeiro deslize consiste no modo como Go analisa os legados insistentes (*lingering legacies*) do imperialismo. Ora, esses legados já foram tratados enquanto “colonialidades” pela Teoria Decolonial – à qual o autor pouco se refere (p. 147) –, que tem na figura do sociólogo peruano Aníbal Quijano seu nome mais proeminente. Quijano, autor esquecido no livro, junto com outros/as de renome internacional – como Linda Alcoff, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Iliana Rodriguez, Nelson Maldonado-Torres, Santiago Castro-Gómez, María Lugones, Rita Laura Segato etc. –, sequer aparecem nas notas. As exceções são os decoloniais Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo e Enrique Dussel. Claro, é preciso considerar a necessidade imperiosa de selecionar, uma vez que é impossível para as ciências sociais abraçar todas as perspectivas, recortes de tempo e espaço etc. No entanto, a consequência desse lapso é que muitos dos caminhos trilhados e dos temas enfrentados no trabalho não são tão inéditos quanto o autor insinua: desde o início dos anos 1990 têm sido abordados com fôlego por cientistas sociais latino-americanos/as, que fizeram da “decolonialidade” o terceiro elemento da dialética “modernidade/colonialidade”, isto é, um espaço de reconstrução das histórias, racionalidades e utopias negadas pela episteme imperial.

O segundo problema é decorrência do primeiro, abarcando a forma como o sociólogo estadunidense reivindica para si o papel de projetar a arquitetura epistêmica da sociologia pós-colonial. Ainda que se trate de excelente trabalho de revisão bibliográfica e história das ideias, com *insights* pertinentes sobre incidências entre teoria social e pensamento pós-colonial, a obra peca pela pretensão. A própria pretensão acaba funcionando de gatilho para, involuntariamente, minorizar uma série de contribuições emergentes no Sul Global. É de se estranhar, por exemplo, que Go não faça menção ao impacto do feminismo decolonial e afro-indígena ou da virada ontológica na América Latina para a teoria social. Isso leva o autor, de um lado, a fazer leituras relapsas da história da teoria social contemporânea; de outro, a afogar teóricos/as do Sul com aportes do Norte, sem praticar o relacionalismo que ele próprio

apregoa – como quando convoca a teoria dos campos e do ator-rede na construção da perspectiva subalterna, ou quando trata a teoria da dependência mencionando só André Gunder Frank como articulador central (p. 116), omitindo os/as latino-americanos/as (Raúl Prebisch, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra etc.). Isso não significa romper com autores/as porque são do Norte Global – não seria atitude justa, nem epistemologicamente instigante. Trata-se de reconhecer o Sul Global enquanto lugar de enunciação científica, e que esse lugar é tão constituinte quanto constituído pelas relações que estabelece com o Norte Global.

Esses lapsos revelam como, em certos momentos, Go falha naquilo que denuncia. Ao acusar a teoria social metrocêntrica de postular uma “gnose totalizante” (Dussel, 2002), faz algo similar, perpetrando uma série de oclusões epistêmicas e disciplinares. E isso me leva a uma última crítica em relação à obra: o tratamento menor concedido às contribuições pós-coloniais. Por alguma razão ainda não convincentemente demonstrada, essas contribuições não logram adentrar o palácio das “teorias”, no sentido de figurar um conjunto de hipóteses ordenadas sobre o mundo social. Em vez disso, para o autor, os aportes pós-coloniais “devem” ser vistos de maneira mais ampla (p. 203), como “perspectivas”, “estudos” ou, como prefere Julian Go, como *Weltanschauung* (p. 197). Raewyn Connell (2007) argumenta que se deslocarmos esse fato para um contexto internacional de produção de conhecimento, perceberemos uma divisão global do trabalho acadêmico inscrita sob a égide de uma geopolítica científica historicamente desigual: é do Norte Global que teorias com pretensões explicativas “universalistas” são importadas, o que acirra processos de dependência epistêmica (Alatas, 2003); ao passo que, ao “resto”, concede-se a alcunha de “pensamento” – como “pensamento social brasileiro”, por exemplo, o que impõe uma semiautonomia e uma cobertura analítica que dificilmente ultrapassa fronteiras regionais.

Embora desatento em meio a sua ambição epistemológica, Go cumpre com a missão primeira que se propõe: aproximar teoria social e pensamento pós-colonial, mapeando as tensões e convergências entre esses campos. E não se trata de tarefa fácil. De um lado, há um campo cuja origem remonta a cultura metropolitana da “modernidade europeia”; de outro, um campo cujos fundamentos foram assentados sobre ideias e movimentos anticoloniais, que nasceram em oposição ao império. O primeiro é institucionalizado, ao passo que o segundo é objeto de disputas transdisciplinares. Julian Go rastreia e sintetiza os principais vínculos entre esses dois campos, mostrando como um tipo de relacionismo analítico relacionado àquilo que ele chama de “perspectiva subalterna” pode conduzir a sociologia global a uma dissolução das bifurcações analíticas e das oclusões que constituem as maiores heranças da episteme imperial para a atualidade sociológica.

Referências

ALATAS, Syed F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.

BHAMBRA, Gurinder K. Sociology and postcolonialism: another “missing” revolution? *Sociology*, v. 41, n. 5, p. 871-884, 2007.

CONNELL, Raewyn. *Southern theory*. Sydney: Allen & Unwin, 2007.

DUSSEL, Enrique. World-system and transmodernity. *Nepantla*, v. 3, n. 2, p. 221-244, 2002.

GO, Julian. Beyond metrocentrism: from empire to globalism in early U.S. sociology. *Journal of Classical Sociology*, v. 14, n. 2, p. 178-202, 2014.

_____. Introduction: entangling postcoloniality and sociological thought. *Political Power and Social Theory*, Special issue: postcolonial sociologies, v. 24, p. 3-31, 2013.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Shwarcz, 2011.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.



Process tracing como método de pesquisa para as ciências sociais*

Recebido: 03.02.20
Aprovado: 06.08.20

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem Emmanuely Leitão. *Process Tracing nas ciências sociais: fundamentos e aplicabilidade*. Brasília: Enap, 2018.

José Roberto Abreu de Carvalho Junior**
Magnus Luiz Emmendoerfer***

A pesquisa científica se caracteriza por seu rigor, sua validade e confiabilidade na produção de conhecimento sobre o mundo. A pesquisa científica tem por finalidade a busca por respostas para perguntas e soluções de problemas inquietantes que, num primeiro momento, parecem um mistério para os indivíduos. Nessa busca por respostas, os indivíduos, na figura de pesquisadores, deparam-se diante de uma infinidade de ferramentas metodológicas que podem auxiliar na consecução de seus objetivos. Essas ferramentas metodológicas podem ser entendidas como métodos de pesquisa. Um dos métodos de pesquisa existentes é o *process tracing*.

O método *process tracing* é o principal interesse dessa obra. O título é sugestivo e bem autoexplicativo. Obras equivalentes são os livros *Process tracing: from metaphor to analytic tool*, de Andrew Bennett e Jeffrey T. Checkel (2015) e *Process tracing methods: foundations and guidelines*, de Derek Beach e Rasmus Brun Pedersen (2019). Na literatura brasileira, há uma incipiência de trabalhos sobre o tema e as publicações existentes se concentram em artigos científicos, especialmente dos últimos cinco anos. Conforme as autoras destacam, o *process tracing* é um método contemporâneo no contexto científico. Assim, a justificativa da obra reside nessa característica de novidade de um método de pesquisa. Por ser recente, entende-se que o método necessita de uma apresentação de suas definições bem como as condições para sua aplicabilidade em pesquisas científicas. Além disso, um dos problemas recorrentes apontado pelas autoras é o clássico questionamento acerca do rigor e da validade das pesquisas qualitativas para a produção do conhecimento. O *process tracing* poderia ser uma interessante estratégia para avançar nessa discussão.

O livro traz contribuição tanto teórica como prática para o campo da administração, mais especificamente para o campo da administração pública, uma vez que sua

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 e do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Adicionalmente, agradecemos os avaliadores e revisores da Revista SE que anonimamente contribuíram para a melhoria do texto ora publicado.

** José Roberto Abreu de Carvalho Junior é doutorando em administração na Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Orcid: 0000-0002-6016-3667. <jose.r.carvalho@ufv.br>

*** Magnus Luiz Emmendoerfer é doutor em sociologia e política pela Universidade Federal

de Minas Gerais (UFMG), professor do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil.
Orcid: 0000-0002-4264-8644.
<magnus@ufv.br>.

atenção se volta para as ciências sociais. A contribuição teórica se dá no sentido de avançar com a discussão do conceito e do uso do método. Nesse sentido, o *process tracing* pode ser útil para pesquisas científicas de abordagem qualitativa que tenham por finalidade a investigação das causas de um problema. A contribuição prática se destina aos profissionais que buscam entender quais são as possíveis causas de um problema. A área de análise de políticas públicas, por exemplo, pode ser um campo fértil para aplicação do método, dada a complexidade natural existente no processo de explicação de resultados. Assim, entende-se que tanto pesquisadores acadêmicos como profissionais práticos são os principais públicos beneficiários desse livro.

Sugere-se que já se tenha um conhecimento prévio de metodologia qualitativa aplicável às ciências sociais antes da leitura deste livro, no caso de ser o leitor um pesquisador acadêmico. Esse conhecimento pode ser adquirido através de leituras sobre as características gerais pertinentes a uma pesquisa de abordagem qualitativa. Essas características dizem respeito, por exemplo, ao rigor, à validade e à confiabilidade dos dados necessários a uma pesquisa qualitativa. Esse conhecimento prévio pode tornar o entendimento do leitor acerca do *process tracing* mais frutífero. No caso de ser o leitor um prático, julga-se que é dispensável essa leitura prévia. Tal dispensa se justifica pelo fato de seu foco não ser o de validar uma pesquisa, mas sim o de usar o método como ferramenta para o seu trabalho.

Sobre as autoras, Eleonora Schettini Martins Cunha é doutora e mestre em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bacharel em serviço social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em políticas sociais e movimentos sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em política social e serviço social pela Universidade de Brasília (UnB). É professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFMG. Carmem Emmanuely Leitão Araújo é doutora em ciência política também pela UFMG, mestre em saúde pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bacharel em psicologia pela UFC, especialista em processos educacionais e em gestão da clínica nas redes de atenção à saúde pelo Instituto Sírío-Libanês de Ensino e Pesquisa. É professora do Departamento de Saúde Comunitária da UFC.

Pode-se dizer que a obra se resume em três partes principais: uma contextualização, que embasa o surgimento do método; a definição do método; e a aplicação do método. Eleonora Cunha e Carmem Araújo começam falando de um debate metodológico que marcou as ciências sociais ao longo do tempo: a clássica oposição entre abordagem quantitativa e qualitativa. Nesse embate, os métodos quantitativos, historicamente, receberam maior valorização e preferência em relação aos

métodos qualitativos. Contudo, ultimamente, tem-se reconhecido também o valor da metodologia qualitativa e essa polarização e hierarquização entre os métodos tem diminuído. Entende-se que a metodologia, quantitativa ou qualitativa, deve adequar-se ao problema e à pergunta de uma investigação e não o contrário.

Ao se referirem ao uso de métodos qualitativos em uma pesquisa científica, as autoras destacam então que o desafio para os pesquisadores está no refinamento de métodos que possam produzir inferências válidas, com especial atenção para aqueles que busquem explicações sobre causalidade. Um desses métodos – e que tem ganhado destaque ultimamente – é o *process tracing*, que as autoras traduzem como “rastreamento de processo”. Os três capítulos que seguem à apresentação dizem respeito, respectivamente, aos fundamentos do método, ao método em si e à sua utilização.

No Capítulo 1, as autoras lembram que, independentemente do método, o objetivo de uma pesquisa é a inferência, a partir de evidências que permitam ao pesquisador realizar conclusões sobre aquilo que não está explícito. Então inserem o *process tracing* nesse contexto, como método considerado efetivo para a construção de inferências causais em estudos de caso. As autoras entendem que o estudo acurado de um fenômeno de interesse é mais recomendável para perguntas que queiram explicar como e por que um fenômeno social ocorre. Nesse sentido, o estudo de caso(s), múltiplos ou singular, se apresenta como ferramenta interessante para o método *process tracing*.

Ainda no Capítulo 1, as autoras trazem explicações sobre causalidade. Elas entendem que o exercício de pesquisadores é construir uma proposição a partir de observações empíricas relacionadas entre si, ou seja, produzir explicações a partir da pesquisa realizada. Essas inferências podem ser descritivas ou causais. Cunha e Araújo entendem que a causalidade pode aparecer sob diferentes formatos. Por exemplo, pode haver múltiplas causas para um único resultado ou uma única causa pode produzir diferentes resultados. A causalidade envolve efeitos e mecanismos causais. Há uma associação entre mecanismos causais e o *process tracing*, que seria o método de identificação de causalidade. A parte final do capítulo trata de inferências. Aqui, as autoras começam explicando que os fenômenos sociais são complexos, específicos e de causalidade própria. Citam que há três tipos de lógicas inferenciais: frequentista, comparativa e bayesiana. Destacam que a lógica bayesiana (ou lógica da probabilidade subjetiva, formulada por Thomas Bayes, no século XVIII) será a mais abordada no livro por estar associada ao método *process tracing*. Cunha e Araújo fazem um detalhamento minucioso da lógica bayesiana. Nesse detalhamento, abordam os seus passos de definição, compreensão, fórmula matemática, exemplos de utilização e finalidade. As autoras concluem que a utilização

da lógica bayesiana está baseada em probabilidades. O seu surgimento se dá pela preocupação em aumentar a confiança de uma explicação a partir das evidências.

O Capítulo 2 se dedica a apresentar o que de fato é o método *process tracing*. Primeiramente, as autoras trazem as definições do método *process tracing*. Há um resgate histórico do surgimento do método, culminando na diversidade de sua definição atualmente. Para tanto, as autoras constroem um quadro que mostra essa diversidade de conceituação do método entre diferentes autores. Cunha e Araújo entendem que o *process tracing* busca explicar mecanismos causais que geraram determinados resultados e que, assim sendo, está associado a eventos já ocorridos. Nesse sentido, pode-se depreender que o *process tracing* não seria aconselhável para eventos que ainda estão ocorrendo, que ainda estão produzindo resultados. Conforme as análises das autoras baseadas na literatura, o *process tracing* requer uma análise de mecanismos causais que se estabelecem através da ideia de cadeias e de conexão que produzem os resultados.

Mais adiante, há uma preocupação em explicar o que são os mecanismos causais. O Quadro 2, referenciado de outros autores, é extremamente didático para o entendimento do que são os mecanismos causais. O Quadro 3 também ajuda o leitor a entender melhor o funcionamento dos mecanismos causais por meio de vários exemplos. Cunha e Araújo alertam para a importância de se compreender o contexto em que ocorrem os mecanismos causais do fenômeno estudado. As autoras também apresentam as variações do *process tracing*. Apoiam-se em especialistas da área e identificam que o *process tracing* se divide em dois grupos: aqueles mais indutivos, preocupados em gerar teoria; e os mais dedutivos, interessados em testar a teoria. Os objetivos do método podem ser: explicar resultados, testar teoria, construir teoria e refinar/revisar teoria. Ainda no Capítulo 2, há uma preocupação das autoras em relacionar inferências com o *process tracing*. Elas explicam que o pesquisador, baseando-se em conhecimentos produzidos anteriormente, desenvolve uma teoria sobre um mecanismo que hipoteticamente pode explicar o resultado observado. Então ele parte para a coleta de evidências confrontando-as com a teoria e realizando um processo de validação dessas evidências seguindo a lógica bayesiana. Esse processo servirá para aumentar ou diminuir a confiança na teoria. O sucesso da aplicação do método depende muito da realização de testes de hipóteses, formuladas *a priori* pelo pesquisador como maneira de salvaguardá-lo metodologicamente e que geram validade e confiabilidade no processo de inferência.

O Capítulo 3 está reservado para a apresentação da utilização do método. Novamente apoiando-se em outros autores, Cunha e Araújo descrevem uma série de dez práticas cuidadosas que o pesquisador deve seguir para uma melhor utilização

do método. As autoras instigam o pesquisador a ter em mente qual problema ele busca resolver e se o método *process tracing* de fato se apresenta como a melhor alternativa para tal. O pesquisador deverá saber qual processo ele deseja rastrear. Cunha e Araújo consideram como etapa fundamental do uso do método encontrar e interpretar evidências diagnósticas do estudo. Explicam as autoras que a evidência representa qualquer nova observação ou informação relevante que se relaciona com as hipóteses. Assim, alertam para a necessidade de o pesquisador saber o contexto do estudo bem como o que observar e como realizar as suas observações. Exemplos de onde encontrar evidências como material empírico para o uso do *process tracing* são documentos, relatórios, jornais, observações participantes etc.

Mais adiante, as autoras destacam que o pesquisador deve olhar os resultados como frutos de um processo. Esse processo pode ser analisado de uma perspectiva para a frente (como efeitos potenciais) ou para trás (como efeitos causadores). As autoras afirmam que essa verificação se assemelha ao trabalho de um detetive que busca por pistas através da realização de testes que levaram ao resultado observado. O *process tracing* deve contemplar uma narrativa histórica do caso em questão. Além disso, o pesquisador deve ter especial atenção para duas ferramentas essenciais para o *process tracing*: a descrição e a sequência. Requer-se habilidade para caracterizar as etapas de um processo, que fornecerão uma análise de mudança e de sequência. Essas tarefas auxiliarão a compreender os mecanismos causais. Cunha e Araújo propõem uma sugestão para a representação de um mecanismo causal através da Figura 5. Essa figura é muito didática para a compreensão do leitor, e acreditamos que serve de orientação para a aplicabilidade do método *process tracing*.

No fim do Capítulo 3, as autoras lembram da necessária confiança entre teorias e evidências, inerente ao *process tracing* através da lógica bayesiana. O pesquisador deverá possuir um conhecimento profundo de teorias e ter a sagacidade de fazer associações por meio de sua capacidade interpretativa. Os testes de hipótese auxiliam essa relação. Os mais comuns são: *straw-in-the-wind test*, *hoop test*, *smoking-gun test*, *doubly-decisive test*.

O Capítulo 4 é o último capítulo do livro e traz as considerações finais das autoras. Destacam o crescente interesse e a utilização do método *process tracing*. As autoras reconhecem que o método é inovador, mas também que apresenta limitações. Entretanto, preferem apostar no potencial do método para a explicação de mecanismos causais, que normalmente não são tão diretamente observáveis.

Como ponto positivo da obra, destacamos justamente o seu propósito maior: apresentar um método de pesquisa qualitativa aplicável às ciências sociais, método

esse ainda recente e que carece de consenso na academia. A pesquisa qualitativa constantemente sofre preconceitos por parte de visões mais ortodoxas do modo de se fazer pesquisa científica, especialmente aquelas visões com orientação mais positivistas. São louváveis, portanto, iniciativas como a dessa obra, que tenham por objetivo apresentar e discutir métodos qualitativos que também sejam capazes de explicar causas para um problema, não necessariamente através de explicações exclusivamente numéricas.

Como ponto negativo da obra, observa-se o pouco uso de ilustrações, modelos mentais, esquemas analíticos que, certamente, poderiam facilitar o entendimento do leitor. Entretanto, é importante ressaltar que o pouco uso dessas ilustrações em nada compromete o entendimento do texto e do que vem a ser o método *process tracing*. Ainda como limitação, julga-se que a obra não apresenta tantos casos práticos de aplicação do método. Acredita-se que exemplos concretos do uso do método poderiam fornecer uma maior sustentação à leitura, bem como fomentar a imaginação do leitor. Embora as autoras mesmas reconheçam que o método apresente limitações, não detalham quais são essas limitações. Assim, baseando-se somente no exposto na obra, acredita-se que o método *process tracing* pode se mostrar um tanto ousado para o que se propõe. Portanto, uma sugestão para o leitor é a busca por trabalhos adicionais que tenham realizado aplicações práticas do método para um maior entendimento quanto à sua utilização.

Referências

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. *Process-tracing methods: foundations and guidelines*. Ann Arbor (MI): University of Michigan Press, 2019.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (Eds.). *Process tracing: from metaphor to analytic tool*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2015.



A onda conservadora, uma ameaça à democracia?

Recebido: 28.04.20
Aprovado: 03.08.20

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2018.

Paulo César Batista*

* Paulo César Batista é doutorando em ciências humanas (sociologia) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil, com mestrado em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2005), Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: 0000-0001-7316-5971. <prof.sezar@gmail.com>.

Poucos livros têm a rara felicidade de serem lançados tão oportunamente quanto este da Editora Unicamp intitulado *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismo – análises conjunturais*, organizado por Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol. Fruto de um seminário homônimo ocorrido na universidade de Campinas, em 2016, que reuniu pesquisadores de diferentes regiões do país, este livro é uma coletânea de ensaios que procura trazer ao público algumas reflexões sobre a conjuntura nacional marcada por uma crise política desencadeada pelos protestos de rua ocorridos em junho de 2013.

Nos textos que compõem o livro, é quase uníssono que nossa conjuntura política tem sido atravessada por debates e conflitos nos quais, não raro, em vez de argumentos, têm sido mobilizadas categorias contra os oponentes políticos que nem sempre guardam relação com o sentido e o contexto original no qual estas tiveram o seu berço. O uso no plural das três categorias que nomeiam a obra tem o objetivo de nos alertar que, embora lastreados pela história, essas ultrapassam a especificidade de seus eventos originários; e que, portanto, se faz necessário colocá-las em relevo para percebermos se estas ainda dão conta desse cenário político cada vez mais complexo e multifacetado.

O livro é dividido em seis textos de representantes de diferentes áreas, sendo estas: psicanálise, história, antropologia, sociologia, filosofia e ciência política. Apesar dessa separação por disciplinas, há um diálogo implícito entre elas, posto que todos os textos da obra têm como dimensão transversal

a percepção de que está em curso um processo de “endurecimento” das relações políticas, sociais e culturais em detrimento de algo que pode ser metonimicamente denominado como universo dos direitos (p. 7).

Antes de seguir adiante, esclareço que, longe da pretensão de esgotar a riqueza e as possibilidades da obra em análise, destacarei apenas alguns elementos que me parecem atestar o vigor e a pertinência dessa coletânea. Passemos aos textos.

O pesquisador Joanildo Burity nos apresenta o primeiro dos seis textos do livro, cujo título – “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?” – já sugere a existência de uma “onda conservadora” que a nossa conjuntura política atual estaria atravessando. Como reconhecido especialista em religião e suas interfaces com a política e o espaço público, este autor procura interrogar o que há e se de fato há algo de “especificamente religioso” neste cenário político pós-2014 (p. 20).

Na base de seu argumento está o fato de que o segmento dos *pentecostais*, a vertente evangélica com mais desenvoltura e presença no cenário político nas últimas décadas, tem sido um dos vetores mais importantes na sustentação dessa onda conservadora. Curiosamente, este segmento que fora considerado um grupo *minoritário* na política até 2002 e depois um dos grandes beneficiados no contexto de abertura às minorias, agora parece colaborar direta e indiretamente para minar essa mesma democracia da qual se beneficiou, ao assumir posições contrárias a projetos e políticas públicas que tratam justamente do reconhecimento dos direitos das minorias, sobretudo das pautas identitárias. Em resumo, afirma o autor, agora “voltam-se contra o mesmo projeto que mais sistematicamente os cortejou e os empoderou” (p. 33).

Burity sustenta que se antes eram vistos como segmento minoritário no tabuleiro político, os pentecostais assumem agora uma vocação hegemônica expressa na formação da Frente Parlamentar Evangélica, mais conhecida como bancada evangélica. Embora essa frente não seja um todo homogêneo, para o autor, parece claro

que grande parte da elite parlamentar evangélica (majoritariamente pentecostal) é profundamente conservadora na atual legislatura, tanto em termos de valores morais como políticos (p. 44).

Apoiado em extensa bibliografia, o autor fundamenta sua análise gravitando em torno de categorias e conceitos que dialogam fundamentalmente com a noção de religião pública e a relação desta com a política, embora, ao trabalhar com as categorias fundamentalismo e conservadorismo, o faça com o cuidado de pensá-las numa perspectiva relacional em função do seu uso pelos atores envolvidos no embate político. Por fim, Joanildo Burity conclui que, mesmo considerando que haja um “conservadorismo religioso”, este é apenas mais um elemento nesta onda

conservadora que tanto tem chamado a atenção dos pesquisadores e analistas nos últimos anos.

Os professores Alvaro Bianchi e Demian Melo fazem da pergunta “Donald Trump é fascista?” o título do segundo ensaio do livro em tela. Aparentemente simples a questão em si, os autores demonstram que uma resposta a esta questão exige cautela (p. 69). Ao longo do texto, embora os autores não explicitem, o leitor é tentado a estabelecer paralelos com o nosso contexto político de emergência de movimentos de protestos à direita.

Os autores firmam que, apesar de Trump ser “conhecido por posições escandalosamente racistas” (p. 68), o uso do termo fascista aplicado ao presidente norte-americano necessita ser melhor dosado pois, embora Trump expresse “certas atitudes e comportamentos políticos geralmente associados com o fascismo” (p. 69), o uso simplista desta categoria seria inadequado, posto que nem todos os elementos associados ao fascismo se encontram na retórica e na atuação daquele presidente. Além disto, argumenta-se que o termo populista, adotado por alguns autores em relação à Trump, também careceria de mais elementos para um uso adequado.

O ponto alto do texto é a sugestão que, considerando haver um crescente consenso antidemocrático no interior da direita americana apoiado em organizações extremistas tais como Tea Party e a Alt-Right, estaria se observando naquele cenário político o surgimento de “sistemas pós-democráticos” e – por que não dizer? – “pós-fascistas” (p. 80). Mesmo que estes termos descrevam um fenômeno ainda transitório e incompleto, Donald Trump seria apenas o reflexo dessa conjuntura.

Enfim, mais importante que uma simples resposta àquela pergunta original que oferece o título ao artigo é a análise oferecida do cenário político americano. Pode-se concluir com os autores que, na cena política norte-americana, o recrudescimento dos movimentos de direita, os ataques a grupos minoritários e a adoção de discursos em prol de mais autoridade em favor da “lei e da ordem” têm flertado perigosamente com narrativas antidemocráticas. E, isto posto, talvez as semelhanças daquele cenário político com o nosso não sejam apenas coincidências.

Passemos ao terceiro ensaio da coletânea. A partir da metodologia de Análise de Eventos de Protesto (AEP), a pesquisadora Luciana Tatagiba nos traz uma interessante reflexão sobre a tomada das ruas por mobilizações que manifestam um forte “protagonismo das direitas” (p. 89). Um espaço – as ruas tomadas por mobilizações de protesto – que quase sempre fora ocupado pelas esquerdas, agora conta com um contingente cada vez mais expressivo de seu par antagônico, qual seja, as direitas.

A autora nos chama a uma nova perspectiva analítica que significa ir além da abordagem institucional para apreendermos os processos que ocorrem na base da sociedade. Nessa perspectiva, Tatagiba desenvolveu uma extensa pesquisa sobre os protestos que ocorreram entre 2011 e 2016.

Apesar dessas afirmações iniciais, a autora expressa o cuidado com a utilização de categorias que possam cristalizar a reflexão de fenômenos complexos como os protestos de rua. Assim, ao utilizar a expressão “protestos à direita”, ela o faz num sentido estrito, ao levar a sério as próprias categorias utilizadas pelos participantes desses eventos, os quais “se afirmavam de direita e/ou conservadores” (p. 93).

Fundamentada em considerável base empírica, a autora destaca que as principais demandas nesses protestos orbitaram em torno de questões relativas à moral e à ordem, demandas pelo fortalecimento da autoridade e, sobretudo, o combate à corrupção, sendo que esse item da pauta foi quase exclusivamente direcionado em relação ao Partido dos Trabalhadores, como se este fosse o único responsável pelo quadro de corrupção sistêmica que há muito se percebe no Brasil. Segundo a autora, o clímax desse processo foi a forte mobilização pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, tendo “o antipetismo como forte substrato emocional desse processo” (p. 100).

Um dos méritos do texto de Tatagiba está em sistematizar, com fatos dados empíricos, a percepção que outros analistas já haviam expressado, mas sem o embasamento do consistente trabalho de campo apresentado pela autora. Ademais, o texto abre um leque de possibilidades para outras pesquisas que possam nos ajudar a compreender melhor fenômenos dessa mesma natureza ainda em curso.

No quarto texto, “Crise, alucinação e mentira: o anticomunismo do nada brasileiro”, o psicanalista Tales Ab’Sáber parte dos filmes “Cabra marcado para morrer” e “Terra em transe”, dois clássicos do cinema brasileiro, para fazer uma análise da atual conjuntura política. O autor sustenta, sem economia de adjetivos – algo pouco comum na escrita acadêmica –, que há no Brasil uma latente tradição antidemocrática, autoritária e de recusa em reconhecer o direito à plena cidadania (p. 142).

Segundo Ab’Sáber, apoiado em alguns exemplos históricos, literários e, principalmente, do cinema brasileiro, a mentira e a farsa como modo de fazer política no Brasil não é novidade na nossa tradição. O autor afirma que, na impossibilidade de simples eliminação da própria existência do adversário político, não raro tal desejo é transformado em narrativas altamente parciais e fragmentárias da própria realidade (p. 140).

O destaque do texto fica a cargo da utilização de um interessante conceito psicanalítico denominado alucinação, de Wilfred Bion – embora o autor não apresente uma referência bibliográfica mais detalhada sobre o mesmo –, que aponta como algumas narrativas acabam por gerar uma distorção da capacidade de pensar e, conseqüentemente, uma distorção da própria realidade (p. 128). Segundo o autor, essa estratégia estaria sendo massivamente utilizada no intuito de construir uma pseudorealidade lançando até mesmo mão de narrativas anacrônicas. Assim, segundo ele, o que se observa é “a farsa, de uma guerra fria particular antipetista, dos anticomunistas do nada atuais, produtora de alucinação no lugar do pensamento...” (p. 131).

Em suma, de acordo com o autor, toda a construção dessa narrativa antipetista, na verdade seria a expressão de um latente “anti-humanismo antidemocrático” autoritário presente em nossa tradição brasileira (p. 130) que se viu ameaçado pelas políticas de redução da pobreza e da miséria e, principalmente, pelas políticas de ampliação da cidadania e dos direitos sociais.

Ao se utilizar de conceitos e expressões próprias da psicanálise, o mérito do texto está em ampliar a possibilidade de análise de nossa conjuntura a partir de outras linguagens (cinema e literatura) e conceitos. Todavia, falta ao texto uma exposição mais sistemática das fontes bibliográficas com as quais dialoga. Para um público mais amplo (fora da academia) talvez isso não seja considerado uma *falta* mas, para um público mais especializado, essa estratégia pode, no mínimo, deixar a desejar. Todavia, ressalte-se que esta ponderação, por si só, não retira o mérito e a pertinência do texto e das reflexões que suscita.

O penúltimo ensaio da coletânea nos é oferecido pela professora Yara Frateschi. Em seu texto “Antibolivarianismo à brasileira”, a autora faz uma análise do “discurso antibolivariano como fator de mobilização social contra o lulopetismo” (p. 145). Este discurso foi forjado principalmente pela grande mídia e por políticos da oposição à época do governo Dilma, cujas raízes remontam a 2014, logo após a vitória da chapa encabeçada pelo PT. Ali começaria a construção de uma narrativa que visava não apenas a contestação do governo eleito, mas a desconstrução deste ao impingir-lhe a alcunha de “bolivariano” – como sinônimo de governo “totalitário” –, numa clara referência ao governo da Venezuela tido como uma “ditadura” instaurada por Hugo Chaves (p. 144).

Segundo Frateschi, o estopim para o início desse discurso da oposição foi a assinatura, em 2014, do Decreto 8.243 que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Por este texto legal, objetivava-se que a sociedade civil, por meio dos cidadãos organizados em movimentos sociais, tomasse parte nas discussões

dos conselhos e comissões de políticas públicas. Todavia, para a grande mídia e a oposição, este decreto deixava claro o objetivo de instaurar um regime bolivariano e, conseqüentemente, uma ditadura de esquerda no Brasil.

O grande mérito do texto de Frateschi é demonstrar que no substrato desse discurso estaria “uma agenda conservadora, antidireitos e antissocial” (p. 143) e, portanto, mais afinada com um modelo de democracia parcial e excludente. Esta agenda conservadora estaria ameaçada com a efetiva participação dos cidadãos, posto que esta poderia mitigar o protagonismo das elites político-partidárias que dominaram a agenda política brasileira desde sempre. Em resumo, sempre segundo a autora, o discurso antibolivariano teria se utilizado de uma premissa falaciosa ao defender que a participação efetiva da sociedade civil poderia “enfraquecer a democracia”.

No último texto do livro – “Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma” –, Ronaldo Almeida, apoiado numa bibliografia representativa dos principais nomes das ciências sociais da religião no Brasil, faz uma análise do papel dos evangélicos nessa “onda conservadora”, bem como a atuação destes no episódio do impeachment da ex-presidente Dilma.

O autor, embora tenha como foco a atuação do segmento pentecostal no Parlamento, esclarece que estes não atuaram e não têm atuado como um bloco homogêneo naquela casa legislativa. E o fato destes assumirem posições consideradas conservadoras – em relação a temas como o aborto e a homossexualidade, por exemplo – não significa que tal postura seja “uma característica exclusiva dos evangélicos, mas diz respeito ao conservadorismo da própria sociedade brasileira” (p. 167).

A tese desenvolvida pelo autor é que a atuação da bancada evangélica no Congresso, durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma, serviu como um adensador a mais da chamada onda conservadora. E que, em última análise, tanto a religião, as religiões e os religiosos que fazem parte dessa onda e desse movimento mais amplo são, ao mesmo tempo, constituintes e constituídos por ele (p. 191).

Uma das grandes contribuições do texto, embora pouco desenvolvida, é a sugestão de que o resultado de todo esse movimento conservador e de endurecimento das relações políticas e sociais que se observa no cenário político atual, pode nos fazer repensar as categorias mais significativas (cordialidade, sincretismo e acomodação) dos clássicos do pensamento social sobre o Brasil (p. 190).



Pode-se afirmar que o livro Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais é uma obra que tem o mérito de reunir textos abrangentes, estimulantes e inspiradores, que nos ajudam a refletir sobre a conjuntura política atual. E, não seria exagero afirmar, com os autores, que as ciências sociais como um todo podem se sentir representadas nesta obra.

É um livro que pode ser visto como um duplo convite, pois se dirige para os de dentro e para os de fora da academia. Para os de fora, pois pode ser lido por qualquer pessoa não acostumada com a linguagem acadêmica e que anseia por uma narrativa lúcida e contra-hegemônica em relação àquela dos que agora ocupam o centro do poder; para os de dentro da academia, pois nos estimula ao abrir novas possibilidades de investigação e análise dessa nossa conjuntura que tem revelado traços obscuros e de retrocesso em relação aos direitos e à própria democracia.

Enfim, sem sombra de dúvidas, acertaram os organizadores daquele evento na Unicamp que deu origem à obra, acertaram os autores pela qualidade e pertinência dos textos aqui apresentados e acertou a Editora Unicamp que nos brindou com um livro altamente recomendável e – por que não dizê-lo? – necessário.



Resumos

Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais

Jonas Chagas Lúcio Valente

Orientador: Prof. Dr. Michelangelo Giotto Trigueiro

Curso: Doutorado em Sociologia

Data de defesa: 27.05.2019

O presente trabalho tem como tema central as plataformas digitais. Essas são caracterizadas por realizar a conexão entre indivíduos, empresas e instituições em diversas atividades. A novidade deste tipo de agente é o emprego de sua capacidade tecnológica para promover uma mediação ativa na articulação dessas práticas. Esses sistemas ancoram sua atuação na coleta massiva de dados por meio de práticas de vigilância e no processamento complexo e fornecimento de soluções inteligentes. O objetivo do trabalho foi examinar as plataformas digitais em seu desenvolvimento, tendo sido escolhidos para isso o Google e o Facebook, consideradas no trabalho os dois maiores agentes desta modalidade do mundo. A chave de leitura para o exame dessas plataformas foi a da tecnologia, tomando o referencial da Teoria Crítica da Tecnologia, mas oferecendo um marco conceitual-analítico próprio que denominamos Regulação Tecnológica. Neste, os artefatos e sistemas são vistos como processo, cujo desenvolvimento ocorre a partir da influência de vetores sociais e internos, que se manifestam no próprio conteúdo social dos artefatos. Assim como é forjada pelas dinâmicas societárias e do próprio campo da tecnologia, os sistemas também impactam a sociedade. O trabalho analisou as trajetórias tecnológicas do Google e do Facebook a partir dessa chave de leitura e identificou como essas são resultantes tanto dos vetores sociais de regulação (como a pressão para a oferta de serviços crescentemente informacionais de caráter personalizados e potencializando a realização de mercadorias por meio de uma publicidade segmentada) quanto do paradigma tecnológico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) (como o uso de dispositivos móveis, a coleta de dados massiva do chamado Big Data e o emprego de algoritmos e inteligência artificial no processamento e nas aplicações). As trajetórias dessas plataformas foram marcadas pela saída de seus nichos originais (o das redes sociais digitais, no caso do Facebook, e dos mecanismos de busca, no caso do Google) para ir além destas e entrar em novos segmentos (como o de realidade virtual no caso do Facebook ou de sistemas operacionais no caso do Google). Isso configura o que chamamos de monopólios digitais, fenômeno em que plataformas digitais utilizam seu número de

usuários, base de dados e poder tecnológico para ampliarem sua atuação, influenciarem o ambiente digital como um todo e outras esferas de atividade da sociedade, com impactos em diversos aspectos da vida humana, incluindo na garantia ou prejuízo a direitos de indivíduos e organizações.

Palavras-chave: Tecnologia. Plataformas. Monopólios digitais. Google. Facebook.

As narrativas sobre as facções criminosas em Alagoas: polícias, juventudes, territorialidades, criminalidades e racismo institucional.

Sérgio da Silva Santos

Orientadora: Profa. Dra. Haydée Glória Cruz Caruso

Curso: Doutorado em Sociologia

Data de defesa: 28.11.2019

Os processos que orientaram a formação social, política e cultural de Alagoas são marcados pelas violências. É a partir da integração e interação desses processos que a violência se torna uma importante narrativa comum e institucional para explicar problemas relacionados aos conflitos sociais. Na vida urbana alagoana, especificamente maceioense, se refletiu processos históricos de orientação colonial. É por isso que as desigualdades sociais e raciais são latentes, expondo feridas e reproduzindo dinâmicas de exclusão. As narrativas captadas através das experiências sociais de atores e atrizes da vida cotidiana apresentam inúmeras questões que tornam pertinentes as reflexões sobre as violências. Dentre essas narrativas, aquelas relacionadas às facções criminosas se apresentam de forma central. Seus modos de operar na vida cotidiana, sua presença no contexto institucional e sua influência nos processos de mediação em torno das territorialidades, políticas públicas e no comportamento juvenil, seja nos seus bairros, ou nos ambientes virtuais, são destacados. Os papéis das facções criminosas nas narrativas da violência reverberam e legitimam políticas de segurança pública e do racismo institucional. Esse último torna-se mola mestra desse cenário de mortes e encarceramento.

Palavras-chave: Facções criminosas. Juventudes. Violências.

Permanecer no campo como projeto de vida de jovens rurais: experiências de formandos e egressos de Escolas Família Agrícola no estado do Espírito Santo

Leonardo Rauta Martins

Orientadora: Profa. Dra. Sayonara de Amorim Gonçalves Leal

Curso: Doutorado em Sociologia

Data de defesa em 18.06.2019

Neste estudo, centrado na juventude rural vinculada às Escolas Família Agrícola (EFAs), buscamos demonstrar articulações entre disposições constituídas ao longo da vida desses jovens, dispositivos educacionais orientados para a valorização do espaço rural e suas experiências escolares com a pedagogia da alternância, evidenciando a influência dessa triangulação na conformação de projetos de vida e futuro desta juventude e seus desdobramentos para sua permanência no campo. Selecionamos para participar da pesquisa jovens egressos e formandos das EFAs de Vinhático, Garrafão e Olivânia, localizadas cada qual em regiões distintas do estado do Espírito Santo, berço da pedagogia da alternância no Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se beneficiou do recurso metodológico etnográfico operacionalizado durante o período em que residi um mês em cada uma dessas escolas, entrecruzando diferentes técnicas de pesquisa, tais como: questionários, entrevistas semiestruturadas, grupos de discussão e observação participante. Observamos que a ação das EFAs, ainda que perpassada por contradições fruto de mudanças estruturais pelas quais passa a sociedade e que incidem no espaço escolar, bem como por diferentes visões acerca do papel da escola e dos agentes a elas vinculados, auxilia na permanência dos jovens no campo. Este tipo de educação, associado a uma melhora das condições objetivas de vida dos agricultores familiares, vivenciada ao longo da última década, em função do acionamento de políticas públicas, tem possibilitado não só o retorno de jovens ao campo, como também a permanência daqueles que estão em vias de completar a sua educação básica e aos egressos, os quais encontram nas áreas rurais espaço para realização de seus projetos socioprofissionais.

Palavras-chave: Juventude rural. Escolas Família Agrícola. Permanência no campo.

A sensação de insegurança na vizinhança da população do Distrito Federal entre 2015 e 2018

Allan Kássio de Oliveira Santos Ribeiro

Orientador: Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 30.08.2019

O presente estudo analisa a sensação de insegurança na vizinhança da população do Distrito Federal, levando em conta o período de 2015 a 2018. Será feita avaliação da variação da sensação de insegurança no período, bem como apresentadas as características da insegurança por perfil demográfico e distribuição geográfica. Trabalhamos a hipótese da correlação entre a sensação de insegurança na vizinhança e desordens, ou seja, as vizinhanças com mais desordens sociais e físicas são também os locais onde os residentes sentem maior insegurança ao transitar pelas ruas e dentro da residência. A presente pesquisa faz parte do campo de estudos sobre o medo do crime, que busca avaliar o fenômeno da insegurança, suas causas e efeitos, nas sociedades contemporâneas. Os resultados indicaram que onde há desordens, há insegurança na vizinhança. Os três níveis de desordens (crimes violentos letais intencionais – CVLI, crimes contra o patrimônio – CCP e incivildades) tiveram correlação significativa com a insegurança na vizinhança.

Palavras-chaves: Sensação de insegurança. Medo do crime. pesquisa de vitimização.

Trajетória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB): estratégias e resistências

Érika Costa Silva

Orientadora: Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 30.08.2019

A presente dissertação tem como tema “as trajetórias profissionais de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília”. A desigualdade de gênero e raça na carreira docente em instituições públicas de ensino superior é uma realidade. Na Universidade de Brasília, as mulheres negras representam cerca de 7% do quadro docente total. A participação das mulheres negras na docência da instituição apresenta primeiramente nas áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas e humanas. As áreas como das ciências exatas e engenharias constituem espaços nos quais a presença das mulheres é ínfima, sobretudo para as mulheres negras. Diante da constatação das disparidades na participação das mulheres negras na docência da instituição, buscamos compreender como as mulheres negras conseguiram romper os obstáculos de gênero, raça e classe e tornaram-se docentes na UnB. Para tanto entrevistamos 13 docentes de diferentes áreas do conhecimento, a fim de compreender a trajetória profissional empreendida pelas mesmas. Com base nas teorias da crítica feminista, a ciência e o feminismo negro, buscou-se compreender como as mulheres negras conquistaram a carreira docente na instituição. Identificamos que tornar-se docente foi um processo constituído paulatinamente, através das oportunidades educacionais conquistadas pelas mesmas, porém ao alcançarem a posição de docentes as opressões de gênero, raça, classe, geração e outras persistem no cotidiano profissional. Assim as resistências são construídas desde a formação profissional, e na condição de docente. As resistências são fundamentais, é por meio da rede de apoio formada por familiares e professoras/es colaboram no ato de acreditar no projeto educacional como mecanismo de transformação social e econômica.

Palavras-chaves: Mulheres negras. Trajetória profissional. Docência. Universidade de Brasília.

Doença falciforme: amor, luta (o), e dor na caminhada da Associação Brasiliense de Doença Falciforme (Abradfal)

Jaqueline Cardoso Durães

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 30.08.2019

Essa investigação tem como problema de pesquisa verificar qual a importância/centralidade/protagonismo da Associação Brasiliense de Doença Falciforme (Abradfal) na construção das políticas públicas relacionadas à doença falciforme. A hipótese construída ao longo da investigação é que a Abradfal, semelhantemente aos movimentos negros em âmbito nacional, protagonizou o processo de construção de políticas públicas para a doença falciforme na esfera distrital. Diante disso, esta dissertação registra, descreve, analisa e apresenta uma linha cronológica da luta da Abradfal em prol da garantia de direitos e qualidade de vida para as pessoas com a enfermidade no Distrito Federal. Baseada em pesquisa qualitativa, com observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas, realizadas com seis sujeitos, sendo um homem e cinco mulheres, sendo cinco desses sujeitos pessoas com doença falciforme, e todas participantes da associação, sendo que dois entrevistados foram responsáveis pelo processo de fundação do coletivo, no ano de 2009. A doença falciforme (mutação SS) é uma enfermidade caracterizada pelas constantes crises dolorosas e predominante no povo negro, embora seja a doença genética mais comum no Brasil e no mundo, e exista um grande número de associações espalhadas por todo o país, é nítida a ausência de estudos acerca desses coletivos. Essa pesquisa é um esforço empreendido com o objetivo de contribuir com o preenchimento dessa lacuna no campo de estudos científicos sobre associativismo de pessoas com doença falciforme, pois devido a essa lacuna teórica é provável que o protagonismo e militância das pessoas com a enfermidade e de seus familiares, através dessas organizações, estejam deixando de ser evidenciados, já que esses coletivos tecem, cotidianamente, uma luta frente à esfera estatal e ao racismo envolto na elaboração, implementação e avaliação de

política pública de atenção integral às pessoas com doença falciforme. O resultado desse estudo aponta o protagonismo da Abradfal em âmbito local, a saber o Distrito Federal, e identifica os elementos amor, dor e luto como impulsionadores da luta do coletivo.

Palavras-chaves: Doença falciforme. Associativismo de pacientes. Raça.

Normas

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Sociologia (SOL)

Revista Sociedade & Estado
novo prédio ICS Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
70910-900- Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br [facebook.com/solunb](https://www.facebook.com/solunb)

A *Revista Sociedade & Estado* busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

A *Revista Sociedade & Estado* publica artigos, sempre originais, em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente com estas áreas do conhecimento. A *Revista* aceita submissões em português, espanhol e inglês, que poderão ser publicadas em sua língua original, embora, sempre que possível, traduzidos para o português. Os artigos de autores estrangeiros deverão ser inéditos no Brasil. Publicam-se as seguintes categorias de trabalhos:

1. Estudos teórico-metodológicos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Relatos de pesquisa de cunho empírico já realizadas ou em andamento.
4. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um/a professor/a do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador/a associado/a ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, podendo o mesmo convidar professores/as externos/as ao programa.

5. Resenhas.

II. APRECIÇÃO DOS TRABALHOS

1. A *Revista* publica artigos de doutor(es) e/ou doutora(as) em coautoria com doutorando(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela equipe editorial da *Revista*, que fará uso de, pelo menos, dois especialistas no tema, para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria.

3. Os autores serão notificados sobre a aceitação ou recusa de seus artigos.

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se mostrarem necessárias serão notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à apreciação.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação será realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo será digitado em Word (fonte Times New Roman, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original serão indicados o título (e eventual subtítulo) do artigo e o nome do/s/a/as autor/es/a/as. Também deverão trazer os dados sobre o/s a/as autor/es/a/as (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos virão acompanhados de um resumo em português, de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também apresentarão cinco palavras-chave em português e inglês (*key-words*), bem como o título em inglês.

5. As notas de natureza substantiva (não bibliográfica), serão reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas.

6. As menções a autores no curso do texto estarão subordinadas à forma autor, data, página (Vovelle, 1987: 56).

7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a três linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando superiores a três linhas. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, com citação da autoria da tradução.

8. As figuras e desenhos serão confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados, com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos serão numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais:

❑ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

❑ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. 13, n. 1, p. 160-187, 1998.

❑ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

❑ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

11. As resenhas terão no máximo oito laudas. São aceitas resenhas de obras publicadas nos últimos cinco anos. As resenhas deverão ter título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.

12. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é exclusiva do autor/a e não expressa a opinião da equipe editorial, do comitê editorial ou do conselho editorial da *Revista*.

